



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**OS HOMENS QUE FAZIAM O TUPINAMBÁ MOER:
Experiência e Trabalho em Engenhos de Rapadura no
Cariri (1945-1980)**

Maria Yacê Carleial Feijó de Sá

**Fortaleza
Dezembro, 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**OS HOMENS QUE FAZIAM O TUPINAMBÁ MOER:
Experiência e Trabalho em Engenhos de Rapadura no Cariri
(1945-1980)**

Maria Yacê Carleial Feijó de Sá

**Eurípedes Antônio Funes
Orientador**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social

**Fortaleza
Dezembro, 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**OS HOMENS QUE FAZIAM O TUPINAMBÁ MOER:
Experiência e Trabalho em Engenhos de Rapadura no Cariri
(1945-1980)**

Maria Yacê Carleial Feijó de Sá

*Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, no dia ___
de dezembro de 2007, pelo orientador e membros da banca examinadora,
composta pelos professores:*

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes - UFC
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Margarida de Souza Neves
PUC-RJ

Prof^a. Dr^a. Adelaide Maria Gonçalves Pereira
UFC

Fortaleza,
Fortaleza de 2007

A Dito Barnabé, Francisco Alves
e todos os trabalhadores do Tupinambá.

A Lourdes e Papírio,
sempre.

AGRADECIMENTOS

Este estudo não foge ao padrão das pesquisas em História, que se caracterizam por um percurso, geralmente longo. Durante os últimos anos, vivenciei um processo marcado por pesquisas, leituras e escritas individuais, que contudo, não teria se concretizado sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas e instituições.

Em primeiro lugar, quero lembrar de forma muito especial os trabalhadores do *Tupinambá*, que com paciência, franqueza e alegria, aceitaram minha intrusão em suas vidas e partilharam generosamente a sabedoria que emana de suas ricas experiências. Seus rostos e vozes permeiam minha mente enquanto escrevo estas palavras. Tenho-lhes gratidão e afeto. A eles dediquei este trabalho.

Estendo meus agradecimentos aos outros entrevistados, sempre receptivos ao responder às minhas quase *infundáveis* indagações, muitas vezes ampliando as possibilidades da pesquisa. Entre eles, quero particularizar minha gratidão à Yony Sampaio, que abriu de modo absolutamente franco seus arquivos e seus vastos conhecimentos concernentes ao tema. Não me recordo de quantas vezes o procurei, por telefone, e-mail ou pessoalmente, e mesmo em meio às inúmeras atividades que compõem seu cotidiano, Yony me acolheu com atenção e carinho.

Sempre agradeço a Deus por minha família, e nela encontrei incentivo e compreensão. Quero destacar o suporte de Rommel, o apoio constante dos primos *Celestino Moura*, e o carinho de meus mui amados filhos, que souberam perdoar (à distância) minha falta de atenção neste período. Costumo dedicar minhas conquistas a Lourdes e Papírio, sejam elas grandes ou pequenas. Nada mais natural: devo-lhes tudo o que sou. Entretanto, este trabalho se reveste de um significado especial, pois escrever sobre *a terra dos verdes canaviais* tornou-se um pouco mais difícil na ausência de meu pai, o primeiro *narrador de Barbalha* em minha vida.

No âmbito acadêmico, o reconhecimento aos estimados mestres da URCA, de modo particular a Sonia Meneses, que me guiou nas primeiras incursões em História Social. Na Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, quero registrar meu agradecimento sincero a todos os professores com

quem convivi, notadamente os titulares das disciplinas cursadas: Ruth Needleman, Gisafran Jucá, Edilene Toledo, Luigi Biondi, e, sobretudo, Adelaide Gonçalves e Frederico Castro Neves, que fizeram parte da minha banca de qualificação. Devo-lhes pertinentes sugestões na metodologia e conteúdo, aportes que se mostraram de inestimável valor no processo de escrita final.

A todos os meus colegas mestrandos, e em particular à *pequena e coesa* turma da linha *Trabalho e Migrações - 2005*, quero dizer que sentirei muita falta das discussões, da troca de idéias, de apoio mútuo e do agradável convívio. Agradeço de modo especial a amizade de Rodrigo, Ana Sara, Isabel, Georgina e Regina, a *Rê*. Sou grata pelo apoio de outros amigos: Claudia Régia e Elisandra cujo acolhimento sempre guardarei no coração. À cada dia, reforça-se minha afeição por Sheila – querida amiga e comadre, que me incentivou a trilhar o caminho do mestrado – e Gláubia – essência personificada de generosidade e amizade.

Meus agradecimentos aos funcionários da História/UFC, e às *preciosas* secretárias: Sílvia, eficiente e atenciosa, e D. Regina, cuja voz em telefonemas interurbanos, ainda durante o período de seleção de mestrado, já me antecipava toda a sua inata gentileza e sabedoria.

Ao reservar o parágrafo final a Eurípedes Antônio Funes pretendi destacar o quanto devo a meu orientador. É muito difícil encontrar a frase correta e concisa que expresse sentimentos, que transcendem a gratidão e dimensionam uma admiração e afeição sinceras. Entretanto, posso falar de sua orientação atenciosa, enriquecedora, segura, não impositiva, seu *timing* perfeito para estimular e cobrar, seu zelo pelo bom texto, sua sensibilidade para descobrir potencialidades e seu companheirismo na construção da História dos homens que faziam o *Tupinambá* moer.

Este trabalho contou com a colaboração de prestativos funcionários de várias bibliotecas e arquivos, e certamente teria sofrido perdas significativas sem o aporte da FUNCAP. Meu reconhecimento a essa instituição de apoio à pesquisa e desenvolvimento.

RESUMO

Os homens que faziam o Tupinambá moer é um estudo sobre um dos mais importantes engenhos do Cariri Cearense. Uma história de seus trabalhadores, de suas experiências na arte de fazer rapadura, de suas práticas de sociabilidade e estratégias nos embates com os patrões. Vivências permeadas por transformações socioeconômicas marcadas pela chegada da energia elétrica, que “*esculhambou a moagem*”, e pela implantação de uma usina de açúcar. Modernizações que afetaram a produção rapadureira e o mundo dos trabalhadores de um engenho, que após 130 anos de moagens, tornou-se *fogo morto*, confirmando-se como lugar de memórias.

Palavras Chaves: Relações de Trabalho; Engenhos de Rapadura; Memória; Ceará.

ABSTRACT

The men that made Tupinambá press sugar cane is a study of one of the most important *engenhos* (traditional sugar cane mills) of the Cariri region in Ceará. A history of its workers, of their experiments in the art of making *rapadura* (brown sugar bricks), of their practical social relations and strategies in conflicts with their employers. Life experiences permeated by socioeconomic changes marked by the arrival of electrical power, which “*screwed up the sugar cane pressing*”, and by the installation of a modern *usina* (sugar producing industrial plant). Modernizations that have affected *rapadura* production and the world of the workers of an *engenho* that, after 130 years of sugar cane pressing, has become *dead fire* and established itself as a place for memories.

Key words: Work relations; Traditional sugar cane mills; Memory; Ceará.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		1
CAPÍTULO 1	O SERTÃO CANAVIEIRO DO CARIRI	31
1.1.	CARIRI DOS ENGENHOS	33
1.2.	GENEALOGIA DO TUPINAMBÁ. TERRAS E HOMENS	47
	1.2.1. O TUPINAMBÁ SOB A RÉGIA DE ZÉ MAJOR	67
1.3.	ESPAÇO DA CANA, ESPAÇO DO ENGENHO, ESPAÇO DA MORADA	90
CAPÍTULO 2	OS HOMENS QUE FAZIAM O TUPINAMBÁ MOER	108
2.1.	“QUANDO EU NASCI, MEU PAI JÁ TAVA AQUI HÁ UM BOCADO DE ANOS”. TRABALHO E APRENDIZADO: A TRADIÇÃO DO FAZER	112
2.2.	“QUEM PRECISAVA DO EMPREGO, PRECISAVA DO GANHO, TINHA ERA QUE SE ACOSTUMAR”	135
2.3.	FOGO VIVO – A ARTE DA RAPADURA: DO CAMBITEIRO AO MESTRE DO PONTO	159
	2.3.1. DIAS DE OBRIGAÇÃO	180
2.4.	OPERÁRIOS DA RAPADURA: RELAÇÕES DE TRABALHO E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE	183
CAPÍTULO 3	TUPINAMBÁ DE FOGO MORTO	211
3.1.	FORÇA ANIMAL, FORÇA MOTRIZ – “ESCULHAMBOU O NEGÓCIO DE MOAGEM...”	213
3.2.	A CRISE DA RAPADURA: “FICARAM MOENDO, MOENDO, MOENDO, MAS QUANDO FOI O TEMPO DA USINA!”...	235
	3.2.1. DE SENHOR DE ENGENHO A CAMBITEIRO DA USINA	263
3.3	TUPINAMBÁ DE FOGO MORTO, LUGAR DE MEMÓRIAS.	288
CONSIDERAÇÕES FINAIS		308
FONTES		313
BIBLIOGRAFIA		323
ANEXO		334

LISTA DE MAPAS, PRANCHAS, TABELAS E FIGURAS		
	MAPAS	
1.	Localização do Cariri no Estado do Ceará	34A
2.	Município de Barbalha	43A
3.	Zoneamento dos sítios de Barbalha	44A
4.	Levantamento planimétrico do sítio <i>Tupinambá</i>	50A
5.	Zoneamento dos espaços no <i>Tupinambá</i>	93A
6.	O <i>Tupinambá</i> e a vila de Barbalha, cerca de 1850	99A
7.	O <i>Tupinambá</i> e a cidade de Barbalha, cerca de 1945	99B
8.	O <i>Tupinambá</i> e a cidade de Barbalha cerca de 2005	99C
	PRANCHAS	
1.	Casa e Engenho <i>Tupinambá</i> . Planta e Coberta	51A
2.	Casa e Engenho <i>Tupinambá</i> . Corte e Fachada	51B
3.	<i>Casarão</i> . Fachadas	52A
4.	<i>Casarão</i> . Fachada lateral	52B
5.	<i>Casa Sampaio</i> , Fachada principal, Praça do Comércio	61A
6.	<i>Casa Sampaio</i> – Planta pavimento térreo	61B
7.	Rótulos criados por Elony Sampaio para a garrafa da cachaça “Tentação”	176A
	LISTA DE TABELAS	
1.	População de municípios do Cariri no início do século XX	71
2.	Safras do <i>Tupinambá</i> 1926-1944	77
3.	Fabricação de rapaduras por safra do <i>Tupinambá</i> . 1938-1944	84
4.	Engenhos existentes no Cariri (1946)	214
5.	Engenhos existentes em cinco municípios do Cariri e sua produção durante o ano de 1954	216
6.	Zona do Cariri: Municípios de Barbalha, Crato, Jardim e Missão Velha - Principais Produtos Agrícolas - 1961 /1963	252
7.	Estrutura fundiária dos produtores de cana de açúcar no Cariri em 1975	255
8.	Canas processadas pela Usina Manoel Costa Filho, por safra	275

	FOTOGRAFIAS	
1.	Vista frontal da Casa e Engenho Tupinambá, por volta de 1950	30
2.	Vista dos fundos do engenho <i>Tupinambá</i> , anos 1950	30
3.	Vista atual do brejo do rio Salamanca	36
4.	Sobrado da Rua da Matriz, fachada principal	53
5.	Sobrado da Rua da Matriz, a partir do canavial	53
6.	Sobrado onde funcionou a <i>Casa Sampaio</i> até o ataque de 1914	65
7.	Antonio de Sá Barreto Sampaio, em grupo familiar	67
8.	José Pereira Pinto Callou, Zé Major	75
9.	Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, Dr. Junior	75
10.	<i>O que restou da entrada do Tupinambá</i>	93
11.	O <i>Salamanca</i> em tempo de cheia	94
12.	Trabalhador no canavial do <i>Tupinambá</i> , carregando um carro de boi, anos 1950.	95
13.	Cortejo religioso no bairro do Rosário, cerca de 1950	100
14.	Casa de Minervina de Sousa, a Tuta, no mesmo local onde em 1912, seu pai levantou sua primeira morada	103
15.	Face norte do <i>Tupinambá</i> , no início dos anos 1990, pouco tempo antes do desabamento do telhado	104
16.	Salão da fornalha visto em seu abandono, no início dos anos 1990	106
17.	As “Nove Casas”	107
18.	Meninos <i>moradores</i> do engenho <i>Tupinambá</i> entre os anos 1950 e 1960	130
19.	“Bagaceiros” do <i>Tupinambá</i>	166
20.	Sala da fornalha do <i>Tupinambá</i> , após a unificação da linha de cozimento nos anos 1960	168
21.	Trabalhadores do <i>Tupinambá</i> . Tonel (pipa) de cachaça sobre reboque puxado por trator. Anos 1960	225
22.	Vista externa da sala da fornalha do <i>Tupinambá</i> , antes do desmoronamento nos anos 1990	229
23.	Caldeireiros na fornalha do <i>Tupinambá</i> , uma só linha de cozimento, vistos a partir da porta do escritório da <i>CasaGrande</i> . Década de 1960	230
24.	Máquinas carregadoras no manejo das primeiras canas, na inauguração festiva da Usina, em 14 de julho de 1976.	237
25.	Elony e Irene Sampaio na inauguração da <i>Usina Manoel Costa Filho</i>	273
26.	Ruínas do engenho <i>Tupinambá</i> , em 2001	299
27.	Ruínas do <i>Tupinambá</i> , em 2001	300

*Mas não avisto ninguém,
só folhas de cana fina;
somente ali à distância
aquele bueiro de usina;
somente naquela várzea
um bangüê velho em ruína.
Por onde andará a gente
que tantas canas cultiva?*

João Cabral de Melo Neto
Morte e Vida Severina

INTRODUÇÃO

Quando nos aproximamos de Barbalha, no extremo sul do Ceará, vencida a última curva do caminho, a cidade se apresenta como um cenário pronto para abrigar o que poderia ser um imenso presépio. No alto, as torres da Igreja Matriz se destacam no perfil de um casario, que repousa a cavaleiro sobre uma suave encosta. Em primeiro plano, nessa paisagem harmoniosa, seguimos pela estrada que corta um amplo *baixio* – o brejo do Rio Salamanca – repartindo-o em duas verdes áreas de canas plantadas. Mais distantes, algumas chaminés de engenho ainda podem ser vislumbradas.

Mesmo em tempo de plena safra, um visitante mais atento poderá observar a ausência de fumaça na maioria das chaminés. Seu olhar, passeando no canavial, localizará trechos em que as canas-de-açúcar estão rarefeitas ou deixaram de ser plantadas. Aqueles que, no passado, conheceram esse trecho da região do Cariri, ao rever tal cenário, compartilhando um sentimento de nostalgia e saudade, podem se indagar: *Onde estão os grupos de trabalhadores, tão numerosos, que antes labutavam nesses canaviais?* Pois, embora no alto a “cidade-presépio” pareça ser a mesma de antes, as áreas de cana e seus engenhos, hoje são apenas uma pálida referência a um pujante passado movido pela força da produção da rapadura.

Napoleão Tavares Neves, médico e historiador, que generosamente tem partilhado comigo suas lembranças da Barbalha do passado, percorreu muitas vezes essa estrada. Conheceu, ainda nos anos 70, canaviais repletos de plantas altas e fortes, chamadas por ele de “canas de três ou quatro toras”¹, hoje substituídas por outras menores, em manchas esparsas, num solo mais

¹ Chama-se “tora” um pedaço do colmo da cana, geralmente entre dois nós.

pobre e desgastado. Uma terra — e aqui recorro Gilberto Freyre que evocava outros canaviais e outros massapês — que puxava “*para dentro de si as pontas de cana, os pés dos homens, as patas de bois, (...) deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos trópicos...*”² Também o massapê do Cariri recolhia, avidamente, em sua massa argilosa, os nós de cana laboriosamente plantados, e devolvia ao sol, altas e fortes hastes de cana.³

Nos meses de junho, início da safra na região, os pendões castanhos coroavam o canavial, substituindo por pouco tempo, e sem saudades, o verde “mar” dos meses anteriores. Era comum divisar, aqui e ali, numerosas turmas de trabalhadores ocupadas com o corte e transporte da cana, em lombos de burros, mais tarde em tratores. No caminho para a Barbalha, mesmo a centenas de metros dos engenhos, sentia-se fortemente o cheiro do mel a cozinhar. Num anteciper gustativo, esse aroma tomava “de cheio” quem por ali passasse, trazendo para a mente todas as delícias e folguedos de um engenho a moer.

Nos dias de hoje, o cheiro do mel não mais invade com força o caminho do viajante, e poucas são as fumaças denunciadoras de moagens. Nos últimos anos, boa parte da cana foi destinada a uma usina de açúcar, que alguns quilômetros adiante anunciava a sua presença com o cheiro acre do vinhoto. Fazer rapadura deixou de ser uma “arte”, um “ofício” de parte expressiva dos trabalhadores de Barbalha, para se tornar apenas um emprego, mais raro e sem mestres. E para onde foram muitos daqueles homens, os outrora numerosos trabalhadores dos canaviais?

Essas ausências e perdas, esse laivo de nostalgia, mobilizavam e caracterizavam fortemente minhas primeiras incursões nesse universo dos engenhos. A pesquisa encetada nos meus últimos períodos da graduação em História, na Universidade Regional do Cariri, objetivava (re)construir a memória de um engenho de rapadura em Barbalha, quando em plena atividade, a partir das visões e evocações de seus trabalhadores.

Motivações de cunho pessoal haviam me guiado para um engenho em

² FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 7ª ed. rev., 2004, p.46.

³ Apesar de comumente ser chamado *massapê*, e formar facilmente a *liga* que caracteriza esse tipo de terreno, as canas do Cariri se desenvolvem em solos *de aluvião*, formados por camadas predominantemente argilosas, depositadas sobre a bacia sedimentar do Cariri.

especial, o “Tupinambá”, que na infância conheci ativo e com expressiva produção. Em férias escolares, era o primeiro a ser visitado numa espécie de “circuito dos engenhos barbalhenses”, atividade em que eu, e um grupo de amigos, havíamos nos especializado. Juntos, saíamos em caminhadas que duravam o dia todo, de engenho em engenho, a brincar nas bagaceiras, energia renovada por canecas de garapa. Nada mais delicioso para nós, do que comer alfenim em ponto “de puxa”, retirando com as mãos nacos ainda quentes em volta das toras de cana, que os caldeireiros (já acostumados com esse tipo de visitantes) enfiavam em suas gamelas, à guisa de colher.

Anos depois desse tempo de folguedos e comilanças, voltei a Barbalha, e vi o *Tupinambá* de “fogo morto”. Ao vislumbrar sua bela construção – casa grande e engenho – parcialmente em ruínas, o majestoso telhado desaparecido e a fornalha coberta pelo mato, senti profundamente a perda desse marco do passado e compreendi a dimensão de outros valores – histórico e arquitetônico – que também ali iam desaparecendo. Entretanto, ao mesmo tempo em que ansiava por alguma atitude positiva por parte de entidades ligadas à cultura e à defesa do patrimônio⁴, reafirmava-se minha convicção de que a preservação da memória da economia da rapadura transcende qualquer tipo de reconstrução material. Acredito firmemente, que para apreender esta importante parcela do passado é necessário resgatar as vivências dos homens que realmente moviam aquela realidade.

Datam dessa fase da pesquisa, ocorrida ainda na graduação, os contatos iniciais com antigos empregados do engenho, através dos quais buscava captar a memória do *Tupinambá* a moer. Desde os primeiros encontros, percebi que para essas pessoas, vida e trabalho estavam entrelaçados. Sendo a maioria deles, moradores da propriedade, havia quase que uma imbricação de seus espaços de habitar, trabalhar e lazer. De suas pequenas casas de taipa e palha, alinhadas e próximas ao engenho, os operários e seus familiares podiam, através de sons e cheiros, acompanhar a rotina e as atividades da moagem. O engenho os acordava, como recorda D.

⁴ O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barbalha, concluído em 2000, estabeleceu como prioridade o projeto *Museu do Engenho*, que aproveitaria estruturas restauradas do Tupinambá como espaço-memória de todos os engenhos do Cariri. O projeto ainda não foi iniciado e atualmente não há entendimentos entre a Prefeitura Municipal e os proprietários do *Tupinambá*.

Minervina de Jesus, a Tuta, antiga moradora que viveu todos os seus 84 anos na mesma casinha, construída e reconstruída por seu pai:

A moagem era muito linda. Eu achava bonito. Quando era de madrugada, o engenho fazia prriiii!, apitando, chamando os tombadores, os metedores de cana, eu já tava acordada, já tinha feito café.⁵

Percebia-se então, que praticamente todo o cotidiano destes trabalhadores, mesmo seus momentos de lazer e descanso, era fortemente vivido em torno do espaço/tempo do ciclo da moagem. Isto me fez optar, desde o início, por trabalhar com a *História Oral de Vida*, uma escolha metodológica que possibilitou aos meus entrevistados uma maior liberdade para narrar suas experiências e me permitiu adquirir imagens amplas deste passado reconstruído.

A comunidade do *Tupinambá*, em meados do século passado, era um universo próprio dentro do limite urbano-rural, com a maioria dos empregados vivendo em torno das principais estruturas do engenho. Os primeiros trabalhadores que entrevistei tinham mais de 70 anos de idade. Suas lembranças mais remotas nos colocavam (narrador e ouvinte) nos espaços do engenho, ainda nos anos 1940. Ali eles começaram suas lidas com a cana e a rapadura, muito jovens, quase meninos. O Sr. José Gamenha (Zé Gamenha), que foi um dos caldeireiros da fornalha, recordou o tempo em que, junto com sua família, mudou-se de um sítio vizinho para o *Tupinambá*.

Eu sou de 32... Nós num sabe a data que nós chegemos aqui. Eu sei que comecei aqui mais ou menos com 14 a 15 anos e comecei a trabalhar e até hoje. Parei agora em 2000, que eu tava sambado...⁶

A escolha inicial de tal perfil para os entrevistados visava também apreender um período longo de trabalho no engenho. Além disso, ao escolher como narradores trabalhadores idosos, tinha a expectativa de lidar com a memória de pessoas que dão ao passado uma importância maior, e que, portanto, neste trabalho de refazer a memória estão “se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma de sua vida”.⁷

⁵ MARIA MINERVINA CASIMIRO DE JESUS, a TUTA, nasceu em Barbalha em 1º de fevereiro de 1923. É moradora do sítio *Tupinambá*. Entrevista em dezembro de 2000.

⁶ JOSÉ GAMENHA, nascido na zona rural de Barbalha, em 1932. Lavrador e caldeireiro do engenho *Tupinambá*. Entrevista em 14 de setembro de 2003.

⁷ BOSI Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2004, p.60.

O próprio ato de recordar destes personagens era um novo trabalho, mais de vinte anos após o último gesto da moagem. Sem querer postular os fatos relatados como “verdadeiros”, meu interesse era apreender como estes homens viam seu passado, tentando compreender a formação das suas próprias percepções, procurando refazer o caminho em que suas memórias se construía historicamente. Aproximava-me assim, de alguns aspectos da História Oral, que na concepção de Alessandro Portelli:

não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. (...) A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais⁸.

Ao analisar os testemunhos desses trabalhadores, procurei articular os pontos de referência de suas narrativas individuais, que são constituídas por suas experiências e delas são também constitutivas. Havia a compreensão de ser necessário buscar o difícil equilíbrio entre a subjetividade dos agentes históricos e as condições materiais de existência a que estavam submetidos, ou seja, entre a *liberdade* e a *necessidade*.

Durante períodos de permanência em Barbalha, mantive contatos com antigos empregados do *Tupinambá*, que foram me apresentando a outros companheiros, criando-se assim uma rede de atores/narradores. Quase todas as entrevistas foram realizadas nas moradias dos ex-empregados, com a utilização consentida do gravador. À parte algum constrangimento ou timidez nos momentos iniciais, os encontros, que chamávamos de “conversas sobre o engenho” ocorriam de forma bem natural e expansiva. Os trabalhadores, homens de escassa literalidade, donos de um cotidiano construído sobre a oralidade, foram narradores profícuos. Informados sobre meu interesse em suas histórias, sem exceção, mostraram muita vontade de falar sobre o passado: em alguns, percebia-se um prazer em rememorar/contar momentos de suas vidas.

⁸ PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. In Revista *Projeto História*. São Paulo: nº14, 1997, pp. 32, 39

Graças aos trabalhadores do *Tupinambá*, reuni um material muito rico para minhas indagações. Paul Thompson lembra que a “evidência oral é de particular valor para o historiador da vida operária preocupado com o processo de trabalho propriamente dito (...) a experiência de trabalho e as relações sociais que dela resultam”.⁹ Embasada pela leitura de textos produzidos por este e outros estudiosos¹⁰, esforcei-me para estar atenta aos componentes de subjetividade e de interferência do presente na construção das memórias. Procurei tirar proveito desses aspectos, sempre que possível, para a construção de uma história mais rica e mais viva.

Ecléa Bosi lembra que o ato de narrar contém *uma força inesperada*, pois o trabalhador, enquanto evoca, “está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência”. O pesquisador, por sua vez, deve estar sempre consciente de que por trás dos depoimentos “está uma pessoa que percebe, luta, cujas mãos tecem o tecido vivo da história”. Como recomenda a autora: “seguremos com força os fios dessa trama”.¹¹

Para esses operários, o engenho aparecia desde as remotas evocações da infância, que abriam uma narrativa de muitos anos de labuta, em safras e entressafras. O *Tupinambá*, segundo testemunhos, tinha uma moagem prolongada, que começava em junho e entrava no ano seguinte. Uma época de cana farta, como recorda o Sr. José Cabral de Melo (Zé Fulô), outro dos antigos trabalhadores:

*Quatro mil cargas! Cá, nós cansemos de tirar o ano, dava quatro mil cargas de rapadura, às vezes ainda sobrava cana. Naquela época não tinha negócio de dia santo não. A gente moía direto. Só respeitava os domingo, a gente só tinha fuga nos domingo. Aí teve um ano que a gente moeu o mês de janeiro todinho. (...) Quando foi de noite caiu água! Caiu água, caiu água e cadê? Poder moer? A cana apodreceu toda a que tinha no engenho e a que tinha no brejo as água carregou. A moagem era grande! Era quatro mil cargas de rapadura e sobrava cana.*¹²

⁹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.114.

¹⁰ Ver MORAES, Marieta de; AMADO, Janaina (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral, caminhos e descaminhos. Revista Brasileira de História*. São Paulo: Editora, vol.12, nº25/26, 1992/1993, p. 55-65; e THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória. Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, nº15, 1997.

¹¹ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 44 e 155.

¹² JOSÉ CABRAL DE MELO, o ZÉ FULÔ, nascido em Branquinho, Alagoas, em 1934. Caldeireiro e mestre do ponto de rapadura no *Tupinambá* e em Catolé do Rocha. Entrevista em 14 de setembro de 2003.

A moagem, que durava tantos meses, se efetivava em muitas horas de trabalho extenuante, como relatou Zé Gamenha, compartilhando comigo suas evocações: *“Às vezes duas horas da manhã nós tava lá dentro da fornalha ariando os tachos pra começar...”*¹³

Quando a última cana do dia era moída, havia ainda uma boa quantidade de caldo para cozinhar e mel grosso para *caixear*, o que representava mais três ou quatro horas de intensa atividade no engenho. *“Desse jeito o cabra sofria muito nesse tempo. E não era só aqui não, em todo o canto era desse jeito aí”*, afirmou o Sr. José Pindó.¹⁴

Descortinava-se então para mim, um cotidiano de trabalho duro, eivado de dificuldades, mas que se apresentava muito rico em experiências comuns. As narrativas, que também se ligavam a outros momentos de vida comunitária e familiar, estavam ainda fortemente pontuadas pelas figuras do patrão ou do feitor. As relações sociais de trabalho eram de tal modo marcadas por uma forma de dominação com características paternalistas, que as personalizações dessa dominação se tornaram, inclusive, suportes para a marcação do tempo nas narrativas dos trabalhadores. Desta forma, o distanciamento dos entrevistados do tempo cronológico fazia-os substituí-lo por um tempo marcado pela figura do proprietário e patrão. Significativos da importância do dono do engenho, na vida de cada morador, os relatos têm sempre um *“no tempo de seu Zé Major”*, ou um *“no tempo de seu Elony”*, referindo-se aos dois últimos administradores do *Tupinambá*.

Quando perguntei ao Sr. Dito Barnabé, outro trabalhador do *Tupinambá*, se ele recordava o ano em que começou no engenho, ele disse: *“Lembro não, eu era novinho. Era no tempo de Zé Major”*.¹⁵ Ao mesmo tipo de pergunta, Zé Fulô, que veio de Alagoas ainda menino, assim respondeu: *“Tava com pouco de tempo que seu Elony tinha tomado conta daqui. Pouco tempo quando nós chegemos aqui”*.¹⁶ Essa forma bem particular de marcar o tempo vai suscitar comparações feitas pelos moradores mais antigos, entre as duas

¹³ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

¹⁴ JOSÉ ALEXANDRE VIEIRA, o ZÉ PINDÓ, 73 anos, lavrador de cana e trabalhador do engenho *Tupinambá*. Por alguns anos exerceu a função de encarregado do sítio *Bolandeira*, da mesma família proprietária. Entrevista em 28 de setembro de 2003.

¹⁵ EXPEDITO BARNABÉ, o DITO BARNABÉ, nascido em Barbalha em abril de 1923. Trabalhador e “morador” por 55 anos ininterruptos no *Tupinambá*, onde viveram também seus pais e irmãos. Entrevista em 14 de setembro de 2003.

¹⁶ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

“eras”, os dois patrões. Tuta, por exemplo, referindo-se a como os patrões costumavam tratar as famílias dos trabalhadores contou que: “*Podia tirar cana, podia tirar rapadura, a gente tirava alfenim. Nesse tempo de seu Zé Major, viu? Nesse tempo de seu Elony eu não sei mais como era não*”.¹⁷

Foi então, a partir das “conversas” com estes homens e mulheres, que passei a compreender a amplitude do mundo do trabalho em engenhos, visto aqui como forma viva de interação humana, social e cultural. Analisando suas experiências, com o apoio de minhas próprias observações das moagens, percebia, sobretudo, a persistência de relações tradicionais, paternalistas, convivendo com uma época marcada por transformações.

A noção de *trabalho* permeia todas as narrativas, e é através dela que se organizam as descrições dos espaços, os relatos dos eventos e as impressões e os sentimentos. É este trabalho, *o cotidiano do trabalho*, em que cada narrador, mesmo traçando sua trajetória pessoal, nunca perde a noção do coletivo, que naturalmente se coloca como um dos suportes do que poderíamos chamar de *memória social* dos operários da rapadura. Em outras palavras: o trabalho é a substância social da memória do *Tupinambá*.

Deu-se então, algo que comumente acontece a um pesquisador: as fontes guiaram o historiador. A partir de todo esse material empírico inicial, fundamentado principalmente na oralidade, decidi centrar o foco das minhas indagações e análises nas relações de trabalho que se estabeleciam em engenhos de rapadura, como o *Tupinambá*, a partir de meados do século passado.

Nesse período, as relações patrão-empregado em engenhos de Barbalha conservavam um tipo de trato pessoal que implicava em intrincada rede de mercês e obrigações, cujos vínculos ultrapassavam o limite do trabalho e atingiam a vida familiar. A figura tradicional do patrão, não só distribuía pessoalmente funções, como apadrinhava crianças, providenciava o transporte de doentes, enterros, e não raro, exercia proteção em caso de perseguições. Muitas dessas questões retomam elementos provenientes do passado, em que os engenhos de rapadura — espaço definidor das relações de produção — se consolidavam na formação social econômica e cultural da região.

¹⁷ Tuta, em setembro de 2003.

A historiografia regional é consensual na afirmação de que desde o início da fixação mais sistemática do homem colonizador, em paralelo à criação de gado, estabeleceram-se sítios com culturas alimentícias. Além das plantações de gêneros de subsistência imediata, brejos e pés de serra começaram a ser ocupados por plantações de cana de açúcar.

João Brígido, escrevendo ainda no século XIX, procurou estabelecer uma cronologia dos pioneiros habitantes da região, onde mesmo antes de 1725 já se encontravam pequenos engenhos familiares. Tratava-se de pequenas unidades, que movidas à água, ou, mais freqüentemente por força animal, fabricavam açúcares em forma de melado e rapadura.

Em *Ceará (Homens e Fatos)*, Brígido coteja e discute registros contraditórios, deixando entrever em momentos o Cariri setecentista, onde “não havia ainda uma população abundante, eram raros os brancos (...) e já existiam fazendas de gado e muitos colonos estabelecidos...” Com o avançar do século XVIII, este autor faz menção à chegada na região de trabalhadores “de diversas partes, sobretudo da Paraíba”. Muitos por lá permaneceram, formando uma população diversificada a compor a força de trabalho junto a proprietários de terra “já entrados em uma nova fase – a criação e agricultura exclusivamente”.¹⁸

Outra obra importante para um embasamento da formação histórica do mundo dos engenhos é *O Cariri, seu descobrimento, povoamento, costumes*, de Irineu Pinheiro, que embora escrevesse muitos anos depois de João Brígido, pode também ser compreendido dentro de uma concepção tradicional da história, preocupada em buscar em documentos a crônica das famílias “encarregadas” da construção de um espaço “civilizado”, condizente com moldes europeus. Mesmo assim, *O Cariri* contém uma rica temática alusiva á formação da região: o delineamento das primeiras unidades básicas de ocupação; as posteriores disputas entre criadores e lavradores, “*que se amiudavam à proporção que se alargava a zona cultivada dos pés de serra e brejos*”¹⁹ e a evolução dos núcleos humanos a partir da riqueza que começa a

¹⁸ João Brígido, na busca por uma data precisa para o que chamou de “descobrimto” do Cariri, apresenta diferentes versões - tradições baseadas em testemunhos de descendentes dos desbravadores. BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2001, p.84 e ss.

¹⁹ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri, seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza, 1950, p. 45.

admirar a expansão dos partidos de cana.

À medida que adentrava na investigação, mais atenta eu ficava para a importância dos processos produtivos da rapadura para o Cariri. Instigava-me, sobretudo, a longevidade de tal atividade e a influência das relações de produção em outras esferas do convívio humano, a ponto de definir estratos sociais, moldar comportamentos, estabelecer uma cultura.

Ao longo do século seguinte, o número de propriedades com engenhos de rapadura crescia, embora estes apresentassem uma face bem distinta dos conhecidos engenhos de açúcar da zona da mata nordestina, de maior porte, em propriedades extensas, voltados para uma economia de exportação. O historiador Raimundo Girão ao exercer tal comparação, radicalizou ao dizer que o “engenho do Nordeste das areias” era “um engenho pobre, fabricando rapadura e não consentindo que o dono morasse em casas grandes de sobrado”.²⁰

Ao contrário do que aponta Raimundo Girão, embora com outra configuração na estrutura agrária, o Cariri conheceu engenhos bem construídos. Seus proprietários, se não se enquadravam no estereótipo de um “senhor de engenho de açúcar” com toda a imagem de autoridade e fausto que a literatura consagrou, dispunham de boas montarias, muitos moradores, trabalhadores e agregados, exercendo certo poder de mando local.²¹

Mas não era apenas no poderio dos proprietários que um paralelo com os antigos engenhos de açúcar tornava-se pertinente para esse estudo. Ao descrever os costumes e práticas rurais do Cariri dos anos 1940, por exemplo, Irineu Pinheiro trata das relações entre os donos da terra e seus moradores, que guardavam muitos elementos do passado de trabalho cativo. Pinheiro cita, entre outros, *os dias de obrigação*, resqúícios, como ele mesmo concede, do tempo da escravidão.²²

Havia também semelhanças observáveis no processo produtivo dos antigos bangüês, uma seqüência de operações bem delineadas e que em boa parte se reproduziam nos engenhos de rapadura. Compartilhavam, sobretudo,

²⁰ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.p. 365

²¹ A respeito de engenhos do sertão, ver também em ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.p.193 e FIGUEIREDO FILHO, José de. “*Engenhos de Rapadura do Cariri*”. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola; Ministério da Agricultura, 1958, p.23-25, 51-53.

²² PINHEIRO, op. cit, p. 45.

formas tradicionais de plantio de cana, processos de transporte e moagem, e vários elementos materiais do cozimento, bem como os conhecimentos empíricos aplicados a essa prática.

Contudo, não se pode esquecer que, os engenhos de rapadura sempre funcionaram em um tom menor em relação ao universo nordestino fabricante de açúcar. Para alguns estudiosos, como o geógrafo Manoel Correia de Andrade, tudo “*se processaria como se fosse uma miniatura, distanciada no tempo e no espaço, da civilização canavieira da região da Mata*”.²³

Esta familiaridade com os beneficiamentos da cana de açúcar ao longo da história — com suas estruturas físicas, processos produtivos, instrumentos, agentes e relações de trabalho — levaram-me a buscar um aprofundamento maior na rica historiografia que trata do trabalho nas unidades de açúcar colonial.

Stuart B. Schwartz, que em “*Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*” analisa como a indústria açucareira “criou o contexto da vida baiana”, forneceu-me instrumentos que me possibilitaram ver no universo dos engenhos de rapadura estudado, muito além da esfera puramente econômica: a reprodução da sociedade maior cariense que ia se formando em torno deles. Esse autor analisou os grupos sociais envolvidos no próprio processo produtivo dos engenhos de açúcar e ressaltou a pequena diferença de status e tratamento entre escravos e trabalhadores livres, afirmando que: “a distribuição de trabalho aos pobres livres da zona rural dava aos senhores a oportunidade de submeter esses trabalhadores ao seu controle pessoal”. Schwartz delineou as relações entre senhores e subordinados nas quais a exploração estava “inserida num contexto ideológico em que predominavam as metáforas da família, obrigação, lealdade e clientelismo”, destacando a persistência da mentalidade senhorial, mesmo depois do desaparecimento de sua base formativa original.²⁴

Em outro texto, Schwartz chama a atenção para a *singular* imbricação do trabalho e de outras instancias de vida da mão-de-obra nos engenhos, o

²³ ANDRADE, op. cit. p.193.

²⁴ SCHWARTZ, Stuart B. “*Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*”. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 95, 218 e 264. No tocante ao delineamento das funções do engenho colonial e a convivência entre as formas de trabalho ver também FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 218.

que definiria, por sua vez, a *singularidade* desta sociedade. Levando em conta a dimensão cultural na análise do cotidiano, o autor destaca as características peculiares da labuta com a cana-de-açúcar: a sazonalidade, a combinação de atividade agrícola e industrial, as habilidades requeridas, a hierarquização dos trabalhadores, entre outros aspectos, que permeavam esse espaço de convivência entre cativos e livres.²⁵

Ao compartilhar condições de trabalho e modos de vida semelhantes, estas duas categorias, trabalhadores braçais livres e escravos, influenciaram-se mutuamente. Reflexos dessa convivência vão ainda aparecer, séculos depois, mesmo em regiões como o Cariri, onde a presença escrava nos engenhos tomava menores proporções.

Quando o *Tupinambá* começou a moer, o cotidiano de trabalho em propriedades de cana de açúcar era ainda escravista, mas já transformado pela forte presença de trabalhadores livres. Este é o contexto estudado por Antonio José de Oliveira em “*Engenhos de Rapadura do Cariri: Cotidiano e Trabalho*”, que vê na atividade canavieira entre 1790 e 1850, uma economia fortalecida rapidamente com a expansão do fabrico da rapadura.

Oliveira quantifica o enriquecimento de uma elite agrária através da análise de fontes cartoriais que lhe permitem a reconstrução de um mundo ainda predominantemente rural, onde as várias formas de trabalho se entrelaçavam numa estruturação sócio econômica e cultural. Este entende o engenho como fator fundamental da organização de diversos grupos sociais. Na moagem, tempo de adquirir novas experiências, o trabalho coletivo era “um engajamento das articulações fornecido pela materialidade do cotidiano cujas formas não se esgotavam ao fim da jornada”.

Trabalhando num contraponto aos estudos de engenhos de açúcar, Oliveira desvenda o jogo de diferenciações no qual a produção de rapadura, menor, voltada para um mercado interno, construía relacionamentos mais estreitos. Por outro lado, repete-se a interação do trabalhador livre e do escravo, numa herança condicionante de aspectos tradicionais nas relações encontradas no século seguinte:

²⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

As condições de trabalho por sujeição e as varias relações de trabalho existentes naquele instante foram fatores importantes para a maior dependência do trabalhador livre e do agregado, garantindo, portanto a produção e o fortalecimento cada vez maior das relações de poder e de dependência do pobre agregado; esses eram papéis importantíssimos para a manutenção de fidelidade e confiança naquele contexto.²⁶

Tais considerações levam a um diálogo com Maria Sylvia de Carvalho Franco, que no clássico *Homens livres na ordem escravocrata*, estuda a existência concomitante das formas escravas e livres de trabalho em campos cafeeiros do Vale do Paraíba do século XIX. A socióloga reconstitui a categoria do homem livre e sem posses, trabalhadores submetidos a uma configuração de dominação pessoal, que não deixaria marcas objetivas do sistema de constrições. A sujeição, construída “por meio de um processo cumulativo de recíprocos encargos e favores” passaria por “natural”. As tensões inerentes às relações entre senhores e trabalhadores permaneceriam ocultas, “havendo escassas possibilidades de emergirem a consciência dos dominados”. Para a autora, as relações “entre senhor e dependente aparecem como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia e não como imposição da vontade do mais forte sobre a do mais fraco, como luta”.²⁷

Sempre traduzindo essas relações em termos de acomodação e ajustamentos, Maria Sylvia acompanha esse contingente de trabalhadores pobres e livres aos momentos que antecedem a abolição. Privados de qualquer possibilidade de acesso à propriedade de terra, essa categoria:

Conseguia acomodar-se à sombra das grandes fazendas e reeditar, com a agregação e a vida de favor em chão alheio, o seu modo tradicional de subsistir, produzindo o pouco de que necessitava e escapando assim, pelo menos temporariamente, ao destino de assalariado.²⁸

Trabalhadores livres também estão presentes em *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, obra fundamental para esta pesquisa, pela ampla apreensão desses contingentes humanos, envolvendo suas condições de sobrevivência, seus mínimos vitais e sociais, suas heranças culturais, suas formas de solidariedade, entre outros aspectos.

²⁶ OLIVEIRA, Antonio José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri: Trabalho e Cotidiano (1790 – 1850)*. Fortaleza: UFC. Dissertação de Mestrado em História Social, 2003, p.97 e 19.

²⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p. 94, 95.

²⁸ Idem, p.200.

Antonio Candido apresenta como as diferentes formas de ocupação de terras e de trabalho no interior do país, vão dar origem a uma variedade de *categorias* de trabalhadores, entre as quais estão os *caipiras* — objeto de seu estudo — imbuídos de uma *cultura própria*, onde o trabalho e a religião configuravam o âmbito e o funcionamento de um grupo de vizinhança.²⁹ O autor, que realizou sua pesquisa de campo no interior paulista entre 1947 e 1954, mostrou como a análise das manifestações culturais dessas populações foi imprescindível para o desvendar das estruturas e das transformações da sociedade.

Suas observações atingiram uma época em que a ampliação da rede de comunicações, as mudanças na relação com o meio ambiente e os novos ritmos de trabalho constituíam alguns sinais da incorporação progressiva da vida do homem do campo aos processos capitalistas e urbanos.

Ao examinar este processo, que associou a uma conjuntura de crise social, Antonio Candido percebeu a *cultura caipira* tentando subsistir em um mundo onde as mudanças “que se vão acentuando no plano econômico e técnico repercutem em todos os setores da cultura; por isso, também nela já se verifica um afastamento acentuado entre as formas antigas e as atuais”. Num aspecto bastante pertinente para minha pesquisa, o autor tece a hipótese de como os fatores de *persistência* interagem com os de *alteração* num padrão de ajustamentos típico do dinamismo inerente a todo equilíbrio social:

...esta permanência, ou persistência, não deve ser considerada apenas fenômeno de demora (*lag*), mas também recurso de ajuste à nova situação, que pode rejeitar as normas e práticas anteriores, ou incorporá-las, depois de redefini-las.³⁰

Num contexto rural mais próximo, cabe mencionar o trabalho de Maria Sylvia Porto Alegre para pensar a formação da força de trabalho: o contingente de população livre e pobre que vai preencher os sertões nordestinos. Em “*Fome de Braços*” – *Questão Nacional. Notas sobre o trabalho livre no Nordeste no Século XIX* são analisadas, dentro da transição do trabalho *escravo* para o trabalho *livre*, as especificidades que este processo adquiriu em zonas onde a população cativa tomava menores proporções e onde a presença

²⁹ CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 200, p. 95.

³⁰ Idem, p.288 e 203-204.

de homens pobres e livres era expressiva, “incluindo brancos, mulatos, índios e pretos libertos”. Desmistificando a abrangência nacional de uma “fome de braços” no século XIX, Porto Alegre trabalha com recenseamentos, relatórios e outros documentos do período, para mostrar que mesmo antes da abolição, os maiores proprietários do nordeste já recorriam amplamente ao “trabalhador livre nacional”.³¹

Em outro estudo, a mesma autora retoma a análise do trabalho *livre* nos sertões nordestinos, historicizando suas origens rurais nos tempos coloniais, onde associa a expansão dessa categoria à evolução das formas de organização produtivas da província. Mostra, de forma sintética, como as atividades ligadas à pecuária (charqueadas, couro) e às culturas agrícolas (algodão, rapaduras) ativaram o comércio regional e participaram da expansão de um mercado interno, abastecido basicamente a partir de uma maior divisão do trabalho e do emprego da mão de obra livre existente.

A análise de Porto Alegre relaciona essa expansão do trabalho *não escravo* ao “desenvolvimento da formação social do sertão, na medida em que tornou possível a sobrevivência da população destituída” e de seus modos de vida, onde a “rusticidade dos costumes, a precariedade dos meios de subsistência e as dificuldades do cotidiano eram comuns a toda a população, na sua maioria pobre e livre”.³²

No tocante à história regional, outra obra importante para esta pesquisa foi “*Engenhos de Rapadura do Cariri*”, do historiador e memorialista José de Figueiredo Filho, que quase cinquenta anos depois de escrita continua a ser referência imprescindível para a compreensão não só do mundo do trabalho nos engenhos, mas de toda a sua inserção no contexto cultural maior da região: a vida no Cariri cearense construída historicamente em torno do universo canavieiro. Parte da obra discorre sobre os trabalhadores do eito e do engenho que exerciam variadas funções concatenadas: desde as mais

³¹ PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. “Fome de braços’ – Questão nacional notas sobre o trabalho livre no Nordeste no Século XIX”. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: (16\17), nº 1\2 p. 105-142, 1985\1986, p. 118 e.122

³² PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. Vaqueiros, agricultores, artesãos; Origens do Trabalho Livre no Ceará Colonial. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: (20\21), nº 1\2 1989\1990. p.29. Sobre trabalhadores livres no Ceará ver também PINHEIRO, Francisco José. *Formação social do Ceará (1680-1820) – O papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Recife: Tese de Doutorado, UFPE, 2006.

simples, ou duras como a de “botador” de fogo até as mais valorizadas como a do mestre da rapadura.

Interessa-nos, sobretudo, a percepção demonstrada por Figueiredo Filho de um mundo em transformação. Partindo de um tempo onde quase toda a mão de obra nos engenhos era formada por gerações de trabalhadores vinculados à terra do proprietário — “O morador do sítio cariense é que é o pé-de-boi do engenho” — o autor observava que estes começavam a deixar aqueles sítios, sendo substituídos por outros “de fora”: uma maior circulação de trabalhadores, “que mudam de lugar como quem muda de roupa”.³³

No período em que Figueiredo Filho vivenciou os engenhos de rapadura, primeira metade do século XX, a poderosa economia açucareira das regiões da Zona da Mata e do Recôncavo baiano, ameaçada por crescentes perdas no mercado de exportação, apresentava transformações radicais em seus processos produtivos, a maioria delas ensejadas por políticas públicas de favorecimento às oligarquias açucareiras. Tratando desse tema em *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*, Peter Eisenberg demonstrou como a grave crise econômica que se abateu sobre os produtores de açúcar nordestinos, no final dos oitocentos, foi combatida com aportes de capital e uma reorganização na parte industrial da produção: num processo que denominou de *modernização*. Embasado em forte documentação, Eisenberg mostrou como os custos dessa crise econômica agravaram os problemas sociais da região, ao serem repassados para uma força de trabalho em que os elementos cativos foram substituídos “por uma população, quase tão subserviente, de moradores, diaristas e parceiros.”³⁴

Submetidas a *modernizações* que haviam feito desaparecer o pequeno engenho e o *bangüê*, substituídos e engolidos pelas usinas, as zonas açucareiras testemunharam fortes processos de concentração fundiária, expropriação do pequeno proprietário e do morador, desaparecimento das culturas de subsistência e proletarianização do trabalhador, submetido a cada vez mais mesquinhas condições de trabalho.³⁵

³³ FIGUEIREDO FILHO, op. cit., p. 42.

³⁴ EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840- 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.246.

³⁵ Sobre os processos de transformação na economia canavieira do açúcar ao final do século XIX e início do XX, além da obra chave sobre o tema de Eisenberg, pode-se ver também:

Enquanto isso, a economia *rapadureira* do Cariri, de pequenos e médios proprietários, de capital local e de comercialização apenas regional, “parecia” viver de forma muito mais lenta as mudanças. Muitas moendas que passaram a esmagar as canas cearenses foram compradas de bangüês açucareiros desativados. Gadiel Perruci explica como o engenho tradicional, que define como o conjunto “da plantação de cana e moinho onde se efetua a transformação da cana”, sobrevivia às crises eventuais dos anos secos: “As dificuldades momentâneas da plantação não provocam automaticamente a falência do moinho porque o sistema é suficientemente elástico para funcionar em regime fechado”.³⁶

No Cariri, não havendo a monocultura, mesmo em anos ruins o dono do engenho sustentava a si e a seu pessoal com a produção de gêneros de subsistência. Em resposta ao mercado consumidor regional que pouco a pouco abandonava o uso da rapadura em favor do açúcar, cada vez mais penetrante e popular, os produtores buscavam outros mercados entre os trabalhadores do algodão, os recrutados nas obras contra as secas, e moradores de rincões mais distantes.

Entretanto, mesmo em ritmo mais lento, as décadas de 1950 e 1960 assistiram à chegada de *modernizações* no Cariri dos engenhos. Figueiredo Filho, ao escrever suas crônicas dos *Engenhos de Rapadura do Cariri*, despedia-se, talvez sem o saber, de um mundo que a partir daí sofreria mudanças irreversíveis. Terras, posse e propriedade, expropriação do pequeno, migrações para zonas urbanas, abandono da rapadura em função de novos produtos, técnicas e relações de produção definitivamente alteradas. Surgiam novas formas de articulação desses elementos, num processo marcante de transformação.

Creio ser necessário a qualquer pesquisador, entender o processo histórico como um campo de possibilidades e procurar discernir até que ponto os “sujeitos” são construtores do próprio contexto. A esse respeito, Fernando

ARAÚJO, Tatiana Brito de. *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano*. Salvador: FIEB, 2002; CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança pernambucano (1874-1941)*. São Paulo: Annablume, 2001; MELO, Mario Lacerda de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos no Nordeste canavieiro*. Recife: MEC; Instituto Joaquim Nabuco, 1975; OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA/UFBA, 1999; e PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

³⁶ PERRUCI, op. cit., p.114.

Teixeira da Silva, em sua obra que estuda o movimento operário na cidade de Santos, afirma que:

As ações humanas passam a ter peso decisivo na investigação de grupos bem delimitados no tempo e no espaço. Trata-se de recompor as complexas redes de interação entre os indivíduos e o meio que os cerca para compreender suas preferências e estratégias de ação.³⁷

Entre as muitas questões despertadas em torno de meu objeto de estudo, eu desejava compreender as interligações entre as mudanças ocorridas na base material do processo produtivo e a dinâmica das relações sociais de trabalho. Apesar de ter consciência de que a pesquisa em que me engajara não percorria campos inexplorados - o universo do fabrico da rapadura - estimulava-me o foco e a perspectiva escolhidos: as relações de produção em toda a sua amplitude, envolvendo padrões e trabalhadores, com ênfase, mais rara na historiografia sobre o Cariri, nas visões e experiências destes últimos. Uma postura que se colocava coerente com os pressupostos da História Social, que compreendo como *um processo com sujeitos em ação*. Os *operários da rapadura* são os atores sociais da história que escrevo.

Neste sentido, as leituras de textos de Edward Palmer Thompson³⁸, mesmo tratando de outros contextos históricos — a Inglaterra do século XVIII — ajudaram-me a pensar muitas das questões que afloravam a partir do cotidiano de meus sujeitos, que eram “pessoas comuns” envolvidas num “mundo do trabalho” em processo de transformação.

Foram-me muito úteis, por exemplo, seus conceitos de *classe* e *experiência*, desenvolvidos a partir de “*A formação da classe operária inglesa*”, tendo como referencial as múltiplas experiências expressas pelas próprias classes trabalhadoras em seu processo de (auto) constituição. Para Thompson, a classe *aconteceria* a partir do compartilhamento, entre um grupo de homens, de experiências que iriam além das relações de trabalho, abrangendo outras vivências, práticas culturais e de sociabilidade. A partir deste amplo compartilhar, esses homens “sentem e articulam a identidade de seus

³⁷ SILVA, Fernando Teixeira da Silva. “*Operários sem padrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*” Campinas: UNICAMP, 2003, p.44.

³⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. vol. I. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997; *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002; *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2002.

interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.³⁹ Segundo Richard Hoggart, esse *sentido de grupo* seria expressivo entre as classes proletárias, cujos membros partilham a “concepção de que o mundo se divide em “Nós” (os membros do grupo) e “Eles”, os que estão de fora”: os patrões, as classes dominantes. Para um grupo de trabalhadores, a necessidade de sobreviver no mundo “Deles” – o mundo dos patrões, hostil e pouco acolhedor – fortaleceria o sentido de comunidade.⁴⁰

A definição do que é comum a um grupo e o que o diferencia de outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as referências sócio-culturais de seus membros. Neste sentido, o conceito de experiência trabalhado por Thompson foi fundamental para as reflexões sobre a comunidade dos operários da rapadura. Este historiador associou fortemente a *experiência* à *cultura*, colocando a investigação das práticas culturais como algo absolutamente necessário para a compreensão das classes populares. É a partir de um cotidiano formador de experiências distintas, que grupos sociais diferenciados inseridos na mesma sociedade começam a construir seus próprios padrões de conduta, referendar seus valores, suas escolhas, estabelecer suas relações. Para Thompson, enquanto uma classe existe a partir de experiências comuns, a consciência dessa classe “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais; encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”.⁴¹

O conceito de cultura também faz parte do instrumental utilizado pelo mesmo autor para o estudo da dominação e da submissão das classes populares. Tomando “cultura” como o conjunto de valores, atitudes e significados, intrínsecos ao modo vida de determinado grupo de homens, Thompson nos alerta para que fujamos da idéia da existência de uma cultura consensual. Ao contrário, haveria em cada contexto sócio-cultural um conjunto de confrontos, trocas e influências, que fazem com que a cultura, em seu dinamismo, deva ser vista como “uma arena de elementos conflitivos”. Thompson privilegia, sobretudo, “o aspecto ativo voluntarista, criador de

³⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa* v. I, op. cit., p. 10

⁴⁰ HOGGART, Richard. “Nós” e “Eles”. In OLIVEIRA, Paulo de Salles. *O Lúdico na Cultura Solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.171.

⁴¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa* v. I, op. cit., p. 10

valores da cultura popular: o povo faz e refaz sua própria cultura”.⁴²

A sociedade patriarcal estudada por Thompson ainda mantinha, sobre as classes pobres, forte controle, exercido primordialmente na esfera cultural, um tipo de controle que também passei a observar nas minhas investigações. Numa sociedade com permanências tradicionais de dominação, essas heranças são fortes, não apenas pelo poder político ou econômico em que se apóiam, mas porque essa dominação se processa também na esfera das sociabilidades, da cultura.⁴³

A análise de Thompson serve de modelo para a compreensão de como um grupo de trabalhadores, *seres humanos concretos*, atuou quando submetido aos processos de transformação, que a expansão das práticas capitalistas fazia chegar ao sertão do Cariri. E como estes homens, assim envolvidos, tiveram suas identidades formadas no interior desse próprio processo.

Os engenhos de rapadura do Cariri, mesmo os de maior produção, funcionavam com um número pequeno de trabalhadores: entre 20 e 30 operários. Durante os períodos de moagem, este número aumentava consideravelmente, com a contratação de temporários para os serviços de corte e transporte de cana. Contudo, sempre havia um núcleo de trabalhadores fixos de baixa rotatividade, que estabeleciam relações mais duradouras e estreitas, trocavam experiências e aprendizados, eram submetidos ao mesmo tipo de disciplina, respondiam a essas formas de controle, e estabeleciam redes de sociabilidade mais facilmente detectadas.

Quem eram esses homens? De onde eles vinham? Como se prepararam para exercer seus ofícios? Queria compreender como trabalhavam, construíam suas vidas e relações. Buscava desvendar que tipo de consciência eles tinham de si próprios e compreender como estes operários da rapadura, em uma época determinada, detinham lutas e interesses comuns.

Trabalhadores de engenho, como o *Tupinambá*, em função de práticas e controle paternalistas, viviam geralmente em moradas agrupadas. Portanto, tinham a particularidade de não só trabalhar, como viver em espaços

⁴² THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. op. cit. p. 211, 261; e *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. op. cit., p. 17.

⁴³ THOMPSON, E. P. “*Costumes em comum*”. op. cit., p. 46.

compartilhados, criando situações mais propícias para que se construísse uma cultura peculiar ao grupo, à comunidade.⁴⁴ Minha pesquisa empenhou-se em discernir tais valores, associados a uma cultura que emergia no contexto socioeconômico deste universo particular da rapadura.

Nesta perspectiva do campo da História Social, para meu objeto de estudo, tomei como aportes empíricos, além das fontes orais, documentos cartoriais e registros em jornais e publicações da época.

Ainda dentro do campo da oralidade, agreguei aos depoimentos dos trabalhadores – que persistiram como eixo central – memórias de outros segmentos da comunidade. Assim, entrevistei alguns dos patrões/proprietários do engenho que se constituíram, como previsto, num forte contraponto aos depoimentos anteriores em relação ao objeto pesquisado. Outras pessoas — memorialistas, tabeliães, fiscais municipais, barbalhenses contemporâneos — cujas vivências e testemunhos da época, permitiram um cotejamento enriquecedor para o trabalho com fontes orais.

Também passei a trabalhar com outras tipologias empíricas. Cartas de sesmarias, testamentos, inventários, processos de demarcação de terra, foram alguns dos documentos encontrados em cartórios e arquivos públicos, em acervos de Barbalha, Fortaleza e Recife. Este tipo de documentação tornou-se fundamental para pensar as questões patrimoniais – valores, uso, posse da terra - e a própria materialidade dos engenhos, bens e equipamentos, tão importantes na constituição das relações de trabalho.

Jornais, periódicos e outras publicações da época me permitiram uma apreensão das múltiplas esferas, sócio, econômicas e culturais, que interagiam na realidade pesquisada. Por abranger um largo recorte temporal, o que inviabilizava uma varredura mais completa das publicações a ele concernentes, optei por me fixar em dois jornais: “*A Ação*”, semanário editado na cidade do Crato; e “*O Povo*”, jornal diário de ampla circulação no estado do Ceará e que apresentava matérias e colunas regulares voltadas para o interior. Além destes, também utilizei a revista cultural caririense “*Itaytera*”, editada anualmente.

Esse material hemerográfico foi generoso no tocante a

⁴⁴ Sobre moradias de trabalhadores agrupadas e fornecidas pelo patrão, em contextos diferenciados, é interessante ver LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, e FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

contextualização, e me apresentou outras visões – governamentais, das elites proprietárias e comerciais, dos acadêmicos e estudiosos atuantes na época - sobre questões cruciais como: a eletrificação do campo, os períodos de estiagem, os problemas causados pelas pragas e as tentativas de novas espécies de cana, a crise mercadológica da rapadura, a chegada da usina de açúcar ao Cariri, entre outras. Além disso, tais fontes também me permitiram recuperar e assimilar, embora de forma parcial e filtrada, o discurso e o próprio modo de pensar das elites do período estudado.

Contudo, é sempre importante lembrar que um processo de pesquisa é dinâmico e deve ser continuamente revisto e aberto a possibilidades, sem que necessariamente isso represente um abandono das concepções centrais.

Assim, outros aportes foram surgindo e se fazendo oportunos e necessários ao longo do trabalho. Como exemplo disso, posso evocar o momento em que percebi, que para a compreensão da construção patrimonial da família proprietária, os *Sampaio*, mais precisamente a agregação de parcelas de terra no sítio *Tupinambá*, e sua interação com outras propriedades agrícolas da mesma família, os registros cartoriais não seriam suficientes. Tornou-se imprescindível o auxílio de mapas e levantamentos topográficos, que embora de feitura atual, ainda conservavam referências que permitiam uma melhor apreensão das outras informações. Além disso, recolhi junto a contemporâneos, um pequeno grupo de fotografias, algumas remontando ao fim da década de 1940, enfocando o *Tupinambá* e seus arredores, em imagens fortemente contrastantes com o aspecto atual dos mesmos locais.

Tais contribuições gráficas também me ajudaram a visualizar os espaços de trabalho que se constituíam, à semelhança da realidade usineira estudada por José Sergio Leite Lopes, numa dualidade rural e urbana. Isto acontecia não apenas geograficamente, pelo crescimento de Barbalha – que próxima enquanto *vila* nos oitocentos, se apropriou de áreas do *Tupinambá* no século seguinte – mas, principalmente, porque a moagem era “o elo industrial complementar de um processo produtivo que se origina no campo, inteiramente dependente da matéria prima agrícola que o seu próprio sistema de transportes canaliza de terras de sua propriedade”.⁴⁵

A rapadura e outros produtos da agricultura comercializados para

⁴⁵ LOPES, op. cit., p. 205.

regiões vizinhas, menos férteis, haviam contribuído para impulsionar economicamente o Cariri, com um correspondente adensamento populacional, no século XIX. Por volta de 1860, segundo o historiador Raimundo Girão, havia mais de 300 engenhos no Cariri, a maioria ainda com moendas de madeira⁴⁶. Em outra fonte, encontrei para o ano de 1858, o número de 72 engenhos funcionando em Barbalha.⁴⁷

Entre esses engenhos, estava o recém construído *Tupinambá*. Seu fundador, Antônio Manoel Sampaio (1814 -1870), cujos descendentes afirmam ter sido um homem de origem simples, ainda jovem se tornou um abastado negociante de Barbalha, onde nasceu. Esta vila foi se constituindo, na segunda metade dos oitocentos, uma referência para o comércio dos arredores. Antônio Manoel Sampaio aplicava boa parte de seus lucros na compra de parcelas de terra, que ia agregando às poucas braças⁴⁸ que recebera de herança, constituindo um cabedal de vários sítios, o maior deles o *Tupinambá*. Em 1850, esta propriedade se localizava bem próxima à recém emancipada vila de Barbalha, com sua imponente sede, *Casa Grande e Engenho*, erigida a pouco mais de um quilometro da então Capela de Santo Antônio, Matriz da Freguesia.

Durante seu longo período de atividade, mais de cento e trinta anos de safras e moagens, o sítio *Tupinambá* permaneceu nas mãos da mesma linhagem familiar dos Sampaio, nos dias de hoje representada por catorze herdeiros, da terceira à sexta geração de descendentes do fundador. Até pouco mais de vinte anos atrás, este engenho não só produzia grande quantidade de uma das rapaduras mais afamadas da região – a rapadura do “T” - como era o centro da vida de dezenas de famílias de trabalhadores.

O *Tupinambá* é o espaço centro de minha pesquisa, que estuda as relações de trabalho ali desenvolvidas durante algumas décadas do século passado (entre 1945 e 1980). A possibilidade de investigar o confronto e a convivência entre valores e formas tradicionais de trabalho, com outros advindos de processos de modernização e de transformações maiores da

⁴⁶ GIRÃO, op. cit., p. 366.

⁴⁷ BRASIL apud NORÕES, Edimar & NASCIMENTO, F. S.& SAMPAIO, Dorian, org. *Região do Cariri*. Fortaleza: BEL Publicações, 1977, p.8.

⁴⁸ Uma braça corresponde a 2,20 m. Nesse tipo de registro cartorial, muitas vezes a medida fornecida em braças corresponde apenas à largura ou “testada” da propriedade. No outro sentido, em profundidade, o terreno geralmente se estendia até um marco natural: rio, grota, divisa de município, etc.

sociedade, e a opção pela análise da perspectiva de trabalhadores, muitos deles “operários da rapadura” desde a meninice, são alguns dos fatores que guiaram a minha escolha deste largo recorte temporal.

Essa periodicidade detecta em seus primórdios, um “tempo de prosperidade” segundo a maioria dos relatos recolhidos, com forte produção, demanda e comercialização da rapadura para diferentes zonas do nordeste. Ao longo dos anos estudados, não só o *Tupinambá*, mas os outros engenhos da região testemunharam conjunturas que levaram ao que os cronistas contemporâneos chamaram de “crise da rapadura” e o conseqüente declínio desta atividade produtiva⁴⁹.

Os dois marcos cronológicos aqui têm sua explicação: 1945 foi o ano em que o sítio e engenho *Tupinambá* passou a ser administrado por um jovem membro da família proprietária, que trinta anos antes se mudara para Pernambuco, fugindo de perseguições durante o conflito conhecido como a “Sedição de Juazeiro.”⁵⁰ Durante este longo intervalo, a propriedade ficou arrendada a um parente próximo, que residindo na *CasaGrande*, interagiu diretamente com os *moradores*, deixando marcas que se evidenciam no depoimento dos trabalhadores mais antigos. Elony Sampaio, o novo administrador, vinha de uma metrópole – Recife – e, conhecedor de empreendimentos açucareiros na zona da mata pernambucana (alguns de sua própria família), ensejou uma gerencia em alguns aspectos diferentes da do seu antecessor, o que se refletiu marcadamente nas relações de produção. Quanto a 1980, mais precisamente os primeiros dias desse ano, marcariam a última moagem do *Tupinambá*. A partir daí, com o engenho de *fogo morto*, toda a cana da propriedade passou a ser fornecida à Usina Manuel Costa Filho, inaugurada em Barbalha em 1976.

Por sua longevidade, pela extensão de sua área de plantio (numa zona caracterizada pela pequena propriedade) esse *sítio e engenho* se destacava das outras propriedades que fabricavam rapadura e demais

⁴⁹ Ver, entre outros, COELHO, Antônio C. Possibilidades Econômicas da Região. *Itaytera. Crato*, nº 4, 1958, p.95-98; BRITO, Maria Socorro. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho no Cariri canavieiro*. Fortaleza: IOCE, 1985, p.21 e ANDRADE, op. cit. p. 193.

⁵⁰ Trata-se do envolvimento de “tropas” arregimentadas em Juazeiro e arredores, por Floro Bartolomeu, aliado político do Padre Cícero, contra o governador Franco Rabelo apoiado por oligarquias políticas e agrárias da região, que resultou em lutas, invasões e saques em várias cidades, particularmente Crato e Barbalha.

produtos de beneficiamento da cana. Mesmo assim, o *Tupinambá* compartilhava com muitos de seus congêneres as vicissitudes da safra, os processos produtivos, as formas de trabalho e o mesmo tipo de mão de obra para o eito e o engenho.

Evidenciada a centralidade deste engenho, acho oportuno salientar que não considero este trabalho como o que a academia convencionou designar “estudo de caso”, em sua concepção mais estrita. Prefiro defini-lo como um estudo que procurou utilizar a metodologia da chamada micro-história: com objeto e sujeitos identificáveis, que podem ser representativos de um determinado período. O *Tupinambá e sua gente* foi visto como um microcosmo que constituiu em si um processo histórico, para o qual busquei, como ensina o historiador Carlo Ginzburg, reconstruir o contexto social e cultural em que ele se moldou.⁵¹ Metodologicamente consciente da necessidade perene desta relação dialógica entre o micro e o macro, prefiro então dizer que o *Tupinambá* funcionou como engenho referência, não apenas inserido, mas conectado e correlato à realidade mais ampla estudada.

A construção deste contexto, que se constituiu palco das relações de trabalho estudadas, é do que se ocupa o primeiro capítulo dessa dissertação: *O Sertão canavieiro do Cariri*, tendo ao centro o *Tupinambá*.

No primeiro item deste capítulo, *Cariri dos Engenhos*, faço um recuo maior no tempo, para apresentar como se deram as primeiras interações entre o homem colonizador e a terra do Cariri: as doações das sesmarias, os processos migratórios, a ocupação do espaço e o estabelecimento de freguesias e povoados. Procuro perceber o delineamento de uma sociedade de proprietários e não proprietários, e os trabalhadores que vão compondo a mão de obra do campo. Apreende-se então, um contexto em processo, em que engenhos de rapadura iam se estabelecendo, e onde em meados dos oitocentos surgia o *Tupinambá*, já erigido como um “engenho de porte”.

A partir daí, na segunda parte chamada *Genealogia do Tupinambá. Terras e Homens*, sempre cotejando com eventos marcantes para a região e que interagissem diretamente no universo pesquisado, acompanho a história deste patrimônio familiar, seu gerenciamento, a evolução de sua força

⁵¹ Ver em GINZBURG, Carlo. “*O queijo e os vermes*”. Introdução. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

produtiva. Trata-se de uma história que contém elementos indicadores e formadores de características das relações de trabalho, por mim investigadas.

Em *Espaço da Cana, Espaço do Engenho, Espaço da Morada*, analiso os aspectos físicos do sítio e engenho referência, que vão se reproduzir, em maior e menor grau, nas outras unidades da região. Área, zoneamento, partido de cana, fontes de água, locais de trabalho; a arquitetura, construções e equipamentos; moradas do senhor e do trabalhador: espaços próximos, numa interação constante. Todos esses elementos materiais do passado, desaparecidos e documentados, ou ainda discerníveis no presente, são prechos de significados aos olhos do pesquisador: a distribuição dos espaços da moagem, o arruado das casas dos trabalhadores, a casa grande de paredes fortificadas acoplada ao engenho, apenas para citar alguns itens, têm muito a nos dizer sobre os homens que ali viviam, trabalhavam e se relacionavam.

O segundo capítulo, *Os Homens Que Faziam O Tupinambá Moer*, não toma para si o próprio nome da dissertação por acaso. É nele que os sujeitos da minha história aparecem verdadeiramente como atores sociais protagonistas. E suas falas são os guias para os labores do eito e da moagem.

Em “*Quando eu nasci meu pai já trabalhava aqui a um bocado de anos*”. *Trabalho e aprendizado: a tradição do fazer*, começo por mostrar as várias categorias de trabalhadores que conviviam em propriedades rurais como o *Tupinambá*, tanto na safra, quanto na entressafra. Entre os fixos, os mais estáveis eram os *moradores* que compunham a maioria do contingente de *operários da rapadura*. Muitos nascidos no próprio sítio, outros chegando meninos, aprendendo os múltiplos ofícios do engenho, ao olhar os, e dos, mais velhos.

O engenho exigia um saber-fazer que só se adquiria com observação e prática. Esse aprendizado à beira do engenho é também objeto de minha análise, assim como suas implicações de construção de experiências comuns, de uma certa polivalência de funções, de disciplina e hierarquia.

Para esses homens do engenho, em paralelo com os saberes compartilhados entre gerações, havia uma outra herança: a *condição de morador* e todos os seus componentes de sujeição e controle patronal.

“*Quem precisava do emprego, precisava do ganho, tinha era que se acostumar*” é o título da segunda parte deste capítulo. Como os operários viam

seus patrões? Como os trabalhadores se relacionavam com a classe patronal? Muitas práticas paternalistas persistiam num sistema de relações tradicionais com contratos verbais, acordos pessoais, obrigações e mercês, numa construção específica de relações de dominação e submissão. Por outro lado, mudanças de gerenciamento, novas formas de trabalho, a legislação trabalhista surgem como fatores de transformações, nem sempre positivas na visão dos trabalhadores, em cujas falas e ações percebe-se um misto de submissão e resistência.

São muitos os labores e os ofícios do engenho de rapadura. E todos eles estão em *Fogo Vivo – A arte de fazer rapadura: do cambiteiro ao mestre do ponto*. A safra propiciava ocupação para vários tipos de trabalhadores: no eito, no transporte e no beneficiamento da cana. Neste trecho da dissertação, o engenho surge em plena atividade: descrevo as múltiplas funções, seu encadeamento, a habilidade requerida, força, conhecimento, resistência, as muitas horas de trabalho duro. Nas fases desse trabalho de grupo, visualiza-se os homens envolvidos nessas operações através de seus ofícios, que foram se transformando ao longo de tempo, com as modernizações introduzidas no engenho.

Em minha análise, procuro compreender como o operário vê o processo produtivo — incluindo a divisão e as condições de trabalho — e como nele se posiciona. Apresento desde as funções mais simples como “o cambitar”, conduzir burros carregados de cana, até o outro extremo, em complexidade e perícia – com o “mestre do ponto”. Discuto como nesse “fazer-se” vai sendo criada uma cultura do mundo do trabalho. Ainda nesta parte, contextualizo o engenho na entressafra: outras tarefas, no eito e no engenho, pois o trabalho nunca parava e outras demandas se colocavam para os trabalhadores.

Em *Operários da rapadura - Relações de trabalho e práticas de sociabilidade*, estudo a complexidade das relações, num espaço onde persistiam antigas formas de trabalho, típicas de um ambiente agrícola e em que as “benesses” das práticas paternalistas procuravam encobrir as remunerações mínimas, incapazes de sozinhas gerar a sobrevivência. Analiso como os trabalhadores vão lidar com esse sistema, em que, por exemplo, pequenos “ganhos” vão agir quase como um nivelador de funções, contribuindo

para compor um grupo, que compartilha não só a luta diária pela sobrevivência, mas certas alegrias no “fazer”.

As interações, entre este mundo do trabalho e outros componentes da vida comunitária, são também o objeto de estudo desta parte. Analisando práticas comunitárias de famílias que moram próximas, investigo como elaboram estratégias comuns de resistência ou competem entre si. Mostro também como os trabalhadores, reproduzindo o grupo de trabalho, vão juntos à “cidade”, para a igreja e para o cabaré, procurando, em todas essas ações, discernir aspectos significativos da cultura e da experiência social destes homens.

No capítulo 3, que chamei de *Tupinambá de Fogo Morto*, apresento a conjunção dos processos históricos que agindo sobre o contexto do engenho *Tupinambá*, “amarram” os dois marcos da temporalidade estudada. A partir da chamada *prosperidade* que marcou esta atividade produtiva nos anos 40, apresento uma análise historicizada dos fatores que, interagindo com este universo de trabalho, culminam com o fechamento não só desse engenho, mas de várias outras unidades, numa transformação marcante para a região. O *Tupinambá* de fogo morto como uma ruptura na vida de seus trabalhadores.

Na primeira parte, *Força Animal, Força Motriz – “Esculhambou o negócio de moagem”*, faço um breve recuo no tempo, para recuperar a lenta, mas consistente transformação no processo de fabrico da rapadura e suas implicações para os custos produtivos, para o mercado de trabalho e cotidiano dos trabalhadores. Analiso o quanto essas iniciativas transformadoras — sejam aquelas ligadas à etapa agrícola, com a introdução de novas espécies, sejam as *modernizações* na etapa industrial — já funcionavam como respostas aos desafios que se apresentavam à sustentação dessa atividade produtiva. Todavia, a ênfase deste trecho recai sobre a análise de como estas mudanças são absorvidas pelos operários: as repercussões na força de trabalho, as alterações do cotidiano.

Em *A crise da rapadura: “Ficaram moendo, moendo, moendo, mas quando foi o tempo da Usina!...”*, discuto como a crise da economia *rapadureira* (analisada em seus múltiplos fatores) vai afetar fortemente empreendimentos de médio porte, como o *Tupinambá* e seus empregados. Investigo que tipo de ações tal situação vai ensejar do setor patronal e dos órgãos governamentais.

Estes últimos, longe de valorizar a economia da rapadura, passam a conduzir políticas que culminam na implantação de uma usina de açúcar, ainda na periodicidade estudada. Procuro analisar que tipo de reações (e não reações) ocorrem a curto prazo e como os trabalhadores de engenho são particularmente afetados.

Finalmente, em *Tupinambá de Fogo Morto, lugar de memórias*, em breve quadro da atualidade, mostro como este engenho abandonado se tornou um “lugar de memórias”. Enquanto a memória oficial, capitaneada pelos poderes públicos, é simbolizada pela idéia recorrente de um *Museu do Engenho*, concebido como um “monumento” que efetivaria as práticas preservacionistas patrimoniais das elites, para os trabalhadores, excluídos da instância anterior, constitui-se outro tipo de recorrência: o desaparecimento não só do seu espaço de trabalho, mas de seus ofícios e saberes, de uma parte de si.

A porteira abandonada, o mata-burros soterrado, a *Casa* e o *Engenho* semidestruídos estão na entrada da cidade. Podem ser estruturas imperceptíveis para o visitante que chegou apressado pela estrada do canavial, mas, certamente para o antigo morador do *Tupinambá*, os sinais externos do fim do engenho e de toda uma vida de trabalho são ostensivos. Torna-se quase impossível não ver essa imagem arruinada de suas vidas. E bem sabemos como são fortes as imagens visuais, na composição de nossa memória.

*Eu saí de lá porque fechou o engenho, acabou-se a moagem, quase tudo acabou. Até o último dia eu estava lá. Foi tristeza pra todo mundo, pra todo morador que a gente era lá. Foi 55 anos! Não ganhei nada, dona.*⁵²

*O povo abandonaram os engenhos e foi tudo de água abaixo. Foi como o nosso Tupinambá aqui. Nosso Tupinambá aí ta acabado! (...) Uns se empregou. Uns desabaram, outros foram embora, outros morreram... Outros saíram ninguém sabe onde é que anda.*⁵³

*Mas com tudo isso era um Engenho,
era engenho, mesmo não moendo...*

João Cabral de Melo Neto / *Menino de Três Engenhos*.

⁵² Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

⁵³ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.



Foto 1 - Vista frontal da *Casa e Engenho Tupinambá*. Os volumes caiados de branco, à esquerda, acrescentados por Elony Sampaio por volta de 1950, funcionavam como armazém, casa do alambique e oficina. Fotografia atribuída a Elony Sampaio. Arquivo Yacê Carleial.



Foto 2 – Vista dos fundos do engenho *Tupinambá*, a partir da bagageira. Em primeiro plano, o proprietário e administrador Elony Sampaio. Anos 1950. (APES)

CAPÍTULO 1 – O SERTÃO CANAVIEIRO DO CARIRI

*Onde a mata bem penteada
do trópico açucareiro, o tio-afim, mais afim
que outros de sangue e de texto,
dava ao sobrinho menino
atenção que a um homem velho:
contava-lhe o Cariri,
a Barbalha, o Juazeiro,
a guerra deste com o Crato,
municipal, beco a beco,
o seu Ceará, seu Recife,
de onde não era, aonde veio.*

João Cabral de Melo Neto
Tio e sobrinho

O *Sertão do Cariri* é o espaço que se constitui o chão social do universo de trabalho estudado. Apreender este cenário — terra e homens — ajuda a compreender as especificidades das relações que ali se produziam. Para isso é preciso rever como se formou essa parcela do interior cearense — uma região diferenciada com um núcleo canavieiro — e como surgiram e se estabeleceram seus engenhos de rapadura, entre os quais o *Tupinambá*, “espaço centro” desta pesquisa.

Falar do *Sertão do Cariri* não remete apenas ao lugar geográfico, mas a seus significados. Quando se pensa em *sertão* é quase inevitável considerar uma das acepções mais recorrentes a este termo: aquela que o associa ao espaço ou território que se opõe à zona costeira: o interior do Brasil. Neste entendimento, comumente arma-se um jogo de opostos, em que ao *litoral* caberia o conhecimento e a modernidade, enquanto ao *sertão* restaria o desconhecimento e o atraso. Construções simbólicas dicotômicas, continuamente presentes no cotidiano de seus próprios habitantes.

Irineu Pinheiro, escrevendo nos anos 1940, atentava para o fato de que os moradores do Cariri não se julgavam sertanejos “talvez por que o termo *sertão* lhes dê a idéia de zona seca e estéril”. Os caririenses, que à época vivenciavam um processo de urbanização com aspirações de *modernidade*, argumentariam: “O Cariri é lindo e rico, não pode ser *sertão*”. Pinheiro bem compreendia as associações simbólicas de seus conterrâneos. Todavia, usando seu rigor de estudioso da região, ele reiterou: “Mas, quer queiram ou

não, o Cariri é puro sertão. Apenas um tracto mais feliz de nosso *hinterland*".⁵⁴

"Hinterland" (terra interior), uma palavra inglesa invariável, não faz plural. Por isso, não lhe cabe traduzir "sertão", que mesmo quando usada no singular, significa um lugar múltiplo, espaço de significados dinâmicos, continuamente reconstruídos a partir das experiências vividas: a cultura dos grupos sociais do passado e do presente.

A conquista dos vastos espaços do interior do Brasil representou um desafio a ser vencido por homens fortes e aventureiros, em busca de fortuna: Por entre trilhas ao longo dos rios, e caminhos abertos na mata, os *sertanejos* eram estimulados pela busca de riquezas minerais, captura de índios e conquista de áreas para o trato do gado. A ocupação foi sendo acompanhada por um jogo de significações, que o próprio espaço a domar ia criando na mente dos que ousavam percorrer suas vastidões, e nas representações daqueles que iam tendo notícias e relatos dos viajantes.

Nestas terras *ignotas*, ainda carentes da presença das instituições normativas do Estado, alguns desses homens procuraram algo mais permanente: fundar seu patrimônio. Desta forma, em função dos avanços das *fronteiras* de ocupação, as sociedades do *interior* foram sendo criadas, em momentos diferenciados da história.

Os *sertões*, realidades geográficas e climáticas diversas, de difícil dominação, construíram, no entrecruzar das populações em movimento, sociedades com modos de vida próprios e distintos das populações litorâneas. As sociedades sertanejas também eram diferenciadas entre si, contudo, compartilhavam as dificuldades de sobrevivência, a necessidade de um existir quase autônomo, a miscigenação de raças e a força do poder local patrimonial.

Assim aconteceu para o *Sertão do Cariri* que logo deixou de ser região de fronteira como *espaço a conquistar*, para ser fronteira na acepção de *encontro de populações*. Parte da história que uniu esses povos em torno das águas, canaviais e engenhos do Cariri está contada nas páginas que se seguem.

⁵⁴ Grifo do autor. PINHEIRO, Irineu. op.cit,p.7-8.

1.1. CARIRI DOS ENGENHOS.

*O que foi de tanta terra,
o que hoje em dia sobrou,
o que a moenda do tempo
ainda não mastigou?:*

João Cabral de Melo Neto
A Escola das Facas

A conquista da região posteriormente conhecida como Cariri cearense aconteceu de forma relativamente tardia em relação a outros *sertões*. Embora João Brígido, em seus *Apontamentos para a História do Cariri*, tenha colocado a “descoberta” e o povoamento da região entre as décadas de 1660 e 1680, e existam menções a uma *serra do Araripe* em cartas de sesmarias deste período⁵⁵, a historiografia atual concede que as primeiras interações significativas entre o homem colonizador e a terra com seus primitivos habitantes somente aconteceram no início do século XVIII. A partir daí, a região testemunhou um tipo de ocupação mais sistemática, quando a multiplicação de currais de gado nos sertões fez com que a expansão do povoamento chegasse ao Cariri.⁵⁶

Associa-se esta fase de expansão de fazendas e engenhos, no sertão e no agreste, a uma maior distribuição de sesmarias após o desbaratamento do Quilombo de Palmares e da Confederação dos Cariris.⁵⁷ O criatório foi se estendendo sertão adentro, demandando mais braços, supridos em boa parte por índios cativos ou aldeados. Na região estudada, os índios Cariris em seus últimos redutos, mesmo encetando uma *terrível resistência*, na expressão de Capistrano de Abreu, não resistiram ao avanço dos povoadores brancos, que consolidaram seu domínio ainda na primeira metade do século XVIII.⁵⁸

Ao tratar dos processos de ocupação do interior do nordeste é importante compreender a multiplicidade das formas de organização da

⁵⁵ Sesmarias IV, 51 (1678); IV,95 (1680) e IV,107 (1688). Ver em SAMPAIO, Yony. *Santo Antonio de Barbalha, sua terra, sua gente: livro 3*. Recife: UFPE, 2003.

⁵⁶ O Cariri cearense foi inicialmente chamado de "Cariris-novos", em contraponto ao território de ocupação anterior, "Cariris-velhos", hoje microrregião do estado da Paraíba.

⁵⁷ Ver em SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho. *Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962*. João Pessoa: UFPB; CNPq, 1990, p.55.

⁵⁸ ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.45. Sobre os *Cariris* ver PINHEIRO, Irineu op. cit, p. 8-14; BRÌGIDO, op.cit, p.82, ss; GIRÃO, op. cit. p.24-25; FIGUEIREDO FILHO, *História do Cariri*. op. cit, p.6-11.

atividade econômica e da estruturação social neste meio rural, “diversidade resultante tanto de processos históricos de ocupação do espaço como de condicionantes naturais que influenciaram o desenvolvimento dos sistemas de produção locais”.⁵⁹

A conquista dos *sertões* cearenses seguiu um padrão de lutas constantes e aguerridas com os indígenas, em disputas pelo território. Neste processo, os sertanejos abriram trilhas e caminhos para o gado, em rotas preferenciando o curso dos rios, e estabeleceram pousos e currais, como possíveis núcleos de povoamento. Entretanto, para a região caririense, mesmo acompanhando este *roteiro* de colonização, pode-se apontar alguns elementos diferenciais.

Uma especificidade importante para pensar a ocupação do Cariri (Mapa 1) é a qualidade de seus solos e clima. Ainda hoje caracterizada como uma das *manchas férteis* que pontuam o semi-árido nordestino, a região apresentava matas fechadas que acarretavam um desafio maior na penetração e na luta contra os índios. Por outro lado, a presença da encosta setentrional da serra do Araripe providenciava invernos mais regulares e generosos, que aliados ao clima ameno e terras férteis regadas por fontes de água perene, faziam do Cariri uma região distinta das circunvizinhas. Seus atrativos foram freqüentemente ressaltados por cronistas cearenses:

O Cariri exuberava em grandeza, em uberdade, em attraentes perspectivas, em terras ricas de humes e vegetação opulenta,— verdadeiro Eldorado dos exploradores — que dentro em pouco atrahiu o maior numero de colonos, como das repetidas datas concedidas...⁶⁰

Tais características bem cedo apontaram outras possibilidades de ocupação produtiva da terra, além da pecuária. Deste modo, entre os pioneiros e concessionários de terras, alguns indivíduos com capital a investir estabeleceram-se também como agricultores.

Durante o período em que foram expedidas cartas de sesmaria para a região do vale do Cariri — nas duas primeiras décadas do século XVIII — o governo metropolitano, já alertado por certa concentração de *datas* e territórios

⁵⁹ FERREIRA IRMÃO, José; SAMPAIO, Yony. Estrutura Agrária, produção e Emprego Rural no Nordeste. In: CARVALHO, Inaiá Maria M. de; e HAGUETTE, Teresa Maria F. (org) *Trabalho e condições de vida no nordeste brasileiro*. São Paulo-Brasília: Hucitec/CNPq, 1984, p. 43.

⁶⁰ MENEZES, Antonio Bezerra de. Algumas origens do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ano XV, 1901, p.251.

em mãos dos mesmos proprietários e observando uma diminuição das boas terras disponíveis, procurou impor um maior controle no regime de concessões, estabelecendo certos limites e reduzindo progressivamente o tamanho das *datas*.

São conhecidas concessões da Coroa em terras caririenses a partir de 1703, quando foram concedidas algumas léguas de terra tendo como referência o rio Salgado, em seu curso superior. Todavia, tratando-se de áreas da futura Barbalha, deve-se avançar até 1717, quando seis sesmeiros — os tenentes-coronéis Antonio Mendes Lobato e Lira e José Bernardes Uchoa, os capitães Francisco Martins de Matos e Gregório de Montes e Souza, o sargento-mor Venceslau de Montes Pereira e Felix de Fonseca Jaime — receberam, cada um, três léguas de comprido por uma de largo:

começando as ditas datas nas ilhargas do rio Salgado, pegando da paragem chamada Ingazeira, com toda a largura que se acha, buscando o sul até entestar com a serra grande chamada Serra do Cariri (Araípe) pela beira da serra acima e as nascentes, chamadas a lagoa do Carité pela língua do gentio...⁶¹

Um desses sesmeiros, o capitão Francisco Martins de Matos fez a doação de uma légua de suas terras a Antonio de Souza Goulart:

por me ajudar a povoar as mais com risco de sua vida (...) e por ser minha vontade livre lhe dey esta Legoa de terra asima declarada para as suas criassoins de gados vacum e cavalari e para tudo mais em que nella quizer fazer como sua que he e lhe dey por mim feyto e assignado de minha letra e signal, Caratehús, vinte e dois de Julho de mil setecentos e dezoito annos...⁶²

Apesar das referências recorrentes à criação de gado em documentos deste tipo, sabe-se que nessas primeiras propriedades do vale do Cariri também se praticava a agricultura. E não se tratava apenas de culturas de subsistência: *brejos*⁶³ e pés de serra começaram a ser ocupados por

⁶¹ Carta de sesmaria,, apud SAMPAIO, *Santo Antonio de Barbalha e sua gente*. op. cit., p.30.

⁶² "Escritura de doação", apud ALENCAR, Odílio de. *Origens do Cariri*. Fortaleza: Gráfica Continental, 1971, p.59.

⁶³ Embora o termo *brejo* seja muitas vezes associado a terrenos permanentemente alagadiços, Aziz Nacib Ab'Saber lembra que "na cultura popular dos sertões é costume reconhecer-se por brejo (...) qualquer porção de terreno dotada de maior umidade, solos de matas e filetes d'água perenes ou subperenes, onde é possível produzir quase todos os alimentos e frutas peculiares aos trópicos úmidos". O geógrafo compreende *brejos* como "ocorrências, em diversos pontos dos sertões secos, de *ilhas de umidade* e solos férteis" e faz referência aos *brejos* de olhos

plantações de cana de açúcar. O capitão Antonio de Souza Goulart, baiano de Salvador, foi efetivamente um dos primeiros empreendedores a se estabelecer com sua família nessa zona, justamente na légua que recebeu de doação, que incluía uma área de brejo, próxima à que pode ser vista abaixo, ladeando a cidade.



Foto 3 - Vista atual do brejo do rio Salamanca, tendo em primeiro plano a cidade de Barbalha.
Foto T. Freitas. Arquivo: Yacê Carleial.

Estudiosos afirmam que as primeiras estruturas que fabricavam açúcares em forma de melado e rapadura no Cariri, funcionaram antes de 1725.⁶⁴ Nesta época, em terras da futura Barbalha, os primeiros sesmeiros ainda mantinham grandes extensões próximas ao rio Salamanca.

Rezam os alfarrábios que o Capitão Antonio de Souza Goularte já estava em Barbalha, exatamente, no brejo do Salamanca onde hoje é o sítio Lama Brito, perto da cidade. (...) ali se erguiam casas de morada e engenho construídos por ele em 1718, ou, provavelmente antes.⁶⁵

Estes estabelecimentos pioneiros, engenhos rústicos, pequenos e familiares, estariam localizados no vale do rio Salamanca, pouco acima da

d'água, de vales úmidos e ribeiras do Cariri cearense. AB'SABER Aziz Nacib.. "Sertões e sertanejos: Uma Geografia Humana Sofrida". In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, IEA-USP, v. 13, nº 36, 1999, pp.7-59.

⁶⁴ Ver, entre outros, BRÍGIDO, op. cit. p.84 e ss

⁶⁵ ALENCAR, op. cit., p.16. Ainda baseado em documentos cartoriais, hoje em seu arquivo pessoal, Alencar afirma que partiu de Antonio de Souza Goulart a escolha do nome *Salamanca* para o curso d'água que banhava suas terras.

zona em que, muitos anos depois, iriam se instalar outros engenhos de maior porte como o *Tupinambá*. Segundo João Brígido, em 1765 já existiam 37 unidades fabricando mel e rapadura na região.⁶⁶ Os engenhos primitivos também guardavam alguma distância da colina, onde em 1778 surgiu uma capela e as primeiras edificações da futura vila de Barbalha.⁶⁷

Nem sempre os sesmeiros e grandes proprietários ocupavam efetivamente suas terras: os arrendamentos de parcelas eram freqüentes. Raros registros dessas transações chegaram aos nossos dias, como esta transcrição, em que o filho de um antigo sesmeiro⁶⁸, em 1747, cede parte de seu território no brejo do Salamanca:

Digo eu Joan Mendes Lobato que arendo ao Senhor Joan de Figueredo Rocha o meo sítio da estrema terra em que plante suas lavouras o qual sitio pega da ponta da Ipuera pera sima athe o jinipapeiro entre o brejo e a ponta do oitero pelo qual me pagará doze mil reis quatro em dinheiro e oito em efeitos como a dinheiro e lhe concedo plantar quatro tarefas de cana e começa a correr este arrendamento de primeiro de janeiro de mil sete centos e quarenta e sete por diante athe ajustar quatro annos destes dou seis mezes por devoluto e faltando a algum ponto deste tracto se dê por dezpejado sem contenda de justiça que nam sera nella ouvido...⁶⁹

Gradualmente se definia a ocupação do solo, e, em pouco tempo, tanto o perfil econômico como as formas de trabalho no Cariri ficaram caracterizados pela crescente hegemonia da produção de rapadura, que arrolava em torno de si outras atividades complementares. As propriedades tinham que adquirir certa autonomia para sobreviver, produzindo seus próprios alimentos e equipamentos rudimentares. Em 1753, Barbalha estava “povoado de lavouras, currais, casas de morada e “emjenhos” de rapadura e açúcar”⁷⁰

Ainda no século XVIII, além dos sesmeiros e seus prepostos, vieram outras famílias que passaram a comprar terras para estabelecer fazendas. A partir deste padrão fundiário inicial, aconteceram os inevitáveis parcelamentos por heranças, partilhas e negociações. As sucessões hereditárias vão fazer

⁶⁶ Apud FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit., p.12.

⁶⁷ A capela, iniciativa e doação de Francisco Magalhães Barreto e Sá, teria sido fundada em 1760 segundo o Barão de Studart (*Revista do Instituto do Ceará*, tomo II, 1888, p.10) Odálio Alencar e Yony Sampaio concordam na data posterior — 1778 — baseados na licença eclesiástica datada de 5 de março de 1777, entre outros documentos.

⁶⁸ O capitão Antonio Mendes Lobato e Lira, baiano de nascimento, recebeu sesmarias em 1702, 1714 e 1717, esta última conhecida como a "Data da Lagoa", em terras de Barbalha.

⁶⁹ Recibo de arrendamento, apud ALENCAR, op. cit. p.44.

⁷⁰ ALENCAR, op. cit., p.42.

com que, nessa região, as primitivas sesmarias e fazendas se dividam muito, formando-se um expressivo contingente de propriedades menores: os *sítios*.

Apesar da importância da cana-de-açúcar que lhes ocupava as áreas mais úmidas e férteis, os sítios do Cariri não se *especializariam* nessa cultura. A região se caracterizou por uma produção diversificada, numa economia atípica em relação ao Nordeste monocultor do açúcar. No início do século XIX, Henry Koster aludiu às “fraldas dos Cariris”, como zona fornecedora de alimentos vegetais para o povo do sertão. Em 1860, Thomaz Pompeu caracterizava o “extenso valle do Cariri” como “bem cultivado, produz cannas, legumes, mandiocas e algum café”.⁷¹ A agricultura local, mesmo sujeita ao uso de técnicas arcaicas de cultivo e à inexistência de um cuidado maior com a terra, conseguia resolver as necessidades de alimentação básica de sua população e de zonas vizinhas.

Este uso diversificado das terras também contribuía para a consolidação de um padrão fundiário que permitia a sobrevivência do pequeno proprietário e impedia um aprofundamento maior da divisão social do trabalho. O diferencial climático do Cariri e as possibilidades de amanhã da terra iriam influenciar fortemente sua formação populacional. Tais fatores se tornaram atração não só para homens com cabedais suficientes para se tornar proprietários — montar seus currais, seus engenhos, e casas de farinha — mas também para homens livres e sem posses que ali viam a possibilidade de morada e sustento.

A maior resistência à estiagem, associada às possibilidades de trabalho manteve fluxos migratórios constantes em direção ao Cariri, cujos habitantes aumentavam gradativamente num ritmo bem maior do que em outros sertões. João Brígido, mesmo reconhecendo a falta de segurança no viver da região, ressaltou que “o Cariri povoava-se com incrível rapidez, graças à facilidade com que eram encontrados ali os meios de subsistência”.⁷² Outros cronistas fizeram referência a uma população já considerável no início do século XIX: arraiais bem povoados, sobretudo a Vila do Crato, cabeça da comarca, que em 1804 apresentava 20.681 habitantes. Nos anos que se

⁷¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Rio; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003, p.220. BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p.141.

⁷² BRÍGIDO, op. cit., p.107.

seguiram, censos realizados pelo governo da província confirmaram a expressividade da população da região sul. Em 1813, por exemplo, foram registrados 32.822 habitantes para as duas vilas do Cariri: Crato e Jardim. A título de comparação, pode-se observar no mesmo recenseamento: 18.216 pessoas em Icó e Lavras, 15.218 em Sobral e apenas 12.810 habitantes em Fortaleza.⁷³

Nesse adensar populacional cabe ressaltar a contribuição formativa de vários grupos indígenas que escapando à dizimação foram sendo escravizados ou aldeados, destacando-se as *missões* implantadas em Crato e Missão Velha. Os contatos próximos com tais populações acarretaram uma diluição da etnia indígena, num processo contínuo de mestiçagem.

A expressividade da presença de cativos negros na região é tema ainda controverso. A vertente historiográfica que relativiza tal presença, usa como um dos argumentos de sustentação o fato de que a verdadeira ocupação da região aconteceu quando o número de cativos no nordeste tendia a uma estabilização e o escravo ia se tornando mercadoria cara, geralmente direcionada a atividades mais especializadas, ofícios e serviços domésticos. Ou seja, por ser uma região menos rica em relação às outras zonas açucareiras do nordeste, os maiores proprietários caririenses preferiam investir em terras e aliciar os sempre presentes homens pobres e livres como seus parceiros e trabalhadores.

Embora as estatísticas existentes para o período da escravidão apontem, ao lado de uma significativa presença de pardos e negros livres,⁷⁴ números comparativamente reduzidos de cativos, não apenas no Cariri, mas em todo o Ceará, comparado a outras províncias “do Norte”, não se deve esquecer que o trabalhador negro, escravo, liberto e livre, esteve presente desde os primórdios da ocupação produtiva do vale caririense. A documentação cartorial que sobreviveu ao descaso dos arquivos aponta mulheres e homens negros como mão de obra escrava nas mais diversas atividades.⁷⁵ Além disso, a sociedade *escravista* que ali se formou não era

⁷³ BRASIL, *Ensaio estatístico...* op. cit., p.292.

⁷⁴ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de. (org). *Uma Nova História do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2004, p 104.

⁷⁵ Sobre escravos no Cariri ver CORTEZ, Ana Sara P. R. *Senhores de si, escravos de outros: a formação da família escrava no Cariri (1850-1884)*. Fortaleza: Relatório de Qualificação/

isolada: malgrado as dificuldades de transporte e comunicação, o Cariri sempre manteve contatos diretos, nas esferas socioeconômica e política, com sociedades *escravocratas* de outras regiões do Brasil, em particular na Bahia e em Pernambuco.

Maria Sylvia Porto Alegre, tratando dos sertões nordestinos majoritariamente ocupados pela pecuária, refere-se à “controvérsia quanto a real participação do trabalho escravo.” Para esta autora, mais importante do que se deter nesta questão, que pede uma melhor investigação histórica, é compreender que a escravidão não representou obstáculo a inserção do homem livre: “o trabalho livre foi sempre uma alternativa viável, amplamente utilizada”.⁷⁶

Hebe Mattos de Castro, contrariando o que pensa Maria Sylvia de Carvalho Franco, também se refere à precocidade da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste, onde “a solidificação das relações clientelísticas herdadas da estrutura colonial se constituirá no alicerce em que vão se assentar as bases dessa transição”.⁷⁷ Ao adotar esta concepção, compreende-se como a mão de obra juridicamente livre logo se fez presente em outras atividades produtivas, que ao longo do século XIX se consolidavam no Cariri.

Como apoio a esses argumentos, há a continuidade, em todo este período, da forte mobilidade de uma população formada por livres e pobres cruzando os sertões nordestinos. Especialmente em anos de estiagem, estes homens procuravam áreas de *brejos* e *serras* onde já se praticava a agricultura “contribuindo assim para maior adensamento demográfico e a uma participação maior da mão de obra livre”.⁷⁸

Mestrado, UFC, 2007; OLIVEIRA, op. cit. e REIS Jr, Darlan de Oliveira. Trabalhadores no eito: escravos negros no Crato oitocentista. *Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará*. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, vol. 1, nº 3, p. 121-135, 2005.

⁷⁶ PORTO ALEGRE. “Fome de braços”... op. cit. p.118,119.

⁷⁷ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.27.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, trabalhando no contexto *escravocrata* das zonas cafeeiras, defende que “do ponto de vista da organização social da colônia, **a presença da escravidão impediu o surgimento de uma camada de homens livres e expropriados** que poderiam ser colocados na produção mercantil”. [grifos meus] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Organização social do trabalho no período colonial. In: *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Antonio Barros de Castro (et. al.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 184.

⁷⁸ SANTANA, op. cit., p.55. A respeito da mão de obra de pobres e livres no Ceará do início do século XIX ver também PINHEIRO, Francisco José. *Formação social do Ceará (1680-1820) – O papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Recife: Tese de

As migrações se acentuavam nas chamadas *grandes secas*, períodos de crises generalizadas de fome, e por ocasião de epidemias em regiões vizinhas. Embora boa parte desses homens retornasse para suas terras de origem com o fim das calamidades, o número dos que se fixavam era sempre expressivo. Quase todos buscavam um cantinho para suas roças, seja instalando-se nos poucos trechos ainda não explorados, seja submetendo-se aos proprietários já estabelecidos nas áreas mais férteis, na condição de agregados.

Alguns acontecimentos extraordinários contribuíram para incrementar a quantidade de pessoas a procura de trabalho no Cariri cearense, como, por exemplo, o surgimento de uma atividade mineradora na região. Apesar dos registros de descoberta de ouro datarem do início do século XVIII, é apenas em 1752 que se estabelece uma atividade regular na região de Missão Velha: “O arraial da minas de São José dos Cariris Novos regurgitava de aventureiros e boa gente vinda de muitas partes, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco, poucos portugueses”.⁷⁹ Essa *boa gente* fazia-se acompanhar de seus agregados e escravos, estes últimos, trabalhando ao lado de homens livres, nos serviços de mineração:

“...começaram a entrar nos fins de Novembro e principios de Dezembro do anno de 1756 os escravos da Companhia que chegarião a setenta pouco mais ou menos, a maior parte negros novos, e poucos ladinos, e todos buçaes sem experiencia do que era serviço de Minas”...⁸⁰

O esvaziamento destas efêmeras minas de ouro, seis anos depois, agravado por problemas administrativos, desvios e conflitos entre governo e aventureiros, fez com que parte da expressiva corrente migratória recém chegada buscasse outra alternativa de trabalho na pecuária, na agricultura, nos engenhos.

Muitos dos que para o Cariri se dirigiram por força desses eventos encontraram ainda alguma terra livre para se fixar, em trechos menos férteis da chapada. Todavia, havia aqueles que se empregavam como *vaqueiros*,

Doutorado, UFPE, 2006.

⁷⁹ ALENCAR, op. cit., p.99. Ver também PEIXOTO JUNIOR, José. O ouro do Cariri. In: *Itaytera*: Revista do Instituto Cultural do Cariri, Crato, n.34, 1990, p.163.

⁸⁰ Documentos sobre as Minas de S.Jose dos Kariris. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Anno XXIX, 1915, p. 62.

meeiros, ou simples *moradores de condição*, em propriedades locais. A consolidação do plantio da cana-de-açúcar no Cariri e os trabalhos da “indústria açucareira” tornaram permanente a imigração. O que atraía muitos homens pobres a estas atividades, além da certeza de não passar fome e precisão, era a possibilidade de receber a permissão de construir, em pequena nesga de terra, uma morada rústica para os seus.

Em 1859, percorrendo sertões em direção ao Cariri, Freire Alemão encontrou esta categoria de trabalhadores em uma fazenda com canaviais e engenhos, onde os serviços eram feitos por *moradores* “os quais não pagam arrendamentos” e quando chamados pelo proprietário, para o trabalho, “eles se prestam de graça, dando-lhes só alimentos, reunindo às vezes 200 a 300 homens”.⁸¹

O final do século XIX assistiu ao surgimento de mais um fator de atração populacional: a figura carismática do Padre Cícero que trazia em si, além da devoção a Nossa Senhora das Dores, e outros santos da Igreja, a tradição de dar parcelas de terras e orientação para o trabalho às famílias de romeiros. Acrescente-se a esses atrativos iniciais, a explosão de fé e devoção que se seguiu aos fenômenos conhecidos como o *milagre da hóstia* de Juazeiro, em 1889, que aumentou a convergência de pessoas ao pequeno povoado e a seus arredores.

As ondas de retirantes e devotos em peregrinações não diminuíram com a morte de Pe. Cícero em 1934. De quase todas as zonas nordestinas, persistiram migrações/romarias numericamente significativas. Não se tratava apenas do fenômeno *Juazeiro* enquanto Meca religiosa, ou de pessoas à procura de curas para seus males. É preciso compreender que esta população romeira e migrante via a região também como local de possibilidades de trabalho, tanto na zona rural, quanto nas povoações e vilas. Tal aporte populacional, que permaneceu expressivo por todo o século, teve conseqüências positivas e definitivas para as localidades vizinhas a Juazeiro.⁸²

Em função desta longa história de migrações, o Cariri não conheceu

⁸¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco freire Alemão: Fortaleza – Crato, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.191.

⁸² CAVA, Ralph Della. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.39 e ss. A esse respeito ver também BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A terra da mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL 1988; e RAMOS, F. Régis Lopes. *O Verbo Encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1998.

falta de braços livres para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, mesmo se considerarmos a existência de uma certa rejeição (em boa parte advinda da escravidão) à condição de trabalhador vinculado à terra alheia, considerada por muitos como servil. Índios, mestiços, libertos e outros homens pobres formaram uma massa expressiva e regular de potenciais trabalhadores para a agricultura, que empregava bem mais do que a pecuária.

Graças a esses aportes de força de trabalho, a região caririense, embora de ocupação tardia, se desenvolveu rapidamente. Ao final dos setecentos “já era uma das principais, se não a principal, a contribuir para a economia da província”.⁸³ Para isso pesavam, notadamente, os engenhos de rapadura, cuja produção era amplamente consumida por toda a população do sertão.

Assim, ao longo de uma época em que a posse de terra era o principal diferencial social, delineou-se uma sociedade *essencialmente rural*, fortemente clivada entre proprietários e não proprietários. Poucas famílias, além dos raros religiosos, residiam permanentemente nas incipientes aglomerações. Das aldeias dos gentios e das missões religiosas haviam surgido as primeiras povoações: arraial de São Luís, próximo à missão da Cachoeira (Missão Velha), arraial de São José dos Cariris Novos, Missão Nova, todos anteriores à 1740, quando se instalou a Missão do Miranda (Crato). Um pouco mais tarde, outras aglomerações humanas em torno de capelas dariam origem aos povoados e vilas de Jardim, Barbalha, e por fim Juazeiro.

Não é difícil encontrar documentos que marcam a cronologia da formação política e religiosa de Barbalha: Freguesia em 1838, Vila em 1846, Comarca “intermitente” a partir de 1872, Cidade em 1876. (Mapa 2) Entretanto, a pretensa exatidão destas datas não contribui para nos informar que, ao longo desses anos em que Barbalha se destacava dos burgos vizinhos, a plantação de cana e o trabalho em engenhos se tornavam, não só a atividade produtiva dominante, mas elemento determinante na formação social e cultural daquela população.

Em meados do século XIX, as antigas datas do território de Barbalha já haviam sofrido muitos desmembramentos. A fertilidade da terra e as possibilidades do cultivo da cana, conhecidos desde o século anterior,

⁸³ OLIVEIRA, op. cit., p.16.

contribuíram para a rápida divisão por compra e herança. Como no restante do vale do Cariri, os sítios deste município iam se configurando e sendo denominados, à medida que currais, lavouras, engenhos, casas de farinha e moradas, iam sendo implementados.

As zonas mais altas de Barbalha, as áreas de serra estendiam-se a partir do sítio *Santa Rita*, em direção ao *Caldas* e *Saco* e, a partir deste, tomando a direção de *Cajazeiras*, atual *Arajara*, até encontrar terras do município do Crato. (Mapa 3). Nestas zonas, os registros de terra, em meados do século XIX, já noticiam muitos proprietários instalados. Estes sítios “de cima”, alguns dotados de pequenos engenhos ou *engenhocas*, tinham em média meia légua de extensão, por uma frente que variava entre cem e duzentas braças, o que corresponde a áreas entre 132 e 264 hectares. Todavia, a efetiva ocupação humana ainda era relativamente esparsa: sobreviviam muitos trechos de mata e os caminhos eram mais desertos que nas regiões mais baixas do vale.

As zonas baixas, particularmente às que ladeavam o rio Salamanca, eram de povoamento mais antigo (incluíam a área que outrora pertencera a Antonio Souza Goulart), e continham as terras mais férteis e irrigadas. Conhecida nos oitocentos como “ribeira do Salamanca” apresentava sítios demarcados de um lado e do outro do rio, provenientes de propriedades já bastante divididas. Nesta ampla zona, que abrigava a maioria dos engenhos, cada palmo de terra era bem disputado, notadamente os trechos *de brejo*. Os sítios tinham demarcações laterais em linhas retas, tiradas em função do rio e, por esta razão, nem sempre paralelas; as profundidades, determinadas de forma imprecisa, tinham geralmente entre uma e meia légua de brejo, tabuleiro e arisco.⁸⁴

Pode-se apontar em Barbalha, ainda outro trecho de ocupação antiga, formado por sítios na aba da serra a partir do *Santa Rita*, desta vez em direção ao município de Missão Velha. Nesta zona, as culturas de cana-de-açúcar e outros alimentos aproveitaram pequenos trechos de “brejos”, mesmo inclinados, enriquecidos com a presença de muitas fontes naturais na encosta da serra.

⁸⁴ Áreas médias entre 132 e 264 hectares. Ver em SAMPAIO, Yony. *Introdução à história territorial de Barbalha. Sesmarias e Sítios*. Inédito.

Em 1858, entre as áreas de *pé de serra* e de *brejo*, funcionavam 72 engenhos em Barbalha, incluindo o recém construído *Tupinambá*.⁸⁵ É bem verdade que alguns deles constituíam unidades pequenas, mas, se considerarmos o número de habitantes da comarca de Barbalha recenseados no mesmo ano, 11.506 pessoas,⁸⁶ podemos avaliar a importância da atividade canavieira e o impacto do universo de trabalho — plantações e engenhos — na vida e no cotidiano da população.

Gradualmente, à medida que ultrapassavam os limites do consumo familiar e local, os engenhos de madeira, mais primitivos e rústicos, foram sendo substituídos pelos “de ferro puxados também por bois que se movimentam sob o estímulo da vara de ferrão que o tangedor empunha sentado na almanjarra”. Mais tarde, foi a vez das moendas movidas a máquinas a vapor.⁸⁷

As *modernizações* nos maiores engenhos permitiam e estimulavam um aumento de produção que ia ao encontro de um consumo sempre crescente. A rapadura, largamente usada como adoçante pelas populações que não tinham acesso ao açúcar, tinha seu sabor apreciado por todas as camadas sociais. Além disso, mesmo sem ter idéia do seu rico conteúdo nutricional, o homem pobre nordestino *experimentava* seu valor energético todos os dias, ao sentir suas forças renovadas, nos pesados labores do campo. George Gardner, que esteve no Cariri em 1838, conheceu a rapadura “feita em pedaços de umas seis polegadas de comprimento por três de largura” e atestou a presença constante do produto nas mesas e farnéis do povo sertanejo, que comumente fazia “sua refeição só de rapadura com farinha”.⁸⁸

Embora a primeira metade dos oitocentos tenha ficado marcada pela ascensão da cotonicultura cearense, os produtos da cana de açúcar cariense contribuíam para o soerguimento da combalida economia da província. Em seu relatório de 1852, o presidente Almeida Rego mostrava sua confiança no setor canavieiro: “Persuadido de que a produção progride, atentos os lucros que vai colhendo o lavrador e disto tenho quase certeza quando vejo o afã com que

⁸⁵ NORÕES, op. cit., p.8. Na mesma época existiriam mais de 300 engenhos no Cariri. GIRÃO, op. cit., p.376.

⁸⁶ LOPES SOBRINHO, Henrique Fernandes. *Barbalha em tempos passados*. Crato: Tipografia do Cariri.(s/d), p.4.

⁸⁷ PINHEIRO, Irineu. op. cit., p.55, 56.

⁸⁸ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.85.

são procurados os engenhos de ferro até agora raros na Província.”⁸⁹ A qualificação da região como centro produtor e comercial, ligando o Ceará a províncias vizinhas, foi registrada por Thomaz Pompeu:

No Cariri onde existem trezentos engenhos de madeira e ferro quase toda a cultura de canna reduz-se ao fabrico de rapadura, melão e aguardente, sendo que de 1857 para cá é que se começou a fazer assucar e já em 1858 exportaram-se 10.000 arrobas. O Cariri e Serra-Grande exportam imensas quantidades de rapadura, melão e aguardente para as províncias visinhas do Piauí, Pernambuco, Parayba e Bahia.⁹⁰

A vila de Barbalha, que por alguns anos ainda será juridicamente vinculada à comarca de Crato,⁹¹ participava deste momento favorável para a região. Após a grave seca de 1845, os invernos dos três decênios seguintes foram, em média, generosos. Houve um significativo aumento de população, começou-se a cultivar o algodão e o comércio conheceu um impulso com a chegada e fixação na região de alguns negociantes advindos de outras localidades. Barbalha, acompanhando de perto o destino de Crato — urbe mais próspera, já elevada à cidade — também foi se configurando como centro produtor e distribuidor, sobretudo de alimentos, para regiões vizinhas.

A relativa precocidade desta caracterização é importante porque desvenda o enriquecimento não só de alguns proprietários de fazendas, mas também de um grupo de comerciantes (muitos se faziam presentes nas duas categorias), que passam a compor a elite política e social do município e da região. Um enriquecimento que vai explicar a formação do patrimônio familiar dos proprietários do engenho *Tupinambá*.

⁸⁹ Relatório do Presidente da Província, 1852, apud GIRÃO, op. cit., p.376-377.

⁹⁰ BRASIL, *Ensaio estatístico...* op. cit., p.360.

⁹¹ Barbalha foi uma comarca de existência intermitente, pois permaneceu como *termo* da comarca do Crato até 1872, novamente entre 1879 e 1882, e em mais dois períodos: 1896-1897 e 1916-1920. A partir daí não mais perdeu sua autonomia.

1.2. GENEALOGIA DO TUPINAMBÁ. TERRAS E HOMENS.

*Que teve canaviais
e de engenhos foi senhor...*

João Cabral de Melo Neto
A Escola das Facas

Por volta de 1850, quando surge o *Tupinambá*, Barbalha é a sede administrativa de um município em que a pequena e média propriedades perfaziam a maior parte da estrutura fundiária de terras produtivas. Num padrão que é comum em zonas onde antigas fazendas sofreram partilhas sucessivas, a maioria dos sítios eram terrenos estreitos, e, apesar de terem longa extensão, a área de brejo, mais valorizada, era limitada.

A historiografia regional afirma que, nesta época, eram poucas as famílias que detinham porções significativas de terras cultiváveis de boa qualidade. *Filgueiras, Alencar, Pereira, Parente, Sampaio, Barreto, Correia, Grangeiro, Coelho*, são sobrenomes comumente encontrados nos registros efetuados após a legislação normativa que se seguiu à Lei de Terras de 1850. As áreas mais férteis já estavam bastante fracionadas: irmãos, primos e outros parentes ombreavam-se em sítios vizinhos, de poucas braças de largura, que cerca de cem anos antes compunham terras indivisas de ancestral comum. As propriedades passavam a ser mais comercializadas por seu valor de uso: muitas transações por compra e venda se efetivavam, incluindo proprietários advindos de localidades próximas.

A agricultura local vivia uma fase de desenvolvimento e as propriedades canavieiras e os engenhos existentes participavam desse panorama. Alimentados por canas-de-açúcar desenvolvidas em solos de melhor qualidade que os de regiões vizinhas, os engenhos de rapadura começavam a se voltar para um mercado mais amplo. Em meados do século XIX, os antigos engenhos de madeira do vale do Cariri começaram a ser substituídos por engenhos de ferro, ainda movidos por força animal:

...ao que parece, os primeiros engenhos de ferro idos para o Cariri foram montados no sítio Cabo Verde, entre Crato e Juazeiro nos anos de 1840 ou nos de 50, pelo pernambucano Antonio Ferreira de

Melo, tronco da Família Melo no sul cearense, no sítio Lameiro ao sopé do Araripe, no município do Crato, nos fins da era de 50, pelo Capitão Francisco Leão da Franca Alencar ou por seu sogro José do Monte Furtado, **no sítio Tupinambá, em Barbalha, por Antonio Manuel Sampaio**, no lugar Cajazeiras do Farias, ainda em Barbalha, pelo coronel Joaquim da Costa Araújo.⁹²

Embora parte da produção continuasse a ser voltada para o consumo familiar e comercialização nas vizinhanças, comboios com cargas de cachaça, açúcar mascavo e sobretudo rapaduras, já percorriam muitas estradas do sertão. Num tempo em que todo o transporte ainda dependia da força e resistência de animais, os produtos barbalhenses passaram a atingir mercados e feiras das províncias vizinhas: Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Barbalha saía de uma economia puramente agrária (com pequena atividade pastoril) para uma expressiva atividade agro-comercial. Mesmo com a vizinhança da próspera cidade do Crato, de mesma vocação econômica, as perspectivas favoráveis do período faziam com que as possibilidades de crescimento se distribuíssem proporcionalmente nos dois municípios, cujos comerciantes mantinham contatos regulares.

Por abrigar um bom número de propriedades rurais produtivas e ser ponto de passagem nas rotas mais percorridas, o município de Barbalha ia se tornando movimentado ponto de chegada e partida de comboios. Neste cenário, a vila recém emancipada (1846) começou a despontar como centro de comércio, atraindo populações de localidades mais distantes. Na zona urbana, os agricultores locais e das circunvizinhanças vendiam seus excedentes — articulava-se uma feira semanal — e compravam outras provisões e mercadorias vindas de fora. Nesta época, um dos homens que mais apostavam nesse destino comercial do município de Barbalha chamava-se Antonio Manoel Sampaio, o fundador do *Tupinambá*.

Esse barbalhense *empreendedor*, característica em parte comprovada por seus registros comerciais e pela seqüência documentada de suas aquisições de imóveis, é apresentado, por seus biógrafos familiares, como pessoa de origem simples. Seu pai, Manoel do Nascimento Sampaio, era um pequeno proprietário, que buscava em seu sítio o sustento para seus oito filhos. Antonio, nascido em 1814, era o mais velho dessa prole e ficou fixado

⁹² PINHEIRO, Irineu. op. cit., p.55. [Grifo meu]. Ver também, BRITO, op. cit, p.36.

nessa história familiar como um autodidata na formação.⁹³ Sabe-se ainda, através da tradição, que Antonio Manoel Sampaio começou como pequeno comerciante autônomo, prosperou em pouco tempo e passou a ajudar seus irmãos, mais pobres e sem instrução.

Tal história, tão prezada pelos descendentes, e que apresenta o cunho da construção de um patriarca familiar, toma aspectos mais concretos quando se estuda o inventário de Antonio Manoel Sampaio.⁹⁴ Realizado em 1871, o documento apresenta uma relação de bens avaliados em 212:140\$858 réis. Tal *montante-mor* emblematiza uma situação distante da condição mais simples em que viveu seu pai Manoel, falecido em 1858, cujos bens inventariados totalizavam 10:675\$784. Estes registros são úteis para a compreensão da ascensão social deste *patriarca*, que já adulto e casado com Antônia Porcina do Amor Divino⁹⁵ abriu a sua própria casa comercial, na Praça do Comércio, ponto vital dos negócios de Barbalha.

A *Casa Sampaio* afirmou-se e cresceu em pouco tempo. Foi com o capital auferido em suas transações comerciais, que Antônio Manoel Sampaio começou a comprar parcelas de terra, e quando possível, agregá-las. Deu início à construção de seu patrimônio territorial em 1844, com a aquisição de 100 braças no Sítio das *Barreiras*, zona de brejo.⁹⁶ O negócio foi feito com a família *Filgueiras*, dona de muitas propriedades, que envolvida nas lutas regionais de 1824/25 (Confederação do Equador) e 1831/32 (Revolta de Pinto Madeira), entrara em processo de decadência econômica, passando a vender boa parte de seus sítios.

Ao longo de sua vida, Antonio Manoel Sampaio persistiu na aplicação de recursos em propriedades agrícolas. Entre suas muitas aquisições estão outras sucessivas braças do sítio *Barreiras*, que vieram se agregar a uma parte do sítio *Barbalha* recebida por sua mulher em herança, formando uma única propriedade, doravante denominada *Tupinambá*. Em 1855, o comerciante e

⁹³ Arquivo pessoal Yony Sampaio, (APYS) Yony conserva alguns manuscritos de seu trisavô. No Arquivo do Fórum de Barbalha (AFB), entre raros documentos do séc. XIX que se salvaram dos cupins, há um processo em que Antonio Manoel Sampaio atuou como Juiz de Paz.

⁹⁴ (APYS) Excertos e transcrição parcial feita por Yony Sampaio a partir dos originais (hoje desaparecidos) no 1º Cartório de Barbalha.

⁹⁵ Antonio Porcina do Amor Divino era bisneta de Francisco Magalhães Barreto e Sá, grande proprietário do século XVIII, que ficou conhecido por doar terras e capela à *Santo Antonio*, dando origem à povoação de Barbalha. Ver nota n. 67, p.37.

⁹⁶ (APYS) Registro de compra e venda.

proprietário rural declarou de próprio punho, em cartório:

“...eu, Antonio Manoel Sampaio, abaixo assignado, possuo nesta freguesia hum sítio de terras regadias com trezentas e quatro braças, que o denominei Tupinambá em partes dos Sítios Barbalha e Barreiras, a saber três por compras e huma por herança de meu finado sogro...”⁹⁷

Nos anos seguintes, além de aquisições de outras terras não contíguas, o comerciante comprou uma parte do sítio *Bulandeira* e, em 1863, arrematou o sítio *Riacho do Ouro*, “patrimônio de Santo Antonio”, que a Igreja local expusera a venda, com a devida autorização do Prelado Diocesano. Com mais esses dois outros terrenos agregados ficou composta a extensão definitiva de cerca de 550 hectares do *Tupinambá*, cuja localização na “ribeira do Salamanca” pode ser vista no Mapa 3.

Esta propriedade sobreviveu, conservando, até os dias de hoje, seu nome e praticamente sua configuração inicial. Embora eventualmente tenha sido dividida em partilhas, sempre funcionou como um todo, sob uma administração única, mesmo quando compartilhado por herdeiros. “*Isso vem de 1854, em torno disso, quando ele [Antonio Manoel Sampaio] o constituiu, até hoje. Cento e cinqüenta anos, inteiro, sem se tirar uma lasca, do Tupinambá*”, ressaltou o Sr. Yony Sampaio, um dos atuais proprietários.⁹⁸

Em realidade, algumas alterações ocorreram a partir dos anos 1960, quando o *Tupinambá* veio a sofrer pequenos desmembramentos por desapropriações pontuais da parte da municipalidade e outras vendas: uma área destinada à instalação da IBACIP (Indústria Barbalhense de Cimento Portland) e alguns trechos menores, já absorvidos na malha urbana. Mesmo com essas perdas, a propriedade ainda dispõe de cerca de 513 hectares, segundo levantamento topográfico recente (Mapa 4).

Algumas crônicas e memórias, que tratam da Barbalha da segunda metade do século XIX, fazem referência à rápida e consistente prosperidade da *Casa Sampaio*. Em um dos “fragmentos da contabilidade comercial de Antonio Manoel Sampaio (...) figura em 1855 um balanço de 62 contos de réis, com dívidas nas praças de Fortaleza e Recife”. Os lucros comerciais permitiram ao

⁹⁷ (APYS) "1855 Outbro 10 Registro do Sitio Tupinambá".

⁹⁸ YONY DE SÁ BARRETO SAMPAIO, nascido em Recife, em 01.05.1947, é trineto do fundador do *Tupinambá*. Com formação em Agronomia e Economia é professor da UFPE. Entrevista em 25 de julho de 2006.

negociante acumular bens e capitais, educar e graduar seus filhos homens, fato ainda raro para a região. Os cronistas deste período passam a noção de que as atividades agrícolas, notadamente o beneficiamento de cana, apesar de trazer lucros aos fazendeiros, não rivalizavam com o crescente comércio.

Todavia, é preciso lembrar que a base do comércio da região girava em torno da produção agropecuária. As duas atividades, muito mais que hoje, diretamente interligadas. Mesmo sem subestimar a noção de prestígio ligada à propriedade de terras de modo geral, e em particular de Antonio Manoel Sampaio, sem dúvida um dos maiores proprietários do Cariri, defendo a idéia de que a concretização do *Sítio Tupinambá* revestiu-se de um propósito que ia muito além das representações de status e poder. O *Tupinambá*, que se tornaria *menina dos olhos* de gerações da família Sampaio, foi cuidadosamente concebido para produzir, dar lucros e se tornar uma propriedade *rapadureira* referência para a região.

Em uma das parcelas adquiridas para a composição do *Tupinambá*, em trecho do antigo sítio *Barreiras*, entre as benfeitorias citadas no registro de compra, havia seis tarefas de cana e um pequeno *engenho* com casa de caldeira e moenda.⁹⁹ Fragmentos dos alicerces desta estrutura, que possivelmente remonta ao século XVIII, podiam ser vistos até poucos anos atrás, em meio à vegetação. Na época da aquisição por Antonio Manoel Sampaio, este *engenho*, provavelmente pequeno para seus planos, já devia estar decadente. Tal hipótese é plausível com sua decisão de construir, em local muito próximo, o complexo de *Casa Grande e Engenho* acoplados, algo nunca visto na região.

As estruturas da *Casa e Engenho Tupinambá* foram edificadas entre 1844, ano em que Antonio Manoel Sampaio comprou a parcela de terra sobre a qual estão erigidas, e 1855, data do citado registro em Cartório. A construção de um *Engenho* acoplado à *Casa Grande* é algo muito raro na história arquitetônica do nordeste. Desconhece-se a origem desta concepção, que pode ser melhor apreendida com o exame da planta, corte e fachada, apresentados nas Pranchas 1 e 2.

⁹⁹ (APYS) Registro de compra. Essas terras pertenceram a José Pereira Filgueiras, figura histórica cearense, liderança nos movimentos de 1817 e 1824. Foram herdadas por seu filho, Filgueirinha (participante da revolta de 1831), antes de se tornarem patrimônio dos Sampaio.

A fotografia número 1, à página 30, um registro estimado em 1950, apresenta a fachada principal em suas linhas originais. Os tijolos à vista, as grossas paredes, as largas telhas feitas á mão, as esquadrias em cedro maciço, todos esses elementos remontam ao século XIX.

Pode-se relacionar esta edificação do sítio a um *Sobrado* construído por Antonio Manoel Sampaio para sua residência em Barbalha. As duas edificações, a do sítio e a da cidade, compartilham não só as características de robustez, tamanho e arrojado para a época, como outros detalhes construtivos e técnicos. Por exemplo, pode-se citar um tipo diferenciado de encaixe no madeiramento dos rincões, presente nos dois telhados: pela singularidade do detalhe, provavelmente foi obra do mesmo artífice.

O *Sobrado*, ou *Casarão* como costuma ser chamado, é uma estrutura bem conservada, que também teve a ventura de manter quase intacta sua forma original. Localizado na Rua da Matriz, centro da cidade, em frente à sede da *Casa Sampaio*, teve sua conclusão estimada em 1859.¹⁰⁰ As pranchas 3 e 4 apresentam a arquitetura das fachadas deste *Sobrado*. Trata-se de uma grande construção, onde pedras foram largamente utilizadas nas bases, arrimos e pavimentos inferiores. O corpo retangular principal, com três pavimentos, abriga salas e quartos, com janelas dotadas de balcões. Estruturas mais recuadas apresentam cômodos menores, que devem ter servido para a criadagem. A tradição diz que sob o terraço, ao fundo do terreno, foram aterradas as senzalas. Também repousariam sob a terra um porão e um túnel que servia de rota de fuga até o canavial, em caso de ataque de jagunços ou cangaceiros. Todo o conjunto foi tombado como patrimônio histórico estadual do Ceará (Lei nº 16.237 de 30 de novembro de 1983) e pode ser visto na sua situação atual nas fotos a seguir.

¹⁰⁰ *Inventário de bens culturais imóveis /Município de Barbalha-CE*. Fortaleza: Convênio PMB/FUNDETEC/UFC/IPHAN, 2001.



Foto 4. Sobrado da Rua da Matriz, volume e fachada principal. Fotografia IPHAN.



Foto 5. Sobrado da Rua da Matriz, em outra perspectiva, a partir do canalial.
Fotografia e arquivo: Yacê Carleial.

Estas duas edificações de Antonio Manoel Sampaio se destacavam em relação às outras estruturas contemporâneas. Elas refletem um período de desenvolvimento, com expressiva revitalização da agricultura e do comércio para boa parte da região do Cariri e a emergência de um grupo de poder socioeconômico, que em Barbalha era bem representado pela família Sampaio. Além do valor de uso e venda, tais construções atestavam, em pedras e tijolos, a posição de seu proprietário, um homem de muitas posses: provavelmente, em recursos disponíveis a curto prazo, o homem mais rico da freguesia.

Quanto ao fato deste próspero comerciante e agricultor ter duas residências construídas ao mesmo tempo, deve-se lembrar que era usual, à época, que proprietários abastados passassem parte da semana em seus sítios e parte nas vilas e cidades. Também é preciso evitar considerar, com *olhos do presente*, a circunstância da proximidade entre o *Tupinambá* e a vila de Barbalha. Distâncias, hoje diminutas, tomavam numa época de cavalos, carroças e deslocamentos a pé, uma outra dimensão para os contemporâneos.

Pensar que Antônio Manoel Sampaio dotou seu sítio *Tupinambá*, de uma sede inusitada para a região — construída com grandiosidade, segurança (grossas paredes, janelas dispostas estrategicamente) e apuro (madeiramento de primeira qualidade no telhado e esquadrias) — apenas para condizer com sua posição social, seria menosprezar o potencial econômico do empreendimento. O *Tupinambá*, reafirma-se, foi construído para ser um engenho de forte produção. Caso assim não fosse, como explicar suas estruturas bem construídas, sua sala de moendas e fornalha espaçosas, o pioneirismo do primeiro motor a vapor de Barbalha, entre outros?

O sítio, desde os seus primórdios, possuía cerca de 55 hectares do chamado *massapê*, solo próprio para a cana de açúcar. O *Tupinambá* apresentava, como vantagens adicionais, árvores suficientes para a autonomia em lenha e a localização junto ao entroncamento dos caminhos mais trafegados. Além disso, Antonio Manoel Sampaio comprou outros sítios próximos, o *(A)Lagoa* e o *Venha-Ver*, entre outros, onde também encetou partidos de cana-de-açúcar, cultivos que sobrevivem até os dias de hoje.

Como argumento final em favor da lucratividade deste empreendimento *rapadureiro*, não se pode esquecer que a rede de contatos de negócios e a estrutura comercial capitaneada pela *Casa Sampaio* facilitavam, ao fundador do *Tupinambá* e a seus sucessores imediatos, a comercialização dos produtos do engenho.

Antonio Manoel Sampaio morreu ainda relativamente jovem, em 1870, vitimado pela febre amarela em Recife. Apesar das dificuldades de deslocamento numa época sem estradas e transportes regulares, não eram raras suas viagens a esta capital, onde negociava para sua casa comercial. Mercadorias e “dívidas activas” compuseram parte de seu patrimônio, que incluindo bens móveis, semoventes e “de raiz” foi avaliado em duzentos e doze

contos de réis: “*uma baita fortuna para a época*”, na expressão de Yony Sampaio. Parte significativa dessa fortuna estava investida na escravaria: um total de 53 cativos, número excepcional para uma região em que eram raros os proprietários com mais de uma dezena de escravos.

O desaparecimento do inventário original (do qual conhecemos apenas uma transcrição parcial) não permite que se apreenda o valor total dos *bens escravos*. Sabe-se apenas que numa partilha parcial iniciada em 10 de fevereiro de 1871, um de seus filhos, Antonio Manoel de Sampaio, receberia bens totalizando 17.661\$777 réis, e entre eles “um escravo de seis anos, no valor de 650 mil réis e uma escrava com 30 anos no valor de 800 mil réis”.¹⁰¹

Pela mesma ausência do inventário original, não há como discernir quantos adultos e crianças, homens e mulheres havia entre os 53 escravos. Contudo, pela análise de documentos semelhantes da mesma época, pode-se inferir que existia um relativo equilíbrio entre os gêneros. Também é bastante provável que a numerosa escravaria de Antonio Manoel Sampaio estivesse distribuída entre suas propriedades — engenhos, residências e casa comercial — exercendo as mais variadas funções. Tal suposição é reforçada com a análise de outros documentos — os *Livros de Contas da Casa Sampaio*¹⁰² — onde aparecem, como “clientes” compradores, alguns destes seus escravos.

Em dois grandes livros encadernados, iniciados em 1871 e alcançando 1881, encontra-se a escrita da *Casa Sampaio*, cuja firma passara a se chamar *Viúva Sampaio & Filhos*. Em suas páginas ficaram registradas, em cuidadosa caligrafia, informações sobre cada venda da loja: nome do cliente, local de residência, especificação da compra, valores, dívidas e pagamentos. Entre os muitos nomes de proprietários rurais, pequenos agricultores, sacerdotes e outros moradores *livres* da vila, encontram-se alguns poucos escravos, como por exemplo, “Raimundo, escravo, morador na [sítio] Chapada” que em janeiro de 1872, comprou “para [pagar em] pouco tempo” “fazendas”, na importância de 29\$000 réis. Mais adiante aparecem alguns dos cativos de Antonio Manoel Sampaio: “Latino, escravo da Casa [Sampaio], morador do Tupinambá”, assumindo a dívida de 19\$920 réis “para ag^{to} [agosto] vindouro”

¹⁰¹ SAMPAIO, *Santo Antonio...* op.cit., p.100. Valores semelhantes aos encontrados para escravos do mesmo gênero e idade, em inventários da época, em Crato. Ver CORTEZ, op. cit.

¹⁰² Gabinete de Leitura de Barbalha (GLB). “Segundo Livro de Compras e Vendas da Loja da Viúva Sampaio & Filhos”.

pela compra de algumas medidas de algodãozinho, chita e madapolão. No mesmo livro, sob a entrada de 1º de fevereiro de 1872, o escriturário registrou o pagamento de um saldo de débito de 16\$560 efetuado por “José Joaquim, Escravo da Casa [Sampaio], morador nesta Villa”.¹⁰³

A firma comercial, que mantinha tão diversificada clientela em Barbalha, conservou a designação jurídica *Viúva Sampaio & Filhos* por vinte anos, até a morte de Antonia Porcina do Amor Divino. Durante esse longo tempo, a maior parte dos bens *de raiz* do patrimônio familiar ficou indivisa, mantida em seu nome. Assim aconteceu com o *Tupinambá*, que segundo a tradição, continuou ativo, sem deixar de moer em nenhuma safra, mesmo nos anos mais secos.

Como o restante da província, o Cariri sofreu com a *Grande Seca* (1877-79). Mais grave que a ausência de chuvas, que em outros sertões arrasou a pecuária e o algodão, o que abalou a vida dos habitantes da região foi a chegada de inúmeros retirantes, atraídos pela crença de que o vale resistiria à estiagem. O espectro da fome tornava-se real, sobretudo pela presença dos flagelados. Repetia-se, nesta quadra, o que ficara registrado na memória dos que vivenciaram a grande seca de 1845: “quando ela flagelou toda a província, não se fez sentir aqui, senão pela grande afluência de gente que aqui se abrigou”.¹⁰⁴

Com o passar dos meses de 1877, configurando-se a gravidade da situação, os maiores núcleos populacionais da região, Crato, Barbalha e Jardim, receberam tal acréscimo populacional, que os recursos da região, com safras já reduzidas, não podiam sustentar. “Os particulares que no começo aliviavam essa miséria começaram a esconder o que possuíam”.¹⁰⁵ Notícias da época falam de famintos invadindo sítios para se apossar de alimentos, quase sempre sendo recebidos à bala pelos proprietários.¹⁰⁶ As feiras e lojas se esvaziavam: não havia excedentes, não havia dinheiro ou moeda de troca. O impacto da calamidade no movimento comercial ficou traduzido nos livros de contas da *Casa Sampaio*. Comparados aos anos de *invernos* normais, cujas

¹⁰³ (GLB) Idem, p.84, 85 e 96.

¹⁰⁴ ALEMÃO, op. cit. p. 194.

¹⁰⁵ BARROS, op. cit., p. 134.

¹⁰⁶ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000, p.29.

contas se espalham por muitas páginas (175 em 1873, 173 em 1874, 156 em 1875, por exemplo), foram necessárias apenas 37 páginas para registrar todo o movimento da loja em 1878, ano de compras mínimas e raros pagamentos.¹⁰⁷

Entretanto, sem menosprezar a tragédia e o período de desolação que se seguiu, é preciso lembrar que o Cariri, pelo menos para a parte mais próspera de sua população, tinha boa capacidade de recuperação. Enquanto muitos pequenos proprietários perdiam todos os seus bens, fazendeiros de mais recursos conseguiam levar parte do gado para trechos da serra que ainda forneciam um *refrigério*, permitindo sua sobrevivência em razoáveis condições. Nas fraldas do Araripe havia nascentes que resistiam alguns meses, e graças a esses fios d'água, agricultores conseguiam salvar parte das plantações. Nos baixios, os canaviais demonstravam sua capacidade de renovação. E todo o vale reverdeceu às primeiras chuvas.

Outros anos de estiagem ainda pontuaram o final do século, mas não chegaram a interromper o processo de recomposição da base econômica. Barbalha retomava seu movimento agro-comercial. Em 1888, o Barão de Studart noticiava: “Sua feira rivalisa com a do Crato, é a segunda do Cariry, porque o commercio de fazendas em grosso e a retalho tem para ella attrahido a attenção de muitos pontos, até das províncias limitrophes”.¹⁰⁸

Em 1891, após a morte de Antonia Porcina do Amor Divino, foi finalmente realizada a partilha dos bens do casal fundador do *Tupinambá*, distribuídos entre seis herdeiros.¹⁰⁹ O patrimônio declarado importava em 180:065\$956 réis, valor provavelmente sub-avaliado, numa prática muitas vezes utilizada para diminuir os impostos de transmissão. Entre os itens relacionados, estavam doze propriedades rurais, repartidas entre os três filhos que residiam em Barbalha: engenhos, sítios e *pedaços de terra*, alguns na *ribeira do Salamanca* e, possivelmente, com atividades que interagem com o sítio e engenho *Tupinambá*.

Este último, a legação de maior valor nominal, foi dividido em partes iguais entre duas filhas — Cosma e Antonia Porcina — ambas já casadas. A primeira era esposa de Dr. Manoel Coelho Bastos do Nascimento, que foi

¹⁰⁷ (GLB) [Terceiro] Livro de Contas. p.374-411.

¹⁰⁸ STUDART, Barão de. Descrição do município de Barbalha. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo II, 1888, p.12.

¹⁰⁹ (APYS) Cópia do Registro Cartorial de Partilha.

promotor de Barbalha e na política chegou a deputado federal na primeira legislatura republicana. Segundo a tradição familiar, o casal habitou por algum tempo a Casa Grande do *Tupinambá*, embora a agricultura e administração de propriedades não fossem o forte do Coronel Bastos. Em 1900, a metade da propriedade pertencente a este casal foi vendida “pelo preço certo de vinte contos de réis na moeda corrente” ao cunhado Antonio de Sá Barreto Sampaio, o marido de Antonia Porcina. O *Tupinambá* tinha novamente um só dono. No registro da transação, datado de 21 de maio, lê-se a incorporação de “metade do Sítio Tupinambá, ao pé desta Cidade, com água para irrigação, cazas, machinas para cannas e mais benfeitorias”. Em outro trecho são citadas “cazas de morada, de engenho, de Alambique e outras [casas], Engenho de ferro, taixas de ferro e cobre, Alambique e mais utencílios e outras couzas, fructeiras, etcetera”.¹¹⁰

Antonio de Sá Barreto Sampaio, chamado *Toínho* por amigos e familiares e *Tonheta* por alguns detratores, era genro e sobrinho de Antonio Manoel Sampaio. Nascido de pais pobres em 1852, aos nove anos ele começou a trabalhar na *Casa Sampaio*. Pouco tempo depois, morreu seu pai, Sebastião Manoel Sampaio, deixando outros filhos pequenos e muitas dívidas. Toínho passou então a viver sob a tutela do tio e patrão.

Em 1884, Antonio de Sá Barreto Sampaio contraiu núpcias com sua prima carnal, Antonia Porcina, filha caçula do falecido Antonio Manoel Sampaio. Tendo assumido pequena participação acionária na *Casa Sampaio*, Toínho passou a dividir a administração com Antonio Manoel de Sampaio, conhecido como Major Sampaio, um dos filhos do fundador, e acionista majoritário da firma comercial. Ainda segundo a tradição familiar, Toínho teria sido o verdadeiro herdeiro do tino comercial de Antonio Manoel Sampaio. A confirmar esta afirmação está o fato do crescimento da firma sob sua gestão, à princípio compartilhada com o cunhado, e depois em liderança solitária.

À semelhança do sogro, Antonio de Sá Barreto Sampaio gradualmente se tornou um homem de posses. A compra da parcela que o tornava único proprietário do *Tupinambá* foi uma de suas primeiras aquisições. Nesta ocasião, Toínho convocou o jovem José Pereira Pinto Callou, filho do primo e

¹¹⁰ (APYS) Certidão de compra e venda.

amigo Gregório¹¹¹, para administrar o sítio e o engenho. José Callou, que trabalhara alguns anos na *Casa Sampaio*, tinha experiência no ramo da agricultura, adquirida ao gerenciar um pequeno engenho de sua família. O novo administrador passou a se dedicar quase que inteiramente ao *Tupinambá*. Em 1900, aos 28 anos, José Callou, mais tarde conhecido como Zé Major, já morava na *Casa Grande*, onde residiria por muitos anos. O Sr. Idomeu Sampaio, um de seus netos, confirma essa passagem:

*Zé Major era primo em segundo grau de Antonio de Sá Barreto Sampaio que era o cotista maior da firma Sampaio & Irmãos. E meu avô Zé Major trabalhava lá... Ganhava vinte e cinco mil réis por mês. E ele foi casar... Aí Antonio Sampaio, Tio Tonho, tirou ele da Casa Sampaio e botou ele no Tupinambá, isso no final do século XIX pro começo do século XX. Foi em 1899 ou 1900, foi no ano que ele casou. Ele foi pro Tupinambá, foi tomar conta lá do Tupinambá. Ganhava vinte e cinco por cento da renda líquida do Tupinambá.*¹¹²

Enquanto isso, Antonio de Sá Barreto Sampaio comprava paulatinamente os bens herdados pelos cunhados e sobrinhos, recompondo e unificando a herança patrimonial do sogro. Toínho Sampaio foi mais além: ampliou e diversificou o espectro das propriedades, nas quais colocava pessoas de sua confiança, como administradores e rendeiros.

Assim, após quase meio século, acontecia uma nova concentração patrimonial fundiária, a partir do que partilhas haviam fragmentado de antigos sítios. É importante salientar, que mais uma vez o principal motor para que isso acontecesse foram recursos advindos do comércio, mais precisamente da *Casa Sampaio*.

Aplicar os lucros de transações comerciais na compra de terras era uma prática adotada por outras famílias. João Coelho, um comerciante barbalhense contemporâneo, também utilizou recursos provindos de sua casa comercial para adquirir e acumular parcelas de terras, obtendo assim certa distinção em relação à grande maioria de pequenos proprietários. Neste sentido é bom recordar que:

¹¹¹ Gregório Pereira Pinto Callou (1839-1935). Diferentemente de seu primo Antonio de Sá Barreto Sampaio, Gregório, durante quase meio século, envolveu-se diretamente na política local: foi o primeiro intendente de Barbalha, em 1876, e novamente em 1911, ocasião em que se destacava como um dos líderes *rabelistas* da região.

¹¹² IDOMEU SAMPAIO, barbalhense, 70 anos. Neto de Zé Major pelo lado materno e sobrinho neto de Antonio de Sá Barreto Sampaio pela linhagem paterna. Entrevista em 11 de junho de 2006.

As alianças entre plantadores e comerciantes foram sempre regra, de maneira que cidade e campo estavam unidos por possuírem uma camada social superior única, cujos membros eram ao mesmo tempo aliados e interdependentes.¹¹³

Em 1906, Antonio de Sá Barreto Sampaio tornou-se o único cotista da *Casa Sampaio*, ao comprar a participação dos herdeiros de Major Sampaio. O dono do *Tupinambá* imprimia vigor aos negócios, numa quadra em que o Cariri, mais uma vez, passava por um surto de desenvolvimento.

As atividades tradicionais dos engenhos de rapadura, da policultura e do pastoreio eram reforçadas pelo aumento da força de trabalho, em grande parte oriunda das migrações catalisadas pela liderança do Pe Cícero. Juazeiro multiplicava seus habitantes e buscava sua autonomia. Fora do povoado, embora em menores proporções, o crescimento populacional também se fazia visível. Romeiros, sem ter para onde voltar, eram incentivados a ocupar terras devolutas da chapada e orientados no plantio da mandioca e outras culturas. Este fluxo de migrantes, que incluía categorias urbanas, representou uma renovação de forças para a economia dos centros agro-comerciais vizinhos.

O censo de 1900 apontou 14.681 habitantes para o município de Barbalha, o segundo mais populoso da região, superado apenas pelo Crato. A maior parte das pessoas ainda residia na zona rural. As áreas de encostas eram “mui povoadas, pode-se dizer que de kilometro a kilometro se encontra um sítio com sua casinha branca, rodeada de palhoças de agregados, tendo ao lado o engenho de ferro ou fabrica de fazer rapadura e aguardente”.¹¹⁴

O condutor da *Casa Sampaio* soube aproveitar essas novas perspectivas que se abriam ao comércio regional. A firma agora se chamava *Sampaio & Irmãos*, uma vez que Antonio de Sá Barreto Sampaio admitira como sócios minoritários dois irmãos menos afortunados: José de Sá Barreto Sampaio, o *Zuca*, e Sebastião Manoel de Sampaio, o *Dão*, com 24% e 14% das ações. Contudo, Toínho permanecia à frente das idéias e decisões: à sua administração deve-se a expansão dos negócios, tanto em volume, quanto no raio de ação.

Entre 1906 e 1914, o empreendimento comercial conheceu a maior

¹¹³ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Evolução das relações de trabalho na agricultura brasileira. In: *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUSP, 1978, p.12.

¹¹⁴ Notas Colhidas e Observações Feitas por um Amigo da Terra em Setembro de 1915. Município do Crato. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Anno XXXII, 1918, p.161.

prosperidade de sua história, tendo se tornado uma referência em toda a região. Instalado num grande sobrado (ver Pranchas 5 e 6), era o maior entre “grandes armazéns de fazendas, ferragens e molhados”, que faziam “grandes transacções com os municípios vizinhos, não só deste Estado como dos de Pernambuco”.¹¹⁵

Como na maioria dos grandes estabelecimentos comerciais do interior do Nordeste, os clientes encontravam quase tudo na *Casa Sampaio*: além de uma variedade de tecidos finos e populares, vendiam-se chapéus, pentes, águas de colônia, vinhos, tabacos, chás e louças. Entre as “ferragens” eram comercializados: “enchadas”, pregos, parafusos, e miudezas como linhas, agulhas, “pennas caligráficas”, papéis e livros de oração.¹¹⁶ Bastante freqüentada durante a semana e mais ainda aos sábados, dia da feira semanal, a *Casa Sampaio* era também ponto de encontro da sociedade, local de divulgação de notícias e discussões políticas.

Dentro deste contexto, os primeiros anos do século XX foram para o proprietário do *Tupinambá*, um tempo de prosperidade e investimentos. No engenho, através de seu administrador, renovou equipamentos e importou “ferragens”. Além disso, como as fontes naturais de água sempre foram muito disputadas, a fim de assegurar a irrigação de seu canavial, ele comprou o direito perpétuo para o curso de uma *levada*, passando por sítio vizinho, cujos proprietários declararam:

vendemos ao Sn^r Tn^e Ce^l Antonio de Sá Barreto Sampaio pela quantia de cincoenta mil reis que recebemos ao passar d.esta, o curso para uma levada d'água, que partindo de qualquer nascencia, pôsso, ou assude, passe por nosso referido terreno em qualquer parte, quer no brejo, quer no taboleiro, como lhe for mais útil e conveniente. (...) Declaramos ainda que com o que dissemos, não tivemos em mente compreender, ou envolver a levada que já possui, vinda de Santa Rita para o Tupinambá, a qual crusa o nosso terreno pelo taboleiro, visto que esta já é sua por direito antigo, et^c.¹¹⁷

Antonio de Sá Barreto Sampaio havia repetido o sogro ao erigir nos últimos anos do séc. XIX uma residência urbana na rua da Matriz — *O Chalé* — que integrava o conjunto das melhores moradas de Barbalha. Em 1909, a

¹¹⁵ Geographia Physica e Política da Barbalha, *Revista do Instituto do Ceará*, XXIII, 1909,p.132.

¹¹⁶ (GLB) “Segundo Livro de Compras e Vendas...” p.59-88 e 100-105.

¹¹⁷ (APYS) Declaração de compra e venda, datada de 2 de agosto de 1910.

cidade crescera, apresentando “mais de mil casas, e 16 sobrados”, “duas farmácias” e “dois médicos”.¹¹⁸

É importante salientar, que essas décadas de crescimento econômico para o Cariri, Barbalha, e na escala menor para a família Sampaio, foram também marcadas por turbulência e forte instabilidade política local e regional. Usando as palavras de um barbalhense que viveu estes tempos: “Na região fecunda do Cariri a orquestra do trabalho foi substituída pelo ribombo sinistro do bacamarte e do rifle”.¹¹⁹ A política era feita também pelo peso das armas. Os chefes dos municípios, num tempo em que ainda vigoravam nomeações, eram *depostos* de seus mandatos informais, muitas vezes sob a força de milícias: as *particulares* e as *guardas locais*. Os *cabras* e *homens de confiança* que preenchiavam estas hostes, provinham das camadas mais pobres da sociedade: uma população que sofria as conseqüências dos conflitos entre seus proprietários e patrões.

Apesar de não haver registros de seu envolvimento mais direto na política, Antonio de Sá Barreto Sampaio certamente estava atento à situação e os desdobramentos para os negócios. Sabe-se que em 1901, a firma *Sampaio & Irmãos* socorreu com empréstimos a intendência municipal de Barbalha, que se encontrava sem recursos para pagar credores, o que atesta a capacidade financeira desta família.¹²⁰ Há também notícias da intervenção ativa do próprio Toinho Sampaio, junto com outros negociantes de Barbalha, atuando politicamente como *pacificadores* em conflito de 1909. Com sua interferência, este grupo impediu, pelo menos por algum tempo, o choque entre as forças políticas e milícias rivais de Crato e Juazeiro, no episódio das minas de Coxá.¹²¹

Decisivos para o destino do patrimônio em estudo foram os eventos que se sucederam após a queda da oligarquia Accioly em 1911, e que vão culminar em 1914, com a eclosão da conhecida *Sedição de Juazeiro*. Neste período, os opositores da antiga oligarquia formavam um grupo heterogêneo que abrigava as novas forças comerciais da capital e do interior. Tal grupo passou a ser conhecido como *rabelista*, por associar partidários de Franco Rabelo, novo presidente da província. A estes se opunham os remanescentes

¹¹⁸ Geographia Physica e Política da Barbalha, op. cit. p.132.

¹¹⁹ LEITE, José Bernardino de Carvalho. Apud LOPES SOBRINHO. op. cit., p.9.

¹²⁰ LOPES SOBRINHO, op. cit., p. 11.

¹²¹ Ver CAVA, op. cit., p.143, 173.

acciolistas, coronéis que haviam vivido por muitos anos à sombra do poder cearense. Grupos políticos não permanecem estáticos, e neste caso, em função do jogo de poder, local e federal, aconteceram dissidências de parte a parte. *Ex-acciolistas* e *ex-rabelistas* descontentes juntaram-se formando um novo grupo, os *marretas*.

Estes acontecimentos políticos vão interferir na história de Barbalha e do *Tupinambá*. Entende-se que os interesses da família Sampaio conduziram-na a apoiar os grupos *rabelistas* da região. A vila de Barbalha foi sede de uma reunião de representantes de quinze municípios da região, que proclamaram sua lealdade ao recém empossado Franco Rabelo.

A situação no Cariri tornou-se mais tensa, quando esses grupos de tendências políticas opostas passaram a se amparar mais e mais em forças militares e paramilitares. Sob a justificativa de acabar com o *cangaceirismo*, Franco Rabelo enviou tropas a região, ensejando o controle da situação. Visava, principalmente, o forte reduto político do Juazeiro, onde o Padre Cícero cristalizava as esperanças de muitos *antirabelistas*.

Em Juazeiro, um expressivo contingente humano, formado por jagunços, agregados, populares e seguidores do religioso, passou a agir militarmente. A liderança era exercida por Floro Bartolomeu, médico, político, chefe do partido *marreta* e aliado do Padre Cícero. Floro e seus comandados, após resistirem a um cerco feito ao povoado, passaram a atacar (preventivamente, no dizer de alguns historiadores) os redutos dos *rabelistas*. É a *Sedição de Juazeiro*, que vai culminar com um ataque a Fortaleza e a deposição do presidente.

As duas vilas mais próximas de Juazeiro — Crato e Barbalha — foram os alvos iniciais das *tropas*. Nesta última, Antonio de Sá Barreto Sampaio, assim como outros comerciantes, era apontado como homem fiel a Franco Rabelo. Em janeiro de 1914, voltando em comitiva de uma reunião no Crato, Toínho Sampaio sofreu um atentado com armas de fogo. No ataque, o negociante perdeu um cavalo e viu um sobrinho ser ferido.

Absorvendo todo o perigo de sua situação, Toínho reuniu a mulher, filhos, irmãos, sobrinhos, alguns agregados, e, levando os bens que podia rapidamente angariar, fugiu para Salgueiro, no sertão de Pernambuco, alojando-se na propriedade de parentes. À semelhança dos Sá Barreto

Sampaio, quase todas as famílias proprietárias de Barbalha fugiram para seus sítios, ou, conforme as posses, para lugares mais distantes. Na cidade, segundo Idomeu Sampaio,

...acabou tudo. Levaram tudo daqui da cidade... A cidade aqui ficou acéfala! Saiu todo mundo daqui. Meu avô [Zuca] saiu de tarde. Mãe laiá, que era a mulher de Zuca Sampaio, saiu num burro que meu avô tinha. O resto, todo mundo a cavalo. Ficaram lá na Santa Rita... E de manhãzinha subiram a serra.

Yony Sampaio, ao iniciar suas pesquisas genealógicas ao final dos 1970, entrevistou algumas testemunhas desses acontecimentos. A partir desses relatos, reconstruiu a fuga generalizada dos barbalhenses: “Dada a urgência, a grande maioria das pessoas saiu, a pé, a cavalo alguns, mais raramente em carros de boi, para o sertão de Pernambuco, quase todos subindo a estrada de Santa Rita para a chapada do Araripe”.¹²²

Em 27 de janeiro de 1914, a vila de Barbalha praticamente deserta foi invadida e saqueada pelas tropas e jagunços de Floro Bartolomeu. Segundo Fabriano Sampaio, seu tio avô, Toínho Sampaio, ainda tentou organizar uma reação armada, mas desistiu ao se inteirar do grande número de atacantes armados:

*Tio Toínho tentou organizar uma resistência, ao longo da.. colina, que é por traz de onde hoje tem o Sobrado. A vista dando para o brejo. Ele idealizava que mesmo com pouca gente, ele barrava a transposição do brejo pelos romeiros, porque eles, aqui, estavam numa posição muito favorável. Mas, acho que encontraram pouca gente e armamento deficiente e desistiram e pronto. E tudo que fizeram foi pegar um burro com dois caçuás, botar os livros contábeis e o dinheiro do cofre. Os burros, o dinheiro que tinha no cofre, os livros contábeis, foi tudo que tiraram da Casa Sampaio. Não deu pra pegar mais nada. Só levaram isso.*¹²³

Segundo a tradição local, a *Casa Sampaio* foi a primeira loja a ser atacada. O edifício teve suas portas arrombadas e todo o seu estoque saqueado. Porém, a estrutura não sofreu danos e resiste até hoje, em bom estado de conservação.

¹²² SAMPAIO, *Santo Antonio de Barbalha...* op. cit., p. 179.

¹²³ FABRIANO LIVÔNIO SAMPAIO nasceu em 20.02.1936, em Barbalha. Irmão de Idomeu Sampaio (ver nota 113), engenheiro-civil, foi prefeito de Barbalha (1973-1977). Entrevista em 1 de agosto de 2007.



Foto 6 – Sobrado onde funcionou a *Casa Sampaio* até o ataque de 1914. O oitão visto ao fundo, à esquerda, pertence à antiga residência de Antonio Manoel Sampaio. Foto IPHAN.

Interrompeu-se assim, um movimento comercial que no ramo de tecidos era o mais desenvolvido do Cariri. Os saques atingiram outras casas de grosso comércio de Barbalha: *Antonio Correia & Cia.*, *Heliodoro Vicente do Nascimento*, *Alves Teixeira & Cia* e *José Semeão de Macedo*.¹²⁴ O mesmo tipo de ataque violento havia acontecido em Crato, três dias antes, mas em Barbalha as depredações foram proporcionalmente mais danosas e as consequências econômicas definitivas.

As notícias funestas logo chegaram aos proprietários. Para esse ramo da família Sampaio, o que seria uma temporada curta de exílio acabou sendo uma migração definitiva. Desgostoso, Antônio de Sá Barreto Sampaio preferiu ficar em Pernambuco e administrar de longe o patrimônio cearense. Seu irmão, Zuca Sampaio, retornou em 1916, e começou a reerguer (literalmente) a casa comercial — agora em novo endereço, na atual Rua do Vídeo. Ao mesmo tempo, para poder repor os estoques, Zuca encetava a lenta e difícil tarefa de receber dívidas de uma clientela devastada. No entanto, o sem aportes expressivos de capital e sem o tino do irmão, e sócio exilado, a *Casa Sampaio* não voltou mais à proeminência do passado, mergulhando — assim como o comércio barbalhense — num lento, mas contumaz declínio.

¹²⁴ LOPES SOBRINHO, op. cit., p.29. Segundo outro cronista, 3000 “jagunços” invadiram Barbalha, um número próximo ao da população urbana estimada para 1914: 3700 habitantes. ANSELMO, Otacílio. *Padre Cícero: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, p.422.

Quanto às propriedades rurais de Barbalha, Antônio de Sá Barreto Sampaio contou com o administrador do *Tupinambá*, Zé Major, cuja presteza e ação nos primeiros momentos, reza a tradição, impediram que as terras fossem invadidas. Embora Zé Major também tenha partido com toda a família e parte do gado para o sertão, deixou pessoas fiéis encarregadas de proteger os bens administrados.

Interessante observar como estes eventos ficaram na mente dos trabalhadores do *Tupinambá*, e como foram transmitidos as outras gerações. Tuta recontou o que ouviu de seu pai Casemiro, morador do sítio sob a gerência de Antonio de Sá Barreto Sampaio, por ele chamado de *Sampainho*:

*Aí no tempo desses Sampaio teve umas guerras aí não sei de quê, guerra de 14, não sei de quanto. Aí [Sampainho] disse: “Zé Major, vamos dar isso para os romeiros, e vamos s’imbora morar no sul”. Aí Zé Major disse: “Não, Sampainho, vá que eu fico por aqui cuidando”. Aí foi o tempo que ele tomou posse, seu Zé Major, e ficou com tudo.*¹²⁵

Antonio de Sá Barreto Sampaio tentou por muitos anos, por meio de ação judicial, uma indenização do governo pelas perdas sofridas no saque de Barbalha. Não obteve sucesso. Algumas vezes pensou em retornar à sua terra natal, porém: *“Ele não voltou mais. Ele ainda chegou a anunciar a volta dele, comprou móveis novos, para o Chalé, os móveis ainda chegaram em Barbalha, o Chalé ficou todo mobiliado, móveis comprados na Suíça, mas não veio”*.¹²⁶

A partir de 1925, desiludido e abdicando dos planos de voltar, estabeleceu-se definitivamente em Recife, onde já vivia seu primogênito, o médico Antônio de Sá Barreto Sampaio Junior. Durante todos os longos anos de afastamento, Toínho Sampaio não exerceu nenhuma atividade comercial, origem de sua fortuna. Todo o seu empenho e investimentos se dirigiram para a compra e administração de propriedades agrícolas, em Pernambuco, dedicadas à plantação de cana e com os engenhos de açúcar: *Tabocas e Concórdia* em São Lourenço da Mata, *Souto Maior* em Paudalho e *Floresta* em Maraiá.

¹²⁵ Tuta, em setembro de 2000.

¹²⁶ Fabriano Sampaio, em novembro de 2001.

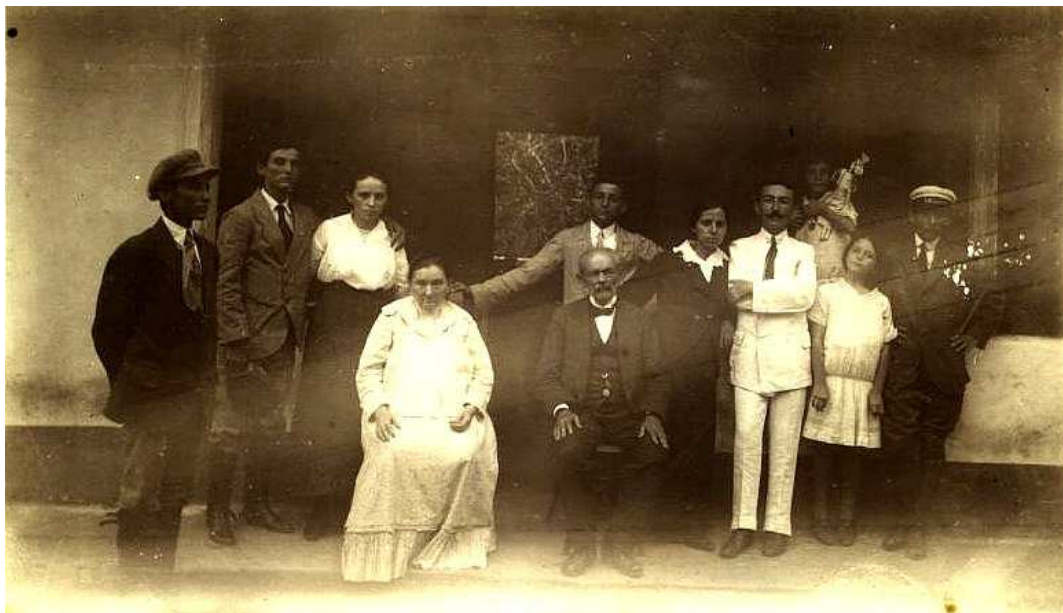


Foto 7 – Antonio de Sá Barreto Sampaio, em Pernambuco, sentado ao lado da cunhada Cosma. No grupo familiar, destaca-se o primogênito, Dr. Junior, em costume de linho branco. Fotografia: (APYS)

1.2.1. O TUPINAMBÁ SOB A RÉGIA DE ZÉ MAJOR

"Aí foi o tempo que ele tomou posse, seu Zé Major, e ficou com tudo".

Tuta

A administração do *Tupinambá* por Zé Major, que lá residia com toda a sua família, transformou-se num arrendamento que se estendeu até 1945, quando se deu o último ajuste de contas entre ele e a família Sampaio. Foram tantos anos, que algumas pessoas idosas de Barbalha, por mim contatadas, afirmaram que cresceram associando o *Tupinambá* à figura de seu arrendatário, como se este proprietário fosse. Terra, engenho e administrador indissociados, enquanto os verdadeiros proprietários estavam ausentes.

Segundo Yony Sampaio, com o passar do tempo *"Zé Major passou a administrar todos os bens da família [em Barbalha], pois só ficou lá Tio Zuca, ocupado com a Casa Sampaio e suas próprias terras"*.¹²⁷ Alguns registros referentes ao *Tupinambá*, no início dessa administração "expandida", foram

¹²⁷ Yony Sampaio, em 14 de abril de 2006.

cuidadosamente guardados pelo zeloso arrendatário, e hoje se encontram no arquivo pessoal de um de seus netos, Alberto Callou Torres. Embora o acesso direto a esses documentos não tenha sido franqueado, pequenos trechos foram reproduzidos em recém publicada biografia¹²⁸. O cotejamento desses fragmentos com registros completos de período posterior — uma série dos anos 1930 e 1940¹²⁹ — demonstra o mesmo grau de organização administrativa, que prevaleceu desde os primeiros anos da ausência dos proprietários.

Mais uma vez recorro à tradição das duas famílias, Sampaio e Callou, e ao depoimento de quem conheceu Zé Major para evocar a figura deste administrador como um homem trabalhador, organizado e metódico, que “*ia todo dia a cavalo, de paletó, gravata, colete... administrar o Tupinambá, ele só andava assim...*”¹³⁰

Dr. Napoleão Tavares Neves, que testemunhou muitas moagens de Barbalha, recorda que:

*Qualquer pessoa que chegasse aqui [em Barbalha] no dia 14 de junho sabia que tinha rapadura nova no Tupinambá. Enquanto os outros começavam aleatoriamente, às vezes no começo do mês, às vezes no fim. Ele [Zé Major] não, era sistemático: 14 de junho!... No dia 13, que era dia de Santo Antônio ele cortava cana, no dia 14 pela manhã o motor já apitava, o locomóvel já apitava, começava a moagem. E todo o mundo sabia disso, então as pessoas que gostavam de alfenim, que gostavam de batida, de rapadura, já iam pra lá certos de que tinha com certeza.*¹³¹

Por sua vez, o Sr. René Grangeiro, morador de Barbalha, ao evocar o *Tupinambá* da primeira metade do século XX, confirmou a regularidade das moagens do engenho no *tempo de Zé Major*:

Nasci, cresci e me criei aqui, nessas imediações. E a coisa melhor que eu achava era quando rompia a moagem; terminava a festa de Santo Antônio no dia 13, no dia 14 rompia a moagem do Tupinambá. Ia até dezembro, até janeiro, num falhava, moía toda a cana e era transportada em carro de boi e burro. (...) Agora, o engenho era duplo, tinha duas carreiras de tacho, fabricava muita rapadura. E a rapadura era bem cozinhada e não usava aquela droga chamada

¹²⁸ TORRES, Alberto Callou. *José Pereira Pinto Callou: Zé Major, meu avô*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

¹²⁹ (APYS) Contas do Tupinambá.

¹³⁰ Idomeu Sampaio, em 11 de junho de 2006.

¹³¹ NAPOLEÃO TAVARES NEVES, nasceu em Jardim, em setembro de 1930. Médico, literato, cronista e historiador. Entrevista em novembro de 2000.

*branquite, que botam pra clarear a rapadura, viu? não usavam. Seu Zé Major não usava. A rapadura era da cana mesmo, do açúcar da cana.*¹³²

Nos quarenta anos do *tempo de Zé Major*, o engenho tinha o vapor como força motriz. Desconhece-se, até o momento, quando este tipo de motor começou a funcionar no *Tupinambá*. A própria introdução do vapor nos engenhos do sul do Ceará permanece um assunto bastante controverso. Enquanto Irineu Pinheiro coloca o primeiro motor para beneficiamento de cana de açúcar em 1875, ou 1876, no município de Missão Velha, Figueiredo Filho afirma que coube a Crato, em 1892, o pioneirismo de ver rodar o primeiro engenho motorizado, “debaixo de festejos populares, ao som das músicas de couro ao pipocar do foguetório”.¹³³ Na opinião da família Sampaio, no tocante à Barbalha, coube ao fundador do *Tupinambá* a instalação da primeira máquina. É quase certo que o engenho foi mecanizado antes de 1887, ano em que já funcionava “na cidade uma machina a vapor para o preparo do algodão, ramo de industria há pouco estabelecido pelo negociante Antonio Manoel [de] Sampaio [Major Sampaio]”.¹³⁴ Outros engenhos de menores recursos e em locais de acesso difícil, só se motorizaram no séc. XX.

Sabe-se que os maiores engenhos da região importaram seus motores da Inglaterra. As máquinas chegavam aos portos de Recife ou Fortaleza e daí seguiam por ferrovia. No fim da linha, a pesada carga era colocada em carros de bois, que com até doze juntas de animais amestrados, levavam os motores até os engenhos.

Mais de quatro décadas produzindo rapaduras pela força do vapor: o período de Zé Major à frente do engenho é reputado, pelos mais antigos trabalhadores, como sendo de prosperidade para o *Tupinambá*. Alguns registros da época e outras observações contextuais impedem que as afirmações de prosperidade associadas a esse tempo sejam vistas apenas como fruto de uma visão nostálgica do passado.

José Pereira Pinto Callou, o Zé Major, vinha de família com algumas posses. Contudo, ele indiscutivelmente prosperou como administrador, pois em

¹³² FRANCISCO RENÉ GRANGEIRO, nasceu em Barbalha, a 26 de maio de 1926, fiscal municipal, conhecido como "a memória ambulante de Barbalha". Entrevista em abril de 2003.

¹³³ PINHEIRO, op. cit. p.56 e FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit., p.14.

¹³⁴ *Descrição do município de Barbalha*. op. cit. p.12.

sua velhice contava com muitos bens, em grande parte adquiridos com lucros dos arrendamentos.¹³⁵ A esse respeito um de seus descendentes comentou: *“Os arrendamentos, naquele tempo, eram muito bons. Que o homem, o morador, trabalhava quase de graça, trabalhava quase que só pela comida. Então o engenho dava muito lucro”*.¹³⁶ Por outro lado, o arrendamento do *Tupinambá* deve ter sido satisfatório para a família Sampaio: a assídua e amigável correspondência entre as partes era preenchida de informações, sugestões e projetos em comum. Além disso, o mesmo tipo de relação foi mantido após a morte de Toíno Sampaio.

Os primeiros anos após o ataque da *Sedição de Juazeiro* foram muito difíceis para todos os agricultores barbalhenses. As propriedades ficaram devastadas: houve matança de gado e criações, destruição de culturas, fuga de trabalhadores e saque de alimentos e sementes. A invasão ocorreu em pleno janeiro, época de inverno e de plantio. A retomada das atividades produtivas, naturalmente penosa para uma economia localizada e formada majoritariamente de pequenos produtores, tornou-se ainda mais difícil porque no ano seguinte (1915) ocorreu uma das maiores secas da história do Ceará.

Em 1919, a ausência de chuvas voltava a castigar fortemente a região. Idomeu Sampaio recorda que Zé Major dizia que neste ano *“não tirou nem a folha do leito do rio. O rio Salamanca não correu de maneira nenhuma!”* Segundo ele, nem assim o engenho *Tupinambá* deixou de rodar. Mesmo em anos de seca, sempre *“tinha alguma moagem [com] as canas do baixio. A água florava aqui no baixio. A água era mais rasa. E tinha sempre canas aqui no baixio, no vale do Salamanca, sempre tinha canas”*.¹³⁷

Malgrado as recorrentes calamidades climáticas e os muitos anos de disputas políticas violentas, o Cariri, a partir da década de 20, confirmava sua capacidade de renovação. Como resultado, vivia-se outra fase de crescimento econômico e populacional. Juazeiro continuava a ser o principal pólo de atração para pequenos proprietários, artesãos, negociantes e trabalhadores rurais sem terra. Os números abaixo traduzem o crescimento populacional dos

¹³⁵ *Termo do inventariante*, transcrição em TORRES, op. cit., p. 232-236. No legado, constam entre os imóveis, alguns que pertenceram a Antonio de Sá Barreto Sampaio e foram vendidos por seu herdeiro e filho caçula, José Barreto Sampaio (1898-1984).

¹³⁶ Idomeu Sampaio relatando comentário de seu pai, Antonio Costa, entrevista de 11.06.2005.

¹³⁷ Idomeu Sampaio, em 11 de junho de 2005.

municípios mais importantes do vale.

TABELA 1 - POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO CARIRI NO INÍCIO DO SÉC. XX

MUNICÍPIOS	1900	1920	1940
Barbalha	14.681	19.900	22.440
Crato	30.321	* 29.774	38.968
Juazeiro do Norte	—	22.067	38.530
Jardim	12.499	12.979	18.639
Total	57.501	84.620	118.577

* Crato perdeu importante parcela da população com a autonomia de Juazeiro em 1911. Fonte: Recenseamentos IBGE.

Embora para muitos caririenses, o nome *Juazeiro* permanecesse evocando tristeza e rancor pelos ataques de 1914, o crescimento do novo município trazia benefícios indiretos para seus vizinhos. A oferta de braços para a lavoura era oportuna, pois além das culturas alimentícias, o algodão voltava a ser plantado com mais regularidade na região. Além disso, tanto os produtos da terra, quanto as mercadorias importadas pelas casas comerciais encontravam um mercado consumidor cada vez maior.

A demanda por trabalhadores era sempre crescente e se refletia nas propriedades canavieiras. Em carta datada de 1918, Antonio de Sá Barreto Sampaio assim orientava Zé Major: "...assim não tendo pessoal para moer e plantar, suspenda a moagem e plante suas canas". Em 1922, escrevendo do engenho *Roçadinho*, que arrendara em Pernambuco, o missivista atestava a mesma preocupação:

Lamento a falta de braço para a agricultura, por isso mesmo deve V. fazer o possível para tratar bem de suas socas a fim de que p.^a o ano tenha alguma safra pois pelo que diz V. no ano seguinte a safra será reduzidíssima não só no Cariry, como no Sertão.¹³⁸

Para os donos de canaviais e engenhos, o final da década de 1920 trouxe uma nova preocupação: as safras representavam lutas sem fim contra as pragas que atacavam as poucas espécies cultivadas na região, *Rosa*, *Preta* e *Cana Caiana*. As plantas, embora ricas no teor de sacarose, tinham baixa resistência. Os maiores produtores buscavam, por conta própria, trazer outros

¹³⁸ Apud TORRES, op. cit., p.114.

tipos de cana, mas a doença do *mosaico* se generalizava: “A verdade é que, de 1920 em diante, não havia mais variedade de cana que durasse”.¹³⁹

O colapso dessa economia de mais de duzentos anos só foi evitado na década seguinte, quando se instalou a *Estação Experimental de Barbalha*, mais conhecida como *Campo de Sementes*, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Este núcleo de pesquisa passou a introduzir novas variedades híbridas e resistentes. Entretanto, embora os canaviais renascessem com as novas espécies, em outros aspectos a cultura canavieira permanecia sem melhoramentos. Os ricos solos de brejo e pé de serra ainda eram tratados com as mesmas técnicas rudimentares do século anterior.

Numa conjuntura mais ampla, os sinais de transformação eram visíveis: a continuidade do crescimento populacional, maior disseminação do trabalho assalariado, uma economia mais monetarizada e a sistematização dos contatos com grandes centros comerciais. Sobretudo, as novas possibilidades de importação e escoamento de produtos, com a chegada da estrada de ferro ao Cariri, em 1926.

Evento de magnitude para a região, a concretização da ligação férrea, porém, vai se tornar um fator de enfraquecimento para a Barbalha, quando um desvio da trajetória da estrada deixou-a fora do percurso (Fortaleza / Missão Velha / Juazeiro /Crato). Numa decisão mais política do que técnica, o município deixava de participar diretamente de uma via de transporte importante, a ponto de desviar, por alguns anos, o vetor das comunicações para Fortaleza, em detrimento das antigas ligações com Pernambuco.

A economia de Barbalha sentiu fortemente o desvio da ferrovia. Seu comércio recebia um novo golpe, 12 anos após os saques de jagunços: muitos estabelecimentos fecharam ou mudaram para a cidade vizinha, num processo de esvaziamento que se refletia nas outras instancias de produção.

Neste período, morria em Recife, o proprietário do *Tupinambá*. Com o desaparecimento de Antonio de Sá Barreto Sampaio, em 1930, novamente se fragmentava, entre herdeiros, um patrimônio cuidadosamente reunido. Nas disposições testamentárias constata-se a preocupação em manter a

¹³⁹ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p.11. *Mosaico* é uma virose que lesiona e necrosa os colmos, levando à morte da planta. Ver em CRUZ, Hilton Leite. *Produtor de cana-de-açúcar*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

integridade de suas maiores propriedades — os engenhos:

Determino que se na partilha de meus bens vier a tocar quaisquer dos Engenhos “Souto Maior”, “Tabocas”, “Concórdia” e “Tupinambá”, este na Barbalha, em condomínio a dois ou mais dos meus filhos, fiquem os mesmos engenhos inalienáveis, só podendo ser vendidos a estranho se nisso concordarem todos os condôminos, podendo, porém um dos condôminos vender a sua parte a outro condomínio.¹⁴⁰

Entre as propriedades rurais, o testamento cita, como se fossem *um item único*: “o ‘Engenho Tupinambá’, com todas as benfeitorias e maquinismos, a terra da Bulandeira, a terra Sitinha arrendada a Neném Maneco e a levada d’água diária vinda do ‘Engenho Santa Rita’”. Este “conjunto” foi avaliado em 120:000\$000 réis. No inventário, a propriedade se apresenta como: “sítio ‘Tupinambá’, com engenho accionado a caldeira a vapor, com casas de morada e de machimismos, banhado pelas águas da nascente, do lado poente do sitio ‘Santa Ritta’ deste termo”. Segue-se a determinação dos limites e a avaliação em 70:000\$000. O valor inferior pode advir da ausência dos bens agregados, ou pela já assinalada preocupação com os impostos de transmissão.¹⁴¹

Na partilha que se seguiu (1931), o *Tupinambá* ficou dividido entre a viúva, Antonia Porcina Sampaio, e seu filho, Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, mais conhecido como Dr. Junior. Uma nova divisão dos bens foi feita em 1943, com a aquiescência de D. Porcina, que só viria a falecer centenária, em 1954. Seu bisneto, Yony Sampaio, explicou que essa alteração aconteceu porque nas disposições precedentes teria havido distorções devidas a distancia do avaliador. Além disso, quase todas as propriedades urbanas e rurais haviam ficado com a viúva: para os filhos tinham sido destinadas as apólices. Segundo Yony, a segunda partilha buscava solucionar “freqüentes conflitos entre irmãos e sobrinhos com respeito a administração das terras”.¹⁴²

Com esta última disposição, a maior parte do *Tupinambá*, desta vez avaliado em 450:000\$000, ficou para o primogênito, Antônio de Sá Barreto Sampaio Junior. Uma pequena parcela foi destinada à sua irmã, Maria do Rosário, que já herdara 104 braças do vizinho *Sítio Barbalha*. Na década de

¹⁴⁰ Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). *Testamento e Inventário de Antonio de Sá Barreto Sampaio* (1930), p.13.

¹⁴¹ Idem, p.58.

¹⁴² SAMPAIO, *Santo Antonio de Barbalha...*, op. cit., p.109

1950, Dr. Junior adquiriu as propriedades barbalhenses de sua irmã, reproduzindo em tom menor, o esforço reconcentrador de propriedades de seu pai.¹⁴³ Nesta ocasião o *Sítio e Engenho Tupinambá* voltou a ter um só dono: Dr. Junior que “o havia adquirido parte por herança, parte por doação entre vivos e parte por compra e venda”.¹⁴⁴

Cabe aqui ressaltar, que o patrimônio barbalhense de Antonio de Sá Barreto Junior jamais atingiu a dimensão daquele reunido por seu pai. Desta vez, a dispersão entre os herdeiros foi só parcialmente desfeita. O sítio *Lagoínha*, por exemplo, que Toínho Sampaio havia destinado a seu filho caçula, José Barreto Sampaio, foi por este vendido ao Sr. Padre Miranda, agricultor barbalhense. O mesmo herdeiro, sem interesse em manter bens em Barbalha, vendeu a Zé Major casas na cidade e um sítio no distrito de *Estrela*.

Dr Junior, ao contrário, tinha interesse em conservar bens e ligações com a Barbalha. Além do *Tupinambá*, comprou a irmãos os sítios *Lagoa*, *Lambedor* e *Reformado*. Apesar de ser considerado um homem *urbano*, de intensa dedicação à carreira médica em Recife, suas anotações particulares atestam que ele, assim como seu pai, acompanhava pormenorizadamente a situação das propriedades administradas por Zé Major. Além disso, Dr. Junior, diferentemente de seu antecessor, empreendeu várias viagens a Barbalha.

Nessas ocasiões, visitava os amigos, vistoriava as propriedades e muitas vezes procedia aos ajustes de contas anuais. Encontrei 14 registros de ajustes para o *Tupinambá* (1932-1945), realizados entre o arrendatário Zé Major — que assinava como José Callou — e o proprietário Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior.¹⁴⁵

As contas foram registradas, em caligrafia caprichada, sobre folhas de *papel almaço*. As especificações e cifras das *Receitas* e *Despesas* aparecem ora escritas por Dr. Junior, ora por Zé Major, em tinta azul ou preta, com raras correções em cor vermelha, ou *carmim*. Ao final de cada documento, ambos datam, localizam e assinam.

Às vezes, Zé Major iniciava as contas em Barbalha, enviava a Recife, onde Dr. Junior calculava a parte de cada um, elaborava o fechamento e

¹⁴³ 2º Cartório de Barbalha (CB-2), Registros de Escrituras Públicas de Compra e Venda.

¹⁴⁴ (CB-2) Inventário de Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior.

¹⁴⁵ (APYS) Ajustes de contas das safras do Tupinambá.

mandava de volta para o Cariri, para que a assinatura final do arrendatário selasse o ajuste. Outras vezes, ambos escreviam e datavam na mesma cidade, Barbalha ou Recife, o que mostra que além das visitas periódicas de Dr. Junior ao Cariri, Zé Major também se deslocava ocasionalmente para a capital de Pernambuco.



Foto 8. José Pereira Pinto Callou.
(Zé Major)



Foto 9. Antonio de Sá Barreto Sampaio Jr.
(Dr. Junior)

Observa-se que apesar da finalidade prática destes documentos, de seu caráter de registro de *negócios*, transparece um alto grau de entendimento entre as partes. As fontes orais já apontavam para esse tipo de relacionamento: sendo arrendatário de muitos anos, administrador dos tempos paternos, certamente Zé Major gozava da confiança do jovem médico e proprietário. Porém, as trocas de informações, as palavras escritas, transmitem uma relação ainda mais próxima: de amizade.

No documento mais antigo desta relação, talvez o primeiro ajuste feito entre esses dois homens, sob o título “Dados para ajuste de c/ da safra de 1932”, na caligrafia larga de Zé Major seguem-se itens e cifras de *Receitas* e *Despesas*, num padrão de organização contábil simples. Tal modelo, com mínimas variações e poucos detalhamentos, se repete nos ajustes dos anos seguintes. Logo abaixo, em outra tinta e caligrafia, o cálculo dos lucros e o ajuste final feitos pelo proprietário. Ao final do documento, encontra-se uma fórmula de fechamento que também evoluirá com pequenas variações nas prestações seguintes:

Prezado José Callou — Achando certas as contas acima, assigne e date a presente e m'a devolva — Recife, 23 de março de 1934 Sampaio Junior.

Outro exemplo de fechamento, que confirma o método de troca de informações para o acerto de contas, está no ajuste datado de 1938. Um pequeno texto que denota o grau de aproximação entre os dois signatários:

Prezado amigo José Callou. De acordo com os dados que V. me forneceu, eis o ajuste de contas da safra de 1936 do Engenho Tupinambá e do Sítio Lambedor; achando tudo certo, após as anotações nos livros competentes, devolva datado e assignado, como prova de que está de accordo. Saudações cordeaes do parente e am^{go} Recife 24 de janeiro de 1938 Sampaio Junior

No exame desses documentos, verifica-se que o ajuste de contas nem sempre acontecia logo ao findar da safra. Alguns, excepcionalmente, foram realizados mais de um ano após o término da moagem. Pode-se observar também, que Zé Major costumava adiantar parte do valor correspondente ao arrendamento, uma ou duas vezes ao longo do ano. Quanto à forma de pagamento, há referências a valores entregues na firma comercial *Sampaio & Irmãos* e a depósitos em contas bancárias, principalmente nos últimos anos.

A *renda* anual paga pelo *Tupinambá* era formada pela soma de duas parcelas:

- 1) 300 cargas de rapadura, pagas em valor monetário, calculado pelo preço médio das cargas vendidas na safra anterior.
- 2) metade do lucro líquido do engenho, ou seja, o rendimento da comercialização do restante da produção de rapaduras, descontadas as despesas. (Eventualmente aparecia, sob a denominação de “Apurado diverço”, pequenas quantias somadas à *Receita*).

Para o cálculo da *renda*, proprietário e arrendatário mantinham cuidadoso controle dos números do engenho. Com estes dados, Dr. Junior elaborou tabelas em que a série de valores de produção e comercialização permite apreender as vicissitudes das safras, do mercado e o ritmo dos trabalhos no *Tupinambá*, antes do advento da eletricidade.

“Safras do Tupinambá”, Tabela nº 2, apresenta a produção de rapaduras de 1926 a 1944. Pode-se supor que os valores referentes às safras anteriores a 1932, ano em que Dr. Junior tomou a frente dos negócios, tenham sido recolhidos das anotações de seu pai.

TABELA 2 – SAFRAS DO TUPINAMBÁ

Safras do Tupinambá *							
	Rapaduras fabricadas			Média Diária	Total que ficou p ^a a fazenda	Total das rapaduras vendidas	Preço médio por carga
	Lavrad	Fazenda	Total				
1926	989,31	1.488,87	2.478,78	—	2.008,25	—	—
1927	760,51	1.456,58	2.217,09	—	1.855,84	—	—
1928	629,70	1.360,50	1.990,20	—	1.691,09	—	—
1929	752,49	1.419,14	2.144,63	—	1.800,71	—	—
1930	482,90	1.049,40	1.532,30	—	1.302,92	—	—
1931	321,23	1.092,36	1.443,59	—	1.261,??	—	—
1932	795,96	657,03	1.352,99	—	1.074,85	806,69	48\$294
1933	959,07	684,03	1.638,10	—	1.187,53	832,02	35\$949
1934	616,68	418,41	1.035,09	—	869,92	920,94	42\$908
1935	350,61	860,13	1.210,74	15,92	1.044,19	979,22	39\$132
1936	408,39	741,44	1.149,83	17,16	955,83	736,53	48\$356
1937	227,50	1.541,44	1.768,94	20,79	1.660,87	1.664,71	58\$720
1938	500,95	2.895,75	3.396,70	26,74	3.158,74	3.153,68	42\$832
1939	970,68	3.073,38	4.044,06	27,27	3.573,28	3.256,19	45\$159
1940	932,01	2.051,98	2.983,99	24,67	2.664,87	2.596,12	34\$195
1941	571,47	2.528,40	3.199,87	21,36			
1941	1012,95	3.154,85	4.167,80	—	3.676,35	3.607,06	40\$463
1942	490,54	1919,83	2.410,37	22,11			
1942	794,43	2.329,03	3.123,46		2.788,24	2.714,14	** 75,05
1943	480,42	2.199,21	3.679,63	19,85			
1943	1072,96	3.133,92	4.212,88	—	3.706,49	3.578,81	88,14
1944	347,32	1.252,95	1.600,23	16,32			
1944	686,12	2.053,02	2.739,14		2.361,78	2.374,87	59,92

Fonte: (APYS) (*) No original, na parte de cima da tabela, lêem-se estas linhas em tinta carmim. “Nota: de 1941 em diante a moagem do Tupinambá propriamente dita está escrita com tinta carmim e a do Tupinambá e Estiva, abaixo com tinta preta”. (**) Os preços até então registrados em réis, passam a ser anotados na “nova” moeda, em cruzeiros.

Nas primeiras colunas, vê-se a produção de rapaduras de cada safra, em cargas (1 carga = 100 rapaduras). Até 1941, todos os dados correspondem ao *Tupinambá*. A partir desse ano, Dr. Junior continua a registrar as rapaduras fabricadas em seu engenho em tinta *carmim* (vermelho) e na linha imediatamente inferior, em tinta preta, coloca a produção do *Tupinambá* acrescida das cargas fabricadas no *Estiva*, um engenho vizinho, que pertencia a seu arrendatário e sócio Zé Major. Uma variação que sinalizava pequenas modificações no acordo entre as duas partes.

Ao examinar, na quarta coluna da tabela, o valor “Total” de rapaduras fabricadas no engenho, verifica-se de imediato que há uma significativa variação entre as safras. Em 1941 e 1943, por exemplo, as 3.199, 87 e 3.679,63 cargas fabricadas no *Tupinambá* (tinta vermelha) se sobressaem, contrastando com os números de anos menos prolíficos. Para efeito de comparação, este engenho produziu apenas 1035, 09 cargas em 1934.

Quanto ao destino da produção anual do *Tupinambá* no período, as últimas três colunas são esclarecedoras: “Total [de rapaduras] que ficou para a fazenda”, “Total de rapaduras vendidas” e finalmente “Preço médio por cargas”. Estas duas últimas com registros a partir de 1932.

Em “Total das rapaduras vendidas”, o número de cargas é menor do que o “Total que ficou para a fazenda”. Porém, há exceções: em 1934, 1937 e 1944. Esses três anos, em que foram registradas mais cargas vendidas do que *as pertencentes à fazenda*, levantam a hipótese de que o administrador, esgotado o estoque fabricado no *Tupinambá*, passasse a comercializar a produção de outro engenho, possivelmente da mesma família. Ou, pelo menos para 1944, um adicional de rapaduras fabricadas em seu engenho *Estiva*, que segundo seus descendentes, já estava em plena atividade neste período. Há ainda a possibilidade mais remota, de que em face de uma maior demanda, Zé Major buscasse rapaduras *alheias* para revender.

Com exceção dos três anos citados, o número de rapaduras vendidas seguiu a lógica de ser sempre menor do que o registrado para a fazenda. A diferença, às vezes, era muito pequena: cinco cargas, ou quinhentas rapaduras em 1938. Em outros anos, a quantidade de rapaduras não vendidas foi expressiva: 355,51 cargas em 1933 e 317,09 em 1939. As narrativas dos que vivenciaram esta época não fazem referência a dificuldades de

comercialização. Ao contrário, o que as memórias reconstróem é um intenso movimento de saída de animais carregados de fardos de rapaduras. Mesmo assim, pode-se pensar em alguns fatores — anos de superprodução regional, períodos de maior pobreza entre os segmentos consumidores, o advento de epidemias — que explicassem um certo *encalhe* na mercadoria. Contudo, é importante lembrar que a rapadura daquele período, cozinhada sem aditivos ou branqueadores, tinha excelente durabilidade, podendo ser comercializada, sem problemas, até um ano após a fabricação.

Os valores registrados por Dr. Junior nas últimas colunas da tabela eram utilizados nos já comentados acertos de contas anuais. Em especial, o “Preço médio por cargas” de rapaduras, que, como foi visto, era base para o cálculo do arrendamento.

Entre 1932 e 1941 o preço médio oscilou entre 34\$195 e 58\$720 réis. Com a mudança da moeda do país, em 1942, 1943 e 1944, as cargas de rapaduras foram vendidas por Cr\$ 75,05; Cr\$ 88,14 e Cr\$ 59,92, respectivamente.¹⁴⁶ Na seqüência, pode-se salientar o bom preço alcançado em 1932, ano de rapaduras escassas e valorizadas. Todavia deve-se observar também a elevação registrada em 1937, na retomada de produção, e a forte queda em 1944, ano de significativa diminuição da fabricação. Observando o desempenho produção/preço neste recorte de tempo, é interessante notar que muitas vezes, aos anos de maior produção também correspondem os melhores preços para a rapadura, o que torna duvidoso, pelo menos para este período, a idéia da oferta como principal regulador do preço do produto.

Parte da queda de produção nos anos 1930 pode ser explicada pela ocorrência de secas ou de *invernos fracos*. O ano de 1932, por exemplo, ficou definitivamente marcado em todo o Estado do Ceará. “No final do mês de março, grandes levas de retirantes já enchiam de tristeza e fome as estradas do Sertão”.¹⁴⁷ A chegada de famintos ao Cariri não seria novidade nesta seca em particular, mas, a ligação férrea e o estabelecimento pelo governo de um *Campo de Concentração* para “abrigar” os flagelados, dariam aspectos

¹⁴⁶ A título de comparação do valor do dinheiro em 1942, Zé Major comprou dez burros para o Tupinambá, pagando Cr\$357,50 por unidade. No ano seguinte, foi a vez de 6 bois (de carro), cada um deles custando Cr\$700,00.

¹⁴⁷ RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p.10.

peculiares à esta calamidade. O *Campo de Burity*, a aproximadamente três léguas de distancia do *Tupinambá*, chegou a ter 56.008 pessoas confinadas em pouco espaço, a sofrer doenças, fome, castigos e vigilância constante.¹⁴⁸ Parte desta população não viera de muito longe: muitos fazendeiros caririenses tendo perdido culturas e criações, dispensavam seus trabalhadores e moradores, que desamparados, acabavam no *Campo*. Segundo a tradição, tal *exílio* não se fez necessário aos moradores do *Tupinambá*, que continuaram em suas casas.

Graças à análise da Tabela 2 fortalecem-se as informações de que mesmo nas grandes secas, o *Tupinambá* continuava a moer, ocupando seus trabalhadores, que não eram “dispensados”. A pior das safras registradas (1934) ainda produziu 1035,09 cargas, ou seja, 103.509 rapaduras. Portanto, o fator “seca” deve ser relativizado quanto à redução na produção, uma vez que o *Tupinambá*, assim como outros engenhos caririenses, já vinha enfrentando problemas nos canaviais.

Justificar a diferença entre as safras dos 1930 apenas pela ausência de chuvas e suas conseqüências sobre a matéria prima e a mão de obra é simplificar um universo de trabalho rico em elementos constitutivos. Observa-se que os valores totais de produção tornam-se baixos a partir do final da década de 1920 e se prolongam dessa forma até 1936. Isto permite pensar que um dos fatores dessa queda tenha sido a já citada eclosão das pragas que dizimaram espécies de cana utilizadas na região. Recorde-se que a partir de 1933 começou a funcionar o *Campo de Sementes*, quando os produtores locais passaram a introduzir, de forma organizada e sistemática, espécies desenvolvidas para ter mais resistência.

Esta renovação dos canaviais influenciou significativamente no crescimento da produção. Com o uso disseminado de máquinas a vapor para mover as moendas, o final dos anos 1930 e a década de 1940 são evocados, na memória dos contemporâneos, como positivos para os produtores de rapadura, não só de Barbalha, mas de toda a região. Como resultado desta conjuntura, observou-se um intenso movimento de ocupação dos espaços agrícolas

¹⁴⁸ VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão. Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000, p.153-154. Villa acrescenta que, em 9 de março, o ministro José Américo afirmou ter encontrado o "campo de concentração de Buriti entre Crato e Juazeiro, ainda com 35 mil pessoas (...) a maioria de viúvas e inválidos".

caririenses, acompanhado de uma “expansão” de engenhos, que vão ser instalados em outros locais onde se pudesse cultivar lucrativamente a cana de açúcar e produzir rapadura.

É necessário compreender que um partido de cana no Cariri, mesmo suficiente para fazer rodar um engenho de rapadura durante meses, torna-se muito pequeno se comparado aos canaviais da zona da mata açucareira, tão celebrados em nossa literatura. Um engenho barbalhense de pequeno porte produzia apenas 500 ou 600 cargas de rapadura por safra, bastando-lhe para isso uma área aproximada de 10 hectares de cana plantada. O *Tupinambá* costumava ter pouco mais de 50 hectares dedicados à cana, o que significava, nos seus melhores anos, uma produção anual entre 3000 e 4000 cargas. Zé Pindó, rememora algumas dessas safras:

Tinha ano que não tirava a moagem não. Tinha ano aí que nós rodava o mês de janeiro todinho e não tirava de jeito nenhum. Muitas vez nós plantava a roça e aí dava uma estiada, e nós parava lá a roça e ia cortar a cana pra moer. Muitas vez não tirava de jeito nenhum. Que ainda sobrava cana, que a cana era muita, né?¹⁴⁹

No quase centenário *Tupinambá*, o aumento significativo da produção, a partir de 1937, torna-se mais compreensível não só pelo advento dos novos tipos de cana e pela quadra de invernos mais generosos, mas também porque o proprietário — possivelmente imbuído da idéia de que naquele momento valia a pena investir na fabricação de rapaduras — adquiriu novos equipamentos e máquinas para o engenho. No ajuste de contas da safra de 1939, Zé Major arrolou entre as *Despesas*, a compra de um dínamo, o frete de ferragens e a “montagem de caldeira, machina e moenda”. Estando registrados apenas gastos de frete e montagem, pode-se inferir que a compra desses equipamentos tenha sido feita diretamente por Dr. Junior, em Recife.

Não se tratava de uma mudança no tipo de força motriz — persistia o vapor — e sim da substituição de um maquinário desgastado por outro mais novo ou mais potente. Significativamente, neste período, muitos bangüês pernambucanos, desativados pelas usinas, tinham seus motores e moendas vendidos para engenhos de outras regiões, inclusive o Cariri. Antonio de Sá

¹⁴⁹ JOSÉ ALEXANDRE VIEIRA, o ZÉ PINDÓ, 73 anos, lavrador de cana e trabalhador do engenho *Tupinambá*. Por alguns anos exerceu a função de encarregado do sítio *Bolandeira*, da mesma família proprietária. Entrevista em 28 de setembro de 2003.

Barreto Sampaio possivelmente explorou essa possibilidade em favor do aparelhamento do Tupinambá como se pode inferir a partir deste trecho de carta escrita a Zé Major, em 25 de fevereiro de 1925: "...ainda não encontrei um engenho com as moendas de sua encomenda, mas creio que encontrarei, porque a Usina Catende comprou alguns engenhos bangões [sic] e certamente vai abandonar as ferragens deles..."¹⁵⁰

Esta não seria a única aquisição de equipamentos para o *Tupinambá*, feita por Toíinho Sampaio, em Pernambuco. Alguns anos antes, segundo Tuta, seu pai, o *morador* Antonio Casemiro, foi encarregado pelo patrão de apanhar uma "encomenda" na distante linha férrea: "*Papai foi quem foi buscar as ferragens de Seu Zé Major, lá no Cedro. Parece que foi mais seu Zé Vitorino e Nascimento. Foi buscar umas moendas pra fazer ferragens*".¹⁵¹ É bastante provável, que esta ocasião rememorada por Tuta, seja a mesma *troca de moendas* referida por Alberto Torres, acontecida em plena safra de 1916. Segundo ele, um engenho [moenda] completo de "360 arrobas", encomendado por Zé Major e adquirido por Antonio de Sá Barreto Sampaio em Recife, foi recebido em Cedro (CE), ponto final da ferrovia cearense.¹⁵²

Pode-se pensar, dado o desgaste das máquinas e o ritmo crescente dos trabalhos de um engenho de porte, que vários outros momentos de substituição de equipamentos tenham ocorrido ao longo do primeiro século do *Tupinambá*. Quanto aos novos *dínamo, caldeira e moenda* citados no documento de 1939, certamente influíram para o aumento da produção — referido nas narrativas e nos registros das safras — ao dotar o *Tupinambá* de mais força, rapidez e rendimento no esmagamento das canas.

Fator determinante para o preço da rapadura era o nível de incidência de chuvas *nos outros sertões*. Num processo que perdura até os nossos dias, os anos *secos* sempre foram benéficos para o rapadureiro caririense, uma vez que, graças às levadas e aos *brejos*, os partidos e engenhos continuavam a produzir normalmente. A rapadura desses anos atingia bons preços: a demanda aumentava, enquanto desaparecia a produção das zonas concorrentes menos afortunadas. Eram anos de lucros, como explicou o

¹⁵⁰ Apud TORRES, op. cit., p.119.

¹⁵¹ Tuta, em setembro de 2003.

¹⁵² TORRES, op. cit., p.118.

agrônomo Hilton Cruz:

*Nós não temos seca. Aqui no Cariri não tem seca. Existe um grupo de pessoas que até “torce” entre aspas, não é torcer mesmo não, mas é pra havendo seca, ainda se ganha mais dinheiro. Porque havendo seca se vende a palha, se vende o bagaço, está certo? Se vende o melaço. As prefeituras adquirem mais rapaduras. A maioria desses donos de engenho de antigamente ganhou muito dinheiro com a existência da seca.*¹⁵³

Ao considerar os dados de produção e preços do *Tupinambá* nos anos 1930/1940, cabe lembrar ainda, que as rapaduras da época eram fabricadas em formas maiores do que as que conhecemos hoje. Não era raro encontrar, nas feiras e armazéns, unidades pesando um quilograma. Em 1942, o então prefeito Lyrio Callou (filho de Zé Major) adotou uma padronização para as rapaduras de Barbalha, que segundo um antigo feitor do *Tupinambá* foi mantida...

*...até nos anos 60. Era assim: todo engenho tinha que aferir, eles chamavam aferir as caixas. Viu? Saia o fiscal da prefeitura nos engenhos aferindo as caixas. Ferrando as caixas. Pois é. Então essas rapaduras tinham que ter aquele peso, aquele padrão, o tamanho, o peso, né? As caixas aferidas, eram ferradas as caixas.*¹⁵⁴

Idomeu Sampaio, que passava tardes de sua meninice no *Tupinambá* administrado por seu avô, recorda como eram grandes as rapaduras de sua infância:

*A rapadura naquela época, a rapadura da Barbalha era novecentos e cinqüenta gramas. Tinha o carimbo. Toda a rapadura, a caixa de rapadura tinha PMB, Prefeitura Municipal de Barbalha, era toda carimbada assim. No tempo de Zé Major. E já no tempo de Elony também tudo era. Tudo muito organizado. Aí depois acabaram isso daí. Hoje tem rapadura de todo tamanho, de cinqüenta gramas, de sessenta gramas, de seiscentas gramas, de meio quilo, de setecentas, de oitocentas... Mas vende hoje é tudo por quilo, um quilo hoje da rapadura é um real e dez centavos.*¹⁵⁵

A tabela “*Safras do Tupinambá*” ainda guarda outras informações valiosas para a apreensão da dinâmica do engenho visitado pelo menino Idomeu. Na coluna central, sob o título “Média diária”, o proprietário registrou a

¹⁵³ HILTON LUÍS LEITE CRUZ, nascido em Fortaleza, em 1951. Mestre em Fertilidade dos Solos (UFC) é pesquisador da cana-de-açúcar no Cariri. Atualmente é professor do CENTEC e Diretor da *Cooperativa de Crédito de Barbalha*. Entrevista em 5 de fevereiro de 2007.

¹⁵⁴ FRANCISCO ATANAGILDO DE ALENCAR, "Seu AGILDO", nascido em 25 de março de 1933. Trabalhou como encarregado [feitor] do *Tupinambá*, num contrato por produção, durante as safras 1962/1963/1964. Entrevista em 23 de abril de 2007.

¹⁵⁵ Idomeu Sampaio, em 11 de junho de 2006.

quantidade média de rapaduras fabricadas por dia, para cada ano de safra. Estes números, tão importantes para o conhecimento do ritmo dos trabalhos no engenho, foram calculados a partir dos dados de uma outra tabela, “*Fabricação de rapaduras por safra*” (Tabela 3), também elaborada por Dr. Junior. Para os anos de 1938 a 1944, ele registrou o valor médio da produção/dia, calculado a cada quinze dias de trabalho.

TABELA 3 – FABRICAÇÃO DE RAPADURAS POR SAFRA DO TUPINAMBÁ

Fabricação de rapaduras por safras						
Dias de moagem	1938	1939	1940	1941	1942	1943
15 d	25-5(18-6) 18,74	1-7 (18-7) 24,11	19-6(9-7) 23,60	30-6(16-7) 19,57	15-6(4-7) 20,58	21-6(13-7) 14,36
30 d	(13-7) 22,44	(5-8) 24,95	(6-8) 23,80	(6-8) 22,15	(24-7) 22,06	(3-8) 15,66
45 d	(26-7) 23,30	(25-8) 26,75	(26-8) 25,08	(27-8) 20,00	(12-8) 22,63	(20-8) 17,96
60 d	(22-8) 26,26	(14-9) 27,47	(14-9) 25,72	(16-9) 23,21	(2-9) 22,65	(9-9) 18,53
75 d	(9-9) 25,25	(2-10) 27,81	(4-10) 26,45	(4-10) 23,03	(22-9) 22,72	(28-9) 19,97
90 d	(29-9) 25,99	(21-10) 28,08	(25-10) 25,47	(24-10) 22,59	(10-10) 22,81	(18-10) 20,21
105 d	(18-10) 27,59	(11-11) 27,70	(16-11) 25,06	(14-11) 22,30	(5-11) 22,30	(10-11) 20,24
120 d	(8-11) 26,98	(1-12) 27,69	(10-12) 24,67	(4-12) 22,12	109 d (12-11) 22,11	(2-12) 20,19
130 d	(19-11) 26,74	—	—	—	—	—
135 d	—	(22-12) 27,57	—	(24-12) 21,82	—	(23-12) 19,05
141 d	—	(30-12) 27,27	—	—	—	—
150 d	—	—	—	(20-1) 21,36	—	—
	1944					
15 d	12-7(29-7) 14,14					
30 d	(22-8) 14,87					
45 d	(18-9) 15,00					
60 d	(6-10) 16,02					
75 d	(27-10) 16,54					
90 d	(18-11) 16,30					
98 d	(30-11) 16,32					

Fonte: (APYS). Na transcrição procurou-se conservar a diagramação original do documento.

Para compreender o sistema de registro utilizado, onde cada célula da tabela corresponde a quinze dias (não consecutivos) de trabalho no engenho, observe-se, como exemplo, a primeira coluna, referente ao ano de 1938:

Na linha inicial, (15 d), o primeiro grupo de números (25-5) é uma data, 25 de maio, marcando o dia em que começou a moagem do *Tupinambá*. A seguir, entre parênteses, outra data (18-6), 18 de junho, indica quando se completaram os primeiros *quinze dias não consecutivos* de moagem. O último grupo de números de cada célula representa a média diária de rapaduras fabricadas nestes *quinze dias não consecutivos*. No exemplo escolhido, 18,74 cargas ou 1874 rapaduras. Continuando em 1938, na linha seguinte, têm-se entre parênteses a data em que se completaram *trinta dias não consecutivos* de moagem (13-7), 13 de julho, seguida da média diária de cargas fabricadas nesse novo intervalo de tempo: entre o 15º e o 30º dia de moagem produziram-se em média 22,44 cargas ou 2244 rapaduras por dia. Nas linhas que se seguem, o padrão é repetido: sempre em parênteses, as datas que completam 45, 60... dias de moagem, e as médias de produção de cada intervalo. Espaços marcados com um traço (—) indicam interrupção nos trabalhos.

Com esta tabela, confirma-se o cuidado com que Dr. Junior procurava acompanhar o desempenho de seu engenho. O proprietário, que fazia a maior parte de seus cálculos em Recife, recebia por portador, correio, ou pessoalmente por ocasião das visitas, os números de produção/dia recolhidos por Zé Major. Com isso, além da totalização da safra e da obtenção da média anual para o cálculo da renda, ele podia acompanhar, de forma bastante satisfatória, o andamento e as vicissitudes de cada etapa da moagem.

A partir da leitura dos dados contidos na Tabela 3 fica-se sabendo, por exemplo, a data em que as moagens começaram. Diferentemente das evocações de Dr. Napoleão e René Grangeiro entre outros, que associaram o dia em que *rompia a moagem* de Zé Major aos festejos locais do padroeiro Santo Antonio, havia uma grande variação de calendário para o início dos trabalhos do engenho *Tupinambá*.

Sem desprezar o significado da associação de *moagens* e *festas* construída na memória dos contemporâneos, compreende-se a imprevisibilidade do primeiro dia de moagem, em função da irregularidade do período invernos: “*porque em junho naquela época ainda chuviscava muito, então às vezes, a moagem só começava em fim de junho. Às vezes, até início*

de julho, dependia do inverno. Mas geralmente chuviscava muito.¹⁵⁶ Além disso, havia diferenças no amadurecimento das canas, além de outros fatores concernentes ao chamado *preparo do engenho* — mão-de-obra e maquinário.

Em função destas variáveis, enquanto em 1938 o *Tupinambá* começou a rodar no dia 25 de maio (antes, portanto, da trezena do Santo), no ano seguinte a moagem esperou até o primeiro dia de julho para acontecer. Todavia, apesar de retardar o *dia da botada*, o ano de 1939 teve uma excelente produção, ultrapassando quatro mil cargas de rapadura.

Os dados desta tabela também permitem conhecer a variação de produtividade que havia entre o *inicio, meio e fim* de cada moagem, ou entre moagens de anos diferentes. Para cada safra, fica-se conhecendo: a quantidade exata de dias em que houve o beneficiamento de cana; quais as quinzenas em que a moagem foi paralisada para ser depois retomada; e o número de dias em que o engenho não moeu. Afora os domingos, pelos mais variados motivos aconteciam jornadas *de moenda parada*, enquanto outras atividades do sítio continuavam a se desenvolver. Era o caso dos dias aziagos, referidos por um trabalhador dos anos 1940:

*No mês de agosto, na segunda feira, não moia não. Só na primeira. A primeira de agosto ele [Zé Major] passava logo a ordem: “Não vai moer, vão tudo cortar cana”. Outro vai fazer moi de cana, outros vai botar óio, e outros vai limpar cana, e outros vão chegar terra em soca, e assim vão. Não moia não. Por isso nunca aconteceu nada [de ruim]...*¹⁵⁷

Todas as informações obtidas na análise destes documentos — ajustes de contas e tabelas — são extremamente significativas, pois auxiliam a reconstruir um cotidiano de trabalho do passado, antes perceptível apenas na memória dos mais antigos e na observação, por parte do pesquisador, das estruturas, equipamentos e práticas dos engenhos, que sobreviveram ao tempo.

As longas jornadas de trabalho do *Tupinambá*, os dias de *engenho rodando* quantificados na tabela estudada, contribuíram fortemente para que Barbalha, ainda nos anos 1940, ultrapassasse a produção do Crato e

¹⁵⁶ Yony Sampaio, entrevista em setembro de 2004.

¹⁵⁷ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003. Essa tradição persistiu até os últimos dias de moagem do *Tupinambá*, segundo Elony Sampaio, em entrevista em setembro de 2004.

assumisse a liderança em rapaduras no Cariri. Esta supremacia foi possível não apenas pela maior extensão da área de canaviais, mas, sobretudo pelo tipo dos engenhos de Barbalha, onde prevaleciam as unidades *de brejo*, empreendimentos de maior porte. No Crato, embora existissem alguns engenhos famosos, a produção era mais fragmentada, com muitas unidades no pé da serra:

*Havia uma diferença marcante dos engenhos do brejo pros engenhos da serra. Os engenhos da serra eram bem pequenos, o regime de trabalho era bem diferente. Os engenhos da serra usavam muito a mão de obra familiar. Em volta daquele engenho era tudo família, cada um também entrava com a sua cana. Então a quantidade de cana própria era muito pequena. [Cana de] parentes e aderentes, dessa pessoa que vivia em volta do engenho, cada um com seu pequeno sitiozinho, que parte era cana, e parte era lavoura branca. Então o maior engenho obviamente e o mais comercial de todos era o Tupinambá. Aí você ia tendo essas graduações de tamanho de engenho na medida de produção.*¹⁵⁸

Em 1940, segundo dados do IBGE, Barbalha tinha 22.138 habitantes, dos quais aproximadamente 4.000 viviam na área urbana. Juazeiro lhe suplantara em população (38.530 hab), graças às citadas migrações que transformavam a cidade em movimentado centro comercial e de serviços. Entretanto, mesmo pequena, Barbalha tinha algo que faltava ao vizinho município de Juazeiro: muitas e boas terras — baixios e pés de serra — onde continuava a ser plantado um pouco de tudo e principalmente cana. Figueiredo Filho reconheceu essa *riqueza*, ao chamar Barbalha de “verdadeira capital da rapadura”. Após visitar alguns engenhos no início dos 1950, o historiador cratense afirmou: “Em Barbalha, há predominância absoluta da cana-de-açúcar. E tudo ali gira em torno da rapadura”.¹⁵⁹

A rapadura continuava a ser, ao lado da mandioca, o alimento básico das classes mais pobres, embora ainda fosse bastante consumida por pessoas de outras classes sociais. Sendo altamente energética e de grande durabilidade, era comercializada em larga escala para as zonas cearenses onde havia sido retomada a cultura do algodão.

As cargas de rapadura, assim como outros produtos alimentícios,

¹⁵⁸ LEONARDO VALADARES SAMPAIO nasceu em Recife em 26 de dezembro de 1942. Irmão de Yony Sampaio, é também co-proprietário do *Tupinambá*. Entrevista em setembro de 2004.

¹⁵⁹ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p.52.

conseguiam chegar até nos locais mais isolados da serra e nos grotões do sertão, sob o lombo de animais. No *Tupinambá*, segundo Tuta, no *tempo de Zé Major*, “a rapadura saía de carga, de caçuaá, de caixote, de saco, de jumento, de carroça, de jegue, uma dúzia de jegue, tinha tudo que passar no mata-burro”¹⁶⁰ Em outro engenho caririense, Napoleão Tavares Neves, guardou a imagem das tropas de burros de sua juventude:

*E naquele tempo não se vendia rapadura quase a caminhão, nem armazenista. Vinham os comboiros da Paraíba, compravam aqui e levavam. Era carga de burros. Tinha comboios famosos. Tinha João Daniel, que eu me lembro que ia lá pro sítio de meu avô, ele tangia vinte burros. E acondicionava rapaduras naqueles pacotes revestidos de esteiras, cinqüenta rapaduras em cada pacote. Até quando completava aquelas vinte cargas. Botavam no animal e saíam daqui para Condado, para a Paraíba. (...) Eles vinham duas três vezes por ano. E era uma coisa bonita! Eles [os burros] eram amestrados. Tinha um relho que estalava mesmo, os burros obedeciam, uma lindeza!. E aquela fileira de burros, em coluna por um, tendo na frente a burra guia que era um espetáculo. Amestrada, cheia de quinzos, de espelhos na cabeçada, então ela ia na frente.*¹⁶¹

Até o final dos anos 1950, os comboios de burros ainda eram muito visíveis nesses caminhos mais remotos. Contudo, a expansão rodoviária, iniciada nos anos 1940, não apenas ampliava o raio do mercado potencial, como modificava, gradualmente, as formas de transporte e comercialização. Mudanças no acondicionamento e volume de mercadorias, na implantação da fiscalização, sem contar as transformações no trato e nas relações entre produtores, intermediários e negociantes. Apesar da concorrência de outros produtos, por algum tempo, a rapadura caririense vai manter seus mercados, graças à sua qualidade e, principalmente, seus baixos preços.

Foi nesse contexto que Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, decidiu colocar um de seus filhos para gerenciar as propriedades barbalhenses. Zé Major passaria a cuidar apenas de seus próprios negócios, deixando a administração dos sítios *dos Sampaio*, numa decisão que parece ter sido consensual.¹⁶²

Casado com Naly de Pontes Sampaio, Dr Junior tinha nove filhos. O quarto deles, Elony de Sá Barreto Sampaio, nascera em 1921, e ainda jovem

¹⁶⁰ Tuta, em setembro de 2000.

¹⁶¹ Napoleão Tavares Neves, em 27 de setembro de 2005.

¹⁶² (APYS) Dissolução formal da sociedade em 16 de agosto de 1945.

percorrer as fazendas e engenhos familiares, em Pernambuco e no Ceará. Ao final de 1943, já casado com uma barbalhense, Maria Irene Costa Barreto, seguindo suas aspirações e a orientação paterna, mudou-se para a região. Preparava-se para assumir a gerência das propriedades de Barbalha: Sítios e Engenhos *Tupinambá, Lagoa e Lamedor*; Sítios *Barbalha, Venhaver e Reformado*, algumas por administração, outras como arrendamento.

Com Elony arrendando o *Tupinambá*, onde passou a residir em 1945, encerravam-se os longos anos de Zé Major. Como recordou o René Grangeiro: “*José Pereira Pinto Callou, o Zé Major, passou longo tempo com a administração do Tupinambá. Zé Major já estava muito velho, quando eles enviaram Elony Sampaio...*”¹⁶³ Apesar de ter mais de setenta anos, o antigo rendeiro, ou como costumava se referir, o “sócio na administração das terras” permanecia forte e ativo. Passou a cuidar apenas de suas propriedades que incluíam fazenda em Pernambuco, sítios e engenhos em Barbalha e Crato.

Para Tuta, que vivenciou este período de *passagem* entre administradores, assim aconteceu a partida do seu patrão:

*Quando ele foi se embora, ele não avisou não. Quando seu Elony chegou, aí Seu Elony queria tomar de conta, né? Mas Zé Major tava aqui, mas ele não ia ficar aqui todo o tempo, né? Ele ficou aí só dando mesmo as instruções, depois que ele, [Elony] aprendeu as instruções aí ele, [Zé Major] foi se embora, morar na casa dele aí na rua. Pois foi ali onde ele se acabou. Ele era um velho meio maduro, mas era um velho meio forte ainda.*¹⁶⁴

Apenas três dos trabalhadores entrevistados viveram pessoalmente este período de transição. Contudo, a memória do antigo patrão Zé Major, das labutas da cana e da vida no *Tupinambá*, sob sua administração, também permaneceu com moradores mais jovens, a partir das narrativas de seus pais. Quanto ao período de “dar instruções” para “Elony aprender” narrado por Tuta, seria um tipo de administração de safra compartilhada, que fazia parte do acordo final entre Dr. Junior e Zé Major, segundo seus descendentes.

Em 1944, enquanto Elony Sampaio familiarizava-se com os espaços do sítio, acompanhando Zé Major na gerência de sua última moagem das canas do *Tupinambá*, a produção da agricultura ainda representava a maior fonte de renda para o Ceará. Era através dos recursos advindos da lavoura que

¹⁶³ René Grangeiro, em abril de 2003.

¹⁶⁴ Tuta, em dezembro de 2000.

o Estado impulsionava seu desenvolvimento, sob a égide de uma expansão capitalista ainda modesta e restrita a alguns poucos setores. A agricultura empregava 67% da população ativa cearense, da qual mais de 94% trabalhava diretamente com a enxada.¹⁶⁵ Esses números demonstram a significativa importância das propriedades rurais produtivas para o estado. Os maiores proprietários, que ainda dispunham de significativo quinhão de poder político na região, investiam na ampliação dos canaviais e na melhoria dos equipamentos, lutando para dominar o mercado, em detrimento dos pequenos agricultores.

Neste contexto maior, e em pleno processo de transição administrativa, o *Tupinambá* beirava os cem anos de safras e moagens. Em seu território, várias gerações haviam vivido e labutado, entre canavial e engenho, na dinâmica interação de seus espaços de trabalho e moradia.

1.3. ESPAÇO DA CANA, ESPAÇO DO ENGENHO, ESPAÇO DE MORADA.

*Então o alpendre e a bagaceira
se transformam em laboratório:
pois vistas a esse tempo lento,
como se sob um microscópio,
as coisas se fazem mais amplas,
mais largas, ou mais largamente,
e deixam ver os interstícios
que a olho nu o olho não sente,*

João Cabral de Melo Neto
O alpendre no canavial

Em 1944, enquanto Zé Major despedia-se dos espaços tão conhecidos do sítio *Tupinambá*, acompanhando Elony Sampaio na gerência de sua primeira moagem, é provável que recordasse aquele longínquo dia, em 1900, quando, pela primeira vez, cruzou a porteira do sítio na posição de

¹⁶⁵ Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para 1950. Ver em OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964*. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1989, p.68. A participação da agricultura tenderia a decrescer na segunda metade do século. Para o nordeste como um todo, o setor agropecuário que em 1950 ocupava 74% da população, passa a absorver 52% em 1980. SAMPAIO; FERREIRA IRMÃO. op. cit. p.45.

mando, de gerente. O cenário à sua volta, certamente favorecia esta evocação: malgrado a passagem de quase meio século, as maiores estruturas, *Casa e Engenho*, resistiam ao tempo, guardando as mesmas faces conhecidas. E embora novos caminhos e cercas, casinholas e roçados houvessem surgido, sob sua vontade e permissão, o canal do *Tupinambá*, continuava a preencher de verde a mesma área do passado.

Ao longo desse tempo, o brejo viu suas plantas de cana renascerem em socas, ressocas e transmutarem nas novas espécies que substituíram as cansadas *caianas*. Sobre o mesmo massapê, trabalhadores envelheceram no movimento das enxadas e foices, dando lugar a homens mais jovens, seus filhos, talvez.

Enquanto Zé Major tomava as providências necessárias à dissolução da “sociedade”, ainda supervisionava os trabalhos da moagem. Nesta safra, ele também se despedia de trabalhadores e moradores, alguns de terceira geração. Nos espaços de trabalho e moradia, ativos e atentos, mas impotentes quanto às mudanças, os homens do *Tupinambá* viam passar os dois patrões, lado a lado. Pode-se bem imaginar sua curiosidade, certamente recheada de ansiedade, quanto aos novos tempos que se seguiriam.

É tentador ver este episódio de transição de forma emblemática: a tradição dando lugar à *modernidade*: no sentido de progresso, de reorganização da produção e das formas de trabalho, estudado por Eisenberg.¹⁶⁶ A passagem de um patrão — ligado à terra e a seus homens, representante de um mundo com fortes permanências do passado, nas relações e nas formas de trabalho — para seu sucessor, um patrão *forasteiro*, conhecedor de alguns engenhos, mas ignorante das gentes, caminhos e espaços do *Tupinambá*, e que chegava ao sítio justamente quando a região do Cariri vivenciava mudanças marcantes em todas as esferas de vida.

Neste contexto, é quase imediato recorrer-se a esta leitura, que aponta um *aparente* confronto entre a tradição e renovação: entre um rendeiro que tivera tempo e autonomia para moldar o engenho e seus trabalhadores a seu modo de gerenciar, e um jovem administrador, respaldado pela propriedade familiar, possivelmente ávido para não só tudo conhecer mas também transformar.

¹⁶⁶ Ver EISENBERG, op. cit.

Sem contestar a riqueza de significados que esse momento faz aflorar, é preciso dizer que leituras como esta pedem cautela, pois, como se verá adiante, não há linhas demarcatórias precisas entre as permanências e as transformações. Mesmo assim, a safra de 1944 é uma boa ocasião para pisar o solo do *Tupinambá*, e conhecer seus espaços. Acompanhar esses dois homens nas suas caminhadas e desvendar este rico universo de trabalho, cultura e sociabilidades.

Zé Major e Elony Sampaio encetavam sua visita ao sítio, provavelmente em suas montarias, ainda a forma de transporte habitual para fazendeiros nos 1940. Andar a cavalo, supervisionando a terra e os serviços de seus moradores era costume de Zé Major, que “*passava o dia andando. Quando não era lá no engenho [ficava] rodeando tudo, a cavalo, ia pro corte de cana mais os trabalhador.*”¹⁶⁷ Segundo outros trabalhadores, Elony também utilizava esse meio de transporte em seus primeiros anos na Barbalha: “*O primeiro cavalo dele era ver um cavalo de cigano, magro! Ficava ali na rua amarrado num pé de benjamim.*”¹⁶⁸

Saindo do centro de Barbalha e tendo descido a ladeira por trás do *Casarão* dos Sampaio, em poucos minutos chegava-se à entrada do *Tupinambá*. Aberta a larga cancela (porteira), após um mata-burros bem construído, adentrava-se numa ampla área plana de formato retangular. A esquerda, algumas casinholas, árvores esparsas e uma cerca que separava a estrada que levava ao distrito de *Arajara*. No lado oposto, apenas uma casa — a moradia do feitor — frondosas mangueiras e um curral, delimitado nesta face por pilares de alvenaria e travessões de madeira. Poucos volumes marcavam o perímetro nas laterais do *retângulo*: nada tirava a visão da *Casa Grande e Engenho*, ao fundo, a cerca de 200 metros de distância.

¹⁶⁷ Tuta, entrevista em 2000.

¹⁶⁸ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005



Foto 10 – *O que restou da entrada do Tupinambá.* No centro da imagem, a moradora Socorro de Sousa, vestindo blusa branca, marca o exato local do antigo mata-burros. Ao fundo, por entre os caules secos, vêem-se as ruínas da *Casa e Engenho*. Fotografia: Yacê Carleial, 2006.

A amplidão desta área de acesso anunciava as dimensões do restante da propriedade. Ao fazer uma vistoria no sítio, como a que Zé Major e Elony empreendiam juntos, a utilização do cavalo se justificava primeiramente pela extensão dos caminhos a percorrer. Cabe retomar aqui, a dimensão territorial do *Tupinambá*. Seus mais de 500 hectares o capacitavam a ser classificado como *grande* propriedade, principalmente por sua inserção em um universo fundiário caracterizado por unidades pequenas e médias. Não se deve esquecer, contudo, que esse diferencial na dimensão foi *criado* (e em grande parte mantido) por uma ação de agregação de terras, que já haviam sofrido o mesmo tipo de parcelamento comum às melhores terras do município.

A propriedade pode ser descrita de maneira simplificadora como um território no formato de “J”. (Ver Mapa 5). Cortada pelo rio *Salamanca*, antes de cruzar a estrada que leva a Juazeiro e seguir seu curso tangenciando a cidade. No passado, quem percorria esta estrada não contava com nenhuma estrutura ligando as duas margens do rio. Nos anos 1940, já havia um pontilhão em madeira, que permitia a passagem dos viajantes. Segundo o Sr. Fabiano Sampaio, era uma estrutura de pouca duração, mais de uma vez levada pelas águas do rio em cheias repentinas. O *Salamanca* sempre guardou papel importante na irrigação. O rio que se escondia em filetes d’água em épocas de seca, se transformava quando as chuvas chegavam nas cabeceiras da serra.

Em cheias e vazantes – a depender dos invernos — ele delimitava sua influencia na área de brejo, onde ainda meses depois, a água aflorava rasa.



Foto 11 – O Salamanca em tempo de cheia. Fotografia: Hugo José Callou. Arquivo Yacê Carleial.

Na imagem acima, em primeiro plano o Salamanca em pleno *inverno*. Suas águas beiram a atual avenida que circunda a encosta da cidade. Logo após a pequena curva do rio vê-se a ponte na estrada Barbalha – Juazeiro. Ladeando o rio, o verde mais claro do brejo das canas-de-açúcar. Ao fundo, à esquerda, por entre outras massas de verde, pode se vislumbrar as manchas marrons das ruínas do *Tupinambá*.

O leito do Salamanca marca a área do brejo, na faixa mais estreita do sítio (Mapa 5). Na haste do “J” está o solo mais precioso, o “*massapê*”, o partido de cana do *Tupinambá*. Quem chegava ao sítio, tinha a vista atraída pela Casa-Engenho e curral. Por trás, o alegre verde do canavial, etapa inicial do “passeio” do proprietário e administrador pela propriedade: por ser a área mais importante, devia ser freqüentemente vistoriada pelos encarregados. Aqui se justificava mais ainda o uso da montaria pelos patrões: pela irrigação e freqüente umidade que aflorava no solo o brejo das canas era um trecho argiloso, pesado, de difícil caminhar.

A extensão do partido de cana que Elony e Zé Major observavam em 1944 conservou-se até o fim das moagens do *Tupinambá*, em 1980. Hoje, desaparecida boa parte das plantas, as medições deste trecho de baixio

continuam inalteradas. No *Tupinambá* a área de *brejo* ocupava cerca de 55 hectares (aproximadamente 165 tarefas locais), que acrescidos do terreno ocupado pelo engenho e construções auxiliares, quase não ultrapassavam 10% da extensão total do sítio.

A desproporção entre a área de brejo e o restante da propriedade chama de imediato a atenção. Recorde-se que este sempre foi o padrão dos sítios desta zona: “faixas estreitas” nascidas da divisão de antigas fazendas, cada uma dispendo de seu quinhão de terras de *brejo*, *baixio* e *tabuleiro*.

O sítio *Tupinambá*, enquanto empreendimento produtivo, era basicamente “cana”. Na verdade, acompanhava a vocação e a história dos brejos do vale, que como foi assinalado, sempre foram *terras de cana*: sem exclusivismo, acolhendo a diversidade da pequena produção alimentícia. Contudo, falar em agricultura no Cariri, sempre foi falar em cana-de-açúcar.

Sem esquecer as menores proporções dos partidos de cana destinados aos engenhos de rapadura, em contraposição aos grandes canaviais das usinas de açúcar, pode-se afirmar que a área de cana do *Tupinambá* era uma das maiores da região. Nessa parcela de terra, detentora do verdadeiro potencial lucrativo da propriedade, estava concentrada boa parte das atividades de trabalho. No *espaço da cana*, grupos de homens nas lidas do eito: as várias etapas de uma cultura que os ocupava ao longo de todo o ano.



Foto 12 – Trabalhador no canavial do *Tupinambá*, carregando um carro de boi.
Anos 1950 Fotografia: autor desconhecido. (APES)

A área de brejo destacada por levantamentos topográficos recentes não difere muito, segundo testemunhos, das áreas plantadas nos anos 1940: um potencial produtivo de cana suficiente para ocupar o engenho durante toda a safra. Confirmando essa acepção, as narrativas de trabalhadores e contemporâneos ressaltam que o *Tupinambá* só beneficiava canas próprias.

Entretanto deve-se assinalar que a família Sampaio possuía outros sítios, próximos, dedicados à mesma cultura, nem todos com engenho montado. Não há, por exemplo, referências a moagens próprias do *Lambedor*, até os anos 1950, o que permite pensar que o destino de suas canas fosse as moendas do *Tupinambá*. Segundo Alberto Torres, este engenho também moía canas dos sítios *Barbalha e Bulandeira [Venhaver]*, da mesma família proprietária.¹⁶⁹

Acredito que Zé Major realizasse *manejos* entre as propriedades próximas dos Sampaio, sobretudo entre o *Tupinambá* e o *Lambedor* — envolvendo não só a cana-de-açúcar, mas também equipamentos, animais de transporte, e talvez até trabalhadores do eito — a fim de obter o maior rendimento possível para as safras. Essa inter-relação entre os trabalhos dos dois sítios é também sugerida pela presença do registro da renda do *Lambedor* (fixa em 800\$000 réis/ano) nos documentos de ajustes de contas do *Tupinambá*.

No final dos anos 1950, com o advento do trator e do caminhão, este tipo de manejo entre os sítios tornou-se mais viável, e Elony Sampaio eventualmente fazia uso dessas práticas. Mesmo assim, as narrativas que contemplam este período, são unânimes ao afirmar que tudo girava em torno do *Tupinambá*.

Vistoriando o brejo, era possível perceber como o canal do *Tupinambá* era significativamente favorecido na questão da irrigação. Tendo sido assinalada a proximidade do rio, deve-se apontar outro elemento importante na *aguiação* das canas: a *levada*¹⁷⁰ que trazia, por gravidade, a água provinda de uma fonte natural existente no Sítio *Santa Rita*, da mesma família proprietária.

¹⁶⁹ TORRES, op. cit., p.112

¹⁷⁰ Espécie de *valeta* escavada naturalmente no terreno em declive. Em determinados trechos, curvas, ou planejados desvios, a mão do homem reforçava o caminho da água com pedras.

Esse sistema de irrigar canas-de-açúcar com as águas da encosta da serra é tão antigo quanto a própria existência de engenhos em Barbalha. Cronistas do passado classificavam as nascentes barbalhenses — *Santa Rita* entre as quatro maiores — como “notáveis pela abundância de suas águas”¹⁷¹ Uma importância ressaltada pelo engenheiro Heraldo Callou: “*Porque antigamente todas as fontes corriam para os rios. Os rios eram perenes. Corriam o tempo todo em função das fontes existentes*”.¹⁷²

Elony Sampaio já conhecia o caminho da levada da *Santa Rita* e trilhara, a pé, boa parte dele. As águas desciam a encosta, obedecendo as curvas de níveis do terreno, passando por outras propriedades, até chegar a terras do *Tupinambá*. Nesta trajetória, um dos trechos mais conhecidos recebera a denominação de *Zoada*, pelo barulho que a água fazia, descendo por entre pedras. Aquele ponto da levada era o preferido das mulheres das redondezas para a lavagem de roupas. Burlavam a proibição do proprietário, que não queria desvios para uma água tão necessária às suas canas.

O uso dessa fonte natural era propriedade secular dos Sampaio. Para René Grangeiro, que costumava passear nas terras ainda administradas por Zé Major, a nascente era “do Tupinambá”:

*Tinha uma levada no meio do Salamanca, no limite do Salamanca, ia até o rio... Atravessava ia bater lá! ...Lá em baixo, atravessava o sítio todinho... E era uma levada grande lá! Nasceção fabulosa, a **nasceção do Tupinambá** é uma coisa fabulosa. Se encanasse como manda a engenharia, hidráulica, era água para abastecer Barbalha e Juazeiro, só a nasceção, fabulosa... Eu caminhei muito por lá, tomei muito banho, tinha um banho nessa época, todo mundo ia tomar banho lá, no domingo, na época do inverno, fazia um piquenique, viu? A água limpa correndo naquelas pedras... [grifo meu]*¹⁷³

Após passar pela *Zoada* e banhar alguns pequenos arrozais, a água vinda da *Santa Rita* se aproximava da área de plantio de cana. Aí então, a *levada* se bifurcava, ou, segundo alguns, se trifurcava. Da mesma forma que na origem da fonte havia um controle da saída de água, a chegada da água no canal também era controlada por trabalhadores encarregados da *aguacção*.

A água provinda da nascente era também, parte do tempo, represada

¹⁷¹ STUART, op. cit., p. 10.

¹⁷² Heraldo Callou durante entrevista de Idomeu Sampaio, em 11 de junho de 2007.

¹⁷³ René Grangeiro, em abril de 2003.

em dois *barreiros* — escavações feitas propositalmente no terreno, com cerca de metro e meio de fundo. Estes barreiros, hoje desaparecidos, têm sua localização no passado muito bem precisada pelos trabalhadores do *Tupinambá*. O maior deles, numa lateral da grande área fronteira à Casa Grande, era muito usado pelos moradores, que utilizavam a água acumulada para outros fins, que não a alimentação. Dela também se serviam alguns animais de criação. A água, renovada periodicamente, era escoada para o brejo. O outro barreiro, segundo os trabalhadores, ficava por trás do engenho. Menos freqüentado pelos moradores, servia como complemento nas *aguasções* e para dar de beber aos burros de transporte.

Outro fator significativamente positivo para o rendimento dos trabalhos do sítio era a pequena distancia a percorrer pela cana cortada. O levantamento topográfico (Mapa 4) e a planta de zoneamento do *Tupinambá* (Mapa 5) permitem constatar o grau de proximidade entre o espaço da cana e o espaço do engenho. Cerca de um quilometro separava as fileiras mais afastadas de cana das instalações de moagem. A curta distância a ser percorrida pelos animais e carros de transporte é o benefício mais aparente de tal situação: afinal, após o corte, a cana perde gradualmente seu nível de sacarose.¹⁷⁴ Porém é preciso adiantar que o próprio andamento do trabalho de moagem, seu ritmo e continuidade devem muito ao fato da rápida ligação entre a *gerência* dos trabalhos do eito e do engenho.

Não tenho dúvidas que tal proximidade influenciou a escolha da localização das estruturas em meados do século XIX. Reafirmo, assim, a compreensão do engenho e sua implantação no terreno como espaços cuidadosamente planejados. Tão bem concebidos, na verdade, que cerca de cem anos depois, percorrendo o sítio fundado por seu bisavô, Elony Sampaio compreendia que o agenciamento dos espaços ainda funcionava a contento.

Antonio Manoel Sampaio escolheu um local primoroso para edificar seu *Engenho*, que, como já foi assinalado, formava com a *Casa Grande* um só bloco estrutural. Em vez de buscar a colina, um plano elevado como era habitual nas escolhas de casas de fazenda, ele optou por um terreno mais

¹⁷⁴ Segundo Yony Sampaio, Elony certa vez plantou canas na *Baixa da Égua*, um trecho de várzea, mais afastado (Mapa 5). A iniciativa foi abandonada pouco tempo depois, por não compensar, pelo rendimento da terra e principalmente pela distancia até o engenho.

próximo às estradas e ao rio — embora em nível suficiente para afastar qualquer possibilidade de enchente. Nos mesmos mapas citados acima pode-se verificar que através desta localização, o primeiro proprietário também buscou a aproximação do conjunto à área urbana. Do alto da encosta, no centro da então vila de Barbalha, por entre as edificações, era possível divisar, em meio ao verde, os altos telhados do *Tupinambá*. Mais ainda: das janelas superiores de seu *Sobrado*, Antonio Manoel Sampaio podia avistar seus maiores patrimônios — a *Casa Sampaio*, do outro lado da rua, e o *Tupinambá* a noroeste.

Essa “vizinhança” à área urbana dava à propriedade um caráter todo especial e a valorizava, por colocar seu engenho próximo aos armazéns e à feira semanal da cidade. Além disso, é importante ressaltar a localização da sede do *Tupinambá* na confluência das estradas por onde se escoava a produção local (ver Mapa 5). Uma das vias atravessava o rio Salamanca e seguia em direção ao Crato, onde alcançava as saídas para o Piauí, ou para o norte do Estado e sua capital. Outro caminho, de dimensão mais local, a *estrada das Barreiras*, passava ao lado da *Casa Grande* e tomava o rumo do distrito de *Arajara*, antigo *Cajazeiras* e acabava alcançando novamente o município do Crato. Na direção oposta, a via para leste, seguia em direção a Missão Velha e Milagres, atingindo as estradas para Paraíba e Pernambuco, e, na vertente do Rio São Francisco, tomava o rumo da Bahia e do sul do país. Finalmente, um quarto caminho — a antiga estrada da Santa Rita¹⁷⁵ — atravessava parte do território do *Tupinambá*, em direção da serra. Por ali se chegava ao *Riacho do Meio*, *Caldas*, município de Jardim, e o trecho da chapada que fazia a divisa de Barbalha com o Estado de Pernambuco.

A vila de Barbalha, que estava muito próxima ao engenho em 1850, tornou-se cidade, cresceu e se encostou do *Tupinambá*. Os desenhos esquemáticos das páginas seguintes (Mapas 6, 7 e 8) seqüenciam este processo. Em 1944, ao final do *tempo de Zé Major*, algumas áreas do sítio, à leste, já estavam incorporadas à malha urbana. Com o aumento da população e as conseqüentes necessidades habitacionais, o bairro do Rosário havia surgido, a partir da Igreja de Nossa Senhora de mesma invocação. As ruas se espalharam, estendendo pequenas casas de teto de palha, uma ao lado das

¹⁷⁵ Caminho de fuga para as famílias barbalhenses na invasão de 1914.

outras, sem qualquer espaçamento, subindo a encosta, avançando em terras do *Tupinambá*. A imagem abaixo ilustra um momento dessa urbanização.



Foto 13. Cortejo religioso nas cercanias do bairro do Rosário. Cerca de 1950. Fotografia: autor desconhecido. Arquivo: Yacê Carleial

Para captar o cortejo, o fotógrafo se posicionou no alto da rua, provavelmente próximo ao portão do Cemitério. Boa parte da área sacralizada destinada aos túmulos estava dentro dos limites do *Tupinambá*. Ao lado desta via repleta de fiéis, se estendia o Bairro do Rosário, com algumas casas já levantadas dentro da propriedade dos Sampaio. As ruas, a maioria sem calçamento, eram margeadas por casas simples, cobertas de palha, à semelhança das registradas na fotografia. No plano de fundo da imagem, vêem-se sobrados bem construídos que marcavam o centro de Barbalha. Em primeiro plano, um detalhe curioso: à frente do cortejo, o personagem central de sobrecasaca preta a segurar a haste da Cruz Confessional é José Pereira Pinto Callou, Zé Major, que pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Nas décadas seguintes, o bairro do Rosário, gradualmente, foi ocupando mais espaço do *Tupinambá*. No início dos anos 1970, como já foi assinalado, a propriedade perdeu alguns hectares para a instalação da IBACIP, uma indústria que, à época, gerou muitas expectativas positivas de emprego e desenvolvimento para o município. A área perdida para este empreendimento, apesar do tamanho considerável, representava uma pequena fatia em

proporção à extensão do sítio. Além disso, o terreno desmembrado localizava-se num dos extremos do *Tupinambá*, trecho do antigo sítio Riacho do Ouro, local mais utilizado como reserva de lenha.

Quando se observa o zoneamento do Tupinambá (Mapa 5), vê-se que as atividades produtivas mais lucrativas se concentravam na sua porção norte. Porém, a imensa área restante tinha outras funções que eram importantes para o manejo da propriedade como um todo, num padrão de utilização que o novo patrão, Elony Sampaio, iria conservar.

Boa parte do terreno do corpo do “J” era ocupado por áreas *de mata*, que em meados do século XX, pouco guardavam de suas árvores originais. Mesmo assim, ainda era uma cobertura vegetal considerável no dizer de René Grangeiro: *Tinha uma mata virgem, hoje não existe. E tinha mata na margem do Riacho do Ouro, até sair onde é a IBACIP. Era cheio de oitizeiro, tinha um Oitizeiro centenário, aquela sombra! Eu caminhei muito por lá.*¹⁷⁶

Nos anos 1940, a mata funcionava como reserva de madeira: caules para pequenas construções, lenha para a caldeira, toros para cercados, varas para cambitos dos animais e ganchos das fornalhas. À medida que as árvores iam se tornando escassas, trabalhadores investidos da função de *vigias de mata* afastavam os intrusos e controlavam a retirada de madeira pelos próprios moradores.

O *Riacho do Ouro*, aludido por René, corta o *Tupinambá* na parcela de terra que levava o mesmo nome (*Sítio Riacho do Ouro*), adquirida em 1863 do patrimônio de Santo Antonio. O riacho ficou conhecido, na tradição local, por cheias repentinas e *surpreendentes* para um curso d'água que não corria em boa parte do ano. Ao cruzar o limite do sítio, estava em plena área urbana, onde, em certos anos mais chuvosos, alagou ruas e casas mais baixas. Dentro do *Tupinambá*, ao deixar a mata, o *Riacho do Ouro* tomava um declive pouco acentuado e passava por uma área aberta, de raras árvores, onde duas atividades distintas se alternavam. Este trecho, em boa parte do ano, era reservado ao rebanho do proprietário.

A criação de gado era a única outra atividade econômica encetada pelos administradores, além da plantação e do beneficiamento de cana-de-

¹⁷⁶ René Grangeiro em abril de 2003.

açúcar. Não custa lembrar que a propriedade seguia um padrão da região, caracterizada fundamentalmente como *de agricultura*, onde o gado era secundário. Esse era o *sertão dos canaviais*, o *sertão do gado* ficava mais adiante.

Não conheço o tamanho do rebanho do tempo de Zé Major: as especulações e os testemunhos familiares variaram muito. Havia muitas outras propriedades, dos Sampaio, e do próprio administrador, que possuía afamada fazenda de gado em Serrita, Pernambuco. O manejo dos animais entre o Cariri e o sertão era constante, em função da viabilidade de pastos. Já Elony Sampaio, que após assumir a administração, passou a comprar cabeças de gado, mantinha entre duzentas e trezentas cabeças, que desciam da serra após o inverno e passavam o resto do ano no *Tupinambá*. Embora houvesse o curral próximo à *CasaGrande*, o gado ficava a maior parte do tempo solto. O arisco se transformava em “*domínio do gado. O gado subia, andava, descia, livre. Livre aí por dentro*”.¹⁷⁷

Todavia nessa mesma parte do sítio, durante a primeira metade do ano, os moradores encetavam suas plantações de milho e feijão, culturas breves de *inverno*. Em função desses roçados, foram criadas cercas, delimitando e cerceando parte do espaço. Dentro da área confinada, em vez dos animais, ficavam as plantações. Assim essas culturas ficavam protegidas de parte do rebanho que não invernava na serra e permanecia solta na propriedade. Após a colheita, nos meses de junho ou julho, os roçados cediam seu espaço cercado para a totalidade do gado, que se alimentava do restolho, completando o ciclo anual.

No *tempo de Zé Major*, alguns moradores viveram em cabanas cobertas de palhas, que pontuavam espalhadas pelas terras do *Tupinambá*. Havia casas ao norte, na direção de Juazeiro; outras próximas à divisa com o Lambedor; um pequeno agrupamento nos limites da *Santa Rita*, sem contar os que moravam em casinhas na zona urbana, atrás do Cemitério (os Gamenha) e no local do atual Matadouro Municipal. A maior parte das casas, entretanto, se concentrava próximo ao engenho. Em 1944, Elony Sampaio já observava

¹⁷⁷ Yony Sampaio, em 25 de julho de 2006. Havia cercas no perímetro maior da propriedade, marcando os limites do *Tupinambá*. Segundo o feitor Agildo, parte dessas "cercas" eram feitas de pedras.

um grupo de casinhas posicionadas na lateral da entrada do sítio, que se alinhavam na direção da cidade. Um arruado, conhecido como *Rua do Fubá*, nos vinte e cinco anos seguintes recebeu outras moradas e passou a concentrar a maior parte dos trabalhadores.



Foto 14 – Casa de Minervina de Sousa, a Tuta, no mesmo local onde em 1912, seu pai levantou sua primeira morada. Aí começava a Rua do Fubá. Fotografia: Yacê Carleial, 2006.

Os moradores gostavam de estar assim, próximos à cidade, que oferecia algumas possibilidades de diversão e sociabilidade. As labutas da semana prendiam os trabalhadores no eito e no engenho, e suas mulheres em torno das casas. Mas, ao findar a moagem dos sábados, a cidade estava ali, bem perto: iam a pé — à feira, ao armazém, à Igreja ou às bodegas.

A Rua do Fubá foi-se formando sob a anuência inicial de Zé Major e de Elony no tempo posterior. O arruado provavelmente lhes agradava, pois colocava os moradores muito próximos dos seus principais locais de trabalho, o canavial e, sobretudo, o engenho. Para o patrão concentrar os trabalhadores e aproximar as moradias *cedidas* às suas famílias, representava bem mais do que ter os empregados sempre à mão, para qualquer trabalho e horário extra. Como será visto com mais vagar no capítulo que se segue, significava também maior possibilidade de um controle, que ia além dos momentos de trabalho — o tempo remunerado — e adentrava nas esferas mais íntimas daquelas famílias.

Outra face física desse controle do patrão sobre os empregados se explicitava na simbiose de sua moradia, a *Casa Grande*, com o *Engenho*, que

formavam uma só estrutura encimada por um único telhado, alto, com quatro águas bem definidas. O jogo de inclinações e *quebras* propiciava desníveis que funcionavam como aberturas de iluminação e ventilação, que podem ser vistas na imagem que se segue, do engenho já abandonado.



Foto 15 – Face norte do *Tupinambá*, no início dos anos 1990, pouco tempo antes do desabamento do telhado. Observa-se, vistas de fora, as aberturas entre pilares, criadas a partir dos desníveis das águas da coberta. Fotografia Yacê Carleial.

Na fotografia acima, à esquerda, vê-se o corpo da casa: janelas que se abrem para o terraço elevado. O ponto em que a parede escura das construções auxiliares se liga à estrutura principal marca o início do engenho: o volume mais alto da edificação. Os salões do engenho e os cômodos da casa do patrão, portanto, formavam um só volume arquitetônico, surpreendentemente harmonioso, raro nos engenhos nordestinos conhecidos.

No exame da planta baixa da edificação na Prancha 1 (página 51A), pode-se distinguir a *convivência* dos dois espaços: de morada e de trabalho. Curiosamente, a porta principal, central à fachada, não se abre diretamente para a sala principal: o visitante fica em face à parede do corredor fronteiro, que une os dois extremos da casa. A uniformidade nos tijolos usados nas alvenarias externas e internas dá sinais de que esta foi uma disposição original, embora a espessura das paredes não seja a mesma. Logo à esquerda, a sala familiar (4) ligada a uma área destinada a serviços (6,12) que foi subdividida quando Elony e Irene Sampaio passaram a residir no local. Duas alcovas (3),

com paredes que não alcançam a cobertura, separam a sala familiar daquela onde funcionava o escritório do administrador (5). Este era a sala de trabalho de Zé Major, disposição mantida por Elony. Um espaço que fazia a ligação entre dois *extremos*: o privado da família e o público dos negócios. Deste mesmo ponto, os dois administradores, cada um a seu modo, efetuavam o pagamento dos trabalhadores:

Era no sábado, de tarde, meu avô pagava a esse pessoal tudinho. Lá no Tupinambá, era na última janela, na última... quarto, no ultimo compartimento, perto do engenho, que dava pro brejo e tudo. Ali era o escritório. Meu avô ficava ali, tinha uma janela e tinha um homem lá pagando também. Meu avô dava um (grito): “Fulano de tal!” “Pronto!” “Quantos dias!” Aí ele olhava tantos dias. “É” . Aí ele pagava, dava o dinheiro e aí a pessoa pagava. Os homens não entravam na casa não. Era fora, de trás na janela.¹⁷⁸

Graças ao nível elevado da habitação em relação ao terreno, a partir das janelas, os patrões podiam observar e controlar todo o movimento de chegada e saída de visitantes, trabalhadores, carros, carroças e animais carregados. Na mesma sala/escritório, uma janela lateral (vista na foto 19) permitia visualizar o movimento do curral, e, após 1950, que se controlasse a entrada da oficina, alambique e casa do tonel.

Separando os cômodos da casa dos vãos do engenho, uma grossa parede de tijolos com quase um metro de espessura, reforçada por possantes colunas de alvenaria (2m x 2m), parte da estrutura de sustentação das enormes tesouras do telhado. Essa alvenaria, que percorria toda a extensão transversal da edificação, isolava os moradores do calor e da fumaça da fornalha e conseguia amortecer significativamente os ruídos da moagem. Sobre este aspecto é sugestivo o depoimento de Dr. Napoleão Tavares Neves, que, como médico da família proprietária, fazia visitas freqüentes ao *Tupinambá* nos anos 60:

Engraçado que eu ia lá muitas vezes, a chamado já de Elony (Sampaio) e nunca vi poluição de faísca, de cinza, na casa. E a gente tava conversando na sala de janta e sentia o cheiro do mel, o cheiro da garapa, e eu me lembrava de José Peixoto Junior que tem uma poesia que diz: “... o gosto que o cheiro tem...” . A gente sentia quase o sabor da rapadura só naquele cheiro. E, às vezes eu perguntava qualquer coisa a Elony, e ele abria a porta e tava lá, a

¹⁷⁸ Idomeu Sampaio, em 11 de junho de 2006.

*casa de fornalha e os caldeiros tudo mexendo, testando rapadura. Era uma coisa encantadora.*¹⁷⁹



Foto 16 – Salão da fornalha visto em seu abandono, no início dos anos 1990. Observa-se ao fundo, num nível mais alto, a porta do escritório do patrão: “*e ele abria a porta e tava lá, a casa de fornalha e os caldeiros tudo mexendo*”.... Fotografia: Yacê Carleial.

Esta porta de ligação estava na parede do fundo da sala/ escritório. Olhando a imagem sob a perspectiva oposta, da fornalha, pode-se reviver a experiência descrita por D. Napoleão: era só abri-la para estar dentro da *sala da fornalha*, mais precisamente, em uma plataforma de madeira a alguns metros do solo, que antecedendo degraus de acesso ao engenho, funcionava à guisa de balcão. Uma concepção arquitetônica original que facilitava o controle patronal. De pé nesta plataforma via-se todo o cozimento, o caixeamento, e o dono do engenho elevando a voz para sobrepujar os ruídos da moenda e da caldeira (depois motor), ditava ordens, fazia perguntas, chamava o feitor — podendo acompanhar o desempenho de todo o processo de fabricação da rapadura.

O engenho era, indubitavelmente, o centro vital do *Tupinambá*. Tendo sido erigido, como foi assinalado, em meados do século XIX, conservava, na segunda metade do século seguinte, uma funcionalidade exemplar, adaptando-

¹⁷⁹ Napoleão Tavares Neves, entrevista em 27 de setembro de 2005.

se às modernizações tecnológicas sem quase nenhuma alteração estrutural. A área de moagem de cana e fabricação de rapaduras, que é analisada detalhadamente no capítulo que se segue, completava um complexo de espaços de trabalho, que interagia diretamente com as áreas de moradia e sociabilização.

Esta riqueza de interações, acredito, é o aspecto mais importante a guardar desta visita às áreas do sítio. Todos esses espaços de vida e trabalho estavam muito próximos, e isto, que pode ser claramente visualizado nos desenhos, está nitidamente presente nas falas dos trabalhadores. A imbricação dessas duas esferas de vida compõe a narrativa dos operários da rapadura, os homens que faziam o *Tupinambá* moer.



Foto 17 - As *Nove Casas*, que na verdade são onze, onde muitos trabalhadores passaram a residir a partir dos anos 1960. Hoje a rua está incorporada ao bairro do Rosário. Agosto de 2007. Foto Yacê Carleial.

CAPÍTULO 2 – OS HOMENS QUE FAZIAM O TUPINAMBÁ MOER.

*Trabalho aqui nunca falta
a quem sabe trabalhar;
o que fazia o compadre
na sua terra de lá?,*

João Cabral de Melo Neto
Morte e Vida Severina

Quem são os homens que faziam o *Tupinambá* moer? Quando sua primitiva *moenda*, movida pela força de várias juntas de bois, começou a extrair a garapa verde das canas do brejo do rio Salamanca, homens livres ainda conviviam com escravos nas lidas da agricultura no Cariri.

Entretanto, a quantidade de escravos nessa região, no início da segunda metade do século XIX, não era de modo algum expressiva se comparada a outras zonas canavieiras nordestinas.¹⁸⁰ Mesmo com o desenvolvimento da cultura canvieira e do comércio regional, o número de escravos não aumentara em relação ao começo do século. Ao contrário, diminuía. Em 1858, por exemplo, Barbalha tinha 10.875 almas livres e 651 escravos. Em 1872, os livres haviam aumentado para 13.360 enquanto os cativos se reduziam a 415.¹⁸¹ Em relação à população total recenseada nas duas ocasiões, o número de escravos corresponde a 5,65%, em 1858, e 3,01%, em 1872.¹⁸²

O inventário dos bens do fundador do *Tupinambá*, Antonio Manoel Sampaio, provavelmente o homem mais rico de Barbalha em 1870, ano de sua morte, relaciona cinquenta e três escravos.¹⁸³ Todavia não foi dada a informação de quantos destes trabalhavam no engenho na sua fase inicial. O número de cativos registrado neste inventário, que representava cerca de 13%

¹⁸⁰ Para efeito comparativo, o estado de Pernambuco tinha as seguintes proporções escravos/total da população: 20,9% em 1855 e 10,6% em 1872. Em EISENBERG, op. cit., p.170.

¹⁸¹ NORÕES, op. cit., p.14.

¹⁸² O estado do Ceará, em 1872, apresentava o percentual de 4,42% de escravos em relação ao total da população. Valor obtido através de dados em FUNES, op. cit., p 105. Em relação à expressividade da população escrava no Ceará ver FUNES, op. cit. p 103-132. e SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará Das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

¹⁸³ Informações prestadas por Yony Sampaio, que na década de 1970 transcreveu parte do documento original que estava no Arquivo do Fórum em Barbalha. Quase todo o acervo deste arquivo foi destruído por agentes naturais. Desconhece-se, até o momento, o paradeiro do inventário. Investigações em arquivos públicos de Crato e Fortaleza, não têm obtido resultados.

dos escravos do município em 1872, ilustra a atipicidade da posição econômica da família Sampaio em relação à dos outros proprietários barbalhenses: em inventários do mesmo período, os bens escravos, não ultrapassam uma dezena.

Na segunda metade do século XIX, concorria para a menor expressividade do trabalho cativo, o alto preço que a mão-de-obra escrava negra havia tomado após o fim do tráfico atlântico (1850) e o aumento da demanda de braços para o centro-sul do país.¹⁸⁴ Era difícil para a maioria dos proprietários e senhores locais adquirir e até manter seus escravos. Percebe-se também, que a mão de obra indígena ainda se fazia presente entre os trabalhadores cativos, embora há mais de um século sua escravização estivesse oficialmente interdita. Com os processos de libertação e fugas, muitos escravos juntavam-se a um contingente de trabalhadores livres, pobres, configurando-se “uma extensa população de mestiços, definidos desde logo como bastardos”,¹⁸⁵ significativamente presente nos sertões brasileiros.

No Cariri, desde o último quartel do século XVIII, a população vinha se adensando num ritmo maior do que o das regiões limítrofes. Essa população advéncia que chegava, caracterizava-se como migrantes livres e sem posses, a maioria deles sem outra capacitação além do amanho da terra. Foram homens como esses, em migrações quase sempre familiares, que ao longo do tempo se agregaram à população local — com um percentual significativo de indígenas e descendentes — formando a principal força de trabalho nas propriedades agrícolas.

Assim, empregando mais homens do que as zonas de predominância da pecuária, mas, ao mesmo tempo numa proporção menor em relação às de monocultura açucareira, a região do Cariri, e particularmente seu núcleo mais fértil — o vale canavieiro — não viria a conhecer o problema de falta de braços para o trabalho da terra.

Para os proprietários agrícolas de Barbalha, onde a cultura de cana persistia como prioritária, ficava cada vez mais evidente a vantagem de

¹⁸⁴ A respeito do tráfico interno de escravos a partir do Ceará ver FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *“Catirina minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá”*: O Ceará no tráfico interprovincial — 1850-1881). Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2005.

¹⁸⁵ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.12.

empregar esta reserva de mão de obra constituída de homens livres, pobres, mestiços, índios e negros forros, em lugar dos braços escravos cada vez mais raros. Em torno dos engenhos antigos foram se formando núcleos de trabalhadores, em vários níveis de vinculação e dependência junto aos proprietários.

Maria Sylvia Porto Alegre, em ensaio sobre formas de trabalho no Ceará do século XIX, mostrou como esse trabalhador *livre*, caracterizado pela constante mobilidade e instabilidade de condições de existência, se inseriu numa região onde havia uma “política de ocupação e posse do solo excludente e concentradora de terras”. Para o trabalhador, a alternativa à vida errante era se colocar a serviço de outro, vinculando-se à terra alheia, numa relação quase sempre de sujeição:

Na verdade, o que estava ocorrendo era a cristalização de relações de produção baseadas na subordinação do trabalhador rural ao grande proprietário”, relações que “de forma continuamente recriada, perduram até hoje.¹⁸⁶

Os proprietários agrícolas caririenses aceitavam que boa parte daquela população pobre e destituída de meios de produção fosse se estabelecendo em suas terras, sob formas diferenciadas de relação de trabalho, todas elas baseadas em algum tipo de submissão. Boa parte desses trabalhadores de enxada, homens que sempre viveram às margens do sistema socioeconômico, foi utilizada na pecuária, nas plantações de cana, algodão, ou na produção de alimentos — a chamada agricultura de subsistência — que as propriedades da região associavam às suas culturas.

Nas propriedades onde existia a criação de gado, encontravam-se homens empregados como vaqueiros ou tratadores, no sistema de *quartas* ou recebendo outro tipo de remuneração; nas áreas de plantio, havia para os trabalhadores a possibilidade de obter o uso de uma parcela dos sítios e fazendas e se tornar *rendeiros* ou *parceiros* do proprietário.

O *rendeiro*, pela fruição de determinada propriedade ou parte dela, paga uma renda fixa, geralmente anual, por um certo prazo, quase sempre renovável. Nem sempre o arrendamento é contratado sobre um valor monetário fixo: foi o caso de Zé Major, que por muitos anos foi arrendatário do *Tupinambá*

¹⁸⁶ PORTO ALEGRE. “Fome de braços”... op. cit., p. 125 e 133.

e pagava como *renda* à família proprietária um valor correspondente ao preço do ano (mercado) de um número fixo de cargas de rapadura.

A *parceria* na definição de Antonio Candido: “é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direitos sobre parte dos produtos obtidos pelo outro”.¹⁸⁷ A parte que cabe ao proprietário varia entre a metade, um terço, ou ainda 30%, 25%, etc, conforme a região, a cultura produzida e a situação da terra fornecida (inculta, limpa ou aradada). Muito comum no Cariri e em parte do sertão de Pernambuco é a parceria *de meia*, em que o *meeiro* entrega metade da colheita pelo uso da terra. Há trabalhadores que utilizam a expressão *pagar a renda* para parcerias mais vantajosas. Para o Sr. Zé Pindó, *pagar a renda* é bom: “Porque é assim, comparação, se eu tirar cinco quartas de feijão, eu tenho quatro e o dono da terra só tem uma. Se eu tirar dez quartas, quer dizer que eu tenho oito, ele tem dois”¹⁸⁸.

Contudo, a forma mais comum de fixação à terra do Cariri acontecia quando os trabalhadores recebiam do dono ou do arrendatário a permissão de habitar na propriedade e lá prestar serviços na condição de *moradores*. Assim se passava nos engenhos de rapadura de grande e médio porte, aqueles que ultrapassavam a dimensão de empreendimento meramente familiar.

Ao longo de tempo, algumas dessas formas de trabalho tendiam a declinar em favor de outras. Mesmo assim, no vale do Cariri de meados do século XX, encontravam-se ainda, dentro da ampla designação de *trabalhadores rurais*, uma certa variedade de categorias tradicionais em função das muitas formas de trabalho praticadas na região. Entre elas, o tipo de mão de obra mais freqüente parece ter sido ainda o *morador*.

¹⁸⁷ CANDIDO, op., p.135.

¹⁸⁸ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

2.1. “QUANDO EU NASCI MEU PAI JÁ TRABALHAVA AQUI HÁ UM BOCADO DE ANOS”. TRABALHO E APRENDIZADO: A TRADIÇÃO DO FAZER

*pequenos arruados
plantados em terra alheia,
onde vivem as mãos
que calçando as outras, de ferro,
vão arrancar da terra
os alheios frutos do alheio.*

João Cabral de Melo Neto/O Rio

Tuta, ao rememorar os tempos vividos, remete aos relatos ouvidos de seu pai que chegou à propriedade antes dos acontecimentos decorrentes da *Sedição de Juazeiro*. Diz ela: “Pai, o nome dele todo era Antonio Casemiro de Sousa. (...) Pai casou em 12, e veio morar aqui no ano de 13. Foi! Ele já trabalhava... quando seu Sampainho foi embora. Foi no tempo das guerra...”¹⁸⁹ No correr da narrativa, avulta a figura deste Antonio Casemiro, que trabalhou várias décadas, fixo na mesma propriedade, onde ele, seus filhos e netos desempenharam variadas funções, sempre na condição de *moradores*.

Sítios e engenhos de rapadura compunham um universo ainda fortemente regido pelas práticas patriarcais — um elenco de deveres, obrigações, contrapartidas e mercês, com especificidades próprias ao trabalho dos engenhos do interior do nordeste, diferentes de seus pares na região açucareira, área de monocultura, onde o trabalho escravo impediu por muito tempo o estabelecimento de outras relações. Nos sítios e engenhos do Cariri viam-se práticas consolidadas historicamente pelo *jogo* desigual de dominação patronal nas relações de produção.¹⁹⁰ Ao mesmo tempo, estas propriedades faziam parte de uma região que também passava por *modernizações* graduais. Embora esta palavra, na maioria dos casos, seja aplicada a mudanças formais, sem melhorias para a vida da maioria das pessoas, o mundo do trabalho também sofria transformações que se refletiam nas relações patrões/moradores, ensejando em ambas as partes, resistências e adaptações.

¹⁸⁹ Tuta, em setembro de 2003.

¹⁹⁰ Em relação a práticas paternalistas nas relações de classe, ver, entre outros, NEVES, Frederico de Castro. Economia moral *versus* moral econômica (ou: O que é economicamente correto para os pobres?). *Projeto História*, São Paulo: nº (16), p. 39-57, fev. 1998.

Tais transformações eram bem visíveis no núcleo canavieiro do Cariri, onde, apesar da expressiva presença de *moradores* nos sítios, sob a denominação abrangente de *trabalhadores rurais* abrigavam-se também variadas categorias — pequenos rendeiros, parceiros, assalariados — que compunham há séculos o universo populacional daqueles a quem foi negado qualquer possibilidade de acesso livre à terra. Essas categorias conviviam entre si, cruzavam-se, e disputavam espaços de trabalho, na mesma região e muitas vezes na mesma propriedade produtiva. Reproduziam-se deste modo, relações sociais de trabalho, que apareciam sob formas recriadas, constituindo-se assim uma rede de formas de trabalho que podiam ser ao mesmo tempo conflituosas e solidárias.

No cotidiano do trabalho agrícola caririense, nem sempre era possível fazer uma distinção rígida entre essas categorias. Podia acontecer, por exemplo, que um trabalhador não morasse em uma propriedade e mesmo assim, recebesse como concessão do dono da terra, uma área para fazer o seu roçado. Em troca, o trabalhador lhe daria uma quantidade acordada de serviço, submetendo-se a outras obrigações típicas de um *morador de condição*. Encontram-se casos também, de trabalhadores que ocupando pequenas parcelas de um sítio, ali praticavam determinados plantios como parceiros (cana e algodão, por exemplo) e outros (milho, feijão ou macaxeira) com a produção inteiramente para si.

Sob a mesma designação de *trabalhadores rurais*, encontravam-se também homens donos da posse ou da propriedade de um pequeno pedaço de terra: um *chão* — para usar uma expressão comum nesta região de expressiva presença de pequenas propriedades. Muitas vezes, por seu tamanho ou por escassez de qualidade, não era capaz de produzir o suficiente para o sustento de uma família. Nestes casos, aquele pequeno proprietário ou posseiro, em princípio autônomo, sujeitava-se a labutar parte do seu tempo para um proprietário mais rico sob uma das formas de trabalho acima citadas.

É importante observar que não apenas os *moradores*, mas todas as outras categorias citadas, presentes nas pequenas e médias propriedades caririenses, admitiam e até “exigiam” a incorporação do trabalho familiar para a sua reprodução, o que se coadunava com o tipo de migrações que alimentava esse contingente de trabalhadores da terra.

Por sua vez, nas regiões mais *desenvolvidas* do “Nordeste do açúcar”, o processo de capitalização e a modernização das técnicas produtivas, exigiam a ampliação dos canaviais. Tal fato aumentava a expropriação e o empobrecimento do homem do campo, fazendo com que este se tornasse cada vez mais errante, trabalhando ora em um engenho ora em outra propriedade. Um pouco diversa era a realidade dos homens dos outros *sertões* nordestinos. Embora também convivessem com a pobreza e a marginalidade, os trabalhadores rurais dessas regiões — o Cariri cearense entre elas — viviam em zonas caracterizadas como “de menor proletarização, onde é comum o morador passar vários anos, às vezes, até dezenas de anos em um mesmo engenho, até mesmo em um mesmo sítio”.¹⁹¹

Ser *morador*, categoria às vezes confundida com a figura do *agregado*, basicamente significava nessas paragens ter permissão para levantar *casinholas* usando material do próprio terreno: barro, palha e alguma madeira, em chão determinado pelo patrão, em troca de serviços. Num passado mais remoto, esses serviços incluíam dias de trabalho gratuito, o chamado *cambão* das zonas canavieiras do açúcar. No universo estudado — o vale do Cariri entre 1943 e 1980 — os *moradores* eram remunerados, em parte sob forma monetária — com valores sempre bem abaixo do salário mínimo oficial — em parte pela concessão de uso de parcela de terra para um cultivo onde predominava o trabalho com base na unidade familiar, quando não estivessem prestando serviços ao proprietário.

Essa prática de remuneração da *categoria de morador* faz com que este tipo de trabalhador não possa ser considerado dentro do contingente de *assalariados*, pois por receber um valor aquém do mínimo necessário à manutenção familiar, passa a produzir de forma direta parte do seu sustento. Essa ambigüidade é um dos vários elementos instigantes que compõem uma relação de trabalho deste tipo, muito comum em empreendimentos agrícolas semelhantes ao *Tupinambá*, onde, em meados do século passado, fortes

¹⁹¹ ANDRADE. op cit p. 130. Sobre a caracterização dessa forma de trabalho ver também: SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. Para o caso específico do Cariri ver entre outros: AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1980 e FIGUEIREDO FILHO. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. op. cit.

permanências do passado conviviam com *modernidades* — o assalariamento rural apenas uma delas.

Não é raro encontrarmos, em estudos que abordam as condições de trabalhadores rurais no século XX, a *sujeição* ao proprietário como o fator que desperta as maiores queixas e revoltas entre moradores. Lygia Sigaud, por exemplo, lembra que: “Para os moradores não existe acerto, mas sim atribuição pelos empregados [feitores] de tarefas que devem ser cumpridas, independentemente da vontade do trabalhador”. A recusa em seguir as determinações podia implicar na perda da condição. Para essa autora, que pesquisou o processo de extinção da morada junto aos trabalhadores de cana de Pernambuco nos anos 70, a *sujeição*, nesse caso, era apropriada pelos trabalhadores como um *cativeiro* — termo recorrente para designar os trabalhadores pobres vinculados a uma propriedade rural, após o fim da escravidão (1888).

Essa denominação genérica associada à condição de *trabalhador fixo* no engenho tomaria, em cada situação estudada, aspectos distintos.

Na realidade estudada por Sigaud, o significado de *cativeiro* está na condição do trabalhador estar “sempre à disposição do proprietário”, sujeito a ele, “portanto obrigado a trabalhar no serviço da cana a qualquer momento e em quaisquer condições...”¹⁹²

Entrevistando ex-trabalhadores da cana em Pernambuco, Christine Paulette Ives Ruffino Dabat, recolheu narrativas que recuam até os anos 1940 e se estendem a 1975. Sobre a *sujeição*, esta pesquisadora observou que os moradores se submetiam ao trabalho “forçado” em jornadas extensivas não apenas pelo perigo da perda da morada e do roçado, ou a falta de alternativa de outro emprego. A submissão envolvia um componente adicional: o uso da ameaça da força bruta, com a presença de encarregados armados.¹⁹³ Mesmo sob tais pressões, na realidade pernambucana estudada por Dabat, encontravam-se trabalhadores vinculados a uma propriedade, anos a fio, apesar do grau de espoliação a que estavam sujeitos.

Ainda no mundo do trabalho na zona canavieira pernambucana,

¹⁹² SIGAUD, op. cit., p.150 e 205.

¹⁹³ DABAT, Christine P. I. R. *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Tese de doutorado, UFPE, 2003.

encontra-se este mesmo uso da categoria *cativeiro* entre operários de usinas de açúcar. Em seu conhecido trabalho, *O Vapor do diabo*, José Sergio Leite Lopes observou que na visão dos trabalhadores o *cativeiro* se explicitava no “chamado da administração da usina na casa do operário, no seu tempo livre, para que ele compareça à usina para trabalhar em um serviço de “emergência”.”¹⁹⁴ Esses operários se ressentiam não apenas pelo aumento da jornada de trabalho sem uma remuneração adequada, mas também porque se sentiam invadidos em seu tempo livre, o tempo que normalmente seria dedicado à sua casa, à família, o tempo de seu lazer.

O *Tupinambá* sempre teve um número significativo de moradores, fixos e “cativos” à propriedade. Assim como os já citados *Casemiros*, lá se encontravam várias famílias de segunda e terceira gerações, preservando, em pleno século XX, esta condição que havia sido quase hegemônica no nordeste rural do século anterior.

Tratava-se de uma força de trabalho que, por ocasião da ampliação das atividades nos meses de safra, passava a conviver com um contingente adicional de trabalhadores: um segmento diferenciado — os trabalhadores *sazonais*. À semelhança de outras propriedades canavieiras da região, o *Tupinambá* admitia estes trabalhadores temporários primordialmente para o corte da cana, a partir de fins da década de 1940.

Segundo testemunhos, na primeira metade do século XX, quando o engenho estava arrendado à Zé Major, o expressivo número de moradores e o envolvimento do trabalho familiar, fazia quase desnecessária a presença de trabalhadores *de fora*. René Grangeiro, fiscal municipal aposentado, que viveu desde a juventude nas cercanias deste sítio recorda que no *Tupinambá*: “Antigamente morava umas sessenta famílias, oitenta família, morava aí, era populoso, tinha muito operário...os trabalhadores na época de seu Zé Major”....¹⁹⁵

A relação direta com o patrão se iniciava com o *ritual* de pedir morada àquele que podia decidir aceitar ou não um novo morador. O recém chegado ia falar com o feitor, que levava o pedido para o proprietário. Este, se interessado, fazia o futuro morador vir a sua presença e após avaliá-lo, saber sua origem,

¹⁹⁴ LOPES, op.cit, p.137

¹⁹⁵ René Grangeiro, em outubro de 2000.

informar-se sobre sua família, determinava sua morada, caso houvesse casa desocupada, ou o lugar onde deveria ser erigida uma nova.

Relatos de antigos moradores falam de casas construídas pelas próprias mãos de seus pais. Outras narrativas, referentes a tempos mais recentes, contam que não sendo tempo de moagens, o patrão colocava trabalhadores pagos para levantar essas moradas. Enquanto a casa não ficava pronta, o novo morador e sua família eram abrigados em uns quatinhos próximos à casa do feitor:

*Ali embaixo daquele pé de tamarindo, além da casa do feitor, tinha uma carreirinha de casa, tudo igualzinha. Era uma salinha, um quatinho e uma cozinhezinha. (...) Aí botava. Fechava uma parte. Nessa parte da frente morava uma família. Na outra do fundo morava outra.*¹⁹⁶

Ao contrário de muitas propriedades da zona rural, onde plantios diferenciados e zoneados conduziam a moradias de trabalhadores isoladas ou em pequenos grupos familiares, as casas dos moradores do *Tupinambá* foram sendo paulatinamente agrupadas próximas ao engenho, num alinhamento quase linear. À medida em que recebiam a permissão de Zé Major, os antigos moradores erguiam suas pequenas casas, todas feitas de palha, guardando uma certa distância respeitosa da Casa Grande. “A casa do pai ficava assim encostadinho, e tinha uns pézão de Juá assim no canto do mata-burros. Eu morava ali encostado nos pé de Juá”.¹⁹⁷

As casinhas foram se enfileirando em direção ao caminho da entrada da cidade, formando uma espécie de *arruado*, que ficou conhecido como *rua do Fubá*, como se pode observar no Mapa 5. Neste local, ainda hoje existem casas ocupadas por descendentes de Antonio Casemiro, como sua filha Tuta, que com sua narrativa permite sinalizar essa espacialidade.

*Só sei dizer que aqui nesse sítio, aqui na rua, tinha pai, tinha o finado Zé Barnabé, Zé Vitorino, Canaveira, Sindó, tinha um bocado... Pedro Nascimento, Presciliano... Deixa eu ver quem é mais... Nelson Jardim, seu Filismino, seu Marcelino, Joaquim Romeiro, são os mais antigo trabalhador aqui do Tupinambá. (...)Tinha os Gamenha, João Gamenha. Tudo morava aqui. Aqui era a rua do Fubá.*¹⁹⁸

¹⁹⁶ MARIA DO SOCORRO DE SOUSA nasceu em Barbalha em 1956. Neta, filha e esposa de morador do *Tupinambá*, onde ainda reside. Entrevista em 29 de setembro de 2005.

¹⁹⁷ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

¹⁹⁸ Tuta, em dezembro de 2000.

Fixar seus trabalhadores próximo ao engenho, otimizava as condições do controle patronal sobre os empregados, para além dos locais de trabalho, atingindo seus espaços de convivência familiar e sociabilidades. Quando o patrão Zé Major saía da Casa Grande para ir a cidade, passava a cavalo no caminho que se estendia na frente das casas de seus moradores. Após 1944, o mesmo percurso, em paralelo à rua do Fubá, era percorrido pelo novo administrador e herdeiro, Elony Sampaio, à princípio a cavalo, e posteriormente de automóvel.

A partir daí, e por mais de vinte anos, o engenho *Tupinambá* manteve expressiva produção e continuou a empregar um contingente significativo de homens durante a safra. Ainda agradava ao novo patrão, ter muitos moradores em seus domínios: força de trabalho barata e sempre a postos. Homens que se dividiam e se revezavam entre a plantação e o engenho. Como recordou Zé Gamenha, que ao final da década de 40, ali começou a trabalhar: *“Hoje em dia é que não tem ninguém no Tupinambá, mas antigamente tinha era gente aí, morador... Era engenho moendo e trinta pessoa no eito, limpando cana. Era movimento grande”*.¹⁹⁹ Outro operário narrou que ao chegar na Barbalha em 1948, seu pai foi orientado a procurar serviço no *Tupinambá*, pois diziam que: *“Elony gosta de morador”*.²⁰⁰

A partir da gestão do novo administrador, a proporção entre os trabalhadores *fixos* e *os de fora* começava a ser alterada, contando com a presença de trabalhadores temporários, em especial para os serviços da safra. Zé Fulô lembra que quando começou a trabalhar no *Tupinambá* *“era quarenta morador, sem contar com os de fora. E ainda trabalhava gente de fora porque tinha muito serviço. (...) Trabalhava muita gente do Jardim, da Paraíba...”*.²⁰¹

Apesar do novo patrão manter e até admitir novos *moradores*, as narrativas recolhidas referentes aos anos 1950 e 1960 contemplam alguns episódios de saídas de trabalhadores, em atitudes individualizadas. A iniciativa de partida por parte de um morador podia trazer complicações adicionais, pois sua *condição*, com todos os seus componentes de lealdades e sujeições, era compartilhada pela família: a saída de um membro podia acarretar problemas e

¹⁹⁹ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

²⁰⁰ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

²⁰¹ Idem.

até a expulsão de todos da propriedade. Deveres e obrigações não só compartilhados, mas *herdados* pelos filhos, quando estes chegavam a vida adulta, eram características desta força de trabalho presente nos engenhos de então. Em alguns sítios, a sujeição familiar era mais fortemente externada. O Sr. Cícero de Santana lembra que na propriedade em que vivia, os filhos dos moradores eram *obrigados* a trabalhar para o patrão:

*Se os filhos não viessem, eu vi dono de engenho brigando com o pai dos filhos porque não governava os filhos, vamos dizer assim, né? E você, se o filho que não ficasse... não se sujeitasse aquele trabalho ali, podia desocupar a casa. Quer dizer, a casa era do dono do terreno, mas o filhos ficava com a mesma obrigação. E muitas vezes as mulheres. Em outros tipos de atividade, né? E era tudo sujeito! Não era negócio de ser só o titular, não. Tudo.*²⁰²

Embora as narrativas do *Tupinambá* não apresentem episódios de coerção explícita, é interessante lembrar a força dos vínculos do trabalhador com a propriedade e o patrão, que acontecia há mais de uma geração. Sob esta perspectiva, pode-se pensar numa maior introjeção da dominação: os filhos assumindo as atitudes de deferência e obediência dos pais. Reproduzia-se assim, na própria herança da sujeição, a interferência dos patrões nas questões familiares.

Nos relatos, encontram-se casos de saídas de trabalhadores que envolviam a procura por melhores condições de trabalho e pagamento. Quando isto acontecia, o trabalhador buscava para si um ambiente bastante parecido, onde pudesse exercer as mesmas funções costumeiras. O morador se ligava a outra propriedade, a outro patrão, mas o sistema de morada persistia e se reproduzia. Luis Casemiro, que trabalhava no *Tupinambá* ao lado de seu pai, foi um daqueles que buscaram outro patrão, como recorda sua irmã:

*E os menino começaram a trabalhar. Severino contava rapadura, pra embalar e Luís caixeava... Mas o ganho era pouco. e Luís foi trabalhar lá em seu Antônio Coelho. Sabe quanto eles ganhava aqui, nesse tempo? Era cinco tostões.*²⁰³

A reação à saída deste caixeador se afasta um pouco do padrão habitual, uma vez que os outros membros de sua família continuaram

²⁰² CÍCERO JOSÉ DE SANTANA, ex-cortador de cana e trabalhador de engenho, atual presidente do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbalha*. Entrevista em 12 de fevereiro de 2007.

²⁰³ Tuta, em dezembro de 2000.

trabalhando no sítio, sem mudança de situação. Entre as narrativas recolhidas há outros episódios de saída espontânea e individualizada, acontecidos por desentendimentos dentro da própria comunidade de trabalhadores. Após uma discussão dentro da sala da fornalha, o *caldeireiro* João jogou uma passadeira de mel quente em seu colega Zé Fulô, que ficou com queimaduras graves. Com medo do patrão e da polícia, João abandonou imediatamente o engenho, a morada e a cidade. Em outro caso dos anos 60, Zé Pindó, mesmo satisfeito por trabalhar no *Tupinambá* e depois no sítio *Bolandeira*, resolveu migrar com sua família para o sertão de Pernambuco, para fugir de um conflito familiar:

Eu vou logo dizer porque foi que eu saí daqui: meu sogro, Pedro Bernabé [mestre da rapadura]. Porque tomava umas cachaça e gostava de abusar uma pessoa. Ele que dava na mulher dele queria dar na minha. Aí eu disse: “Num vai dar certo, não”. Até que um dia nós pegamos uma bagunçona danada e eu disse: “Vou me embora”. Que livre de eu matar ele ou ele me matar... Aí eu fui me embora.²⁰⁴

Zé Pindó mudou-se para a zona rural de Cedro, Pernambuco, onde já estava há algum tempo o velho Pindó, seu pai, também ex-morador do *Tupinambá*. Quando perguntado sobre as motivações da saída anterior de seu pai, Zé Pindó respondeu que este tinha ido *buscar uma melhor condição*.

Iniciativas isoladas como essas não podem ser associadas a outro tipo de saídas, causadas por rupturas nas formas de trabalho, que vão se fazer mais presentes no rastro de transformações que atingem várias esferas da sociedade a partir do final dos anos 1950 (a expansão urbana, a monetarização, a aplicação da legislação trabalhista, a sindicalização, a disseminação das informações e comunicações, entre outras). A categoria de *morador* como um todo, mais consciente da sua exploração como força de trabalho, vai enfrentar não apenas padrões menos propícios às relações de trato pessoal, como a concorrência de uma cada vez mais presente oferta de trabalho renovada. Em épocas de seca, com o aumento de migrantes, essa oferta de mão de obra fazia com que os proprietários baixassem o preço da diária trabalhada, diminuindo uma remuneração já bastante inexpressiva.

Certo é que, entre trabalhadores permanentes e sazonais, não havia falta de mão de obra de baixo custo para as safras de cana das propriedades produtoras do vale do Cariri. O sítio *Tupinambá* ficou afamado, desde o *tempo*

²⁰⁴ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

de Zé Major, como uma propriedade com engenho, dotada de matéria prima e capacidade para rodar muitos meses:

A moagem passava muito tempo, ia até quando acabava a safra de cana, porque ele, [Zé Major] tinha cana demais.²⁰⁵

Só parava no dia que não ia moer. Mas guardava rapadura. E era Prestiliano e Ismael, tudo carregando rapadura pra esses armazéns e seu Zé Major guardando, guardando, guardando. Carregava em carro de boi. Quatro boi cada um. Cada boizão danado.²⁰⁶

Embora as moagens guardassem muitos aspectos semelhantes às operações do século XIX, o *Tupinambá*, mesmo de forma lenta, continuava a receber transformações em seu processo produtivo, principalmente na etapa industrial. No período estudado, uma dessas mudanças iria interferir fortemente nas formas de trabalho do engenho. Enquanto a energia elétrica de baixo custo não havia chegado ao Cariri, prolongar as horas de moagem à noite nem sempre correspondia positivamente na produção. Ao escurecer, o esmagamento das canas era interrompido, mas o cozimento da garapa ainda continuava por algumas horas, num salão iluminado por candeeiros à *gás preto* (querosene).²⁰⁷ Para os operários as horas noturnas eram bastante difíceis:

Era candeeiro nesse tempo. A gente sofria de noite, no escuro, na fumaça do candeeiro. Aí depois Elony mandou comprar um motorzinho... Dava uma energiazinha bem ruinzinha, mas dava.²⁰⁸

Este motor, que segundo os proprietários movia-se a óleo, teve vida breve: implicava em custos de combustível, manutenção e reparos, sem a devida compensação na produção. O administrador apressou-se a substituí-lo assim que a energia elétrica de baixo custo chegou ao Cariri nos anos 1960. Ao melhorar as condições da moagem noturna, a jornada dos operários do engenho, podia ser ainda mais prolongada. O fato da quase totalidade dos operários morar no arruado, à beira do engenho, facilitava ao feitor a arregimentação para essas *horas extras*.

O próprio ritmo do esmagamento das canas se intensificava com a renovada força motriz. Desse modo, enquanto os trabalhos da entressafra,

²⁰⁵ Tuta, em dezembro de 2000.

²⁰⁶ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

²⁰⁷ Idomeu Sampaio, em 11 de junho de 2006.

²⁰⁸ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

permaneciam sem grandes alterações e sem exigir mão de obra adicional, a moagem passava a exigir mais velocidade no aporte da cana. Fazia-se necessário um volume maior de cana chegando regularmente ao engenho. E é nessa parte do processo — o corte de cana — que se encontravam os trabalhadores temporários, cada vez mais presentes.

Pode-se inferir que crescera a defasagem entre a quantidade de trabalhadores necessários para a *entressafra* — praticamente constante, mantidas as mesmas técnicas de plantio — e a *safra*. Do início de junho, até pelo menos dezembro, engenhos de porte como o *Tupinambá* passaram a ter mais ocupação para empregados *temporários* ou *sazonais*, originários do município, ou de localidades circunvizinhas. Do vizinho município do Jardim, por exemplo, chegavam trabalhadores com certa regularidade. Os relatos dão conta que alguns deles, após o pagamento no sábado, pegavam a estrada a pé, no rumo de suas casas, de onde voltavam na madrugada da segunda-feira.

Diferentemente dos migrantes que se tornaram trabalhadores fixos na região, os temporários se deslocavam por temporada, sem a família, muitas vezes trazendo seus próprios instrumentos de trabalho. Os sítios e engenhos providenciavam *rancho*: dormida e alimentação para este grupo. No *Tupinambá*, havia pequenas construções auxiliares, dois ou três *vãos* (cômodos), onde nas poucas horas de descanso do corte de cana, muitas redes se cruzavam. Durante a safra uma moradora era *contratada* para cozinhar para os trabalhadores *de fora*. Da alimentação deste rancho participavam eventualmente os trabalhadores *fixos* e sem família. Assim aconteceu com o jovem Zé Fulô, que permaneceu no *Tupinambá* quando sua família migrou para Fortaleza. Segundo os entrevistados, esse *de comer* não era descontado no pagamento, mas, em compensação, tais trabalhadores não recebiam rapaduras, não tinham o direito de chupar cana, apanhar lenha, e outras prerrogativas dos outros moradores.

A *sazonalidade* desta forma de trabalho permitia a ausência de vínculos empregatícios: o trabalhador temporário desobrigaria o patrão de certos *compromissos* que tinha com os *moradores*, situação que se tornaria cada vez mais atrativa para os proprietários, a partir dos anos 60, com o início da aplicação da legislação para o trabalhador rural.

Ainda quanto aos trabalhadores *de fora*, assim chamados pelos

permanentes, citam-se casos de alguns que acabavam por se fixar na Barbalha. Apesar da pequena remuneração, e das obrigações devidas ao dono do engenho, havia muitos pedidos *de morada*: aos trabalhadores temporários atraía a perspectiva de ter um rendimento seguro, em dinheiro e em legumes do *roçado*, no período da entressafra.

Os acordos entre os trabalhadores temporários e o patrão, ou o feitor, eram verbais. Diferentemente do que já acontecia nas zonas canavieiras do açúcar, onde a remuneração pelo corte da cana era calculada por produção — *tarifa, cento de feixe ou conta*²⁰⁹ — nas propriedades barbalhenses o mesmo serviço era pago por jornada. O feitor anotava os nomes dos trabalhadores numa folha de papel, onde marcava cada dia trabalhado. No sábado, as contas totalizadas eram apresentadas ao patrão, que efetuava assim semanalmente o pagamento em dinheiro. Acordos de trabalho por produção (também chamado por *empreita*) foram introduzidos aos poucos, a partir dos anos 60, e ainda assim privilegiando alguns empregados permanentes do canavial.

Muitos destes trabalhadores sazonais retornavam nas temporadas seguintes, numa certa regularidade que se coadunava com o relativo equilíbrio dos invernos na região. Em função disso, alguns temporários ficavam mais conhecidos junto ao feitor, como trabalhadores produtivos que não *criavam questões*, o que lhes garantia preferência no momento da arregimentação. Os sazonais mais regulares estabeleciam certa interação social com os empregados permanentes — *os operários da rapadura* — um convívio que nem sempre incluía a família destes últimos. Além de alguns serem *desconhecidos*, os trabalhadores temporários carregavam a fama de gostar de confusão: “...porque chegava muita gente de fora lá [no Tupinambá], e aquele povo de fora tinha gente que chegava... gente briguento! De noite eles queria brigar com gente que tava passando, por causa de qualquer coisa” ...²¹⁰

Falas como esta expressam as qualidades do *outro*, os *de fora*, percebidos como perigosos, dados às desordens e bebedeiras, contrapondo aos *de dentro*, o trabalhador *cativo*, autopercebido como de boa índole, de confiança — o operário do engenho.

²⁰⁹ Para essas formas de organização do trabalho e pagamento ver, entre outros, ANDRADE, op. cit. p. 135 e SIGAUD, op. cit. p.137.

²¹⁰ SEVERINO ANTONIO DOS SANTOS, 69 anos, nasceu no *Engenho Souto*, Pernambuco. Em 1958 tornou-se tratorista do Tupinambá. Entrevista em 30 de setembro de 2005.

Embora as tarefas empreendidas pelos trabalhadores permanentes e os sazonais fossem quase sempre diferenciadas, havia a possibilidade de compartilhar alguns espaços e trocar conversas, nos raros momentos de folga. Há relatos que falam de *moradores* e *temporários* saindo juntos para beber e visitar o *Castelo Azul*, denominação do meretrício da época.

Contudo, mesmo considerando o aporte dos trabalhadores *de fora*, mais expressivo a partir dos anos 60, a principal força de trabalho do *Tupinambá* continuava a ser constituída por trabalhadores permanentes ou *fixos*. Ao manter um bom número de *moradores*, pode-se inferir que o administrador não temia resistências mais fortes por parte do grupo que já conhecia. Além disso, era interessante, para o bom desenvolvimento da produção, manter um segmento qualificado da força de trabalho dentro dos seus domínios. Contando com *moradores*, os proprietários da região dispunham de uma força de trabalho residente, que além dos serviços regulares, estava sempre à postos para fazer frente a eventuais necessidades.

Os homens que faziam o *Tupinambá* moer compunham o cerne da força de trabalho permanente, que incluía também homens que labutavam o ano inteiro no eito, no transporte de canas, além de vigias da mata, de aguadores de canas, do encarregado da oficina, do vaqueiro e vários ajudantes. A maioria destes empregados *fixos* eram *moradores da propriedade*, condição que atingia até três gerações na mesma família.

Essa permanência de trabalhadores muitos anos na propriedade é mais um fator caracterizador do tipo de relações de produção que ali se produziam. Implicava em uma maior convivência entre trabalhadores, e na formação de um grupo com mais possibilidades de elaborar solidariedades e competições, de compartilhar experiências. A baixa rotatividade dos operários contribuía também para reforçar a persistência (atravessando gerações) de elementos tradicionais no trato patrão/empregados, numa época em que se fazia mais presente a convivência com novos elementos advindos de um mundo do trabalho sempre em transformação.

Segundo Dito Barnabé, antigo caixeador, o *Tupinambá*, moía todos os dias da safra, inclusive feriados: “*Mas parava o domingo. Porque senão a gente dizia logo, aqui não tá no tempo do cativoiro, não, ninguém trabalha não. Dia*

de domingo, Nosso Senhor deixou pra a gente tomar uma fuga".²¹¹ Os componentes constitutivos da dominação e submissão estavam fortemente presentes, embora a estreiteza das relações, a permanência do trato pessoal contribuísem para *mascarar* elementos que caracterizariam um *cativoiro*. Esse termo, aliás, quando aparece nos relatos, está associado a um *tempo anterior*, à uma exploração do trabalho enraizada no passado.

Ao ressaltar, no contexto estudado, a persistência de elementos do passado no cotidiano dos trabalhadores não pretendo colocar que em engenhos de Barbalha se produzissem relações “harmoniosas” ou “confortáveis”, ou que não existisse, por parte dos moradores, a compreensão da sua situação de dependência. Meu argumento é que, nesta situação específica, notadamente nas primeiras décadas estudadas, pode-se pensar em elementos que contribuíam para criar, nos próprios trabalhadores, uma visão mais atenuada de sua exploração. Os mesmos elementos, conseqüentemente, possibilitavam uma certa *acomodação* à sua situação, enquanto *moradores*.

Em primeiro lugar, um engenho de rapadura, empreendimento de menor escala, pôde preservar, por bastante tempo os contatos diretos com o patrão. Em Barbalha, nos sítios mais próximos à sede, era comum os proprietários morarem em suas próprias terras. Tais contatos traziam em seu bojo uma série de *contrapartidas* em forma de *doações*, proteção, apadrinhamentos e outras práticas, atenuando, pelo menos na superfície, a clivagem entre as classes. Nos pomares, apanhando passarinhos na mata, nas bagaceiras em volta do engenho, filhos dos operários conviviam com filhos de patrões. Embora entre as brincadeiras das crianças também existisse deferência da parte dos primeiros, há trabalhadores entrevistados que fazem uma leitura positiva desses episódios e não externam a visão de que, quando crianças, reproduziam nas brincadeiras a sujeição dos adultos.

*Morava era aí na casa grande. Todo dia, quase todo dia, nós ia pra lá brincar mais D. Lívia (filha do patrão), num sabe? Aí chega lá... têm umas camas de ferro que têm uns carretéizinhos nos pés, que a gente empurra e elas anda. Que nem um carrinho? D. Lívia se deitava em cima, mais Maria, botava eu para empurrar entrando num quarto e saindo noutra, empurrando a cama de um canto para outro.*²¹²

²¹¹ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

²¹² Tuta, em dezembro de 2000.

Percebe-se a persistência da sujeição a permear a memória, onde a companheira de brinquedos — a menina *Livinha* de então — transmuta-se em D. Lívia, nessa fala evocativa. Há que se considerar também, que o fato de muitos moradores terem herdado a condição de seus pais e avós, sempre no mesmo sítio, contribuía para que os elementos de sujeição fossem introjetados, ou seja, para que o rol de obrigações e contrapartidas, que tal condição preconizava, fossem considerados parte das suas vidas.

Ao tratar de sistemas de dominação e submissão, James Scott observa que, “com raras, mas significativas exceções, as *performances* públicas do subordinado, em função da prudência, do medo e do desejo de obter favores, serão moldadas para corresponder às expectativas dos poderosos”.²¹³ Sem desconsiderar a opressão a que o trabalhador está sujeito, deve-se admitir e investigar a existência de sistemas alternativos de crenças e valores dentro do contexto onde aparentemente predomina a dominação cultural. Para tanto, Scott lembra a importância de observar os papéis chave do disfarce, das máscaras, da vigilância e do controle nas relações de poder.

Scott discute o comportamento de aparente conformidade dos “menos poderosos” procurando explicações para essa postura, mesmo quando não há evidências de ameaças ou de aplicações diretas de coerção.²¹⁴ Ele investiga outras possibilidades de explicação para a obediência e a aquiescência, além da internalização da ideologia dominante. Entre os trabalhadores, a luta diária pela subsistência, o controle e vigilância ao quais são submetidos e o temor de expulsões e outras possíveis represálias se configurariam como fatores a impedir qualquer tipo de confrontação mais aberta.

Entre os trabalhadores do *Tupinambá*, observa-se como a possibilidade de sustento familiar, o uso do roçado e da moradia, a proteção do proprietário, entre outros fatores, “compensariam” a vida de submissão, a “catividade” ao sítio, o trabalho gratuito no passado e o parcamente remunerado no período estudado. Sendo a *sujeição* constitutiva da relação *morador / proprietário*, todas as suas implicações em lealdade, trabalho obrigatório e envolvimento

²¹³Em tradução livre: “With rare, but significant, exceptions the public performance of the subordinate will, out of prudence, fear, and the desire to curry favor, be shaped to appeal to the expectations of the powerful”. SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. USA, New Haven:Yale University Press, 1990, p. 2

²¹⁴ Idem, p. 71

familiar seriam *legítimas*, uma vez que o patrão estaria cumprindo a sua parte, deixando-o morar e plantar em sua terra. Ou seja, os elementos constitutivos da morada *justificariam* a exploração para os trabalhadores: os mesmos que a renegariam em outras circunstâncias, em particular no momento de rompimento dos “compromissos” por parte do patrão.

Neste sentido pode-se pensar que a *condição de morador*, mesmo com todos os seus componentes de obrigações e controle patronal — que ultrapassavam os espaços de trabalho e atingiam a vida familiar²¹⁵ — quando vivida com todos os elementos de contrapartida do passado, podia representar uma *condição de vida* melhor do que as outras opções possíveis para um homem rural destituído de propriedade. Apesar de seu caráter espoliativo, essa forma de trabalho, permitia a fixação do trabalhador a terra, dando-lhe condições mínimas de produzir sua subsistência.

Ao se confirmar tal concepção para o contexto estudado, observa-se que nas narrativas dos trabalhadores/moradores, quando aparece uma rejeição mais forte à *sujeição* a que estavam submetidos pela sua *condição*, trata-se justamente de momentos em que as contrapartidas das relações tradicionais vão desaparecendo. Quando o único roçado que lhe é concedido é um trecho pobre de *arisco*²¹⁶ que não vale a pena semear, quando lhe é negada madeira para consertar a casa que começa a desmoronar, nesse instante, para o morador, as obrigações deixam de ser *legítimas*, como eram consideradas no passado, e a *sujeição* torna-se *cativeiro*.

Caso a ruptura com o proprietário se afigurasse inevitável, o *morador* comumente tentava se ligar a outra propriedade, nas mesmas condições, e assim o sistema da morada se reproduzia. Em busca de sobrevivência e proteção, esses homens tenderiam a retomar a dinâmica da sujeição, presente em todas as instâncias de suas vidas, embora isso não implicasse em verdadeira conformidade.

A difícil situação atual dos trabalhadores entrevistados também pode agir no sentido de uma recriação do passado com filtros amenos. Elementos

²¹⁵ Sobre moradias de trabalhadores agrupadas e fornecidas pelo patrão, e seu fator de controle (embora em contextos diferenciados) é interessante ver LOPES, op. cit. e FONTES, Paulo. “Trabalhadores e cidadãos. Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50”. São Paulo: Annablume, 1997.

²¹⁶ Chama-se arisco um terreno *sílico-humoso*, ou seja, preponderantemente arenoso, mas de relativa fertilidade, próprio ao desenvolvimento de tubérculos.

hoje perdidos, como a labuta no *roçado*, não representavam apenas uma fonte de sobrevivência, uma necessária jornada extra de trabalho. As horas do *roçado* eram vistas também como momentos compartilhados com colegas e família. O próprio contato com a terra, o produzir alimentos, faziam parte da cultura desses homens: “*Eu acho bom trabalhar de enxada porque é o que nós come. Eu não sei se é porque eu fui acostumado, mas eu acho bom*”.²¹⁷ A fala de Zé Pindó, *acostumado* ao amanho da terra pelo cotidiano da sobrevivência (“*é o que nós come*”), também indica as parcas expectativas de uma categoria de trabalhadores, submetida às mesmas relações, de propriedade em propriedade.

Ainda dentro dos possíveis fatores de *acomodação* à situação de *moradores*, não se pode esquecer que a grande maioria dos trabalhadores em propriedades rurais na Barbalha dos anos 1960 não possuía qualificação para trabalhar em outros setores econômicos, como por exemplo, nas incipientes indústrias do período. Faltava-lhes também uma habilitação prática para prestação de serviços e não dispunham de pecúlio para tentar o pequeno comércio. Havia a alternativa de seguir para outras *fronteiras*, buscar terras incultas, ser um *posseiro*. Entretanto boa parte deles deixava-se ficar, submetendo-se aos ditames do proprietário, às pressões do trabalho e às obrigações, que embora não formalizadas por nenhum contrato, eram consagradas pelo costume.

Mesmo em meados do século XX, quando a legislação que visava estender ao homem do campo direitos já conquistados pelo trabalhador urbano, começou a ser efetivamente implantada na região, a *categoria de moradores* ainda atraía os proprietários, pois num primeiro momento, fornecer morada e terra aos homens a seu serviço os descaracterizava como assalariados, desobrigando os empregadores de algumas obrigações.

Concedendo-lhes o *roçado*, e alguns dias na entressafra para trabalhar nele, os patrões estariam dando continuidade a uma prática nascida ainda no século anterior, uma época em que o trabalho livre convivia com o trabalho escravo. Os proprietários visavam, assim como seus antecessores haviam feito, “minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de

²¹⁷ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

trabalho”.²¹⁸ O sistema de *roça*, mesmo “à *meia*”, ao auferir uma *renda* ao trabalhador, descaracterizava qualquer obrigação de salário. Desta forma, proprietários como os do *Tupinambá*, teriam à sua disposição homens leais, dependentes, cujos filhos seriam ajudantes e aprendizes — uma renovação da força de trabalho acessível e barata.

A criança, o filho do morador, convivia com o canavial e o engenho e brincava a seu redor, num cotidiano de infância em que as possibilidades de instrução formal eram quase inexistentes. As poucas escolas da cidade eram inacessíveis para os trabalhadores rurais. Na década de 60, professoras da rede municipal passaram a alfabetizar as crianças do *Tupinambá*, uma vez por semana: “*era três professoras porque foi aumentando os morador e tinha muitos filhos né? (...) era assim: pra nós que trabalhava na semana, quando era no domingo tinha aula pra gente*”.²¹⁹ As aulas aconteciam numa sala da casa que servia de morada para o feitor. “*E não tinha cadeira não. A gente sentava num chão que era tipo fosse um cimento,*” diz Socorro Sousa. Com o aparecimento das escolas públicas em Barbalha, parte da geração mais nova de moradores conseguiu estudar “na rua” e ir um pouco além do *Bê-a-bá* ensinado no sítio.

Para o filho de morador, o engenho era a escola para a vida, e ali, observando o pai, os mais velhos, o menino ia aprendendo. Uma *herança* constituída do conhecimento acumulado de mais de uma geração. Thompson, ao estudar aspectos da cultura popular na Inglaterra do século XVIII, chamou a atenção para este tipo de aprendizado informal que não funcionaria apenas como iniciação ao ofício, mas como um “mecanismo de transmissão entre gerações” “de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade”.²²⁰

Esta apreensão dos filhos como ajudantes e futuros trabalhadores, outro fator derivado do tipo de relação, estava implícita no sistema de dominação correspondente. Os meninos cresciam soltos à beira do engenho: entre uma brincadeira e outra, sempre por ali, caíam na vista do feitor ou do proprietário, que desta forma costumava arrebanhar novos trabalhadores. “*Nasci ali bem pertinho. O canto era lá mesmo. Minha vida de pequeno era*

²¹⁸ CARDOSO, Ciro F. S. *Escravo ou Camponês? : o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, p.58

²¹⁹ Socorro Sousa, em 29 de setembro de 2005.

²²⁰ THOMPSON E. P. *Costumes em comum*. op. cit, p. 17-18.

*viver naqueles brejos, né? Só brincando mesmo, aí quando eu comecei a trabalhar”...*²²¹

O destino do filho de um morador era ser também morador. Um destino embasado num aparente consenso das duas partes. A arregimentação destes meninos para o engenho era totalmente informal como o demonstram os relatos apreendidos. O *moleque* era colocado em alguma das funções simples: mais comumente, o *cambitar* como aconteceu com Dito Barnabé:

*Meu pai também só vivia lá. Trabalhando. E eu também só vivia lá. Meu pai botava fogo lá, e eu só vivia por ali. Aí eu já molequinho meio duro, né? Eu num queria ir, mas seu Zé Major (o arrendatário) disse: “Ô Queiroz, (feitor) cace um burrinho pequeno aí, e dê a esse moleque Barnabé, mode ele cambitar óio, aí eu fui cambitar óio.”*²²²



Foto 18 - Meninos *moradores* do engenho Tupinambá. Entre os anos 1950 e 1960. Fotografia atribuída a Elony Sampaio. (APES)

²²¹ FRANCISCO ALVES DO NASCIMENTO nasceu em Barbalha, em 13 de março de 1931. Foi “botador de fogo” do *Tupinambá* e de outros engenhos da região. Entrevista em 28 de setembro de 2005.

²²² Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

José de Figueiredo Filho descreveu o *cambiteiro*, que conduzia os burros que traziam as canas do eito até o engenho, como a “alma danada, afoita, alegre e barulhenta” do engenho.²²³ A figura do *cambiteiro* evocada pelo depoimento é emblemática para pensar essa introdução do menino nas lidas do engenho: funcionava quase como um rito de iniciação. Os meninos começavam a *cambitar* os olhos da cana, os *óio* no dizer de Dito, usados como alimento para o gado. A carga era menos pesada e mais fácil de conduzir na montaria. Com o tempo o menino crescia e passava a *cambitar* os feixes de cana até a moenda. Alguns permaneciam mesmo adultos nessa função, que demandava vários trabalhadores antes do advento do trator.

Esse modo casual de determinar funções para os pequenos ajudantes acontecia em todos os estabelecimentos da região. Francisco Alves, nascido 108no *Tupinambá*, conta que fugiu de Barbalha aos 11 anos porque “*meu pai queria me dar uma “pisa”, mode uma madrasta. (...) Aí nessa “pisa” que ele queria me dar eu dei uma fugida e fui bater em Serrita*”. Nesta cidade de Pernambuco, o menino foi trabalhar para Chico Romão, dono de sítio de cana de açúcar e engenho, onde aprendeu o ofício que praticou até a velhice:

*Chamava-se “Branquinho” esse engenho dele lá. Era fora da rua. Tinha o botador de fogo. O botador de fogo adoeceu. [Aí disseram:] “Vamos botar Francisco pra ir botando um foguinho enquanto o botador de fogo amióra” E nessa brincadeira eu botei fogo por toda a vida. E quando eu vim me embora já foi pra boca da fonalha de seu Elony[Tupinambá].*²²⁴

Havia meninos que assim que “pegavam corpo”, recebiam uma enxada para acompanhar o pai nas lidas da cana. Os filhos aprendiam com os mais velhos a semear os roletes de cana, as técnicas de limpeza e corte, os cuidados para evitar as cobras e outros bichos peçonhentos. Foi o que aconteceu com Zé Pindó, em seus primeiros dias no *Tupinambá*: “*Quando eu cheguei, começamo a limpar cana, depois cavava a cana inté de noite, cavando no claro, eu mais pai... Muitas vezes quando a lua era daquelas claras*”.²²⁵

É nessa perspectiva de uma *herança* que transcende as práticas e habilitações do ofício, inclui posturas, expectativas, valores e significados

²²³ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p.39.

²²⁴ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

²²⁵ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

compartilhados pela comunidade, que relatos de aprendizado dos operários do *Tupinambá*, como os exemplos abaixo, devem ser considerados.

Passei, passei, passei, cinco anos! Cinco moagens! Trabalhando e trabalhando no ponto de aprender, né? O que chamam mestre... Aí eu tomava de conta, trabalhava mais do que ele. Sabe? Pra eu aprender. Aí eu passei três anos trabalhando de ajudante do mestre. (...) Ele não fazia cuidado comigo. Eu trabalhava no meio, cuidava do meu e até como aprendi.²²⁶

Meu pai botava fogo lá. Meu pai botava fogo e eu só vivia por ali, aí eu já molequinho meio duro, né? eu fui espiar... aí os homens caixeando e eu espiando, temperando garapa e eu lá por dentro do engenho só olhando eles trabalhar. E por fim de conta eu aprendi tudinho dentro do engenho.²²⁷

Um *saber/fazer* que se produzia na observação e na prática e que teria implicações fortes na construção de experiências comuns. Dito Barnabé não foge a verdade quando diz ter aprendido *tudo* de dentro do engenho. Ao longo dos seus 55 anos como trabalhador do *Tupinambá* exerceu muitos ofícios, embora confessasse: “*O mais que eu gostava era caixear*”. Caixeando, Dito podia acordar mais tarde, pois só pegava “*de dez, onze hora pra lá*”, embora só parasse à noite. Mesmo com esta preferência, quando faltou um *botador de fogo* no engenho, Dito foi deslocado para essa função, que conhecia bem, pois aprendera observando seu pai, o velho Zé Barnabé.

O aprendizado continuava para os trabalhadores jovens, que passavam a categoria de ajudantes, executando os mais variados serviços e recebendo uma remuneração mínima. Em engenhos de açúcar do passado (com processos produtivos bastante semelhantes aos dos engenhos de rapadura do século XX), onde escravos e livres trabalharam lado a lado, observava-se uma freqüente intercambialidade de funções, que acontecia conforme as necessidades circunstanciais da moagem. Segundo estudiosos desse antigo universo de trabalho, essa constante troca entre os trabalhadores era possível graças a uma suposta simplicidade das tarefas do engenho, o que, por sua vez, conduzia a uma escassa especialização.²²⁸

²²⁶ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

²²⁷ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

²²⁸ Ver, entre outros, AZEVEDO, Esterzilda de. *Arquitetura do Açúcar*. São Paulo; Nobel, 1990, p.81; FERLINI, op. cit, p. 139. Schwartz, todavia, vê setores de trabalho nos engenhos de açúcar que demandavam conhecimento e habilidades: “O trabalho na fábrica do engenho era uma combinação de tarefas especializadas e semi-especializadas...” Embora concorde que

Este é um ponto de vista perigosamente generalizador. Dentro do engenho há funções que escondem sob a aparente simplicidade e repetição de gestos, conhecimentos e habilidades adquiridas, irreconhecíveis para quem não vivencia o processo, e ao mesmo tempo, preciosas para o bom andamento dos trabalhos da moagem. Ao observar a faina de um *metedor de cana*, por exemplo, deve-se apreender que além da agilidade e do esforço braçal, aquele operário utiliza um conhecimento *do tipo da cana*, para antecipar sua resistência ante o esmagamento. Dentro de sua faina repetitiva, o *metedor* ouve o som da moenda, distingue e incorpora o ritmo da máquina, fazendo com que ela nem “rode seca” nem seja sobrecarregada.

A cada ofício, poder-se-ia associar experiências e saberes próprios. Zé Fulô, que ainda jovem adquiriu o saber/fazer de mestre do ponto da rapadura, confessou que no engenho havia funções que nunca conseguiu dominar, como por exemplo, a de caixear:

*Teve muito caixeador bom. Muito. Teve muito caixeador bom. José Joaquim... Dito Bernabé era um bom caixeador... (Eu) Trabalhei deste tanto de moagem e nunca aprendi caixear! Nunca aprendi. Bati, e não aprendi caixear. E é uma coisa tão simples! Eu tenho um irmão, esse irmão meu que mataram. Ave Maria! O homem era veloz demais pra caixear rapadura, esse que mataram.*²²⁹

Pela vivência contínua dos muitos espaços de trabalho, a capacitação do ajudante ou do operário iniciante nunca acontecia apenas para um determinado ofício. As necessidades do patrão e as conveniências da moagem determinavam as oportunidades oferecidas. Tais impositivos faziam com que geralmente o ajudante, condicionado por suas aptidões, capacidades e limitações, passasse por quase todas as funções. Assim ocorria a maioria das iniciações dos operários.

Até os anos 1960, boa parte dos que se iniciavam no engenho eram filhos de operários. Para homens na *condição de morador* havia a absoluta necessidade do trabalho dos filhos para a sobrevivência da família. Quando estes se tornavam ajudantes no engenho passavam a ganhar metade do que recebiam os adultos.

muitos escravos da enxada eram escalados para trabalhar nos turnos noturnos das moagens, para este autor tais trabalhadores não seriam colocados nas funções de maior responsabilidade, como por exemplo, nas caldeiras e tachas. SCHWARTZ, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. op.cit., p.129-134.

²²⁹ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

*Quando eu comecei a trabalhar em Elony com catorze, quinze anos, meu maior ganho foi dois mil réis. Dois e quinhentos. Era aquele dinheiro que eu nem conheço mais. Dois e quinhentos. Por dia. Meu pai ganhava cinco mil réis. E eu ganhava dois e quinhentos.*²³⁰

Dentro da estrutura tradicional familiar que caracterizava o grupo de moradores, o ganho dos filhos muitas vezes passava diretamente para a mão dos pais. Era o que acontecia com o Sr. Pindó que tinha dois filhos empregados no engenho: Pedro e José. Este último disse a respeito de sua experiência de trabalho aos 16 anos:

*Só que nos primeiros tempos que a gente trabalhava, quem recebia era pai. Pai mesmo era quem gastava. O que ia dar a nós era quinhentos réis, dez toes...O que dava a nós era isso daí. Porque os pai de primeiro sabia criar os filhos, não é?*²³¹

Este controle paterno dos rendimentos acontecia até que aquele filho passasse à condição de operário, ou constituísse família e se tornasse ele mesmo um morador. Os componentes de hierarquia intrafamiliar ainda eram muito fortes no meio rural. Por isso, a situação dos jovens e solteiros era marcada por uma ambigüidade: a convivência entre as brincadeiras e a liberdade de escolhas no trabalho e a “responsabilidade inerente ao caráter indispensável do seu trabalho para a sobrevivência da família”.²³²

A contribuição do trabalho dos filhos para a sobrevivência do grupo familiar também acontecia fora do engenho. As crianças, bem cedo, aprendiam a trabalhar na agricultura. Muitos acompanhavam os pais nas lidas da cana, principalmente a partir do momento em que foi introduzido o pagamento por produção, ou a *empreita*. Embora a *limpa* permanecesse como um labor restrito aos homens, na etapa de plantio havia moradores que para dar conta da *arefa* não podiam prescindir do trabalho das filhas. Socorro Sousa foi uma dessas pequenas moradoras que trabalharam no brejo do *Tupinambá*:

Quando papai ia pegar a parte de cavação de cana, papai levava nós para a gente ir jogando os rebolos dentro das valetas, pra cobrir. Tudo que papai ia fazer a gente participava, que a gente tinha enxada. Papai fazia questão de ter enxada pra cada um...A gente

²³⁰ Idem.

²³¹ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

²³² Sobre o papel dos filhos homens na sobrevivência do grupo familiar ver: ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p.116

*saía de manhãzinha. O café, de manhã, era o café e às vezes uma xícara de farinha. Quando tinha café, né?*²³³

Contudo, não era no trabalho para o proprietário, e sim na atividade do *roçado* que ficava exposto de forma mais evidente o caráter de *trabalho familiar* associado à categoria de morador.

Os *ganhos* do engenho sempre foram muito pequenos, desde o tempo alcançado pela memória dos relatos. A remuneração monetária referente aos dias de trabalho — seis dias na moagem e um número menor de dias na entressafra — era insuficiente para a sobrevivência familiar. Na composição das relações de trabalho tradicionais dos engenhos de rapadura, a esses *ganhos* do engenho sempre foram associados determinados *complementos*, entre os quais se sobressaía o *roçado*. Todos os *moradores* tinham permissão de utilizar durante alguns meses do ano, uma parcela de terra do sítio, para plantar e colher feijão, milho, ou alguma outra cultura breve. Nesta parcela de terra, cuja localização era determinada pelo patrão através do seu feitor, o regime de trabalho *organizava-se em base familiar*: o morador *botava um roçado* e ali produzia parte substancial dos meios de vida.

O trabalho do engenho, os serviços para o patrão sempre se configuravam prioritários, por isso, o morador só podia cuidar de “sua plantação” nos raros momentos de folga — sobretudo domingos — o que se configurava como uma jornada extra de trabalho. Mesmo assim era imprescindível o suporte do trabalho da mulher e dos filhos, no plantio, limpa, vigilância e colheita, mesmo que esses — como testemunhou Socorro Sousa — ficassem privados da escola regular.²³⁴ Outras dificuldades, além do tempo dedicado ao *roçado* familiar, foram experimentadas por esses jovens trabalhadores que queriam aprender a ler:

*Eu ia pra escola, mas quem comprava o caderno era eu. Era umas caneta com uns bico, umas coisinha no pau. Nós comprava os tinteiro assim que era melando, assim escrevendo. Pagava mil e quinhentos da escola, que era assim dez tões e quinhentos réis, né? Caba juntava e comprava uma lata de gás de querosene pra estudar de noite... Era o maior sacrifício pra estudar. Eu acho que se não fosse isso eu sabia ler muito, mas nesse tempo pai não botava a gente pra estudar não. Tempo de inverno então, era na roça todo dia.*²³⁵

²³³ Socorro Souza, em 29 de setembro de 2005.

²³⁴ Sobre o trabalho em base familiar, ver MARTINS, *O Cativo da Terra*. op. cit.

²³⁵ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

Ao fornecer a terra ao morador, estaria justificado, no ponto de vista patronal, o baixo valor dos pagamentos ao trabalhador. O *roçado*, a entrega de garapa e rapaduras, a liberação da lenha, são vistos pelo patrão como *benesses*, como atos de doações, elementos de generosidade agregados à relação com seus moradores. Para estes, no entanto, tais *concessões* longe de serem encaradas como *vantagens*, seriam elementos básicos da sobrevivência: o complemento inegável às baixas remunerações, a compensação pela ausência de direitos. “O que é (visto de cima) um ‘ato de doação’ é (a partir de baixo) ‘um ato de conquista’.”²³⁶ Visões e experiências conflitantes entre patrões e empregados, que se reproduzem em outros aspectos das relações de trabalho na propriedade *rapadureira* e que vão compor a análise do embate entre controle patronal e resistência de trabalhadores.

2.2. “QUEM PRECISAVA DO EMPREGO, PRECISAVA DO GANHO, TINHA ERA QUE SE ACOSTUMAR”.

*Os alpendres das casas-grandes,
de par em par abertos, anchos,
cordiais como a hora do almoço,
apesar disto não são francos...*

João Cabral de Melo Neto
A arquitetura da Cana-de-açúcar

A escala relativamente menor dos engenhos de rapadura em relação aos empreendimentos produtores de açúcar — bangüês e usinas — criou espaços e condições propícias ao estabelecimento e à permanência de relações de trabalho caracterizadas como de cunho tradicional e paternalista. Um número mais reduzido de trabalhadores — a maioria *permanentes* e na condição de *moradores* — e a presença mais direta do patrão concorriam para que os contratos verbais e os acertos pessoais prevalecessem. Esses tratos diretos, por sua vez, se efetivavam em jornadas e tarefas acompanhadas de

²³⁶ THOMPSON, *Costumes em comum...* op. cit. p.69.

perto pelo empregador. A figura presente do patrão além de manifestar um controle pessoal de seus bens e de seus trabalhadores, podia funcionar como um chamado ao compromisso e a lealdade.

Submetido a este controle e vigilância (e impelido a trabalhar a qualquer hora que fosse necessário), o trabalhador, por outro lado, tinha um relativo acesso ao patrão para pedir adiantamentos, favores, concessões. As ligações entre moradores e patrões tomavam um caráter mais estreito (sem que isso representasse uma diminuição da desigualdade social) com envolvimento familiar através de fórmulas, há muito praticadas neste tipo de sociedade, como o *compadrio*. Ou seja, os vínculos de ordem pessoal camuflavam a antiga relação de dominação que se efetivava na esfera econômica, social e cultural.

Em sociedades *tradicionais*, a organização social embasava-se em relações de dominação e dependência, que reproduziam, em escala um pouco maior, os elementos de poder das antigas unidades familiares, onde o chefe — *o patriarca* — tinha sua vontade *inviolável* e exercia um poder quase absoluto sobre a vida dos seus. Daí a denominação de relações *patriarcais* ou *paternalistas*.

No Brasil colonial estruturou-se esse tipo de sociedade “em que o centro da política de domínio é a produção de dependentes”. Por mais de 300 anos, aqui se reproduziu uma situação de máxima dependência — a escravidão — que sempre conviveu, em laços mais ou menos estreitos, com outras formas de trabalho que implicavam em sujeição: “Escravidão e paternalismo, cativo e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda”.²³⁷ Uma sujeição que permeava, seja o mundo do trabalho livre, seja aquele onde vigorava o trabalho escravo.

Segundo alguns estudos, a forte presença da escravidão na sociedade brasileira deixou repercussões na estruturação de toda a vida social, discerníveis nas relações, atitudes e valores de seus habitantes. Emília Viotti ressaltou que entre os vários segmentos da sociedade brasileira “os tipos de controle das relações sociais” advindos do regime escravo “continuaram a ter plena vigência mesmo depois da superação da ordem social escravista e

²³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p.28 e 135.

colonial”.²³⁸ Uma herança efetiva, mesmo em regiões onde preponderava o trabalho exercido por pessoas juridicamente livres, embora submetidas a vários níveis de dependência:

...seria impossível, apenas numa perspectiva estatística, apagar as marcas da escravidão num contexto social determinado por distinções jurídicas e princípios hierárquicos assentados nas atitudes senhoriais dos proprietários e na deferência dos socialmente inferiores, cenário típico das sociedades patriarcais.²³⁹

Em tal concepção pode-se ressaltar em pleno século XX, a herança escravista das relações de morada — uma passagem literalmente concretizada em regiões do nordeste onde uma forma de trabalho substituiu a outra, após a abolição. Tal herança aponta para a cristalização da noção de liberdade associada à propriedade; e a noção de trabalho relacionada à servidão.²⁴⁰

Mesmo reconhecendo o estreito convívio no passado entre esses grupos sociais submetidos à dominação, é necessário compreender que as questões de relações e controle social, aqui discutidas, provêm de modelos sociais independentes. Ao caracterizar uma determinada sociedade como de cunho paternalista, pode-se incorrer nas armadilhas do uso generalizado de tal acepção, esquecendo as particularidades que a concentração de autoridade e controle — econômicos, sociais e culturais — vão tomar em cada contexto específico. Além disso, Thompson nos recomenda cautela no uso do termo paternalismo para a caracterização das sociedades, ao lembrar que, ao fazer isso, o historiador utiliza “uma descrição de relações sociais vistas de cima”²⁴¹.

Chalhoub apresenta uma definição convencional de paternalismo, a partir desta “visão de Casa Grande”: “trata-se de uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana”. Os trabalhadores e outros dependentes deste poder senhorial estariam “envolvidos na teia complexa do favor, que garantia a subordinação da pessoa por meio de mecanismos de proteção com contraprestação de serviços e obediência”.²⁴²

²³⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4ªed. São Paulo: UNESP, 1998, p.14.

²³⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano*. São Paulo: Edusp, 2005, p.20.

²⁴⁰ Ver, entre outros, SIGAUD, op. cit. e PORTO ALEGRE, “Fome de braços”... op. cit..

²⁴¹ THOMPSON E. P. *Costumes em comum*. op. cit.p. 29.

²⁴² CHALHOUB, op. cit. p.47, 48.

Se no Vale do Cariri, em meados do século XX, a coerção pelo medo e pela força já havia ficado no passado, a aceitação da *subordinação* e do *cativeiro* não podia ficar atrelada apenas às necessidades materiais de sobrevivência dos trabalhadores. Não se pode esquecer que a sociedade era organizada em bases patriarcais, onde além do controle político e econômico, as elites comerciais, e principalmente as agrárias, mantinham sobre as classes pobres um forte controle exercido na esfera cultural. Para Thompson, este tipo de dominação cultural é muito mais eficiente que o uso da força, uma vez que:

... uma hegemonia cultural desse tipo induz exatamente àquele estado de espírito em que as estruturas estabelecidas da autoridade e os modos de exploração parecem fazer parte do próprio curso da natureza.²⁴³

A essa dominação cultural corresponderia uma submissão que atravessava as gerações. Em termos gerais, era ainda sob forte domínio paternalista que se processavam as relações sociais de produção no *Tupinambá* em 1945, quando aconteceu a transição do administrador José Pereira Pinto Callou (Zé Major) para Elony de Sá Barreto Sampaio.

Zé Major ficara por mais de 40 anos à frente do *Tupinambá*.²⁴⁴ Arrendatário deste sítio, ele possuía outras parcelas de terra em Barbalha, o que pode explicar sua visão de mundo e sua postura de proprietário. Graças ao bom desempenho da propriedade sob seu comando e à relação próxima mantida com a família Sampaio, Zé Major determinava com bastante autonomia no *Tupinambá*. Aos olhos dos moradores, agia como se fosse o dono da propriedade. Muitos trabalhadores, pela própria longevidade do seu mando, acreditavam-no o verdadeiro dono das terras.

Portanto, nada a estranhar que a figura do patrão Zé Major fosse marcante para seus trabalhadores. E não apenas porque as relações de trabalho se construía nessa estrutura tradicional, de base patrimonialista, herança de um tempo anterior em que o senhor de engenho era senhor dos homens do engenho. Mas também porque Zé Major incorporava aquela figura idealizada de patrão magnânimo e protetor que concedia a moradia e *generosamente* permitia o acesso a terra: o provedor da subsistência.

²⁴³ THOMPSON E. P. *Costumes em comum*. op. cit, p. 46.

²⁴⁴ Administrador a partir de 1900 e arrendatário do *Tupinambá* de 1914 a 1945.

Tão forte era nessa época a imagem do patrão para seus trabalhadores e tão importante se tornou essa mudança de chefia, após quase meio século de mando de Zé Major, que os moradores, sempre um pouco afastados de uma cronologia formal em suas narrativas, utilizavam a figura do patrão como marcação do tempo. Forma empregada, ainda hoje, no relato dos acontecimentos: *“Tava com pouco de tempo que seu Elony tinha tomado conta daqui. Pouco tempo quando nós chegemos aqui”*.²⁴⁵

Desta forma, a mudança de administrador criou duas eras nas narrativas do *Tupinambá*: *o tempo de seu Zé Major, e o tempo de seu Elony*:

*Não, não foi no tempo de Zé Major, não. Foi no tempo de seu Elony já. Já foi de Elony. Essa virada do trator já foi no tempo de seu Elony. Zé Major já ficou atrás.*²⁴⁶

*Caba nunca passou fome no tempo de seu Zé Major (...) Esse pé de manga era a manga melhor do mundo que a gente comia. Tempo de seu Zé Major. O tempo de seu Elony não teve nada disso não. Tinha, mas ele só mandava vender. Tudo era pra apurar dinheiro.*²⁴⁷

Tal proeminência da figura do proprietário/administrador nas narrativas é perfeitamente compreensível, uma vez que todas as ações giravam em torno de sua vontade e esta interferia, como já foi salientado, na própria vida de seus trabalhadores. Em função dessa dependência, as expectativas destes moradores quanto às atitudes dos patrões, tomavam um significado maior. Isso concorre para que a avaliação dos patrões por seus trabalhadores varie bastante, conforme a situação em curso, na medida do preenchimento (ou não) das expectativas criadas.

Nos depoimentos recolhidos há momentos em que o patrão aparece como *bom*. Logo a seguir, o mesmo narrador pode evocar uma determinada situação em que o patrão passe a ser representado como injusto: alguém que explora e *judia* de seus trabalhadores. Há depoimentos em que as representações positivas e negativas se sucedem de imediato. *“Ele (Elony) não era de maltratar, ele não abusava ninguém, mas ele matava na unha, bem devagarzinho”*.²⁴⁸ Contradições aparentes que merecem ser consideradas.

²⁴⁵ Zé Fulô em 14 de setembro de 2003. Mais raramente é a figura do feitor que marca o tempo na narrativa: *“Rapaz eu num tô lembrado do ano que nós fomos embora... mas no tempo que nos saímos daqui era seu Lauro Luciano”* ZÉ PINDÓ, em 28 de setembro de 2003.

²⁴⁶ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

Por que o patrão aparece como *bom* e *ruim* no mesmo relato? Cabe aqui indagar: o que representaria um *bom patrão* para estes operários? As duas questões, fortemente interligadas, sofrem a ação da variante *tempo*. O julgamento do patrão, *bom* ou *ruim*, vai também se modificar à medida que as relações de trabalho vão sendo transformadas e próprio trabalhador passa a manter contato com outras formas de trabalho, outras relações de produção, se conscientizar de seus direitos, etc.

Quando o trabalhador apresenta seu patrão como *ruim* — há inclusive quem utilize o termo *cruel* — esta qualificação vem sempre acompanhada da devida explicação. Em quase todos os casos, trata-se de não cumprimento por parte do administrador, de determinados *deveres* que teria com seus empregados: “*Nada! seu Elony num me deu nada. Eu fui lá pra eu me aposentar, ele nem ao menos assinou, seu Elony. Ele nem ao menos assinou...*”²⁴⁹ Aposentadoria, casa, um chão de terra, *atenção* — são alguns dos elementos citados que lhes teriam sido negados após muitos anos de trabalho e moradia.

Ainda quanto às negativas de antigas prerrogativas dos *moradores*, acrescento aqui a narrativa de Zé Fulô que reproduz, à luz de sua memória construída, um diálogo com o patrão:

“*Seu Elony!*” “*Que é Zé Fulô?*” “*Seu Elony, a casa de meu filho caiu e eu queria que o senhor me desse a ordem pra eu tirar quinze forquilhas, pra levantar a casa.*” “*Quinze forquilhas, Zé Fulô? Qual é o pau?*” “*Home! O pau preferido que a gente tem, que é o amarelo, faveiro, não existe mais. Eu vou tirar aí qualquer pau.*” Aí [Seu Elony] virou-se pra Sitôncio [feitor] e disse: “*Ói! Ele vai tirar quinze paus, mas vá contar, viu? Veja se é só quinze pau.*” Aí eu me virei pra ele e disse: “*Seu Elony, tanto eu lhe trabalhei o senhor devia me dar era um chão pra eu fazer uma casinha pra mim.*” Ele torceu o pescoço assim, virou-se e fez mesmo assim pra mim [dedo apontado]: “*Olhe! Se você fosse uma mulher, eu ainda não dava um chão. E não me diga que me trabalhou tanto tempo não, porque você trabalhou, mas eu lhe paguei.*”²⁵⁰

Quando o trabalhador classifica seu patrão como *bom*, esta *bondade* está em não o tratar mal, em não corresponder às imagens (do passado ou do presente), de empregadores que maltratam e fazem sofrer seus dependentes: *Agora seu Elony era uma boa pessoa, eu mesmo gostava dele, ele não andava*

²⁴⁹ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

²⁵⁰ Zé Fulô em 1 de novembro de 2005.

*abusando ninguém, né?*²⁵¹ Outro trabalhador usa argumentação e palavras semelhantes: *Não tinha era abuso. Porque seu Elony não abusava ninguém né? Ali, o que muitos da gente achava bom, era o patrão que não abusava ninguém. Ele odiava quem chamasse uma má palavra no sitio dele*.²⁵²

Num exemplo das avaliações contraditórias, onde as circunstâncias influenciam fortemente a emissão dos julgamentos, o mesmo operário que chamou o patrão de *cruel*, afirmou, em outro momento, que *“ele não desfeiteava ninguém”*.²⁵³ Mais ainda: em entrevista realizada dois anos antes, o mesmo narrador o qualificara como *“melhor patrão do mundo”*:

Gostava dele, ele era um bom patrão, nunca judiou com ninguém. Elony foi um bom patrão, nunca judiou com ninguém. Eu já trabalhei com muitos patrões o melhor do mundo que eu achei pra trabalhar só foi Elony Sampaio e um juiz de direito em Catolé do Rocha.²⁵⁴

Não abusar, não desfeitear, não judiar; aqui estão implícitas comparações com outras situações, outros patrões e engenhos. Nesse caso, vêem mais favoravelmente o senhor do *Tupinambá*: *“O engenho de seu Elony neste ponto era bom. Juntava aquele horror de mulher, que ia deixar o de comer dos marido, aquilo... bebiam garapa, saíam com aquele bolinho de rapadura. Era. Porque tem dono de engenho que num deixa não”*.²⁵⁵

Todavia a comparação com o administrador do passado era inevitável, à medida em que o sucessor se encaixava ou não no modelo de patrão ao qual foram condicionados: *“E o tempo de Zé Major ainda era melhor. Zé Major não mandava tirar nada não. Era melhor porque seu Zé Major num tirava carne nem osso não. Ele não era como seu Elony não. Zé Major era muito melhor”*.²⁵⁶

Na visão dos trabalhadores, os *direitos* que lhes foram negados, caracterizam o patrão para qual trabalharam.

Zé Major ficou cristalizado na memória dos moradores mais antigos como o melhor dos patrões: dadivoso, atento ao bem dos seus empregados, um homem trabalhador e sempre presente junto a seus homens. Nessa idealização, Zé Major corresponde àquele patrão que cumpria todos os seus

²⁵¹ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

²⁵² Severino Antonio dos Santos, em 30 de setembro de 2005.

²⁵³ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

²⁵⁴ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

²⁵⁵ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

²⁵⁶ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

deveres paternalistas, exigindo trabalho e lealdade de seus homens, mas cuidando deles e de suas famílias. Sua figura ultrapassa os limites do tempo e passa a ser utilizada pelos operários mais jovens, que não o conheceram pessoalmente nem trabalharam sob suas ordens: o responsável por uma época quase *mítica*, em que os moradores eram considerados. Um tempo em que não haveria crise, desemprego, ou usina de açúcar no horizonte. Em que o pagamento recebido pelos serviços no engenho era pequeno, mas dava para viver. Uma época de mais fartura nas moagens e mais generosidade nos complementos ou nas contrapartidas da submissão (distribuição de leite, carne, acesso às frutas, adiantamento de dinheiro aos operários, etc). Um tempo ainda, em que os filhos dos moradores brincavam, e serviam nas brincadeiras, com os filhos do patrão. Trabalhadores mais antigos, como Tuta, verbalizam essa admiração: *“Quando eu nasci já era seu Zé Major. Ele era bom com os moradores. Seu Zé Major era tão bom, que eu nem sei dizer direito como era uma coisa dessa”*.²⁵⁷

Enfim, um patrão que cuidava de seus homens. A esse respeito são ilustrativos alguns fragmentos que se seguem da entrevista com René Grangeiro:

*Seu Zé Major era um homem de grande fibra, de grande conhecimento de administração e também humano, viu? Nunca faltou um pagamento no dia marcado e todos trabalhavam em torno de Zé Major... Nunca faltou nada para os moradores. Em 1932, quando houve o flagelo da seca, a seca terrível de 32, seu Zé Major não deixou nem uma família do Tupinambá ir para o campo de concentração lá do Crato. Viu? Lá, ele manteve esse povo todinho aí, ninguém foi para esse campo de concentração.(...) Naquela época os [trabalhadores] velhos como Paixão, Paixão já morreu com quase cem anos, e outros velhos, seu Zé Major mantinha aquele salário deles lá. Ou alguém deles vinha buscar, ou então ele mandava deixar, mas nunca faltou este pagamento. Conhecia muito bem o esforço desses velhos que trabalharam. Quando ele entrou no Tupinambá já encontrou eles trabalhando... Nunca faltou o apoio. Até na hora fúnebre ele tava lá. De todos esses que morreram já velhos aí. Era um grande administrador.*²⁵⁸

Mais importante que validar as narrativas é apreender que elas constroem a representação do patrão que preenche as expectativas desses trabalhadores. Nessa perspectiva em que o paternalismo é o modelo, os

²⁵⁷ Tuta, em dezembro de 2000.

²⁵⁸ René Grangeiro, em abril de 2003.

mecanismos de controle ficam embebidos nessas *atenções e concessões* aos moradores de tal forma que até a pequenez da remuneração é assimilada como um *mal menor*. A invasão em suas vidas familiares tem a contrapartida das doações de roupas, do auxílio em momentos de doença, da proteção, etc. A relação de submissão e dominação é camuflada pelas práticas paternalistas. Eis o bom patrão: por quem vale a pena estar sempre à disposição, com o qual a lealdade e a submissão exigidas terão uma *recompensa*, pois ele não faltará a seus moradores. Essa imagem está gravada na memória dos trabalhadores que o conheceram:

Agora eu vou dizer a voz de seu Zé Major. Ó, seu Zé Major, todo domingo, sem a gente trabalhar sem nada, amanhecia a calçada dele era cheia! Cheia de morador! Um pedia dez tões, outro pedia dois mil réis, outro pedia seis tões, outro pedia quinhentos réis. E ali ele dava. Inté a mulher dele se (zangou) num dia de domingo: “José! Hoje não é dia de pagar a ninguém não, José!” E ele dizia: “Rosinha! Eu sei quem tá precisando, Rosinha.”²⁵⁹.

O novo patrão, Elony Sampaio, vai ser um *bom patrão* na medida que mantém algumas das prerrogativas dos moradores aplicadas por seu antecessor. Todavia, Elony era um homem de formação e vivência diversas e suas ações também vão refletir as novas posturas de seu tempo.

Embora sua família houvesse sido formada dentro de uma estrutura familiar patriarcal semelhante à de seu antecessor no *Tupinambá*, Elony Sampaio vivera em Recife, metrópole e centro cultural da região nordeste. Aos 23 anos, conhecia bem a realidade canavieira da Zona da Mata pernambucana — onde sua família possuía engenhos — região onde o sistema produtivo sofrera alterações mais radicais e a indústria do beneficiamento da cana, há muito, tinha um caráter mais consolidado de economia de mercado. Esta experiência pernambucana contribuiu para que o novo administrador trouxesse consigo um entusiasmo inicial que o conduzia a abrir-se a novas idéias e a projetos de modernização. Além disso, se comparado a seu antecessor, Elony ao assumir o engenho, tinha menos vínculos com a terra e com a própria comunidade.

Ao mudar-se para o Cariri, Elony Sampaio passou a administrar também as outras propriedades de seu pai: os engenhos *Lagoa e Lamedor e*

²⁵⁹ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

os sítios *Barbalha*, *Venha-ver* e *Reformado*. Mas foi ao *Tupinambá*, que dedicou a maior parte de seu tempo e energia. Em seu primeiro ano de moagem, Elony ainda conviveu com o arrendatário que se retirava. Na visão dos trabalhadores esse tempo em comum foi um tempo de “passar instruções”:

Quando seu Elony chegou, aí Seu Elony queria tomar de conta, né? Mas Zé Major tava aqui. Mas ele não ia ficar aqui todo o tempo, né? Ele ficou aí só dando mesmo as instruções, depois que ele, [Elony] aprendeu as instruções, aí ele [Zé Major] foi se embora, morar na casa dele aí na rua.²⁶⁰

Não se pode dizer que a transição tenha sido brusca: após os meses de “administração compartilhada”, ao assumir plenamente a propriedade, Elony procurou, num primeiro momento, conservar algumas práticas no tocante ao trato com seus trabalhadores. Em 1945, passou a residir no próprio *Tupinambá*, na Casa Grande, edificação que pouco havia mudado desde sua construção por volta de 1850:

Zé Major morava no Tupinambá ainda e aí demorou um periodozinho, alguns meses pra desocupar a casa. Eu lembro tia Irene [esposa de Elony] contando que quando chegou lá ficou com uma tristeza... naquela casa velha, cheia de formiga naquele terraço todo, era tanta formiga que tinha na casa..²⁶¹

Para os empregados, morando tão pertinho, o novo casal despertou muita curiosidade. “No começo, ele [Elony] botava um microfone [alto-falante] tocando o disco que tinha uma musica bonita, que falava numa tal casa de Irene, e rodava o dia todo a música”.²⁶² Logo os moradores passaram a observar mudanças que iam bem além dos novos hábitos dos ocupantes da Casa Grande: o novo patrão gradualmente imprimia modificações nas relações de trabalho e no cotidiano da comunidade de trabalhadores.

Contudo, neste contexto onde Elony Sampaio veio praticar sua administração, as persistências do passado ainda eram fortes. A consistência das estruturas nessa sociedade tradicionalmente agrária fazia com que velhas formas de trabalho e relação se preservassem, mesmo num momento em que começavam a se evidenciar as contradições entre essas formas e as necessidades modernas de produção.

²⁶⁰ Tuta, em dezembro de 2000.

²⁶¹ EVERARDO VALADARES DE SÁ BARRETO SAMPAIO nasceu em Recife, em 1 de outubro de 1945. Professor universitário, irmão de Yony e Leonardo, é um dos co-herdeiros do *Tupinambá*. Entrevista em abril de 2005.

²⁶² Tuta, em dezembro de 2000.

A personalização e a confiança, por exemplo, continuavam a ter seu papel num mundo sem contratos formais ou carteira assinada. Persistiam os costumeiros deveres e obrigações dos moradores, assim como os compromissos de lealdade ao dono do engenho, no sentido de não aceitar tarefas em outras propriedades. Zé Fulô deixou tal compromisso bem claro, quando explicou porque não podia aceitar serviços fora do *Tupinambá*:

*Enquanto Elony moeu, viu? Eu não podia trabalhar em canto nenhum, que eu era morador! Eu tenho vinte e oito anos em moagem só em Elony. Porque eu não podia sair, eu era um morador. Aí eu só vim trabalhar em moagem fora, quando a Usina começou, que acabou as moagens lá em Elony.*²⁶³

Apesar de proteger seus trabalhadores e não permitir a entrada da policia no sitio para prendê-los em caso de arruaça ou bebedeira, *no tempo de Elony* diminuiu o papel de patrão *guardião*. Os trabalhadores continuavam a ganhar muito pouco enquanto as *benesses* e as práticas de doações começaram gradualmente a ser restringidas. Além do quê, como muitos afirmam, os tempos eram outros e o dinheiro — tantas moedas, tantas mudanças monetárias — tinha um valor de compra cada vez menor.

Para os trabalhadores estabeleceu-se logo outro contraste com a evocação de generosidade de Zé Major: o novo patrão fica conhecido como *mão fechada*. O acesso ao pomar é controlado e depois interdito; a lenha, que rareava, passa a ser racionada. E o que fez o trabalhador? *“No engenho uns povo se acostumou com seu Elony, outros não. É assim mesmo. Quem precisava do emprego, precisava do ganho, tinha era que se acostumar”*.²⁶⁴

Num empreendimento em que o tom e o ritmo do patrão influem fortemente nas questões do trabalho, a imagem construída pelo trabalhador do *Tupinambá* sobre o seu empregador advém não apenas da postura deste, mas também de sua trajetória pessoal.

Como co-proprietário e arrendatário do *Tupinambá*, Elony buscou implementar, sempre que possível, reformas visando a melhoria da produção. Neste aspecto podemos lembrar a introdução do alambique contínuo, o afastamento e elevação da chaminé, a eletrificação do engenho, a compra de tratores e caminhão e a preocupação em testar e utilizar as novas espécies de

²⁶³ Zé Fulô, em 02 de novembro de 2005.

²⁶⁴ Tuta, em setembro de 2003.

cana. Todavia após cerca de dez anos de dedicação intensa a este sítio e engenho — as outras propriedades paternas que administrava em paralelo exigiam menos atenção — Elony passou a aplicar seus rendimentos na compra de outras terras. Além de uma fazenda no sertão e um trecho na serra que abrigava seu gado, adquiriu outros três sítios, entre eles o *São José* em Juazeiro do Norte, com expressiva produção de bananas.

Multiplicavam-se os focos que exigiam seu cuidado. A presença de encarregados e feitores não o eximiam de um acompanhamento regular. O tempo tornava-se exíguo e a atenção fragmentava-se.

Embora reconhecidamente inteligente e brilhante, até por seus detratores, faltava a Elony Sampaio uma constância maior nos empreendimentos: parte das novidades e melhoramentos que gostava de introduzir teve vida breve: por um motivo ou outro foram sendo abandonados. A comercialização de uma cachaça de melhor qualidade e a idéia de fundar uma cooperativa de produtores nos anos 60 são exemplos de projetos de vida curta. Além de tudo isso, havia nesse dono de engenho uma alma de boêmio. Dono de bonita voz e de sólidos conhecimentos de música, Elony Sampaio dedicava parte considerável de seu tempo à composição²⁶⁵ e a tocar seu violão em casas de amigos ou em ocasiões festivas para as quais era convidado.

Elony também se envolveu na política, ainda nos anos difíceis da ditadura militar, reproduzindo em tom menor a postura oposicionista de seus irmãos pernambucanos, dois deles cassados pelo regime. Foi fundador do MDB local, pelo qual se elegeu vereador e suplente de senador. Sua carreira política não se estendeu muito, em parte por absoluta falta de apoio popular numa região ainda dominada pelas forças conservadoras, de famílias tradicionais se alternando no poder. Mesmo breve, este engajamento político também contribuía para o distanciamento da administração direta do engenho.

É oportuno salientar que as múltiplas atividades e postura mais afastada deste patrão acentuavam-se num momento em que as transformações no mundo do trabalho nos engenhos eram visíveis e

²⁶⁵ MARIA TEREZINHA DE JESUS COUTO, nascida em Barbalha em 12.03.1928, por mais de 40 anos escritã titular do Cartório de Registro e Imóveis, recorda ter feito o registro de mais de 100 composições a pedido de Elony Sampaio. Entrevista em 7 de abril de 2005.

generalizadas. Com a crise da rapadura, os produtores, principalmente aqueles de maior porte, passavam por um período difícil em seus empreendimentos.

O *Tupinambá* viveu suas últimas moagens na década de 70 com um administrador pouco presente. O contato com os trabalhadores tornara-se raro: as operações semanais de pagamento, antes quase que assumidas totalmente por ele, passaram a ser efetuadas pelos encarregados. À medida em que o patrão se afastava dos serviços, o papel do feitor ganhava mais importância.

O trabalho dos homens do *Tupinambá* sempre foi supervisionado por um *feitor*. O termo e o cargo remetem a um passado, no qual em propriedades como esta, mesmo com a atuação deste encarregado, o patrão ainda estava muito presente nos ambientes de trabalho:

*Seu Zé Major passava o dia andando: quando não era lá no engenho, era na entrada, era na calçada, rodeando tudo, a cavalo, ia pro corte de cana mais os trabalhador. Agora Seu Queiroz (feitor) era de dentro do engenho, vigiando lá as coisas.*²⁶⁶

O novo patrão manteve também o encarregado: *Seu Queiroz*, que já exercia há anos essa função no *Tupinambá*, continuou até cerca de 1955, quando se afastou e foi morar na cidade. Foi substituído por *Nézinho*, um neto muito próximo²⁶⁷, que passou cerca de nove anos como feitor desse engenho.

Queiroz e *Nézinho*, encarregados *longevos*, trabalharam (talvez não por coincidência) numa época em que os patrões, Zé Major e Elony, se faziam muito presentes nos espaços de trabalho e tomavam a si muitas das decisões que nos últimos anos do engenho passaram a ser assumidas por seus prepostos. As referências a esses dois feitores nas falas dos trabalhadores são revestidas do tom de nostalgia que envolve as evocações do tempo mais remoto: Queiroz e *Nézinho* aparecem como protetores, próximos dos trabalhadores, capazes de produzir no trato direto com os homens, boa parte das funções paternalistas de seus patrões — inclusive apadrinhar crianças:

*...tinha o finado Mané Queiroz [feitor], que morava em frente daqui de casa, era muito amigo de meu pai, era padrinho de Maria, padrinho de nós quase tudo, e nós somos assim, quando uma pessoa era padrinho de um da família, todos os outros chamava de padrinho também. Era padrinho Queiroz.*²⁶⁸

²⁶⁶ Tuta, em dezembro de 2000.

²⁶⁷ *Nézinho* era neto de Manuel Queiroz. Além de herdar-lhe o nome, casou com uma filha deste avô, ou seja, casou com uma tia. Por isso, nos depoimentos dos trabalhadores *Nézinho* ora aparece como neto, ora como filho, ou ainda como sobrinho de seu Queiroz.

²⁶⁸ Tuta, em dezembro de 2000.

Com a saída de Nézinho, que ao romper os anos sessenta vai trabalhar como encarregado no vizinho sítio *Lambedor*, os feitores do *Tupinambá* se sucedem com mais rapidez, cada um deles permanecendo apenas uma ou duas moagens. *“Depois que Nezinho saiu, ficou Raimundo Ciliro, depois chegou seu Lauro, um Lauro que tinha lá... Luciano, Lauro Luciano. E foi assim, né?”*²⁶⁹ Vários nomes aparecem nas narrativas, cada um ligado a um evento, a um comentário: *“Dele, entrou Agildo. Entrou um carroceiro velho que era aí de um sítio que era aí na entrada... Home! Entrou tanto encarregado ali. Só teve um miserável que foi quem fez eu deixar seu Elony. Foi o tal do Luquinha.”*²⁷⁰

Repete-se, embora com outros significados, a avaliação dos trabalhadores. O bom feitor para eles era aquele que não exigia muito dos homens, que apressava o patrão para que o pagamento fosse feito mais cedo, que não fazia conta ao ver algum operário surrupiar cachaça, pedaços de rapadura, etc. Bom feitor para os trabalhadores, feitor ruim para o patrão, que vai privilegiar e dar valor àqueles encarregados que tiram dos homens o melhor rendimento e não compactua com eles.

*Depois o gerente dele mais velho morreu, ele botou outro, não deu certo, botou outro, esse outro chamava, se chama Agildo, esse Agildo era muito bom também pros operários, foi quem melhorou, fez Elony soltar o dinheiro, aí também demorou pouco, Elony num quis ele não, disse que ele era muito bom pra trabalhador. E gerente bom pra trabalhador era ruim pra patrão. Aí ele saiu...”*²⁷¹

Os tempos eram outros e as relações de trabalho também se transformavam. Com o passar dos anos e dos feitores, as diferenças entre o *tempo de Zé Major* e o *tempo de Elony* iam se tornando mais evidentes. A maior rotatividade de homens na função de feitor acontecia em paralelo com um acúmulo maior de *responsabilidades* a cargo desses homens, em virtude da já citada diminuição do trato direto do proprietário com o trabalho do engenheiro e com os homens nele envolvidos: *“Tinha os encarregados. Era difícil Elony andar nesses brejos, era difícil”*.²⁷²

²⁶⁹ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

²⁷⁰ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

²⁷¹ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

²⁷² Severino Antonio dos Santos, em 30 de setembro de 2005.

O *Tupinambá* conheceu novamente a figura de um feitor estável quando em 1968, Elony Sampaio contratou um encarregado vindo de Pernambuco, chamado Naum. Este homem de família numerosa vai ter forte participação nas decisões do engenho até o seu fechamento em 1980. A partir daí, continuou sendo o encarregado da propriedade que passou a ser uma das fornecedoras de cana para a usina de açúcar.²⁷³

A funções do feitor, que nos tempos idos de Zé Major aparentemente ficavam mais circunscritas ao engenho, no *tempo de Elony* passaram a abarcar mais o controle dos outros espaços de trabalho — o canavial e as roças. Além disso, durante a *estabilidade* do período do feitor Naum, o proprietário tomou a decisão de mudar-se com sua família para o município vizinho de Juazeiro, abandonando a Casa Grande do *Tupinambá* no início de 1974, após quase trinta anos de morada. Este fato selou um distanciamento que já se configurava a algum tempo.²⁷⁴ Elony Sampaio, a princípio, continuou a vir diariamente ao *Tupinambá*, depois foi espaçando as visitas, cada vez mais breves. Nos últimos anos do engenho, o feitor Naum acumulava tantas funções e responsabilidades que no dizer dos operários havia *dominado* o patrão:

*Esse Naum era um homem grosseiro. Tinha marcação com o povo, mas era bom demais. Sobre pagamento, ele arranjou a confiança de Elony. (...) Quando terminava a moagem na sexta feira, ele pagava o pagamento. Também ele era quem vendia rapadura, fazia e desfazia, e pegava o líquido. A sobra, ele entregava líquido a Elony. Dominou mesmo. Naum dominou Elony, fez Elony ficar bom. Também era quem vendia rapadura, era quem pegava o dinheiro: ele tirava o dinheiro dos trabalhadores e entregava o saldo a Elony. Elony não pegou mais negócio de negociar rapadura, não. O negociamento de rapadura, Elony só vinha pegar o dinheiro. Só o que sobrava pra ele, só a parte dele.*²⁷⁵

O feitor apontava diárias, acertava empreitas, marcava as *tarefas*. Na entressafra, cabia a ele localizar e determinar os lotes de terra concedidos a cada morador, e certificar-se de recebê-los a cada mês de julho, prontos para

²⁷³ O novo encarregado vinha com recomendações de pessoas relacionadas tanto aos Sampaio, quanto aos descendentes de Zé Major. Naum continuou no *Tupinambá* até falecer em 1994. A partir daí o sítio ficou a cargo de seu filho Sitinho.

²⁷⁴ Segundo Irene Sampaio, com a mudança buscavam um conforto que a casa antiga não proporcionava. Além disso, argumentava Elony, estariam mais próximos do sítio *São José*, no distrito de Palmeirinha, Juazeiro do Norte. Outro aspecto a se considerar é que apesar do arrendamento do *Tupinambá* ter sido mantido após a morte de Dr. Junior em 1971, a família vivia um período de processo de partilha.

²⁷⁵ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

pastagem. Na safra, a responsabilidade adicional de determinar as áreas de corte, o horário do início e o fim do serviço, supervisionar o trabalho dos cambiteiros, carroceiros e depois tratoristas. Controlar o ritmo do corte e transporte, não deixar faltar cana para a moenda, dar ordens para rodar e para parar o engenho: *“Quem parava, aqui quando nós trabalhamos, quem mandava parar o engenho era o gerente, né? Mestre e trabalhador, nenhum tinha o direito de mandar parar o engenho não”*.²⁷⁶

O bom andamento da moagem não era coisa simples de se estabelecer. Combinar o ritmo do trabalho mais tradicional do canavial com o ritmo mais organizado e *industrial* do engenho exigia muita “arte” de quem gerenciava os trabalhos, papel exercido pelo feitor *no tempo de Elony*. Essa singularidade quanto aos dois espaços simultâneos de trabalho, própria dos processos de beneficiamento de cana, sempre existiu: “De certa maneira, todo o latifúndio — canavial e fabrica — era uma série de processos integrados; nos quais era preciso ter habilidade considerável para programar e integrar o corte, o transporte, a moagem, a fervura e a secagem, que exigiam muita experiência e talento”.²⁷⁷

Nos últimos anos de moagens do *Tupinambá*, com o afastamento maior do patrão, Naum passou a organizar o emalamento, o armazenamento, e a própria comercialização das rapaduras. O feitor tomou a si as mesmas responsabilidades, nos períodos em que as batidas substituíram as rapaduras. *“Era 34, 36, 38 cargas de batida e nós fazia batida, hoje, quando terminava, amanhã já continuava outra! Encheu o engenho. Seu Elony nem aparecia. Quando era no sábado, seu Elony vinha só buscar o dinheiro”*.²⁷⁸

Além das mudanças particularizadas desta administração, as transformações que ocorriam no próprio mundo do trabalho, como um todo, se aceleravam. No Cariri, embora as antigas ligações paternalistas não se desfizessem com a rapidez e o caráter de ruptura que caracterizavam as regiões da monocultura da cana, eram inegáveis as transformações nas relações de produção. Havia uma oferta maior de trabalhadores *de fora* para a safra e o sindicato rural começava a atuar como instrumento de divulgação de

²⁷⁶ Zé Fulô, em 2 de novembro de 2005

²⁷⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. op. cit, p.94.

²⁷⁸ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005

informações e na tentativa de articular as relações entre padrões e empregados.

De um lado, a proximidade da cidade, da *modernidade*, o aparecimento das novas formas de trabalho, passíveis de regulamentação. Do outro, moradores submetidos à baixa remuneração e às relações do passado, calcadas na informalidade. Os trabalhadores de engenho tornavam-se cada vez mais conscientes da sua situação de pobreza, incerteza e ausência de direitos, à qual permaneciam submetidos em troca de benefícios que estavam desaparecendo.

A esta conscientização dos moradores, perfeitamente discernível em seus relatos, parece não haver correspondido comportamentos ou ações que indicassem uma postura diferente da costumeira *acomodação à situação*.

Todavia, é preciso examinar, com olhos bem atentos, as atitudes de aparente conformidade dos trabalhadores rurais. Thompson afirmou que esta *adaptação* do trabalhador não impedia a existência do ressentimento ou ações de resistência, por ele denominados de “atos sub-reptícios de protesto ou vingança”,²⁷⁹ que podiam se efetivar em múltiplas formas. Ou seja, a subordinação dos trabalhadores não implicava necessariamente em passividade: mesmo na situação de sujeição estes homens eram capazes de encontrar formas de perseguir seus próprios objetivos ou de afirmar algum tipo de diferenciação.

Tolhidos entre a consciência de sua situação de opressão e exploração, o desejo de melhorar suas condições de vida e trabalho, e o temor de represálias, os trabalhadores rurais buscariam seus próprios caminhos:

Em circunstancias comuns, os dominados tem um forte e explicável interesse em evitar qualquer demonstração explícita de insubordinação. Eles, também, é evidente, tem ao mesmo tempo, um interesse prático em resistência — em minimizar as demandas, o trabalho, e humilhações aos quais eles são submetidos. A reconciliação desses dois objetivos, que parecem levar a caminhos opostos, é comumente alcançada perseguindo justamente aquelas formas de resistência que evitam qualquer confrontação aberta com as estruturas de autoridade que são objeto da resistência. Por isso os camponeses, no interesse da segurança e do sucesso, tem historicamente preferido disfarçar sua resistência. Se fosse uma questão de controle da terra, eles iriam preferir uma posse discreta, pontual, àquela invasão de terra desafiadora; se fosse um problema

²⁷⁹ THOMPSON Edward P. *Costumes em comum*. op. cit, p. 46.

de taxas, eles dariam preferência a uma simples evasão fiscal, no lugar de um movimento de protesto contra os impostos; se fosse uma questão de direitos sobre os produtos da terra, eles iriam preferir a caça escondida ou o furto, em vez de uma apropriação mais direta.²⁸⁰

James Scott dedica-se ao estudo de resistências camponesas à dominação, inseridas em suas labutas cotidianas: “Para os trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível”.²⁸¹ A própria dureza dos seus cotidianos de trabalho ajuda a explicar porque prevalecem essas formas sutis e silenciosas de resistência, em vez de outras formas de luta mais coletivizada e organizada.

Os trabalhadores do *Tupinambá*, de cujas narrativas emerge um forte sentido de comunidade, não possuíam qualquer “organização”, no sentido tradicional do termo. Para eles, havia também um passado de dominações e laços de patronagem, elementos que fortaleciam as relações de dependência, e conseqüentemente contribuía para inibir manifestações. Todavia, sob a postura de aparente acomodação esconde-se uma verdadeira compreensão das situações de trabalho e vida a que estão submetidos. O conflito e a resistência existem: mesmo atenuados, estão bastante presentes nas falas dos trabalhadores do engenho:

*Aí ele [o feitor] veio com uns grito não sei o que, e eu disse: “Ó! Não me grite não, que eu não sou de ninguém gritar com eu não! O senhor gritava lá no lugar que o senhor morava lá no sertão, lá no Jardim, no Cotovelo. Lá você era acostumado a pegar gente e amarrar no animal e sair arrastando. Mas aqui o senhor não faz isso não.” Mas eu disse mesmo!*²⁸²

Falas como esta sinalizam que a resistência não se origina apenas a partir da exploração do trabalho e das apropriações materiais, mas,

²⁸⁰ Em tradução livre: “In ordinary circumstances subordinates have a vested interest in avoiding any *explicit* display of insubordination. They also, of course, always have a practical interest in resistance — in minimizing the exactions, labor, and humiliations to which they are subject. The reconciliation of these two objectives that seem at cross-purposes is typically achieved by pursuing precisely those forms of resistance that avoid any open confrontation with the structures of authority being resisted. Thus the peasantry, in the interest of safety and success, has historically preferred to disguise its resistance. If it were a question of control over land, they would prefer squatting to a defiant land invasion; if it were a matter of taxes, they would prefer evasion rather than a tax riot; if it were a question of rights to the product of the land, they would prefer poaching or pilfering to direct appropriation”. SCOTT, *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. op. cit., p.86.

²⁸¹ SCOTT, James. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. *Raízes*. v.21,nº 1,p.11.

²⁸² Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

principalmente, do padrão de humilhações pessoais que caracterizam e acompanham a exploração. Pois, segundo Scott,

enquanto a apropriação material pode, de fato, ser levada a cabo de forma bastante impessoal (...) a dominação é geralmente mais individualizada — um trabalhador presta deferência como pessoa, é punido como pessoa, é ofendido como pessoa. É, portanto, a dominação, sem a qual nenhuma apropriação tem lugar, que de forma particular deixa sua marca na dignidade pessoal — quando não o faz na própria pessoa física. (...) É a experiência das indignidades que forma a ponte entre sua condição e sua consciência.²⁸³

As narrativas contem alguns momentos de revolta, questionamentos, afastamentos da deferência habitual, que denotam resistência à sua condição e que se aguçam a medida que aumenta a percepção das mudanças que vão permeando o seu mundo:

*Olhe eu perdi minha vida em Elony e Elony foi muito ruim comigo. Se for possível hoje eu ainda digo a ele. Ele foi muito ruim comigo. Que eu ajudei muito ele, mas ele foi muito ruim comigo. (...) Nós não temos uma nesga de nada. Todo mundo aqui tem um pedacinho de terra na terra de Elony, menos eu...*²⁸⁴

Insatisfações como estas citadas, presentes de forma explícita ou sutil na narrativa de um trabalhador, podiam não se tornar base para outros tipos de ações. Entretanto assumiam a significação de um lembrete vivo, por si e pelos outros, da sua condição de pobreza, necessidade e sujeição.

No *Tupinambá*, lugar de vida e trabalho intensamente ligados, todas as ações tinham como motivação maior a luta pela sobrevivência. A resistência cotidiana dos trabalhadores estaria tão diluída no dia a dia, igual e recorrente de geração a geração, que não haveria por parte desses homens uma verdadeira assimilação de que suas falas e ações fossem formas efetivas de oposição. Em função de oportunidades havia quem fabricasse sua rapadura da “borra” que servia para alimentar os animais do patrão, ou quem surrupiasse um pouco de cachaça:

²⁸³ Em tradução livre de: “For while material appropriation may, in fact, be carried out quite impersonally (...), domination is usually more individualized — one pays homage as a person, is punished as a person, is slighted as a person. It is thus the domination, without which no appropriation takes place, that particularly leaves its mark on personal dignity — if not on the physical person”. SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. op. cit. p.112-113.

²⁸⁴ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005

Mas a gente, até mesmo no trabalho a gente gostava de beber uma coisinha. Escondido né? Tinha um destilador, né? O destilador dava pra nós aquela coisinha escondido. Outra hora nós roubava... [risos] tinha uma pipa cheia! Eu lembro que tinha uma pipa cheia, um depósito no alambique nós inventamos amarramos um cano e ia baixando e a gente aumentando o cano. Com pouco tava um cano desse tamanho e a bicha secando lá... a gente bebia cana roubada²⁸⁵.

Um alambique encostado na boca da fornalha!. Eu enchia era um litro e escondia e passava o dia todo bebendo do alambique.²⁸⁶

Tais ações poderiam ser encaradas como apropriações — do que julgavam lhes caber “por justiça”, ou do que o patrão teria em excesso. Pequenos furtos que aparecem na evocação saudosa do trabalhador Barnabé: “*mais eu tenho saudade da garapinha, de um bolinho de rapadura que a gente tirava...*”²⁸⁷ Segundo Zé Fulô, o roubo de pedaços de rapadura ou batida era uma atividade generalizada:

Eles não deixavam não, mas a gente tirava escondido. (...) Trabalhador de engenho é ladrão mesmo! [risada] Todo trabalhador era ladrão, viu? Na época não existia garrafa, quem diabo era que sabia água gelada, coisa nenhuma? Aí a minha velha comprou uma panelona assim de uns oito litros, e levava com água. Com a tampa, né? Aí quando nós bebia água, que quebrava um bolinho de rapadura e pá! Quando eu ia pra casa eu ia com a panela cheia.²⁸⁸

Scott lembra que a ocorrência de furtos “é quase uma marca permanente das comunidades agrárias estratificadas em todos os momentos e lugares em que o estado e seus agentes são insuficientes para controlá-lo...”²⁸⁹ Todavia, pode-se compreender os furtos como uma forma particular de resistência, eivada de significados: “Uma categoria tão simples como o ‘roubo’ pode evidenciar, em certas circunstâncias, tentativas prolongadas de defender antigos usos de direito comum, por parte dos aldeões, ou de defender emolumentos sancionados pelo costume, por parte dos trabalhadores”.²⁹⁰

Com o furto, o trabalhador quer dizer que sua necessidade material tem prioridade sobre os direitos de propriedade formais do patrão. E o que

²⁸⁵ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

²⁸⁶ Francisco Alves, 28 de setembro de 2005.

²⁸⁷ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

²⁸⁸ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

²⁸⁹ SCOTT. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. op. cit. p.22.

²⁹⁰ THOMPSON, *Costumes em comum...* op. cit. p. 69.

pensar do furto acontecer com materiais que ele mesmo participa da fabricação, os quais recebe como *doação* em quantidades mínimas aos sábados? Neste sentido, não é tão simples identificar as intenções dos sujeitos: discernir o quanto haveria de “ganho imediato” e de “resistência” em ações como estas, que além dos furtos e sabotagens sutis, podem incluir a falsa submissão e o corpo mole nos serviços pagos por jornada.

É ainda Scott que enfatiza que nessas circunstâncias de dominação pessoal, as formas cotidianas de resistência não exigem planejamento. Evitam a confrontação direta com os patrões ou com outras formas de autoridade; buscam não atrair atenção sobre si e necessitam do silêncio cúmplice dos camaradas.²⁹¹ São formas cautelosas de ação que não chegam a ameaçar a base da estrutura de desigualdades, quer seja de forma material ou simbolicamente. O que elas representam, porém, é um constante processo de teste e renegociação das relações de produção entre as classes.

No caso dos trabalhadores de engenho de rapadura, muitos desses atores sociais tendiam a permanecer em silêncio sobre suas intenções, sempre imbricadas na própria luta cotidiana. Também não há a necessidade de assumir que quaisquer ações de resistência fossem sempre resultado de um consenso. A obrigatoriedade da labuta diária na moagem e na entressafra já poderia ser um fator suficiente de união e motivação. A sobrevivência, nesse contexto, deve ser encarada como um ato de resistência.

Nos anos 70 esses homens sentiam-se envelhecer, à medida que os trabalhos de fabricação de rapadura e batida tornavam-se mais escassos. Na velhice, eles não viveriam a condição de pai de morador, uma vez que seus filhos não seriam mais trabalhadores do *Tupinambá* ou de propriedades semelhantes. O que aconteceria com eles, e suas famílias, quando fossem obrigados a parar de trabalhar era incerto. Os trabalhadores também ignoravam se poderiam manter as moradias que ocupavam. Inquietudes como estas contribuíam para deixar mais aparente a fragilidade de suas situações. Essas dúvidas faziam parte do dia a dia daqueles homens, questões que possivelmente não preocuparam seus pais.

²⁹¹ SCOTT, Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. op. cit. p. 14.

E como não insistir na instabilidade da condição de morador agregado ao sítio? O “direito” à moradia podia desaparecer a qualquer momento, bastava o patrão assim o desejar.

Zé Fulô, casado e com muitos filhos para criar, tendo a consciência da insuficiência de seus ganhos e sem perspectiva de melhoras (afinal já era o mestre da rapadura!) decidiu tentar a sorte em Fortaleza. Viajou com toda a família, abandonando o engenho e a morada. Após pouco mais de um mês na capital, já desiludido, resolveu voltar. Tendo sido um bom operário, cumpridor de horários, Zé Fulô acreditou que seria recebido de bom grado e tudo voltaria a ser como antes. Contudo, muito tempo passara desde aquele longínquo ano de 1948, quando o feitor Queiroz caracterizara seu patrão: *“Elony gosta de morador!”* A situação era outra: havia mais competitividade no mercado de trabalho, um sindicato rural em atividade e mecanismos de fiscalização trabalhista. Além disso, boa parte das casas de moradores do *Tupinambá* havia sido derrubada pela expansão urbana. Não interessava ao patrão, já vivendo uma certa crise da rapadura, investir em novas construções. Para completar havia o temor patronal do *uso capião*. De modo que, apesar de ter encontrado a casa em que vivera desocupada, seu patrão disse: *“Pra trabalhar ele pode trabalhar, mas morada eu não dou mais a ele não porque eu não mandei ele ir embora!”*²⁹² O patrão jogou com as necessidades de um trabalhador que voltava de mãos vazias. Zé Fulô, que voltou a trabalhar com o mesmo *ganho* e a despesa adicional do aluguel de uma casa, completou num tom amargo seu relato:

*Tá certo, ele até aí ele foi certo... mas teve esse negócio que eu servi muito a ele e ele não me deu a casa não. (...) Eu... veio na minha boca dizer que ele não tinha me pagado nem o tanto que eu merecia, porque hoje o cabra trabalha de carteira assinada, trabalha um mês, já recebe direitos, imagine os vinte e oito anos que eu trabalhei.(...)Olhe eu perdi minha vida em Elony e Elony foi muito ruim comigo. Se for possível hoje eu ainda digo a ele. Que eu ajudei muito ele, mas ele foi muito ruim comigo. Ele não me deu a casa!*²⁹³

Ao recordar momentos como este, em que a morada lhe foi negada, o trabalhador ressentido das perdas, como se quisesse lembrar a seus patrões

²⁹² Fala do patrão recriada na narrativa de Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

²⁹³ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

os deveres e as funções do paternalismo. O equilíbrio costumeiro, vivenciado por seus pais, havia sido rompido.

O trabalhador ficava impotente, e não era vantajoso se indispor abertamente com alguém, cujo testemunho seria necessário para a obtenção de sua aposentadoria. O processo de aposentadoria rural para esses homens já era por si só complicado, para que abdicassem do depoimento do patrão:

Eu já. Mas Ave Maria! eu quase não me aposento, eu já tava era com raiva. Porque era uma maçada velha. “Venha amanhã!” E o cabra chegava e... “Venha em cinco dias”. “Os papel de fulano de tal, os papel de sicrano...” Tem que apresentar testemunho que a pessoa trabalha, tem que apresentar roça. Tem tudo no mundo. Tem o INCRA da terra pra mostrar. É trabalho pro pobre se aposentar.²⁹⁴

A conquista da magra aposentadoria rural — do FUNRURAL, como eles ainda se referem — podia se constituir um problema. Nem todos haviam contribuído regularmente para o sindicato. Havia então a necessidade de testemunhos. A presença do patrão para dar o depoimento favorável ao trabalhador era incerta. Ia depender do humor e dos favorecimentos em relação àquele operário. O processo se tornava então mais lento ainda. Essa aposentadoria, mesmo *magra*, tornou-se a pensão possível para aquele tipo de trabalhador. Além disso, com o desemprego crescente na região, em muitos casos, ela passou a se constituir a única fonte de renda para famílias estendidas de ex-trabalhadores.

Zé Fulô só veio a receber seu primeiro “aposento” aos 64 anos, passados quatro anos da idade inicial permitida. Ele havia pago muitos anos ao sindicato, e após muitas idas e vindas, conseguiu regularizar os valores que faltavam. Todavia surgiu outro entrave:

O tanto que eu sofri pra minha aposentadoria vou lhe dizer...Aí ele [o presidente do sindicato rural] perguntou: “Cadê seu registro?” Casamento civil. Aí quando eu me casei, a gente não sabia como era..Pede o nome da profissão da pessoa, né? Eu botei como operário, não era pra eu ter botado como operário! Lai vai mais um problema. (o presidente do sindicato) Chegou e disse: “É.. ainda vai ficar é ruim pra você.” Eu disse: “Por que?” “Porque você botou aqui operário! Não era pra você ter botado como operário! Era como agricultor.”²⁹⁵

²⁹⁴ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

²⁹⁵ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

O *nome da profissão*, que se tornou mais um elemento de dificuldade para a realização da aposentadoria de homens como Zé Fulô é emblemático da ambigüidade de suas condições de operários e agricultores. De fato, estas duas categorias de trabalho que conviviam lado a lado dentro da propriedade, na maioria das vezes eram assumidas conjuntamente pelo mesmo trabalhador. Sítios como o *Tupinambá* eram empreendimentos onde não ocorria uma verdadeira dissociação dos espaços de trabalho — eito e fábrica — a moagem era o complemento e a finalização de um processo produtivo que começava na plantação de cana no brejo. Uma seqüência de operações onde agricultores e operários distribuíam-se em múltiplas, diferenciadas e complementares funções.

2.3. FOGO VIVO – A ARTE DE FAZER RAPADURA: DO CAMBITEIRO AO MESTRE DO PONTO.

*em qualquer das cinco tachas
de um bangüê sei cozinhar;
sei cuidar de uma moenda,
de uma casa de purgar.*

João Cabral de Melo Neto
Morte e Vida Severina

Os trabalhadores, com quem conversei, costumam falar das lidas do engenho com muita familiaridade e domínio do assunto. São seus relatos do cotidiano de trabalho que explicam o que cada atividade exigia de força, rapidez, resistência, conhecimento e habilidade. Eles também falam dos horários, da jornada de trabalho de seus ofícios e do que implicavam em maior ou menor controle do feitor. Nas narrativas dos operários da moagem encontram-se referências não só aos aspectos específicos de suas próprias funções, mas a todo o processo da cana, desde seu plantio. Alguns entrevistados chegam a tecer comentários sobre a maneira como as rapaduras eram comercializadas pelos patrões.

Mais do que confirmar experiências do aprendizado diversificado que estes homens vivenciaram, tal demonstração de conhecimento, no meu

entender, reflete um interesse construído cotidianamente no fabrico de rapaduras, do qual eles se sentem participantes. Isto sinaliza a dimensão que o trabalho toma em suas vidas, mas também insinua a forma como este trabalhador vê a si próprio em relação ao processo produtivo. Algo inesperado, haja vista a falta de educação formal desses homens, suas condições de trabalho, e a não existência de qualquer participação do operário nos lucros e rendimentos do engenho.

Havia, entretanto, limites para esse caráter polivalente de funções em um operário de engenho: para manter uma boa produção de rapadura de qualidade, determinadas tarefas exigiam certo grau de conhecimento empírico e adestramento que poucos homens iriam atingir. Sendo o *Tupinambá* um engenho movido predominantemente por trabalhadores fixos, moradores de muitos anos, pode-se acompanhar como aconteciam as *especializações* dos operários em determinadas tarefas.

Homens que trabalharam mais de vinte anos neste sítio e engenho, como por exemplo, Zé Gamenha, Zé Pindó, Dito Barnabé, entre outros, têm em comum nos seus relatos espontâneos, as experiências vividas em várias etapas do processo produtivo. A partir de um determinado momento em suas narrativas de vida, eles passam a tratar de uma certa constância em uma função, na qual vão adquirindo rapidez, habilidade, *ganhando seu lugar*. É possível discernir essas trajetórias, que indicam como aconteceram essas orientações por determinado ofício e até que ponto elas foram escolha do trabalhador, ou do patrão. Percebe-se que o proprietário, através do seu feitor fazia com que os trabalhadores fossem colocados e permanecessem nas tarefas onde podiam render mais. E esse *render mais* passava pela qualificação do operário: a natural e a adquirida. Zé Pindó, por exemplo, após alguns anos de trabalho na fornalha, voltou para o canavial onde havia começado a trabalhar ainda muito jovem:

Eu trabalhava na caldeirada no engenho aí me tiraram para cortar cana. Aí eu queria sair [da cana] e eles [patrão, feitor] disse: “Não. Ele não sai mais não, que ele é muito cortador de cana. Ele não vai sair de lá não. Deixa ele no corte mesmo”. Eu queria sair e não me deixaram mais sair do corte de cana.²⁹⁶

²⁹⁶ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2005.

Fica claro que interessava mais ao patrão que Zé Pindó permanecesse no eito; um trabalho mais duro, e que ele possivelmente desempenhava bem e com rapidez. O narrador não demonstra encarar essa volta ao eito como algo ruim: ele apresenta e incorpora a justificativa do patrão “*ele é muito cortador de cana*” e em outros momentos afirma: “*De todo jeito eu achava bom trabalhar. Mas o ganho era fraquinho nesse tempo, o ganho era fraco, era fraco demais*”. Sendo o ganho e as condições de vida fundamentais na vida desses homens submetidos a uma vida de pobreza, neste caso em particular a diretiva do patrão acabou trazendo algo de positivo para o trabalhador. Zé Pindó e seu pai foram dos primeiros a trabalhar no regime de empreita, feita diretamente com o patrão:

E aí trabalhei muito de noite também. Cavei muita cana de noite. Tinha o interesse de ganhar, né? Na empeleita quanto mais trabalhar mais ganha. Meu pai dizia: “Meu filho vamos trabalhar agora de noite?” E eu dizia: “Vamos”. E eu sempre gostei de trabalhar mais pai e aí quando era claro de noite nós trabalhava até onze horas da noite, onze e meia. Às vezes era escuro de noite, mas no outro dia amanhecia o dia claro e nós ia quatro hora, três hora, assim da manhã. Ia cedo. Onze horas, doze horas, nós vinha almoçar, uma hora voltava de novo, era assim, até quando terminava o serviço.

Em pouco tempo o patrão o colocou como *encarregado* de uma propriedade próxima, em que se plantava cana-de-açúcar e onde podia usar o resto do terreno como um *sítio*: cultivar feijão, milho, e mesmo culturas demoradas como a macaxeira, pois não havia criação de gado: “*Aí foi o tempo que eu me casei, fui pra Bolandeira tomando conta do terreno lá e fiquei sempre no trabalho. Cortava cana, alimpava, tratava... morando lá*”.²⁹⁷

As narrativas nos levam a perceber que a indústria da rapadura propiciava ocupação de trabalhadores nas mais diferentes etapas de produção. Desde as funções mais simples às mais elaboradas e de maior responsabilidade, sejam elas realizadas no brejo, na plantação, no transporte e no beneficiamento da cana. O eito e o engenho funcionavam como espaços complementares de trabalho, de dimensão fortemente coletiva, nos quais os homens se dividiam. Um empreendimento de caráter agro-industrial.

As atividades produtivas que aconteciam em engenhos de rapadura criavam um tipo de organização de trabalho próprio e peculiar, com um

²⁹⁷ Idem

seqüenciamento de operações com raízes no passado e que por suas dimensões e pelas proximidades dos espaços de trabalho, permitia um forte entrosamento entre as etapas agrícola e industrial.²⁹⁸

No *Tupinambá*, as lidas da cana começavam com o plantio em áreas do brejo. A preparação da terra, a feitura dos sulcos, realizada com o uso de arado e animais, homens e enxada, só seria parcialmente substituída pelo trabalho mecânico de trator a partir 1958, ano em que este equipamento teria sido adquirido por Elony Sampaio.

A cultura da cana tem um longo ciclo vegetativo²⁹⁹, e no *Tupinambá*, com suas melhores terras reservadas a esta cultura, as operações de plantio, que alguns trabalhadores chamavam de “*cavar cana*”, aconteciam sucessivamente em trechos determinados, de modo a serem alternados os trechos de cana *nova*. Quando cortada, a cana renasce a partir da *cepa* ou *soca* que é recoberta. A depender da riqueza mineral do terreno, do trato dado a terra, e da espécie de cana, esse processo vai se sustentar por dois, três, ou mais anos. Assim, costuma-se denominar *plantio*, a cana do primeiro ano; *soca*, a do segundo; *ressoca* do terceiro em diante.

Da estrada que levava à cidade de Barbalha, costumava-se ver parte do canavial dessa propriedade, onde trabalhadores *cavavam cana* em grupos, supervisionados pelo feitor, sendo remunerados com um valor monetário fixo pelo dia de trabalho. Eram os trabalhadores do *eito*.³⁰⁰Essa forma de trabalho, mesmo realizada por homens livres, era em quase tudo semelhante (inclusive nos instrumentos), à realizada em épocas anteriores nos canaviais, por grupos de escravos enfileirados, vigiados de perto por um feitor — o eito. A designação persistiu e passou a representar também o espaço de trabalho no Cariri e em outras regiões canavieiras.

No *Tupinambá* dos anos 1960, o empregador começou a utilizar, concomitantemente aos pagamentos por diária — para o trabalho individual

²⁹⁸ Sobre as similaridades entre as seqüências de operações de engenhos de rapadura do século XX e dos engenhos do passado colonial é interessante ver o detalhamento da fabricação nestes últimos em FERLINI, op. cit., capítulo III e SCHWARTZ, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, op. cit., Parte II, itens 5 e 6.

²⁹⁹ A moagem acontece entre 13 e 18 meses após o plantio. Ver ANDRADE, op. cit., p.91.

³⁰⁰ Segundo Lygia Sigaud, o *eito* em Pernambuco “é o termo utilizado localmente para designar o sistema de trabalho no qual os *moradores* trabalhavam em conjunto formando uma turma sob a supervisão de um feitor. No *eito* os trabalhadores eram remunerados à base da diária”. SIGAUD, op. cit. p. 80. A respeito do *eito*, ver também ANDRADE, op. cit., p.135.

onde não entrava a família do trabalhador — outros acertos por *produção* ou *tarefa* nas lidas do canavial.³⁰¹ Nesse novo sistema, alguns homens aproveitavam as noites de lua para trabalhar. Como recordou Zé Pindó: “Cavava até de noite. Muitas vezes quando a lua era daquelas claras assim de noite, nós vinha do serviço de dia e jantava, quando acabava ia pro sítio de novo. Até onze horas (da noite) por aí ou mais. De empeleita, né?”³⁰²

Na entressafra, as canas dos plantios ou das socas, recebiam uma ou mais *limpas*, operação que implicava em retirar *matos* que poderiam vir a atrofiar a plantação. Quanto mais novas as canas, mais limpas eram necessárias, até que chegassem ao ponto de corte. Os trabalhadores entrevistados reputam a limpa da cana como o trabalho mais árduo e desgastante do eito.

A *limpa* da cana seguia o padrão do plantio: feita pelos empregados permanentes, em turmas ou grupos mais ou menos enfileirados, tomando muitos dias de serviço, exigindo resistência e força física. As condições no eito sempre foram difíceis. Havia o perigo de mordida de cobras, o inconveniente dos insetos e o *pelo* áspero e as bordas afiadas da folha de cana, que irritavam e vincavam os braços do trabalhador nas limpas sucessivas. Às vezes, o trabalho acontecia sob chuva: “No inverno, quando ia cuidar das cana, era com água aqui no joelho. Pegava as seis horas, saía onze hora, pegava uma e largava as cinco”.³⁰³ Um grupo de trabalhadores seguidos por um ajudante que levava um vasilhame com cachaça fabricada no próprio engenho — uma cortesia do patrão para esquentar os homens e fazer o trabalho render. A depender dos meses do ano, alguns desses trabalhadores da enxada eram os mesmos operários que na época da moagem labutavam na fabricação da rapadura: “Eu cavei cana, eu cobri soca, eu limpava cana”.³⁰⁴

Estimulada pela qualidade do solo e boa *aguação*, a cana crescia. Antes da colocação de canos, já nos anos 1970, esse tipo de irrigação era feita por grupos de trabalhadores munidos de enxada abrindo e fechando valetas sucessivamente.

³⁰¹ Mesmo com a introdução do sistema de *empreita*, a maior parte do trabalho no *Tupinambá* continuou a ser remunerado por diária, em pagamentos semanais.

³⁰² Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

³⁰³ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

³⁰⁴ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

*Era assim, tinha os **aguador**. Aguava da noite até de manhãzinha. Aí de manhãzinha já entrava outra turma. Saía assim com a enxada. Abrindo levadinha, a água dava aquela carreira, né? Vup! Aí tampava bem rápido. Isso era um, dois, três, quatro **morador**. Daí partia pra outra fileira de cana, dava uma abridinha, a água pegava carreira, quando já ia, tampava de novo. E assim por diante. E nessa época tinha era cana! A vista de hoje que tem esses encanamento tudinho... Que aqui nesse sitio foi o sitio que mais teve canos desses grossos e... Olhe pras canas! Não tem uma cana aí...³⁰⁵*

A narradora coloca em questão a “modernidade” que fez desaparecer a função dos *aguadores*. Sob sua perspectiva, a canalização que veio substituir a dinâmica das valetas cavadas à enxada, diminuindo os postos de trabalho, não conseguiu manter a irrigação necessária.

No fim de maio, os pendões enchem de cor e movimento a visão dos canaviais. Era chegada a safra. Enquanto alguns homens do eito persistiam no trato de trechos de cana ainda não completamente maturados, o *Tupinambá* arregimentava vários outros trabalhadores temporários, locais ou das vizinhanças, para aumentar o número de homens na colheita. O corte e o transporte da cana começavam cedo, todos os dias antes do nascer do sol. O serviço era também pesado e perigoso. O instrumento cortante, permanentemente amolado, tinha que ser brandido com muita força e podia acontecer que a palha da cana crua desviasse a trajetória da foice ou do facão. O ritmo tinha que ser condizente com a moagem, para que não se passasse muito tempo entre o corte e o beneficiamento e não houvesse perda em açúcar, em rendimento de garapa.³⁰⁶

Nas décadas de 1940 e 1950, a cana era cortada, amarrada em feixes, e transportada para o engenho sobre o lombo de burros conduzidos pelos *cambiteiros* que faziam inúmeras viagens por dia, do eito para o engenho, os experientes conduzindo mais de um animal. Nesse trabalho, que se reproduzia há séculos sem alteração, alguns animais tornavam-se tão treinados que não se fazia necessário qualquer comando por parte do guia.

A introdução de tratores, a partir de 1958, não dispensou de imediato o trabalho dos *cambiteiros*. O Sr. Severino Antonio dos Santos, o primeiro tratorista do *Tupinambá*, operava também nos engenhos menores pertencentes

³⁰⁵ Socorro Souza, em 29 de setembro de 2005.

³⁰⁶ Em engenhos de rapadura a cana era preferencialmente cortada *crua*, isto é, *não queimada*, como é uso em canaviais que alimentam usinas. A cana queimada tem o corte facilitado, mas perde qualidade e exige tratamento especial e imediato para ser beneficiada com resultados.

à família Sampaio: *botava cana* para o *Lambedor*, nas Barreiras, e para o *Lagoa*. Severino recorda que por muitos anos, compartilhou o trabalho de transporte da cana cortada com cerca de vinte *cambiteiros* e seus animais. Mesmo dividindo com eles a responsabilidade de *encher* o engenho, o ritmo de transporte de cana era intenso:

*E pegava cedo. Quatro horas da madrugada já tava dentro do brejo carregando cana. (...) Era dez, era quinze, era vinte viagens. Era o dia todo e começava de madrugada. Ia parar era seis horas, sete horas da noite. E o engenho só moia quando a gente botasse cana. O engenho Tupinambá... Quando moia o dia, já ficava seco pro outro dia. Que era um engenho muito possante né? Era um engenho que dava muita produção. Aí tinha que botar muita cana.*³⁰⁷

Os *cambiteiros* conduzindo seus animais carregados, assim como mais tarde, o trator e seu reboque se aproximavam do Engenho buscando uma larga entrada que ficava atrás da cozinha da Casa Grande. Descarregadas as canas, os *tombadores* tinham a tarefa de conduzi-las até um salão coberto por um telhado de grande altura, vizinho à moenda. No século XIX, este era o lugar da antiga roda de madeira, almanjarra e bois, a força motriz de então. Cem anos depois, neste mesmo espaço, moviam-se os *metedores de cana*³⁰⁸: entre dois e quatro homens, a depender do ritmo imposto à fabricação. Para os *metedores* cabia o duro e atento trabalho de fazer passar a cana pelos cilindros metálicos horizontais da moenda, o “engenho”. A máquina acabou por dar o nome a toda a estrutura construtiva que a envolve.

Quando as engrenagens passaram a ser movidas por motor elétrico, a velocidade do esmagamento das canas aumentou, fazendo mais necessária a presença de *metedores*. Essa função, aparentemente simples e extremamente repetitiva, exigia, além de resistência e força muscular, uma atenção constante.³⁰⁹ Não se tratava apenas do aspecto da segurança do trabalhador: o bom *metedor* “conhecia” a cana, sabia a resistência que ia oferecer aos cilindros, com isso ele procurava manter o ritmo da moenda: “*mode ela não*

³⁰⁷ Severino Antonio dos Santos, em 30 de setembro de 2005.

³⁰⁸ Os nomes dados funções ou ofícios dos operários de engenhos de rapadura podem mudar de região para região. O *metedor de cana* cariense, por exemplo, executa as mesmas operações que o *tronqueiro* no interior da Paraíba.

³⁰⁹ Nos engenhos de açúcar coloniais, a função de *metedor* de cana era considerada das mais cansativas, perigosas, e, para alguns, onde não importava muito o saber humano. Em muitos empreendimentos da Bahia e Pernambuco, escravos de menor valor — mulheres inclusive — eram colocados nessa tarefa desgastante. Ver FERLINI, op. cit. p.118-119 e SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. op. cit., p. 130-131.

correr seca, nem botar cana demais pra embuchar".³¹⁰ A moenda "rodava" direto, o que significava muitas horas seguidas de trabalho para os *metedores*:

*É três moenda [cilindros] É dois aqui em baixo, sabe? E um aqui em cima. Quer dizer que eles [metedores] coloca a cana por aqui, e vai voltando, e vai passando pra cá. Cai só o bagaço. Direto, direto, num para não. Só para assim, se...a fornalha tiver cheia né? Tiver muita garapa, aí para. Mas num tando cheia, num para não. Para de noite só. Muitas vezes pegava e botava a gente duas horas da manhã né? Duas horas, três horas, e rodava de dia e quando era cinco, seis hora [da tarde] é que parava de moer. Desse jeito o cabra sofria muito nesse tempo.*³¹¹

*Eles jogavam as canas dentro das moendas, eram três, a grande, a média, a menor. Botava nesse meio aqui e aí saía rolando uma por cima das outras, por cima das outras, quando saía era só aquela "pragata", fosse a cana da grossura que fosse, quando sai fora o bagaço sai chatinho e vem fininho, até se esfarelado.*³¹²



Foto 19 - "Bagaçeiros" do *Tupinambá*. Observar as grossas colunas na alvenaria centenária. Década de 1960. (APES)

O bagaço saía pelo outro lado e caía para fora do engenho por uma abertura na alvenaria que tinha esse fim. Do lado de fora era apanhado por um dos *bagaceiros* que sempre trabalhavam com a ajuda de meninos ou rapazotes. Os restos da cana eram jogados sobre um couro de boi estendido, que puxado por um burro os transportava alguns metros até a *bagaceira*, onde

³¹⁰ RITA GUILHERMINA DOS SANTOS, nascida no *engenho Souto*, Pernambuco, esposa do tratorista Severino, moradora do *Tupinambá*. Entrevista em 30 de setembro de 2005.

³¹¹ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

³¹² Tuta, em dezembro de 2000.

eram postos para secar ao sol e dali retirados para alimentar o fogo da fornalha, dos tachos de cozimento.

Pela importância que o bagaço veio a ter como combustível de baixo custo para a fornalha, a agilidade do bagaceiro tornou-se essencial para que o processo de secagem se completasse rapidamente. Dias de pleno sol eram muito bem vindos. Um bagaço que retivesse umidade não queimava bem — diminuindo o rendimento em forma de calor — e deixava resíduos que caíam pela grelha da fornalha, causando entupimentos. Para a retirada desses resíduos, o cozimento tinha que ser interrompido, enquanto um trabalhador — muitas vezes o próprio *botador de fogo* — com a ajuda de tábuas de madeira para isolar o calor, penetrava parcialmente na *boca*, para a limpeza das grelhas ainda quentes.

A lenha, até os meados do século XX, tinha sido abundante nas terras do *Tupinambá* e dos sítios próximos *Santa Rita* e *Lambedor*, de mesmo proprietário. A mata era um diferencial que aumentava a valorização dessas propriedades. Como recorda um membro da família proprietária: “*O Tupinambá tinha uma situação privilegiada que era ter a cana junto com muita lenha. Então a gente tinha uma facilidade que a maioria dos engenhos não tinha, que era a disponibilidade de lenha*”.³¹³

Na década de 1940, a madeira começava a rarear, transformando-se em uma opção cara como combustível. Entre os empregados permanentes do *Tupinambá* sempre estiveram um ou dois vigias da mata. Sua tarefa principal: impedir que pessoas de fora se apropriassem da madeira do sítio. Os vigias também *controlavam* a retirada da lenha pelos moradores. Já nos anos cinqüenta, a lenha era usada apenas para a caldeira. Alimentar esse fogo era uma das tarefas que ocupavam os *ajudantes* da fornalha, possíveis futuros operários. Providenciar esse combustível para a caldeira foi o primeiro serviço remunerado dentro do engenho, que coube ao jovem Zé Fulô:

*A máquina do engenho era a fogo. Uma caldeirona a fogo direto. O cabra pinicava uns pauzinhos deste tamanho (mostra com as mãos um comprimento de cerca de 25 cm) pra jogar dentro da fornalha. Pinicava a lenha, não sabe? Aí a gente pinicava lenha pra caldeira.*³¹⁴

³¹³ Yony Sampaio, em abril de 2005

³¹⁴ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

A grande caldeira, abandonada depois da eletrificação, estava situada na *sala da fornalha*. Junto a ela o atento *maquinista*, sempre observando todos os medidores de pressão, num controle que tinha que ser rigoroso para afastar o risco de uma explosão. Geralmente acompanhado de um ajudante para a lenha, o maquinista também devia ser dotado de certa flexibilidade, pois era muito solicitado para atender outras questões que fossem surgindo entre a fornalha e a moenda, quando o feitor estava ausente.

A mesma ampla sala retangular abrigava a *boca* da fornalha, o espaço do *parol*, a elevação em alvenaria onde repousavam as duas fileiras de tachos, as mesas de caixamento e as grades para armazenamento de caixas de rapadura produzidas — o tendal.



Foto 20. Sala da fornalha do *Tupinambá*, após a unificação da linha de cozimento nos anos 1960. Em primeiro plano, à direita, o caixamento. Fotografia: Autor desconhecido. (APYS)

Considerada o verdadeiro coração do engenho, a *sala da fornalha*, chamada simplesmente de *fornalha* pelos trabalhadores, situava-se ao lado do salão onde a cana havia sido tombada. Era separada deste salão e do espaço da moenda por uma potente alvenaria, que sustentava inclusive, o aterro responsável por alguns metros de desnível entre os dois espaços. O salão, o espaço da moenda e a fornalha, compartilhavam um só telhado: a parte mais alta da bela cobertura em quatro águas do *Tupinambá*. Observando-se a planta e corte do engenho, Pranchas 1 e 2, verifica-se a diferença de nível entre a moenda e a fornalha e a escada que ligava os dois espaços.

O fato da fornalha estar metros abaixo da moenda, fazia com que, por gravidade, através de um cano a garapa caísse num grande *parol* retangular, que segundo os operários tinha uma capacidade equivalente a nove ou dez gamelas. Feito de ferro, o *parol* que acumulava a garapa de cana, era seccionado ao meio para que cada metade pudesse ser limpa alternadamente. Esta operação de limpeza era imprescindível uma vez que o caldo da cana trazia impurezas que iam se sedimentando no fundo e poderiam comprometer a qualidade final do mel e da futura rapadura. Lavar o *parol*, enquanto a moagem se processava, era outra tarefa reservada aos *ajudantes* da fornalha:

*Era grande. Ele era um parolção comprido, tinha uma faixa assim no meio pra quando fosse lavar. Quando fosse o tempo de lavar, secava um e ficava a garapa só em um, né? Eu lavei muitas vezes... E tem mais! Esse parol... Ele era a pressão! Ele tinha uma grelha embaixo que vinha a pressão da caldeira, viu? Aquela grelha, quando a gente ia lavar, era caçando um meio... Quando eu saía de dentro daquele parol eu estava molhado, molhado de suor... Aí quando lavava aquele, aí botava pra ali, e ia lavar o outro. Sofri muito!*³¹⁵

Mesmo considerando o testemunho dos trabalhadores que depunham favoravelmente a respeito da sala da fornalha do *Tupinambá*, como uma das menos quentes entre engenhos conhecidos³¹⁶, o calor do fogo que aquecia caldeira e tachos era ainda muito forte para quem ali mourejava muitas horas seguidas.

Do lado de fora, dois *botadores de fogo* trabalhavam ininterruptamente em duas bocas de fornalha. Com suas longas varas e ganchos, corpos inclinados para um lado, eles iam metendo e mexendo no bagaço seco trazido pelos ajudantes dos bagaceiros. O Sr. Francisco Alves, por muitos anos *botador de fogo* do *Tupinambá* lembra que os ganchos eram confeccionados por eles mesmos, a partir de varas tiradas da mata. O instrumento logo era consumido pelo fogo: *“Tinha dias de eu gastar duas. Depende do bagaço, né? Quando o bagaço era ruim de fogo, de vez em quando tinha que tá mexendo, comia duas varas por dia”*.³¹⁷

Esta função era extremamente desgastante: o operário chegava ao engenho ainda escuro e ficava submetido ao calor da boca da fornalha, sem

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ A análise da estrutura arquitetônica deste engenho, em seus aspectos de arejamento e ventilação, confirma plenamente esta qualificação.

³¹⁷ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

substitutos, até o começo da noite. A única e breve interrupção nos trabalhos da fornalha acontecia na hora do almoço:

*Quando era pra almoçar a gente parava. Parava tudo. Não, não vinha ninguém pro nosso lugar não, parava tudo, mais ou menos uns 15 minutos uns 20 minutos. Varria a boca da fornalha, tirava o fogo e aí pra poder almoçar. Mas ligeiro, né? Aí a pessoa quando acabava de comer já tava lá de novo.*³¹⁸

Além dessa resistência — quase inimaginável para quem desconhece as lidas de um engenho de rapadura — o *botador de fogo* também deveria estar em sintonia e contato com os homens da fornalha — feitor e mestre (além do maquinista, enquanto houve caldeira) — para aumentar ou diminuir o fogo, e o ritmo da produção, conforme a necessidade. Segundo o feitor Agildo, o *botador de fogo*

*...sabia o tanto de fogo. Ele tinha que ter o fogo igual. Porque a rapadura não pode ter fogo, nem subir e nem baixar, porque se subir muito queima, ela [rapadura] sai vermelha. Se baixar, ela encera. Sai meio crua, a vermelha também. Então ela tem que ter um ponto de fogo, né? Para ele [mestre] ter o ponto do controle, de marcar, botar a cal na calda, né? Chama-se o tempero da rapadura.*³¹⁹

Os *homens da fornalha*, aqueles encarregados de cozinhar o mel em rapadura, sempre foram considerados trabalhadores qualificados. Nos grandes engenhos de açúcar de nosso passado colonial, com expressiva mão de obra escrava, tais funções eram geralmente reservadas à prática de homens livres, alguns deles, oficiais trazidos de além mar. Nos engenhos de rapadura, que compartilhavam com seus congêneres do açúcar boa parte do processo de beneficiamento da cana, a fabricação tradicional, manual e dependente da capacidade do trabalhador, perseverou no século XX. O tamanho e a produção proporcionalmente menor dos engenhos do Cariri, não ofuscava a importância das operações na fornalha, dentro do processo de fabricação.

Entretanto, não se percebe, ao longo das falas dos trabalhadores, um estranhamento sobre o fato de um *botador de fogo*, por exemplo, ganhar quase o mesmo que um *metedor de cana*. O caso dos *mestres do ponto* da rapadura é muito significativo. Apesar da essencialidade desta função para a fabricação da rapadura, os operários que detinham este ofício no *Tupinambá* não

³¹⁸ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

³¹⁹ Seu Agildo, em 12 de abril de 2007.

detinham uma posição destacada em relação aos outros operários. Distinções como as que Stuart Schwartz encontrou em engenhos de açúcar do passado, onde uma espécie de divisão social, paralela à racial, *privilegiava* os escravos mais especializados não era evidente no universo pesquisado.³²⁰

A diferença entre os homens da fornalha do *Tupinambá*, não era significativa em muitos aspectos. Embora um bom mestre fosse disputado entre engenhos e em boa parte determinasse a qualidade da produção, neste engenho e em muitos outros empreendimentos barbalhenses, este operário tinha um *ganho* semelhante aos dos companheiros. Sua morada de taipa e palha não se distinguia das demais. Em suma, não se percebia verdadeiras distinções sociais entre esses homens, dentro e fora dos espaços do engenho. Zé Fulô, por exemplo, só veio a receber um valor maior que seus companheiros de fornalha quando passou a trabalhar em outras localidades, após o fechamento do *Tupinambá*.

Quatro pessoas compunham cada linha de cozimento do *Tupinambá*. Os tachos, a princípio todos de cobre, foram sendo paulatinamente substituídos por outros de ferro, mais baratos, resistentes e de manutenção mais fácil.³²¹ O primeiro operário da linha retirava a garapa do *parol* para a primeira gamela, onde começava a cozinhar. Com destreza e paciência ele ia retirando a *baba*³²² que ia se formando na superfície. Repetia essa operação várias vezes na mesma tachada. A *baba* ia sendo acumulada em um recipiente próximo. Normalmente, este material retirado ia servir de matéria prima para fabricar cachaça ou então de alimento para os animais. Eventualmente, os trabalhadores burlando a vigilância do feitor no encerrar dos trabalhos da jornada, usavam a *baba* para fabricar uma espécie de rapadura (de qualidade inferior) para eles mesmos. Dito Barnabé relata:

Me lembro como se fosse no tempo de Zé Major. Essa baba não prestava. Aí meu irmão ia limpando, quando ela tava mais fina, ele já não botava mais aí, ele não botava mais aí pros bichos. Ele já botava era dentro de um tacho que era pra fazer nossa rapadurinha. Da

³²⁰ SCHWARTZ, *Escravos, roceiros e rebeldes*. op. cit., p.96.

³²¹ Todas as madrugadas, antes do início dos trabalhos cada caldeireiro era responsável por arear seu tacho, e retirar o azinhavre (camada verde de hidrogenocarbonato de cobre) que se acumulava na superfície do cobre.

³²² Essa *baba* é também chamada de *borra*. Autores como Manoel Correia de Andrade a chamam de *cachaça*, possivelmente relacionando-a com o uso que terá para a fabricação de aguardente.

*baba, mas era fina, a grossa ele botava no mato, agora a fina ele fazia uma rapadurinha. Era meu irmão. Era mais velho do que eu. O nome dele era Pedro, Mestre Pedro.*³²³

Quando a garapa que fervia no primeiro tacho ficava bem limpinha, era a vez do homem *do ponto*. Ele ia *preparar* a garapa. Preparar implicava em acrescentar alguns aditivos: a cal, a mamona, e a partir do final dos anos cinqüenta, o hidrossulfito de sódio — o branquite. O mestre Zé Fulô explica: “A mamona é pra espichar. Aí o branquite é pra dar qualidade. E o cal é pra arrancar o açúcar. Tem que botar cal na garapa. Tem que botar cal”.³²⁴

Embora houvesse quem praticasse o uso de medidas para a adição da mamona e do branquite³²⁵, era na dosagem da cal que a perícia e a experiência do mestre do ponto se faziam mais presentes:

*Tudo era a base do “quengo” (...) O cal tinha que a gente ter o grau de botar. Tem cana que levava mais, tinha umas que levava bem pouquinho. Era dependendo do açúcar da cana. Só olhando e a gente ia botando aos pouco, né? Vinha dando uma diferença na qualidade da garapa e na espuma. Enquanto ela tava com uma “babujona” grande, ela não tava no ponto. A gente vinha graduando, graduando, até ela ficar com a espuminha mais fraca. Aí ficava só a garapa pura. Aí já tava boa de fazer rapadura. Ela engrossava.*³²⁶

Nas falas de Zé Fulô percebem-se os saberes, ou parte deles, que o levaram a consolidar sua posição de mestre no engenho de rapadura. São conhecimentos acumulados e partilhados, cuja origem pode ser buscada a partir do passado mais remoto do beneficiamento de cana: um tempo onde aqueles que os possuíam, livres ou mesmo cativos, eram reconhecidos como homens de habilidades especiais.

O conhecimento e a experiência necessários para manter a temperatura adequada em cada caldeira, saber quando acrescentar cal, cinza ou água, e como escumar o caldo eram adquiridos exclusivamente pela experiência (...) dava-se muito valor aos caldeiros que soubessem tomar decisões.³²⁷

³²³ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

³²⁴ Zé Fulô, em 2 de novembro de 2005.

³²⁵ O uso de padrões não era muito freqüente e nem veio a ser largamente utilizado, se levamos em conta um levantamento feito no Cariri em 1998: entre 33 produtores de rapadura entrevistados apenas um declarou usar os aditivos com medidas e controle de qualidade. Ver em BNB./ FUNDETEC. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar da região do Cariri*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001, p. 50.

³²⁶ Zé Fulô, em 02 de novembro de 2005.

³²⁷ SCHWARTZ, *Segredos internos... op. cit. p. 132*.

As responsabilidades maiores de certas funções, principalmente entre aqueles que trabalhavam na fonalha, o conhecimento e a capacidade de impor ritmos e qualidades ao produto, criavam uma certa graduação *do saber/fazer* entre os trabalhadores, com destaque para os *mestres*. Tal ofício não angariava propriamente obediência por parte dos companheiros, (para o controle dos homens, havia acima de todos o feitor) e sim um certo respeito: o mestre era o maior responsável pela qualidade do que produziam e por isso era ouvido. Tal posição, em contrapartida, podia suscitar inveja e disputas no grupo.

Na fonalha, o bom mestre tinha que estar atento a tudo. Para Figueiredo Filho: “O trabalhador mais compenetrado do engenho é o mestre da rapadura. (...) vive olhando caldeiras e tachos com a passadeira na mão”.³²⁸ Achar o ponto era uma tarefa *mental* que exigia a observação de muitos variantes, inclusive conhecer a procedência das canas, no que Ferlini chamou de “experiência local” pra distinguir qual cana fornecia caldo aguacento, a exigir mais tempo de cozimento e menos decoada”.³²⁹ Com o mestre estava responsabilidade da qualidade da rapadura: consistência, cor, sabor. Essa qualidade do produto era o que lhe dava fama.

O ofício de mestre demandava uma perícia que só vinha com tempo e experiência: conhecer a cana, distinguir as garapas, regular o fogo, dosar a cal, conhecer o ponto do mel. A responsabilidade e o papel do mestre acarretavam assim, a criação de uma certa *hierarquia informal*, que nem sempre era evidente fora dos espaços de trabalho.

Ao expor seu ofício e falar de sua arte, o operário com este tipo de qualificação está utilizando uma maneira criativa de valorizar seu trabalho: um *fazer* ao qual o *ganho* longe estava de corresponder. A figura do mestre também sintetizava a vontade, de parte desses homens contatados, de adquirir uma capacitação e se tornar necessários — *garantindo* seus lugares no engenho.

No depoimento de Zé Fulô, apenas um dos muitos mestres que se distinguiram na região, está patente esta determinação de aperfeiçoamento no ofício, assim como o orgulho e a satisfação de um *saber / fazer*, que não lhe

³²⁸ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura do Cariri*. op. cit. p. 41.

³²⁹ FERLINI, op. cit. p. 135.

eram exclusivos.

Ói, da cana, da garapa da cana, eu sei caixear, sei cozinhar, sei temperar e sei caldeirar, tudo da garapa da cana, tudo eu sei. Oi, conheço quando a cana ela é da boa, eu sei. Eu digo: “Essa cana, ela dá uma rapadura boa”. Mas também quando eu espiar pra cana, que eu disser que ela não dá boa, não dá não! Pode é vir mestre de onde quiser, que ela não dá não. Eu conheço a cana. Tudo isso eu sei.”³³⁰

Para o operário que se habilitou, a profissão, o ofício adquirido, aparecem como conquistas, e se configuram como um diferencial em relação a outros. Ofícios de *homens que faziam o engenho Tupinambá moer* e que o fizeram sustentar forte produção de rapaduras bem afamadas e comercializadas por muitos anos. Basta recordar a satisfação do caldeireiro Zé Gamenha: *“Porque não sabia aí quando eu aprendi, ave Maria, aí fiquei foi pabo, alegre danado, sabia cozinhar rapadura. Achava bom mesmo cozinhar rapadura”*.

Mestre Zé Fulô costuma chamar tais conhecimentos e saberes de *ciência da rapadura*. Na verdade estes saberes adquiridos na prática e experiência se afastam da noção de *ciência* como a conhecemos hoje. Seguindo esta noção, a *ciência da rapadura* estaria no tipo de processo de produção, em que tudo fosse calculado e medido. Uma fabricação padronizada que se torna cada vez mais comum e que mestres que dominam, a *arte da rapadura* desprezam.

É hoje em dia não, todo mundo mexe, porque botou o açúcar... Mas naquele tempo a pessoa tinha que ter o quengo daquela garapa chegar o ponto pra o cabra ia graduando com o cal ia graduando até chegar o ponto. Tinha muito mestre, mas tinha um que era mais especial. Eu fui dum.”³³¹

O cozinhar era contínuo em todos os tachos. Preparada a garapa o mestre “jogava pra frente”, para a gamela do próximo homem, chamada de primeiro corta mel. O caldo principiava a engrossar e o operário, mexendo intermitentemente, juntava e passava adiante, para o outro corta mel, que com procedimento semelhante passava para o último tacho. Neste momento, a antiga garapa já estava na consistência de mel. O último homem da linha de cozimento esperava até o mel começar a se soltar do cabo das passadeiras:

³³⁰ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

³³¹ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

era o sinal de que chegava no ponto de rapadura. Por discernir o momento e não deixar o mel cozinhar demais, em alguns locais, quem fica nessa posição também é chamado de mestre.

Seriam dois momentos cruciais: o primeiro, o do *tempero* da garapa, em que durante a dosagem dos aditivos, o mestre observa a cor, consistência e limpeza, para encontrar o momento correto de jogar no primeiro corta mel; o outro corresponderia ao homem do último tacho que deve conhecer o ponto de rapadura, em que se interrompe o cozimento. Pode acontecer que o mesmo mestre que *tempera* a garapa, continue a observar o andamento e determine também o ponto da rapadura.

Finalmente o produto era jogado nas gamelas, onde o caixeador (que em outras regiões é chamado de caixeiro) passava a mexer com a pá, num ritmo bem rápido: *“Aí quando era rapadura, jogava naquelas gamelas pra quem ficar pra caixear. Quando botava na gamela, aí o caixeador ia mexer pra virar rapadura. Quando tirava as rapaduras botava nas caixas [formas]”*.³³²

O caixeamento exigia muita destreza por parte do operário. Era necessário mexer energicamente aquele grosso mel por alguns minutos e em seguida, com muita rapidez, encher sucessivamente as caixas, alisando as superfícies com paus de jenipapeiro. Nos momentos de maior ritmo de moagem, tornavam-se necessários três homens para caixear de cada lado da fornalha. Cada caixa de madeira *enformava* dez rapaduras. Os ajudantes apanhavam as caixas e as colocavam num gradeado, de baixo para cima.

O gradeado do tendal ficava a vista. Todos os operários da fornalha podiam acompanhar a quantidade de caixas e verificar: quando a nona caixa estivesse sendo completada, isto significava que estavam cozinhando o mel para *fechar* uma carga de rapaduras. Deste modo, o mestre controlava a produção, para atingir o número de cargas determinado para aquele dia, e, ao mesmo tempo, não deixar garapa sem cozinhar. O bom mestre *tinha a base*, e ajudava ao feitor a precisar o momento de parar a moenda, para completar aquela jornada de trabalho. *“Pelos bases do que o patrão pedia a gente já tinha a base pelo que trabalhar. Tinha que ter. A gente preparava quando via que dava pra o que o patrão queria”*.³³³

³³² Zé Fulô, em 2 de novembro de 2005.

³³³ Idem.

À medida que as cargas iam ficando prontas entravam em cena outros homens encarregados de guardar e acondicionar o produto. No engenho esse serviço era chamado de *emalar*. Esses ajudantes, carregando as rapaduras nas mãos, colocavam-nas provisoriamente num depósito ao lado do engenho. Ou então as acondicionavam em sacos feitos de estopa para o transporte imediato em direção aos armazéns do proprietário em Barbalha.

Na época de maior demanda, os compradores procuravam as rapaduras diretamente no engenho, onde os *emaladores* e outros auxiliares ajudavam a despachar as cargas. Até os anos 1960, a presença dos comboieiros e outros comerciantes em seus animais ou carroças era constante. Com o advento dos transportes motorizados, comerciantes e donos de armazéns, em camionetes e caminhões, também chegavam ao *Tupinambá* para adquirir e levar dali mesmo suas cargas.

Em paralelo com a fabricação de rapaduras, processava-se a destilação de aguardente. Entre as *modernidades* que Elony Sampaio procurou associar ao *Tupinambá* estava um alambique contínuo, adquirido ainda nos anos 1950. Para abrigá-lo, erigiu uma construção com pé-direito alto, ao lado do engenho. Com o alambique moderno, a produção da cachaça entrou num ritmo mais regular. A qualidade da bebida foi apurada e mesmo fabricada em quantidades modestas, ganhou fama. O proprietário batizou sua nova cachaça de “*Tentação*” e desenhou ele mesmo o rótulo, onde uma dançarina com roupas em tons vermelhos preanunciava os prazeres de saborear a “aguardente pura de cana”. (Prancha 7)

A matéria prima da cachaça era a *borra* ou *baba* retirada da garapa no início do processo de cozimento da rapadura. Acumulada em grandes dornas, repousava cerca de uma semana em fermentação, quando as impurezas iam se sedimentando. O *destilador*³³⁴ determinava quando aquele líquido mal cheiroso e amarelo estava no ponto de ir para o alambique: “*e aí arrocha fogo, arrocha fogo! Quando vê chiando o camarada bota logo a lata de baixo*”.³³⁵ A cachaça começava a sair. Os primeiros litros eram impróprios para o consumo humano: o chamado *caxixi* era utilizado na alimentação de porcos. A partir do

³³⁴ Também chamado de encarregado do alambique, ou da cachaça. Os trabalhadores do *Tupinambá* citam dois: Apolínio e José Araújo, ambos já falecidos.

³³⁵ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

quarto ou quinto litro já saia uma cachaça de qualidade, que bem merecia o nome de *Tentação*.

No *Tupinambá* havia uma certa flexibilidade entre os homens da rapadura e da cachaça, que não era fabricada todos os dias:

*Tinha o pessoal também da destilação e quando tava na moagem pesada, não destilava. Eles corriam para ajudar no engenho. Mas se estivesse mais folgado, eles voltavam lá para a destilação. Também tinha certa folga, enquanto eles esperavam fermentar para depois voltar a destilar.*³³⁶

A fabricação da cachaça vem confirmar o engenho como um movimentar constante de múltiplas atividades. Com a destilação, fica ainda mais evidente como em um empreendimento como o *Tupinambá*, o encadeamento dos espaços e das atividades tornava-se vital para o sucesso da moagem. Para tal, concorria positivamente o já citado aprendizado vivenciado por muitos trabalhadores, capacitando-os para realizar a contento várias funções.

Tal *polivalencia* dos trabalhadores funcionou bastante no engenho *Tupinambá*, onde a moagem não devia parar. Para isso, havia sempre possibilidade de aumentar o número de homens em alguma função, ou, mais comum, substituições de homens faltosos. Este tipo de troca de funções advindo de circunstâncias da moagem está bem representado no cotidiano do antigo trabalhador Casemiro aqui lembrado por Tuta, sua filha: “...quando dizia assim, o maquinista falta, ele trabalhava de maquinista, quando faltava um caldeireiro, ele trabalhava de caldeireiro, meu pai fazia tudo do engenho”.³³⁷ Aconteciam casos excepcionais de chuvas fortes e inesperadas, interrompendo o corte de cana, ou quebras de máquinas forçando o engenho a parar. Mas isso era não era comum. Segundo Zé Pindó, a moenda *rodava direto*:

*No tempo que eu caldeirava era assim. Direto, direto, num para não. Para de noite só. Muitas vezes pegava e botava a gente duas horas da manhã. Da noite né? Duas horas, três horas, e rodava de dia e quando era seis hora [da tarde] é que parava de moer.*³³⁸

³³⁶ Yony Sampaio, em abril de 2005.

³³⁷ Tuta, em dezembro de 2000.

³³⁸ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

A dureza dos trabalhos da moagem é conhecida e está presente em todas as narrativas dos trabalhadores, sem exceção: os longos meses, sem férias, nem feriados. O *Tupinambá*, segundo testemunhos de patrões e empregados, só beneficiava canas próprias, mas como tinha boa área dessa cultura, a moagem tinha que ser bem gerenciada para que toda a cana fosse moída antes da chegada do período das chuvas. Zé Fulô lembra que *“teve ano que nos moemos até dois de fevereiro, dia das Candeias. Encerrou ali, porque a enchente choveu de noite, carregou foi cana cortada no brejo. Sobrou a moagem”*.³³⁹ O administrador do engenho aproveitava todos os dias possíveis para a moagem. Dito Barnabé lembra que o *Tupinambá* moía até em dias feriados: *“...só parava no dia de domingo e quando faltava cana. Ele parava para encher o engenho. Depois do engenho tá cheio, pode começar”*.³⁴⁰

Para o trabalhador, tanto aquele que labutava na fabricação da rapadura, quanto aquele ocupado no corte e transporte da cana, sobrava muito pouco tempo para o descanso e o lazer. Aos sábados, a moagem começava e acabava mais cedo, porém, muitas vezes o patrão retardava o acerto de contas semanal, que só acontecia ao fim da tarde. Depois de acertar a conta na bodega e comprar algum alimento, a noite já tinha chegado. O dia seguinte, o domingo, mal dava tempo de descansar e *brincar*.

Portanto quase não havia tempo *livre* para que o operário se dedicasse ao plantio de subsistência. Embora as tarefas do *roçado* fossem mais intensas e necessárias apenas no período da entressafra — quando o patrão nem sempre exigia todos os dias da semana — o terreno tinha que estar limpo e preparado para quando as chuvas chegassem.

Os meses de safra implicavam em seis dias de moagem por semana. Não se tratava, como nos antigos bangüês da zona açucareira, de uma moagem ininterrupta de 24 horas. Contudo, não havia mais de um turno de trabalho: o mesmo grupo de homens que pegava no serviço na madrugada era o que encerrava os trabalhos à noite. Tratava-se de jornadas extensas, cerca de 12 horas de trabalho, com apenas uma pausa ligeira para o almoço. Isto implicava em poucas horas de sono e descanso. Como relatou o *botador de fogo*, Francisco Alves: *“Ninguém dormia não, menina. Quando eu subia a*

³³⁹ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

³⁴⁰ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

*ladeira lá pela calçada, chegava em casa eu comia uma besteirinha, me deitava, óxente! Quando ia pegando no sono já era o apito”.*³⁴¹

O pagamento, por sua vez, era fixo, um valor pago por dia, independente das horas trabalhadas. Além disso, o operário / morador, estando sempre próximo ao engenho, podia ser chamado para alguma tarefa excepcional mesmo nos raros momentos de descanso. Zé Pindó se recorda que:

*Teve um sábado, eu ainda me lembro, teve um sábado que tocaram fogo numa cana. Não sei como diabo foi, as cana pegou fogo e queimou meio mundo de cana. Nós trabalhamos o sábado, o resto da tarde todinha, até de noite, cortando cana, e o domingo o dia todinho, para tirar a cana queimada, senão perdia cana. Aí desse jeito cortei foi muita cana de seu Elony, pra ver se moía cana. Meio mundo de cana queimada!*³⁴²

Havia diferenças nos horários de início e fim da jornada de trabalho dessas funções. Cabia ao feitor ou encarregado determinar os horários, *reger* essa orquestra do trabalho de tempos dissonantes: cortadores de cana, cambiteiros e mais tarde tratoristas, dirigiam-se ainda no escuro para o canavial. No engenho os *botadores de fogo* estavam entre os primeiros. Embora a moagem e o cozimento só comesçassem com o engenho *cheio* de cana cortada, também aos caldeireiros era exigido chegar cedo, pois eles mesmos eram encarregados da primeira limpeza do dia. Os tachos e gamelas, principalmente os de cobre, tinham que ser bem areados. Havia dias em que começavam tão cedo, que encontravam a fornalha ainda quente:

*Na fornalha! Arear aquele tacho com uma pedra, a gente tinha uma pedra própria para arear, esfregar num sabe? E aquilo tava quente, aquilo era quente porque... Ói! Vamos supor. Terminava nove da noite, quando era uma hora da madrugada a gente pegava de novo! Não tinha tempo de esfriar. A gente quando ia tirar aquelas água, pra botar outra, ou a garapa, a água ainda tava pegando fogo. E não tinha o que danar!*³⁴³

Os caixeadores, por sua vez, começavam lá pelas oito da manhã. Em compensação eram os últimos a largar. Quando a moenda encerrava o movimento do dia, estes operários ainda tinham cerca de três horas de trabalho pela frente até que o último mel virasse rapadura, fosse encaixado e *emalado*.

³⁴¹ Refere-se ao apito da caldeira, desativada na década de 60. Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

³⁴² Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

³⁴³ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

Portanto, seja para os que abriam o dia, seja para os que o finalizavam, a moagem representava dias muito longos.

2.3.1. DIAS DE OBRIGAÇÃO.

No ciclo agrícola da cana-de-açúcar, a chegada do tempo da *entressafra* – de janeiro até o início de junho – representava para a administração uma necessidade menor de braços no canavial. Para os trabalhadores sazonais, tal momento significava o fim de meses de uma remuneração regular. Entre estes temporários, havia os *de fora*, para os quais o fim da safra implicava também na volta para casa. Para os *moradores*, força de trabalho majoritária em propriedades como o *Tupinambá*, a chegada da entressafra portava outros significados: iniciava-se outra fase do ciclo anual, dentro dos mesmos espaços de labuta. Outras formas de trabalho e de ganhos, reafirmando a sua *condição*.

Nestes meses, chamados de “invernoso”, os moradores se dedicavam a sua lavoura, onde as primeiras chuvas deveriam encontrar o solo preparado para as culturas breves de milho e feijão, que compunham um ciclo agrícola complementar ao da cana-de-açúcar. Nos anos de invernos regulares, esses legumes já estariam colhidos quando a moagem recomeçasse. Além disso, a maioria dos *roçados* da propriedade estudada localizava-se num baixio, hoje zona urbana, reservado para receber o gado do proprietário a partir do mês de julho.

Todavia, na entressafra não faltavam tarefas para os operários, que sendo também *moradores*, tinham o *compromisso* de dedicar alguns dias para os serviços do patrão. Nas propriedades de cana do Cariri, mesmo após a introdução de certas tecnologias, persistia um sistema de dias de trabalho compulsório: os chamados *dias de obrigação*, resíduo de relações arcaicas de trabalho, que remontavam, em certos elementos, à idéia de servidão. Significavam um número de dias de trabalho obrigatório, por semana, durante a entressafra (dois dias no *Tupinambá*). Diferentemente do conhecido *cambão* da zona da mata açucareira, os *dias de obrigação* no Cariri eram remunerados *na diária*, embora os valores fossem reduzidos. Zé Pindó explicou o sistema

que ainda persistia em muitos sítios da região, para seus colegas de enxada e de facão:

A senhora sabe que os patrão aqui de primeiro era dois dias de obrigação, né? Aí era segunda e terça, de obrigação, os dias de seu Elony aqui... Era. De obrigação. Quer dizer eles lá, porque eu já trabalhava só de empeleita não é? Mas eles trabalhava de obrigação. Aí eles trabalhava dois dias de obrigação, quando era o resto eles trabalhava na Bolandeira.³⁴⁴

A manutenção deste antigo costume pelo patrão visava garantir o serviço de trabalhadores, que, do contrário, se dedicariam apenas a seus roçados. Além disso, ao “amarrar” o operário ao sítio e engenho, a *obrigação* impedia-o de buscar serviços avulsos em outras propriedades.

Normalmente os serviços do *Tupinambá* requisitavam mais do que os dois dias obrigatórios, o que podia ser *providencial* para muitos moradores, uma vez que outras fontes de renda eram limitadas (pela própria condição de *cativo* ao sítio) e os legumes do roçado ainda não estavam a ponto de colheita. Comumente, a remuneração no *inverno* era menor que a dos meses de moagem. Do ponto de vista patronal, diminuía a demanda por trabalhadores, caíam os lucros do empreendimento. As narrativas dos trabalhadores levam a pensar que tal realidade “salarial”, de forma contraditória, contribuía para fazer com que se *apegassem* ao sistema de moradias (Como pagar aluguel nas entressafras?).

Contudo, essa convocação para dias de trabalho fora da safra variava bastante, e a decisão quanto a precisar ou não dos serviços, e quais trabalhadores chamar, pertencia unicamente ao patrão, ouvindo o feitor:

Eles trabalhavam dois, três dias no brejo. Era limpando, roçando a cana, porque quando a cana crescia, o mato tinha subido, a gente roçava. Principalmente quando chegava o mês de maio que a gente roçava pra tirar a palha da cana, né? Agora eles trabalhavam três dias, quatro dias no brejo. O resto ia pras roças deles. Era essa a vida.³⁴⁵

Podiam acontecer semanas em que o roçado estivesse devidamente cuidado, faltasse dinheiro à família para a alimentação e não houvesse serviços remunerados para todos, além dos dois dias habituais. De forma inversa, chuvas propícias podiam fazer com que o tempo dedicado ao roçado

³⁴⁴ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

³⁴⁵ “Seu Agildo”, entrevista 12 de abril de 2007.

não fosse suficiente, e mesmo assim, o trabalhador deixava seu plantio pela convocação do feitor. Conforme as necessidades do patrão, este podia exigir dos moradores semana inteira de trabalho coletivo nas plantações: a roça individual ficava mal cuidada ou era pura e simplesmente abandonada.

Portanto, a demanda de trabalho do patrão na época da entressafra funcionava como uma faca de dois gumes para os trabalhadores. Por um lado significava a garantia de uma pequena remuneração, que podia representar a única fonte de alimentos para a família. Por outro lado, a depender das necessidades da lavoura de subsistência e da quantidade de trabalho familiar disponível (para homens sem família ou com filhos pequenos o roçado tomava muito tempo) ter a obrigação de largar tudo para cuidar das coisas do patrão poderia ser bem inoportuno. Para estes *moradores* tratava-se de uma divisão difícil entre os dois meios de sobrevivência. O trabalhador buscava equilibrar-se numa situação, em que mais uma vez, todas as determinações estavam além dele; quem ditava as regras eram *natureza do inverno* e o patrão.

Os *dias de obrigação* funcionavam como um *acordo* quase unilateral no qual os moradores supriam as necessidades flutuantes de mão de obra do proprietário. Muitos eram colocados para trabalhar nas canas: *plantio*, *soca* e *limpa*. Esta última operação acontecia mais de uma vez em cada ciclo — não só nas canas de plantio (1º ano), mas nas *socas* (2º ano) e *ressocas* (canas do 3º ano ou mais) — quanto mais limpas fossem feitas, melhor ficava a qualidade da cana para o beneficiamento futuro.

Além dos serviços no *eito* os trabalhadores se dividiam em outras tarefas por toda a propriedade. Havia a manutenção das estradas dentro do sítio, o conserto de cercas, a limpeza da nascente no *Santa Rita* e das levadas. “*Elony tinha uma nascente num sabe? Que vinha aguar cana aqui e todo ano pegava 15, 20 operários e subia ia lá pra nascente dentro da serra, a gente começava de lá até sair aqui, limpando ela*”.³⁴⁶ Os serviços da entressafra incluíam também os reparos e manutenção na estrutura física e nos equipamentos desgastados pela longa moagem. A fornalha, por exemplo, era praticamente refeita: “*Que aquilo ali fica tudo muito estragado. Passa cinco, seis, até sete meses só fogo, fogo, fogo. Aquilo força, né?*”³⁴⁷ Eram várias

³⁴⁶ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

³⁴⁷ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

operações que compunham o chamado *apronto do engenho*, uma espécie de preparação para quando o engenho fosse rodar novamente: reposição de tijolos na fornalha, conserto de tachos, limpeza da chaminé, etc. Sobrava-lhes pouco tempo para seus roçados e outros afazeres familiares .

O trabalho contínuo ao longo do ano, nos dois principais espaços do *Tupinambá* — da cana e do engenho — foi bem explicitado por Francisco Alves: “*Nós todos, todo o operário...era tudo uma coisa só. Cabou a moagem pulava pro brejo... Entrou a moagem, saia do brejo pra moagem*”.³⁴⁸ Esse aspecto de uma labuta contínua para os trabalhadores fixos, permite pensar em elementos que tendiam a igualar esses homens, independentemente de suas funções. Neste mesmo sentido funcionava o nivelamento dos ganhos e a semelhança das condições de moradia — pontos em comum entre os empregados permanentes. Em suas falas, nos seus relatos, está fortemente presente esta idéia de um grupo dotado de certa homogeneidade, submetido a condições semelhantes de vida, trabalho e lazer.

2.4. OPERÁRIOS DA RAPADURA – RELAÇÕES DE TRABALHO E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE.

*Deseja mesmo saber
o que eu fazia por lá?
comer quando havia o quê
e, havendo ou não, trabalhar.*

João Cabral de Melo Neto
Morte e Vida Severina

Nos primeiros anos da administração de Elony Sampaio, quando a energia elétrica ainda não chegara ao *Tupinambá* e havia duas linhas de cozimento na fornalha, cerca de vinte operários trabalhavam diretamente na fabricação da rapadura. Número estimado para o processo de moagem, cozimento e guarda das rapaduras. Embora não tenha sido encontrada nenhuma relação de empregados do *Tupinambá* em moagem, essa quantidade

³⁴⁸ Idem.

de trabalhadores foi calculada — assim como quantos homens em cada função do processo — articulando as informações de vários relatos de trabalhadores e proprietários que tratam do cotidiano da produção. A esses vinte operários pode-se acrescentar um ou dois ajudantes na fomalha e alguns meninos que auxiliavam o *bagaceiro*.

Havia uma variação nesses números, em função do ritmo da moagem. Ao surgir a necessidade de produzir com mais rapidez, seja para satisfazer encomendas, seja pela ameaça de chuvas fortes, ou ainda, para que canas acidentalmente queimadas não se perdessem, o feitor colocava mais um *metedor de cana*, pedia um fogo mais forte aos *botadores*, ou chamava ajudantes para que o *bagaceiro* desse conta do combustível. Seria também necessário, convocar um ou dois homens adicionais para *caixear*, pois, como recorda Yony Sampaio: “Os caixeadores variavam, na hora que apertava chegava a se usar três caixeadores de cada lado”.³⁴⁹ Nesses momentos, era possível encontrar 25 homens trabalhando sob o alto teto do engenho.

Cabia ao mestre da rapadura, e em instância maior ao feitor, determinar o ritmo da produção. Era prerrogativa deste último, colocar mais pessoas para trabalhar. Para isso não havia dificuldade, nem seria preciso buscar gente fora da propriedade, pois na época, havia muitos trabalhadores nas canas, nos pastos, no transporte. Graças a intercambialidade de funções e ao tipo de vivência e aprendizado desses homens, não era difícil encontrar um bom trabalhador do eito, que soubesse meter cana ou caixear rapadura.

Quando, a esses números, agregamos os empregados permanentes da plantação, os cambiteiros (cerca de 20 continuaram trabalhando nos primeiros anos do trator), os vigias da mata, os encarregados da *aguação* das canas, entre outros, chega-se a uma estimativa de cerca de sessenta trabalhadores fixos. Um número que iria diminuir na década de 70, quando reduziu-se a produção do *Tupinambá*.³⁵⁰

A remuneração recebida pelos operários referente ao desgastante trabalho de fabrico da rapadura era calculada por dia de serviço, independente do número de horas trabalhado, num sistema que persistiu até a última

³⁴⁹ Yony Sampaio, em 14 de abril de 2006.

³⁵⁰ Infelizmente não foi encontrado qualquer registro de empregados: lista, folha de pagamentos, anotações pessoais, para os meses em que o engenho moía.

moagem do *Tupinambá*. Para os trabalhadores do canavial, também por muitos anos a *diária* foi a única forma de pagamento.

Tal sistema não se limitava ao engenho referenciado. O pagamento pela jornada diária era padrão neste tipo de propriedade rural da região, com forte presença de trabalhadores *permanentes* e *moradores*. O sistema de remuneração por produção ou empreita, bastante disseminado em engenhos e usinas de Pernambuco, só foi introduzido efetivamente no espaço da cana do *Tupinambá*, a partir da década de 60. Por iniciativa de Elony Sampaio, a empreita passou a ser feita com alguns empregados fixos. Os acordos verbais eram feitos com o feitor, e mais raramente com o patrão. O empregador estipulava um valor pela *tarifa*³⁵¹ de cana limpa ou plantada. Quando perguntado como esses acordos eram feitos, Elony Sampaio respondeu: “*Isso era eu com eles, não é mesmo? Tinha indivíduo que preferia ou rendia mais por empreita e outros ficavam satisfeitos com o dia*”.³⁵²

Nas narrativas de Francisco Alves e Zé Pindó, encontra-se a convivência das duas formas citadas de trabalho:

*Era trabalhando “por dia” mesmo. Cambiteiro, cortador... Empeleita mesmo era no tempo de limpeza de cana, né? Naum (feitor) dava uma tarefa pra quatro (homens), né? Tinha deles que quando era meio-dia, até meio dia tirava, né? Tinha deles que levava o dia todinho e não tirava.*³⁵³

*Pois é, mas aí em seu Elony, logo que nós chegamos, nós trabalhamos por dia, mas depois ele não deixou mais a gente trabalhar por diária, era de empeleita. Era eu, pai, Zé Gamenha, Mané Jorgino, nós só trabalhava de empeleita, somente. Toda semana, todo sábado eu entregava a ele seis, sete, oito tarefas de cana ao feitor.*³⁵⁴

Na fabricação da rapadura, no engenho propriamente dito, não havia empreitas. Todos os operários recebiam semanalmente um valor por dia trabalhado, independente da produção, que variava de um dia para o outro. Os trabalhadores mais diretamente envolvidos — os da fornalha — relatam: “... eu botei (fogo) pra 26, 27, 28 (cargas), teve dia de sair 30”.³⁵⁵ “A faixa de rapadura de Elony no começo, quando eu comecei a trabalhar, era até 23, 24 cargas,

³⁵¹ No Cariri uma *tarifa* corresponde a um terço de um hectare, ou 3.333m² (10.000 m²/3).

³⁵² Elony Sampaio, em abril de 2005.

³⁵³ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

³⁵⁴ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

³⁵⁵ Francisco Alves, 28 de setembro de 2005.

*né? E quando passou a só uma fornalha era 28! Nós chegemos a fazer quarenta cargas de rapadura, só numa fornalha só”.*³⁵⁶

Um dos pontos de unanimidade nos depoimentos dos trabalhadores é a exigüidade das remunerações recebidas, que pontuam a pobreza relatada de seu viver. Todos eles falam de seus pequenos *ganhos*, que mal davam para sobreviver. São quantias sempre muito pequenas, difíceis de ser transformadas em valores atuais, já que os nomes das moedas recebidas: tostões, réis, cruzeiros, cruzados, se confundem na mente dos entrevistados. O que fica é a unanimidade do adjetivo: o *ganho* era pequeno, mal dava para sobreviver, uma impressão espontaneamente presente em todos as falas, sem exceção:

*No engenho não, só era aquela gaínho. Enquanto não chegava os legumezinhos da roça a gente sofria um pouco porque era só aquele gaínho.*³⁵⁷

*De todo jeito eu achava bom trabalhar. Mas o ganho era fraquinho nesse tempo, o ganho era fraco, era fraco demais.*³⁵⁸

*O ganho naquele tempo era pouquinho...pouquinho ainda hoje é pouquinho. Só que naquele tempo rendia mais do que hoje. Dinheiro hoje não ta valendo nada.*³⁵⁹

Tuta lembra que durante a década de 50, Luís, um de seus irmãos, decidiu ir trabalhar em outro engenho à procura de um pagamento “melhor”: *“seu Antonio Coelho pagava a ele de dois e cinqüenta, dois mil réis e cinco tostões, o dinheiro que o povo chamava naquele tempo”*... Enquanto isso, com o pai recém falecido por mordida de cobra coral, Tuta trabalhava em casa, no pequeno roçado e procurava outras formas de contribuir para o orçamento doméstico. Eram tempos difíceis. Seguindo os passos do irmão, Tuta foi à procura de serviço na propriedade vizinha:

*As coisas era barata, mas o dinheiro era pouco demais! Não dava pra comprar nada... Eu fui apanhar arroz lá. Bem ali no Brito. Passei tempo apanhando arroz e ganhando também. Naquele tempo as mulheres ganhavam mil e quinhentos [réis].*³⁶⁰

Raros são os casos relatados de moradores do *Tupinambá* que saíram para trabalhar em outros sítios, com a aquiescência do proprietário.

³⁵⁶ Zé Fulô, em 2 de novembro de 2005.

³⁵⁷ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

³⁵⁸ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

³⁵⁹ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

³⁶⁰ Tuta, em setembro de 2003.

Normalmente tal mudança implicava na perda da condição de morador. Na continuação da narrativa, Tuta espontaneamente fez menção à reação do patrão: *“Mas o ganho era pouco e eles foram trabalhar lá em seu Antonio Coelho, e ele [Zé Major] não se incomodou e não mandou dizer vai sair pra fora porque os filhos deixou de trabalhar! Nós ficamos aqui!...Até hoje”*.³⁶¹

Em 1949, quando os Cabral de Melo passaram a morar no *Tupinambá*, o trabalhador adulto ganhava cinco mil réis, enquanto seus filhos ganhavam a metade como ajudantes. *“Quando eu fui trabalhar no engenho, foi que eu passei a ganhar cinco mil réis. E daí ó... ficou a vida toda. Sem subir...”*³⁶²

Algumas observações podem ser feitas, a partir do exame de folhas de pagamentos avulsas do *Tupinambá*. Escritas à mão em papel almaço, são relações referentes a algumas semanas da entressafra de 1981, ou seja, no ano seguinte à última moagem, quando os empregados fixos trabalhavam na plantação de cana. Nas oito listagens encontradas, repete-se o nome de três empregados recebendo valores fixos pela semana: o tratorista, o vaqueiro (cada um Cr\$ 800,00) e o feitor (Cr\$ 1000,00). Em seguida vê-se entre 13 e 21 nomes de trabalhadores (dependendo da semana registrada) ao lado da indicação do número de dias trabalhados e do total pago. Deste grupo, quase todos perfaziam Cr\$ 120,00 por dia. Os restantes, 3 ou 4 nomes, possivelmente trabalhadores menos qualificados ou ajudantes, ganhavam entre Cr\$ 100,00 e Cr\$ 50,00 pela jornada. Há ainda um grupo menor (entre 5 e 8 trabalhadores) com anotações de valores pagos por produção, por *tarefa*.

Essas poucas folhas de pagamento encontradas, mesmo restritas a um só período, podem ser tomadas como amostragem. Algumas informações nelas contidas corroboram afirmações recolhidas entre trabalhadores e proprietários, que davam conta da preponderância do pagamento por jornada de trabalho, mesmo após a introdução do regime de empreita.

Outra constatação possível a partir do exame desse material, diz respeito aos papéis exercidos pelo feitor e pelo patrão nas operações de

³⁶¹ Idem.

³⁶² Zé Fulô, em 2 de novembro de 2005. Desde 1942, a moeda nacional era o cruzeiro. Contudo, era comum ver pessoas utilizar durante anos o nome da moeda anterior, embora ela não mais circulasse. Um cruzeiro equivalia a mil réis. Em dezembro de 1948 o salário mínimo nominal era de Cr\$ 360,00 (o que correspondia, neste uso popular, a 360 mil réis).

pagamento. Nas folhas, vê-se uma caligrafia, possivelmente do feitor Naum, na relação de nomes e dias trabalhados (além de despesas com óleo diesel para o trator e arame para as cercas). Outra escrita, identificada como de Elony Sampaio, registrou, ao lado da primeira, os valores a pagar e a totalização. Os operários entrevistados contam que o feitor fazia os apontamentos de todas as despesas, diárias e empreitas, e a seguir levava para o patrão, que fazia as totalizações e ia buscar o dinheiro no banco. Outro encarregado, Agildo, agia de forma semelhante: *“as folhas dos diaristas né? E as folhas dos empreiteiros, que a gente chamava. Lá ele [Elony] conferia aquelas contas, né? E dava o dinheiro”*.³⁶³ Os indícios nas folhas encontradas parecem confirmar tais procedimentos.

Ficam também evidenciadas a relativa uniformidade e a pequenez dos ganhos dos empregados fixos. Os já citados Zé Gamenha e Zé Fulô aparecem recebendo o correspondente a CR\$ 120, 00 por dia.³⁶⁴ Este último, ao completar sua narrativa a respeito das remunerações recebidas afirmou: *“Aqui [Tupinambá] o maior dinheiro que eu ganhei foi quando foi o real. Era três reais. Por dia”*.³⁶⁵

Mas o que representavam concretamente esses *ganhos* para o orçamento familiar? Qual o seu poder de compra? Segundo esses homens, o dinheiro recebido no sábado era utilizado para a aquisição de alimentos não supridos pelos roçados. Realizavam suas compras na feira, ou em armazéns e mercantis da cidade. Havia semanas em que o pagamento se efetivava demasiadamente tarde, a ponto de não ser possível aproveitar os preços mais razoáveis do fim da feira dos sábados.

Referindo-se a valores pagos na década de 1960, Socorro Souza estima o valor de compra do ganho *de um dia* de seu pai Severino: *“Eu lembro que minha mãe comprava três quilos de feijão do mais péssimo. Mas a gente comia conformado porque não tinha outro meio!”*³⁶⁶

³⁶³ “Seu Agildo”, em 12 de abril de 2007.

³⁶⁴ Sendo época de entressafra, observa-se que o maior número de dias trabalhados nas semanas registradas para um só trabalhador foi de 4 dias e meio. O que corresponde a Cr\$ 540, 00 em uma semana, e Cr\$ 2.160,00 em um mês. Para efeito de comparação, em outubro de 1981, por decreto presidencial, o salário mínimo fixado para o Ceará (6ª região) foi de Cr\$ 324,40 valor dia, e Cr\$ 9.732,00 valor mês.

³⁶⁵ Zé Fulô, em 2 de novembro de 2005.

³⁶⁶ Socorro Souza, em 29 de setembro de 2005.

Os legumes advindos do roçado não cobriam todas as necessidades alimentícias e nem duravam o ano inteiro. Para os moradores, mesmo estando isentos de despesas de aluguel e da compra de lenha para combustível, tornava-se muito difícil adquirir um calçado, vestimenta, ou remédio *de farmácia*, com a remuneração semanal do *Tupinambá*. Essas lacunas eram cobertas com outros *ganhos*: trabalhos de membros da família, mulheres e filhos, já apontados anteriormente. Nesses serviços extras, a maioria deles realizados fora do sítio, havia o cuidado de informar o patrão ou o feitor e em alguns casos obter consentimento. Socorro Souza conta que a situação em sua casa só melhorou efetivamente quando seu pai começou a vender rapadura do *Tupinambá* nas feiras da região, em seus dias de *não obrigação*.

Era assim. No sábado era Barbalha, na segunda era Crato [dias de feiras]. Na quinta, ele ia pro Sítio dos Moreira [Pernambuco]. Aí ele não vinha. Ele ficava lá pra outra feira do Parnamirim. Aí ele tirava dois dias, três dias. Quando ele tirava dois dias, às vezes o feitor já vinha perguntar por qual motivo. Pai dizia: “Não! É porque eu fui receber um tal dinheiro, fui vender minha rapadura...” [Aí o feitor dizia:] “Não! Tá bom!”³⁶⁷

No *tempo de Elony* surgiu o costume de fornecer um *vale* aos trabalhadores, antecipando parte do pagamento da semana: “...na quarta feira ele fornecia um valezinho mas... Elony nunca parou dentro de casa o dia todo. O cabra tinha que esperar... pra receber aquele valezinho”.³⁶⁸ O administrador do *Tupinambá* não comercializava alimentos para trabalhadores: não havia na região o sistema de *barracões*, tão comuns nas zonas canavieiras de açúcar e usinas. Entretanto, sendo um proprietário respeitado na cidade, seus *vales* eram aceitos nas *vendas e bodegas* próximas.

A antecipação de parte do pagamento acontecia em função da extrema carência e da necessidade dos moradores de comprar seus alimentos. Muitos vivenciavam aquela realidade de *trabalhar de dia para comer de noite*.

A princípio pode ser difícil compreender como esses homens se sujeitavam a todos os já citados componentes de obrigações e sujeições, realçados por um trabalho tão parcamente remunerado. Contudo, não se pode esquecer que se tratava de pessoas extremamente pobres, destituídas de tudo. Até a morada, não era, e nunca seria delas. Famílias que preferiam ter um

³⁶⁷ Idem

³⁶⁸ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

dinheiro certo ao final da semana, mesmo pequeno, que permitisse fazer uma *feira*. Os moradores mais carentes esperavam ansiosamente o fim da jornada de trabalho e a boa vontade do feitor em antecipar pagamentos, para receber o equivalente a uma *diária*, que lhes permitia comprar o *de comer* na bodega mais próxima e alimentar a família naquela noite. Após o breve descanso do sono, uma jornada de trabalho igual: labutar de dia para ter o que comer a noite. Mais uma vez, a fala de Socorro Souza expressa esse viver: “Às vezes papai dizia assim: “Amanhã é sábado, mas a gente já comeu o dinheiro todinho, vamos trabalhar o dia de sábado que é pra comprar alguma coisa pra o domingo.”³⁶⁹

Pode-se argumentar que a situação de carência relatada pela família Souza estava num dos extremos da categoria dos moradores. Ao observar o nivelamento das remunerações monetárias dos operários, deve-se lembrar que tais valores representavam *apenas* uma parte dos elementos que compunham a sobrevivência e as condições de reprodução desta categoria. A disposição ou a iniciativa dos trabalhadores para buscar outros *ganhos* complementares dentro da mesma propriedade — tentar fazer empreitas, criar porcos — resultava em um diferencial entre o *passadio* das famílias. Angariar a simpatia do feitor e com isto ver designada para si uma parcela de terra de melhor qualidade para o roçado, poderia ser outro fator de diferenciação. Sobretudo, como boa parte da reprodução da categoria estava embasada no *trabalho por unidade familiar*, o tipo de família e o número de membros aptos para a labuta tornavam-se fatores preponderantes para a determinação da qualidade de vida daquele grupo.

A partir das falas, observa-se que os trabalhadores, além de serem unânimes quanto à pequenez do valor monetário recebido por seu trabalho, concordam na insuficiência dessa quantia para a sobrevivência familiar. A este respeito há uma interessante discussão de Antonio Candido sobre valores mínimos de sobrevivência. Esse autor não dissocia as necessidades exclusivamente materiais daquelas de interação social, presentes em qualquer grupo humano. Ele trabalha com a categoria de *mínimos vitais e sociais*, que admite ser utilizada em sentido comparativo em sociedades complexas, com diversidade de grupos sociais e níveis de vida:

³⁶⁹ Socorro Souza, em 29 de setembro de 2005.

Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo.³⁷⁰

Os trabalhadores do *Tupinambá*, em concordância sobre a insuficiência dos valores monetários recebidos para o sustento da família, também utilizam o mesmo termo para designar sua remuneração: *ganho*.

Em todas as falas, *ganho* é a designação mais freqüente. Eventualmente podem ser encontradas referências à remuneração com os termos *dinheiro* ou *paga*. Contudo, os trabalhadores entrevistados nunca usaram o termo *salário* para designar o que recebiam, no *Tupinambá* e em outros engenhos onde labutaram. Para os moradores, sejam aqueles mais ligados ao trabalho do *eito* e transporte (incluindo tratoristas), sejam aqueles que exerciam ofícios dentro do próprio engenho, a palavra *salário* só vai aparecer quando o tema da conversa é a aposentadoria. *Salário*, para este grupo social, é uma palavra mais ligada ao presente, associada a seus *direitos*: é o salário-mínimo, que aqueles que conseguiram o *aposeno* rural recebem mensalmente *do governo*.

*Quando minha aposentadoria eu recebi, naquele salário, sabe de quanto? A primeira vez? O salário de setenta e cinco contos. Aí de setenta e cinco contos, no outro ano, subiu pra noventa... Aí as coisas foram melhorando um pouquinho. (...) No ano que eu me aposentei, o meu salário deu mais do que dois de hoje. A capacidade de eu comprar deu mais que dois de hoje. A gente pagava energia era um tantinho assim. A gente pagava água era um tantinho assim.*³⁷¹

A escolha preferencial do termo *ganho* pelos trabalhadores remete imediatamente ao passado. Era assim que seus pais se referiam ao que recebiam. E eles, que seguiram seus pais no destino, no ofício, no tipo de relação de trabalho, continuaram a se referir a seus *ganhos*, mesmo após a chegada da legislação que os equiparava aos trabalhadores urbanos.

Os *moradores* continuaram sem carteira assinada e recebendo um valor arbitrado pelo patrão. Se este, com o tempo, passou a calculá-lo tendo

³⁷⁰ CANDIDO, op. cit, p.35.

³⁷¹ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

por base o salário mínimo³⁷², outros *direitos* não eram contemplados. O número de horas trabalhadas ultrapassava as determinadas, sem que tais *extras* fossem computados. Nem havia qualquer menção a licenças ou férias. Desta forma, compreende-se que na visão dos trabalhadores, como o que continuavam a receber em nada se assemelhava ao salário pago às novas formas de trabalho legalizadas, nem em valor, nem nos direitos que as acompanhavam, o termo antigo — *ganho* — e o que este representava, prevaleceu.

Há semelhanças entre o uso dessas palavras pelos homens do *Tupinambá* e pelos trabalhadores pesquisados por Lygia Sigaud em contexto diverso: engenhos pernambucanos na década de 1970. Para esta autora, estes trabalhadores canavieiros, que se classificam e são classificados de *clandestinos* (trabalhadores sem carteira assinada), “ao buscarem no estoque de categorias do passado um termo para classificar sua remuneração, (...) estão não apenas estabelecendo a ponte com o passado como também assinalando a distância que separa o *ganho* do *salário*”. (...) “O que separa o *ganho* do *salário* são os *direitos*. Para os que não têm *direitos*, o *ganho*; para os que os têm o *salário*.”³⁷³

Entre os operários da rapadura há uma percepção semelhante. Mesmo a partir dos anos 1960, quando novas realidades do mundo do trabalho — sindicatos, carteira assinada, “direitos” — iam-lhes sendo apresentadas, eles continuavam a se sentir vivendo e trabalhando num mundo um pouco a parte. Um mundo onde não havia *salário*, nem férias, nem direitos, um mundo onde só havia o trabalho e o *ganho*, ambos arbitrados pelo patrão.

Operava-se, nesses contextos, uma espécie de resistência mesclada de pragmatismo. Este ajustamento, contudo, não eliminava a presença de conflitos entre patrão e empregados, externados, muitas vezes, nas vozes *subordinadas*. No trato *proprietário / trabalhador* estava patente o confronto em torno de *ganhos* e horários de trabalho, dias de obrigação, moradias, etc. Havia, certamente, o que James Scott chama de “*um constante processo de teste e renegociação das relações de produção entre as classes*” que se

³⁷² Não há comprovação disto. Ver nota nº 365. Sabe-se que na entressafra os valores da diária eram inferiores aos da safra.

³⁷³ SIGAUD, op. cit., p. 158. Grifos da autora.

configura em “*uma tentativa incessante de aproveitar e salientar cada pequena vantagem para verificar os limites das relações existentes*”.³⁷⁴

Nos depoimentos recolhidos, há trechos em que se percebem sinais desse conflito entre a resistência e a submissão que perpassou a vida daqueles trabalhadores e persevera em seus momentos do presente. Na narrativa de Francisco Alves, por exemplo, há um relato, que embora longo, merece ser transcrito em sua totalidade. Trata-se de um acontecimento passado nos anos 1960, quando liderados pelo mestre do ponto Pedro Bernabé, os trabalhadores em grupo coeso, dirigiram-se ao patrão do *Tupinambá*. Foram reivindicar o direito de ter a carteira assinada:

Aí Pedro Bernabé teve um tempo... Ajuntou nós tudinho pra levar lá pra seu Elony, tudo os trabalhador, pra nós trabalhar de carteira assinada. “Óba!” Foi o que seu Elony achava melhor! (Pedro Barnabé) Disse: “É seu Elony. Juntei nós tudinho, pra nós trabalhar agora de carteira assinada”. Seu Elony disse: “Graças a Deus! É assim mesmo que eu quero. Sabe por que? Eu acho bom isso. Se vocês plantar na minha terra, paga! Se uma mulher vier deixar o de comer de vocês, se pegar um copinho de garapa ali, ela paga! Uma lenha que tirar na mata, ela é paga! A casa que vocês têm paga aluguel! A água vocês...” Home! [seu Elony] Botou tanta coisa que ele [Pedro Barnabé] disse: “Não, seu Elony, deixe lá, nós fica solto mesmo.” [Rindo] Éita seu Elony sabido... botou tudo contra. Isso foi lá pra 60 (1960) e pouco. Pedro Bernabé em conversa mais os outro, sem dúvida achou que carteira assinada era o melhor. Quando falou pra seu Elony, seu Elony botou água, lenha, terra pra plantar, casa pra morar, até a garapinha quando a mulher fosse deixar comida da gente, era obrigado a gente comprar aquele copinho de garapa pra dar a ela... Oxente! Pulou tudo fora home! Aí fiquemo solto.”³⁷⁵

Na prática patronal estabelecida, os ínfimos *ganhos* seriam compensados pelas *benesses* ou *contrapartidas* que se efetivariam para os *moradores*. Sob a ótica dos empregadores, uma das contrapartidas seria morar sem pagar aluguel — mesmo que as casas, a maioria construída pelos próprios empregados, fossem moradias precárias. Tuta descreve assim a casinha em que nasceu, em 1923, no *Tupinambá*: “*a casinha, que nesse tempo era uma casinha coberta de palha, cercada de palha, portinha de palha, tudo de palha, num sabe?*”³⁷⁶ Esta contextualização da morada em palha tem um significado que vai além da extrema pobreza: representa emblematicamente a

³⁷⁴ SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. op. cit., p.21-22.

³⁷⁵ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

³⁷⁶ Tuta, em dezembro de 2000

transitoriedade da condição de seus moradores e o controle por parte do patrão das instâncias íntimas da vida familiar.

No início dos anos de 1950, a maioria das casas já havia substituído a palha das paredes pela taipa. Na verdade, as famílias mais estáveis habitaram casas sucessivas sobre o mesmo chão, pois a fragilidade das primeiras moradias implicava em refazê-las quase que por completo, a cada inverno mais forte. A palha passara a ser usada apenas para a coberta e para um pequeno recanto usado para o banho de mulheres, ou ainda, quando fosse necessária a construção de algum abrigo temporário, à espera da morada definitiva.

No final da década de 1960, mesmo com pequenos reparos, a maioria das casinhas estava bastante deteriorada e já não interessava ao patrão nelas investir: gastar material, pagar o reforço de mão de obra, etc. Vários motivos concorriam para isso. Embora a procura por emprego e fixação no sítio continuasse forte, ao proprietário já não era tão interessante receber *novos* moradores, a não ser que o candidato tivesse a seu favor uma recomendação, uma habilidade, um ofício. Como já foi dito, a legislação em vigor, a atuação do sindicato e a possibilidade, cada vez maior, de reivindicações de direitos e indenizações contribuíam para isso. Quanto aos moradores antigos, de confiança, operários habilidosos, estes o proprietário ia mantendo dentro do possível.

Além de não mais ser interessante adquirir novos moradores, anunciava-se as *obras da rodagem*: a regularização da estrada de acesso ao Distrito de Arajara, que atingiria, nos primeiros metros de seu percurso, a maior parte da rua do Fubá, o que realmente veio a acontecer. Antecipando-se a isto, Elony Sampaio mandou derrubar várias casas. Pouco antes, havia colocado parte das famílias moradoras, em casas recém construídas por ele numa área elevada do sítio *Tupinambá*, que já estava dentro da área urbana. Os proprietários do *Tupinambá* não guardaram registros das ocupações. A partir de depoimentos de alguns moradores transferidos — Dito Barnabé, Zé Fulô — deduzi um número aproximado de sete famílias ocupando inicialmente as Nove Casas. Esse novo *arruado* diferenciava-se do anterior por estar mais distante da *Casa e Engenho* e ter as casas feitas de tijolos, telhas e piso de cimento. Todavia, não havia serviços de água, luz, esgoto ou calçamento neste arruado

que ficou conhecido como *as Nove Casas*.³⁷⁷

*Porque fizeram essas casas aí, e seu Elony mandou desmanchar, mandou desmanchar a rua do Fubá. E os moradores que vieram pra as Nove Casas foi tudo os de lá. Oi! primeiro quem morou ali naquela rua ali em cima, nas Nove Casas... o pedreiro foi aprontando a casa e eu fui logo pra dentro. Fui o primeiro que morou ali na rua... (das Nove Casas) e hoje tem onze casas lá.*³⁷⁸

Afora a moradia, a mais importante contrapartida que cabia a estes trabalhadores permanentes era a *concessão* do cultivo de lotes de terra para legumes. O *roçado*, que em muitas regiões do país ocupa um lugar de destaque na tipificação das relações de *morador de condição*, adquiria no *Tupinambá* uma importância vital: sem este cultivo a sobrevivência da família seria impossível. Francisco Alves, *metedor* de fogo, *botava o seu roçado* todos os anos, à semelhança de seus colegas. Ele recorda: “*Em dezembro nas primeiras chuvas é que nós plantava. Às vezes quando era na Semana Santa todo mundo já tinha as suas verduras, seu feijão verde, seu milho verde. Aí depois todo mundo tava com as casa cheia*”.

Neste caso não se tratava de nenhum tipo de parceria com o patrão. Tudo que o morador ali plantasse era para seu próprio uso. Em compensação nenhuma semente lhe era fornecida. Além disso, o morador não dispunha de muito tempo *livre* para se dedicar ao roçado: “*Só no domingo, ou quando o engenho dava o prego, né?*”³⁷⁹

Ao contrário de muitas outras propriedades, em que aos moradores ficavam reservados os piores trechos de solo, havia no sítio *Tupinambá* um baixio fértil não utilizado para a plantação de cana-de-açúcar, no qual durante muitos anos os trabalhadores plantaram milho e feijão. A distribuição dos *lotes* para plantar era feita pelo feitor. E nessa determinação sempre havia quem se queixasse de ficar com os piores trechos. Socorro Sousa lembra: “*(Pai) Plantava. Mas era assim. As terras melhor nunca chegava pra ele. Ainda hoje é assim aqui*”.³⁸⁰ Já Francisco Alves confirma a qualidade da terra dos roçados: “*Terra boa! Quem agüentasse uma tarefa era uma tarefa. Quem agüentasse*

³⁷⁷ A *rua das Nove Casas*, que tem onze casas pertencentes a família Sampaio, é hoje um quarteirão da rua Tristão Gonçalves, no bairro (urbano) do Rosário.

³⁷⁸ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003. Os serviços públicos foram sendo introduzidos lentamente nas Nove Casas, hoje é calçada de pedra tosca e com água e luz.

³⁷⁹ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

³⁸⁰ Socorro Souza, em 29 de setembro de 2005.

duas, era duas".³⁸¹ Não havia um tamanho fixo para os roçados. Dependia do que o trabalhador conseguisse trabalhar e nesse aspecto quem tinha mulher e filhos para ajudar levava vantagem.

Zé Gamenha era um dos trabalhadores mais robustos. Ficou conhecido como o de maior *roçado*: com filhos ainda pequenos dava conta de quatro tarefas de terra, de onde tirava seus legumes e ainda vendia sementes para seus companheiros, que em função da fome e de outras necessidades, não guardavam parte da colheita para a sementeira no ano seguinte.

Contudo, as culturas tinham que ser ligeiras, pois o patrão em breve exigia todo o terreno desimpedido para colocar o gado vindo da serra, que se alimentava do pasto e do chamado restolho:

*É que seu Elony dizia logo: "No fim de julho eu quero as terras desocupadas!" Mode o gado, né? Aí nós quando era do começo de junho a gente ia botando todo o feijão pra casa, o milho ainda ficava meio verde, né? Mas quando dizia assim, entrou o mês de julho, a gente já ia quebrando aquele milho mais seco, botando pra casa, né? Até que botava tudo. Mode no derradeiro de julho entregava o terreninho desocupado pro gado.*³⁸²

Há vários testemunhos que aludem ao rebanho numeroso do patrão do *Tupinambá*:

*Porque tinha muito gado! Gado! menino! Que quando o gado começava sair aí [da porteira do sítio] já ia gado passando pela IBACIP. Agora era gado! E gordo e famoso mesmo!*³⁸³

*Me lembro. Gado tinha muito nesse tempo por lá. Muito gado lá. Gado e muita gente!*³⁸⁴

Ainda dentro do rol das *contrapartidas* ou *benesses* que o costume associava à condição de morador, havia a permissão para retirar lenha, com a qual as famílias cozinhavam. Quanto à água para uso geral, os moradores a retiravam da pequena *barragem* alimentada pela *levada* da Santa Rita. Para conseguir *água de beber* as mulheres se deslocavam até o conhecido *olho d'água*,³⁸⁵ bem próximo, na entrada da cidade.

³⁸¹ Francisco Alves, 28 de setembro de 2005.

³⁸² Idem.

³⁸³ Socorro Sousa, em 29 de setembro de 2005.

³⁸⁴ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

³⁸⁵ O olho d'água era uma fonte natural, hoje desaparecida, situada próxima a encosta que levava ao centro da cidade de Barbalha.

Moradores mais antigos falam de outras concessões como a distribuição de leite às crianças pequenas. Segundo eles, as famílias também recebiam eventualmente um pouco de carne, quando seu Zé Major, o patrão de então, mandava matar um boi. Mesmo considerando tais doações de alimentos um componente do patronato, confirmado por vários contemporâneos, há que se relevar o elemento de nostalgia nessas evocações. As narrativas tendem a associar um quê de fartura ao passado mais remoto, e uma áurea de generosidade aos falecidos patrões. Há sempre uma comparação, não favorável à realidade vivida mais próxima ao presente. Por exemplo: os narradores concedem que o novo patrão, Elony Sampaio, também fazia distribuições de carne. Mas, segundo relatos, isto só acontecia quando um boi quebrava o pescoço e era sacrificado.³⁸⁶ O *vaqueiro* Raimundo Justino já sabia o que fazer: retiradas as partes mais nobres para consumo da Casa Grande, ele retalhava e salgava o restante do animal. As carnes e os ossos ficavam expostos sobre uma mesa comprida na lateral do engenho, onde cada morador vinha retirar uma parte para sua família.

Elony Sampaio também manteve o antigo costume de distribuir rapaduras e garapa aos moradores do Tupinambá. Quando Figueiredo Filho visitou este engenho em 1958, constatou a persistência das habituais concessões de roçados aos trabalhadores, bem como de outras práticas de cunho paternalista que incluíam a doações de alimentos, através da mulher do proprietário. Além disso, havia “o velho e bom costume de se distribuir mel com as famílias de todos os moradores durante o segundo expediente do sábado”.³⁸⁷ Contudo, já nesta época, algumas franquias iam sendo limitadas – a lenha, que ia se tornando mais rara na propriedade – enquanto outras já haviam sido retiradas, como o acesso às fruteiras do pomar. Tais elementos, há gerações cedidos aos moradores como *concessões*, já eram por eles vislumbrados como “*direitos*” continuamente utilizados. Neste sentido, sempre que possível tais interdições seriam desafiadas. A lenha, absolutamente necessária, passou a ser apanhada às escondidas, com a conivência de alguns vigias. Quanto as frutas do pomar, próximo à *Casa*, eram retiradas pelos mais *habilidosos*. Cachos de banana eram cortados durante o dia e escondidos

³⁸⁶ Dito Barnabé, 14 de setembro de 2003 e Socorro Sousa, 29 de setembro de 2005.

³⁸⁷ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p. 52.

dentro das touceiras para serem levados à noite. As mangueiras também eram muito visadas: “*Eu só vivia lá comendo manga. E quando ele [feitor] vinha eu ficava caladinho, atrepado no pé de manga. Aí passava por debaixo da mangueira aí não me via.*”³⁸⁸

Concessões e interdições, contrapartidas e obrigações: elementos de peso desiguais, que não formavam um quadro estático: como todo processo de relações sociais se modificavam ao longo do tempo. Entretanto, em meados do século XX, tais transformações ainda ocorriam de forma gradual, sem fortes rupturas, permitindo a quem estuda esse universo de trabalho, visualizar as práticas mais arraigadas como *permanências*, embora constantemente *reexperimentadas e reelaboradas* pelos seus atores sociais.

A Rua do Fubá, espaço de moradia e socialização, ponto central identitário na formação de uma comunidade que se reconhecia como tal, funcionava na perspectiva do patrão como um local adicional a seus espaços de trabalho. No arruado dos trabalhadores, a vontade do proprietário interferia em todas as instancias: na permissão, localização e possíveis alterações das casas; na intervenção pessoal por ocasião de conflitos, não permitindo a entrada da policia em seu território; no conhecimento do paradeiro de seus moradores, sempre a disposição. No *Tupinambá* da segunda metade do século XX, persistia a figura tradicional do patrão, que mesmo quando não agia diretamente, tinha no feitor uma extensão de suas determinações.

É inegável que os usuais *moradia* e *roçado* são os fatores que costumeiramente *legitimavam*, na visão patronal, a exploração do trabalhador com baixa remuneração e sem seguir as determinações das leis correspondentes, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963). Quanto aos trabalhadores, pode-se dizer que os mesmos elementos, a *moradia* e o *roçado*, os conduziam a desejar permanecer na condição de moradores. Estes dois fatores seriam as compensações mais significativas ao *cativo* da propriedade, a que estavam submetidos. O acesso à moradia e ao roçado imbricavam os mecanismos de submissão, imputados pelo patrão.

Quando Zé Pindó falava sobre seus *ganhos* no *Tupinambá*, este operário, num comportamento semelhante ao de alguns companheiros, reconheceu a insuficiência do que ganhava, que dizia não compensar o volume

³⁸⁸ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

de trabalho dedicado. Mas, acrescentou de imediato a citação dos *complementos* que recebia por parte dos patrões. Ou seja, ao reconhecer que o *ganho* não correspondia à jornada de trabalho, restou ao narrador aludir a outros componentes “não monetários” da relação de trabalho: ³⁸⁹

*O ganho era pouco... Mas lá todo dia recebia uma... rapadurinha deste tamanho [gesto com as mãos]. O cabra ganhava. Por dia, num sabe. Tinha a rapadurinha e todo sábado tinha mel. Parece que era dois litros de mel todo sábado. E a gente podia trazer cana pra chupar. Por isso que eu digo: ele [o patrão] não era má pessoa não... Mas o ganho era pouco mesmo.*³⁹⁰

Através das falas dos trabalhadores que também labutaram em outras propriedades, pode-se inferir que, nos aspectos fundamentais da vida e trabalho, as condições eram *duras* nos engenhos de rapadura em Barbalha de um modo geral, com pequena variação de uma propriedade para outra. Nas operações desenvolvidas nos canaviais, por exemplo, os trabalhadores lutavam com os mesmos instrumentos e técnicas arcaicos, tanto no *Tupinambá*, quanto em sítios de menor produção. Por outro lado, não era apenas o engenho referenciado que mantinha o antigo costume de distribuir rapaduras entre os operários. Assim sendo, pode-se indagar por que no *Tupinambá* havia uma certa fixação do trabalhador? Ou seja, por que a rotatividade de operários neste engenho era relativamente pequena? E ainda o que explicava os constantes pedidos de morada?

Ao longo das *conversas* com os antigos empregados desta propriedade, quando estes narravam suas dificuldades de subsistir, como que respondendo a perguntas não formuladas (pressentidas, talvez), os trabalhadores acrescentavam que havia engenhos próximos que ainda pagavam menos! Outros citavam sítios vizinhos, que não cediam aos moradores terras *boas* para se plantar. Observa-se também, que a proximidade entre as áreas de *roçado* e os espaços dos serviços para o patrão, no *Tupinambá*, tornava-se um fator positivo para o morador, dada a exigüidade do tempo livre que ele dispunha para si.

Além desses argumentos, as *moradas* — mesmo precárias e sujeitas ao forte controle patronal — formavam um arruado que se constituía no

³⁸⁹ Comportamentos semelhantes de trabalhadores em relação a elementos que complementarizavam remunerações insuficientes são estudados por LOPES, op. cit, p.28. e SIGAUD, op. cit, p.34, entre outros.

³⁹⁰ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2005.

principal espaço de convivência do grupo: muito presente e valorizado nas narrativas dos trabalhadores. Zé Pindó recordou com saudades: *“Nesse tempo que eu trabalhava lá era bom demais, animado demais. Aí na rua do Fubá, como o povo chama, era onde mais se ficava, era até de noite conversando, o povo conversando”*.³⁹¹ Havia a vantagem suplementar de morar *encostado* à cidade: um acesso rápido e a pé, aos poucos serviços e diversões urbanas acessíveis à classe trabalhadora.

Há também um número significativo de depoimentos, já assinalados, que aludem ao patrão do *Tupinambá* como uma pessoa que não *judiava*: não maltratava, não humilhava e nem gritava com seus homens. Isso pode levar a pensar que os operários conheciam exemplos próximos de proprietários que mantinham com seus moradores, esses costumes deplorados pelos entrevistados.

O desencanto dos trabalhadores do *Tupinambá* em relação ao patrão se refere à forma de remuneração. A judiação estaria no “dia de pagamento”: *“No sábado a gente trabalhava do dia todinho, quando terminava era quase tudo escuro, e ele não tinha chegado ainda. Pra fazer o pagamento. Sobre negócio de dinheiro era gente muito maltratador, Elony, no começo”*.³⁹² Zé Gamenha já havia caracterizado o mesmo patrão: *“Ele era bom, mas era seguro”*.³⁹³

Outro fator que pode ter favorecido o desejo dos operários de permanecer no sítio também está relacionado à figura do patrão: por longos anos, o administrador do *Tupinambá* gozou de poder e prestígio suficientes para exercer uma espécie de proteção aos seus homens dentro do âmbito do município. Para salientar este aspecto, Zé Fulô recordou certos dias *de farra* no passado, em que Zé Gogó, companheiro de trabalho, animado pela cachaça ingerida e confiante no poder do patrão, fazia barulho e desafiava os soldados:

*Pra isso daí, Elony era muito respeitado. O povo respeitava Elony. O finado Gogó se amontava no burro e saía lá pelos cabaré e gritava: “Eu sou é Gogó e ninguém manda em Gogó não”. Ele gritava: “Eu sou é Gogó e moro em Elony e ninguém manda em Elony não! Quem manda em Elony é nós!” Porque na época, no começo, ele (Elony) tinha ordem mesmo. Polícia não era besta de bulir com morador de Elony. Isso aí eu vi.*³⁹⁴

³⁹¹ Idem

³⁹² Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

³⁹³ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

³⁹⁴ Zé Fulô, em 2 de novembro de 2005.

No período estudado, pode-se então localizar uma comunidade relativamente constante de moradores, formada em grande parte por grupos familiares de trabalhadores de mais de uma geração: os *Barnabé*, os *Gamenha*, os *Fulô*, os *Casemiros*, os *Pindó*, e outros pequenos núcleos. Trabalhadores permanentes que, como foi visto, tinham remunerações muito semelhantes.

Esse relativo nivelamento nos ganhos dos operários participa e contribui para a composição informal de um grupo, que compartilhava um modo de vida, linguagem, crenças e formas de resistência à dominação patronal. Homens que se reconheciam, não só pela luta diária pela sobrevivência, mas também por certas alegrias no fazer e no lazer.

A consolidação de um grupo mais ou menos coeso de trabalhadores permanentes do *Tupinambá* é uma realidade patente quando se analisa as várias narrativas. Referências cruzadas aos companheiros aparecem todo o tempo: os nomes, os apelidos, as características dos colegas do trabalho e da comunidade (muitos deles hoje distantes ou desaparecidos) reforçam e dão colorido às falas, ilustrando episódios contemplados por mais de um narrador.

Os ambientes de trabalho favoreciam essa consolidação, ao se diferenciar de fábricas mais mecanizadas, em que uma fiscalização mais rigorosa por parte dos encarregados não permite brechas no serviço, brincadeiras e pequenos desvios, como ocorria no engenho estudado. No *Tupinambá*, não estavam tão presentes as lógicas que geralmente associamos ao trabalho industrial: condições de confinamento, vigilância constante, hierarquia rígida, anulação do sujeito.

Entre os trabalhadores existia uma identificação enquanto grupo social não só pelas experiências comuns de trabalho: havia o compartilhar do espaço comum de moradias e socialização. Tratava-se de uma comunidade em que havia o predomínio de sistemas de interação. Nada a estranhar, portanto, das constantes referências nas narrativas a certo companheirismo no trabalho e nos momentos de lazer.

Deve-se, entretanto, estar atento para perceber outras possibilidades de leitura nesses discursos de companheirismo e harmonia entre operários. Tome-se, por exemplo, as seguintes afirmações: *“Muita amizade aí, nós nunca brigamos, nunca tivemos confusão, nem nada. Camaradas tudo bom aí.*

Tudinho”.³⁹⁵ “*Tinha de tudo: era brancos e pretos, tudo era assim comigo. Nunca gostei de malquerença, essas coisas*”.³⁹⁶ Estas falas, que reforçam narrativas de episódios que envolvem um grupo facilmente reconhecível, tanto no trabalho quanto nos locais de sociabilidade, devem também ser compreendidas como reflexo de um sentimento mais generalizado, um olhar retrospectivo para um passado considerado, por eles, um tempo mais feliz. Nestes dois sentidos, podemos considerar o depoimento de Dito Barnabé:

*Lá não era que nem hoje não. Hoje não tá prestando nada lá. É uma rapaziada! E era todo mundo amigo e hoje todo mundo é quase inimigo do povo. A gente só vê é: “Mataram um pra acolá, outro pra acolá, brigaram pra acolá” Num pode. Aquela era nossa... Ali é que era bom. Hoje qualquer coisinha é o povo querendo matar o outro, querendo dar na gente...*³⁹⁷

Sem que isso represente verdadeiramente uma contradição, nas mesmas narrativas surgem episódios de desavenças, discussões e até agressões físicas entre trabalhadores, em locais de trabalho e espaços de moradia. Ou seja, embora houvesse momentos no cotidiano em que compartilhassem expectativas e posições junto ao feitor ou patrão, isto não implicava num consenso permanente ou em ausência de disputas no grupo. Nas outras instâncias da vida, embora vivenciassem juntos as atividades domingueiras da Rua do Fubá, ou formassem pequenos grupos para *brincar*³⁹⁸ na “rua” [cidade], tais comportamentos não escondiam eventuais desentendimentos, alguns graves, envolvendo moradores e famílias.

Segundo os trabalhadores, no período estudado aconteceram várias confusões na Rua do Fubá, a maioria ligada à bebida. Contudo, não houve registro de morte ou ferimentos mais sérios. A única notícia de um *crime* entre moradores é o relato de Francisco Alves, que dá conta de uma briga entre seu pai e um compadre, conflito que terminou com a morte do compadre e a prisão do pai por 16 anos. Este episódio, entretanto, aconteceu antes de 1945.

Há relatos de episódios que retratam a competitividade por espaços de trabalho, que tratam de favorecimentos junto a determinado feitor ou ao

³⁹⁵ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

³⁹⁶ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

³⁹⁷ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

³⁹⁸ Os trabalhadores utilizam muito o *brincar* para as atividades de lazer. Podia representar apenas uma cachacinha ou o jogo de baralho na porta de casa, mas *brincar* geralmente significava ir para bares, cabarés, ou outros festejos da cidade.

patrão: “Pedro Barnabé era mestre, era o mais babador, né? Seu Elony só acreditava no mundo, nele”.³⁹⁹

Quando eu aprendi a trabalhar em fornalha, o Pedro Bernabé era o manda-chuva né? Sabidão! A senhora já sabe, a garapa cai, aquela borra vai assentando embaixo, né? Ele só tirava a garapa de cima! Não recebia a garapa do fundo do parol. O velho era sabido, né? Não queria que aquela garapa do fundo do parol que ia com mais borra, né? Ele não queria! Sabido, né? (...) Ele recebia a garapa toda limpinha! E toda a vida aqui o cabra [que estava na outra linha de cozinhamento] fazia uma rapadura roxa porque pegava toda aquela borra de pé de parol. (...) Aí quando eu comecei mais ou menos com três ou quatro mês, aí eu disse: “Você é sabido Pedro, mas comigo você não vai ter sabedoria não. O pé de um parol que eu pegar você pega o pé do parol do outro!”⁴⁰⁰

Outras narrativas aludem a desavenças originadas a partir de reclamações entre colegas por uma tarefa mal feita. No cozinhar do melado, por exemplo, o erro de um só comprometia toda a *fornada* do produto: “O que cozinha, se ele não entender, o mestre derrota ele, se ele quiser. Ele dá o tempero ruim o cozinheiro na frente num sabe não é? Aí tira a rapadura toda desmantelada”.⁴⁰¹ Os espaços do engenho testemunharam algumas disputas que resultaram em agressões:

Quando Luquinha [feitor] chegou [disse]: “Ora, você lá é botador de fogo! Você nunca botou fogo!” Menina! Eu joguei o gancho foi pra derrubar ele mesmo. Joguei o gancho no pé dele... “Pois vá meter suas...seu bosta! Que nunca nenhum veio com esses negócios pro meu lado!” Cheguei em casa, mandei a mulher... Eu digo: “Olha eu vou me embora, domingo eu venho te buscar.”⁴⁰²

O Expedito era o tratorista, né? Ele botava cana. Pegou a briga com esse negão. Como era o nome do diabo? Ele metia cana... Eles pegaram uma briga lá pelo salão e o negro pulou de riba da escada... Pulou, pensou que pulava a fornalha e caiu no meio da caldeira! A garapa deu [nele] até aqui assim. A sorte dele é que nós tinha parado pra almoçar, a garapa estava só morna, porque senão ele tinha ficado lá dentro.⁴⁰³

A convivência próxima das famílias fazia com que chegassem ao engenho desentendimentos nascidos no arruado dos moradores, motivados por ciúmes, intrigas, namoros escondidos, bebedeiras, etc. Nos domingos, sob

³⁹⁹ Socorro Sousa, em 1 de novembro de 2005.

⁴⁰⁰ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

⁴⁰¹ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

⁴⁰² Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

⁴⁰³ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

a calma sombra dos pés de *juá* e *benjamim* da rua do Fubá, a sempre presente *cachacinha* podia contribuir para que ressurgisse uma alteração originada em plena ação da moagem.

Na solidariedade ou no desentendimento, as interações entre o mundo do trabalho e os outros componentes da vida comunitária eram intensas e constantes. Nas narrativas dos operários contatados, percebe-se, ao lado da *riqueza* de particularidades de suas histórias — origens, trajetórias — os interesses em comum, um certo padrão de conduta, a formação partilhada de estratégias de sobrevivência instigadas por aflições e carências paralelas. Pode-se vislumbrar também um compartilhar de crenças e expectativas de futuro, que delineiam de forma muito clara, através de práticas culturais, este grupo social.

Constituíam-se assim uma comunidade de trabalhadores que partilhava um cotidiano que ia muito além dos próprios momentos de trabalho. Como as moradias ficavam bem próximas do local de trabalho, os familiares em suas casas participavam da rotina e atividades da moagem. Há um quê de lírico na fala de Tuta, quando ela recorda os sons do engenho a regular a rotina de sua casa: *“A moagem era muito linda. Eu achava bonito. Quando era de madrugada, o engenho fazia prriiii!, apitando, chamando os tombadores, os metedores de cana, eu já tava acordada, já tinha feito café”*.⁴⁰⁴

De suas casas, os moradores podiam observar o movimento de entrada e saída do engenho. A proximidade permitia que o almoço dos trabalhadores fosse levado na hora certa, pelas esposas ou outros membros da família. Esse costume prevaleceu até o findar das moagens:

*Nós entrava no engenho. Nós ia deixar o de comer de pai lá. Às vezes ia buscar mel, pegar rapadura... Era o que mais gostava. Às nove horas ir beber garapa e deixar almoço de pai e comer rapadura e trazer rapadura. Quando a gente queria só era ir lá pedir e eles dava. Ainda era Zé Major.*⁴⁰⁵

Assim como traziam a refeição, os familiares vinham em busca de um pouco de garapa. Tal agrado, reservado aos sábados, podia acontecer em outros momentos, a depender da benevolência ou *vista grossa* do feitor.

⁴⁰⁴ Tuta, em dezembro de 2000.

⁴⁰⁵ Idem

Compunham-se assim, ao longo da rotina de um dia de moagem, outros momentos de interação entre as duas esferas de vida: trabalho e vida familiar.

A convivência entre as famílias de trabalhadores era acentuada pela proximidade das casas da Rua do Fubá. Esse nome pitoresco, que surgiu não se sabe precisar quando, foi explicado pelos próprios moradores. Suas casas muito pequenas serviam quase que somente como abrigo: local de dormida e guarda de suas poucas possessões. Cozinhar a base de lenha sob os tetos baixos de palha seria uma temeridade. Os fogões, muito rústicos, raramente eram feitos de tijolos. As mulheres utilizavam uma *trempe*, ao ar livre ou debaixo de uma puxada. Muitas operações domésticas aconteciam fora de casa, à vista de quem passasse: debulhar milho, catar feijão, pilar ou pisar milho para fubá. Pilões *esculpidos* pelos próprios trabalhadores a partir de toras de madeira retiradas da mata do sítio.

O arruado ganhou seu nome em função da visão das mulheres do *Tupinambá* a manejar seus pilões do lado de fora das casas. Como explicou Dito Barnabé:

*Porque o povo só vivia pisando. Aí o povo botaram o apelido de rua do Fubá. Porque só vivia pisando. (...) Estalava o milho, dava aquele milho, acabar ia fazer fubá. Aí o povo pensava que era (só) fubá. Mas não era. Era pisando arroz, milho, pisando tudo no mundo. Fazia pão, pão de milho, era aí, e botaram o apelido da rua do Fubá.*⁴⁰⁶

A proximidade facilitava também que uniões acontecessem entre membros da comunidade. “*Ela morava na rua do Fubá mesmo. Eu comecei a conversar com ela lá. Com poucos anos, com pouco tempo, eu me casei logo com ela. Boa pessoa.*”⁴⁰⁷ Muitos casavam com filhas de moradores, passavam a chefes de família. Sendo a noiva do *Tupinambá* ou não, o patrão era logo comunicado, pois dependia dele a possibilidade do novo casal se instalar em outra moradia.

Engenhos de rapadura sempre foram redutos de operários masculinos: “*No engenho só trabalhava homem, e era muita gente. Cheio mesmo.*”⁴⁰⁸ Entretanto, múltiplos eram os espaços de trabalho do *Tupinambá*. O dia das mulheres era cheio de afazeres, enquanto os homens trabalhavam

⁴⁰⁶ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

⁴⁰⁷ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

⁴⁰⁸ Tuta, em setembro de 2003.

no eito ou no engenho. A elas cabiam os serviços domésticos e a criação dos filhos pequenos. Raras eram aquelas que não procuravam, em outras atividades, aumentar o *ganho* da família: pequenas criações de galinhas ou porcos, serviços domésticos para a mulher do patrão, cozinhar para os *sazonais*, são alguns exemplos pinçados das narrativas. Rita, casada com o tratorista Severino, por algum tempo criou cabras num regime *de terça* com o patrão. Cidinha, esposa de Zé Fulô, costumava lavar *roupa de ganho* para duas famílias de Barbalha.

Com a chegada do inverno, todas estas atividades deveriam ceder espaço às lidas do *roçado*, onde as mulheres tinham o importante papel de complementar o trabalho do marido ou do pai, que tinham seus *dias de obrigação*, em serviços do patrão.

Essas tarefas externas às casas, além de necessárias do ponto de vista material, criavam espaços adicionais de convívio. Pode-se citar outras atividades de carácter familiar realizadas coletivamente. O cozinhar, que acontecia à vista de todos, ainda guardava uma certa separação entre famílias, mas o lavar roupas na *levada*, ou mais acima na própria fonte do sítio *Santa Rita*, acontecia em grupos de mulheres acompanhadas de filhas e dos meninos menores.

Outras atividades ampliavam o contato direto entre as famílias: as crianças, que juntas freqüentavam as aulas do ABC nos domingos, formavam grupos para as brincadeiras e para os banhos na pequena barragem. O local se tornava então, ponto de encontro também para os adultos:

*Mas ali era o banheiro público dos morador tudinho. Quando era quatro, cinco hora da tarde, o que era de morador ia tudo com os filhos, tudo pra lá banhar... Tomar banho, lavar alguma roupa... Todo mundo tomava [banho] lá de roupa! Pulando mesmo dentro da barragem.*⁴⁰⁹

A ida para o roçado no domingo podia se tornar uma variante dos dias comuns de trabalho. Alguns operários se faziam acompanhar da mulher e filhos, enquanto outros iam sós, ou com colegas. Levavam algo pra comer e quase que invariavelmente um pouco de *fubúia*. Assim se apelidava a cachaça, raras vezes comprada na bodega mais próxima, comumente surrupiada do próprio engenho:

⁴⁰⁹ Socorro Sousa, em 29 de setembro de 2005.

Eu mais Zé Elias, nós plantava roça. Nós passava o dia todo lá, com dois litros de cachaça e um taquinho de queijo... Cachaça nós levava “de casa”, né? Nós dizia: “Vamos pra nossa roça”? Cada um pegava um litro. Nós ia no alambique e Zé Araújo [encarregado da cachaça] dizia: “Home! Pelo amor de Deus!” [eu dizia] “Ah! Que nada!” Eu enchia um litro e ele outro. Levava escondido. Quando era no outro dia nos levava de novo. (...) Aquilo ali nós trabalhava, trabalhava, trabalhava, quando dava vontade de comer uma coisinha nós chegava lá, tomava uma, tirava o gosto com queijo. Passava o dia todinho na roça.⁴¹⁰

Sob esta perspectiva mais ampla, o *Tupinambá* não era apenas uma fábrica, uma fazenda. Era também um espaço definidor de um *modo de vida* — ao influir fortemente na forma como esses homens e mulheres se relacionavam com a natureza, percebiam a passagem do tempo, construíam seus valores, se ajustavam socialmente, transmitiam saberes. Neste sentido, o engenho era o lugar material que correspondia à construção dessa *cultura*, constituindo-se também palco de suas manifestações, nas suas variadas práticas de convívio, reuniões, rezas, *brincadeiras* e festas.

Na folga dos trabalhos, outras atividades agregavam a comunidade. Em volta dos seus espaços de trabalho e de suas moradas, os trabalhadores compartilhavam esses momentos de descanso e lazer. Do *Tupinambá* saiam para o jogo, as farras, as novenas. Sendo vizinhos e compartilhando as mesmas experiências, era quase natural gastar juntos seu tempo livre. Quando o trabalhador ia à *rua*, ou seja, se divertir em algum bar da cidade de Barbalha, não raro fazia se acompanhar de algum dos companheiros, numa reprodução do grupo de trabalho:

Aí a gente ia pra missa, assistia a missa, quando terminava...de assistir a missa...(um dizia:) “Vamos beber cachaça!” Era eu, Zé Gamenha, o finado Zeca Borrego... A gente se juntava tudo... Severino, Pandó... A gente juntava aquela turma...⁴¹¹

Zé Gamenha, citado pelo amigo, confirma o gosto pela saída em grupo para a cidade: *“Do sábado pro domingo, sábado de noite, nós começava a brincar. Essa hora, oxente! Não sabia que hora ia chegar em casa”.*⁴¹² Zé Pindó confessou que era dos que gostavam de *brincar* na cidade: *“Só brincar*

⁴¹⁰ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

⁴¹¹ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

⁴¹² Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

mesmo! Trocava de roupa e ia pra rua, farrar na rua. Só na rua. E na segunda voltava de novo pro serviço”.

Nestes episódios de *farrar* e *brincar* não havia muitas escolhas de cenário. Barbalha, cidade pequena, tinha um número razoável de *vendas* que também vendiam cachaça, alguns botecos e uma rua que concentrava os *cabarés* — pequenas casas de prostituição. Esse trecho ganhara o nome de uma delas, que por ser pintada de um azul vivo no meio de rebocos desbotados, ficou conhecida como *Castelo Azul*. Nesses locais não era raro surgir arruaças e entreveros com a polícia. Quando a força local era chamada para *cuidar* de algum barulho criado pelos operários, iniciava-se uma perseguição em cujo desfecho aparecia a já citada sombra protetora do patrão do *Tupinambá*, que ainda detinha a capacidade de impedir que *mexessem* com seus homens: “*Eu sou é Gogó e moro em Elony e ninguém manda em Elony não!*” A porteira do sítio era o limite da ação policial:

A policia dava carreira neles. A Zé Gamenha, Dito, Pedro, botavam atrás deles. Desciam aquela ladeira que nem um bocado de gato. Quando eles chegavam, pulavam o mata-burros pro outro lado (para dentro da porteira do Tupinambá). Eles ficavam: “Venha! Chegue! Passe pra cá agora!” Com a polícia.⁴¹³

Alguns *colegas do engenho* passavam o tempo livre na mesma rua em que moravam e ali encontravam diversão: em rodas de conversa, bebendo cachaça, em partidas de baralho, ou ainda ouvindo leitura de cordéis e outros versos. Em frente à casa de Severino Casemiro, ponto de encontro de reuniões, houve ocasiões em que aqueles que sabiam ler iam declamar para os outros. O mesmo Zé Pindó que confessou gostar de *farrar* na cidade, em outro momento concedeu que era bom ficar na rua do Fubá. Com Dito Bernabé, conhecido pelas confusões aprontadas “na rua” acontecia o mesmo:

Lá na rua do Fubá era mais era o baralhinho, nós jogava. Lá debaixo daquele pé de... Juá. Passava a noite todinha, nós jogando baralho. Virava até na segunda feira nós jogando baralho. A gente ficava era por lá mesmo que a gente não ia ficar por a rua, nem nada⁴¹⁴.

A convivência é que determinava as oportunidades para os divertimentos. Já que a cidade oferecia poucas opções para o lazer de

⁴¹³ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

⁴¹⁴ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

trabalhadores com renda reduzida, era natural, quase inevitável, que as famílias se entretivessem umas com as outras, e o arruado se transformasse em espaço comunitário de convívio por excelência. Zé Gamenha, outro que eventualmente trocava o *Castelo Azul* pela rua do Fubá recorda:

Eu jogava um baralho, o cabra achava bom jogar um baralho! O dia tão pouco, quando a gente pensava que era de manhã, era de noite. Lá em casa de Severino, na rua do Fubá, pra jogar baralho, no sábado sete horas da noite... Amanhecia o dia”⁴¹⁵.

Ainda nos anos 1960, na frente arborizada da casa de Severino, surgiu a idéia de se fazer um *samba* nas noites de sábado. D. Nusa, sua esposa, depois de molhar o terreno da frente para que a poeira não subisse, tratava de recolher e guardar as facas que seus vizinhos sempre portavam. Desta forma o *samba* não acabava em tragédia e ela conseguia vender um pouco de cachaça e tripa assada, aumentando o rendimento da família.

Para os trabalhadores, ao longo do ano, as possibilidades de atividade de lazer eram limitadas pelos escassos recursos financeiros, o curto tempo de descanso, e as poucas possibilidades oferecidas pela cidade. Por isso, as festas religiosas nos meses de junho geravam muita expectativa. Eram noites especiais, em que era comum ver famílias se dirigirem em pequenos grupos para a praça e para a igreja. Zé Pindó explica como os operários conciliavam o trabalho e a festa: “No tempo das novena [o engenho] rodava todo o dia. De noite é que parava uma coisinha. Quando parava, o cabra ia pras festa”.⁴¹⁶

A moagem, cujo início coincidia com a festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, representava trabalho duro, mas, também significava um tempo de *barriga cheia*, fartura e alegria, que está presente nas evocações de trabalhadores:

Aqui era bom mesmo. Principalmente quando entrava a moagem. Ficava ansioso pra quando chegava a moagem. Aí a gente também podia brincar. O engenho não era muito ruim, porque o ganho era muito pouco, (mas) quando moia tinha a garapa, a rapadura... Tinha o mel que a gente gostava, ajudava a família.⁴¹⁷

⁴¹⁵ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

⁴¹⁶ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

⁴¹⁷ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

A chegada da moagem pode ser vista como um marco, um divisor no tempo, não só pela circunstância da vida comunitária do *Tupinambá* girar em torno dos próprios lugares e fazeres do engenho, mas porque o cotidiano dos trabalhadores estava intensamente relacionado com a mudança das estações: safra e entressafra.

Por quase 150 anos a *feira de Santo Antonio* sinalizou a abertura do tempo de safra deste e de outros engenhos do brejo barbalhense: a chegada de trabalhadores e visitantes, melhores *ganhos*, mais *fatura* na mesa, roupa nova para ir às novenas, quermesses e outros festejos. Todavia, no avançar dos anos 1970, essas manifestações do mundo dos trabalhadores também passaram a refletir as transformações da economia *rapadureira* local. O empobrecimento das terras, a constante luta contra as pragas fez cair o rendimento dos canaviais. A desvalorização do produto, a retração do mercado, as restrições no crédito vão levar alguns produtores a fechar seus engenhos e dispensar empregados. A *crise* da rapadura atinge outros setores da vida econômica da micro-região, notadamente o comércio, ceifando parte do brilho dos festejos juninos e empobrecendo mais ainda a mesa do trabalhador.

Em um universo de trabalho ainda permeado pela ambivalência de formas, práticas, valores e costumes tradicionais, elementos que podem ser reunidos sob o termo mais amplo de *cultura*,⁴¹⁸ que já vivenciavam constantes contatos com recursos externos transformadores, vêm se agregar novos elementos dinâmicos advindos de soluções aventadas para a crise local. Neste campo particular de interação, onde a disputa entre o velho e o novo permanece ainda bem visível — emblematicamente pelo *fogo morto* de engenhos e o ativar de uma usina de açúcar — interessa, sobretudo, verificar como ficou o trabalhador de engenho neste processo: até que ponto estas rearticulações e rupturas desestruturaram seu cotidiano e alteraram sua visão de mundo.

⁴¹⁸ E. P. Thompson alerta para que usemos o termo “cultura” com cautela, já que pode ser “*um emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas*”. THOMPSON, E. P. “*Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*”. op. cit, p. 22.

CAPÍTULO 3 – TUPINAMBÁ DE FOGO MORTO

*Na estrada de Caxangá
tudo passa ou já passou:
o presente e o passado
e o passado anterior;*

*os engenhos de outros tempos,
de que só o nome ficou;
os sítios de casas mansas
que agonizam sem rancor;*

João Cabral de Melo Neto
O Motorneiro de Caxangá

Até meados do século XX, a eletricidade conhecida pelos moradores de Barbalha se concretizava em pequenos pontos de luz, nas residências de poucas famílias que podiam pagar por essa comodidade. Os espaços públicos também não eram democráticos: as ruas centrais eram parcamente iluminadas, mas em todas as outras reinava a escuridão. Quem precisasse sair em noite sem lua, levava sua lanterna ou lampião. Zé Pindó, trabalhador do *Tupinambá* recorda:

Num tinha energia nesse tempo não. Nesse tempo a energia daqui da rua [cidade] era um motor que puxava as luz aqui... mas só aqui encostado naquelas casas, o povo mais rico, mais melhor, né? Mas na casa dos pobrezinho mesmo era no escuro, no gás.⁴¹⁹

O motor a diesel fazia parte de um grupo gerador instalado próximo à estação ferroviária. Seu Zózimo, o encarregado, acionava a chave às 6 horas da tarde, um gesto que se repetia diariamente, desde que o sistema fora montado em 1950, pelo então prefeito Argemiro Sampaio.⁴²⁰ Pontualmente, faltando quinze minutos para as 10 da noite, prazo fatal, os usuários percebiam um sinal: "dava uma oscilação geral na cidade" e "a luz se apagava por alguns instantes", advertindo os moradores que a energia seria desligada. "Isso fazia com que todo mundo corresse pra casa, pra dormir". As pessoas se apressavam a guardar os livros, os bordados, as cartas de jogo. Cuidavam de buscar as velas, acender as lamparinas e trancar as portas. A escuridão da noite retomava conta de tudo.

⁴¹⁹ Zé Pindó, entrevista em 28 em setembro de 2003.

⁴²⁰ Um gerador menor, movido a vapor e pertencente à *Casa Sampaio*, vendeu energia aos moradores mais abastados do centro da cidade, entre os anos de 1935 e 1942. A partir daí e até 1950, Barbalha ficou totalmente às escuras.

Contudo, o ano de 1961 trouxe uma enorme expectativa de mudanças. Agora, em toda a cidade só se falava em *Paulo Afonso*. Mesmo aqueles que desconheciam o que acontecia nesse lugar tão longínquo, sabiam associar esse nome à próxima chegada da *energia elétrica*. Os postes já estavam sendo fincados nas calçadas, porém ainda havia quem duvidasse: "*Como é que essa energia vem de tão longe, meu Deus!*"

Mês de dezembro, e aquela era a noite aprazada. As pessoas, ansiosas na rua, contemplavam a rede elétrica instalada. Aqui e ali, ainda se ouviam os pessimistas: "*Ah! Isso aí não acende não!*" Em poucos minutos, os homens de pouca fé tiveram que engolir suas palavras. As lâmpadas dos postes encheram as ruas de uma luminosidade diferente. A população exultava. Saul, o sacristão, fez o sino da Matriz badalar repetidamente. Festa nas praças, alegria em muitas casas. Adeus tempo dos candeeiros, das luzes fracas e breves. Viva *Paulo Afonso!*

Barbalha, assim como o restante da microrregião, antes mesmo da capital do estado, recebeu energia "de verdade", 24 horas por dia e a baixo custo. A localização do Cariri, sua proximidade em relação ao rio São Francisco, favoreceu-lhe o pioneirismo em eletrificação. Ao longo dos anos 1960, gradualmente, linhas tronco foram estendidas nas áreas rurais, levando a energia transformadora aos trabalhos do campo. As primeiras redes buscavam as rotas onde se produziam as riquezas da terra: os caminhos dos engenhos de rapadura, até então movidos pela força do vapor ou motor a diesel. As unidades do *brejo do Salamanca*, reproduzindo o pioneirismo de seu passado fundador, logo movimentaram suas engrenagens pela eletricidade. E de todos os engenhos do Cariri, o "*Tupinambá, velho pioneiro, foi o primeiro a fabricar rapadura tendo suas moendas acionadas pela energia da distante Paulo Afonso*".⁴²¹

A eletrificação foi um dos momentos mais marcantes do processo histórico de *modernização* dos engenhos de rapadura, que se fez mais visível a partir dos anos 1940, com a abertura das estradas de rodagem e a disseminação da mecanização das moendas. No bojo desse processo, ao longo das décadas seguintes, estava a necessidade de otimizar a produção local e competir pelos mercados. Uma conjuntura dinâmica que estabeleceria

⁴²¹ SAMPAIO, Yony. *Barbalha e sua gente*. op. cit, p.54.

condições para o surgimento de uma usina de açúcar, em 1976.

Nesse intervalo de tempo, que corresponde às últimas quatro décadas do *Tupinambá*, as transformações no processo produtivo dos engenhos, implementadas de forma paulatina e seletiva, foram acompanhadas de alterações bastante significativas na organização do trabalho e nas relações de produção. Essa face concreta da *modernidade* no universo canavieiro do Cariri, embora defasada no tempo em relação a da zona da mata nordestina, vai reproduzir a mesma clivagem entre as aspirações da classe patronal — prosperidade embasada em concepções de *progresso* sem alteração nas estruturas de dominação — e as reais condições de trabalho implementadas, raramente vistas como positivas pelos operários da rapadura.

3.1. FORÇA ANIMAL, FORÇA MOTRIZ – “*ESCULHAMBOU O NEGÓCIO DE MOAGEM.*”

*E entra essa gente triste,
a mais triste que já baixou,
a gente que a usina,
depois de mastigar, largou.*

João Cabral de Melo Neto
O Rio

Nas primeiras décadas do século XX, novas demandas faziam com que a região se ressentisse da distância que a separava dos maiores centros urbanos e comerciais. As estradas, trilhadas por comboios e tropeiros, eram precárias e a ligação ferroviária, existente desde 1926, trazia limitações à circulação, em termos de volume e trajeto.

Nos anos 1940, esse panorama começou a mudar: iniciou-se a articulação das estradas regionais às primeiras *vias-tronco* do Nordeste, embrião de uma rede que tomaria contornos mais definitivos nas duas décadas seguintes. Ainda em 1942, foi introduzido o transporte regular, via rodovia, que marcaria a volta de um fluxo maior no eixo de Pernambuco. Nos anos 1950, toda a malha rodoviária brasileira vivia um processo de expansão que incluía

parte da zona sertaneja. Ao melhorar trechos mais conhecidos e preencher alguns antigos caminhos de gado, as estradas caririenses foram adquirindo a regularidade necessária para a sistematização dos transportes. Os contatos com zonas afastadas se tornavam freqüentes e profícuos.

A ampliação das comunicações acontecia ao mesmo tempo em que o *vale* testemunhava uma moderada expansão das plantações de cana. Vencidos os difíceis anos das pragas, graças à *Estação Experimental de Barbalha*, a utilização de novas variedades foi ampliada, atingindo produtores menos afeitos a mudanças na rotina agrícola. Os canaviais renovados conseguiram melhorar o rendimento por hectare, o que, por sua vez, estimulava novos plantios.

A expansão da cultura de cana deste período passou a exigir uma maior capacidade de moagem. Para tanto, os donos de engenho mais capitalizados, investiam em melhorias que se configuravam principalmente pelo uso mais intenso da força motriz – a disseminação dos motores a vapor – para movimentar moendas de maior envergadura. Segundo os dados da Tabela 4, referente a 1946, 74% dos engenhos de rapadura atuantes no Cariri estavam mecanizados.

TABELA 4 — ENGENHOS EXISTENTES NO CARIRI (1946)

MUNICÍPIOS	MOTOR À VAPOR	ANIMAL	TOTAL
CRATO	34	40	74
MISSÃO VELHA	39	21	60
J. DO NORTE	15	10	25
BARBALHA	68	-	68
JARDIM	25	7	32
BREJO SANTO	15	-	15
SÃO PEDRO	20	-	26
TOTAL	222	78	300

Fonte: ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LIX, ano 1945, p.124.

Percebe-se que o engenho de rapadura, inegável formador da sociedade caririense, continuava a funcionar como importante unidade

produtiva. Barbalha, mesmo sendo um município bem menor do que o vizinho Crato, superava as dificuldades vivenciadas pelo setor comercial e se destacava tanto pela quantidade de engenhos (segunda posição), quanto pelo grau de mecanização de suas moendas.

O aumento da produção e das vendas de rapaduras repercutia na valorização das propriedades canavieiras. Cada braça de *brejo* era bem disputada, triplicando seu valor de venda, entre 1936 e 1946. A comercialização das terras de cana e a continuidade do processo de subdivisão por partilhas aumentavam a fragmentação das terras barbalhenses: enquanto em 1920 havia 150 propriedades agrícolas registradas, em 1942 o número desses estabelecimentos se elevava para 495.⁴²² Em função dessas divisões, muitos donos de sítios eram agora detentores de faixas estreitas, com pequenas áreas de baixio, próprias para a cana.

Uma tradição persistia em terras barbalhenses: todo proprietário de canavial, que atingia uma melhor condição financeira, tratava de montar seu próprio engenho, por menor que fosse: o importante era poder moer suas próprias canas. Ao comentar as peculiaridades fundiárias de Barbalha, Yony Sampaio ressaltou o fato de haver propriedades pequenas dotadas de engenhos ativos:

*Eram muitos engenhos médios, porque as áreas de cana eram pequenas. Não tinha muito o costume naquela época, de você comprar cana pra moer no engenho, não. Você montava o engenho para moer a sua própria cana. Isto é, a pessoa preferia ter seu engenho pequeno. Cada um possuía seu próprio engenho.(...) Com dez hectares você já tinha um engenho pequeno. Uma "engenhocazinha".*⁴²³

Aquele sitiante que possuía terras de brejo, mas não dispunha de sua própria fábrica, tinha que se *submeter* a um engenho próximo, dando a sua produção *de meia*. Nesse acordo informal, o proprietário do engenho beneficiava *primeiro* suas próprias canas, aproveitando os preços altos do mercado do início da safra, e *só depois* mandava moer as canas do seu vizinho. Após a moagem, as rapaduras eram divididas em duas partes iguais. O sitiante ainda pagava as despesas de corte e transporte, geralmente

⁴²² ALVES, Joaquim. *O Vale do Cariri*. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LIX, ano 1945, p.128 e123.

⁴²³ Yony Sampaio, entrevistas em outubro de 2004 e 25 de julho de 2006.

empreendidos pelo engenho, uma obrigação dispensada em casos de compadrio ou de relações de parentesco.

Às vezes, o dono do engenho agia como um *financiador*, emprestando dinheiro a juros ao sitiante de cana, para a safra seguinte. Esse tipo de relação ensejava endividamentos, muitas vezes sucessivos. Em alguns casos, criava-se uma cadeia de dependência, mais comum nas áreas canavieiras extensivas da zona da mata nordestina. No Cariri, a maior parte dos que investiam em cana-de-açúcar, procurava ter, pelo menos, um engenho em funcionamento. Como a cana beneficiada *em parceria* perdia em muito a sua lucratividade, o pequeno sitiante, caso o tipo de solo permitisse, preferia investir em outras culturas e manter sua autonomia.

TABELA 5 — ENGENHOS EXISTENTES EM CINCO MUNICÍPIOS CARIRIENSES E SUA PRODUÇÃO DURANTE O ANO DE 1954.

	BARBALHA	CRATO	M.VELHA	JUAZEIRO	JARDIM	TOTAL
ENGENHOS A VAPOR	61	67	92	30	38	288
ENGENHOS A BOIS	1	5	-	2	4	12
ENGENHOS D' ÁGUA	3	3	-	-	-	6
TOTAL DE ENGENHOS *	65	75	92	32	42	306
PRODUÇÃO DE RAPADURAS (QUILOS)	8.520.000	5.075.000	3.500.000	2.300.000	2.170.000	21.565.000
PRODUÇÃO DE RAPADURAS (CARGAS) *	106.500	63.438	43.750	28.750	27.125	269.563

FONTE: FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p. 69.

(*) Acréscimos à tabela original. O cálculo do número de cargas foi realizado com um peso médio de 800 gramas por rapadura, valor padronizado em Barbalha, e usual na microrregião.

A situação dos engenhos de rapadura do Cariri, em 1954, pode ser vista na Tabela 5. Observam-se pequenas diferenças no cotejamento destes dados, colhidos por José de Figueiredo Filho, com os da Tabela 2: uma delas, a sobrevivência em Barbalha de uma unidade movida a bois. Contudo, ambas confirmam o vigor deste setor, num período em que o engenho ainda se configurava como a principal unidade produtiva da microrregião. Outro ponto a ressaltar: apesar de manter um número menor de engenhos em funcionamento, em 1954, Barbalha já ultrapassara largamente o Crato como

produtor de rapadura, pela maior capacidade de moagem dos seus estabelecimentos, pelo tamanho e produção de seus canaviais.

Este aumento na fabricação de rapaduras, fruto de um maior potencial de moagem auferido com os melhoramentos já assinalados, era compatível com a demanda expressiva que pontuava os anos 1940. Tal expansão produtiva, por sua vez, interferia diretamente em dois aspectos fundamentais: no uso da terra, com significativas transformações da paisagem, e na questão da força de trabalho. O aumento gradativo da produção implicava na ampliação da área de cultivo, que avançando além dos baixios, retomava trechos de encostas. Enquanto a demanda da rapadura manteve níveis razoáveis de lucratividade, a iniciativa de estender as áreas de cana sem maiores preocupações com o solo, fez com que, em alguns sítios, a agricultura de subsistência perdesse boas áreas.

Na primeira metade do século XX, já se verificava certo desconforto quanto ao meio ambiente, externado por pensadores como Joaquim Alves, que escrevendo sobre o *vale do Cariri* em 1946, demonstrava séria preocupação com o desmatamento secular das matas. Os sinais de degradação ambiental já se faziam presentes, principalmente nos trechos de *pés de serra*. A situação era mais grave em torno das fontes naturais de água, cuja abundância “não é mais a mesma que os primeiros povoadores conheceram e que está se reduzindo de geração a geração”. Alves denunciava as queimadas sistemáticas nas fraldas da serra, feitas em função do “plantio de cana em terras que se exgotam dentro de pouco tempo.” O autor via com pessimismo a ação do homem sobre a natureza pródiga do Vale:

Infelizmente os restos dessas matas tendem a desaparecer, ante a destruição permanente do homem que procura derrubar os últimos representantes da floresta, a ferro e a fogo, afim de abrir uma roça a mais, (...) Descoberta a fonte, exposta à evaporação intensa as suas águas, o seu volume, dentro de pouco tempo, começa a diminuir. Uma paisagem morta constitui-se, lentamente, naquela região, onde anteriormente, a vida era exuberante. Quem viaja pela encosta da serra, lado cearense, observa, com tristeza, esses aspectos de destruição, continuando, através de gerações sucessivas.⁴²⁴

⁴²⁴ ALVES, op. cit. p. 104, 105 e 99. Joaquim Alves não foi o pioneiro a externar esse tipo de preocupação. Em meados do século XIX, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil já alertava contra a devastação das matas cearenses e defendia a arboricultura como instrumento contra as secas na província. Ver BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

Além desta postura de descaso quanto ao futuro dos solos, as gerações caririenses reproduziam de seus antepassados as experiências rotineiras de cultivo da cana. Práticas produtivas praticamente sem alterações, por mais de duzentos anos. Neste aspecto, uma comparação com outras zonas canavieiras do país seria extremamente desfavorável para a cultura no Cariri.

Grande parte dos produtores caririenses visava o lucro mais fácil, sem preocupações com o porvir. Igualmente arraigados a uma agricultura rudimentar, não buscavam melhorias, embora detivessem o controle de todo o processo produtivo. Com raras exceções, os donos de sítios e engenhos só se preocupavam com os avanços técnicos do setor quando movidos pela absoluta necessidade — como acontecera durante a praga do *mosaico*. Afora a já assinalada introdução de espécies de cana, não houvera inovações na parte agrícola: “em todas as fases de formação do canavial — aceiramento, destocamento, couveamento, plantio, capina e colheita — domina o emprego de técnicas rudimentares e de instrumentos manuais”.⁴²⁵ No setor de beneficiamento de cana, as operações de moagem, cozimento e caixeamento continuavam basicamente as mesmas. Ao longo das últimas décadas, além do aprimoramento das moendas, apenas a força motriz havia sofrido transformações significativas.

Esta mesma falta de cuidado e preocupação, observada em relação aos solos, era também sentida em relação ao trato e à gerência dos trabalhadores. Não havia qualquer idéia de *investimento* no homem do campo, no operário do engenho, em termos de treinamento ou melhoria das condições de trabalho. Embora a relativa expansão da produção pudesse representar a possibilidade de emprego para um número maior de pessoas, não se pode esquecer a precariedade desses postos de trabalho. As conhecidas categorias continuavam submetidas às relações tradicionais informais de dominação e dependência e às remunerações semi-assalariadas discutidas no capítulo anterior.

Entretanto, os novos ritmos e exigências que iam sendo implementados na fabricação da rapadura requeriam adequação por parte da mão de obra. Havia uma mudança perceptível na cultura do trabalho, que iria alterar significativamente o universo dos operários. Os elementos de

⁴²⁵ BRITO, op. cit., p.33.

modernidade implementados nos engenhos, nem sempre seriam bem vindos pela ótica dos trabalhadores. Ao contrário, suas narrativas denotam o desconforto com algumas das novas situações de trabalho que se impunham. Nesse contexto, é possível retomar a idéia de *modernização*, no sentido de avanços tecnológicos e reorganização dos processos produtivos, sem que haja *desenvolvimento*, ou seja, sem que correspondam transformações reais nas condições socioeconômicas da população trabalhadora.⁴²⁶

Em meados do século XX, o ritmo veloz de moagem advindo da instalação de motores mais potentes, implicou, para os operários, em jornadas de trabalho mais prolongadas, sem melhorias nas remunerações. Aos patrões interessava acelerar a produção, antecipando-se aos seus concorrentes no mercado, a fim de obter os melhores preços para suas rapaduras. Os feitores “competentes” tratavam de fazer com que cortadores de cana e cambiteiros seguissem cada vez mais cedo para os brejos. Como não havia surgido, até então, uma inovação que acelerasse efetivamente a etapa de cozimento, os *metedores de fogo, caldeireiros, mestres e maquinistas* freqüentemente trabalhavam mais de 12 horas por dia, com raros momentos de intervalo para a alimentação.

Portanto, se é correto afirmar que as décadas de 1940 e 1950 foram positivas para os setores dominantes da economia rapadureira, tal conjuntura auspiciosa, infelizmente, não trouxe melhorias para a força de trabalho local. O trabalhador rural, ainda não contemplado por qualquer política de assistência ou amparo legal, submetia-se ao mesmo sistema de trabalho de seus avós. Ao evocar as maiores propriedades de Barbalha do final dos anos 1940, Idomeu Sampaio ressaltou a quase totalidade dos trabalhadores na condição de *moradores*:

*Então eles davam o terreno, eles moravam... Naquele tempo não tinha sindicato, nem tinha nada, eles moravam lá e quando não dava certo botavam o camarada pra fora e acabou-se. Num tinha indenização, não tinha nada. Mas todo mundo era morador. Todo mundo pedia uma terrinha pra morar.*⁴²⁷

Além da dependência aos desígnios do patrão, o trabalhador continuava a receber rendimentos ínfimos para sobreviver num mundo cada

⁴²⁶ Neste sentido ver EISENBERG, op. cit.

⁴²⁷ Idomeu Sampaio, em 11 de junho de 2006.

vez mais árduo e caro. Joaquim Alves, no já citado estudo de 1946, pontuava:

Nos últimos dez anos verificou-se um aumento excessivo do custo da vida, no Vale do Cariri, desproporciona [sic] à capacidade aquisitiva do trabalhador rural. (...) o salário do trabalhador rural permanece o mesmo de há 20 anos, não obstante a valorização do produto [rapadura] (...) nas feiras tudo subiu de preço, o dia do trabalho do homem rural permanece ainda entre Cr\$3.50 e 6,00, para os que trabalham com uma refeição do patrão e para os que se alimentam a sua custa.⁴²⁸

Persistia ainda, embora não de forma absoluta, o poderio econômico dos donos das maiores terras com engenho. Com os lucros auferidos através da comercialização da rapadura, boa parte dos produtores de cana mantinha confortáveis residências no sítio e na cidade, adquiria numerosos animais de trabalho e passeio e garantia meios para custear os estudos dos filhos nas capitais. Muitos donos de engenho no Cariri compraram outras propriedades no sertão, preferencialmente em Pernambuco, onde encetavam criatório de gado. Para esta elite, não era difícil o acesso a programas de crédito institucional. Tratava-se de um segmento que ainda gozava de influência e prestígio. Sua posição na sociedade local, marcada sobretudo pelo *status* de proprietário, era construída a partir de elementos de forte carga simbólica, como bem exemplificou Enrile Pinheiro, referindo-se aos anos 1950: *“Naquele tempo que não tinha ainda energia de Paulo Afonso, nos engenhos tinha um dínamo que gerava energia. Então aquilo tinha um poder! A nossa casa é iluminada!”*⁴²⁹

A construção dessa aura de poder dos proprietários — refletida também pelo número de moradores ou trabalhadores a eles submetidos — era automaticamente absorvida pelos herdeiros. José Lins do Rego, que viveu sua infância no engenho *Corredor*, propriedade de seu avô, confessa em suas memórias: “Olhava eu o meu avô como se fosse ele o engenho. A grandeza da terra era a sua grandeza. Fixara-se em mim a certeza de que o mundo inteiro estava ali dentro. Não podia haver nada que não fosse do meu avô”.⁴³⁰ À semelhança do menino Zé Lins, os futuros donos de engenho do Cariri também

⁴²⁸ ALVES, op. cit., p.128-129. Para efeito de comparação, o salário mínimo (urbano) no Brasil em 1946 era de Cr\$ 360,00. Joaquim Alves dá alguns exemplos da alta sofrida pelos preços dos gêneros em dez anos: o feijão subira de Cr\$ 1,60 para 2,80; o milho e a farinha de Cr\$ 0,40 para 0,80; a dezena de ovos de Cr\$ 0,10 para 4,00, entre outros.

⁴²⁹ ENRILE PINHEIRO TELES, pecuarista, produtor de cana e rapaduras. Trabalhou como relações públicas da AÇUSA. Entrevista em 13 de abril de 2007.

⁴³⁰ REGO, José Lins do. *Meus Verdes Anos: Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

cresciam acreditando que o mundo girava em torno dos domínios familiares:

*A sua cabeça, o seu mundo de infância é como se aquilo fosse o máximo. É como se todo mundo dependesse daquele negócio. O pai pode estar no sacrifício maior do mundo pra vender a rapadura, pra ter os problemas econômicos financeiros, pra pagar o pessoal no fim de semana. Mas você é filho do dono do engenho!...*⁴³¹

A formação desses *herdeiros da rapadura* iria influenciar fortemente suas posturas e decisões num futuro eivado de transformações. Essa passagem de *concepções de poder* de pai para filho, que geralmente acompanhava as legações das propriedades, foi comentada por Hilton Cruz, neto de um tradicional dono de engenho cariense:

*Porque esse pessoal que é dono de engenho são pessoas que são retirados da família pra tomar conta de um engenho pelo pai. Ele escolhia um filho, e aquele filho, não teria necessidade de estudar: "Ó! Vai ser você! Não precisa estudar não. Você só precisa saber medir terra. Calcular área e pronto!". Ele ia ser o [filho] mais aquinhado... Ele teria que se dedicar de corpo e alma à atividade rapadureira. E o que ocorria é que essa pessoa terminava analfabeto, mas [era] uma pessoa rica. Pelo menos na riqueza de poderio.*⁴³²

O *poderio* dos donos de engenho vinha sendo construído, há muitas gerações, com o suporte vital da labuta de milhares de trabalhadores, fixos nas propriedades, vivendo numa pobreza contrastante. O Sr. Cícero José de Santana nasceu em 1945, e nem lembra quando começou a trabalhar no sítio *Brejão*, onde seu pai era morador. No entanto, ele recorda que era muito pequenino para tanto serviço: *"tão pequeno que eu era, eu e meu irmão, pra derribar bagaço!... Pra poder agüentar o rojão, um derrubava o bagaço um pedaço, e o outro, o outro. Que nós era pequeno demais!"* Cícero narra um cotidiano de muita pobreza e precisão, comum a todos os moradores que serviam aos donos de engenho de então:

A gente sendo massacrado, aquela coisa toda, trabalhando pra ele. É verdade que todo dono de engenho... na época, eles têm filho formado, tá certo? E naquele tempo a produção de rapadura era boa pra eles. Pra gente não! Pra nós não! Mas pra eles era boa. Até, eles cresceram tanto financeiramente, que todos esses engenhos daqui, falando aqui do Brejão, de quase todo o município aqui, compraram fazendas fora! Porque rapadura dava dinheiro, né? Além de eles ter uma vida boa, de educar os filhos, e ainda compraram fazenda fora. E

⁴³¹ Enrile Pinheiro Teles, em 13 de abril de 2007.

⁴³² Hilton Leite Cruz, em 5 de fevereiro de 2007.

*aquilo a gente costuma dizer hoje, que tudo foi o nosso suor. Certo? Então com isso eles cresceram financeiramente, mas o assalariado, o agricultor, realmente o prejuízo foi muito grande. Viu?*⁴³³

Entretanto, o que talvez muitos donos de engenho não se dessem conta, é que esse breve período de expansão que vivenciavam já continha em si os sinais de sua limitação. Mais que isso, já estavam presentes os elementos que em breve definiriam e tornariam mais visível o que foi denominado pelos contemporâneos de *crise da rapadura*: um declínio crescente e definitivo. Escrevendo na segunda metade dos anos 1950, Figueiredo Filho constatava: “O número de engenhos do Cariri, dos últimos tempos para cá, tem sido mais ou menos constante. A tendência ou é melhorar, adaptando-se ao progresso, ou desaparecer”.

As transformações desse universo canavieiro preenchem *Engenhos de Rapadura do Cariri*, em que o autor aborda as dificuldades dos *novos tempos* onde “à sombra da natureza pródiga” os agricultores produtores de cana lutavam para melhorar a situação da economia *rapadureira*. Narrando suas visitas a várias propriedades, em Crato e Barbalha, Figueiredo Filho desvenda o esforço dos donos de engenho que viviam “aperreados” para conseguir capital, mecanizar o engenho, manter a força de trabalho, pagar altos impostos, sem qualquer assistência por parte dos governos. Um drama “que exige providências imediatas dos poderes públicos competentes e a cooperação de todos os proprietários de sítio.”⁴³⁴

A carga de impostos aludida era apenas uma faceta do aumento nos custos de fabricação de rapaduras, que assolava os produtores de então. Em nota publicada em jornal cearense, encontram-se reclamações pelos preços excessivos dos fretes cobrados pela *Rede Cearense*. O autor do texto, identificado como “um produtor”, colocava-se como porta-voz dos “rapadureiros” nas críticas às ações do governo e informava: “Já inúmeros donos de sítios estão suspendendo os seus serviços de moagem porque os preços atuais não cobrem nem as despesas obrigatórias.”⁴³⁵

Ao tentar “se adaptar ao progresso”, como recomendava Figueiredo Filho, alguns poucos proprietários de engenho procuraram se capitalizar para

⁴³³ Cícero José de Santana, em 12 de abril de 2007.

⁴³⁴ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p.17 e.26-27.

⁴³⁵ Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP). *O Povo*, Fortaleza, 08 de outubro de 1940,

empreender modificações em seus empreendimentos. Os incrementos implantados nos anos seguintes se concentravam na parte técnica dos engenhos, particularmente na força motriz, que saindo do sistema a vapor, passaria de forma breve pelo motor à diesel, chegando à eletricidade nos anos 1960. O setor agrícola, como já foi assinalado, permanecia sem inovações, em descompasso com relação ao processo de beneficiamento.

Não era apenas o caráter conservador dos proprietários que inibia a generalização das modernizações: seus custos as tornavam inacessíveis para a maioria dos donos de engenho. Além disso, o acesso a recursos creditícios na região estava limitado a poucas instituições, entre elas a *Cooperativa de Crédito de Barbalha*, instalada em 1933, num período em que os governantes estimularam a fundação desse tipo de instituição em áreas do Nordeste que ainda não dispunham de agências bancárias. A *Cooperativa* foi idealizada por comerciantes de Barbalha, entre eles Antonio Correia Celestino e Joaquim Cruz Sampaio, que idealizaram e agregaram outros barbalhenses para fundar a *Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda.* denominada *Banco de Barbalha*, mais tarde *Cooperativa de Crédito de Barbalha* (cooperativa do tipo *Luzatti*). A instituição de crédito foi criada com um capital subscrito de (56:400\$000) cinquenta e seis contos e quatrocentos mil réis. Oficialmente inaugurada em 3 de outubro do mesmo ano,

Tais iniciativas, entretanto, tinham limitações e não atingiam a todos os proprietários. Por isso, o pequeno produtor caririense, decidido a explorar áreas de cana, era tolhido no tocante a investimentos para o beneficiamento, compra de animais de carga, contratação de trabalhadores, etc. Permaneciam presos num círculo vicioso deficitário, sem conseguir reduzir os custos de produção através do aumento da rentabilidade produtiva.

Os empreendimentos iniciais de Elony Sampaio no *Tupinambá* exemplificam bem a procura por modernizações que caracterizou um privilegiado grupo entre os produtores, com possibilidade de acesso ao capital para investir. Nos anos 1950, ele instalou um motor a óleo, no engenho, em substituição à máquina a vapor, desativando a grande caldeira, que por via das dúvidas, ficou ainda certo tempo no mesmo lugar, próximo ao salão da fornalha. Zé Fulô, à época trabalhando como caldeireiro, recorda que o motor era “caprichoso”:

O bicho dava um trabalho! Pra dar aquela energiazinha. Um motorzinho... Um gerador... Dava uma energiazinha bem ruinzinha, mas dava. Aí [era] quando o trabalho “botava” mais cedo. (...) Tinha dias que uma hora da madrugada a gente tava lá no pé. Quando não tinha energia aí “botava” mais tarde.⁴³⁶

Com os novos motores, força motriz e iluminação, os donos de engenho antecipavam o horário do início da moagem. Além disso, para dar conta do maior volume de caldo extraído, o cozimento entrava pela noite. Este aumento na duração da jornada, fortemente evidenciado nas narrativas dos operários, vai pesar nas condições dos trabalhos de moagem, situação bem sintetizada no desabafo de Zé Fulô: *“Dona! só quem agüentava era quem agüentava mesmo!”⁴³⁷*

Quanto às iniciativas de mecanização nos transportes, estas também ficaram limitadas a uma *elite* entre os produtores, dotada de recursos. No final da década, pelas estradas ladeadas por canaviais, circularam os primeiros tratores do vale do Cariri: serviam a engenhos de porte como o *Lagoa Encantada* no Crato e o *Tupinambá* na Barbalha. No primeiro, segundo Figueiredo Filho, o proprietário conduzia, ele mesmo, seu trator “munido de grade de disco, sulcador e cultivador” em terras antes só trabalhadas a enxada.⁴³⁸ No *Tupinambá*, o trator pioneiro veio de Pernambuco e seu condutor era Severino Antonio dos Santos, tratorista do *Engenho Souto*, pertencente à mesma família:

Elony comprou esse trator a Dr. Almany [seu irmão] e eu nesse tempo era assim um rapazinho novo de dezesseis, dezessete anos. O trator veio de lá. Eu vim com o trator. Aqui não tinha nada disso, não tinha trator aqui não.⁴³⁹

Severino, que logo foi efetivado no *Tupinambá*, recorda com saudade a máquina que manejou por muitos anos: *“Era trator antigo, trator alemão”*. Segundo ele, o forte motor do trator executava serviços variados nos sítios da família, aradando, transportando canas e outras cargas. Eventualmente foi colocado até para mover moendas, em ocasiões de pane súbita dos motores fixos: *“Às vezes o engenho dava o prego... Porque esse trator que eu*

⁴³⁶ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p.43.

⁴³⁹ Severino Antonio dos Santos, em 30 de setembro de 2005.

trabalhava nele, ele puxava engenho também".⁴⁴⁰ Desta maneira, as canas já cortadas não se perdiam.

Outra mudança nos transportes do Cariri canavieiro foi a utilização mais intensa de caminhões. Para os fabricantes de rapadura, a regularização das estradas ofereceu a possibilidade de fretar esses veículos e atingir de modo mais rápido, e em custo menor, seus mercados. Os engenhos maiores não vendiam mais para os armazéns locais. No final dos anos 1950, Elony Sampaio comprou o seu próprio caminhão e passou a comercializar diretamente suas rapaduras:

*O Tupinambá, eu acho, marcou um pouco época, quando [Elony] comprou um caminhão. Aí eu me lembro, que dois anos seguidos, eu ia com o pessoal do caminhão. A gente saía vendendo rapadura pelas feiras da Paraíba.*⁴⁴¹

Na mesma época, uma iniciativa também restrita a poucos engenhos pôde ser vista no *Tupinambá*: um alambique moderno. "Ele trouxe um alambique contínuo do Recife, uma maquinazona de cobre".⁴⁴²

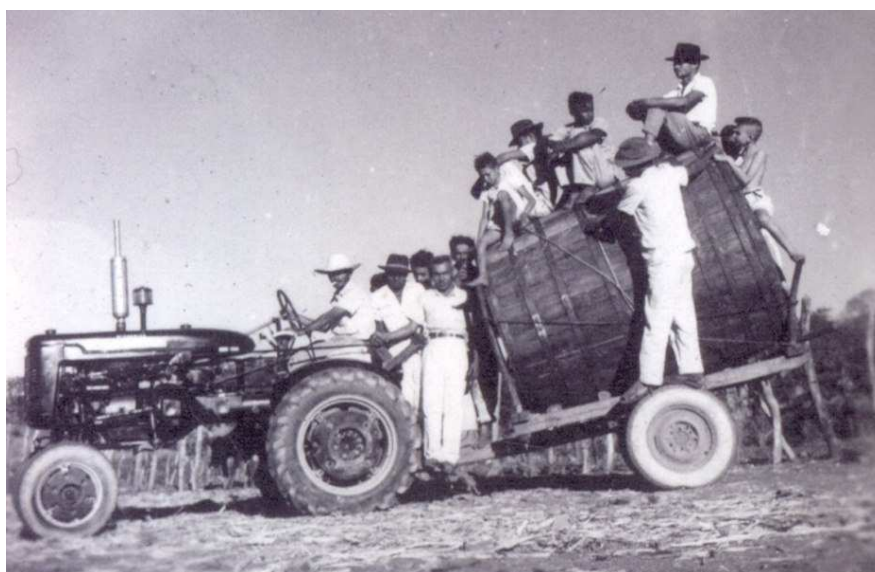


Foto 21 - Trabalhadores do *Tupinambá*. Tonel (pipa) de cachaça sobre reboque puxado por trator. Anos 1960. Fotografia: autor desconhecido. (APES)

Com a destilaria contínua, elevava-se a quantidade e a qualidade da cachaça produzida. No *Lagoa Encantada*, em Crato, também fora instalado um alambique contínuo, que fabricava 300 canadas de aguardente por dia. Ao

⁴⁴⁰ Idem

⁴⁴¹ Leonardo Valadares Sampaio, em outubro de 2004.

⁴⁴² Zé Fulô, entrevista em 2 de novembro de 2005.

lado, o engenho de rapadura, muito reputado no dizer de Figueiredo Filho, que formava com o *Belo-Horizonte* do Cel. Nelson da Franca Alencar, o *Paraíso* e o *Tupinambá*, as unidades mais bem montadas do Cariri.⁴⁴³

Em propriedades como estas, onde se observavam modernizações e a mecanização de alguns setores, os administradores conseguiam reduzir parte dos custos. “As inovações introduzidas na parte técnica do engenho buscavam a saída da crise da economia canavieira, a qual tinha no alto custo da produção uma de suas causas principais.”⁴⁴⁴ Mas enquanto tais empreendimentos eram relativamente bem sucedidos neste aspecto, os donos de pequenos sítios de cana e os fabricantes de rapadura de menor fôlego permaneciam deficitários. Sem capacidade de acumulação e conseqüentemente sem melhoramentos, seus custos só faziam subir. Além disso, quanto menor a propriedade, menos terra disponível para acomodar moradores, oferecer possibilidades de roçado ou *meiação* e assim conseguir serviços a baixo custo.

Onde houve melhorias, estas repercutiram no rendimento da força de trabalho. Dentro desse contexto, é importante salientar o impacto das modernizações na mão de obra local. Capacitava-se o engenho para que esse fabricasse mais rapaduras, em tempo mais curto, com menos operários, reduzindo as folhas de pagamento. A intensificação das operações de corte de cana foi suprida com a introdução da arregimentação de *temporários*. A *modernização* se configurava em uma diminuição da estabilidade para o trabalhador. Num engenho de porte como o *Tupinambá*, com cerca de 45 trabalhadores fixos, fora os adicionais da safra, a redução do valor da folha de pagamentos era importante para a lucratividade. Bom para o patrão, ruim para os operários.

Não se deve esquecer que o mundo do trabalho do Cariri estava em franco processo de transformação. As relações de produção experimentavam importantes alterações: mudanças no trato, nos ajustes, nas jornadas de trabalho, nas formas de remuneração, na utilização de temporários, no grau de aceitação do trabalho familiar, entre outras. Novas necessidades determinavam os perfis dos operários desejados pelos proprietários. Os sinais claros de

⁴⁴³ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p.44.

⁴⁴⁴ BRITO, op. cit. p. 37.

mudança estavam em toda a parte e, ao contrário da idéia comum, os trabalhadores estavam conscientes de ser afastados do mundo em que seus pais e avós haviam vivido. Os operários da rapadura estavam atentos às implicações em seus espaços de trabalho: a perda dos espaços de trabalho, a privação do que julgava seus *direitos*, o achatamento de ganhos, e se ressentiam dessas alterações.

A eletrificação nas propriedades rurais, após 1961, aconteceu gradualmente. A energia de Paulo Afonso não atingira todas as moagens. Como entrave para muitos engenhos, a onipresente falta de recursos, necessariamente vultosos para mudança de tal envergadura. Um fator agravante era a distância entre algumas propriedades e as primeiras linhas de distribuição de força. Todavia, empreendimentos localizados em áreas mais próximas (no *Buriti, Bulandeira, Venhaver, Lagoa, Estrela, Brejão*), já estavam eletrificados quando a *Cooperativa de Eletrificação Rural do Cariri* começou a atuar no final dos 1960.⁴⁴⁵ Nestes engenhos, eram visíveis as alterações no “*negócio da moagem*”, onde alguns ofícios desapareceram rapidamente. Críticas às transformações vivenciadas pontuam as narrativas dos operários. Zé Fulô foi taxativo:

*Quem esculhambou o negócio de moagem na Barbalha... Quem esculhambou mais... primeiro... Foi a energia. Chegou a energia, as coisas ficou mais assim pro lado das moagens...*⁴⁴⁶

Um dos postos desativados foi o do *maquinista*, figura que marcou toda uma época. Seu trabalho exigia treinamento e atenção. O *mecânico do motor*, como também era chamado, “*dava conta das duas coisas, da caldeira e da máquina. Porque a máquina só rodava se tivesse fogo, não é? Se tivesse pressão. Se não tivesse pressão a máquina não rodava*”.⁴⁴⁷ Todo maquinista de engenho devia ser imbuído de muita responsabilidade, afinal as caldeiras eram “um negócio arriscado” e inspiravam temor:

⁴⁴⁵ Agindo extra-oficialmente desde 1968, segundo Fabiano Sampaio, a *Cooperativa de Eletrificação Rural do Cariri* (COPERCA) incorporou linhas já existentes, e ampliou a rede de eletrificação no campo. “*Em 1971, por possuir Barbalha a maior rede de eletrificação rural do Cariri, coube-lhe a primazia de ser a sede da Cooperativa de Eletrificação Rural do Cariri, que muita ênfase emprestou à cidade*”. CALLOU, Lyrio. *Barbalha: minha vida*. Recife: Bagaço, 2002.

⁴⁴⁶ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

⁴⁴⁷ Severino Antonio dos Santos, em 30 de setembro de 2005.

*Ali precisa muita atenção... Mas ela [a caldeira] era só de sessenta [pressão] abaixo. Era o maquinista. Ele é que tinha que ver pra a caldeira não passar de sessenta. Porque se passasse pra setenta era uma zoada danada. Aí ela ia explodir!*⁴⁴⁸

Os narradores evocam algumas histórias de explosões.⁴⁴⁹ Daí a necessidade de vigilância constante: manter o ritmo necessário à moagem, o olho sempre nos medidores e a qualquer sinal de excesso de pressão, acionar o suspiro. Ao lado das maiores caldeiras, de fabricação inglesa, os maquinistas carienses não trabalhavam sozinhos: *“Na época do locomóvel, tinha um que botava lenha no locomóvel e também ficava ali”*.⁴⁵⁰ No tempo de caldeira fixa:

*...era uma caldeira a fogo direto, tinha o maquinista, tinha o ajudante.. Quando chegou a energia, aí tiraram a caldeira. Já tirou um operário, dois, três. Foi diminuindo os operários, né?...É por isso que eu digo, quando a energia de Paulo Afonso chegou as coisas dificultou mais pro negócio de operário.*⁴⁵¹

Antonio Celestino, Miguel Nanú, João Grilo, e outros antigos e hábeis maquinistas, precisaram se submeter a serviços diferentes para se manter nas propriedades. A alternativa de encontrar trabalho em engenhos ainda movidos a vapor tendia à inevitável redução. Por testemunhar o destino dos colegas de trabalho, Zé Fulô é convicto: *“A energia de Paulo Afonso fez muito desemprego. Desemprego, bem mais desemprego. E cada vez mais diminuindo o emprego”*.⁴⁵²

No *Tupinambá*, pouco tempo depois, outros operários perderam suas funções. O engenho era conhecido por ser o único da região com duas fornalhas. Corriam paralelas no grande salão, alinhadas com as “bocas de fogo” externas (ver foto abaixo), que absorviam o esforço contínuo de dois *metedores de fogo*.

⁴⁴⁸ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

⁴⁴⁹ Um acidente citado foi a explosão da caldeira do engenho *União*, em Barbalha.

⁴⁵⁰ Yony Sampaio, em outubro de 2004. O *locomóvel* é uma máquina a vapor que ficava em cima da própria caldeira à lenha. Era assim chamado porque vinha montado com 4 rodas, o que permitia ser rebocado para onde fosse necessário.

⁴⁵¹ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

⁴⁵² Idem.



Foto 22. Vista externa (oeste) da sala da fornalha do *Tupinambá*, antes do desmoronamento nos anos 1990. Observa-se na parte inferior as duas “bocas de fogo” Fotografia: Yacê Carleial.

Uma reforma unificou a entrada das fornalhas, que se bifurcando em “Y” alimentava as duas linhas de cozimento. Economizava-se assim combustível e o salário de um dos *metedores*: “*Eram dois metedores de fogo, Zé Belo era um, o finado China era o outro. Bem, aí quando... pegou a atitude de ficar só um metedor de fogo. Aí Francisco Alves tomou de conta*”. Logo depois, reforma adicional atingiu a própria fornalha, dispensando mais operários. A seqüência da demissão de seus companheiros continua na narrativa do mestre Zé Fulô:

*Olha! Eram duas fornalhas [linhas de cozimento] quando era uma caldeira de fogo direto, tinha duas bocas de fornalha lá. Lá, naquele lado do engenho, uma fornalha aqui e outra aqui. (...) Primeiro que eles mudaram foi as caldeiras [tachos de cobre]. Das três caldeiras atrás fizeram uma caldeirona só emendada, de ferro, né?(...) Foi diminuindo os operários, né? Aí, laí vai, era dois fornalhas. Ocupava o quê? Cada fornalha ocupava quatro pessoas. Era oito pessoas, né? Aí tiraram uma, lá acabou o serviço de mais quatro. (...) Mas os homens da caldeira diminuiu, aumentou o desemprego. E daí foi que realmente nós entramos no desemprego! Desemprego aumentando, aumentando o desemprego, findou em nada.*⁴⁵³

⁴⁵³ Idem.

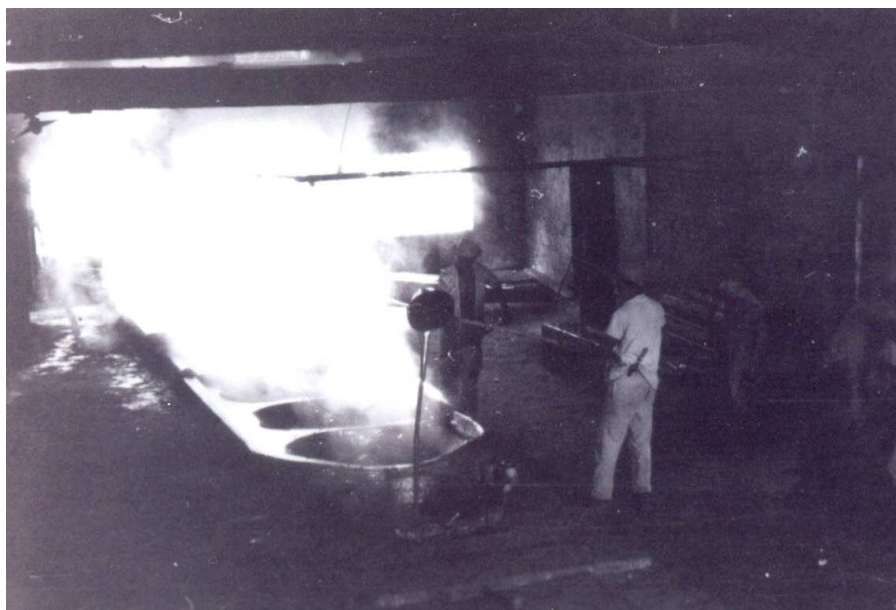


Foto 23 - Caldeireiros na fornalha do Tupinambá, uma só linha de cozimento, vistos a partir da porta do escritório da *CasaGrande*. Década de 1960. (APES)

Com a evolução do sistema produtivo, além dos fechamentos de postos na parte industrial, outras categorias de trabalhadores vão desaparecer no setor de transportes. Como foi assinalado, ainda nos anos 1950, surgiram os primeiros tratores. Essas máquinas importadas permitiram aos patrões diminuir paulatinamente o número de homens encarregados do transporte das canas para os engenhos e das rapaduras para os armazéns. Nas safras do *Tupinambá*, o reboque do trator era carregado várias vezes por dia: “*Era dez, era quinze, era vinte viagens. Naquele tempo a gente carregava mais cana em trator, né?*”⁴⁵⁴

No vale do Cariri, na zona dos engenhos *de brejo*, onde as estradas eram mais planas e regulares, os carros de bois e seus condutores se tornaram raros. Os burros conduzidos por cambiteiros resistiram mais: ainda eram soberanos nas menores propriedades, assim como nos trechos íngremes das encostas de serra. Nos maiores partidos de cana, embora tivessem seu número reduzido, os cambiteiros trabalharam lado a lado com os tratores, por algum tempo. Nos baixios mais úmidos, nos trechos *embrejados*, a força dos burros e a habilidade de seus condutores era a maneira segura de vencer os atoleiros e chegar até as canas. Hilton Cruz recorda, que no sítio *Brejão*, havia trechos em que o trator não podia entrar: “*Lá eu vi foi trator de esteira, o cara*

⁴⁵⁴ Severino Antonio dos Santos, em 30 de setembro de 2005.

*inventou de botar, e ele afundou. Esses baixios, se você cavar seis metros, a partir do sexto metro, tem mais ou menos uns oito metros de depósito de água.*⁴⁵⁵

Parte dos operários dispensados deixou o vale, em busca de trabalho em outras paragens. A dinâmica das transformações no universo rapadureiro, que sempre agiu sobre a mobilidade do trabalhador rural, agora também expulsava homens em migrações, geralmente individualizadas. Os caminhos se voltavam, crescentemente, para as regiões mais industrializadas do país.

Parte da mão de obra desmobilizada refluía para os serviços na agricultura. A conjuntura desta oferta adicional de braços determinou uma queda no valor dos *ganhos*. Os produtores e donos de engenho, mesmo aqueles bem sucedidos na redução dos seus custos operacionais, não transformaram a melhoria da lucratividade em aumento dos rendimentos. Iniciativas pontuais de incentivos a empregados em postos-chave como *mestres*, ou *metedores de fogo*, podiam ocorrer em picos de safra, mas deixavam de fora a quase totalidade dos operários. Embora o pagamento por produção vigorasse eventualmente nas operações de *limpa* dos canaviais, a massa dos trabalhadores continuava *cativa*, a receber por jornada, valores pequenos para horas tão longas. O presidente do *Sindicato Rural* retrata as condições que vivenciou como trabalhador de engenho:

*Era assim, esse sistema, né? Então por isso também a gente ficava atrelado, atrelado, e não tinha vez nem voz pra reclamar preço. E eles faziam o máximo pra que as pessoas ficassem devendo pra a outra moagem. Eles faziam até questão. Que já ficavam com as pessoas certas pra noutra moagem ir trabalhar.*⁴⁵⁶

A conjuntura do início dos anos 1960 dava condições a essa situação de exploração de mão de obra: informalidade, permanência de remunerações não monetárias, sujeição, a falta de amparo legal. As conquistas trabalhistas só se estenderiam para o homem do campo em 1963, com a promulgação do *Estatuto do Trabalhador Rural*. E mesmo sancionadas, as determinações legais ainda demorariam muitos anos a se efetivar, permanecendo ausentes nas relações patrão/empregado: "*Porque cadê os tempo de nós trabalhando? Cadê*

⁴⁵⁵ Hilton Leite Cruz, em 5 de fevereiro de 2007.

⁴⁵⁶ Cícero José de Santana, em 12 de fevereiro de 2007.

nossos direitos trabalhistas? Ninguém nem falava nisso".⁴⁵⁷ Por outro lado, a pobreza dos trabalhadores de engenho e as necessidades prementes de suas famílias levavam à submissão aos baixos rendimentos, agravados em face de um custo de vida que se elevava.

No dia a dia das safras e entressafras, os homens compreendiam que seus espaços de trabalho e vida gradualmente perdiam os componentes de *proteção e estabilidade* que a sujeição à terra alheia outrora lhes permitira. Em suas narrativas, percebe-se que a perspectiva de perda da condição de morada, roça, água e lenha lhes era penosa. Entretanto, como já foi assinalado, essas "benesses" iam lhes sendo subtraídas, embora, as relações de trabalho ainda fossem marcadas por elementos de dominação pessoal. Pode-se afirmar que, aos trabalhadores couberam os aspectos mais perversos da *modernidade* nos engenhos. *Esculhambavam-se* as moagens.

Encontram-se para a década de 1960, referências a um crescimento nas taxas de desemprego, confirmando o que na prática já era constatado com dispensas e migrações. Essa situação não pode ser explicada apenas com a constatação de que as modificações tecnológicas que se implantavam no principal setor produtivo conduziam a uma diminuição dos postos de trabalho. A agricultura diversificada da região, distante dos padrões da monocultura⁴⁵⁸, teoricamente seria capaz de absorver grande parte dos trabalhadores rurais. Contudo, isto não estava ocorrendo no Cariri.

Compreende-se que as melhorias introduzidas nos últimos anos, não só no setor canavieiro, mas em outras áreas de cultivo, pressupunham um conseqüente crescimento da economia, o que por sua vez absorveria uma mão de obra adicional, pelo menos proporcional ao aumento da população. Infelizmente tal pressuposto não se concretizou. Com exceção da cotonicultura, em fase de lucratividade, o que se via era um enfraquecimento da agricultura. Com menos possibilidades de produzir excedentes, este setor se tornava incapaz de uma comercialização eficaz e competitiva, além dos limites da microrregião. No Cariri, o crescimento populacional e o empobrecimento geral preanunciavam um agravamento da situação social.

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ A monocultura seria impossível até por condicionantes físicos: apenas 14% dos solos da região são próprios para a cana-de-açúcar.

Em estudos que analisam o desempenho da economia canavieira regional entre 1960 e 1970,⁴⁵⁹ encontram-se dados condizentes com um quadro recessivo, que já ultrapassava os limites conjunturais. Entre os aspectos preocupantes, além do citado aumento do desemprego, estava o decréscimo da área plantada de cana-de-açúcar — 1.141 hectares a menos — e de sua produção — 56.542 toneladas⁴⁶⁰, correspondendo a uma diminuição da ordem de 17%.

Todavia, sem que isso represente necessariamente uma contradição, na observação das mesmas informações pode-se perceber certo “vigor residual” no setor *rapadureiro*, ou pelo menos no núcleo restrito de maiores produtores. É como se a parcela mais dinâmica dos engenhos resistisse, buscando soluções, alternativas de mercado. São esforços e iniciativas isolados, com efeitos limitados. Até então não houvera nenhuma ação ordenada e concreta por parte do Estado, única possibilidade efetiva de encontrar respostas para uma crise, que se tornava estrutural.

O uso gradual da energia elétrica da *Companhia Hidroelétrica do São Francisco* (CHESF), a partir de 1962, veio permitir a disseminação de técnicas simples, porém fundamentais para a produção canavieira, como a irrigação através de bombas d'água, que ampliava os possíveis espaços de cana. Graças a esse tipo de implementos e à manutenção de uma força de trabalho regular de baixo custo, a lavoura de cana caririense continuava *viável* para alguns: aqueles que produziam mais.

As classes subordinadas — moradores, meeiros, trabalhadores temporários assalariados e até pequenos rendeiros — continuavam a girar em torno dos engenhos. As intrincadas relações que no passado haviam fixado essas categorias, agora, pela própria dinâmica da crise, tendiam a expropriá-las completamente do processo.

Nos anos 1960, mesmo enfrentando dificuldades, o engenho produtor de rapadura ainda era a unidade dominante na região caririense,⁴⁶¹

⁴⁵⁹ Ver, entre outros, SÁ, Filadelfo. *Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense*. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC, 1988; BNB/Fundetec. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar da região do Cariri*. Fortaleza, 2001; AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1980 e BRITO e op. cit.

⁴⁶⁰ BRITO, op. cit. p.19.

⁴⁶¹ SÁ, op. cit. p.13.

funcionando como articulador dos outros produtores agrícolas. Sítios e engenhos de rapadura, na quase totalidade, continuavam sendo administrados por seus proprietários. Ou seja, no Cariri não havia o absenteísmo que caracterizava empreendimentos de outras regiões. Em muitos engenhos de porte, onde os serviços eram supervisionados por encarregados ou feitores, era comum a presença diária do patrão. Isto podia ensejar, por um lado, uma administração mais fechada em si mesmo, relutante em aceitar mudanças no processo produtivo, mais resistente às alterações inevitáveis nas relações de trabalho. Por outro lado, em função do envolvimento direto nos espaços de trabalho, estes proprietários *rapadureiros* conheciam e vivenciavam todas as etapas do processo, *agrícola e industrial*, o que os capacitava, pelo menos potencialmente, a desvendar as articulações dos fatores que compunham a *crise* que os ameaçava.

Há boas razões para acreditar que tal grau de envolvimento e experiência não foi devidamente considerado ao longo das discussões de possíveis respostas para a situação canavieira, nos processos de planejamento que serão capitaneados pelas instâncias governamentais. Parte dos produtores vai se sentir alijada dos projetos e das escolhas que levarão a um modelo específico de solução industrial. Contudo, esse mesmo segmento será convocado para dar apoio, sustentação e matéria prima para a indústria açucareira instalada, a qual se constituirá um fator adicional, e extremamente forte, do declínio de seus engenhos de rapadura.

3.2. A CRISE DA RAPADURA: “*FIGARAM MOENDO, MOENDO, MOENDO, MAS QUANDO FOI O TEMPO DA USINA!*” ...

*Via plantas de cana
com sua cabeleira, ou crina,
muita folha de cana
com sua lâmina fina,
muita soca de cana
com sua aparência franzina,
e canas com pendões
que são as canas maninhas.
Como terras de cana,
são muito mais brandas e femininas.
Foram terras de engenho,
agora são terras de usina.*

João Cabral de Melo Neto
O Rio

14 de junho de 1976. À beira da rodovia estadual CE-96, próximo à divisa entre os municípios de Barbalha e Missão Velha, uma quantidade inusitada de automóveis e camionetas está estacionada em volta de uma imensa área plana e sem vegetação. Sobre marcas ainda visíveis de terraplanagem, cerca de trinta caminhões carregados de cana-de-açúcar estão enfileirados diante de altos galpões industriais. No centro do amplo espaço descoberto, o sol forte do final da manhã castiga algumas centenas de pessoas que ouvem e aplaudem uma seqüência de discursos. A *Usina Manoel Costa Filho* está sendo inaugurada, numa concorrida festividade.

Desde o início das obras, em 1974, a expectativa gerada pela presença na região da *Companhia Açucareira Vale do Salamanca (AÇUSA)*⁴⁶² crescera muito. O caráter de importância com que esse empreendimento era tratado estava evidente para a pequena multidão, que esperava o momento simbólico da moagem das primeiras canas. Nunca se vira tantas “autoridades” reunidas em Barbalha. Nos registros fotográficos oficiais da festa, vêem-se o então governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, ao lado de seu colega cearense, Adauto Bezerra. Também aparecem com destaque, o superintendente da SUDENE, José Lins de Albuquerque e o ex-Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, de origem familiar caririense, um dos responsáveis pelas articulações que concretizaram a Usina no Cariri.

Jornais cearenses deram bastante atenção ao evento: no dia

⁴⁶² AÇUSA, empresa co-associada do grupo Fernando Maranhão, foi criada especificadamente para o empreendimento no Cariri e englobava a Usina *Manoel Costa Filho* e uma destilaria.

seguinte, uma *chamada* de primeira página do jornal *O Povo* utilizou uma frase retirada de um dos discursos laudatórios da inauguração: “*Usina de Barbalha dará novo impulso à cultura canavieira*”. No corpo da edição, ao lado de fotografias que destacavam os momentos habituais de descerramento de placas e hasteamento de bandeiras, a matéria “*Usina foi festa no Cariri*” repetia dois enfoques básicos, presentes em reportagens correlatas: a descrição da cerimônia, que reforçava aspectos que “traduzissem” a importância do empreendimento (o número de jatinhos fretados pelos convidados, a quantidade de pessoas presentes ao coquetel comemorativo); e argumentações sobre a adequação da usina, frente às deficiências econômicas regionais. Neste sentido, foram transcritos trechos de entrevistas e discursos proferidos durante o ato inaugural. Um fragmento dessas falas emblemática o tom geral dos pronunciamentos. Após se referir brevemente à tradição canavieira regional, o governador Aduino Bezerra fez referência à *crise*, como elemento de demanda da agroindústria:

É certo entretanto que a economia canavieira, com o passar do tempo, tornou-se obsoleta. A rapadura e a aguardente deixaram de ser fonte de riqueza, constituindo-se em causa de empobrecimento dos produtores, cuja situação se tornava insustentável. Não havia outro caminho a seguir senão o de implantar, no mais curto prazo, a indústria açucareira. Desde então houve uma luta constante para que esse objetivo fosse alcançado.⁴⁶³

Na continuação de seu discurso, após citar alguns personagens responsáveis pela efetivação da Usina, o governador desenhava um porvir de “elevado grau de industrialização”, que iria se refletir “no desenvolvimento geral de todo o estado”. Para os contemporâneos, mesmo que o futuro não se delineasse assim tão promissor, definitivamente, o Cariri canavieiro não seria mais o mesmo com a existência da AÇUSA.

Ausentes na ocasião festiva, os milhares de trabalhadores que tinham sua sobrevivência atrelada à cultura da cana e aos engenhos de rapadura. Esta população, a mais duramente atingida pelas transformações dos últimos anos no setor, não pode ouvir os discursos recheados de otimismo que anunciavam um futuro de riquezas, que incluía a “criação de mais de 2500 empregos na agroindústria”.⁴⁶⁴ Os operários de engenho também não

⁴⁶³ (BPMP). Fortaleza, *O Povo*, edição de 15 de junho de 1976, p.14.

⁴⁶⁴ Idem.

percorreram as modernas instalações (Foto abaixo), observando as novas e reluzentes máquinas: carregadores, mesas separadoras, trituradoras, picadores, entre outros mecanismos, que substituiriam inúmeros braços como os seus.



Foto 24 - Máquinas carregadoras no manejo das primeiras canas na Usina na inauguração festiva em 14 de julho de 1976. Fotografia: Arquivo Usina Manoel Costa Filho. (AUMCF)

Para parcela expressiva da população, entretanto, a relevância do acontecimento era evidente. Incontestável! Afinal, tratava-se de um investimento de cerca de 290 milhões de cruzeiros⁴⁶⁵ que, muitos acreditavam, iria “salvar” a economia canavieira, produzindo riquezas e anos de prosperidade para toda a região. Este era o discurso das autoridades e dos empreendedores, reproduzido fortemente na imprensa cearense: “AÇUSA fará a redenção econômica do Cariri”. Alguns fatos pareciam reforçar esse augúrio: o Vale do Cariri era um produtor potencial de 500.000 toneladas de canas com alto teor de sacarose, prontas para serem beneficiadas e atingir os crescentes mercados do açúcar e do álcool. As 235.389 toneladas da última safra (1975/1976)⁴⁶⁶ certamente seriam aumentadas com o respaldo técnico

⁴⁶⁵ Advindos do IAA, Banco do Brasil, e uma parcela menor de recursos próprios. (BPMP) Fortaleza, *O Povo*, edição de 15 e 16 de junho de 1976, pp.4 e 24, respectivamente.

⁴⁶⁶ *Censo Agropecuário do Estado do Ceará*, 1975. BRITO, op. cit. p.25. Outra fonte aponta

prometido pela nova indústria.

Pensar em uma *usina de açúcar* como resposta, não apenas para uma conjuntura *de crise*, mas, sobretudo, como instrumento capaz de *alavancar* o tão protelado desenvolvimento regional, não era exatamente uma novidade em terras do Cariri. No passado, uma agroindústria do açúcar já tinha sido objeto de sonhos e projetos de caririenses visionários.

Entre eles pode-se contar Antonio de Sá Barreto Sampaio, o segundo proprietário do *Tupinambá*. Com sua vivência na agricultura e no comércio caririense, conhecia bem as potencialidades da região. Durante os anos do exílio pernambucano, Toinho Sampaio se envolveu diretamente com a produção açucareira. Sua experiência de administrar engenhos, numa época em que a zona da mata se transformava em *terras de usina*, deve ter contribuído para alimentar o projeto de voltar à Barbalha, para montar uma indústria que absorvesse a cana da região. Porém, segundo a tradição familiar, em 1925, preocupado com o clima de violência política no Cariri, tomou a decisão definitiva de não mais retornar, abandonando igualmente o sonho industrial.

Em 1928, um projeto semelhante foi concretizado no município do Crato: uma usina de açúcar começou a funcionar na localidade de Buriti. A iniciativa coube a Joaquim Fernandes Teles, liderança política local, proprietário do engenho *Lagoa Encantada*, que se uniu a um “capitalista”⁴⁶⁷ paraibano, “um cidadão chamado Maracajá, que era de Campina Grande.”⁴⁶⁸ Juntos, criaram uma sociedade anônima, a *Assucareira [sic] Cearense*⁴⁶⁹, montando a indústria, com equipamentos de “segunda mão”. O empreendimento, que ficou conhecido como *Usina Maracajá*, funcionou deficitariamente por breve período. Entre as causas apontadas para seu insucesso, estariam os altos custos de produção e a recusa dos fornecedores de cana de se submeter a “contratos de usina”, que poderiam implicar em perda de autonomia como produtores. Pode-se pensar em uma espécie de *resistência* desta categoria, que encontraria ressonância, décadas depois, no

valores maiores entre 1968 e 1973: uma média de 370 mil toneladas anuais. SÁ, op. cit. p.85.

⁴⁶⁷ O termo “capitalista”, utilizado freqüentemente nas matérias jornalísticas para designar os empreendedores industriais da época, tinha um sentido bastante positivo.

⁴⁶⁸ Enrile Pinheiro Teles, entrevista em 13 de abril 2007.

⁴⁶⁹ (BPMP) Fortaleza, *O Nordeste*, 14 de dezembro de 1927, p.4; *O Ceará*, 18 de julho de 1928, p.10.

contexto da Usina de Barbalha. Segundo a tradição, o golpe definitivo para a *Usina Maracajá* veio em 1932, ano de grande seca, quando as rapaduras do *sempre verde* vale do Cariri alcançaram preços altíssimos. Estimulados, os donos de engenho mantiveram suas máquinas em pleno funcionamento, absorvendo a maior parte da cana da região, deixando a indústria cratense sem condições de produzir.

Houve quem considerasse esse desfecho — lamentável para os empreendedores — um mal menor para o Cariri, pois as notícias que chegavam do vizinho estado de Pernambuco instauravam fortes receios, quanto à presença de uma usina de açúcar. O fechamento de engenhos da Zona da Mata, ante a hegemonia das usinas era fato conhecido, não só pelos proprietários caririenses, mas também pelos trabalhadores. Muitas moendas, caldeiras e tachos que estavam em atividade no Cariri, tinham sido adquiridos em antigos bangüês. A região também acolhera alguns operários “desterrados” pelas novas indústrias pernambucanas. Portanto, pensar em uma usina para o Cariri era uma espécie de sonho controvertido, assim externado por Figueiredo Filho:

A usina tem que surgir também, mas que nos venha para melhorar o nível de vida dos pequenos lavradores e dos trabalhadores rurais e não unicamente para destruir o engenho de rapadura sem nada de bom e de duradouro deixar na terra.⁴⁷⁰

Todavia, com o passar dos anos, à medida que a situação da economia da rapadura se agravava, a discussão local de soluções contemplava, como sempre, o projeto de uma usina. Almejava-se uma grande unidade de produção, muito superior aos engenhos em tecnologia e volume de beneficiamento de cana. Uma verdadeira indústria, que centralizaria e regularia o mercado da cana-de-açúcar.

Ao findar os anos 1950, os produtos dos engenhos da região perdiam espaço entre os sertanejos de outros estados — Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco — zonas de acesso direto, mercados tradicionalmente favoráveis. Na verdade, a produção nordestina de rapadura fabricada *fora do Cariri* tendia a crescer, principalmente nos anos invernosos. Zonas mais remotas do interior, enclaves habituais consumidores de rapadura, cultivavam

⁴⁷⁰ FIGUEIREDO FILHO, *Engenhos de rapadura...* op. cit. p.17.

suas próprias canas, graças à água de pequenas barragens, e as beneficiavam em engenhos rudimentares. Uma produção fragmentada, mas capaz de diminuir o mercado para o Cariri. Com a superprodução, ocorria uma inevitável queda nos preços, que vigorava até para os produtos de melhor qualidade, como a bem reputada rapadura de Barbalha. Nesse contexto, os caririenses continuaram a discutir possíveis saídas para o setor canavieiro. Um artigo, em conhecida publicação cratense, voltava a apontar a usina como solução:

É necessário por fim que se cuide da instalação de uma usina de açúcar ou pelo menos uma destilaria para álcool (...) porque a cultura caririense de cana, cujo produto é quase só rapadura, sente-se ameaçada como se sabe, toda vez que se constrói um açude ou barragem nos sertões nordestinos.⁴⁷¹

A partir dos anos 1960, o debate sobre viabilidade e vantagens de uma usina esteve sempre presente nos espaços de opinião regionais. Ao lado dos entusiastas da idéia, havia quem nutrisse opinião não favorável a esse tipo de solução, argumentando com previsões de reconcentração fundiária, diminuição inevitável da diversidade de culturas e tendência ao assalariamento da mão-de-obra. Esses fatores aglutinados gerariam o empobrecimento da região. Na verdade, muitos guardavam na mente o conhecido processo açambarcador gerado pela chegada de usinas em terras de engenhos: a compra de terras, o fechamento de bangüês.

A constatação de uma situação de depressão econômica, na região, não era recente. Todavia, nessa quadra, a *crise* tomara contornos mais sérios. O Cariri, outrora tão próspero, não acompanhava o desenvolvimento de outras regiões do Ceará, e testemunhava renovada mobilidade de sua população empobrecida. A retomada do planejamento de uma usina como solução tomava o caráter de urgência. Ao se iniciar os anos 1970, conjunções externas e iniciativas locais dispararam um processo efetivo de ações junto aos órgãos governamentais. O tema “usina”, contudo, continuava a gerar debates. Segundo uma testemunha, enquanto o projeto da agroindústria caririense estava sendo elaborado, as expectativas da população local se dividiam:

Uma parte pra melhor e uma parte pra pior. Uma parte pra melhor é que ia ter um desenvolvimento econômico. Muitos empregos, muita

⁴⁷¹ COELHO, Antonio. op. cit. In *itaytera*, n.4, 1958, p.97.

produção, com muito ICMS para o Estado, para o município de Barbalha. Agora, a parte ruim é que os engenhos iriam fechar, porque a Usina, rapidamente, ela ia fazer como fez em todos os outros lugares, aonde ela se instalou. Ela ia adquirir as terras, ficar dona das terras todas, com o passar dos anos, e a tendência dos engenhos era fechar. E que o povo ia ficar, essa classe média... Naquela época, a classe média da Barbalha [era] o pessoal dos engenhos. Esse pessoal ia descer de categoria. Alguns desceriam de categoria. E aumentava uma massa, vamos dizer, naquele tempo se chamava de bóias frias. Quer dizer, ia ser ruim por esse lado. A Usina ia tomar de conta do canavial, ia ser a dona da agricultura da Barbalha e do Cariri.⁴⁷²

No início da safra de 1976, finalmente uma usina se tornava realidade concreta em terras de engenho de rapadura — para o melhor ou para o pior. Nos últimos meses, era tão forte o caráter redentorista associado a esse empreendimento, que até os arredios pareciam silenciar suas restrições. No contexto deste evento, é interessante refletir sobre a *crise* estabelecida na *economia rapadureira*, antes tão pujante. Uma situação crescentemente agravada, a ponto de convencer parcela expressiva da classe dominante a acolher a transformação industrial, como solução ideal para a conjuntura deficitária. Ideais de desenvolvimento superando todos os receios atavicamente associados à idéia de usina.

A *crise da rapadura* é um fenômeno complexo, com vários fatores imbricados, cujos pesos variaram ao longo do tempo. Todavia, correndo o risco de pecar por simplificação, pode-se referir que a situação “fazia-se caracterizar pelo baixo preço do produto, que não acompanhava os custos de produção”.⁴⁷³

Esses dois componentes básicos do problema — altos custos e desvalorização do produto — devem ser compreendidos num contexto mais amplo, que transcende o escopo local e regional.

Já estavam longe no passado, os dias em que a economia caririense funcionava num relativo isolamento em relação ao restante do país. Quando, ao final dos anos 1950, o Brasil agrícola, passou a vivenciar mudanças essenciais na sua estrutura e na sua dinâmica — comunicações, entrada de capitais no campo, créditos específicos para a agricultura, agroindústrias, emergência da legislação do trabalho — boa parte das transformações se refletiram no Cariri.

⁴⁷² Preservada a identidade, entrevista em 11 de abril de 2007.

⁴⁷³ BRITO, op. cit. p. 21.

Nas indústrias açucareiras do Brasil, acentuava-se a competição entre as unidades do nordeste e as implantadas no centro sul, com vantagens crescentes para as últimas, mais capitalizadas e melhor aparelhadas tecnologicamente. As exportações brasileiras viviam uma fase de vigor renovado, principalmente após 1959, graças à conquista do mercado norte-americano, que havia cancelado suas negociações com a Cuba *revolucionária*. No período de 1951 a 1968, caracterizado por Octavio Ianni como “uma época notável” para o açúcar no Brasil, houve um aumento de 158% na produção (com São Paulo responsável por metade desse total).⁴⁷⁴ As perspectivas favoráveis para as exportações não passaram despercebidas pelo governo federal, que estimulou e sistematizou políticas de incentivos à agroindústria.

O aumento generalizado da produção também valorizou a disputa pelo mercado interno em expansão. Acuada pela forte concorrência das indústrias do centro sul, as usinas de açúcar do Nordeste, passaram a investir nos mercados mais próximos, das regiões setentrionais. Beneficiadas por programas governamentais, souberam aproveitar o crescimento de uma população cada vez mais urbana. As usinas nordestinas investiram pesado nesse mercado: ampliaram a distribuição do açúcar no interior, criando redes de divulgação e venda, a preços mais acessíveis. Os usineiros almejavam mudar hábitos de consumo seculares. “O fantasma da produção agroindustrial açucareira que penetrava de sertão a dentro ocupando os espaços e substituindo o hábito alimentar de grande parcela da população dos sertões secos nordestinos.”⁴⁷⁵

Ironicamente, a mesma rede de estradas que testemunhava a substituição dos comboieiros por caminhões no transporte de rapaduras foi apontada, por alguns cronistas, como o principal fator do declínio dos engenhos caririenses. Até então, a rapadura “*era o adoçante de pobre. Porque a gente estava numa eqüidistância, nós não tínhamos estradas nem de Pernambuco. Não se tinha quase bolacha, o café era adoçado com rapadura*”.⁴⁷⁶ Um trabalhador rural, narrando sua juventude, descreveu como

⁴⁷⁴ IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.47. Sobre o contraste entre o Nordeste e o Centro-Sul ver também MELO, Mario L de. *O açúcar e o homem; problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife, MEC/IJNPS, 1975.

⁴⁷⁵ SÁ, op. cit. p. 58.

⁴⁷⁶ Hilton Leite Cruz, em 5 de fevereiro de 2007.

eram as comidas: “*O café era feito com rapadura e ninguém podia comprar açúcar. Açúcar era proibido, ninguém podia comprar açúcar, né?*”⁴⁷⁷

Graças às rodovias, o açúcar da zona da mata teve sua distribuição facilitada, atingindo rincões onde antes não penetrava. A mercadoria, principalmente originada de Pernambuco, era comercializada em volumes maiores e preços cada vez mais competitivos, dominando mercados nos estados de pequena ou ínfima produção açucareira, como o Ceará.

Em função da queda do preço do açúcar industrializado, parcelas significativas da população sertaneja, que antes não tinham acesso ao produto, começaram a consumi-lo habitualmente, em detrimento da rapadura.

*A gente não comprava açúcar. Ói! naquele tempo o povo bebia café era com rapadura. Naquele tempo era com rapadura que nós tomava. E eu achava era bom. Hoje não! o povo só quer tomar café com açúcar. Tendo rapadura eles não quer não. Só quer é com açúcar.*⁴⁷⁸

O açúcar *importado* das usinas, antes restrito à culinária das classes superiores, gradualmente se tornou um parte do cotidiano do cidadão “comum”. Essa alteração de hábitos alimentares também refletia uma conjunção de fatores extra-econômicos, entre os quais, não podem ser subestimados, o apelo da *novidade* e os efeitos da *propaganda* que começava a contar com novos meios de comunicação: os anos 1950/60 ficaram marcados pela chegada expressiva do rádio no interior nordestino.

Nesta mudança de costumes, também é interessante observar os componentes simbólicos, associados de forma antagônica aos produtos concorrentes. “*Com a evolução, rapadura passou a ser como o quê? Um produto antiquado. Não se comia mais rapadura*”.⁴⁷⁹ O açúcar trazia em si algo de *moderno*, de *urbano*, a idéia de um elemento mais refinado que a rapadura tradicional: significados de forte apelo para uma população que ansiava por diminuir as distâncias — nos sentidos real e metafórico — que a separava de um “Brasil desenvolvido”.

Sob esse impacto, a economia *rapadureira* sentiu a queda de consumo. Apesar da relativa expansão dos engenhos das décadas anteriores, já havia quem considerasse inevitável a sua decadência. Contudo, se a

⁴⁷⁷ Cícero José de Santana, em 12 de fevereiro de 2007.

⁴⁷⁸ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

⁴⁷⁹ Enrile Pinheiro Teles, em 13 de abril de 2007.

rapadura ficava cada vez mais caracterizada como produto *popular*, alimento dos pobres e particularmente dos trabalhadores do campo, foi exatamente sobre esses segmentos populacionais que se concentrou, a partir daí, sua distribuição. Dessa forma, tanto os que a produziam, como os que a comercializavam, conseguiram manter um relativo equilíbrio nas contas: graças a consumidores da classe trabalhadora no meio rural, de costumes arraigados, moradores dos sertões remotos. Notadamente, do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, onde que se desenvolvia a cultura do algodão.

Ao final dos anos 1950, o encolhimento dos mercados se tornou mais visível: a comercialização da rapadura se concentrava cada vez mais nestes redutos do semi-árido nordestino. A numerosa mão de obra dos colhedores representava o sustentáculo da economia canavieira do Cariri. Essa ligação entre a produção *rapadureira* e a cotonicultura era antiga, tendo marcado o período áureo do transporte de rapaduras em grandes comboios de burros. Dr. Napoleão recorda que no engenho de sua infância, *"quando começavam a dizer: 'Estão apanhando o algodão na Paraíba!'"*, seu avô, o proprietário, com seu tendal cheio de rapaduras, emendava: *"Os comboieiros chegam já!"*⁴⁸⁰

Nas rações dos trabalhadores do algodão, além dos habituais feijão, arroz, farinha, sempre houvera, invariavelmente, a rapadura. Um alimento energético e fácil de conduzir, bem apropriado para uma mão de obra com características de itinerância. Além disso, a colheita no semi-árido, que ocorria principalmente no segundo semestre do ano, coincidia com o período de moagem dos engenhos caririenses.

*O preço da rapadura era muito em função da produção de algodão. A maior venda de rapadura era pro pessoal que ia colher algodão. (...) Então, quando era um ano bom de rapadura e um ano bom de algodão, então isso fazia um preço. Quando havia uma quebra na safra de algodão e o ano era bom de rapadura, o preço ia lá pra baixo. Produção maior do que a demanda.*⁴⁸¹

Boas safras de algodão sustentaram os engenhos de rapadura durante a década de 1960. A situação, mais uma vez, era seletiva: favorecia aos maiores produtores, com maior capacidade de comercialização.

Até então *a crise* não atingira a todos. Ou pelo menos, com igual

⁴⁸⁰ Napoleão Tavares Neves, em 24 de setembro de 2005.

⁴⁸¹ Leonardo Valadares Sampaio, em outubro de 2004.

resultado. Citam-se até casos de produtores bem lastreados financeiramente que absorveram terras e conseguiram lucrar com as dificuldades dos menores. Entre os donos de engenho, existia também um pequeno grupo que não acreditava no caráter definitivo da *crise rapadureira*. Proprietários como Dr. Hermano Teles (Crato), a família Garcia e Elony Sampaio (Barbalha), entre outros, estavam convencidos que a solução estava na modernização e no investimento constante em seus empreendimentos.

Na verdade, no início dos anos 1960, tudo parecia ir muito bem no *Tupinambá*. Os lucros da safra 1958/1959 — meses de seca para os outros *sertões*, tinham sido excelentes. As rapaduras de Barbalha, normatizadas com o carimbo da cidade desde 1942, atingiram preços altos. Elony Sampaio tinha sido particularmente feliz ao vender toda a sua produção e parte da de outros engenhos ao Batalhão do Exército em Caicó (RN). Francisco Alves, que *debutava* no engenho, recorda aquela moagem: *"quando eu comecei a trabalhar, pra dizer assim, fichado mesmo, foi em 1958, um ano seco ruim mesmo que só o diabo! Mas nós enfrentemos! Meu serviço era botar fogo."*⁴⁸² Os lucros desses dois anos no *Tupinambá* acumularam um capital suficiente para adquirir os já referidos trator e caminhão. Com este último, Elony passou a vender suas próprias rapaduras, deixando de depender de intermediários: *"Do fim dos 50 em diante, já saía muita rapadura em caminhão. Os engenhos maiores não vendiam mais pros armazéns. Os armazéns começaram a entrar numa certa decadência"*.⁴⁸³

Além desta venda direta, os engenhos de porte costumavam produzir para cumprir encomendas. No caso do *Tupinambá*, o proprietário fechava contratos antes da safra. Segundo Francisco Alves, no dia apazado, os caminhões e camionetas chegavam no engenho:

*Carro próprio de Pernambuco, da Paraíba, de todo o canto. Os cabra de fora comprava e vinha por conta própria deles, né? Aquilo ali, seu Elony já entregava aquela carga de rapadura despachada. Na hora que enchia o caminhão, seu Elony saía na frente e o caminhão atrás. Chegava na rua [cidade] e aí ele despachava [na coletoria]. Aquele camarada já saía com a carga despachada. Não tinha mais negócio de imposto, essas coisas. Já saía livre de tudo.*⁴⁸⁴

⁴⁸² Francisco Alves do Nascimento, em 28 de setembro de 2005.

⁴⁸³ Yony Sampaio, em outubro de 2004.

⁴⁸⁴ Francisco Alves do Nascimento, em 28 de setembro de 2005.

Nesse período, em que o *Tupinambá* e outros engenhos de porte implementavam melhoramentos, também se tornavam mais visíveis os já assinalados processos de reorganização do trabalho. Dentro dessa fase *empreendedora*, Elony decidiu colocar um novo encarregado no *Tupinambá* que contribuísse para dinamizar sua propriedade e aumentar o rendimento do engenho recém eletrificado. Neste intuito, em 1962, convidou um homem jovem (29 anos), cheio de idéias, com experiência nas lidas de engenhos, contratado *por produção*. Chamava-se Agildo:

*Aí eu fui pro Tupinambá, e consegui, em três anos do Tupinambá, triplicar a produção... Tinha na época lá... muito operário trabalhava lá. Muita gente do Jardim, que vinha pra tirar a moagem aqui. Moagem do Tupinambá. O Tupinambá era uma empresa, viu?*⁴⁸⁵

Segundo Agildo, o aumento da produção aconteceu a partir da ampliação do canal: "*O Tupinambá, só num ano, eu plantei 80 tarefas de cana. Em 1963. Quer dizer, eu plantei muita cana e consegui refazer outras canas, que estavam num estado já velhas e ruim. Oitenta tarefas de cana*".⁴⁸⁶ O trabalhador Zé Gamenha confirma: "*Era cana! E de uma ponta a outra*".⁴⁸⁷ Severino dos Santos recorda a extensão da área que percorria com o trator apanhando a cana cortada, nas safras do início dos 1960:

*Tinha muita cana. Tinha cana por todo canto ali. A marcação deste sítio ia até [o sítio de] Raimundo de Antero. Por ali, tudo ali era cana, e era cana boa! Ali pro lado do Brito, por ali, a extrema do sítio. Tudo era cana.*⁴⁸⁸

O aumento da safra do *Tupinambá*, talvez a última expansão significativa que este partido de cana conheceu, obrigou o encarregado a encontrar outras opções de moagem: "*chegou o tempo de moer aqui cana do Tupinambá em mais de um engenho. Em Benó e no engenho de Grangeiro. Em 1964, nós moemos cana do Tupinambá aqui em três engenhos. Porque não dava conta*". Segundo Agildo, o engenho [a moenda] "de 30 polegadas", um dos maiores da região se tornara pequeno para a produção:

Muita cana no brejo e aí tinha que moer em mais engenhos, né? Fazia batida no engenho do Tupinambá e rapadura nos outros engenhos. Seu Elony tinha dois tratores, tinha um caminhão, muito burro, muito animal! Tinha quase 40 burros no Tupinambá. E tinha

⁴⁸⁵ "Seu Agildo", em 23 de abril de 2007.

⁴⁸⁶ Idem.

⁴⁸⁷ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

⁴⁸⁸ Severino Antonio dos Santos, em 30 de setembro de 2005.

*muitos moradores. (...) Lá no Tupinambá. Era como eu disse. O Tupinambá era uma empresa.*⁴⁸⁹

Ao repetir, durante a narrativa, sua concepção de que o "*Tupinambá era uma empresa*", Agildo procura, no presente, valorizar sua própria atuação na gerência dos trabalhos da propriedade. Contudo, mesmo relativizando o sucesso dessa "empresa", o cotejamento das fontes referentes a este período vai demonstrar um embasamento consistente para a reconstrução do *Tupinambá* na memória de seu feitor. Pode-se destacar, por exemplo, a simultaneidade dos trabalhos de moagem, da fabricação da cachaça *Tentação*, da olaria e do criatório de gado; o número expressivo de trabalhadores fixos, atestando o volume de serviços no sítio; uma safra de cana volumosa a ponto de extrapolar a capacidade da moenda, entre outros aspectos. No mesmo período, a compra de um segundo trator, *de esteira*, as melhorias feitas no vizinho engenho *Lambedor*, as aquisições de outros imóveis rurais – aplicações de lucros no próprio patrimônio – também são sinais de uma fase dinâmica no *Tupinambá*.

Compreende-se que ao insistir na idéia de "empresa", Agildo, que narra um contexto que procura se afastar da conjuntura de *crise*, sinaliza um modo de gerenciar que tentou implantar junto aos homens, a maioria moradores, que eram sua maior responsabilidade: "*Eu lidei com muita gente, era quarenta, cinqüenta homens trabalhando comigo*".⁴⁹⁰ Um ritmo de trabalho mais pesado, buscando otimizar a produção, um desejo que compartilhava com o patrão. A dinâmica do feitor se coadunava com a velocidade do novo motor. O engenho eletrificado, em termos técnicos, era a alteração mais expressiva no amplo conjunto de transformações associadas à noção de *modernização*, muito bem representadas no contexto do *Tupinambá*, mas também presentes em outros grandes engenhos.

O empenho em introduzir formas de trabalho pautadas por metas de *produção e lucratividade* iria engendrar novas concepções do *uso do tempo*, no cotidiano dos homens do engenho. Embora em contexto diverso, pode-se fazer um paralelo com processos estudados por E. P. Thompson, que estabeleceu a noção do *tempo da natureza* – relacionado a costumes familiares e ritmos

⁴⁸⁹ "Seu Agildo", em 23 de abril de 2007.

⁴⁹⁰ Idem.

tradicionais – convivendo e sendo substituído por um *tempo regulado pelo relógio*, associado à idéia de aceleração e lucro. A Inglaterra do século XVIII testemunhava uma nova mentalidade no *emprego do tempo*, fundamental a seu processo de industrialização. Ao analisar a introdução da lógica de mercado nos trabalhos do campo, Thompson mostra que mais importante do que examinar as transformações externadas em “maior sincronização das tarefas e maior exatidão nas rotinas do tempo”, é compreender como essas transições foram experimentadas nas comunidades.⁴⁹¹ No caso do *Tupinambá*, é interessante observar como a nova forma de gerenciar interferiu na disciplina dos serviços *da cana e do engenho*, afetando a própria percepção de tempo por parte dos trabalhadores.

Nos processos históricos, quando valores capitalistas são introduzidos no mundo rural, afetam sujeitos sociais que “carregam consigo um estoque de valores e sentimentos oriundos de costumes tradicionais”.⁴⁹² A partir daí, pela imposição de novos padrões e objetivos, os *espaços de trabalho* quase sempre se configuram em *espaços de conflito*. Não seria diferente no *Tupinambá*, onde a força de trabalho estava secularmente submetida a relações tradicionais: enquanto alguns operários tentavam se adaptar à nova organização, outros não aceitavam a vontade de produzir e de *mostrar serviço* do novo feitor. Francisco Alves, por exemplo, se ressentia do ritmo que era foi imposto. Segundo o *metedor de fogo*, Agildo “esticava” os horários de trabalho:

*quatro hora da manhã, que era pra eu botar fogo... Acelerava tudo! Aí [eu] metia a cara, pan, pan, pan, dia e noite. Agildo era um carnicheiro. Já os outro... Já o Nézinho Queiroz não era carnicheiro. O Luquinha não era carnicheiro. O Luquinha tinha dias que quando a gente botava fogo na fornalha era sete horas do dia.*⁴⁹³

Na comparação entre as diferentes imposições de feitores no *Tupinambá*, ficou marcado um estranhamento perante as novas diretivas de *controle do tempo*: a gerência de Agildo trazia metas de fabricação definidas, novas exigências e ritmos. Embora regularizasse os pagamentos e introduzisse

⁴⁹¹ THOMPSON, E. P. *costumes em comum*, op.cit., p. 289 ver também pp. 267-304.

⁴⁹² DECCA, Edgar Salvadori de. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUHNS, Heloisa T. (org). *Lazer e Ciências Sociais - diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002, pp. 66 e 65; A respeito das transformações no trabalho dos engenhos, ver também BARREIRO, José Carlos. Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 7, nº 14, p. 131-149, mar/ago 1987.

⁴⁹³ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

alternativas de remuneração por produtividade – “*umas raras vezes a gente dava comissão a eles por carga de rapadura*”⁴⁹⁴ – Agildo estabeleceu condições de trabalho rejeitadas por muitos trabalhadores: “[*O pessoal] reclamava mode os horários, agora, pelo dinheiro todo mundo achou bom*”⁴⁹⁵

A rejeição extrapolava questões de horários e jornadas. A nova forma de trabalho que se procurava introjetar nos operários, despertava-lhes uma resistência, que ia além do próprio cansaço definido pelas limitações físicas e trazia componentes culturais nem sempre devidamente considerados. Neste sentido, Thompson ressalta que toda mudança ou desenvolvimento econômico traz em si, imbricada, uma mudança cultural:

A ênfase da transição recai sobre toda a cultura; a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura. Essa cultura expressa os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas, etc., e não atentar para esses fatores simplesmente produz uma visão pouco profunda dos fenômenos e torna a análise trivial.⁴⁹⁶

No *Tupinambá*, é preciso lembrar que a nova organização de trabalho que se impunha, operava sobre uma base de relações de produção tradicionais. As metas de fabricação almejadas teriam que se concretizar com trabalhadores não assalariados, *moradores*, ciosos de suas obrigações, e sobretudo de suas prerrogativas. O equilíbrio *natural* das temporadas - *safr*a e *entressafr*a - seus diferentes ritmos de trabalho e vida, ameaçava ser rompido pelo ideal de produção otimizada. Além disso, nos anos 1960, os operários, principalmente os mais qualificados, ainda detinham parte do controle de sua vida produtiva. Para os homens da fornalha, por exemplo, as transformações podiam significar uma rotina que depreciasse o *saber* e a *experiência* que detinham: a *arte da rapadura*, que lhes conferia uma pequena *autonomia* dentro do engenho.

Ao ampliar tais reflexões para o contexto cariense, é importante lembrar que, se engenhos como o *Tupinambá do tempo de Agildo*, graças a mudanças técnico administrativas e novos regimes de trabalho, conseguiram manter lucros nas safras, tais empreendimentos representavam apenas uma minoria entre os produtores da região. Ou seja, a economia *rapadureira* de um

⁴⁹⁴ “Seu Agildo”, em 23 de abril de 2007.

⁴⁹⁵ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

⁴⁹⁶ THOMPSON, E. P. *costumes em comum*, op.cit., p. 288-289

modo geral, continuava numa tendência deficitária, cada vez mais dependente do desempenho da cultura do algodão, seu melhor mercado.

Em relação aos desempenho do setor, até o início dos anos 1960, persistia a ausência de políticas públicas que enfrentassem os problemas da *crise* da rapadura, ou pelo menos, agissem positivamente na conjuntura dos engenhos do Cariri. Enquanto isso, no contexto mais amplo do Nordeste, o governo federal tomava algumas decisões, no intuito de *alavancar* o desenvolvimento. A idéia era minimizar as diferenças socioeconômicas entre as regiões brasileiras, num momento em que se constatava um aumento das tensões sociais no campo. Os movimentos sociais se organizavam, congregando categorias diversificadas de trabalhadores rurais, sitiante e pequenos proprietários. As múltiplas demandas, advindas do baixo do nível de vida da massa trabalhadora, eram polarizadas na reivindicação pelos direitos trabalhistas e na luta em prol da reforma agrária.

Nesse momento, o governo federal apostava na industrialização como instrumento propiciador de renda e empregos, com capacidade de diminuir as diferenças regionais em favor do Nordeste. Mesmo sem responder diretamente às fortes demandas sociais dos movimentos, os poderes públicos acreditavam apaziguar a situação, pelo menos parcialmente.

É preciso lembrar que nos anos 1960 havia um intenso debate ideológico cercado a elaboração dos projetos desenvolvimentistas para o Brasil, notadamente para o Nordeste. A região, estratégica na *geopolítica* das Américas, era palco de forte ingerência do governo norte-americano, através de agências e fundações (USAID, Rockefeller, Ford) que desenvolviam programas específicos de investimento e atuação. Ao lado de outros órgãos do governo brasileiro, a recém criada SUDENE (1959) tinha a missão de *centralizar* a supervisão dos programas e ações. Entre estes, havia projetos específicos de industrialização “voltados para áreas rurais do interior nordestino”, que previam o estabelecimento de pequenas e médias empresas”.⁴⁹⁷

No Ceará, o Cariri era a única região a contar com a energia de Paulo Afonso, fator determinante para sua escolha como local das unidades

⁴⁹⁷ BRITO, op. cit., p.48.

industriais concebidas pelo projeto conhecido como *Plano ASIMOW*⁴⁹⁸, de capital majoritariamente norte americano. Neuma Aguiar, escrevendo em 1970, lembrou que, no Cariri "a energia de Paulo Afonso já encontrou uma série de atividades transformadoras", entre elas os engenhos de rapadura, "localizadas principalmente na zona rural"⁴⁹⁹. Todavia, o setor canavieiro não foi contemplado pelos investimentos e ações do *Plano*. Ou seja, dentro da política de geração de renda e emprego proposta, o maior potencial caririense não foi considerado.

Poucos anos depois, ficavam evidenciados os resultados pífios do ASIMOW. A quantidade de indústrias concluídas foi pequena, e quase todas logo entraram em crise.⁵⁰⁰ Para alguns, a *fracasso* do ASIMOW comprometeu o crescimento do Cariri, que manteve índices negativos na década de 1960. Na construção desse argumento, apontam como exemplo, que o direcionamento de recursos técnicos e financeiros para as malfadadas indústrias, contribuiu, indiretamente, para acelerar os problemas da economia canavieira.

Por não ser objeto de ações governamentais concretas, a crise dos engenhos de rapadura se agudizou em meados da década. Em 1965, com a explicitação do quadro de depressão, o Governo do Estado deu sinais de uma atenção maior ao problema, criando o "*Grupo de Estudos do Problema da Rapadura no Cariri*".⁵⁰¹ Sua missão era estabelecer um diagnóstico em que as causas da debilitação do setor fossem apontadas com precisão, tornando possível ensejar soluções adequadas. A criação do *Grupo* foi acompanhada da dotação de recursos para o trabalho de investigação, sintetizado em relatório publicado no ano seguinte. Entretanto, após esse trabalho, não se seguiu uma resposta do governo às demandas e carências ali expostas.

Na construção de um panorama da problemática da rapadura, o *Grupo* se baseou em investigações de campo e levantamentos estatísticos. A

⁴⁹⁸ Projeto supervisionado e patrocinado pela USAID / Fundação Ford englobava seis estados nordestinos, No Ceará, ficou conhecido pelo nome de seu iniciador, Morris Asimow, chefe do Departamento de Engenharia da Universidade da Califórnia (LA).

⁴⁹⁹ AGUIAR, op. cit. p.38.

⁵⁰⁰ Quatro indústrias: uma fábrica de rádios transistorizados em Juazeiro, não passou da fase de construção; uma unidade de processamento de milho e uma indústria de transformação da mandioca, em Crato, faliram após cerca de dois anos de funcionamento precário; a *Cerâmica do Cariri S/A*, em Barbalha, após uma reestruturação, funcionou até a década de 1980. NORÕES, op. cit. p. 221. Ver também em AGUIAR, op. cit.

⁵⁰¹ CEARÁ, Conselho Técnico de Economia. *Grupo de Estudos do Problema do Cariri: Relatório*. Fortaleza: Edição mimeografada, 1966. Ver em SÁ. op. cit.

conclusão apontou vários problemas no setor produtivo, muitos deles já aqui referidos. Alguns aspectos que compõem o relatório final merecem ser destacados.

A produtividade auferida nos canaviais caririenses foi considerada muito baixa em comparação com outras zonas canavieiras do país. Tomando os municípios de Barbalha, Crato, Jardim e Missão Velha, que produziam 90% da cana do Cariri e 51% do Ceará, os dados referentes a 1962 indicam uma *média* de 53 toneladas por hectare plantado.⁵⁰² Para o *Grupo de Estudos*, que não questionava as qualidades naturais dos baixios do Cariri, o maior responsável por esses fracos índices era a ausência de *tecnificação* no uso do solo. Essa perspectiva onerava significativamente o custo da operação agrícola, minimizava os lucros e desestimulava novos plantios: havia uma *estagnação* da área cultivada de cana, que se mantinha, há alguns anos, no mesmo patamar.⁵⁰³

Esta análise pode ser reforçada com o exame da Tabela 6, que apresenta dados comparativos (em área de cultivo e produção) das principais culturas agrícolas na microrregião, entre 1961 e 1963.

TABELA 6 - ZONA DO CARIRI: MUNICÍPIOS DE BARBALHA, CRATO, JARDIM E MISSÃO VELHA - PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - 1961 /1963

PRODUTO	1961			1962			1963		
	ÁREA CULTIVO (ha)	PRODUÇÃO QUANT. (ha)	PRODUÇÃO VALOR Cz\$ 1.000	ÁREA CULTIVO (ha)	PRODUÇÃO QUANT. (ha)	PRODUÇÃO VALOR Cz\$ 1.000	ÁREA CULTIVO (ha)	PRODUÇÃO QUANT. (ha)	PRODUÇÃO VALOR Cz\$ 1.000
ALGODÃO ÁRBOREO	5.197	1.464	58.453	-	2.027	134.247	16.344	22.807	210.495
ALGODÃO HERBÁCEO	683	371	8.356	616	429	27.965	698	421	33.689
ARROZ C/ CASCA	1.015	2.106	24.900	1.197	2.164	57.867	1.215	2.916	88.325
CANA DE AÇUCAR	6.192	345.300	160.911	7.056	378.100	280.286	-	379.800	321.160
FEIJÃO	5.021	2.878	48.672	5.776	2.479	198.315	6.340	3.838	224.772
MANDIOCA	1.476	26.020	23.184	2.928	58.929	143.159	3.171	60.922	123.061
MILHO	5.965	4.785	31.416	3.160	2.994	100.050	7.370	6.221	102.855

FONTE: Estatística do Ceará (CTE-DEE) "Grupo de Estudos do Problema da Rapadura". SÁ, op.cit., p.36

⁵⁰² Outro levantamento mostra que em anos subseqüentes (1968 a 1973), a produtividade *média* variou entre 41 e 47 toneladas/hectare. Aníbal Gondim apud SÁ, op. cit., p.84.

⁵⁰³ A partir do final da década, a superfície de cana cultivada nos mesmos municípios alcançaria valores acima dos 8 mil hectares: 7.367 ha. (1968); 8.015 ha. (1969); 8.520 ha. (1970); 7.625ha. (1971); 8.532ha. (1972); 9.400ha. (1973).

Verifica-se que neste período a produção da cana de açúcar continuava liderando as demais, quanto ao valor comercial auferido anualmente. Entretanto, a lucratividade do algodão arbóreo explicava a rápida expansão da cotonicultura em área de plantio e produção, tendência que iria persistir até o final da década.

Segundo a avaliação apresentada pelo *Grupo de Estudos*, para aumentar a produção e retomar o crescimento canavieiro, a resposta estaria em ampliar as áreas de cultivo e otimizar a produtividade do solo, investindo em irrigação e na implementação tecnológica dos processos agrários.

No setor de beneficiamento da cana, as constatações do *Grupo de Estudos* foram igualmente desalentadoras: confirmavam a persistência dos processos tradicionais. O relatório final alertava que a *maioria* dos engenhos do Cariri não havia recebido modernizações nos últimos anos. Para melhor compreender a situação avaliada, é importante lembrar que a chegada da energia elétrica, potencialmente capaz de mudar este panorama, era um fato recente. Além disso, grande parte dos engenhos ativos eram unidades menores, descapitalizadas. Sem investimentos na *tecnificação* em *todas* as unidades, o setor continuaria inviável.

O relatório qualificava a mão de obra empregada nas unidades *rapadureiras* do Cariri como "excessiva". Não teria apontado alternativas que absorvessem esse "excesso" de trabalhadores, apenas sinalizava que as despesas do produtor com as folhas de pagamento diminuiriam com as modernizações preconizadas. A análise também não se detinha no agravamento das questões sociais e sua influência no desenrolar da crise.

Ao concluir seus trabalhos, o *Grupo de Estudos do Problema da Rapadura do Cariri* externou um diagnóstico já consensual para quem se preocupava com o destino dos engenhos: "o preço médio de venda da rapadura se apresentava inferior aos custos de produção, sendo esta a verdadeira causa da crise na economia rapadureira do Cariri".⁵⁰⁴

Ficava *oficialmente* estabelecido então, que não havia como diminuir os custos de produção, sem aumentar a rentabilidade dos solos, mecanizar parte do plantio, modernizar os transportes e introduzir mudanças técnicas dentro dos engenhos. Pode-se então perguntar: Como empreender tantas

⁵⁰⁴ SÁ, op. cit., p.38.

transformações sem um programa público de financiamentos?

Diferentemente da economia açucareira da zona da mata nordestina, que pelo peso na economia nacional, interagiu fortemente com os governos, os produtores de rapadura se queixavam, há décadas, da falta de assistência dos poderes públicos. Até então, não havia qualquer ação governamental que representasse um apoio concreto — recursos, assistência técnica, estímulo à formação de cooperativas — ao setor *rapadureiro* como um todo. Para Filadelfo de Sá, essa ausência prejudicava os pequenos produtores, base de sustentação da economia local:

Inexistia uma orientação técnica específica para a melhoria do cultivo ou do beneficiamento já que se destinava à produção de rapadura nos engenhos. (...) Também não existia uma política de preços mínimos para a cana-de-açúcar e, muito menos, para o seu produto final — a rapadura.⁵⁰⁵

A situação dos pequenos proprietários se agravava ainda mais, porque o caminho do financiamento continuava fechado, cerceando-lhes a possibilidade de competir através de melhorias nas plantações e engenho. Com a exceção de eventuais custeios, a política de créditos privilegiava aqueles que tinham bens extensos, garantias em torno de 100 hectares, o que deixava de fora aproximadamente 90% dos produtores e 36% da área do universo estudado. A Tabela 7, embora referente à 1975, apresenta de forma expressiva o quadro fundiário historicamente fragmentado do Cariri.

TABELA 7 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS PRODUTORES DE CANA DE AÇÚCAR NO CARIRI EM 1975

ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE CANA DE AÇÚCAR						
CATEGORIA DIMENSIONAL hectares	NÚMERO	%	% EM RELAÇÃO À REGIÃO	ÁREA Hectares	%	% EM RELAÇÃO À REGIÃO
Menos de 10	641	53,59	6,62	2.355	4,73	1,23
10 a 50	348	29,10	3,60	8.562	17,18	4,46
50 a 100	97	8,11	1,00	6.955	13,96	3,62
100 a 200	61	5,10	0,63	8.727	17,52	4,55
200 a 500	36	3,01	0,37	11.867	23,81	6,18
Mais de 500	13	1,09	0,13	11.363	22,80	5,92
TOTAL	1.196	100	12,36	49.829	100	25,92

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1975, CEARÁ. Reprodução parcial de tabela elaborada por BRITO, op.cit.,p.44

⁵⁰⁵ Idem, p.51.

Todos os produtores canavieiros, em maior ou menor grau, há muito se sentiam pressionados pelos custos crescentes de produção. Apesar de não elaborarem planilhas de gastos e receitas, sentiam na prática o crescimento das despesas com a força de trabalho. O peso do item *mão de obra* no custo final tendia a crescer, à medida que a regulamentação do trabalho rural fosse se tornando efetiva.

Embora o impacto da extensão da leis trabalhistas no desenrolar da crise não possa ser minimizado, durante os anos 1960 e 1970, a legislação não funcionava, *de fato*, na região. Apesar do *Estatuto do Trabalhador Rural* preconizar o contrato de trabalho escrito e os conseqüentes direitos sociais para *moradores e empregados fixos* nas propriedades, na prática, essas prerrogativas ainda estavam distantes para essas categorias. Direitos “no papel” não cumpridos pelos proprietários rurais, era a realidade comum a todos os sertões dos pais:

A situação dos trabalhadores rurais brasileiros, seja a dos assalariados, seja a dos camponeses, é a de milhões de pessoas para as quais não prevalecem nem predominam relações contratuais, reguladas por um direito escrito e passíveis de serem apreciadas objetivamente por tribunais legais. Ao contrario, às vezes o direito até existe, como no caso das relações de trabalho rural, já regulamentadas em lei, mas divorciado da realidade do trabalhador.⁵⁰⁶

Dentro desse contexto, desenvolvem-se as primeiras atividades do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbalha* (1962), um dos pioneiros do estado.⁵⁰⁷

A origem dos sindicatos rurais do Cariri está ligada à atuação da *Fundação Padre Ibiapina*, braço ativo da Igreja Católica, que já tinha uma história junto aos trabalhadores da terra, tendo criado uma escola de líderes rurais. As entidades sindicais caririenses não apresentavam orientação contestatória no sentido revolucionário, como outros sindicatos nascidos sob a égide de forças políticas de esquerda. Sua matriz geracional, a *Fundação Padre Ibiapina* visava amparar, educar o trabalhador, sem contudo incentivar confrontos com o patronato. Apesar desta postura, os sindicatos não tiveram

⁵⁰⁶ MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.88.

⁵⁰⁷ Os primeiros quatro sindicatos de trabalhadores rurais oficializados em terras do Ceará foram os de: Crato (01.01.1962), Juazeiro (01.01.1962), Barbalha (04.01.1962) e Várzea Alegre (10.01.1962). UCHOA, op. cit, p.96-97.

suas ações facilitadas pela classe patronal. Segundo testemunhos, os primeiros líderes encontraram forte resistência a seu trabalho: uma reação contrária e impositiva da maioria dos empregadores do Cariri:

Olhe, o início do sindicato foi difícil. Principalmente aqui em Barbalha ou seja na região do Cariri... Porque os proprietários, os senhores dono de engenho não queriam! Porque eles já tinham noções do que era um sindicato. O sindicato veio pra quê? Orientar o trabalhador, lutar pelo trabalhador, defender os direitos dele. E esses senhores donos de engenhos são pessoas que já eram de [costume] hereditário de escravizar o trabalhador, sem ter direito a nada. Por isso foi difícil pro sindicato se instalar aqui. O que é que o dono de engenho dizia: "Se for para o sindicato, desocupe a minha terra!" Certo? Muitos veio se sindicalizar escondido, outros ficou com essa dos patrões, sem querer se filiar. Mas a luta foi uma luta intensa, uma luta grande né?"⁵⁰⁸

À época, o Cariri apresentava uma concentração de *assalariados* rurais proporcionalmente maior que outras regiões do Estado, graças, principalmente, ao trabalho nos engenhos. Estimava-se entre 10 e 25 trabalhadores fixos por estabelecimento agrário.⁵⁰⁹ Os sindicalistas se esforçavam para *conscientizar* e *angariar filiações* na categoria. Cícero Santana, atual presidente do Sindicato barbalhense, cita seus predecessores, Manuel Ramos, Naum⁵¹⁰ e Osório do Barro Vermelho, "*que foram o baluarte dessa luta aí. (...) Falando do direito deles, dos direitos trabalhistas, direitos previdenciários que eles tinham e que tudo era negado antes. Não tinham conhecimento, né?"* Esses líderes desenvolveram atividades de divulgação: visitas a sítios, muitas vezes sob a proibição dos proprietários, e reuniões com trabalhadores na cidade. À falta de uma sede, todos os encontros aconteciam ao ar livre: "*Reunião debaixo das árvores, com os trabalhadores, informando tudo*".⁵¹¹

No processo para agregar filiados entre trabalhadores pobres e desassistidos, alguns fatores eminentemente práticos davam resultado: num tempo anterior ao SUS, o sindicalizado e sua família ganhavam direito a atendimentos no hospital da cidade, o melhor da região. Zé Fulô confessou ter sido atraído por essa motivação: "*eu pagava sindicato, solteiro, eu comecei*

⁵⁰⁸ Cícero José de Santana, em 12 de fevereiro de 2007.

⁵⁰⁹ UCHOA, op. cit. p.67.

⁵¹⁰ Naum foi feito do *Tupinambá* entre 1968 e 1994, ano em que faleceu.

⁵¹¹ Cícero José de Santana, em 12 de fevereiro de 2007.

*pagando quinhentos réis, lai vai, lai vai, pagando, pagando, toda reunião a gente ia... O sindicato dava o direito no hospital, né?”*⁵¹²

São ações assistenciais desse tipo que marcam as raras menções ao Sindicato, nas narrativas dos operários. Compreende-se que para as categorias submetidas a relações de trabalho tradicionais, esta entidade, criada para os representar, ainda não significava um espaço de luta. Todavia, embora tudo acontecesse devagar e houvesse sítios fechados à atuação sindical, não se pode negar que entre os operários da rapadura surgia uma conscientização que ia além da percepção da injustiça. Nos novos espaços de encontro e troca de experiências, criados pelas reuniões sindicais, muitos trabalhadores ouviram falar, pela primeira vez, em: direitos, jornada, aposentadoria, carteira de trabalho, etc. É ainda Zé Fulô quem recorda: *“Toda a reunião a gente ia. (...) Sempre o presidente [do sindicato] dizia: Para o futuro todo o senhor de engenho, assinar a carteira do pessoal”*.⁵¹³

Portanto, se essa conscientização não se transformou em uma contestação mais forte ao sistema de dominação e às condições de trabalho, sem ela, não se compreenderia o surgimento de reivindicações mais consistentes entre os operários. As insatisfações quanto aos *ganhos* se tornaram mais freqüentes. Remunerações, jornadas, liberdade para prestar serviços fora dos sítios: era a respeito desses elementos, que se pautavam as reclamações. Foi nesse contexto que os operários do *Tupinambá*, em grupo liderado pelo mestre Pedro Barnabé, se dirigiram ao patrão para pedir a *carteira assinada* e recuaram ao serem confrontados com a perspectiva de perda das prerrogativas da condição de morador.⁵¹⁴ Ao final dos anos 1960, mesmo com os trabalhadores ainda imersos na informalidade, já podiam ser observadas alterações importantes nas relações de produção.

Com isso não se pretende subestimar a resistência do patronato às novas obrigações junto à mão de obra. E neste ponto pesavam bastante as noções advindas do passado, a herança do trato, o apego a uma persistente posição de dominação. Mas, embora na prática o grosso dos trabalhadores continuasse submetido – *“Quem era que podia dizer: ‘O meu salário tá pouco!’*

⁵¹² Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ Episódio narrado no capítulo anterior, à p.193.

*'Aumente um pouquinho'! Ninguém tinha vez nem voz. Era só pra trabalhar. Lá não tinha como reclamar nada!*⁵¹⁵ – os maiores empregadores já cuidavam de manter seus operários qualificados: garantindo-lhes a morada, favorecendo os roçados, ou, se fosse o caso, oferecendo algum tipo de adicional financeiro. Foram citados casos de *mestres* e *metedores de fogo* liberados para trabalhar em outros engenhos, após o término da moagem de seu patrão, sem perder as prerrogativas de morador, algo que não acontecia anteriormente.

Tornara-se mais difícil substituir um *bom* operário de moagem, encontrar trabalhadores capazes e dispostos a enfrentar as pesadas jornadas dos meses de safra. Yony Sampaio, reportando-se aos engenhos barbalhenses, reconheceu que no início dos anos 1970:

*O engenho dava dinheiro, [mas] dava trabalho, dava bastante trabalho. O pessoal [encarregado] reclamava muito de pessoal, porque... não era fácil conseguir gente com aqueles horários terríveis que o engenho tinha, não é? Começava a botar fogo de madrugada, moia desde cedo, madrugada alta. Cinco horas da manhã, às vezes já tava moendo e terminava nove horas da noite de cozinhar. Então era uma coisa muito prolongada, em condições, hoje, bastante insalubres, não é? Pra visão de hoje, muito insalubres. Então havia dificuldade muito grande de conseguir gente. Ter gente pra complementar.*⁵¹⁶

Em relação ao *Tupinambá*, Yony considerou as dificuldades comparativamente menores, uma vez que fora os trabalhadores do corte e transporte, “*onde tinha um certo rodízio,*” o pessoal da fabricação da rapadura “*era muito constante. (...) Tinha outros engenhos que a gente via buscar [operários] no Crato, noutros pontos, enquanto o Tupinambá era muito estável*”.⁵¹⁷ As narrativas confirmam essa estabilidade dos trabalhadores: até se tornar de *fogo morto*, o *Tupinambá* contou com *moradores* experientes nos ofícios, uma vantagem em relação a boa parte dos seus concorrentes. Entretanto, até neste sítio, o número de *fixos* tendia a diminuir. Além da redução das moagens e dos operários necessários, contribuía para isso insatisfações individuais, e, do lado do proprietário, cautela na arrematação de novos empregados. Ao mesmo tempo, a nova geração de moradores se distanciava do engenho e procurava, na cidade, outras oportunidades.

⁵¹⁵ Cícero José de Santana, entrevista em 12 de fevereiro de 2007.

⁵¹⁶ Yony Sampaio, entrevista em 25 de julho de 2006.

⁵¹⁷ Idem, entrevista em outubro de 2004.

Entre 1965 e 1970, reduziam-se os postos de trabalho, retratando a *crise* já plenamente instalada na economia da rapadura do Cariri. Não há como duvidar que as categorias subalternas carregavam sobre suas costas o maior peso da situação, entretanto, por afetar todos os segmentos da população — proprietários, comerciantes, trabalhadores — o assunto estava sempre presente nas rodas de conversa locais. Discutia-se em paralelo, o desempenho da economia algodeira, pois, ao final da década, quando a praga do *bicudo* fez a cotonicultura entrar num rápido processo de decadência, se extinguiu um precioso sustentáculo para o consumo da rapadura:

Na minha visão, o que acabou com a cultura de cana do Cariri não foi só o aviltamento do preço da rapadura, foi o bicudo! Por incrível que pareça, indiretamente o bicudo acabou com tudo. Quem comia rapadura do Cariri eram os apanhadores de algodão da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O bicudo chegou e acabou com o algodão. Então acabou com quem comia rapadura...Infelizmente, é um insetozinho deste tamanho [gesto]. Desafiou os governos, federal e estaduais e acabou com o algodão que era a grande riqueza do Nordeste (...) Quando acabaram com o algodão, eu disse:"Meu Deus! De que é que esse povo vai viver?" Aí em consequência veio o "debacle" da rapadura, porque não tinha quem comprasse.⁵¹⁸

A queda do consumo, levava à formação de grandes estoques: o preço médio da rapadura caía de forma expressiva. Mesmo produtos reputados, como a rapadura do “T”, tiveram suas vendas diminuídas. Semanalmente, a produção não comercializada do *Tupinambá* era estocada em um armazém do patrão. Segundo o *mestre do ponto*, nesta época,

A rapadura sempre armazenava, né? Sempre armazenava. Seu Elony teve muita rapadura. Nesse tempo tinha aqueles armazéns. Ele teve um armazém naquele beco chamado... acho que era 24 de maio. Ali tinha um armazém ali, que nós quase todo sábado ia, levava rapadura pra lá. Mas perdeu muita rapadura.⁵¹⁹

A superprodução de rapaduras ganhou caráter de permanência. A flutuação dos preços no atacado, entre o início (alta) e o fim da safra (baixa), se acentuou, tornando-se intolerável, principalmente para os pequenos produtores. Em 1972, a cotação da carga de rapadura variou entre Cr\$ 49,00 e Cr\$12,00, sendo que apenas quatro, entre os cem produtores em atividade em

⁵¹⁸ Napoleão Tavares Neves, em 24 de setembro de 2005.

⁵¹⁹ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

Barbalha, conseguiu vender pelo valor mais alto, nos primeiros dias da safra.⁵²⁰

Entre as tentativas de abrir novos segmentos de consumidores e aumentar as vendas, a maioria dos produtores aderiu à utilização do *hidrossulfito de sódio*. Mais conhecido como “branquite”⁵²¹, esta substância era acrescida à garapa de cana para obter uma rapadura mais clara e *supostamente* mais atraente. A dosagem deste aditivo e seu manejo também foram conhecimentos adquiridos empiricamente pelos mestres de rapadura, no dia a dia das linhas de cozimento:

*Tem aquele bicho que chama branquite, né? Aquele bicho é que dava uma qualidade danada também. Mas se a cana aceitasse, né? Ainda tem essa! Tinha cana que não aceitava aquela qualidade. Botava, mas ela ficava era verde. Ela não aceitava, né? Aí matava a força da rapadura. Agora, o que existia no tempo do inverno, é que a cana tinha muito açúcar, e aí quando a cana tinha muito açúcar, aí ela obedecia o branquite, né? Quando ela não tinha muito açúcar não obedecia, fazia era esmorecer. Tinha isso também.*⁵²²

Um aspecto a considerar é que a durabilidade da rapadura com *branquite* decrescia significativamente. As condições tradicionais de estocagem nos armazéns e depósitos não impediam que o produto perdesse suas características com rapidez, agravando o problema da superprodução. Enrile Pinheiro guardou imagens desse período:

*Em Barbalha, ali nos armazéns de João Coelho Neto, nos armazéns de seu Zé Nunes, e no Crato, nos armazéns que ficavam ali na rua Senador Pompeu, mês de março, que é o mês de maior pluviosidade aqui, as rapaduras armazenadas naqueles armazéns começavam a derreter, em função da umidade e do final do período. Que ela tem uma vida curta de sete, oito meses. E corria o mel nas calçadas. Eu me lembro, a gente... saía [na calçada] que a alpercata saía chiando “Chi, chi!” Pisando naquele mel. Tamanho era o excedente de rapadura que não tinha sido comercializado. Muitas vezes, era vendido no início da moagem pros engenhos, pra ser transformado em aguardente.*⁵²³

Com o uso da *branquite*, perdia-se uma das características que haviam feito do produto o alimento por excelência do sertão. A rapadura do

⁵²⁰ SÁ, op. cit. p.76. Para efeito de comparação, Cr\$ 268,80 era o salário mínimo nacional entre maio de 1972 e abril de 1973.

⁵²¹ *Branquite, branquito, blankit*, ou simplesmente *droga*, são denominações populares do hidrossulfito (ou hipossulfito) de sódio. Atua apenas como *alvejante* e o questionamento sobre sua utilização cresceu nos últimos anos, com a valorização do consumo de produtos naturais.

⁵²² Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

⁵²³ Enrile Pinheiro Teles, em 13 de abril de 2007.

passado, do *tempo de Zé Major*, sem *química*, era mais estável. Segundo a tradição, em condições normais de armazenamento, chegava a ficar mais de um ano sem perder qualidade. Tal durabilidade, utilíssima nos caminhos do sertão, fazia com que o estoque nos povoados distantes durasse até a volta dos comboios na safra seguinte.

A introdução do aditivo branqueador reconquistou, por breve tempo, parte dos mercados perdidos, havendo até certa valorização de preços. Contudo, tal reação foi limitada no tempo e no espaço.

Com a retomada da retração nas vendas, alguns produtores abandonaram a *branquite*, num retorno ao *tradicional*. Outros, tentavam variações diferentes. A dificuldade de manter a clientela levava os donos de engenho a criar possibilidades. Elony Sampaio, por exemplo, passou a priorizar a fabricação de *batidas*. No engenho, “*quando era batida, era um tanque com água, grande, cheio d’ água e aquele horror de bacias! Pegava as bacias e jogava naquele tanque pra esfriar o mel pra poder fazer a batida*”.⁵²⁴ Novamente os homens do cozimento faziam as adaptações e se capacitavam para as variações dos procedimentos:

*Nenhum aprendeu a fazer batida, a cozinhar batida como Zé Gamenha... Zé Gamenha era bom na batida. Pedro Bernabé perdeu foi feio. Eu fui temperar pra ele e a batida dele toda que ele cozinhou, toda arriada. Aí botaram Zé Gamenha e Zé Gamenha deu certo comigo aí pronto! Não sobrava uma batida. (...) Vendiam muito porque eram boas.*⁵²⁵

A batida, por ter sabor temperado, não é usada como adoçante: é consumida como doce, merenda ou sobremesa. Agrada particularmente certos setores de consumos: a grande procura durante as romarias do Padre Cícero permitia uma comercialização lucrativa e ágil da batida. O *Tupinambá* passou então a determinar o tipo de produto a fabricar, conforme a ocasião:

Você fazia batida ou rapadura, dependendo do mercado e do preço. E quando começou a sair muita batida, que antes era mais rapadura, mudou um pouco a linha. (...) Então digamos que ele [Elony] dissesse: "eu tenho um caminhão que vem me comprar quarenta

⁵²⁴ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003. A *batida* é feita com o mel retirado *antes* do ponto da rapadura. Segundo a tradição, seu nome advém das “batidas” que o operário de engenho dá com uma espécie de pá, durante o preparo, para que o mel adquira sua consistência menos endurecida.

⁵²⁵ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003 e 1 de novembro de 2005.

*cargas de batida. Quando termino aquelas quarenta cargas, então eu volto pra fazer rapadura". Então era muito determinado pelo mercado.*⁵²⁶

Poucos produtores dispunham de flexibilidade, em equipamentos e pessoal, para fazer esse jogo rápido e dar conta de encomendas diferenciadas. Outra variação acontecia no caixeamento das rapaduras: até pouco tempo padronizadas, agora eram fabricadas em tamanhos diversos, para todos os gostos. Tais diversificações, na verdade, produziam efeitos limitados na comercialização.

Enquanto os donos de engenho buscavam saída para suas rapaduras e batidas, os custos de produção não paravam de subir. Nos anos 1970, com as denúncias individuais e a presença da Justiça do Trabalho crescera a pressão para a regularização dos operários. Os proprietários, por sua vez, afirmavam a impossibilidade de manter a força de trabalho exigida, seguindo as determinações legais. Se os engenhos continuavam rodando, era porque se amparavam nos resquícios da relação de trabalho informal, *de exploração*, que se apresentava como *semi-escrava* aos olhos da lei. Uma década após o *Estatuto*, os trabalhadores continuavam não sendo registrados.⁵²⁷

Para a classe patronal, a lista de obrigações sociais *a cumprir* era extensa: registro de empregados, salário mínimo, equipamentos de proteção, instalações sanitárias e jornada de trabalho. Nos meses de moagem, o proprietário tinha duas opções: pagar horas extras ou organizar dois turnos de trabalhadores. Ambos os casos oneravam acentuadamente, o já elevado custo de fabricação, agravando mais ainda a situação econômica.

É nesse contexto, quando inclusive os maiores produtores sentem fortemente a crise, que as lideranças políticas locais, e seus representantes, passam a pressionar os poderes públicos por uma solução concreta: uma usina para o Cariri.

⁵²⁶ Yony Sampaio, em 25 de julho de 2006.

⁵²⁷ Apenas a partir do início dos 1990, Barbalha passou a receber visitas sistemáticas de fiscais do Ministério do Trabalho, durante os meses de moagens.

3.2.1. DE SENHOR DE ENGENHO A CAMBITEIRO DE USINA.

“Se não fosse a usina tava todo mundo com seus engenhos rodando, né?”

Francisco Alves

Os anos 1960 ainda não haviam terminado, quando Antonio Costa Sampaio, prefeito de Barbalha (1967-1970), através de um contato no GERAN, *Grupo Especial para a Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste*⁵²⁸, soube que este órgão estudava a relocação de usinas deficitárias de Pernambuco para outros estados. Conhecido pela *“mania de buscar tudo de bom que podia ser implementado na Barbalha”*,⁵²⁹ Antonio Costa prontamente redigiu um ofício ao GERAN, solicitando uma dessas potenciais transferências para sua cidade. Um de seus filhos, Fabriano, o ajudou nesses primeiros momentos:

Eu trouxe os dados do GERAN, tudo anotado... E redigi esse ofício com ele... Ele dando idéias e eu redigindo, à noite, lá em casa... Deve ter sido no ano de 68, isso. Então fizemos esse ofício, e foi mandado para o GERAN...⁵³⁰

Leonardo Sampaio, que à época trabalhava tanto na SUDENE, quanto no GERAN, também guardou na memória a gestação do projeto da *usina do Cariri*. Tudo fazia crer que, depois de meio século, se concretizaria uma indústria visionada por seu bisavô, Antonio de Sá Barreto Sampaio:

A usina eu me lembro muito bem. Que a usina... e eu até colaborei no projeto. Porque a gente queria exatamente regularizar o mercado. Então, ora você tinha uma produção de cana maior e o preço [da rapadura] baixava, ora você tinha uma produção menor e o preço subia. Também você tinha cana de melhor qualidade, [e] cana de solo salgado. Então a idéia da Usina foi para regularizar o mercado e também pra produzir açúcar, que o Ceará não produzia o açúcar.⁵³¹

Segundo Fabriano, ao receber a documentação encaminhada pela

⁵²⁸ O GERAN foi criado por legislação federal, em agosto de 1966, como um programa congregador das ações de diversos órgãos, (IAA, IBRA, entre outros) na busca de soluções estruturais para problemas específicos do setor canavieiro. O GERAN teve existência produtiva, porém muito breve: por contingências, sobretudo políticas, foi extinto em novembro de 1971.

⁵²⁹ Aníbal Couto Gondim, recordando outras iniciativas (colégios, hospitais, Cooperativa de Eletrificação, IBACIP) devidas a Antonio Costa, que era sobrinho de Antonio de Sá Barreto Sampaio.

⁵³⁰ Fabriano Sampaio, em 1 de agosto de 2007.

⁵³¹ Leonardo Sampaio, em outubro de 2004.

Prefeitura de Barbalha, “o GERAN encaminhou para o Sindicato dos Usineiros de Pernambuco... pra ver se tinha alguém interessado”.⁵³² A perspectiva cariense atraiu um usineiro em particular: Fernando de Albuquerque Maranhão, casado com uma prima de Antonio Costa. O conhecimento familiar teria abreviado os contatos, e facilitado uma visita do industrial à Barbalha. Esta viagem foi o início de uma série de contatos com a região e suas lideranças, onde as possibilidades reais de implantação de uma agroindústria iam sendo avaliadas.

Enquanto convergiam os interesses dos barbalhenses e do empresário pernambucano, uma segunda fonte técnica se consignava para a realização de uma *usina no Cariri*. Nos primeiros dias da administração César Cals (Governo do Estado do Ceará 1971-1975), a *Secretaria de Agricultura* montou uma equipe para executar um levantamento da situação canavieira no Cariri e elaborar projetos de desenvolvimento. Na ocasião, os produtores da microrregião foram visitados, para coleta de dados como: produção de cana, número e produtividade de engenhos e *tecnificação* das rapaduras. Segundo Aníbal Couto Gondim, um dos responsáveis por esse estudo, após o diagnóstico, passou-se a discutir a viabilidade de investimentos na modernização dos engenhos de rapadura. Porém, mais uma vez concluía-se pela inviabilidade da economia *rapadureira*. A equipe técnica julgou que a “tecnificação” dos engenhos, embora “factível”, não seria viável do ponto de vista econômico:

*[Os donos de engenho] não tinham condição de pagar esse investimento. Porque teria que se pensar desde o plantio, até a industrialização, e por via de consequência, a comercialização. Porque se todos aumentassem a produção [de rapadura], ia ter uma oferta exagerada e a demanda não cresceria na mesma proporção. Você poderia criar até uma bomba de retardamento. Então a alternativa foi exatamente ver o aspecto da usina de açúcar.*⁵³³

A mesma equipe elaborou suas sínteses em forma de um projeto que justificava tecnicamente uma usina de açúcar para o Cariri, e, importante, sugeria um modelo específico de implantação que atenderia às especificidades da região. O documento foi entregue pelo Secretário de Agricultura do Ceará

⁵³² Fabriano Sampaio, em 1 de agosto de 2007.

⁵³³ ANÍBAL COUTO GONDIM, engenheiro agrônomo, nascido em Barbalha em 9 de janeiro de 1944. Entrevista em 7 de agosto de 2007.

ao *Instituto do Açúcar e do Alcool* (IAA), onde os outros vetores de interesse – os representantes municipais e o grupo empresarial – haviam solicitado formalmente o estudo de viabilidade para a implantação da agroindústria.

A avaliação do IAA encontrou condições positivas no vale do Cariri: seus técnicos constataram, por exemplo, o alto teor de açúcar nas canas existentes (cerca de 11%, enquanto a média nordestina era 8%), mesmo cultivadas sem aportes técnicos. Além disso, a solicitação capitaneada por Barbalha se inseria num contexto nacional favorável. Na primeira metade dos 1970, a cultura da cana de açúcar se expandia em todo o país, como matéria prima do álcool, concebido como alternativa para o problema de combustíveis gerado pela crise internacional do petróleo.

Os estímulos cresceram ainda mais a partir de 1975, graças ao *Programa Nacional do Alcool*, o PROÁLCOOL. Tratava-se, portanto, de uma ampliação de mercado para as usinas do país. Muitos recursos foram destinados para a expansão dos canaviais e a modernização, ampliação e instalação de novas agroindústrias. Concomitantemente, o Ceará desenvolvia o *Programa de Desenvolvimento da Cultura Canavieira*, que anunciava a ampliação das áreas plantadas e o fornecimento de recursos e assistência técnica aos produtores.

Nesse amplo contexto e como resposta à crise local, a Usina chegava finalmente no Cariri. Todavia, segundo Leonardo Sampaio, a indústria que se efetivava diferia substancialmente do planejamento inicial: “o projeto foi feito dentro do GERAN, porque ia ser uma usina cooperativa, não é? pouca gente hoje talvez saiba disso. E depois o projeto passa a ser um projeto particular, e deram entrada na SUDENE como um projeto particular”.⁵³⁴

Enquanto o novo projeto, empreendimento *particular*, se ultimava nos trâmites legais junto aos órgãos governamentais, buscando aprovação e financiamento, em Barbalha passou a funcionar uma espécie de *comissão informal "pró-usina"*. Sua principal tarefa era contatar os produtores de cana-de-açúcar da microrregião, para firmar o fornecimento de matéria prima ao empreendimento pretendido. Um dos membros da *comissão*, que percorria os engenhos do Crato, em busca de assinaturas para as *cartas compromisso* era

⁵³⁴ Leonardo Valadares Sampaio, em outubro de 2004.

Enrile Pinheiro Teles. Cratense bem relacionado, Enrile havia sido convocado por Antonio Costa Sampaio e Edmundo Sá, líderes do movimento, para vencer a resistência “do pessoal do Crato”: *“Porque aqui do Cariri, apesar das cidades serem unidas, existem muitas vezes questões políticas que geram verdadeiras rivalidades. Então o cabra diz: “Rapaz! A usina é da Barbalha. Eu vou lá fornecer cana!...”*⁵³⁵

Segundo Enrile, os produtores visitados já haviam sido anteriormente contatados por ocasião da elaboração do projeto da *usina no modelo cooperativo*, depois abandonado:

*[O primeiro projeto] era uma usina muito pequena, empírica até! Que quando foi essa usina [empresa privada] que veio, a gente teve que fazer novas cartas e assumir o compromisso de mais X toneladas pra que a gente chegasse a um patamar aí de trezentas e cinquenta, quatrocentas mil toneladas.*⁵³⁶

Nesta segunda seqüência de visitas, ao preencher as *cartas compromisso*, na verdade formulários mimeografados segundo modelo fornecido pelos próprios usineiros, o agricultor especificava a quantidade de cana que disponibilizaria para a agroindústria, a cada safra. Esses documentos se incorporavam ao processo de licenciamento pelo IAA, uma espécie de aval à instalação de uma usina no Cariri. Os números eram importantes para que se atingisse a liberação de uma cota específica para a fabricação de açúcar e álcool.

Em sua narrativa, ao evocar esses meses de intensa atividade, Enrile fez uma observação significativa, que ajuda a compreender a reviravolta que a agroindústria representava para uma economia canavieira tradicional. Ao receberem a visita de membros da *comissão*, os proprietários de sítios e engenhos, mesmo os mais experimentados, hesitavam quando perguntados quantas *toneladas* de cana poderiam fornecer. Para os agricultores, era difícil calcular sua produção em valores de peso. Afinal, ao longo de muitas gerações, a cana do Cariri sempre tinha sido pensada em termos de *tarefas* plantadas ou cortadas e *cargas* de rapaduras produzidas. Nas rotinas dos engenhos não eram necessárias balanças. *Tonelada de cana* era uma expressão nova nesta região. E aparentemente tinha vindo para ficar. A

⁵³⁵ Enrile Pinheiro Teles, em 13 de abril de 2007.

⁵³⁶ Idem.

mudança nas concepções de peso e medidas pode ser vista como emblemática do que acontecia na própria estrutura produtiva: a ruptura entre os produtores de cana e o setor de beneficiamento, as expressivas alterações nas relações sociais de trabalho.

Em visitas ao Cariri, representantes dos usineiros pernambucanos acompanhavam, junto às lideranças locais, o trabalho de mobilização dos produtores de cana. Nestas estadias, no escritório provisório montado em Barbalha, os empresários estudaram as possíveis localizações para a agroindústria, avaliando terrenos e propostas de compra. Ainda em 1973, decidiram-se pela aquisição de cerca de 84 hectares no sítio *Brejão*. Ali se concretizaria a muito aguardada *usina do Cariri*, em forma de empreendimento privado, sob bênçãos, incentivos e subsídios governamentais:

Valendo-se do aparato institucional permitido pelo PROÁLCOOL, um grupo empresarial pernambucano, tradicionalmente ligado à indústria do açúcar e do álcool, conseguiu em 1975, junto à Comissão Nacional do Álcool, através do IAA, aprovação para instalar na área programa "microrregião homogênea do Cariri" uma usina de açúcar com destilaria anexa.⁵³⁷

A instalação física da AÇUSA aconteceu de forma relativamente célere. A Usina, batizada de *Manoel Costa Filho*⁵³⁸(UMCF), começou a fabricar açúcar na safra 1976/1977 com uma produção modesta: 140.000 sacas.⁵³⁹ Contudo, as expectativas dos empresários eram altas: acreditavam chegar à capacidade plena, algo em torno 600.000 sacas, no início da década seguinte. Em agosto de 1977, a destilaria anexa passou a funcionar, fabricando álcool anidro, a partir de um subproduto: açúcares da cana não aproveitados.

Sem diminuir a magnitude do evento usineiro para a microrregião, é importante lembrar que o universo *rapadureiro*, em suas estruturas e relações já vivia um processo expressivo e tangível de mudanças, muitas delas intrínsecas ao próprio aguçar da crise que catalisou a "solução usina". Embora trazendo em si elementos completamente novos à realidade local, a agroindústria funcionou como um acelerador de transformações já em

⁵³⁷ BRITO, op. cit, p.17.

⁵³⁸ Manoel José da Costa Filho (1872-1945), sogro do usineiro Fernando Maranhão (AÇUSA) era cearense de Barbalha e se tornou negociante de açúcar, proprietário de bangüês e usinas, em Pernambuco. O poeta João Cabral de Melo Neto dedicou a Manoel José da Costa Filho o belíssimo poema, *Tio e sobrinho*, cuja primeira estrofe abre o Capítulo 1 deste trabalho.

⁵³⁹ Saca de 50 kg. Outra fonte aponta 168.852 sacas para esta safra. (UMCF apud BNB op.cit)

andamento, ao mesmo tempo em que reorganizava o espaço agrário local. Em paralelo, as relações de produção existentes vão se rearticular em função da realidade transformada. Ocupando lugar de destaque nessa dinâmica está o *embate* que se convencionou rotular *Usina X Engenhos*.

Não seria difícil pensar que após o início dos trabalhos da Usina, à semelhança de outros processos de instalação de agroindústrias, o Cariri testemunharia um célere desaparecimento dos seus engenhos de rapadura. Escrevendo em 1978, ecoando ainda os entusiasmos inaugurais, o jornalista Egídio Serpa via o findar da cultura de cana *pré-usina* do Cariri, que classificava como “**atividade gravosa**, porque servia, **apenas**, para a fabricação de rapaduras” enquanto a “AÇUSA” representava 40 mil empregos diretos e indiretos para a região.⁵⁴⁰ O *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar da região do Cariri*, publicado em 2001, afirma que logo nos primeiros anos de funcionamento da Usina, as previsões foram confirmadas:

...os donos de engenho venderam sua maquinaria, suas caixas de rapadura e até seus tachos de cobre, onde se definia o ponto da rapadura. Foi **a derrocada dos engenhos de rapadura do Cariri**. Em Jardim, por exemplo, um estudo da Universidade Federal Regional [sic] de Pernambuco (UFRPE) mostra que de 23 engenhos moentes restaram apenas 4 (quatro).⁵⁴¹

Entre os dois textos, um recorte de tempo de 23 anos, durante o qual outras publicações trataram do tema (“para melhor e para pior”), quase sempre utilizando a mesma concepção de ruptura, de *fim de uma era*, traduzida em expressões como “desaparecimento quase absoluto” dos engenhos, “demissões em massa” e “êxodo” de trabalhadores. Entretanto, é necessário questionar tanto a intensidade quanto a homogeneidade tal quadro.

Em paralelo a referência ao município de Jardim, pode ser citado o Crato, onde hoje, segundo Enrile Pinheiro, há apenas um solitário engenho a moer e a fabricar rapaduras. A maior parte da cana cratense é destinada a duas destilarias instaladas no município no final dos anos 1980. Contudo, o exame isolado dessas situações pode ser enganador. Outra era a situação de Missão Velha, e sobretudo Barbalha, onde a *resistência* dos engenhos foi

⁵⁴⁰ NORÕES, op. cit. P.223. [Grifos meus]

⁵⁴¹ BNB/Fundetec, op. cit. p.70. [Grifo meu]

maior.

É preciso analisar o quadro de forma ampla, tendo o cuidado de atentar para o processo em si e as peculiaridades que revestiram o *embate engenhos e usina* no vale do Cariri. Nem todas as unidades fechadas nos anos 1970, podem ser *diretamente* associados à concorrência usineira. Não custa lembrar que em função das condições adversas já assinaladas, alguns engenhos já haviam sido desativados, ou reduzido a produção, e seus proprietários se voltavam para outras atividades, como por exemplo, o gado. Fabriano Sampaio lembra que, ao assumir a prefeitura de Barbalha, em 1973:

*Eu cobrava dos engenhos um impostozinho. Mas procurei reduzir ao máximo [o valor]. Pra manter um cadastro municipal feito. Eu me lembro bem, que nessa época Barbalha tinha 73 engenhos funcionando. Mas já tinha sido mais antes.*⁵⁴²

O funcionamento da Usina, reafirma-se, não acarretou um fechamento *imediate e em massa* dos engenhos de rapadura do Cariri. Boa parte dos proprietários que haviam assinado, mais ou menos entusiasticamente, os compromissos de fornecimento, na prática entregaram apenas uma fração de sua produção, guardando suas melhores canas para a fabricação de rapadura.

Todavia, para os contemporâneos, havia boas razões para acreditar que aos donos de engenho não restava mais qualquer opção. Se antes faltariam recursos e apoio governamental para efetuar modernizações no processo produtivo, e torná-lo financeiramente viável, agora, o empreendedor *rapadureiro* via todo o desejado aparato técnico-financeiro voltado à Usina. O mesmo *Estado* que se ausentara ou se negara no *tempo da rapadura*, agora estimulava o cultivo da cana, por meio de assistência, e sobretudo crédito, para aqueles que destinavam sua produção à agroindústria:

De modo geral, as operações creditícias se realizam com a intervenção da usina, na forma de avalista, recebendo como promessa de garantia o fornecimento da matéria-prima do canavial. A garantia é firmada através de uma minuta de contrato, onde, também é estabelecida uma cota que o produtor de cana deverá fornecer por ocasião da colheita na safra seguinte.⁵⁴³

Portanto, o grupo usineiro criava alternativas para controlar o trato

⁵⁴² Fabriano Sampaio, em 1 de agosto de 2007.

⁵⁴³ SÁ, op. cit. p.104.

com os produtores de cana. Além disso, mesmo enquanto o preço da cana foi prerrogativa do IAA, a usina tinha meios indiretos de estabelecer o valor no Cariri. “Ela [UMCF] tinha um particular. Havia um preço padrão, fixado a nível do governo federal, mas ela fazia ajustes, pra cima ou pra baixo, em função de ter uma maior ou menor disponibilidade de cana”.⁵⁴⁴ A determinação do preço foi um importante mecanismo de controle, utilizado pela Usina sobre os fornecedores.

Aparentemente, nada mais restava ao produtor que fechar seu engenho e se tornar fornecedor da usina. Nesta nova posição, além de perder a autonomia sobre a totalidade do processo — cultivo e beneficiamento — submetia-se a um ganho cujo valor era gerado por decisões externas. Igualmente importante era a questão *simbólica* da perda de status, expressa em valores locais por Enrile Teles:

*Existe como que na mentalidade de algumas pessoas do Cariri, um feudo em cima do senhor de engenho, que são de famílias tradicionais, que descendem dos desbravadores dessas terras e que têm seu engenho e que mantêm aquela importância. Embora culturalmente eles não tenham sequer estudado, mas eles têm a importância da família. E muita gente criticava como era que o cidadão ia deixar de ser senhor de engenho pra ser um mero “cambiteiro”, quer dizer ele ia se transformar sendo aquele peão dele que transportava a cana dele próprio, das terras dele pro engenho nos burros, que chama “cambiteiro”. Aí muita gente criticava: “Rapaz você vai deixar de ser senhor de engenho pra ser cambiteiro da usina!” Esquecia muitas vezes a pobreza em que ele vendia com o excesso de produção que existia.*⁵⁴⁵

A narrativa de Enrile evidencia a dimensão tomada pela *posição social* para um dono de engenho no Cariri. Mesmo quando interromper as moagens e vender toda a cana para a usina, implicava em rendimentos há muito não experimentados pelo proprietário em dificuldades, este, muitas vezes, ainda hesitava. Ser um mero *fornecedor*, na visão de certos donos de engenho, era algo bastante degradante, a ponto de ser associado ao *cambitar*, uma das funções mais humildes no universo *rapadureiro*. A perda do *domínio* reforçava a sensação de falta de influência das elites agrárias locais nos processos decisórios. É também neste sentido que se pode

⁵⁴⁴ Yony Sampaio, em 25 de julho de 2007.

⁵⁴⁵ Enrile Pinheiro Teles em 13 de abril de 2007.

entender a caracterização do grupo econômico usineiro como “alienígena”.⁵⁴⁶

Hilton Cruz, discorrendo sobre os *rapadureiros* de Barbalha, ressalta a *mentalidade* tradicional dos donos de engenho “do lado de lá”, ou seja, de sítios como o *Brejão, Santa Teresa, Santana, Missão Nova*, localizados na direção de Missão Velha. Segundo ele, esses proprietários (entre os quais familiares seus), têm uma concepção algo *senhorial* de sua posição social, sendo mais resistentes a mudanças que alterem seu domínio sobre a terra, a produção e empregados. Neste sentido, Hilton faz uma comparação com os donos de engenhos mais próximos à cidade, “o pessoal daqui”:

Nós do lado de lá. Que fomos criados no coronelismo, criados num sistema que a gente não vai pra dentro das canas, a gente tem feitor! O pessoal daqui [Venhaver Lagoa, Estrela] não tem mais feitor não! Eles mesmo ficam [administrando]...Jorge Ney, João Sampaio, Antonio Sampaio, eles passam o dia lá. Por que? Porque o sistema deles é diferente. Nós herdamos a atividade. Nós não montamos engenho, nós herdamos o engenho. Esse engenho meu [arrendado por ele] é engenho de meu avô, tá entendendo? Meu tio, ele não fez esforço nenhum pra montar um engenho. Então é a diferença... Nós ainda somos do tempo que todo dia tem que vir pra rua [cidade]. O pessoal dali vêm todo dia passear. Porque foram criados assim. O dono de engenho do lado de lá. O lado de lá que eu digo é Zequinha, são meus tios [toda a família Cruz], o pessoal da Missão Nova.⁵⁴⁷

Para estes proprietários, era mais difícil abdicar do controle do processo produtivo, da determinação de preços e da autoridade sobre os trabalhadores. Mesmo assim, premidos pela situação financeira, muitos o fizeram, e graças ao volume de sua produção, se tornaram fornecedores fundamentais para a UMCF. Porém é importante ressaltar, que mesmo *entregando cana* à Usina, tais proprietários repudiavam o papel de fornecedores. Enrile Pinheiro destacou este “*medo de uma vinculação*”, “*que é próprio do cariense*”. Segundo ele, “*teve gente que colocou cana pra Usina a vida toda e sempre dizia: ‘Olhe! Mas eu tô botando cana lá, mas eu não tenho compromisso nenhum!’*”⁵⁴⁸ A perda de autonomia dos produtores é um dos elementos mais recorrentes dos conhecidos embates *engenhos X usina*.

Contudo, não se pode esquecer que entre os proprietários carienses havia quem visse com otimismo a nova organização produtiva. Boa

⁵⁴⁶ Ver BRITO, op. cit., p.59 e 21.

⁵⁴⁷ Hilton Leite Cruz, em 5 de fevereiro de 2007.

⁵⁴⁸ Enrile Pinheiro Teles, em 13 de abril de 2007

parte dos pequenos produtores e até alguns donos de engenho sensibilizados pelos argumentos *desenvolvimentistas pró-usina*, acreditavam em seu potencial econômico para a recuperação da crise em que viviam. Portanto, o estabelecimento da agroindústria despertou reações diferenciadas num universo produtor marcado pela *fragmentação e heterogeneidade*. Uma história que evite as padronizações e busque *compreender* o relacionamento da *Usina Manoel Costa Filho* com seus inúmeros fornecedores, vai se deparar com quadros diversos, e muitas vezes conflitantes, ao longo dos anos: uma sucessão de momentos de entendimento e recusas, bons fornecimentos e retenções de safras, fechamentos e reaberturas de engenhos.

Para a compreensão deste contexto complexo, é necessário lembrar que o projeto original da *usina de Barbalha* tinha sido elaborado levando em conta algumas especificidades, entre elas a grande pulverização dos produtores de cana. Além de numerosos, estes potenciais fornecedores formavam um grupo heterogêneo em termos de situação econômica (possuir engenho, por exemplo, era um diferencial significativo), influência política, conhecimentos, expectativas, etc. Antevendo as dificuldades de gerenciar um universo tão fragmentado, as equipes técnicas haviam decidido por uma *cooperativa de produtores*, que unificaria e centralizaria *todo* o fornecimento para a agroindústria. “O compromisso era um pacto de atuação entre a cooperativa e a usina”.⁵⁴⁹ Só com este modelo, acreditavam, haveria condições de organizar um plano de safra, para um universo de mais de 700 produtores, e direcionar, com critério técnico, as linhas de crédito e assistência.

Elony Sampaio era um dos produtores que acreditava nesse tipo de projeto. No seu caso, pesava o fato de ter um conhecimento sólido sobre o tema e ser um entusiasta do cooperativismo.⁵⁵⁰ Na opinião de Leonardo Sampaio, seu sobrinho, um dos aspectos mais interessantes da concepção cooperativista planejada para a *Usina do Cariri*, era que o modelo proposto não inviabilizaria a existência dos engenhos de rapadura. Com um plano de safra unificado e abrangente, os engenhos mais capacitados tecnicamente continuariam a reservar suas melhores canas para a produção tradicional —

⁵⁴⁹ Anibal Couto Gondim, em 7 de agosto de 2007.

⁵⁵⁰ Segundo Dr. Napoleão Neves, “uma conferência sobre cooperativismo por Elony, têm-se o que ouvir! Ele uma vez foi fazer um estágio em Cotias, COPERCOTIAS, a maior cooperativa agrícola do Brasil.” Entrevista em 25 de setembro de 2005.

com maior valor agregado e novas possibilidades de mercado — enquanto a maior parte da safra, a cana mais *salgada*, seria destinada à usina, indústria tecnicamente capacitada para otimizar essa matéria prima.

No entanto, essa concepção não foi executada. Não caberia aqui investigar os interesses que resultaram nesta decisão. Pode-se apenas inferir que as restrições *oficialmente* apresentadas contra este tipo de modelo gravitaram em torno de uma demanda maior de tempo para implantação, algo incompatível com a urgência conjuntural de funcionamento da indústria. Seja como for, a *Usina do Cariri* foi implantada sem a estrutura de uma cooperativa. A nova diretiva operacional incluía forçosamente o estabelecimento de múltiplas linhas de contato com centenas de fornecedores de matéria prima.

A alteração no modelo de implantação trouxe um elemento a mais na construção de expectativas dos produtores de cana, que como esperado para um grupo heterogêneo, eram bastante diferenciadas entre si. Como resultado, desde o início de seus trabalhos, a UMCF despertou sentimentos ambivalentes entre os fornecedores: uma complexidade de perspectivas simbolicamente representada em uma das fotografias oficiais da solenidade de inauguração.



Foto 25 - Elony e Irene Sampaio na inauguração da *Usina Manoel Costa Filho*. (AUMCF)

Na imagem, vê-se um caminhão do *Tupinambá*, carregado de cana-de-açúcar e uma faixa onde se lê: “*Caminhão para AÇUSA, a redenção do Cariri*”. A frase, depois reproduzida em uma das reportagens jornalísticas

sobre evento,⁵⁵¹ sintetizava a idéia que todos os responsáveis pela concretização da usina — lideranças da região e usineiros — desejavam ver associada à chegada da agroindústria: a salvação de uma economia em derrocada, uma nova era de prosperidade para *todo* o Cariri. A faixa tinha sido mandada afixar como um gesto de "*boas vindas*" pelo dono do caminhão e das canas: Elony Sampaio. O administrador do *Tupinambá* e sua esposa estão em primeiro plano na foto, cumprimentando o usineiro Gustavo Maranhão.

Todavia, ao consultar a relação nominal de fornecedores de cana para aquela primeira moagem da Usina (1976-1977), observa-se a pequena quantidade vendida pelo sítio *Tupinambá*: 15 toneladas e 150 quilos. Sendo um sítio com capacidade produtiva estimada em torno de 3.500 toneladas, este primeiro fornecimento tinha caráter meramente simbólico, um "ato de presença", mesmo se considerarmos que a Usina Manoel Costa Filho moeu apenas 85.186 toneladas de cana-de-açúcar em sua primeira safra.

A explicação é bastante simples. O velho engenho *Tupinambá* continuava a *rodar*. Elony Sampaio, embora sem participação direta na etapa de concretização da UMCF, sempre manteve contatos freqüentes e amistosos com os empreendedores. Entretanto, mesmo sido um dos signatários das *cartas compromisso* dos fornecedores, tinha uma posição inicial cautelosa diante do desempenho da Usina. E não estava sozinho nesta postura.

É certo que aquele primeiro ano foi bastante atípico: por mais que as obras fossem aceleradas, nem todos acreditavam que a UMCF ficasse pronta e equipada a tempo de moer, ainda na safra 1976/77. Com isso, alguns engenhos que haviam negociado suas rapaduras com antecipação, precisaram manter seus compromissos. Por esta razão, é importante analisar o comportamento dos produtores nas safras seguintes: investigar para onde iam as suas canas, enquanto a estrutura agroindustrial se firmava.

Pela tabela 8, pode se observar o montante de canas beneficiadas pela Usina em suas primeiras safras.

⁵⁵¹ (BPMP) Fortaleza, *O Povo*, 16 de junho de 1976, p.1.

TABELA 8 - CANAS PROCESSADAS PELA UMCF POR SAFRA - 1976 -1983

SAFRAS	TONELADAS DE CANA	FORNECEDORES
1976/1977	85.186.020	339
1977/1978	193.002.970	421
1978/1979	240.593.920	514
1979/1980	202.466.600	424
1980/1981	186.389,830	447
1981/1982	153.940.000	473
1982/1983	198.000.000	704
1983/1984	190.082.000	875

FONTE: Carteira Agrícola da Usina Manoel Costa Filho.

Embora sejam conhecidos os valores dos anos subseqüentes, o intervalo de oito anos apresentado acima é suficientemente representativo das dificuldades de fornecimento da UMCF. A falta de *invernos* na região, durante o triênio 1980/1981/1982 justifica o recuo da tonelagem neste período específico, porém, mesmo com a recuperação da pluviosidade, os números continuavam a demonstrar que a entrada de cana não era a esperada. Malgrado o esforço empreendido para envolver mais produtores, sobretudo a partir de 1982, o volume de cana pouco se alterara, enquanto o fornecimento se pulverizava ainda mais. É interessante observar que desde o início, os industriais estavam conscientes dos problemas de obtenção da matéria-prima, que envolviam aspectos subjetivos como credibilidade e comunicação:

Mesmo com provas concretas da viabilidade do empreendimento, quando da instalação da Usina seus dirigentes defrontaram-se com uma dificuldade inesperada - a da descrença dos agricultores no seu êxito. Entretanto, tendo em vista as condições agrícolas fantásticas da Região, esta mentalidade está se modificando, e a confiança no seu sucesso torna-se cada dia mais forte.⁵⁵²

Pode-se pensar que fatores subjetivos como “a mentalidade dos agricultores” tenham sido subestimados pela gestão usineira, uma vez que havia outras questões *concretas* que concorriam para um abastecimento abaixo do esperado:

⁵⁵² (BPMP). Fortaleza, *O Povo*, edição de 5 de junho de 1976, p.5.

Primeiramente, muitos produtores permanecem ligados ao engenho; outros, devido à exigüidade de suas terras propícias ao cultivo da cana ou à incapacidade financeira para empregarem insumos modernos, acham-se limitados no sentido de aumentar a produção de cana.⁵⁵³

Na verdade, não era desprezível o número de engenhos que se mantinham funcionando em Barbalha. No anos iniciais, poucos donos de moendas de porte abdicaram totalmente da fabricação da rapadura. Entre esses, pode-se destacar Paulo Macedo Landim. Com várias propriedades dedicadas ao cultivo da cana (*Santa Teresa, Mata, Riacho Seco, Missão Nova*), em Barbalha e Missão Velha, esse abastado agricultor apagou suas fornalhas e entregou, ainda na primeira safra, 3.476 toneladas de cana à Usina. Segundo contemporâneos, Paulo Macedo gostava de afirmar que ao contrário de seus pares, nunca havia *desviado* uma carrada de cana. Suas vendas à UMCF prosseguiram crescendo para o tornar um destacado fornecedor, com cerca de dez mil toneladas/ano.

Entre os proprietários, que à semelhança de Paulo Macedo optaram por parar as moagens, houve aqueles cujas máquinas e equipamentos não foram definitivamente desativados, e, face a uma reavaliação do custo/benefício ou algum desentendimento com a administração da Usina, voltaram a reabrir alguns anos depois. Esse parece ter sido o percurso de Raimundo Garcia: filho de tradicional dono de engenho, segundo depoimentos, possuía três propriedades canavieiras inscritas na Usina e após mais de uma década de fornecimento, decidiu montar seu engenho.

No *Tupinambá*, os trabalhos no *espaço do engenho* diminuíram gradualmente. Houve um desacelerar das moagens, observado pelos operários da fornalha, que tinham consciência do seu significado: “*Sabia, a gente sabia. Porque foi terminando mesmo. Foi diminuindo mesmo. Diminuindo. Quem fez mais nós parar com essa moagem foi a Usina de açúcar. Eu já sabia.*”⁵⁵⁴

Há boas razões para acreditar que fechar o engenho não era uma decisão fácil para Elony Sampaio: havia componentes familiares a ponderar, do passado e do presente. Porém, à medida que a década de 1970 se aproximava do fim, os cálculos que o levavam a considerar mais vantajoso o preço pago

⁵⁵³ BRITO, op. cit. p.59.

⁵⁵⁴ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

pela Usina, certamente incluíam todas as dificuldades que a administração do engenho incorporara nos últimos anos. É provável que a dispersão de seus interesses pessoais e a mudança de residência para Juazeiro tenham também influenciado sua decisão.

Contudo, por algum tempo, o *Tupinambá* continuou a moer ao mesmo tempo em que fornecia canas para a UMCF. Mauro Lucas, um dos empregados deste período, lembra das safras em que o feitor Naum o colocava, ora no engenho: “*faltou um trabalhador e eu ia tirar bagaço, ia meter cana*”; ora no eito: “*fazer mói de cana pra botar as carradas pra usina*”.⁵⁵⁵ Recordando estas mesmas safras, Socorro Sousa explicou como o feitor dividia as canas entre o engenho e a usina:

*Porque era assim. Seu Naum, ele dividia as canas que era “de primeira”, que era pra moagem. Que era pra fabricar a batida, o mel, o alfenim, tá entendendo? Aí a ruim, a que não era boa, que era “de segunda”... velha, endurecida, era aquela que ele fazia aquela separação pra Usina.*⁵⁵⁶

Essa espécie de *jogo duplo*, não aconteceu apenas no *Tupinambá*. Pode-se citar outros produtores que separavam parte das canas para a Usina e tratavam de beneficiar, eles mesmos, as restantes. Enrile Pinheiro testemunhou este comportamento, em várias propriedades da microrregião. O volume de canas retido, variava anualmente, em função do preço da rapadura no mercado:

*Porque embora ele sendo fornecedor, ele mantinha a estrutura de seus engenhos nas suas propriedades. Então eles tinham duas opções. Tanto moer pra usina e moer no seu engenho. Ele fazia as duas coisas. Fornecia a cana pra usina e continuava fazendo a rapadura.*⁵⁵⁷

Os donos de engenho reproduziam individualmente uma prática que havia sido *prevista* no projeto original de implantação da agroindústria. Porém, para a *Usina Manoel Costa Filho*, essa dualidade, produtor de rapaduras/fornecedor significava insegurança de matéria prima.

Em alguns casos, a separação era feita em função de propriedades

⁵⁵⁵ MAURO GOMES DE SANTANA, o MAURO LUCAS, nascido em Barbalha, em 07 de novembro de 1948, trabalhou desde menino no *Tupinambá*: “*trabalhei em todo o serviço, não tinha serviço mau pra mim não!*”. Entrevista em 07 de agosto de 2007.

⁵⁵⁶ Socorro Sousa, em 7 de agosto de 2007.

⁵⁵⁷ Enrile Pinheiro Teles, em 13 de abril de 2007.

distintas. Almany Sampaio plantava cana em mais de um sítio (*Lambedor, Bulandeira, Terra Santa*) e embora tenha vendido à Usina uma média de 958,75 toneladas/ano, ele usualmente reservava as canas mais próximas para a moagem do *Lambedor*.⁵⁵⁸ Segundo Yony, o *Lambedor* e o *Lagoa* foram engenhos familiares que continuaram a fabricar rapaduras:

*Tanto que o Tupinambá parou de moer, mas o Lagoa e o Lambedor permaneceram. Porque os administradores [encarregados] continuaram cuidando da moagem. Tinha uma administração, no Lagoa, era Zequinha. E Zequinha continuou moendo muito depois do Tupinambá fechar. No Lambedor, eu não me lembro do administrador, mas quando Almany assumiu [herdou em 1972] continuou moendo. Antes mesmo da usina. E Almany moeu, tirou várias moagens ainda no Lambedor. Até parar.*⁵⁵⁹

Ainda nesse grupo de *rapadureiros persistentes*, podem ser citados, entre outros, os engenhos de *Zuzinha Correia (Lama)* e o *dos Garcia (Bulandeira)*. Este último continua a moer até os dias de hoje. Seu administrador, em anos menos propícios para a rapadura, vendia algumas dezenas de toneladas para a Usina. O engenho *de Zuzinha Correia* era gerenciado pelo genro do antigo proprietário, José Carlos Pequeno, outro exemplo de fornecedor que não parou de moer. Nos anos 1980, ele “contratou” o mestre Zé Fulô para “*tirar uma moagem*”: “*Aí eu fui chamado, cheguei lá, a gente tava fazendo uma rapadura boa! Prata! Cortando e moendo. Nesse tempo ele [José Carlos] moía, fazia rapadura e botava cana pra Usina*”.⁵⁶⁰

As razões que levaram produtores a não parar suas moendas ou a reativá-las algum tempo depois, são múltiplas. É interessante destacar alguns desses fatores, na medida em que ajudam a compreender a relação entre os donos de canas e engenho e os usineiros.

Nos primeiros anos, como foi assinalado, havia uma forte desconfiança dos agricultores em relação ao desempenho da usina, reforçada pelo período de ajustes da nova indústria. Muitos donos de engenho não queriam desativar suas máquinas porque não acreditavam que a usina fosse capaz de absorver toda a cana. Preferiam observar as alterações nos preços

⁵⁵⁸ Média nas oito primeiras safras (ver Tabela 6). Depoimento de “Sedney”, o encarregado.

⁵⁵⁹ Yony Sampaio, em 25 de julho de 2006. Clécio Filgueiras, o *Sedney*, era o encarregado do *Lambedor*. Segundo ele, este engenho nunca interrompeu totalmente seus trabalhos, vindo a parar apenas em 1996 ou 1997. Aos 91 anos, Sedney lamenta não poder ser exato nas datas, mas guarda na memória algumas histórias de moagens.

⁵⁶⁰ Zé Fulô, em 2 de novembro de 2005.

da cana e da rapadura. Esperar para ver.

Com o desenrolar das safras, alguns produtores se sentiram insatisfeitos, manifestando abertamente seu descontentamento quanto a atuação da Usina. Muitas críticas se centravam na operação de pesagem, com a denúncia de perdas para os fornecedores: desorganização na coleta e esperas de mais de um dia para o aferimento de cargas. Uma imagem recorrente nos meses de safra era uma longa fila de caminhões e caçambas à margem da rodovia, esperando acesso à Usina. Todas as insatisfações se faziam mais acentuadas entre aqueles donos de engenho tradicionais. Sendo ciosos de sua *posição social*, se ressentiam, sobretudo, da forma como eram recebidos (ou não) pelos usineiros. Mais do que as questões econômicas, as concepções de mundo distantes e reciprocamente incompreensíveis dos fornecedores e usineiros dificultavam as relações.

À medida que o entusiasmo das primeiras safras se esvaecia, outro tipo de reclamação se tornou recorrente: atraso nos pagamentos. Nos anos 1980, aproveitando a fragmentação do universo de fornecedores, surgiu um outro agente no processo: o *intermediário* na venda da cana à Usina, na maioria da vezes um produtor de cana com acesso mais fácil à administração. Hilton Cruz sintetizou a insatisfação da classe:

*Eles começaram a tratar sem ser muito o lado empresarial, ou seja, tratavam um cliente de um jeito, outro de outro, um produtor de um jeito, outro de outro. Criou-se um certo mal estar entre os produtores e eles perderam aquilo que é de mais importante, que é a credibilidade. Ficou devendo à gente. À fornecedor.*⁵⁶¹

A questão da lucratividade, origem de tudo, era crucial. Explicava a opção daqueles que continuaram a moer ou que logo reativaram suas máquinas: "*Com o fechamento de muitos engenhos, deu-se a valorização da rapadura e tenho agora maiores lucros*".⁵⁶² A desativação parcial das moagens, em função da Usina, acabou por reduzir e valorizar a oferta de rapaduras do Cariri: os preços podiam voltar a alcançar valores compensatórios.

Se havia insatisfação para determinados fornecedores, entre os pequenos produtores e aqueles que não dispunham de engenho próprio, a Usina Manoel Costa Filho permaneceu, por mais tempo, um *sucesso* bem

561 Hilton Leite Cruz, em 5 de fevereiro de 2007.

562 Apud BRITO, op. cit. p. 64

vindo. Afinal, vender a cana à indústria (que a depender da demanda, facilitava o transporte) era uma situação bem mais favorável do que moer em parceria, pelo menos enquanto houvesse regularidade nos pagamentos.

Contudo, os pequenos fornecedores, apesar de numerosos e regulares, não produziam um volume significativo para a Usina. Na comparação entre as safras 1977/78 e 1983/84, tomadas como exemplo, enquanto o número de fornecedores duplicou, o volume de cana processada se manteve (Tabela 8). Mesmo no auge da produção, que só aconteceria em 1987, a UMCF teve que arregimentar 981 fornecedores para conseguir 310.759 toneladas de cana.

A acentuada pulverização dos fornecedores representava uma dificuldade incontornável para a agroindústria. Como não se efetivara a idéia da cooperativa de produtores centralizadora do abastecimento, os administradores da Usina foram obrigados a tratar com muitos interlocutores, recolher carregamento em canaviais dispersos, operacionalizar uma grande diversidade de matéria prima, em todas as safras.

Conscientes dessa fragilidade, os usineiros procuraram adquirir terras. Porém, os solos de cana estavam supervalorizados, a maioria em propriedades bem subdivididas, característica que funcionou como um complicador para quem almejava grandes extensões. Faltava à *Usina Manoel Costa Filho* condições para adquirir o domínio das canas caririenses. Ao contrario de suas congêneres pernambucanas, que sempre rodaram com cerca de 60% a 70% de canas próprias — uma forma de *garantir* a própria moagem — a UMCF nunca obteve um grau aceitável nesse sentido, permanecendo em torno de 15% de canas próprias. Uma usina sem canaviais.

Os usineiros não conseguiram implementar um processo *significativo* de compra ou posse de terras, permanecendo dependentes da matéria prima fornecida por terceiros. A área total adquirida pela usina foi de 3130 hectares, um valor expressivo, caso não fossem terras de chapada, popularmente conhecidas como *arisco*, não propícias para canas, exigindo tratamento e muita irrigação. Além disso a UMCF arrendou terras e comprou canas diretamente no sítio: todas computadas como próprias nos relatórios de safra. Mesmo assim, nunca se aproximou da percentagem desejada.

Ter matéria prima suficiente para suas metas foi então, uma

preocupação precoce e constante para os usineiros do Cariri. Ao depender fundamentalmente da produção alheia, a instabilidade das relações com os fornecedores tomava proporções mais sérias. As *cartas compromisso*, que precederam a própria Usina, foram consignadas pela necessidade de estabelecer cotas junto ao IAA⁵⁶³. Não se tratava de contratos capazes de estabelecer uma *obrigação* de fornecimento. Nesse sentido, oficialmente, não havia pressão sobre os donos de engenhos. Em publicação de 1977, uma comunicação "oficiosa" afirmava que os dirigentes da Usina Manoel Costa Filho:

não procuraram jamais pressionar os proprietários dos engenhos de rapadura e aguardente, esperando que o tempo e os fatores conjunturais lhes apontem a fórmula de maior rentabilidade, que será a venda da matéria-prima que cultivam a uma indústria de expressão da AÇUSA.⁵⁶⁴

Entretanto, havia outros meios de convencimento, outros mecanismos de controle. Além do direcionamento dos recursos creditícios, já assinalado, alguns *rapadureiros* foram "persuadidos" a desativar suas máquinas. Segundo Hilton Cruz, *"teve engenho que não parou só pela atividade. Parou pelo dinheiro que a usina comprou. Comprava as canas e comprava os engenhos. Eu conheço gente que vendeu o engenho à Usina para não ter o direito de moer"*.⁵⁶⁵

Dentro desse contexto em que a agroindústria disputava terras e matéria prima com os engenhos resistentes, desenvolvia-se uma conjuntura de mudanças que afetava significativamente a condição dos trabalhadores. As categorias subordinadas, outra vez, seriam as mais duramente atingidas durante esse embate dos setores dominantes no universo da cana caririense.

As promessas de emprego que haviam preenchido os primeiros momentos da *Usina Manoel Costa Filho* – 3000 empregos diretos, 40.000 indiretos – não se realizaram da forma esperada. Sem discutir a exatidão das previsões, é importante analisar as características da mão de obra que foi afetada pelas atividades da Usina, no sentido do emprego ou da desmobilização, assim como as formas de ensejadas de trabalho e

⁵⁶³ A cota estabelecida para a UMCF foi de 459.000 sacas de 50kg de açúcar anuais, valor atingido pela primeira vez na safra 1979/1980.

⁵⁶⁴ NORÕES, op. cit., p.77.

⁵⁶⁵ Hilton Leite Cruz, em 5 de fevereiro de 2007.

remuneração.

Nas propriedades onde os engenhos foram fechados, o fim das moagens representava a diminuição da quantidade de trabalhadores permanentes necessários. Os operários, donos de ofícios com muitos anos de aprendizagem, iam buscar outros engenhos onde tal experiência fosse desejada. Mestre Zé Fulô, depois de temperar a garapa no engenho de *Zuzinha Correia*, trabalhou com “*seu Heitor da Gameleira*” em Missão Velha, e em engenhos de Aurora, e Catolé do Rocha (PB). “*Eu vim trabalhar em moagem fora quando a Usina começou, que acabou as moagens lá em Elony. Aí foi onde eu vim trabalhar as moagens por fora, que eu fui chamado*”.⁵⁶⁶

Com a continuidade da redução de engenhos em atividade, as moagens que demandavam trabalhadores qualificados tornaram-se escassas. Na principal unidade industrial, a Usina, os *operários da rapadura* não foram aproveitados: a indústria funcionava com uma tecnologia que lhes era desconhecida. Investir no treinamento desses trabalhadores não interessava à empresa, que trouxe a maior parte da força de trabalho industrial de outras unidades da Zona da Mata.

Os novos trabalhadores, gerados nesse processo de expropriação, quase sempre não conseguem trabalhar na Usina, pois determinadas funções da fabricação do açúcar e do álcool exigem especialização e como a região sempre esteve voltada para a fabricação da rapadura e aguardente, essa mão de obra não é aí recrutada. Assim, necessário se faz arregimentá-la em Pernambuco e Alagoas...⁵⁶⁷

Dessa forma, sem postos de trabalho disponíveis no setor de beneficiamento, muitos operários de moagem se resignaram ao trabalho nos canaviais de seus antigos patrões, um labor, que não era desconhecido para maioria deles. O partido de cana do *Tupinambá* totalmente dedicado ao abastecimento da Usina durante as décadas de 1980 e 1990, deu serviço a antigos moradores. Em folhas de pagamento de 1981, encontramos jornadas e empreitas de velhos conhecidos como Pedro Barnabé, José Joaquim, Vicente Rodrigues e Zé Gamenha: “[*Só*] *Parei agora em 2000, me aposentei. Também lá fechou a cana também. Parei*”.⁵⁶⁸ Outro ex-operário do *Tupinambá*, o caixeador Dito Barnabé, trabalhou na lavoura do sítio *Lambedor*, em semanas

⁵⁶⁶ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

⁵⁶⁷ BRITO, op. cit. p. 61.

⁵⁶⁸ Zé Gamenha, em 14 de setembro de 2003.

avulsas durante os anos de 1981 e 1982, como atestam as cuidadosas folhas de pagamento do encarregado Sedney.

Todavia mesmo em sítios como o *Tupinambá*, onde moradores permaneceram engajados nos serviços de cana, olaria ou gado, as condições de trabalho e vida desses homens sofreram um processo de degradação, em função da desvalorização das remunerações, deterioração ou fechamento das moradas, e sobretudo da sazonalização dos trabalhos. O antigo mestre Zé Fulô, nas entressafas cada vez mais longas, voltava a ter na enxada sua fonte de sustento: *“Trabalhando no rural, trabalhando no serviço, mas o engenho não tava mais rodando não, era serviço grosseiro. Roça e serviço grosseiro”*.⁵⁶⁹

Enquanto a aposentadoria não chegasse, quem conseguia se manter nas propriedades, mesmo em “serviço grosseiro”, garantia sua *condição mínima de vida*. E o que dizer dos trabalhadores de engenho desmobilizados não aproveitados pelos proprietários?

*Se não fosse a Usina, tava todo mundo com seus engenhos rodando, né? Se não fosse a Usina, ninguém passava fome, porque se sabia que o ganho era direto. Quantos desempregados num tem depois que essas moagens acabou-se? Muitos, né?*⁵⁷⁰

Donos de engenhos desativados aproveitaram para dispensar seus *moradores*, agora desnecessários. O processo de extinção da categoria, que já existia de forma lenta e gradual, ganhou novo impulso. Enquanto a demanda da Usina estimulou o plantio, novas áreas receberam canaviais. Diminuíram sobretudo os terrenos disponíveis para os *roçados*, que desapareciam ou eram empurrados para ariscos mais distantes. Com a perda dessa *benesse*, fundamental para a sobrevivência da categoria, mesmo os trabalhadores não expulsos, compreendendo a inutilidade de persistir sob a sujeição, deixaram espontaneamente as propriedades.

A maioria dos ex-moradores foi tentar a sorte na cidade. Pode-se atribuir a essa desmobilização do campo, boa parte da aceleração do processo de urbanização vivido por Barbalha. Enquanto em 1970, 45% da população do município residia em sua sede, essa proporção aumentou para 57% em 1980, e 67% em 1991. Os trabalhadores rurais se instalavam na periferia da cidade; significativamente, datam deste período os bairros: *Malvinas, Bela Vista* e seu

⁵⁶⁹ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

⁵⁷⁰ Francisco Alves do Nascimento, em 28 de setembro de 2005.

prolongamento, a favela do *Colorau*. Quanto mais afastadas as casas, maior a pobreza: moradias tão ou mais precárias que as do sítio, pelas quais ainda pagavam aluguel.

Quando se desesperavam de um emprego regular, os trabalhadores se agarravam à possibilidade de *bicos*, como carregadores de feira e de caminhões; suas mulheres e filhas buscavam serviços domésticos dos mais afortunados. Os antigos *moradores* passaram a ter que comprar tudo o que comiam, já que haviam perdido a capacidade de reproduzir parte da sua sobrevivência. A falta de acesso à *terra* era, e ainda é, muito sentida. Em alguns casos motivou outras migrações.

*Se eu caçar um terreninho bom aí, eu planto a roça aqui mesmo, mas parece que não tem. Se eu achasse um lugar aqui, ói, se eu achasse um lugar, eu planto mandioca, eu planto feijão, milho, macaxeira, tudo no mundo, eu ficava por aqui não ia mais pro Pernambuco, não.*⁵⁷¹

Nos bairros periféricos, ficava primordialmente alocada a mão de obra ativa da cana de açúcar, cujo *caráter sazonal* no Cariri, se afirmara com o advento da Usina. A temporalidade se consolidava, uma vez que em canaviais próprios ou arrendados, os usineiros utilizavam, sempre que possível, o preparo de solo mecanizado. Apenas a colheita representava o maior aproveitamento dos desmobilizados e expropriados, pois seja nas canas próprias, seja nas dos fornecedores, *o corte* se realizava manualmente. Era um regime de trabalho duro que durava apenas alguns meses.

Contudo, mesmo nos espaços de cana, onde o vigor e a destreza determinavam a sobrevivência e em muitos casos a remuneração, a oferta de trabalhadores era maior do que a demanda, com o acréscimo de turmas vindas de Juazeiro e outras localidades. As mulheres também eram empregadas para os canaviais. A disputa pelos postos de trabalho, só fazia aumentar:

*Foi contratando gente, né? No início, muitas mulheres trabalhavam aqui, plantando cana, adubando. Vinham as carradas de gente de Juazeiro, Missão Velha, Jardim, pra adubar cana, ajudar a plantar cana, aquela coisa. Com os dias já mudaram o sistema, né? Chegou-se a mecanizar, para pulverizar já era aquele sistema, né? E já foi reduzindo a mão de obra. A senhora sabe que as coisas vão se modernizando, essa modernização vai excluindo a mão de obra, não é isso?*⁵⁷²

⁵⁷¹ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

⁵⁷² Cícero José de Santana, em 12 de fevereiro de 2007.

Esta *modernização sem mudança* incluía, como previsto, o processo de proletarização da força de trabalho.⁵⁷³ Nas relações expressivamente transformadas, o trato se tornara impessoal. Mesmo nas propriedades particulares, era a usina que indiretamente determinava a colheita e seus horários, e conseqüentemente, a demanda dos serviços, gerando mais elementos de conflitos entre patrão e trabalhadores.

Em meados dos anos 1990, o *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbalha* fez uma pesquisa em 13 dos cerca de 20 engenhos em atividade no município, levantando um perfil dos trabalhadores, a maioria quase absoluta não sindicalizada. Observou-se uma piora na condição de vida e trabalho dos *operários da rapadura*, que permaneciam ganhando infimamente, sem carteira de trabalho e com jornadas sempre superiores às 10 horas diárias. Nesse último aspecto, eram superados pelos trabalhadores contratados de forma regular pela Usina, que no entanto, eram remunerados por um sistema de produção, com “médias” diárias, difíceis de ser atingidas. Dessa forma, muitos não atingiam o salário mínimo ostentado por suas carteiras, igualando-se, como explorados, aos colegas dos engenhos. Apesar disso, durante a safra, era forte a procura por emprego na UMCF, que empregava cerca de 1.100 trabalhadores temporários: um número significativo, embora insuficiente perante a grande população mergulhada na informalidade e no desemprego. Neste contexto entende-se a postura pragmática do Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais: “*Porque essa usina, ela... não é dizer que a usina é tão boa, porque usineiro é usineiro, né? Mas é igual àquele dito popular: mais vale fanhoso do que sem nariz.*”⁵⁷⁴

A UMCF tornou-se inativa após 27 safras (1976-2003). O fechamento da indústria, judicialmente decretado, selou um desempenho econômico aquém das expectativas. Quanto ao *desenvolvimento regional*, ao longo dos anos, a Usina de Barbalha foi se distanciando dos significados positivos a ela associados. Mesmo considerando o volume da movimentação financeira gerada pelo seu funcionamento, a agroindústria desestruturou uma fração considerável da economia local, que vivia em função da rapadura. Como afirmou um contemporâneo: “*Naquela época, a classe média da Barbalha era o*

⁵⁷³ Ver em EISENBERG, op. cit.

⁵⁷⁴ Cícero José de Santana, em 12 de fevereiro de 2007.

peçoal dos engenhos". Com isso, se instalou um processo de empobrecimento generalizado na microrregião, que como sempre, atingiu mais fortemente as camadas mais humildes da população.

Mesmo a este custo social, a UMCF não conseguiu superar seus problemas estruturais, suas dificuldades com fornecedores e reagir ante as mudanças das políticas governamentais para o setor (fim dos subsídios e recursos do PróÁlcool). No início dos anos 1990, o aumento dos custos, a queda na produção e os baixos preços do açúcar a transformaram numa indústria deficitária. O endividamento crescente inviabilizava seu funcionamento. A Usina foi reduzindo suas safras e foi paralisada em 2003, sem conseguir saldar seus compromissos, deixando uma enorme dívida trabalhista, causando um outro forte impacto social e econômico na região.

Se para boa parte da classe dominante, a Usina, pelo menos nos primeiros anos, corporificou a idéia de progresso e a esperança de desenvolvimento, bem diferente foi a leitura *precoce* dos trabalhadores. Para esses homens, a *crise da rapadura* explicitada nos anos 1960, agravada nos 1970, já trouxera queda nas condições de vida, desaparecimento de espaços de trabalho, perda de ofícios, empobrecimento e desemprego. A *nova crise* "trazida" pela *Usina* nos anos 1980, agudizou essas questões: desestruturando seus cotidianos, acelerando o fim dos *moradores*, interrompendo a transmissão dos *saberes e experiências* nas comunidades, radicalizando a perda de práticas embasadas em *direitos costumeiros*, trazendo a proletarização.⁵⁷⁵

Como resultado, a brusca queda nas condições de trabalho e vida foi, para os operários, apenas a entrada impactante em uma *crise permanente*, que veio permear e alimentar as constantes evocações de um passado (re)vivido. O *tempo de rapaduras*: um tempo de trabalho, um tempo mais feliz.

*Deus queira que isso nunca aconteça, a gente tem que ser otimista, mas acho que nunca vai mais gerar emprego aqui como já gerou. Porque no tempo tinha era dezenas de engenho e quantas casas de farinha doutora! tinha aqui também! Cadê a mandioca que gerava emprego e renda, né? era os homens na época nos engenhos, nas farinhadas, outros quebrando coco, era um horror de gente empregada, tudo aqui!*⁵⁷⁶

⁵⁷⁵ Sobre os confrontos entre as necessidades, experiências e práticas costumeiras dos trabalhadores, ante as transformações advindas de uma *nova* economia de mercado ver, sobretudo, THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. op.cit.

⁵⁷⁶ Cícero José de Santana, em 12 de fevereiro de 2007.

Mais uma vez, os antigos operários do *Tupinambá*, raramente ouvidos, mostraram-se atentos às transformações de seu mundo. Suas narrativas, generosas e espontâneas, compartilham conosco as lúcidas reflexões de quem *vivenciou* todo o processo:

Quem fez mais nós parar com essa moagem foi a Usina de açúcar. Eu já sabia. Eu sabia que ela ia exigir comprar as cana, né? E exatamente foi o que muito produtor dono de moagem levou prejuízo porque ela se encarregou das cana e no fim num deu de conta. O povo abandonaram os engenhos e foi tudo de água abaixo.⁵⁷⁷

Nesse momento de suas narrativas, pode-se perceber que mais do que relatar o que viveram, os homens estão buscando compreender o fim do engenho, dar um significado para essa ruptura brutal em suas vidas. O *fogo morto* do *Tupinambá* tem para esses homens, unidos pela *experiência* do trabalho em seus espaços, uma dimensão que nós só podemos tangenciar:

Ficaram moendo, moendo, moendo, mas quando foi o tempo da usina.... “Ei! a Usina melhora, a Usina melhora,...” Fez foi apiorar, home, fez foi apiorar. Num teve melhora não. Ainda hoje eu espero por melhora da Usina. Cadê essa melhora da Usina? Não, a melhora da Usina não veio não. Pode dar pra lá, praqui não.⁵⁷⁸

⁵⁷⁷ Zé Fulô, entrevista em 14 de setembro de 2003.

⁵⁷⁸ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

3.3. TUPINAMBÁ DE “FOGO MORTO”, UM LUGAR DE MEMÓRIAS.

Menina!...quando eu pego a me lembrar do Tupinambá... Ah! Que o tempo voltasse... Eu queria sofrer, mas sofrer conformado. Eu achava bom demais!

Francisco Alves

Nos verdes canaviais do Cariri, ao final dos anos 1970, uma usina começava a engolir os engenhos...

*Vira usinas comer
As terras que iam encontrando...
Muitos engenhos mortos
havam passado no meu caminho.
De porteira fechada,
quase todos foram engolidos...
Antes foram engenhos,
com suas caldeiras vivas;
agora são informes
partidos que nada identifica.⁵⁷⁹*

A imagem, indelevelmente desenhada pelo poeta, *de usinas a devorar terras e bangüês pernambucanos*, não poderia ser rigorosamente aplicada no contexto do Cariri. Pelo menos, na força de sua plenitude. A *Usina Manoel Costa Filho*, única no vale, não conseguiu apagar todos os fogos dos engenhos. Feriu-os, de morte talvez, não só por tomar-lhes as canas, mas por fazer desaparecer qualquer iniciativa de modernização para eles⁵⁸⁰. Todavia, houve sobreviventes.

Os engenhos de rapadura sempre funcionaram em um tom menor em relação ao universo fabricante de açúcar. Numa frase síntese, já citada: no Cariri tudo *“se processaria como se fosse uma miniatura, distanciada no tempo e no espaço, da civilização canvieira da região da Mata”*.⁵⁸¹ Assim como em Pernambuco, onde bangüês persistiram teimosamente, atrasando a hegemonia

⁵⁷⁹ MELO NETO, João Cabral de. *O Rio*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p.130-131.

⁵⁸⁰ Mesmo deficitária e em crise, a economia *rapadureira* ainda mantinha uma estrutura factível de ser modernizada ou adaptada para outros produtos finais (mini destilarias de álcool e cachaça eram algumas possibilidades)

⁵⁸¹ ANDRADE, op. cit. p.193.

final usineira até os anos 1950, no *vale do Cariri* houve engenhos - poucos e solitários - que encetaram o mesmo tipo de resistência. A memória desses *rapadureiros* sobreviventes é por si só um tema instigante. Tratava-se de uma luta ainda mais desigual que a dos bangüês, pois não fabricavam açúcar, e sim rapaduras e batidas, produtos cada vez mais desvalorizados nas conjunturas de mercado. E mesmo assim, nem todos os engenhos de Barbalha se juntaram ao grupo de *fogo morto*, que incluiria o maior de todos eles, o *Tupinambá*.

A Usina de Barbalha desmantelou o universo *rapadureiro*, contudo, não obteve o domínio total das canas caririenses. Por falhas de concepção, não trouxe o esperado *desenvolvimento* à região. Por erros de gerência, destruiu a economia da rapadura, sem conseguir consolidar a economia do açúcar. Um destino difícil de imaginar pelos empreendedores barbalhenses mergulhados no otimismo desenvolvimentista dos anos 1970. Mais que isso, em 2003, a *Usina Manoel Costa Filho* fechou suas portas por inadimplência. Para a região como um todo, negociantes, proprietários e trabalhadores, este foi o pior dos finais possíveis para o embate *engenhos X usina*. A promessa usineira na “terra dos verdes canaviais” teve vida breve, se comparada à existência secular dos engenhos e aos mais de 130 anos de *fogo vivo* do *Tupinambá*.

Todavia, este destino ainda não era antevisto durante as primeiras safras usineiras, na segunda metade dos anos 1970, enquanto as moagens diminuía no *Tupinambá*. A fumaça da fornalha saindo pela chaminé do engenho, visão cotidiana ao longo de décadas, tornava-se cada vez mais rara. Enquanto no *eito* os trabalhos desenvolviam a cadencia habitual - no plantio, limpas e corte - dentro do engenho os dias de atividade se esgotavam. Seis, oito semanas com a moenda rodando: apenas “*uma moaginha*” na expressão de Zé Fulô. Do outro lado da grande alvenaria que demarca o espaço do *Engenho*, a *Casa* estava vazia, Elony Sampaio e sua família haviam se mudado para o Juazeiro.

O proprietário se fazia ausente. Assim acontecera em 1914, quando seu avô também deixara Barbalha, passando a residir em Pernambuco. Entretanto, mesmo distante, Antonio de Sá Barreto Sampaio fazia questão de acompanhar o que acontecia no seu *Tupinambá*. Por sua vontade, a *Casa* e o *Engenho* continuaram preenchidos pelo vigor de trabalho e poder de mando do

arrendatário, administrador e amigo, Zé Major. Agora, *nos anos finais do engenho*, Elony está apenas a vinte minutos de automóvel, mas suas visitas se tornam breves e esparsas. Além disso, os cômodos vazios da *Casa* são cheios de presságios para os operários, que sempre trabalharam embaixo do mesmo teto, no *Engenho* acoplado.

Com a ausência mais acentuada do patrão, para os trabalhadores, a figura do feitor se torna referência única. Naum, embora continue a ser um empregado assalariado, passa a ocupar mais espaço de controle no dia a dia daquela propriedade. Na visão de Zé Gamenha e Zé Fulô, este feitor “sabia trabalhar” e “dominou Elony”: Naum “*vendia rapadura, era quem pegava o dinheiro, ele tirava o dinheiro dos trabalhadores e entregava o saldo a Elony*”.⁵⁸² É sempre Naum, a delegar as tarefas e fazer as empreitas. Também parte dele a seleção das canas e a determinação do seu destino: para o engenho ou para a Usina. Os trabalhadores do *Tupinambá*, em meio às suas labutas, observam caminhões e caçambas carregados, que passam na estrada em busca de outras moendas mais famintas: as da Usina.

Os operários da rapadura ouvem dizer que a nova indústria trouxe o *progresso* para Barbalha. Mas que *progresso*? E para quem? Certamente não para eles. Muitos anos e safras depois, Dito Barnabé não cansava de dizer: “*Ainda hoje eu espero por melhora da Usina. Cadê essa melhora da Usina? Não, a melhora da Usina não veio não. Pode dar pra lá, praqui não*”.⁵⁸³

Ao final dos anos 1970, os homens da fornalha do *Tupinambá*, que já vivenciam a redução da moagem, “sabem” que por causa *dela* outros engenhos já fecharam: “*Depois que a Usina entrou, acabou com a moagem. Acabou com a riqueza daqui do Cariri*”.⁵⁸⁴ Há colegas de ofício, de engenhos vizinhos, amigos ou apenas conhecidos, que ficaram sem ter onde trabalhar e morar. E o *Tupinambá*? Esta semana, o feitor ainda vai pagar por inteiro, e na noite da sexta feira cada trabalhador receberá dois litros de mel pra levar para família. E depois?

No começo de cada madrugada, nas *Nove Casas*, no alto do bairro do Rosário, pode-se sentir o cheiro acre do vinhoto usineiro, que os ventos

⁵⁸² Zé Gamenha e Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

⁵⁸³ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

⁵⁸⁴ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

trazem de longe. Quando chega a primeira claridade da manhã, os operários olham o canal: resta pouca cana pra cortar. Se o feitor mandar carregar pra Usina, o engenho não fecha a semana. E o pior é não saber...

Quanta diferença das safras passadas, quando todo o partido de cana do *Tupinambá* tinha como destino sua própria moenda!

*Porque a moagem de seu Elony era a moagem mais apurada que tinha ali... Era seis, sete meses de moagem. Os outros [engenhos] paravam, né? Mas seu Elony, a cana dele era demais. Quer dizer que a dele era pra frente. Toda a derrota do mundo foi a tal dessa Usina.*⁵⁸⁵

Há várias versões sobre o fim do *Tupinambá*. Os proprietários têm as suas. Entre os trabalhadores, outros discursos. Beatriz Sarlo lembra que “o campo da memória é um campo de conflitos”, entretanto, a multiplicidade de pontos de vista é enriquecedora. Uma vez que não se acredita em uma interpretação única (e muito menos definitiva) do passado, cabe ao pesquisador “percorrer todas as posições possíveis” para alcançar uma reconstrução inteligível, uma compreensão possível. Para isso, é necessário saber quais fibras constroem esta reconstituição do passado, “e, como se tratasse da trama de um tecido, que as disponha da melhor maneira para mostrar o desenho pretendido.”⁵⁸⁶

Através do cotejamento das narrativas, ensejou-se uma reconstrução dos anos finais do engenho. Há boas razões para acreditar que as moendas do *Tupinambá* rodaram pela última vez em 1980. Entretanto, não há um consenso nesta datação, nem entre os proprietários, nem entre aqueles operários que participaram das derradeiras jornadas na fornalha. A forma como os relatos foram colhidos, sobretudo entre os trabalhadores, privilegiou a fluidez das evocações. Uma espontaneidade que se traduz em narrativas que fazem *idas e vindas* no passado, o *antes* muitas vezes seqüenciando o *depois*, ligações entre períodos diferentes revestidas de significados.

Sem maiores preocupações cronológicas, os relatos dos trabalhadores sutilmente estabelecem temporalidades distintas na história de suas vidas/trabalhos. Os operários mais antigos se remetem ao *tempo de seu Zé Major* e ao *tempo de seu Elony*, em reconstruções que operam no sentido de

⁵⁸⁵ Idem.

⁵⁸⁶ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.60.

associar ao primeiro - “*Caba nunca passou fome no tempo de Zé Major!*”⁵⁸⁷ – valores positivos não encontrados no segundo. E, se o *tempo de Elony* conseguiu conservar imagens de safras longas, com canas pendoadas a perder de vista no horizonte, a esta temporalidade também ficaram associadas tendências desagregadoras, como o fim da Rua do Fubá, espaço de convivência, e as *modernizações* que permitiram o fechamento de postos de trabalho.

Todavia, os relatos dos operários do *Tupinambá* incluem uma terceira temporalidade, o *tempo da Usina*, que se inicia com a redução das moagens, incorpora o fechamento do engenho, e *alcança o presente* dos narradores. Por este último aspecto, através do *tempo da Usina* os narradores vão retomar, com mais força ainda, a evocação do passado desejado. Pois é esta ligação com o presente que torna o passado significativo, como lembra Manoel Salgado:

são as carências humanas por orientação em relação a agir e sofrer os efeitos da passagem do tempo que podem tornar uma reflexão sobre o passado algo significativo e necessário para uma determinada cultura humana.⁵⁸⁸

No *tempo da Usina*, as demarcações do vivido se fazem brutais na memória dos operários da rapadura. Além do fechamento deste, e de vários engenhos, a agroindústria interferia também em outro espaço de trabalho – o *eito da cana*. Como lembrava Dito Barnabé: “*porque a cana do sítio agora... vai levar pra Usina. A Usina tem muito cortador de cana, tem. Todo mundo trabalha na Usina. Aí o sítio [Tupinambá] foi abaixo. Cabou-se*”.⁵⁸⁹

Tal ruptura, no cotidiano reconstruído dos trabalhadores, cria distinções muito mais nítidas em relação às duas temporalidades anteriores, de forma que ambas, mesmo ressalvadas em suas distinções, passam a formar juntas o *tempo do engenho*: um passado mais *feliz*, de muita pobreza, decerto, mas onde havia segurança, moradia, trabalho e chão pra plantar:

⁵⁸⁷ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

⁵⁸⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: *Cultura política e leituras do passado: Historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 31.

⁵⁸⁹ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

Foi bom! Ói ele me entregou lá no terreno lá, terra boa, eu fiz um cercado lá, plantei feijão, todo ano eu tirava feijão que dava pra pegar o outro [ano]. Feijão e milho né? E macaxeira, eu plantei roça de macaxeira lá que, oxente! Era à vontade a macaxeira, era o pátio cheio de macaxeira.⁵⁹⁰

Naquele tempo a gente vivia mais alegre... Quando era nove horas todo mundo por ali, era o grito “Cadê os meninos? Vamos merendar no engenho!” Sabe o que era? Era a garapa, aquele mundo de menino naqueles canequinhos de leite moça, tinha copo não. A gente saía de lá almoçado. Dinheiro era tão pouco, né? Que a gente só fazia era jantar! E a gente bebia aquela garapa e um pouquinho do mel numa casquinha de pau... Mas a gente não sentia tristeza não.⁵⁹¹

Pode-se inferir que o difícil cotidiano *de hoje* se infiltra nas recordações do passado e as modifica. Michel Pollak ressalta que a organização da memória é permeada pelas preocupações do momento: tanto o indivíduo, como o grupo, reelaboram suas lembranças constantemente.⁵⁹² A memória...

...é um trabalho. Como atividade, ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem rememora, resignificando as noções do tempo e espaço e selecionando o que vai e o que não vai ser dito, bem longe, naturalmente, de um cálculo apenas consciente e utilitário.⁵⁹³

Sob a perspectiva das “resignificações” do passado, a partir do presente dos trabalhadores, pode-se analisar a convivência (muitas vezes na mesma narrativa), de falas que ora acentuam a pobreza e a dureza das labutas, ora dão testemunho de uma vida melhor.

Era muito triste a situação. Era muito triste mesmo a situação na época né? Porque a senhora olhe... Nesse tempo, as pessoas andava era de pé no chão, era... E se tivesse uma roupa ou duas já tava bom demais! Que ninguém podia comprar nada. Que ninguém podia comprar nada mesmo, né?(...)

(...) Nós enfrentamos muita dificuldade aqui, lutando pelos direitos do trabalhador, muitas coisas eram negada, mas de qualquer maneira era melhor do que hoje, porque o pessoal tinha seu trabalho, e de noite dormindo na sua casa. Não tem melhor do que você estar no trabalho durante o dia e de noite estar com sua família.⁵⁹⁴

Nesta aparente contradição de perspectivas, percebe-se que a intranqüilidade, a perda dos espaços de trabalho, a separação dos colegas, a

⁵⁹⁰ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

⁵⁹¹ Socorro Sousa, em 29 de setembro de 2005.

⁵⁹² POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol 5, nº 10, 1992. p.204

⁵⁹³ GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº1-2, jan/dez.1996, p.22.

⁵⁹⁴ Cícero José de Santana, em 12 de abril de 2007.

migração e outras referências negativas associadas ao *tempo da Usina*, operam no sentido de relativizar os conflitos do passado anterior. As condições sociais do presente têm este poder de transformar as evocações num sentido de nostalgia, olhando os dias que se foram como os melhores da vida.

*O pasto dele vivia era cheio. E era bonito quando o gado dele vinha do sertão que chegava lá naquele pastão, naquele cercadão. Enchia de gado. Aí era tanto, e era tanta alegria até o gado urrava, tá ouvindo? Era capaz da gente chorar ali naquele sítio. Mas hoje o caba não vê nada. Hoje vai lá só sai tristeza, só tem o pau, só tem a marca.*⁵⁹⁵

Reconstruções semelhantes afloram em outras narrativas operárias, assim como no relato do feitor Agildo:

*Ah! se eu pudesse! Ah! Se eu visse o Tupinambá como era. E eu ali olhando aquele Tupinambá cheio de cana! Cana toda pendoada! O povo rindo, correndo, alegre...E a turma de operários tudo na bagaceira do engenho, brincando... Todo mundo vivia feliz aqui naquela época... não ganhavam muito, eram pobres, mas eram alegres. Eu vinha pra ali de noite, ficava mais eles ali. Eles correndo ali, brincando. Brincando de corpo a corpo e tudo. Era muito bom. Quando todo mundo era de barriga cheia, né? Época de moagem.*⁵⁹⁶

Há elementos sutis nessas falas, que transcendem, em muito, as diferenças nas condições de vida. Agildo, por exemplo, evoca a beleza desaparecida da “cana toda pendoada”, já que nos dias de hoje as espécies plantadas em Barbalha foram tecnologicamente desenvolvidas para não *pendoar*, e assim, amadurecer mais rápido. Captar a dimensão da perda de tais elementos para os trabalhadores, permite que se compreenda um pouco mais o que representa o *Tupinambá*, o que significa esse passado, em suas vidas.

Foi durante o *tempo da Usina* que o fogo do *Tupinambá* se apagou para sempre. Mas, quando foi que isso *exatamente* aconteceu? Em que ano ocorreu a última moagem? Essas indagações, relacionadas à preocupação com marcos temporais, não encontravam respostas nas narrativas recolhidas. Em encontros subsequentes com os operários da rapadura, ao renovar as *conversas sobre o engenho*, retomei o tema “fechamento do *Tupinambá*”, sem contudo alcançar uma melhor determinação na datação do evento.

⁵⁹⁵ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

⁵⁹⁶ “Seu Agildo”, em 23 de abril de 2007.

Interessante notar, que mesmo aqueles envolvidos diretamente com os trabalhos da fornalha, não conseguiram precisar quando as moagens pararam. Tentou-se inclusive um trabalho de conjeturas, fazendo associações possíveis entre o fim do engenho e outros acontecimentos do período - os anos mais secos de 1981 e 1982, o nascimento de um filho, a mudança de moradia - sem melhores resultados. O apagar do fogo do *Tupinambá*, um evento de *ruptura* reconstruído nos trabalhos da memória operária, não conseguia ser datado.

O fato de que o engenho *Tupinambá* foi sendo desativado aos poucos – “*Porque foi terminando mesmo. Foi diminuindo mesmo. Diminuindo*”⁵⁹⁷ – pode ter contribuído para a *não* fixação de um recorte refinado do tempo. Além disso, como boa parte dos *moradores* permanecia em terras do sítio, trabalhando nas canas e na olaria, alguns elementos do cotidiano anterior permeavam as evocações com o engenho de *fogo morto*.

Todavia, ao trabalhar com memórias, o historiador não está em busca apenas de informações. Mais do que elucidar os fatos, as narrativas repassam significados, interpretações. Paul Thompson ressalta que um dos maiores valores da evidência oral é ser um testemunho subjetivo: esse caráter pode ajudar ao pesquisador na tentativa de olhar o passado com os olhos de quem o viveu, e assim, “*conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história*.”⁵⁹⁸

Sob esta perspectiva, os trabalhadores relatam suas versões para o *antes* e o *depois*, mas não repassam espontaneamente o ato final da moagem: assim, eles constroem a história do “*Tupinambá* que virou engenho de *fogo morto*”. A ausência do momento definitivo em suas narrativas pode conduzir a um rico significado interpretativo. Sabe-se que o passado mediado pelas memórias tem lacunas subjetivas: as “zonas de sombra”, os esquecimentos, os silêncios. O narrador, na maioria das vezes inconscientemente, esquece, omite, releva, fortalece, sublinha, repete, e assim matiza o seu passado. Os estudos de Ecléa Bosi ajudam a valorizar os *não ditos* do narrador, essas lacunas que segundo ela, não são *lapsos da memória*, e sim *trabalhos da*

⁵⁹⁷ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

⁵⁹⁸ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. op. cit., p.138.

memória.⁵⁹⁹ Neste sentido, cabe indagar: qual o significado do silêncio, do olvido do trabalhador sobre a última moagem do *Tupinambá*? Pode representar a dificuldade de externar momentos penosos, difíceis de admitir. “Narrar é também sofrer quando aquele que registra a narrativa não opera a ruptura entre sujeito e objeto”.⁶⁰⁰ Pode também expressar a tristeza de sonhar um mundo desejado e a impossibilidade de assimilar as esperanças frustradas.

A maioria dos homens *que faziam o engenho moer* continua, sobretudo, envolvida no processo de *tentar entender* o que aconteceu. A ruptura da comunidade de trabalho a que pertenciam interfere fortemente na própria construção de suas memórias. Imersos, desde pequenos, no universo *rapadureiro*, desejam saber o porquê dessa tão forte alteração em suas vidas, e, mesmo de forma inconsciente, não cessam de se indagar o passado, enquanto vivem o seu presente. É provável, que a magnitude da transformação que criou a clivagem – *tempo das moagens, tempo de fogo morto* – não admita o momento de ruptura.

Sob esta perspectiva subjetiva, o passado recordado ainda está perto demais. *Ontem* o caldeireiro, o mestre, o caixeador, era possuidor de um ofício, uma arte, um ganho, um ritmo: *fazia o Tupinambá moer*, produzia uma rapadura excepcional. Quando o metedor de fogo diz: “*Queria que o mundo voltasse... pra mim ser o que eu já fui. Eu tinha o maior prazer de tá na boca de uma fornalha*”⁶⁰¹, vislumbra-se o grande vazio com que se deparam os homens do engenho, para os quais, hoje, o trabalho possível é o da memória.

É do presente que parte o chamado que as lembranças procuram responder. Segundo Beatriz Sarlo, “O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente”. Ela ressalta a permanência deste passado *que se faz presente* insistentemente em evocações “incontroláveis”, que não podem “ser eliminadas”. Portanto esse passado reconstruído se torna “um perseguidor que escraviza ou liberta”.⁶⁰² É neste sentido que Sarlo vai trabalhar as associações entre *lembrar* e *entender*. O passado “irrompe” no presente e a tentativa de compreender está no cerne da organização e da construção das narrativas. O operário da rapadura

⁵⁹⁹ BOSI, *O tempo vivo da memória*. op.cit., p.64.

⁶⁰⁰ BARBOSA, João Alexandre. Prefácio. In BOSI, *Memória e sociedade*, op.cit., p. 13.

⁶⁰¹ Francisco Alves, em 28 de setembro de 2005.

⁶⁰² SARLO, op. cit. p.9, 12.

participou, experimentou e continua a investir, no presente, uma *compreensão*, ou *incompreensão* do que aconteceu.

No processo de evocação do passado pelos trabalhadores do *Tupinambá*, há ainda dois aspectos extremamente significativos. O primeiro é a confirmação do papel da memória como fator *identitário*, funcionando, sobretudo, como elemento de pertencimento ao grupo social. A segunda observação se refere ao aporte da materialidade, *dos espaços de trabalho e vida*, na construção de suas memórias.

Os trabalhadores do *Tupinambá*, ao indicar e referenciar outros companheiros de ofício, de labutas e de morada, permitiram o acesso a uma rede de relações construídas em torno do engenho, que sobreviveu ao tempo e ao abandono. Com isto, se concretizou um número significativo de narrativas, cada uma delas rica e única em sua individualidade. A oralidade foi capaz de revelar uma grande variedade de experiências, confirmando que: “*A memória oral, longe da uniteralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza*”.⁶⁰³

Contudo, na análise cotejada dos relatos dos operários do engenho, atentou-se para os pontos de ligações entre eles. Não se tratava da busca de um consenso. Longe disso. As referências comuns, embora tendo seu valor enquanto conhecimento factual, (e como são ricas de informações, as conversas com os trabalhadores!) importam muito mais por seu significado de compartilhamento de experiências cotidianas, evidenciando elementos que reforçam os sentimentos de identificação e pertencimento: os valores, atitudes, o modo de vida, ou seja, a cultura própria e distinta do grupo social.

Após quase trinta anos do *Tupinambá de fogo morto*, o que restou da coesão do grupo de homens que juntos trabalhavam na moagem da cana? Poucos ainda se vêem nos dias de hoje. Muitos colegas desapareceram, comentou Dito Barnabé: “*Uns desabaram, outros foram embora, outros morreram*”.⁶⁰⁴ Uma dispersão também referida por Zé Fulô: “*Foi se acabando as moagens, né? Muitos aposentados continuam a procurar uma roça e quase*

⁶⁰³ BOSI, *O tempo vivo da memória*, op.cit.,p.15.

⁶⁰⁴ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

não andam na cidade. (...) Outros saíram ninguém sabe onde é que anda".⁶⁰⁵

Não é possível deixar de referenciar que a maior parte dos narradores do *Tupinambá* são homens e mulheres na velhice. À medida que alguns trabalhadores vão desaparecendo, com o apagar de suas vidas, a própria memória do *Tupinambá* vai se apagando também.

Percebe-se, contudo, que para os entrevistados, o próprio trabalho de relembrar e narrar reforça o sentimento de *pertencer* e pode ser visto como um contínuo refazer de laços. Pois, entre as funções essenciais da memória está a sua presença identitária, como agente de união e defesa de uma comunidade. Se a concepção de *reforçamento de laços*, bastante aceita entre estudiosos, é mais explícita no caso de comunidades submetidas a algum tipo de opressão, não será menos forte entre um grupo social de trabalhadores, praticamente esquecidos pela sociedade, com liames bem costurados de um passado comum.

A *memória social*⁶⁰⁶ tem como suporte a existência do grupo, da comunidade. As ligações entre seus membros não têm apenas o caráter físico. Sob esta perspectiva, as "situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo".⁶⁰⁷ Para Márcia D'Aléssio, a afetividade é a condição para a continuidade do sentimento de pertencimento a uma comunidade que foi ativa no passado.

Todavia, a construção da *memória social* dos operários da rapadura não significa escamotear conflitos e tensões, internos ao próprio grupo, ou nascidos da resistência à dominação que permeava as suas lidas cotidianas. Muito pelo contrário, essas lutas são a própria essência da construção de experiências comuns, e parte indissociável de sua cultura do trabalho.

Além do fator identitário, outro aspecto significativo a destacar no processo de evocação do passado do *Tupinambá*, e em particular na construção da memória social de seus trabalhadores, é o aporte da materialidade. Os espaços de trabalho e vida, os artefatos do cotidiano, funcionando como suporte expressivo das releituras do passado.

⁶⁰⁵ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.

⁶⁰⁶ Sobre o conceito de *memória social*, e sua sutil distinção em relação à *memória coletiva* preconizada por Maurice Halbwachs ver FRENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

⁶⁰⁷ D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol.13, nº25/26, 1992/1993, p.98

Embora as memórias sejam reconhecidamente múltiplas, o suporte material é aparentemente o mesmo. Uma construção centenária, imponente e serena em suas cores atijoladas e terrenas, sucumbindo lentamente aos rigores do tempo e sobretudo ao descaso. A rapidez, com que tudo se desfez no *Tupinambá*, é intrigante. Menos de 15 anos após o apagar da fornalha, o teto do engenho desabou: o madeiramento sem manutenção, alvo do ataque de cupins, se abateu sob chuvas fortes de um inverno excepcional. E nada foi feito. Algumas peças das tesouras do telhado e os largos pilares de alvenaria resistiram bravamente a outros episódios de chuva, à espera de uma recuperação que nunca veio. Poucos anos depois, *rincões* e *linhas* centenárias de pau d'arco foram vendidos por um dos proprietários, em visita a região. O resto do madeirame serviu de lenha para a vizinhança.



Foto 26 – Ruínas do *Tupinambá* em 2001. Engenho. Desabamentos posteriores fizeram desaparecer boa parte dos pilares ao centro e da cobertura à direita. Foto: Yacê Carleial.

A vegetação natural e rasteira foi escondendo, paulatinamente, as estruturas restantes da visão dos cidadãos. Em 2003, Zé Fulô me confessava seu desalento ao ver tanto abandono: “*A casa grande que ele [Elony] morava, nem parece, caindo aos pedaços!*”⁶⁰⁸ No momento em que fecho esse texto, há longas rachaduras nas paredes mestras que ainda sustentam a *Casa Grande*, um volume que corresponde a menos de um terço da edificação original.

⁶⁰⁸ Zé Fulô, em 14 de setembro de 2003.



Foto 27 – Ruínas do *Tupinambá* em 2001. A parte que corresponde à Casa Grande resistindo temporariamente ao desabamento do engenho, na mesma estrutura. (É interessante fazer uma comparação com a Foto 17) Fotografia: Yacê Carleial.

Pode-se imaginar a amplitude da construção perdida, assim descrita por Yony Sampaio em 1976:

Tanto na casa anexa ao engenho, como neste, que, em vastíssimo salão, hoje espera de cana, observa-se ainda as linhas que suportavam a moenda vertical de madeira, e as marcas dos chifres nas colunas laterais. Suas paredes, grossas e resistentes, possuíam orifícios afinando de dentro para fora, para assestar as armas, em caso de ataque.⁶⁰⁹

Os restos arruinados de edificações notáveis geralmente suscitam reflexões: ao mesmo tempo em que têm o poder de evocar um passado de fausto ou glória, estão sempre a lembrar a brevidade do tempo, a mutabilidade das coisas. Sua vitalidade é inteiramente subjetiva: é o homem que dá significado às ruínas.

Parafrazeando Ecléa Bosi, pode-se dizer que as lembranças se apóiam nas ruínas do engenho, absorvem a cor dos tijolos, feitos a mão, escurecidos pelo tempo. As recordações seguem em busca de vestígios materiais: tonéis esquecidos, moendas abandonadas, fragmentos da fornalha. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto”,⁶¹⁰ e escolhe espaços privilegiados de onde retira sua seiva. O engenho é preenchido pelo homem:

⁶⁰⁹ SAMPAIO, Yony. *Barbalha e sua gente*. v 1. op. cit. p. 54.

⁶¹⁰ BOSI, *O tempo vivo da memória*, op. cit., p. 16.

lugar de conhecimento, de experiência coletiva de trabalho e formação de cultura, historicamente construído. O *Tupinambá* é um *lugar de memórias*. Um conjunto de espaços privilegiados de onde a memória se alimenta. Continuamente.

Todavia as leituras que esses mesmos espaços despertam são múltiplas, com significados díspares, a depender de qual memória se trata.

De quais memórias se fala aqui? O *Tupinambá* instiga evocações diversas. Uma vez que a sociedade cariense foi formada secularmente em torno dos engenhos de rapadura, o *Tupinambá*, empreendimento referência ao longo de gerações, exerceu uma forte presença na vida de muitas pessoas da região. Seu *fogo vivo* é evocado por diversos segmentos da sociedade, e para cada um deles desperta sentimentos e significados diferenciados. Neste contexto, confirma-se a constatação de que “é impossível encontrar *uma* memória, *uma* visão e *uma* interpretação únicas do passado, compartilhadas por toda uma sociedade”.⁶¹¹ Portanto, embora o suporte material seja o mesmo, cada grupo social produz narrativas distintas. E mesmo havendo recorrências nos relatos (como aconteceu entre narradores do *Tupinambá*), as memórias se distinguem ao refletir os conflitos de interesse, os diferentes valores e práticas sociais. Pensar em processos de construção da memória do *Tupinambá* é tentar apreendê-la em sua pluralidade.

O *Tupinambá* é parte importante do passado da família *Sampaio*. Neste sentido, é possível destacar de uma memória *proprietária*. A mesma linhagem que concebeu e edificou o *Sítio e Engenho*, moldou e preencheu seus espaços e por muitas décadas o administrou, produz uma memória patrimonial, ligada a questões de ancestralidade. Quando o *Tupinambá* é evocado pelos descendentes de Antonio Manoel Sampaio, mais do que recordações de cunho doméstico, surgem aspectos ligados à tradição e à posição social do passado. O maior engenho de Barbalha se coadunava ao apogeu político e econômico de uma história familiar marcada por altos e baixos. Valores semelhantes afloram também nas narrativas de alguns parentes, descendentes de Zé Major, pela importância que foi atribuída a este arrendatário pela mesma tradição

⁶¹¹ ...”es imposible encontrar *una* memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado, compartidas por toda una sociedad”. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002, p.5

familiar.

Outro tipo de memória é aquele construído pelos órgãos públicos constituídos: a administração do município e entidades governamentais encarregadas do patrimônio, que ao longo dos últimos anos, têm divulgado a intenção de efetivar projetos de preservação da sede do *Tupinambá*. É uma memória de cunho político, nitidamente institucionalizada. A necessidade que as classes dominantes sentem de criar um testemunho do passado moldado para servir ao seu próprio poder é ressaltada por Ecléa Bosi. Segundo ela, esse tipo de memória busca uma unificação dos discursos e almeja tornar sua versão do passado a “oficial”, a ser vista como “história”.⁶¹² Uma reconstrução do passado, que sob a alegação de “preservação do patrimônio” tende a se afastar da memória social dos trabalhadores.

Neste sentido, o *Tupinambá* é visto prioritariamente como marco material de um período de prosperidade do município e da região. Ao ser interpretado como um *símbolo* da cidade, torna-se um patrimônio a ser restaurado e cristalizado como *monumento*. Sua arquitetura senhorial se coaduna à memória oficial em construção. Que uso será dado ao monumento? Que significados lhe serão atribuídos? Certamente, sentidos diferentes das concepções de origem. Giulio Argan, arquiteto e historiador, ressalta que os “antigos” construíam seus edifícios...

...para as suas exigências, não para as nossas - e, sem dúvida, os construíam sólidos e imponentes para que permanecessem no futuro, mas com a idéia de que permanecessem eternamente válidos os valores que esses edifícios deveriam representar. Livres as gerações posteriores para demoli-los, como foi feito e, infelizmente se continua a fazer. Trata-se, enfim de uma herança, não de um planejamento. Se conservamos esses monumentos, o fazemos porque esta é uma exigência da nossa cultura, tanto assim que atribuímos a eles um significado completamente diferente daquele para o qual foram construídos.⁶¹³

O *Tupinambá* reconstruído não reviverá o engenho de rapadura. Seu destino mais provável é ser transformado em ponto de referência turística, um *museu*, ou, quem sabe, um *restaurante temático*, fonte de renda para o município. Tais destinações, em tese, não desagradariam aos proprietários,

⁶¹² BOSI, *O tempo vivo da memória*, op.cit, p.17.

⁶¹³ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 226.

que encontrariam na edificação restaurada um suporte adequado para sua memória familiar. Entretanto, quem mais precisa dessas ruínas, e se favorecerá de sua reconstrução são os poderes constituídos, artífices de uma memória exterior, aquela que se quer construir como “histórica”.

A apropriação do *Tupinambá* como *monumento*, apesar de passível de críticas, não deixa de ser bem vinda, pois apenas as instituições têm capacidade de angariar e viabilizar recursos para uma reconstrução. Contudo, a restauração para um “Museu do Engenho”, por exemplo, vai falar mais do *Tupinambá*, como símbolo da classe patronal, da elite regional. Mesmo eivado de boas intenções, o *Tupinambá/museu* dificilmente fará referência ao universo de seus ex- trabalhadores, que não reconhecerão suas próprias memórias nos espaços reconstruídos.

Não é possível negar que a visão de um *Tupinambá* reedificado seria prazerosa e até reconfortante para os operários do passado, pois o engenho era uma parte deles. E à medida que o passado material sucumbe, sendo destruído pelo tempo, as narrativas compartilhadas, mais e mais se transformam em ancoragem solitária para suas memórias. Todavia o que os trabalhadores sonham é ver o *Tupinambá* de pé, como antes, de *fogo vivo*: a rodar, a moer, a produzir, com todo aquele movimento de pessoas, animais e máquinas. “Ah! Se eu pudesse! Ah! Se eu visse o *Tupinambá* como era!”⁶¹⁴

Mesmo com anelos semelhantes por parte de quase todos os narradores, é importante salientar que a memória dos *homens que faziam o Tupinambá moer* prescinde das estruturas do engenho para existir, porque diferentemente das demais, é uma memória construída na *experiência*. Entre a multiplicidade de memórias possíveis, há essa distinção fundamental - a dimensão do vivido - que antepõe a memória ativa, caso específico dos trabalhadores, à memória passiva, exterior, construída a partir de sujeitos que não vivenciaram diretamente as realidades evocadas.

Afirmar que os trabalhadores prescindem do suporte da materialidade para suas reelaborações do passado, não significa dizer que não reconhecem no *Tupinambá* um *lugar de memória*. O que se deseja ressaltar é que suas narrativas conseguem conjurar o engenho em imagens mais vívidas do que qualquer recriação que advenha de projetos de restauração.

⁶¹⁴ “Seu Agildo”, entrevista em abril de 2007.

Portanto, pela riqueza do *experimentado*, as reconstruções narradas pelos trabalhadores se constituem as de maior interesse para este estudo. Nelas, o engenho é evocado, fundamentalmente, como espaço de trabalho. Os *donos* do engenho estão presentes: bons *patrões*, ao atender suas necessidades, perversos quando não o faziam. Dentro desta perspectiva, o *Tupinambá* também é lugar de enfrentamentos, conflitos, reclamações por dias e horas de trabalho, por tarefas e *direitos*. Espaço de reivindicações de anos de serviço, na luta pela aposentadoria mínima. Embora ressalve o contentamento de ter um trabalho, a *memória social* referencia as labutas estafantes e o *Tupinambá*, como *lugar de memória*, se transforma “num imenso depósito de fadigas”.⁶¹⁵

Dentro do engenho, a fornalha é o coração da memória. O salão dos *fornalheiros*, na expressão de Mauro Lucas é o lugar escolhido para pensar o engenho, o espaço que centraliza suas narrativas, cenário principal para seus causos. Até as *histórias* de visagens, comuns em todo engenho antigo que se preze, sempre se passavam na fornalha. Zé Pindó conta que viu o salão iluminado no meio da noite, cheio de gente desconhecida e com a moenda...

*...quebrando cana. Só ouvia a estaladeira, quebrando cana, as moenda. Aí na hora que eu mudei as vistas, aí escureceu pra lá tudinho. Nem ninguém falava, nem engenho quebrando cana, nem luz acesa, nem nada. Menino, eu fiquei tão arrepiado e voltei pra casa, com medo! Assombrado mesmo nesse dia!*⁶¹⁶

Grande parte das narrativas nasce da sala da fornalha, ou nela vai se concluir: é o espaço de convivência maior. O território da arte de fazer, da troca contínua de experiências, solidariedades e competições. Palco das maiores disputas, dos gritos de “fogo de broca!”, das reclamações do feitor. Todos os trabalhos se remetem a ela. É a fornalha que regula as horas do eito, o dia dos cambiteiros e tratoristas. Neste espaço primordial dos *fornalheiros*, o corpo dos homens mais se desgasta e o fogo deixa marcas perenes:

*Eu meti até fogo ali no engenho. Olhe as minhas pernas tudo é assim! Tudo foi fogo, tudo queimado. Era vapor. Era caldeira. Foi aí que eu me queimei botando bagaço na fornalha pra cozinhar rapadura.*⁶¹⁷

⁶¹⁵ ROSSI, op.cit. p.22.

⁶¹⁶ Zé Pindó, em 28 de setembro de 2003.

⁶¹⁷ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

*Porque sempre num deixa as marcas? Eu tenho marcas do mel [mostra braços e pernas]. Aqui é as marcas do mel que queimou, tá vendo?*⁶¹⁸

A fornalha abriga o mel, cujo cheiro é o aroma doce do Cariri do passado. A partir deste salão, saem o apito do vapor, os primeiros sons da madrugada, o arear dos tachos em paralelo com o zunido do corte da cana, o barulho da cadência do motor e os últimos sons do caixeamento à noite. A fornalha é o ponto de partida e de retorno. Dos homens e suas memórias. Da fumaça que tinge os céus e da fuligem que cai sobre os familiares que vão espiar e buscar merendas.

Experimentei pessoalmente, de forma contundente, a força das evocações dos trabalhadores. Partiu de um dos trabalhadores entrevistados, Zé Fulô, a idéia de uma pequena reunião, no próprio sítio *Tupinambá*. Socorro Sousa, moradora ocupante de uma das três casas restantes da antiga Rua do Fubá, preparou um almoço para os amigos. Antes da refeição, fomos visitar o que restou do antigo lugar de trabalho. Percorrer as ruínas do engenho, com esses homens e mulheres, foi uma experiência única.

Era meio dia. O sol estava muito forte e não existia mais o telhado para amainar o calor. Entretanto, ninguém tinha pressa de voltar. Os trabalhadores caminhavam, entre matos e tijolos soltos, com naturalidade, reverência, demonstrando um pouco de tristeza. Alguns tinham visto as ruínas recentemente, Zé Pindó, entretanto, estava visivelmente espantado com o grau de deteriorização.

Começaram por me guiar pelo mesmo caminho que a cana tomava no tempo que o engenho era vivo. No vasto espaço da entrada, no ponto de saída do bagaço, na moenda ainda existente, todos eram unânimes na hora de apontar *o quê* ficava em cada lugar. Quando chegamos à antiga sala da fornalha, cuja amplidão ainda se pressente no volume dos troncos de pilares, Zé Fulô, Zé Pindó, Tico e Geraldo Gamenha, com gestos largos e vozes fortes, indicavam onde se posicionavam o mestre, os caldeireiros, seus equipamentos.

Com a boca, procuraram emitir sons que dessem a idéia do ritmo da moenda. Conseguiram recriar no meio de tijolos caídos, lixo e mato, a famosa fornalha com duas secções, as gamelas e tachos, o movimento cadenciado.

⁶¹⁸ Zé Fulô, em 1 de novembro de 2005.

Enfim, por alguns momentos mágicos, a minha imaginação conseguiu ver nas ruínas, um engenho em funcionamento.

Tal preponderância da fornalha e dos outros espaços de labuta nas evocações não reduz a amplitude da memória deste grupo de trabalhadores. Ao tratar da memória operária, Madeleine Reberieux ressalta não apenas os espaços fabris: “o horizonte operário jamais se limitou ao espaço do trabalho. Existem lugares operários de solidariedade, de sociabilidade, fora da usina”.⁶¹⁹ O *Tupinambá* preenche o passado de seus homens porque também representou, para eles, um espaço de vida, convívio social e lazer.

Dentro desta perspectiva, a *memória social* dos operários da rapadura amplia a concepção do *lugar de memórias*, que na verdade é mais vasto do que o casarão cujas paredes teimam em ficar de pé. Inclui os caminhos, as veredas, a levada d’água, o curral, os roçados. Engloba paredes frágeis, como as das *Nove Casas*, das moradas do alto dos Gamenha, ou, numa evocação ainda mais persistente, o chão de casas que nem existem mais, no arruado da Rua do Fubá. A leitura que os ex-moradores fazem desses espaços é muito expressiva, ligando-os ao período áureo do *Tupinambá*. Aqueles que ainda vivem nas proximidades da antiga Rua do Fubá, como os *Casemiros* das três moradas sobreviventes, podem se sentar na porta de casa e *ver* o passado à sua frente: evocar os companheiros que ali brincaram, jogaram cartas, riram, dançaram e se embriagaram.

São visões do passado, também tingidas com um laivo de amargura do difícil presente: um sentimento da inutilidade de muitos anos de trabalho pesado, calcado nas dores da velhice. Além do não reconhecimento, de serem pessoas esquecidas dentro da sociedade, condição que compartilham com a maioria dos idosos de nosso país, existe nesses homens a consciência da insegurança da velhice, não amparada pelos mecanismos trabalhistas oficiais.

Eu não fiz nada na minha vida. Trabalhei só 55 anos. Nem a casa, nem os papel de minha casa eles me dão. Com esse horror de ano, com oitenta ano que eu moro lá, nem os papel de minha casa num me dão. Sim, que eles num bole comigo, mode eu sair de minha casa, mas eu queria que a casa fosse minha, viu? A casa é de seu Elony. Eu queria é que arranjasse os papel de minha casa. Eu não

⁶¹⁹ REBERIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 51.

saio dali pra canto nenhum, mas eu queria tá com meus papelzinho no fundo da minha mala. Por quê? Todo homem pode chegar. Um vai prum canto um vai pro outro. Vende o sítio, o que é que a gente faz? Ah! se eu pudesse! Ah! Meu Deus. Eu peço e rogo a Deus todo dia. Eu já tou perto de morrer (...) Mas eu queria os papel de minha casa.⁶²⁰

Volta-se assim à questão que marca esses homens, hoje transportados para uma realidade diferente, onde as “contrapartidas” do patronato não se realizam. Homens que ainda têm seu destino ligado ao destino das terras do Tupinambá.

⁶²⁰ Dito Barnabé, 14 de setembro de 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homens que faziam o Tupinambá moer, título que há algum tempo agreguei a este trabalho, com justeza, permaneceu. O meu propósito sempre foi contar a história de um engenho que fabricava rapaduras no Cariri, dando atenção especial a seus trabalhadores, os homens encarregados da moagem.

Desde o início deste estudo, seu objeto, a *compreensão das relações sociais de trabalho e do processo de sua transformação*, intencionalmente tomava o viés dos operários. Pensar a história, a partir dos próprios trabalhadores, recorrer a seus relatos, suas narrativas.

Eles participaram de um universo próprio, diferente em experiências e sensibilidades. Com os trabalhos da memória, e as complexas imbricações do vivido e do narrado, os operários *voltam* a um tempo em que eram ativos, envolvidos, faziam o engenho moer.

Reconhece-se a necessidade humana universal de transmissão de cultura entre gerações. Portanto, na vontade de narrar desses homens e mulheres, existe também o desejo de testemunhar o vivido em seus espaços: do trabalho, das moradas, do cotidiano familiar, das crenças, do *brincar* – as memórias de uma comunidade de trabalhadores. Embora não aparente à primeira vista, existe, por parte dos narradores, um anseio de transmitir suas visões de mundo, seus valores e aspirações, suas maneiras de agir e de se comportar no universo que os envolvia.

Os trabalhadores dos engenhos de Barbalha fazem parte de um contingente populacional cujas raízes históricas remontam a um período em que os homens livres destituídos davam conta de sua sobrevivência, labutando lado a lado com trabalhadores cativos.

A historiografia nacional e regional, por muito tempo desconsiderou os trabalhadores livres e pobres do interior, como uma população dispersa e isolada, esquecida nos interstícios das *importantes* relações senhores/escravos. Mais tarde, após algumas obras seminais dos anos 1960,⁶²⁰ dá-se o reconhecimento do peso da categoria na formação social e

⁶²⁰ Entre elas, FRANCO, op. cit; CANDIDO, op. cit..

econômica do país. Entretanto, na literatura produzida a partir daí, é comum encontrar esse segmento populacional caracterizado sob enfoques reducionistas e quase antagônicos.

Para uns, em pleno século XX, o trabalhador rural sem posses exerceria *exemplarmente* seu papel de *homem pra todo o serviço*, vinculado e subserviente aos proprietários de terra. Na sua *sujeição*, essa força de trabalho funcionaria quase como um mero substituto ao braço escravo. Ainda dentro dessa concepção, a eventual *falta de braços* ocorria pela recusa de certos grupos a se submeter a um tipo de trabalho servil, que foi, e ainda é, freqüentemente rotulada como indolência ou vadiagem, jamais considerada como recusa a formas de trabalho vistas como cativo ou servidão.

Em contraponto a este estereótipo, encontra-se a valorização dos casos em que grupos de trabalhadores rurais, agora comumente denominados *camponeses*, sob diversos motivos e orientações (político, religiosas) são capazes de se revoltar abertamente, em movimentos organizados contra a classe patronal e seus representantes. Além da ênfase no aspecto político, em detrimento de outras dimensões do viver – sociabilidades, saberes, práticas culturais - percebe-se a tendência a uma visão estereotipada: o não agir politicamente, a ausência de formas organizadas de luta contra as estruturas de dominação implicaria, necessariamente, na inexistência de uma consciência, e, conseqüentemente, numa irremediável aceitação dos mecanismos de sujeição.

A experiência empírica no mundo *rapadureiro* me confirmou a pobreza desta concepção dicotômica. Dentro do contexto cariense, os operários da rapadura, assim como outras categorias de trabalhadores pobres e destituídos de propriedade, não podem ser ajustados a esses modelos rígidos de comportamento perante o controle patronal.

Neste sentido, em vez de me fixar na procura de sinais evidentes e anunciados de luta de classe, de externalização de conflitos, busquei dentro do relativamente possível, imergir no contexto narrado, apurar os sentidos, refinar as observações, e assim desvelar comportamentos e posturas, que fugindo das formas explícitas, igualmente externam uma oposição às estruturas de dominação ainda vigentes. Em suas falas, muitas das quais transcritas no corpo deste trabalho, observam-se sinais recorrentes de uma resistência

pragmática adaptada à realidade em que viviam.

Ao contrário de uma leitura errônea de aceitação e conformismo, havia da parte desses homens e mulheres uma significativa compreensão da exploração a que eram submetidos. O seu apego à moradia e a outros elementos *costumeiros* acontecia na medida de suas necessidades e de seus interesses. No trato com o patrão e com o feitor, *de fato*, ocorria uma espécie de seleção de elementos da relação tradicional, *costumeiros*, freqüentemente reivindicados, e que talvez por isso, permaneciam em seus cotidianos, como, por exemplo: o acesso aos roçados e a distribuição de mel aos sábados. Enquanto havia outros – a moagem em dias feriados, as horas excessivas, os gritos do feitor, a falta de um *salário mínimo*, – que os trabalhadores faziam questão de deixar para trás.

Neste sentido, as contrapartidas da dominação, as *benesses*, as *doações*, devem ser vistas, também, como exigência dos trabalhadores, uma vez que o evento da retirada das prerrogativas *selecionadas* se constitui mote das principais reclamações e reparos desses homens.

A dimensão seletiva também pode ser apontada nos trabalhos da memória. Os homens do Tupinambá não *idealizam* o passado e sim determinados aspectos dele. A memória (e desta vez, muitas vezes, inconscientemente) seleciona os aspectos que lhes fazem falta no presente. Sob esta perspectiva, compreende-se que a falta de acesso à terra – um elemento bastante ressentido numa região em que quase não há propriedades devolutas ou improdutivas passíveis de ocupação – justifique a recorrência das inclusões dos *roçados* nas narrativas.

Em contrapartida, os trabalhadores, hoje aposentados ou beneficiados por algum programa governamental, comumente se referem às dificuldades enfrentadas durante décadas marcadas pela ausência desses mecanismos, quando tinham que contar com a eventualidade da benevolência de seus patrões. Em outro exemplo, se o *tempo de antes* representava para esses homens a *falta de opções de trabalho* – filho de morador também seria morador, um destino traçado por costume ou por falta de alternativas – o *tempo presente* pode significar *falta de trabalho* tanto para eles, como para seus filhos.

Ao correr das evocações, salientam-se os episódios do passado realçados com valores positivos associados a elementos como: *casa, roçado, companheirismo, tranqüilidade*, que em determinados momentos da narrativa chegam a eclipsar *a falta dos dias livres, os baixos ganhos, as obrigações* que preenchem os dias de então. Estes aspectos negativos do cotidiano do *tempo de engenho* ficam sublimados momentaneamente, mas logo reaparecem, em outro trecho dos relatos, com um sentido de rejeição ainda maior. Inconsistência ou volubilidade do narrador? Não. Assim funcionam os testemunhos de vida de homens reais: suas memórias, assim como suas posturas em relação à dominação do passado, devem ser compreendidas nessa convivência entre a recusa e a aceitação, a liberdade e a necessidade. Ou seja, no passado recriado os momentos valorizados ou rejeitados alternam-se continuamente, na dinâmica da construção da memória.

Nas reflexões finais sobre essas décadas de trabalho em engenhos de rapadura como o *Tupinambá*, creio ainda haver alguns aspectos que devem ficar ressaltados.

Existe sim, uma cultura do trabalho, específica dos operários da rapadura, herdada a partir de gerações anteriores e reconstruída ao longo de anos de *fazer e conviver*. As narrativas, cujos fragmentos pontuam esse estudo, sinalizam todo o tempo esse processo de construção – ao tratar de seus ofícios, do sentimento de ter uma *arte*, de suas fortes ligações com a *terra*, entre outros - que inclui elementos que reforçam suas conscientizações de serem *trabalhadores de engenho, de sua exploração como mão de obra, de reconhecer a si e seus companheiros como um grupo e de buscar manter as prerrogativas escolhidas nas relações com os patrões*.

Ao mesmo tempo, é interessante observar que componentes importantes dessa construção cultural vão se perdendo ao mesmo tempo em que as mudanças socioeconômicas, aqui assinaladas, se acentuam. Nessa realidade sempre movente, a segunda metade do século XX trouxe um acelerar das transformações nos engenhos. Um mundo em desaparecimento: as vagas de trabalho, os ofícios e saberes, e os próprios engenhos. Os trabalhadores moradores sabem que seus filhos não os seguirão.

Sob esta perspectiva, dá-se uma mudança radical. Os *operários da rapadura* saem do cenário dos engenhos e nas terras de cana do Cariri vai se

instalando uma outra cultura. Uma cultura realmente permeada pela presença do grande capital, pelas relações de trabalho reguladas pela *industrialização*, pela *massificação*, sob o domínio da mecanização e de outras formas de capacitação distantes do aprendizado compartilhado, do *ver/fazer*.

No findar da “conversa sobre o engenho”, Dito Barnabé, demonstrando emoção, falou que o *Tupinambá* “foi abaixo. Cabou-se”.⁶²¹ Não há o que discordar: O *Tupinambá* em que Dito trabalhou e viveu, o engenho que conheci, desapareceu. Contudo, vive na dimensão do passado e da história. Através de seus antigos trabalhadores, sua memória segue como seiva antiga, continuamente renovada, ainda atuando na dinâmica contemporânea do universo do trabalho no vale do Cariri.

Esse mundo em desaparecimento visto sob essa visão, tão bem expresso pelo desabafo da “*esculhambação da moagem na Barbalha*” foi um dos fios condutores deste estudo.

⁶²¹ Dito Barnabé, em 14 de setembro de 2003.

FONTES

FONTES ORAIS

Conversas *sobre o engenho* e entrevistas, gravadas e transcritas. As raras exceções a esta regra estão assinaladas.

- ANÍBAL COUTO GONDIM, engenheiro agrônomo, nasceu em Barbalha em 9 de janeiro de 1944. Trabalhou na ANCAR e EMATERCE, em projetos de desenvolvimento, em varias regiões do Ceará. Nos anos 1970, coordenou a equipe que elaborou parte do projeto de implantação da AÇUSA. Entrevista em 7 de agosto de 2007, em sua residência na Lagoa Seca, em Juazeiro do Norte.
- CÍCERO JOSÉ DE SANTANA, nascido em 1945, em Barbalha. Ex- cortador de cana e trabalhador de engenho em propriedade no sítio *Brejão*. Atualmente possui um pequeno sítio e exerce a presidência do *Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barbalha*, onde conversamos em 12 de abril de 2007.
- CLÉCIO FILGUEIRAS, o SEDNEY (*Sednêy*) 91 anos, agricultor, era o *encarregado* do sítio *Lambedor*, propriedade de Almany Sampaio. Conversamos em sua residência, à rua Padre Ibiapina, em Barbalha, no dia 31 de julho de 2007. (Apenas anotações como registro)
- ELONY DE SÁ BARRETO SAMPAIO, nasceu em Recife, em 25 de fevereiro de 1921. Agricultor, poeta e músico. A partir de 1945, administrou as propriedades barbalhenses de seu pai, Dr. Junior, entre elas o *Tupinambá*, onde residia. Conversamos sobre o engenho, de forma breve, em várias ocasiões. Contudo, como registro gravado e transcrito, tenho apenas seu depoimento numa reunião com os sobrinhos – Yony, Everardo e Leonardo - em setembro de 2004, no Sítio Santa Clara, em Juazeiro do Norte, sua residência de então. Elony Sampaio faleceu em 23 de agosto de 2007.
- ENRILE PINHEIRO TELES, nasceu em 8 de setembro de 1943, no Crato, de família produtora de cana e rapaduras. Ainda jovem, elegeu-se vereador, chegando a exercer a presidência da Câmara nos anos 1970. Trabalhou como relações públicas da AÇUSA. Atualmente, é proprietário rural dedicado à pecuária. Duas entrevistas: nos dias 13 e 30 de abril de 2007, em minha residência e em uma sala da UMCF, na CE-96, respectivamente.
- EVERARDO VALADARES DE SÁ BARRETO SAMPAIO, um dos proprietários do *Tupinambá*, nasceu em 1 de outubro de 1945, em Recife, onde reside. Pós graduado em Fisiologia e Bioquímica (UFRPE/ Univ. Geórgia, USA). Trabalhou na FAO, EMBRAPA e é professor universitário. Entrevistado em conjunto com seus irmãos em setembro de 2004, na residência de Elony e em abril de 2005, no Balneário do Caldas, Barbalha.
- EXPEDITO BARNABÉ, o DITO BARNABÉ, nascido em Barbalha em abril de 1923. Trabalhador e “morador” por 55 anos ininterruptos no *Tupinambá*, onde viveram também seus pais e irmãos. Residia na “Rua das Nove Casas”, em Barbalha. Conversamos na manhã de domingo, 14 de setembro de 2003, na residência de uma filha, Quinha, no conjunto PROURB. Seu Dito morreu em 29

de junho de 2005, vítima de atropelamento, ao voltar de um passeio no engenho “dos Garcia”.

- FABRIANO LIVÔNIO SAMPAIO nasceu em 20 de fevereiro de 1936, em Barbalha. Neto de Zé Major, Irmão de Idomeu Sampaio, foi prefeito de Barbalha (1973-1977). Capitão do Exército reformado, tem formação em engenharia civil e industrial. Concedeu três entrevistas: fevereiro de 2001; 15 de junho de 2007 (conduzida e gravada por Júlia Carleial, transcrita por mim); e 1 de agosto de 2007, na sede da Construtora Callou, em Barbalha.
- FRANCISCO ALVES DO NASCIMENTO, nascido em Barbalha, em 13 de março de 1931. Foi morador e “botador de fogo” do *Tupinambá* e de outros engenhos da região. Conversamos no dia 28 de setembro de 2005, no sítio Sta. Clara, Juazeiro do Norte, próximo à sua residência. Francisco Alves faleceu em 8 de janeiro de 2006.
- FRANCISCO ATANAGILDO DE ALENCAR, "Seu AGILDO", nasceu em 25 de março de 1933. Trabalhou como encarregado (feitor) do *Tupinambá*, num contrato por produção, durante as safras 1962/1963/1964. Entrevista em 23 de abril de 2007, na Rua da Matriz, 148, Barbalha.
- FRANCISCO RENÉ GRANGEIRO, nascido em 26 de maio de 1926, era conhecido como "a memória ambulante de Barbalha". Residia à Av. dos Municípios, nesta cidade, onde concedeu duas entrevistas: em outubro de 2000 e em abril de 2003, (Apenas a última foi gravada e transcrita). René faleceu em 22 de janeiro de 2007.
- GERALDO GAMENHA, 70 anos aproximados, nascido na zona rural de Barbalha. Foi lavrador e depois tratorista do engenho *Tupinambá*, onde trabalhavam seu pai e seus irmãos, João, Luís e José (Zé Gamenha). Reside no “Alto dos Gamenha”, terras do *Tupinambá*, vizinho ao PROURB. Conversamos durante reunião com outros trabalhadores, em novembro de 2003.
- HILTON LUÍS LEITE CRUZ, nasceu em Fortaleza, em 1951. Passou temporadas em engenhos familiares, nos municípios de Aurora, Missão Velha e Barbalha, onde reside. Engenheiro-agrônomo, Mestre em Fertilidade de Solos (UFC), foi pesquisador da cana-de-açúcar na EPACE. Hoje é professor do CENTEC e Diretor da *Cooperativa de Crédito de Barbalha*. Idealizador do programa *Renova Cana Cariri* é também produtor de rapaduras. Entrevistas em sua residência, à Rua da Matriz, em 5 de fevereiro e 31 de julho de 2007.
- IDOMEU SAMPAIO nasceu a 4 de fevereiro de 1937, em Barbalha. Neto de Zé Major pelo lado materno, é também parente de Antonio de Sá Barreto Sampaio, seu tio-avô pela linha paterna. Guarda e reconta com detalhes a história de seus antepassados no *Tupinambá*. Conversamos em 11 de junho de 2006, na residência de Heraldo Luna Callou, no Alto da Alegria, em Barbalha.
- JOSÉ ALEXANDRE VIEIRA, o ZÉ PINDÓ, 74 anos aproximados. Lavrador de cana, trabalhador do engenho *Tupinambá*. Por alguns anos exerceu a função de encarregado do sítio *Bulandeira*, da mesma família proprietária. Após um período como agricultor *de meia*, no sertão de Pernambuco, retornou a

Barbalha em 2002. Conversamos no dia 28 de setembro de 2003, em sua residência no bairro PROURB.

- JOSÉ CABRAL DE MELO, o ZÉ FULÔ, nascido em Branquinho, Alagoas, em 1934. Caldeireiro e mestre do ponto de rapadura no *Tupinambá* e em engenhos de Iguatu, Aurora e Catolé do Rocha na Paraíba. Conversamos em 14 de setembro de 2003, no alto dos Gamenha, e nos dias 1 e 2 de novembro de 2005, em sua residência, bairro do Rosário, Barbalha.
- JOSÉ GAMENHA, o ZÉ GAMENHA, nascido no sítio *Santa Rita*, zona rural de Barbalha, em 1932. Lavrador e caldeireiro do engenho *Tupinambá*. Conversamos em sua moradia no Alto dos Gamenha, em Barbalha, em 14 de setembro de 2003.
- LEONARDO VALADARES DE SÁ BARRETO SAMPAIO, nasceu em Recife em 26 de dezembro de 1942, onde reside. Pós graduado em Agronomia, Adm. de Empresas e Tecnologia de Alimentos (UFRPE/Univ. Califórnia, USA). Trabalhou na SUDENE, CAPES, GERAN. É professor universitário. Um dos proprietários do *Tupinambá*, foi entrevistado com seus irmãos, em setembro de 2004, na residência de Elony e em abril de 2005, no Balneário do Caldas.
- MARIA DO SOCORRO DE SOUSA, nascida em Barbalha a 3 de outubro de 1956. É neta, filha e esposa de morador do *Tupinambá*, onde ainda reside. Recebeu Zé Fulô, Zé Pindó, Geraldo Gamenha, Tuta e Mauro Lucas para um almoço, do qual participei, em novembro de 2003. Entrevistada em 29 de outubro de 2005 e 7 de agosto de 2007 em sua residência.
- MARIA MINERVINA CASIMIRO DE JESUS, a TUTA, nasceu em Barbalha em 1º de fevereiro de 1923. É atualmente a moradora mais antiga do sítio *Tupinambá*. Foram dois os encontros registrados com Tuta, em dezembro de 2000 e setembro de 2003, em sua residência, local da antiga Rua do Fubá.
- MARIA TEREZINHA DE JESUS COUTO, nascida em Barbalha em 12 de março de 1928. Professora, ainda jovem tornou-se escritã do Cartório de Registro e Imóveis de Barbalha, do qual foi titular por mais de 40 anos. Dona de uma memória prodigiosa para fatos, datas e nomes, concedeu duas entrevistas, ambas em sua residência à Rua do Vidéo, em Barbalha, nos dias 7 de abril e 6 de julho de 2005.
- MAURO GOMES DE SANTANA, o MAURO LUCAS, nascido em Barbalha, em 7 de novembro de 1948, trabalhou desde menino no *Tupinambá*, onde realiza “todo tipo de serviço”. Entrevista na casa de Socorro Sousa, em 7 de agosto de 2007.
- NAPOLEÃO TAVARES NEVES, nasceu em Jardim, em setembro de 1930. Médico, literato, cronista e historiador. Ainda atuante nesses diversos campos de trabalho, tem várias obras publicadas. Foi agraciado com o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Regional do Cariri. Concedeu-me duas entrevistas em sua residência, Rua Major Sampaio, em Barbalha: em novembro de 2000 e em 27 de setembro de 2005.

- RITA GUILHERMINA DOS SANTOS, idade não revelada, nasceu no *Engenho Souto*, Pernambuco. Casada com o tratorista Severino dos Santos, com ele se mudou para a Barbalha, tornando-se moradora do *Tupinambá*. Entrevista em 30 de setembro de 2005, em sua residência, no Alto da Alegria.
- SEVERINO DO NASCIMENTO, 70 anos, nasceu no *Engenho Souto*, Pernambuco, onde trabalhou primeiro na lavoura, depois guiando trator e caminhão. Foi o primeiro tratorista do *Tupinambá*, em 1958. Casado com Rita Guilhermina, reside no Alto da Alegria onde concedeu entrevista em 30 de outubro de 2005.
- YONY DE SÁ BARRETO SAMPAIO, trineto do fundador do *Tupinambá*, do qual é co-proprietário. Nascido em Recife, em 1 de maio de 1947, tem formação em Agronomia, Economia Agrícola e Econometria (UFRPE/Univ. Califórnia, USA). Membro do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, suas pesquisas no campo da genealogia e história regional deram origem a extensa obra, *Barbalha e sua gente*, com três volumes já publicados. Além dos encontros citados, (setembro de 2004, abril de 2005) com participação de Everardo e Leonardo, Yony foi entrevistado em 25 de julho de 2006, no pátio da UNIFOR, em Fortaleza.

FONTES ESCRITAS

1 - ARQUIVO PESSOAL YONY SAMPAIO (APYS)

Manuscritos de Antonio de Sá Barreto Sampaio, (Dr. Junior.)

- Tabela “Safras do Tupinambá”. 1926-1944.
- Tabela “Fabricação de rapaduras por safra”. 1938-1944.
- “Dados para ajuste de c/ da safra de 1932 do Engenho Tupinambá. (Datas e assinaturas: Recife, 23 de março de 1934 [Sampaio Junior] Barbalha 14 de maio de 1934”.
- “Dados para ajuste de c/ do sítio Lambedor relativo a safra de 1932. (Datas e assinaturas: 23-3-934 [Sampaio Junior] Barbalha 14 de 1934 [J^o Callou]”.
- “Ajuste de contas da safra de 1933 do Engenho Tupinambá, entre D. Antonia Porcina Sampaio e Sampaio Junior, proprietários e José Callou, gerente. (Datas e assinaturas: Recife, 20 de novembro de 1934 [Sampaio Junior] Barbalha 9 de dezembro de 1934 José Pereira Pinto Callou]”.

- “Janeiro 7 de 1936. Dados para o ajuste de c/ da safra de 1934 do Engenho Tupinambá e do Sítio Lambedor. (Datas e assinaturas: Recife, 14 de abril de 1936 [Sampaio Junior] Barbalha 4 de maio de 1936 [J^o Callou, gerente]”.
- “Barbalha 9 de dezembro de 1936. Dados para o ajuste de c/ da safra de 1935 do Engenho Tupinambá e do Sítio Lambedor. (Datas e assinaturas: Recife, 7 de janeiro de 1937 [Sampaio Junior] Barbalha 4 de fevereiro de 1937”.
- “1937 Dezembro 22. Dados para o ajuste de c/ da safra de 1936 do Engenho Tupinambá. (Datas e assinaturas: Recife, 24 de janeiro de 1938 [Sampaio Junior] Recife 4 de fevereiro de 1938 [J^o Callou]”.
- “Recife 26 de dezembro de 1938; Ajuste de c/ da safra de 1937 do Engenho Tupinambá feito no Recife: (Data e assinaturas: [Sampaio Junior] Recife 29 de dezembro de 1938 [José Pereira Pinto Callou]”.
- “Recife 12 de fevereiro de 1940. Ajuste de c/ da safra de 1938 do Engenho Tupinambá feito em Recife. (Data e assinaturas: [Sampaio Junior] Recife 12 de fevereiro de 1940 [José Callou]”.
- “Ajuste de c/ da safra de 1939 do Engenho Tupinambá feito em Barbalha com o D^r Sampaio Junior. (Datas e assinaturas: Barbalha 28 de dezembro de 1940 [Sampaio Junior] Barbalha 28 de Dezbr^o 940”.
- “Ajuste de c/ da safra de 1940 do Engenho Tupinambá feito em Barbalha com o D^r Sampaio Junior. (Data e assinatura: Barbalha 3 de novembro de 1941 [J^o Callou]”.
- “Ajuste de c/ da safra de 1941 do Engenho Tupinambá Feito em Barbalha com o D^{or} Sampaio Junior. (Falta a folha de fechamento, data e assinaturas”.
- “D^{or} Sampaio Junior em c/c com José Callou (aparentemente um ajuste parcial, com poucas anotações e cifras referentes a agosto, outubro de 1941 e janeiro e fevereiro de 1942. Data e assinatura Recife 24 de fevereiro de 1942 [J^o Callou]”.
- “Acerto de c/ com Junior da safra de 1941”: (Incompleto sem assinaturas).
- “Acerto de c/ com Junior da safra de 1941: (Trata-se dos mesmos cálculos do documento acima, passados a limpo em outra folha e com correções nas cifras. Datas e assinaturas: Barbalha 19 de agosto de 1942 [Sampaio Junior] Barbalha 20 de agosto de 1942 [J^o Callou]”.
- “Ajuste de c/ da safra de 1942 do Engenho Tupinambá feito em Barbalha. (Data e assinatura: Barbalha 1 de setembro de 1943 [J^o Callou]”.
- “Ajuste de c/ da safra de 1943 do Engenho Tupinambá feito em Barbalha. (Data e assinatura: Barbalha 29 de agosto de 1944 [José Pereira Pinto Callou]”.

- “Ajuste de c/ da safra de 1944 do Engenho Tupinambá feito em Barbalha. (Data e assinatura: Barbalha 16 de agosto de 1945 [José Pereira Pinto Callou]”.
- “D^{or} Sampaio Junior em c/c com José Callou”. (Mesmo incompleto, o documento registra a dissolução da sociedade em 16 de agosto de 1945. Falta a folha de fechamento, data e assinaturas.

Cópia da Partilha de Antonia Porcina Sampaio. Barbalha, 1 de agosto de 1891.

Registros de Terras e outros documentos de Antonio Manoel Sampaio. Declarações manuscritas registradas.

- (comprador Mendo de Sá Barreto) “Escritura de Terras da Barbalha q comprei ao Sn^{or} Joaq^m Fc^o Pinheiro”. 02.03.1815.
- (?) Outbr^o 30. Certidão do q me coube do Inventr^o de m^o fin^{do} Pai p heranca (...) de m^a fin^{da} mai...”
- “Formal do q me cobe de legitimo de m^o Sogro Mendo de Sá Barreto”. 23.02.1842.
- Escritura de compra e venda “de huma parte de terras cem braças do sitio Barreiras deste Brejo de Barbalha” Vendedor: Severino Pereira Filgueiras e sua mulher Dona Rosa Mística Clementina. Comprador: Antonio Manoel Sampaio e sua mulher Antonia Porcina do Amor Divino, em 10. 12.1944.
- “1855 Outbr^o 10 Registro de aforamento perpetuo do sítio Riácho do Ouro Patrimonio de S Antonio.” “Traslado do auto de arrematação do aforamento do Sítio do Riacho do Ouro, patrimônio de Sant^o Ant^o, annual...”
- “1855 Outbr^o 10 Registro de propriedade do sítio Tupinambá.”
- “1860 Maio 7 Escriptura Publica de 55 braças de Terras no Sítio das Barreiras a Severino Pereira Filgueiras e sua mulher...”
- Recibo da “Collectoria do Município de Barbalha” referente ao pagamento da “Siza correspondente a quantia de cento e cinqüenta mil reis” pela compra de três posses de “terra do Riacho do Ouro pertencente ao padroeiro desta Villa...” 31 de outubro de 1863.
- (Outros documentos concernentes a compra acima. Autorização do Prelado diocesano, do Juiz de direito, concordância do vigário da freguesia e outros)
- Escritura de compra e venda do sitio Riacho do Ouro. 31 de outubro de 1863.
- Recibo da “Collectoria do Município de Barbalha” referente ao pagamento da “Siza de a quantia de novecentos e cinqüenta mil reis” pela ratificação da

compra de “terra do Riacho do Ouro, fundos do sítio Barreiras, patrimônio do Senhor Santo Antonio desta Villa...” 28 de setembro de 1864.

- “1864 Outbr^o 28 Escritura Publica do sítio Riacho do Ouro” [compra e venda]
- “1866 Maio 21 Escrituras e documentos completos de m^o Sítio Tupinambá organizado este com terras = desta V^a, do Riacho do Ouro, e das Barreiras.”
- “1866 Maio 21 Escrituras e documentos de m^o Sitio Bulandr^a...”

Excertos de Inventários de proprietários rurais de Barbalha, 2^a metade do século XIX. Transcrições feitas por Yony Sampaio de documentos hoje desaparecidos.

- Manoel do Nascimento Sampaio. 1858.
- Antonio Manoel Sampaio. 1871.
- Antonio Pereira Pinto Callou. 1882
- Joana Batista do Espírito Santo. 1894.
- Gertrudes Perpétua de Sá Barreto. 1895.
- Antonio Francisco Sampaio. 1896.
- Luis Coelho Sampaio. 1900.

Escritura Publica de Compra e Venda da metade do Sítio Tupinambá por Antonio de Sá Barreto Sampaio ao Doutor Manoel Coelho Bastos do Nascimento e sua mulher Dona Cosma Porcina Sampaio. Barbalha, 21 de maio de 1900.

Registro de Certidão de Doação dos direitos sobre o curso de levada d’água da Santa Rita de Joana Parente de Jesus, Maria Ibiapina Callou e outros herdeiros ao Ten. Cel Antonio de Sá Barreto Sampaio. Barbalha, Lambedor, 2 de agosto de 1910.

Registro de Certidão de Venda dos direitos sobre o curso de levada d’água da Santa Rita de Anna Henrique da Cunha Callou, Maria Henrique Callou e outros herdeiros ao Sr. Tenente Coronel Antonio de Sá Barreto Sampaio. Barbalha, Lambedor, 2 de agosto de 1910.

Mapa do Município de Barbalha. Croquis levantado e desenhado por Lauro Cabral de Oliveira Leite. Escala 1:100.000. (Sem data. Estimativa: Início dos anos 1930).

Fotografias de época.

2 - ARQUIVO PESSOAL ELONY SAMPAIO (APES)

Escritura Pública de Partilha amigável dos bens de Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, de 25 de junho de 1974, lavrada no 7º tabelionato de notas, Cartório Reinaldo Carneiro, Recife, Pernambuco (livro 473, traslado 6º, folhas 45). Também registrada no Cartório de Registro de Imóveis, (CB-2) em Barbalha, às folhas 195, do livro 3-I, sob o número de ordem 7481, em 14 de outubro de 1974.

Folhas avulsas de pagamento de trabalhadores do Sítio Lambedor. (03.12.1976; 25 de junho, 20 de julho, 22 de outubro e 26 de novembro de 1977 e março de 1981 a agosto de 1983)

Folhas avulsas de pagamento de trabalhadores do Sítio Tupinambá. (27 de dezembro de 1980; 21 de fevereiro, 28 de fevereiro, 7 de março, 28 de março, 4 de abril, 11 de abril, 15 de abril (quarta-feira) e uma sem data.)

Levantamento Planimétrico de uma área localizada no Sítio Tupinambá, por José Edicelmo de Souza, para o espólio de Naly de Sá Barreto Sampaio, em outubro de 2004.

Levantamento Planimétrico do Sítio Tupinambá, (em AutoCad). por Joedson C. Cortez, para o espólio de Naly Sampaio, em março de 2006.

Fotografias de época.

3 - ARQUIVO PESSOAL CARLOS AUGUSTO RIBEIRO CALLOU

Caderneta manuscrita de José Pereira Pinto Callou, Zé Major. (“Livrinho de anotações de casamento e filiação”) Registros de 5 de janeiro de 1900 a 31 de julho de 1941.

4 - ARQUIVO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. (AIHGP)

Inventário de Antonio de Sá Barreto Sampaio. “Juízo da Provedoria da Comarca de Recife, capital do Estado de Pernambuco, 2º Cartório”. (Início processo 17.11.1930)

5 - ARQUIVO PÚBLICO DO FÓRUM DE BARBALHA (APFB)

Ação de Demarcação da Data “Lagôa”. (também conhecida como “Data da Salamanca”). Autuada em 5 de abril de 1951 no 2º Cartório Civil da Comarca de Barbalha. Catalogado como “Ação Civil”, arquivado na caixa “Ações 1947-1951”.

Inventário e Partilha de Antonio Manoel de Sampaio [Major Sampaio], 1906. Autuado em 2 de abril de 1906 no 2º Cartório, Termo de Barbalha, Comarca do Joazeiro. Catalogado na caixa “Inventários XIX”.

6 – ARQUIVO USINA MANOEL COSTA FILHO – (AUMCF)

Carteira Agrícola. **Relações nominais dos fornecedores de cana por safra.** Valores em toneladas, por fornecedor e por município. Safras de 1976/1977 a 1995/1996.

Carteira Agrícola. **Tabelas com resumo da entrada de cana por municípios.** Valores em toneladas, por município. Safras de 1976/1977 a 1995/1996.

Álbum de fotografias oficiais da cerimônia de inauguração da UMCF.

7 - GABINETE DE LEITURA DE BARBALHA (GLB)

“Segundo Livro de Compras e Vendas da Loja da Viúva Sampaio & Filhos”. [1871-1875]

[Terceiro] **“Livro de Contas” [da Loja da Viúva Sampaio & Filhos 1875-1881].**

8 - 2º CARTÓRIO REGISTRO DE IMÓVEIS DE BARBALHA (CB-2)

Registros de Escrituras Públicas:

- Registro (nº 1716, em 18.10.1941) de **Escritura Pública de Doação Inter Vivos, de parte do Sítio Tupinambá**, de Antonia Porcina Sampaio a Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, lavrada em 30.09.1941, no 1º Cartório Severino Tavares Fraga, Recife-PE.
- Registro (nº 3116, em 05.07.1952) de **Escritura Pública de Compra e Venda de propriedade “Lambedor”** (rural), de Maria do Rosário Sampaio a Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, lavrada neste Cartório a 05.07.1952.
- Registro (nº 3323, em 15.02.1954) de **Escritura Pública de Compra e Venda de propriedade “Barbalha”** (rural), de Maria do Rosário Sampaio a Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, lavrada neste Cartório a 06.02.1954.
- Registro (nº 3999, em 07.06.1958) de **Escritura Pública de Compra e Venda de propriedade “Lambedor”** (rural), de João Coelho a Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, lavrada neste Cartório a 19.07.1958.

- Registro (nº 4471, em 03.02.1960) de **Escritura Pública de Compra e Venda do sítio “Baixa da Égua”**, de Luíza Coelho de Alencar, Antonia Edelzuite de Alencar, e outros, a Antonio de Sá Barreto Sampaio Junior, lavrada “nas notas deste Cartório” a 30.01.1960.

9 – PUBLICAÇÕES /IMPRESSOS.

Jornal “**A Ação**”, publicação da Diocese do Crato-CE, exemplares de 1947 a 1950, 1967, 1970, 1974 e 1979 a 1982. Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo – DHDPG – Sede do Bispado, Crato.

Jornal “**O Povo**”, Fortaleza-CE, exemplares de 1940-1941, 1945, 1973, 1975-1976. Biblioteca Pública Menezes Pimentel, (BMP), Fortaleza.

Revista “**Itaytera**”. Publicação do Instituto Cultural do Cariri, exemplares de nº 1 a 24, que correspondem aos anos compreendidos entre 1955 e 1980. Biblioteca da Universidade Regional do Cariri – URCA – Campus do Pimenta, Crato.

OUTRAS FONTES

Conjunto de Plantas da Casagrande e Engenho Tupinambá, com o nome de “Monumento Tupinambá”, levantamento feito pela Escola de Arquitetura da UFC a pedido do IPHAN, em 1969. Cinco pranchas, Tamanho A1.

Inventário de bens culturais imóveis /Município de Barbalha-CE. Fortaleza: Convênio PMB/FUNDETEC/UFC/IPHAN, 2001.

Fotografias. Cópias fotográficas e digitalizadas de imagens do sítio e engenho Tupinambá e seus entornos, De 1950 até os dias atuais. Originais (APYS, APES e Arquivo da autora)

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE ÉPOCA

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco freire Alemão: Fortaleza – Crato, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ARAGÃO, Manoel Ximenes de. Memórias do Professor Manoel Ximenes de Aragão. *Revista trimestral do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tomo XXVII, Ano XXVII, 1913, p. 47 -157.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

_____. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2001.

CAPANEMA, Guilherme Schurch de. *A seca no Ceará. Escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

INSTITUTO do Ceará - Histórico Geográfico e Antropológico. Documentos sobre as Minas de S. Jose dos Kariris. *Revista do Instituto do Ceará*, Anno XXIX, 1915.

_____. *Geographia Physica e Política da Barbalha*. *Revista do Instituto do Ceará*, XXIII, 1909.

_____. *Notas Colhidas e Observações Feitas por um Amigo da Terra em Setembro de 1915. Município do Crato*. *Revista do Instituto do Ceará*, Anno XXXII, 1918.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2 vols. Rio; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003.

MENEZES, Antonio Bezerra de. Algumas origens do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: anno XV, 1901.

MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da cana de açúcar*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

MOURÃO, Alexandre da Silva. Memórias de Alexandre Mourão. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tomo XLI, Ano XLI., nº, p. 3 - 54, 1927.

STUDART, Barão de. Geografia do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXXVII, 1923; tomo XXXVIII, 1924.

OBRAS DE REFERÊNCIA

AB'SABER Aziz Nacib. *Os Domínios de Natureza no Brasil*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2005.

_____. "Sertões e sertanejos: Uma Geografia Humana Sofrida". In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, IEA-USP, v. 13, nº 36, 1999, pp.7-59. Available from: < http:// www.scielo.br

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALENCAR, Odálio de. *Origens do Cariri*. Fortaleza: Gráfica Continental, 1971.

ALMEIDA, Angela Mendes de. "Notas sobre a família no Brasil". In: ALMEIDA, Angela Mendes de. (org) *"Pensando a família no Brasil"*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; UFRRJ, 1987.

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. *Condições de trabalho e migração (um estudo de caso da região açucareira do vale do Ceará-Mirim)*. Natal: Dissertação de mestrado em Economia-Sociologia, UFRN, 1985.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, IEA-USP, v. 15, nº43, 2001. Available from: < http:// www.scielo.br

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. Relações de Trabalho e Relações de poder. In: *Texto UFPB/NDIHR*. João Pessoa: nº 18, outubro 1987.

ARAÚJO, Tatiana Brito de. *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano*. Salvador: FIEB, 2002.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

AZEVEDO, Esterzilda de. *Arquitetura do Açúcar*. São Paulo; Nobel, 1990.

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 7, nº 14, mar/ago 1987, p. 131-149.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A terra da mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL 1988.

BASSANEZI, Carla S. B. E. P. Thompson e a História. *Temáticas*. Campinas: v.2, nº 3, jan/jun 1994, p. 83-108.

BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (org) *Culturas de classe*. Campinas, UNICAMP, 2004.

BNB./ FUNDETEC. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar da região do Cariri*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

BOSI Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____ *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão biográfica.". In: MORAES, Marieta de e AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BRITO, Maria Socorro. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho no Cariri canavieiro*. Fortaleza: IOCE, 1985.

CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança pernambucano (1874-1941)*. São Paulo: Annablume, 2001.

_____ *Rosto e máscara do Senhor de Engenho de Pernambuco (1822-1888)*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo P. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CARVALHO, Inaiá Maria M. de; e HAGUETTE, Teresa Maria F. (org) *Trabalho e condições de vida no nordeste brasileiro*. São Paulo-Brasília: Hucitec/CNPq, 1984

CASTRO, Dácio Antonio de. *Roteiro de leitura: Vidas Secas de Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 2001.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVA, Ralph Della. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

COELHO, Antônio C. Possibilidades Econômicas da Região. *Itaytera: Revista do Instituto Cultural do Cariri, Crato*, nº 4, 1958, pp.95-98.

COHEN, Yolande. História Oral: uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as ciências sociais? In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sergio Leite; PRONDI, Reginaldo. (orgs). *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 1993, p. 266-274.

CONDÉ, José. (org) *A cana-de-açúcar na vida brasileira: textos coligidos*. Rio de Janeiro: Coleção Canavieira; MIC; IAA, 1971-1972.

CORTEZ, Ana Sara R. P. *Senhores de si, escravos de outros: a formação da família escrava no Cariri. (1850 – 1884)*. Fortaleza: Relatório de Qualificação para Mestrado em História Social, UFC, 2007.

COSTA, Cléria Botelho da. Vidas na fronteira – memórias reconstruídas. *Projeto História*. São Paulo: nº (27), p. 205-216, dez. 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4ªed. São Paulo: UNESP, 1998.

CRUZ, Hilton L. Leite. *Produtor de cana-de-açúcar*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha / CENTEC, 2002.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol.13, nº25/26, 1992/1993, p. 97-103.

DECCA, Edgar Salvadori de. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUHNS, Heloísa T. (org). *Lazer e Ciências Sociais - diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002, p. 59-73.

_____ *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. O trabalhador pobre no imaginário das elites nordestinas (1850-1920). In: DINIZ et al. *Brasil – Norte e nordeste – Estudos em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1991.

DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: EDUSC, 2004.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____ *A Subordinação dos Lavradores de Cana aos Senhores de Engenho: Tensão e Conflito no Mundo dos Brancos*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero / ANPUH, vol. 6, nº 12, mar.86/ago. 86, p. 151-168.

_____ *Estrutura Agrária e Relações de Poder em Sociedades Escravistas: Perspectivas de Pesquisas de Critérios de Organização Empresarial e de Mentalidade Econômicas no Período Colonial*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero / ANPUH, vol. 11, nº 22, mar.91/ago. 91, p 35-47.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “*Catirina minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá*”: O Ceará no tráfico interprovincial — 1850-1881). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2005.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e a cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola; Ministério de Agricultura, 1958.

_____ *História do Cariri*. Volume I. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1964.

FIGUEIREDO, Roberto Carlos de. *Alternativas para a problemática da agroindústria canavieira de Barbalha /CE*. Crato: Monografia apresentada em Curso de Especialização em Biologia na Universidade Regional do Cariri, URCA, 2005.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP, 2006.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho: complexo socioeconômico açucareiro cubano*. vols.I. e II. São Paulo: Editora Hucitec / UNESP, 1998 e 1989.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

_____. Organização social do trabalho no período colonial. In: *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Antonio Barros de Castro (et. al.), coordenador: Paulo Sergio Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 143-192.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Annablume, 2006, p.75-96.

FRENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 7ª ed. rev., 2004.

_____. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro. s/d.

_____. *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2003.

FUNES, Eurípedes Antônio. "Negros no Ceará". In: SOUSA, Simone de. (org). *Uma Nova História do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2004, p 103-132.

GALENO, Alberto S. *Território dos coronéis*. Fortaleza: Edição financiada pelo autor, APEX Gráfica e Editora, s/d.

GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global Editora, 1983.

GINZBURG, Carlo. "O queijo e os vermes". Introdução. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: UFC, 2000.

GNACCARINI, José César. *Latifúndio e Proletariado (Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural)*. São Paulo: Editora Polis, 1980.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. In: *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº1-2, jan/dez.1996.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açucares; política e economia na Capitania da Parayba – (1585-1630)*. São Paulo, EDUSC, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: *Cultura política e leituras do passado: Historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 25-41.

HOGGART, Richard. “Nós” e “Eles”. In OLIVEIRA, Paulo de Salles. *O Lúdico na Cultura Solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.171-195.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JACQUET, Christine. A Reestruturação da Agricultura Cearense: Notas sobre a Alteração das Condições de Reprodução do Pequeno Campesinato. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, IEA-USP, v.14, n.40, 2000. Available from: < <http://www.scielo.br>

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

LEAL, Vinícius Barros. *História de Baturité; época colonial*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia.”. In: MORAES, Marieta de e AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, Molambudos e Rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994.

LIMA, Raimundo Delvo de. Políticas de Reforma Agrária no Estado do Ceará. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: v. 20/21, nº 1/2, 1989/1990, p. 271-290.

LOPES SOBRINHO, Henrique Fernandes. *Barbalha em tempos passados*. Crato: Tipografia do Cariri.(s/d).

LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____ (org). *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional; Marco Zero, s/d.

MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Editora Hucitec, 6ª ed., 1996.

_____ *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____ *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. (4) São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.659-726.

MELO, Mario Lacerda de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos no Nordeste canavieiro*. Recife: MEC; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral, caminhos e descaminhos. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Editora, vol.12, nº25/26, 1992/1993, p. 55-65.

MORAES, Marieta de; AMADO, Janaina (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MUNIZ, Durval. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, nº 28, 1998, p. 111-120.

MURARI, Luciana. Pelo rumo do ermo: Caipiras, sertanejos e retirantes em marcha pelo Brasil. In: *Projeto História*. São Paulo: nº (27), dez. 2003, p. 85-106.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

_____ As mil voltas de "Seu" Muriçoca: a migração e paternalismo no relato de um narrador exemplar. *Trajeto: Revista de História da UFC*, Fortaleza, nº 3, pp.55-69, 2002.

_____ Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Projeto História*, São Paulo: nº (16), p. 39-57, fev. 1998.

NEVES, Margarida de Souza. Viajando o Sertão. Luís da Câmara Cascudo e o solo da tradição. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 237-262.

NORÕES, Edilmar & NASCIMENTO, F. S. & SAMPAIO, Dorian, org. *Região do Cariri*. Fortaleza: BEL Publicações, 1977.

OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964*. Fortaleza: Edições UFC, Coleção Estudos Históricos, NUDOC, 1989.

OLIVEIRA, Antonio José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri: Trabalho e Cotidiano (1790 – 1850)*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2003.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA; CEAB, 1999.

PALACIOS, Guilherme. *Campesinato e Escravidão no Brasil – agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: UNB, 2004.

PEIXOTO JUNIOR, José. O ouro do Cariri. *Itaytera: Revista do Instituto Cultural do Cariri*, Crato, nº 34, 1990, Crato, pp.163-171.

PERROT, Michelle. Operários. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PINHEIRO, Francisco José. *Formação social do Ceará (1680-1820) – O papel do*

Estado no processo de subordinação da população livre e pobre. Recife: Tese de Doutorado, UFPE, 2006.

_____. O homem livre pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará, 1850-1880. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: (20\21), nº 1\2, 1989\1990, p. 199 – 230.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri, seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza, 1950.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992. p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989. p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*. São Paulo: (14), p. 7-24, fev 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo: (14), p. 25-39, fev 1997.

_____. Sonhos Ucrônicos memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. São Paulo: (10), p. 41-58, dez 1993.

_____. O massacre de Civitella val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum .”. In: MORAES, Marieta de e AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. “Fome de braços” – Questão nacional notas sobre o trabalho livre no Nordeste no Século XIX”. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: (16\17), nº 1\2 , 1985\1986, p. 105-142.

_____. Vaqueiros, agricultores, artesãos; Origens do Trabalho Livre no Ceará Colonial. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: (20\21), nº 1\2 , 1989\1990, p. 1-29.

_____. *Comissão das Borboletas: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Evolução das relações de trabalho na agricultura brasileira. In: *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. edição, Rio de Janeiro: LTC/EDUSP, 1978, p. 22-43.

RAMINELLI, Ronald. Compor e decompor: ensaio sobre a história em Ginzburg. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Editora, vol.12, nº25/26, p. 81-96, 1992/1993.

RAMOS, Pedro. A agroindústria canavieira do Brasil: referencial historiográfico, temas e fontes. *América Latina en la História Econômica*, num 11, enero-junio de 1999.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora ,2000.
_____. *Meus Verdes Anos: Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. Trabalhadores no eito: escravos negros no Crato oitocentista. *Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará*. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, vol. 1, nº 3, 2005, p. 121-135.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José e GOMES, Flavio. (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SÁ, Filadelfo Tavares de. *Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza: UFC, 1988.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____ Tendências atuais da história da família no Brasil"; In: ALMEIDA, Angela Mendes de. (org) "*Pensando a família no Brasil*". Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; UFRRJ, 1987.

_____ Patriarcalismo, Família e Poder na Sociedade Brasileira (Séculos XVI-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero / ANPUH, vol. 11, nº 22, mar.91/ago. 91, p. 7-33.

SAMPAIO, Yony. *Barbalha e sua gente*. v. 1. Edição mimeografada preliminar. Recife: apoio da UFPE. 1976.

_____ *Santo Antonio de Barbalha e sua gente* v.3. Recife: UFPE, 2002.

_____ *Introdução à história territorial de Barbalha. Sesmarias e Sítios*. Inédito.

_____ (org) *Nordeste rural: A transição para o capitalismo*. Recife: UFPE, 1987.

SAMPAIO, Yony; FERREIRA IRMÃO, José. Estrutura Agrária, produção e Emprego Rural no Nordeste. In: CARVALHO, Inaiá Maria M. de; e HAGUETTE, Teresa Maria F. (org) *Trabalho e condições de vida no nordeste brasileiro*. São Paulo-Brasília: Hucitec/CNPq, 1984, p. 42-85.

SAMUEL, Raphael. Teatros de Memória. *Projeto História*. São Paulo: (14), p. 41-88, fev 1997.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho. *Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962*. João Pessoa: CNPq; UFPB, 1990.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____ *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. USA, New Haven: Yale University Press, 1990.

_____ *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. USA, New Haven: Yale University Press, 1985.

_____. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. *Raízes*. Campina Grande: UFPB, v. 21, nº 1, jan/jun, 2002, p.10-31.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

_____. Direito e Coerção moral no mundo dos engenhos. *Revista Estudos Históricos*. Nº 18, 1996.

SILVA, Fernando Teixeira da Silva. “Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras” Campinas: UNICAMP, 2003, p.44.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará Das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. “Imaginários da exclusão”. In: BLAT, Ilana e MONTEIRO, John. *História & Utopias*. São Paulo: ANPUH, 1996, p. 437-450.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Ana Lucia Alves de; PINHEIRO, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Paula F. M. G. *A cana de açúcar como fator econômico*. Monografia de especialização, Universidade Salgado de Oliveira. Juazeiro 1997.

SOUZA, Candice Vidal e. Sertão e litoral: espaço na construção nacional. In: *A pátria geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: EDUFG, 1997, p. 35-86.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. *Campo e Palavras. Dimensões da questão Agrária no Ceará, 1954-1964*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2005.

SPRANDEL, Márcia Anita. “Remando por este mundo de Deus – Terras e territórios nas estratégias de reprodução camponesa”. In: WOORTMANN, Ellen T. (org) *Significados da Terra*. Brasília: UNB, 2004.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo/Caxias: UPF/ EDUCS, 2004.

THÉOPHILO, Rodolfo. *O Caixeiro: reminiscências – (edição fac-similar)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2002.

THOMPSON Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*, vols I e II. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____ *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Altusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

_____ A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: DINIZ; LOPES; PRONDI, Reginaldo. (orgs). *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 1993, p. 9-19.

THOMSON, Alistair. Reconpondo a Memória. *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, nº15, abr. 1997.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: MORAES, Marieta de; e AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 65-91.

TORRES, Alberto Callou. José Pereira Pinto Callou: Zé Major – meu avô. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2007.







TRIGO, Luciano. *Engenho e memória. O Nordeste na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: ABL/Topbooks, 2002.













VERSIANI, Flávio Rabelo e VERGOLINO, José Raimundo. *Posse de Escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco:1777-1887*.

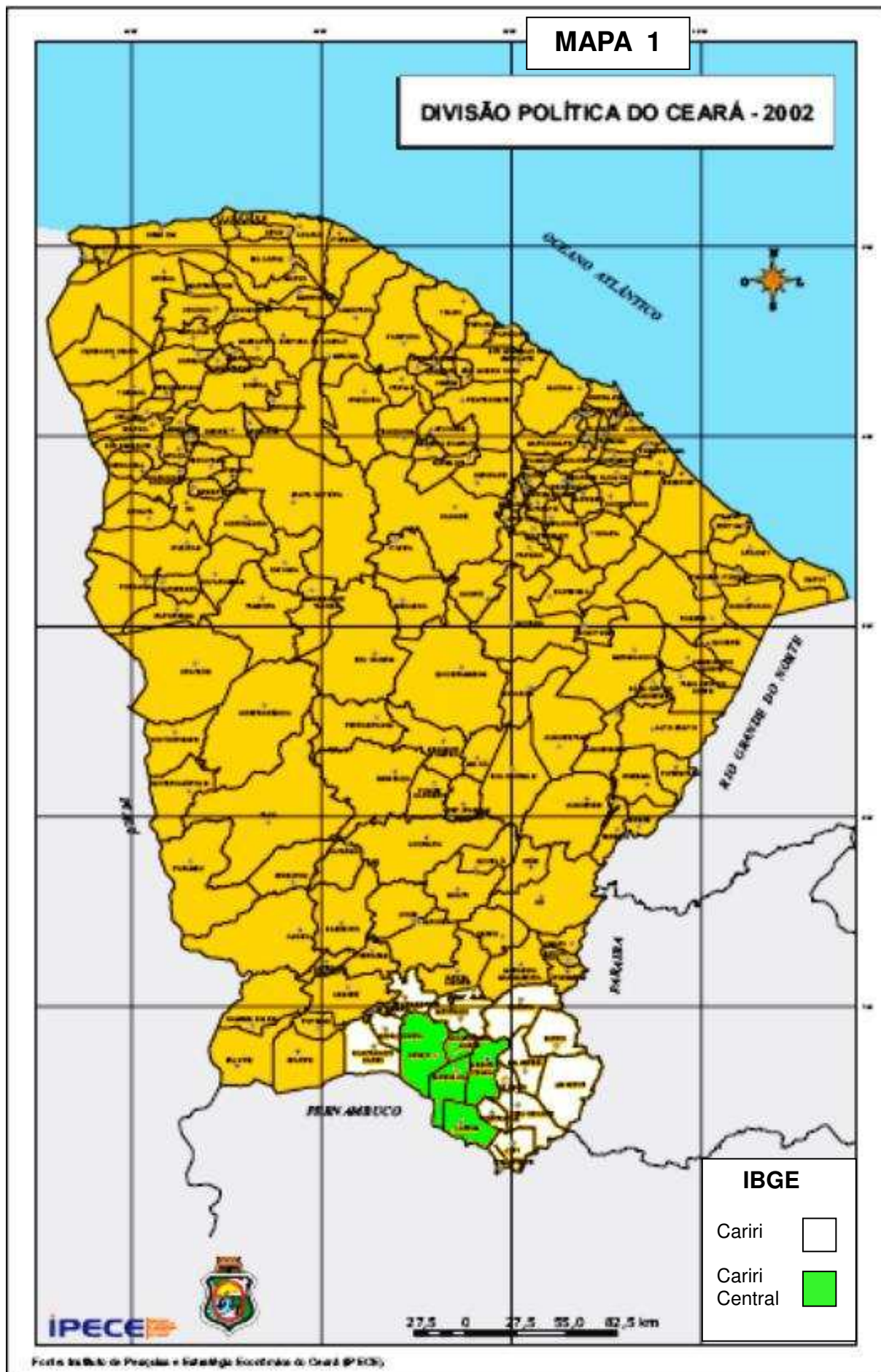
VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004 UFPB.

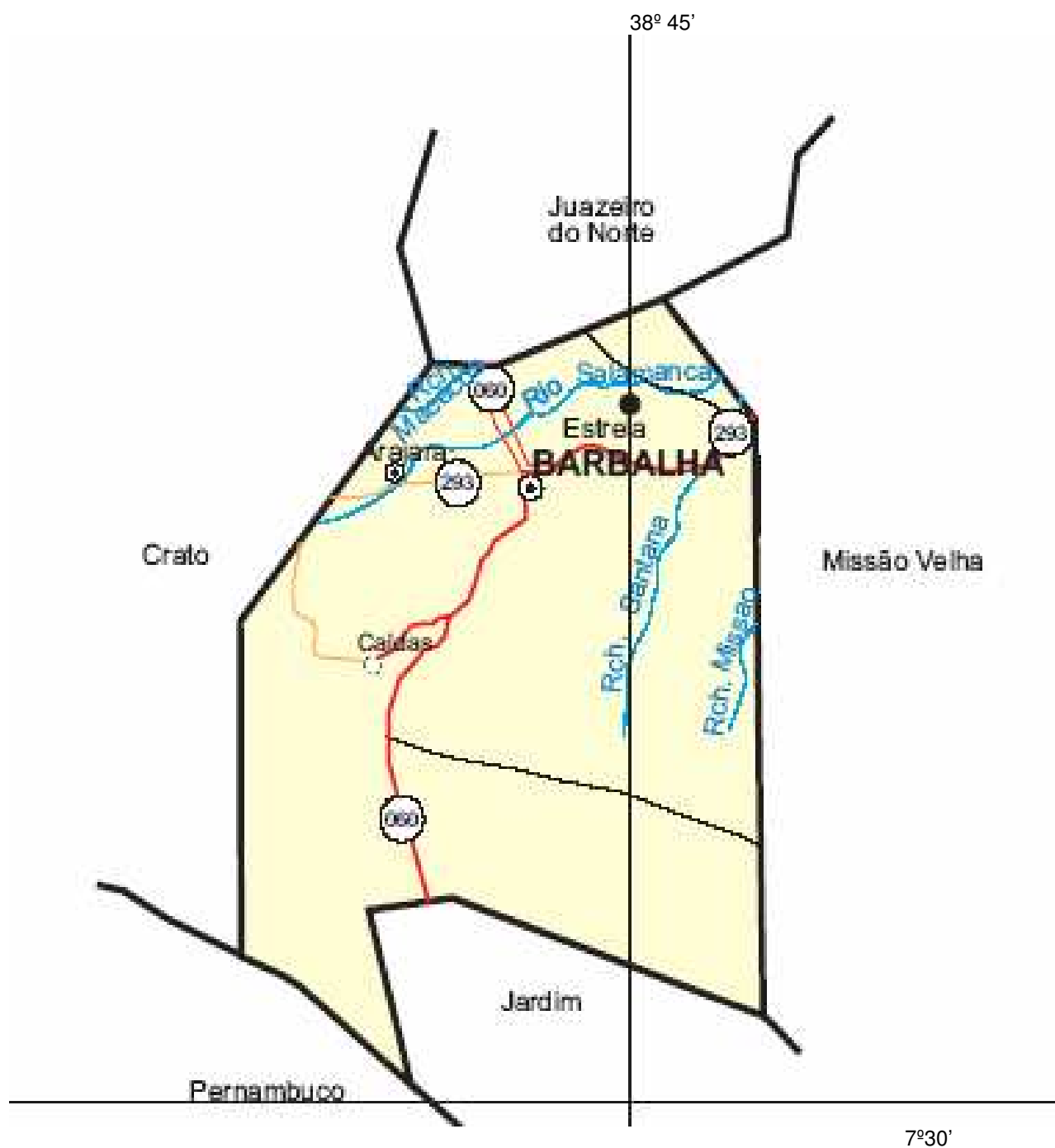
VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática / Instituto Teotônio Vilela, 2000.

ANEXO:
NARRADORES

		
Dito Barnabé	Francisco Alves	
		
Tuta	Zé Pindó	Socorro Sousa
		
Severino Tratorista	Rita Evangelista	Zé Gamenha e Susa
		
Geraldo Gamenha	Mauro Lucas	"Seu" Agildo

		
Elony Sampaio	Yony, Leonardo e Everardo Sampaio	Hilton Cruz
		
Dr. Napoleão	René Grangeiro	Enrile Pinheiro
		
Idomeu Sampaio	Fabriano Sampaio	Cícero Santana
		
Dolores Costa	Heraldo Callou	Lecite Oliveira

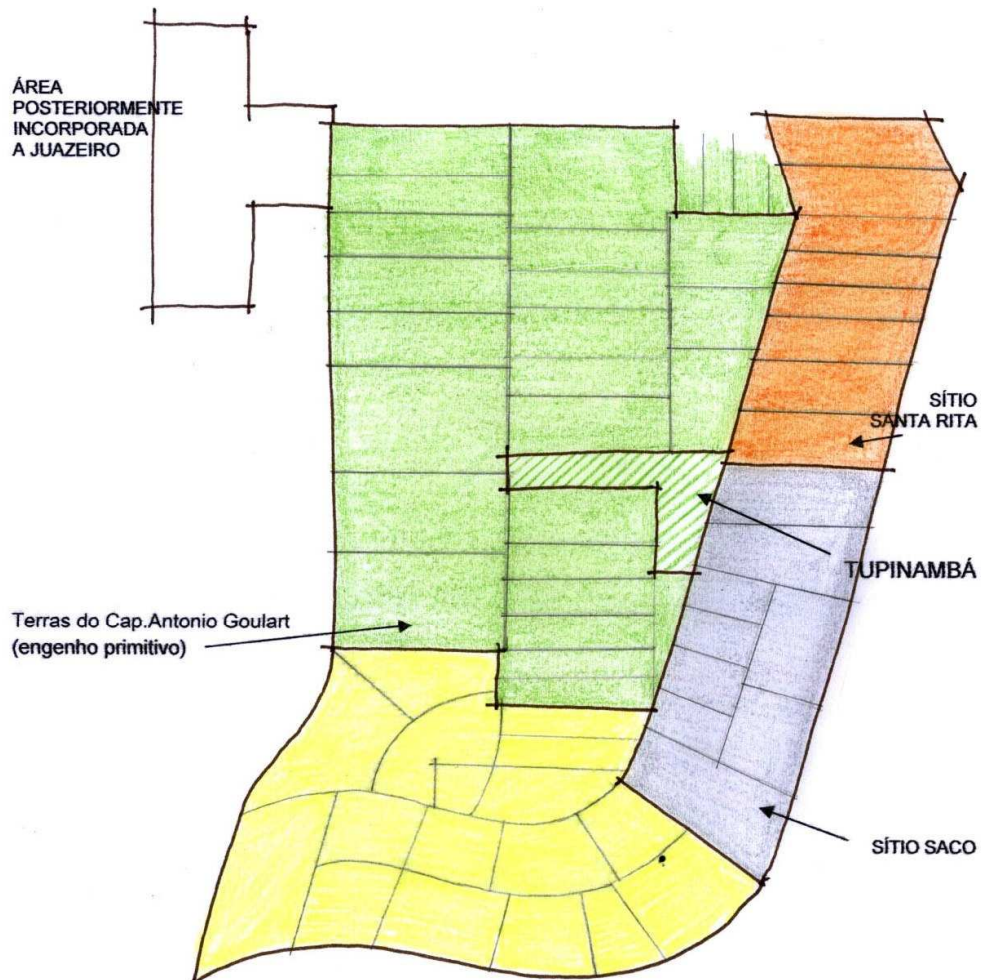


MAPA 2 – MUNICÍPIO DE BARBALHA


FONTE: IPECE/ GOVERNO DO CEARÁ

MAPA 3 - ZONEAMENTO DOS SÍTIOS DE BARBALHA

DESENHO ESQUEMATICO A PARTIR DE LEVANTAMENTO DE YONY SAMPAIO



BREJO DO SALAMANCA 

SERRA DA STA RITA
EM DIREÇÃO À MISSÃO VELHA 

SERRA DA STA RITA ATÉ O SÍTIO SACO 

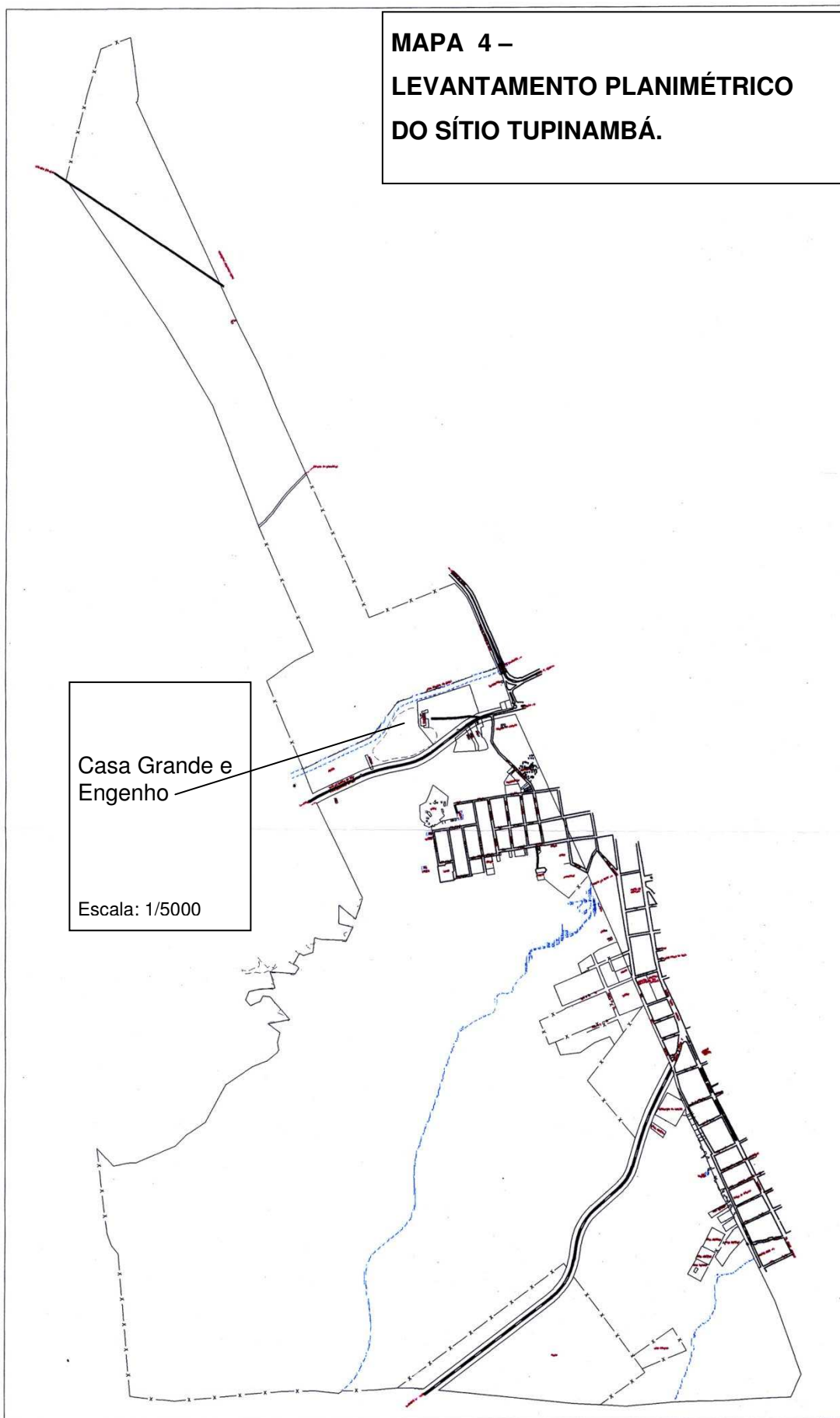
SERRA DAS CAJAZEIRAS, HOJE ARAJARA 

FONTE: SAMPAIO, *Sítios de Barbalha*, op. cit. p.

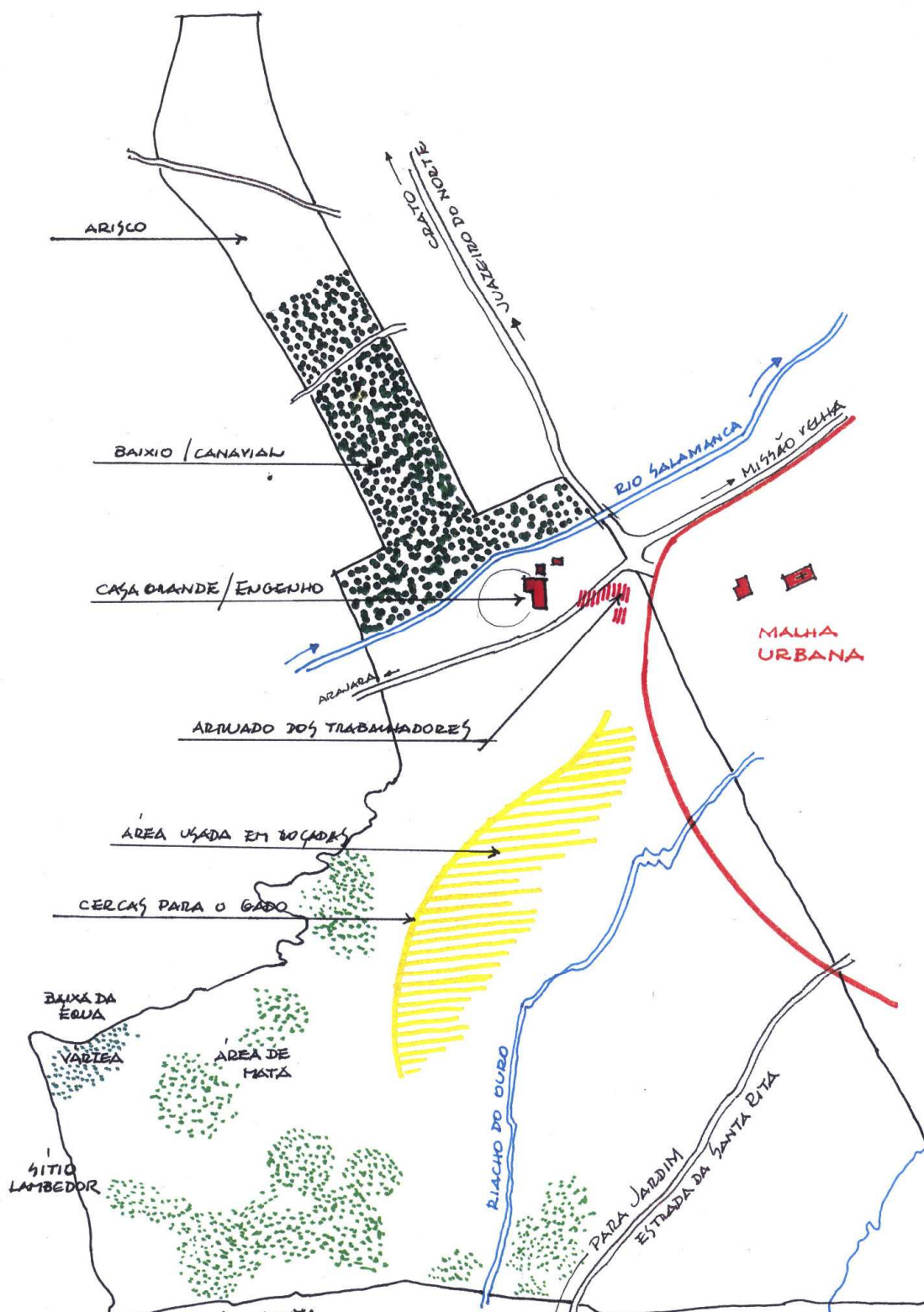
**MAPA 4 –
LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO
DO SÍTIO TUPINAMBÁ.**

Casa Grande e
Engenho

Escala: 1/5000



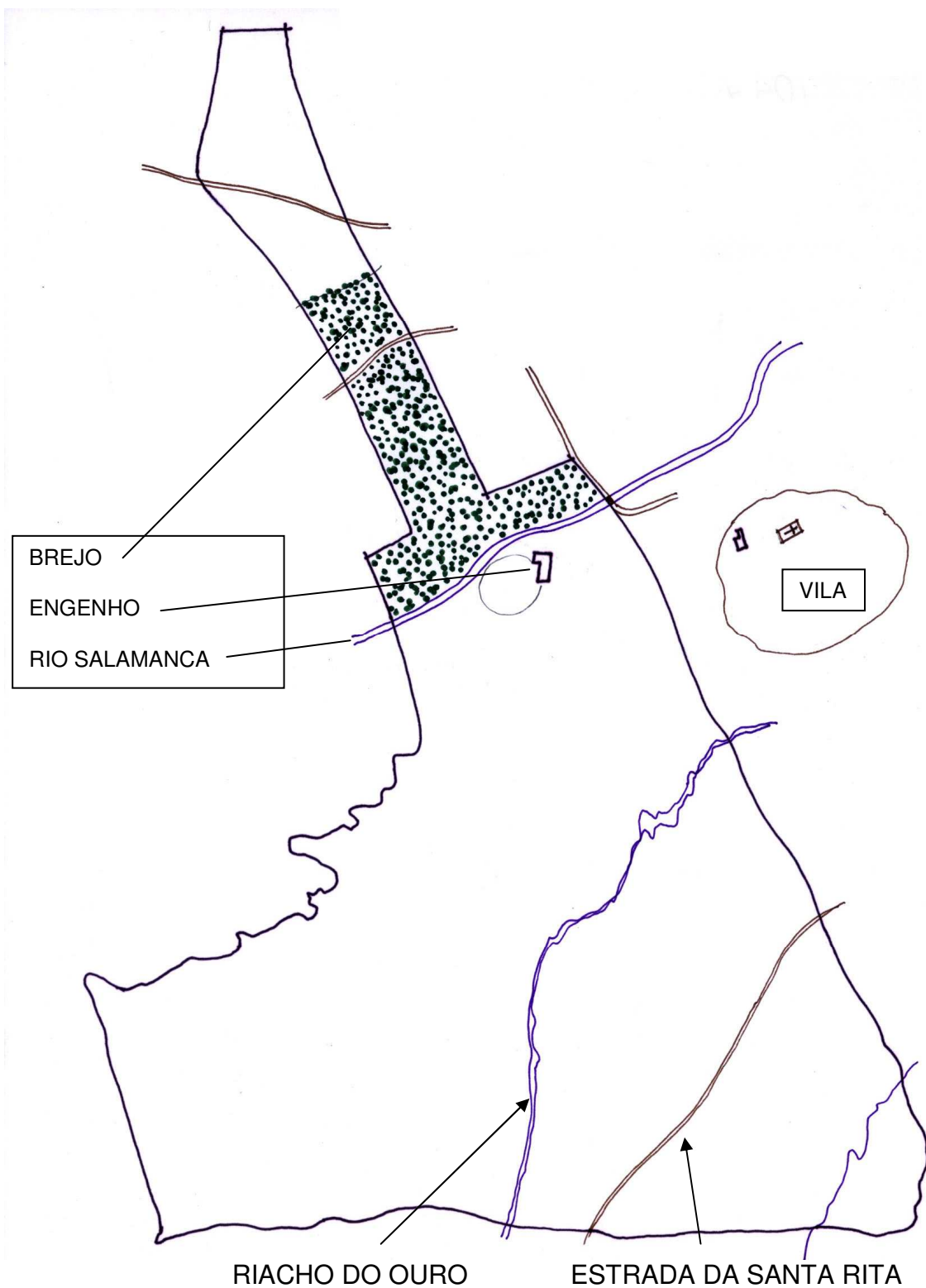
MAPA 5 - ZONEAMENTO DOS ESPAÇOS NO TUPINAMBÁ
DESENHO ESQUEMÁTICO



Fonte/Desenho: Yacê Carleial

MAPA 6 - O TUPINAMBÁ E A VILA DE BARBALHA, CERCA DE 1850

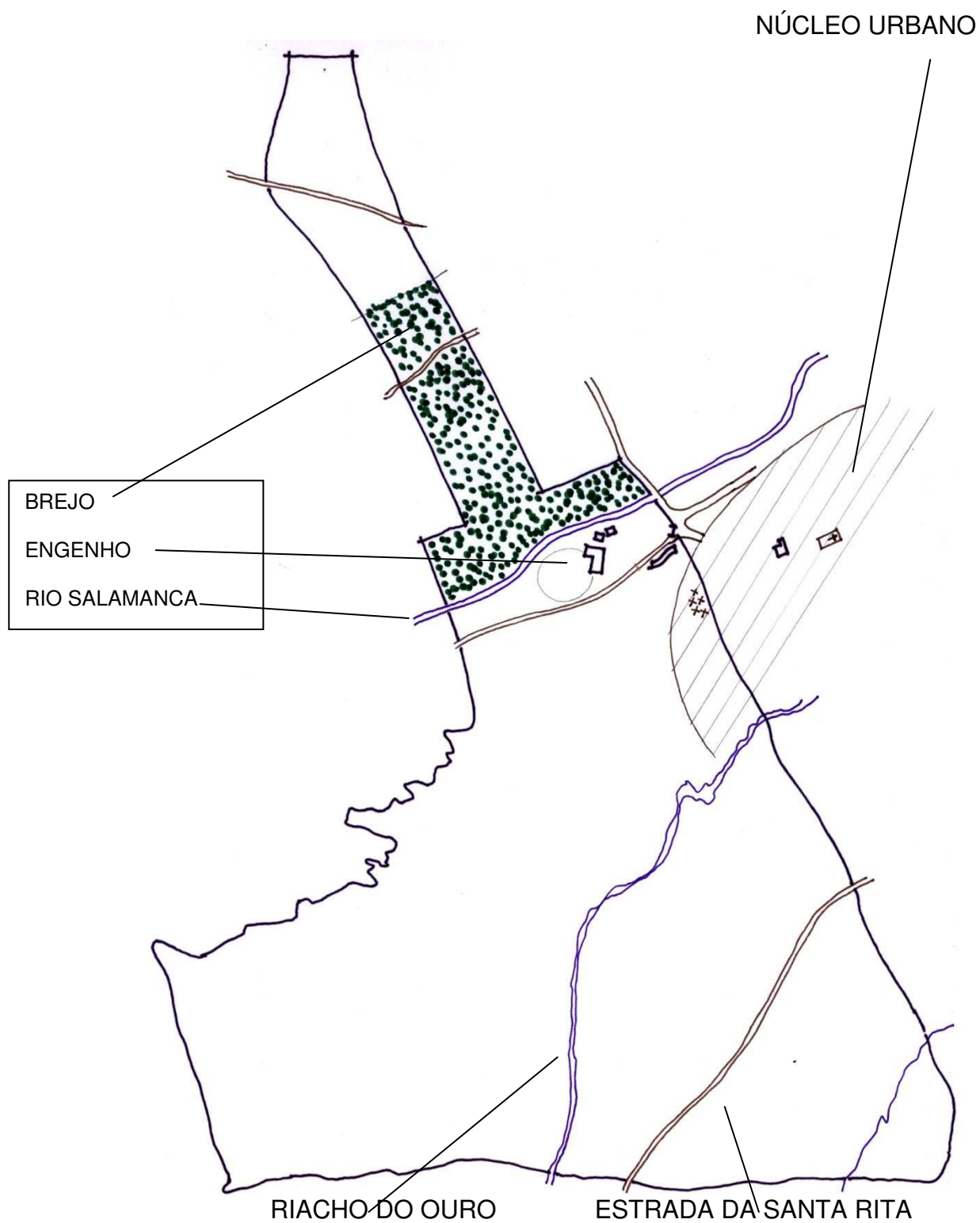
DESENHO ESQUEMÁTICO



Fonte/Desenho: Yacê Carleial

MAPA 7 - O TUPINAMBÁ E A CIDADE DE BARBALHA CERCA DE 1945

DESENHO ESQUEMÁTICO

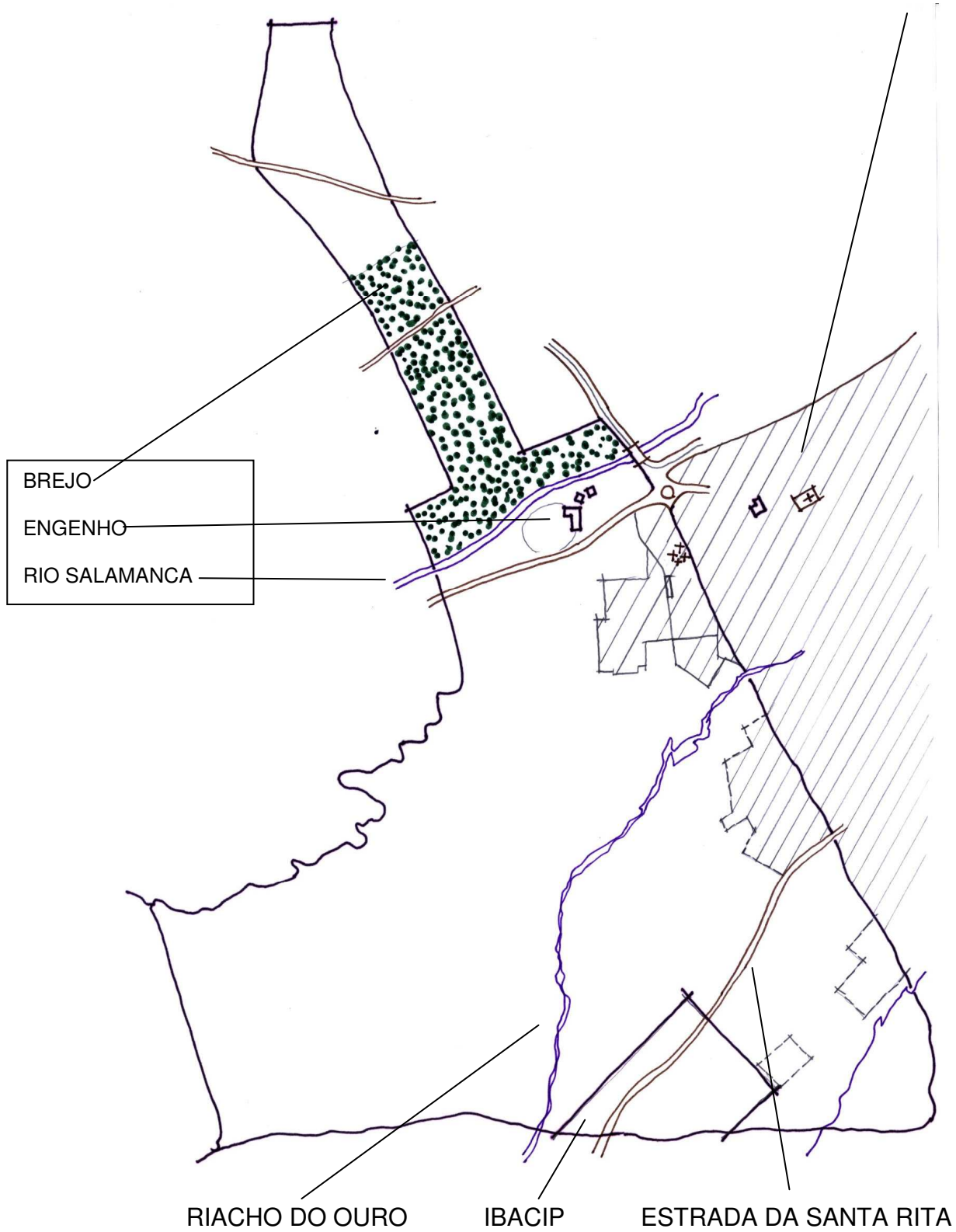


Fonte/Desenho: Yacê Carleial

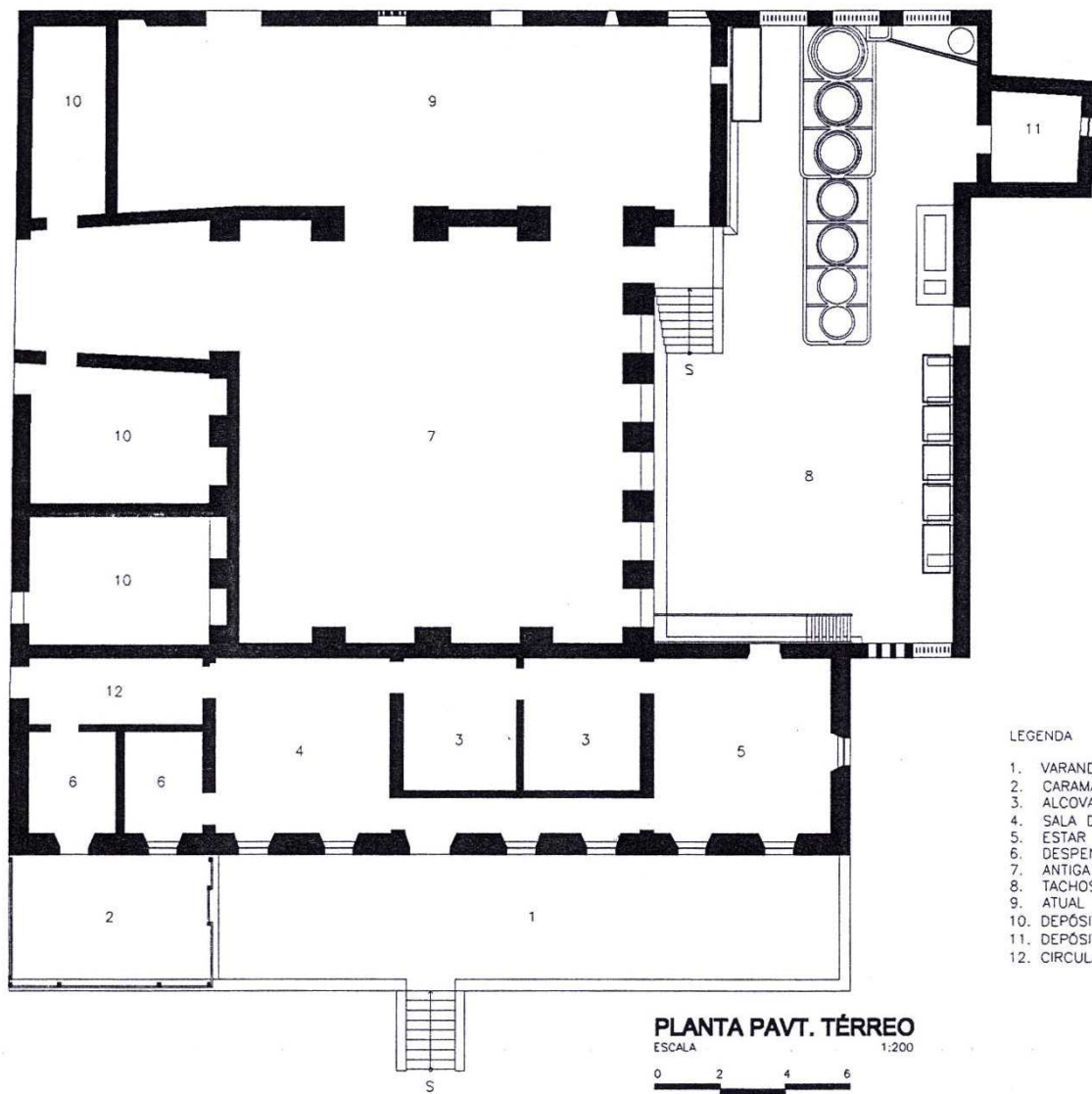
MAPA 8 - O TUPINAMBÁ E A CIDADE DE BARBALHA, CERCA DE 2005

DESENHO ESQUEMÁTICO

NUCLEO URBANO



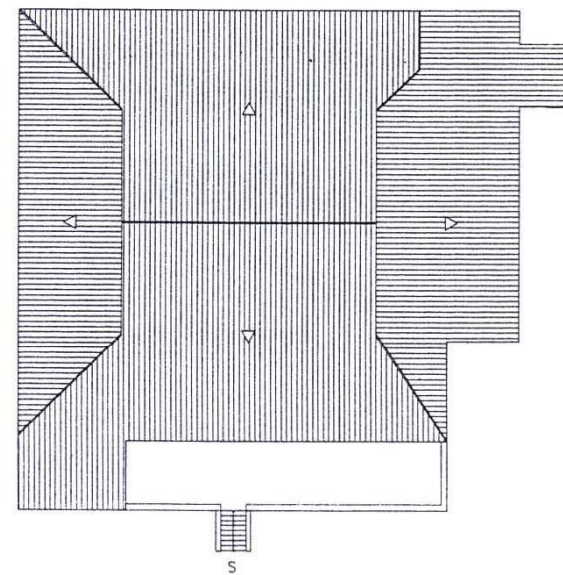
Fonte/Desenho: Yacê Carleial.



PLANTA PAVT. TÉRREO
ESCALA 1:200

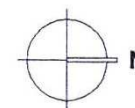
LEGENDA

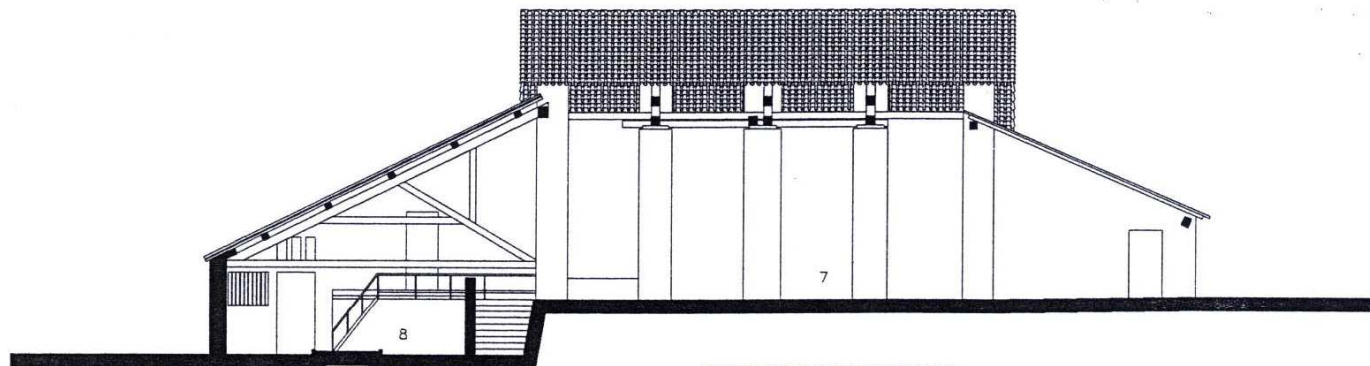
1. VARANDA
2. CARAMANCHÃO
3. ALCOVA
4. SALA DE REFEIÇÕES
5. ESTAR
6. DESPENSA
7. ANTIGA MOENDA
8. TACHOS
9. ATUAL MOENDA
10. DEPÓSITO
11. DEPÓSITO DA CAL
12. CIRCULAÇÃO



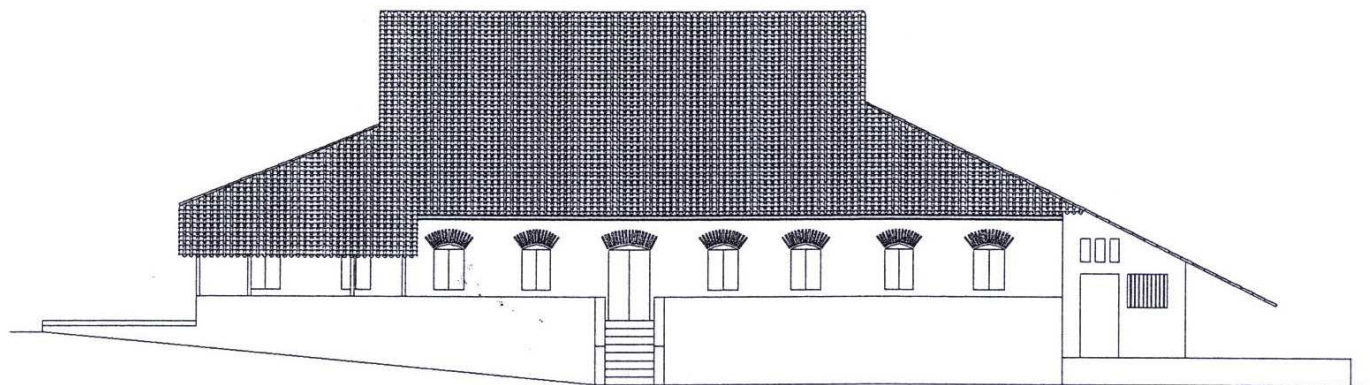
COBERTA

ESCALA 1:400



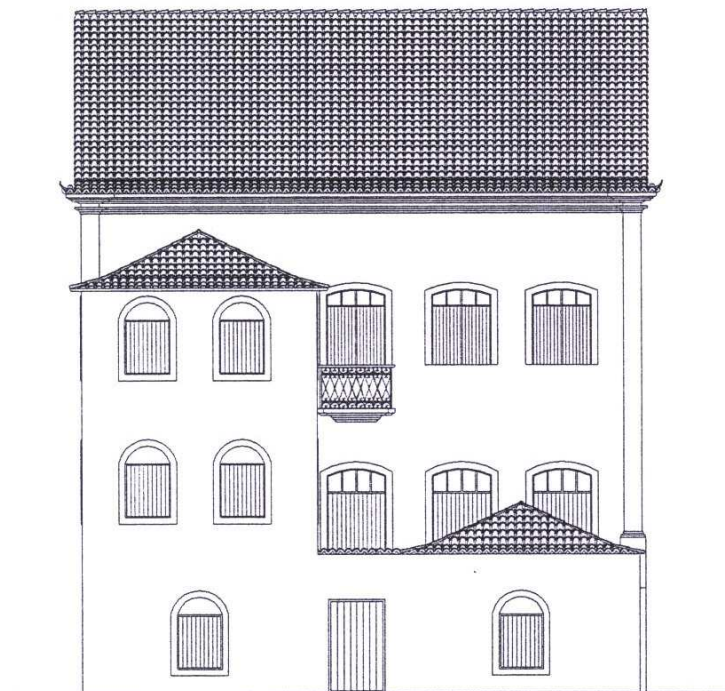


CORTE TRANSVERSAL
ESCALA 1:200

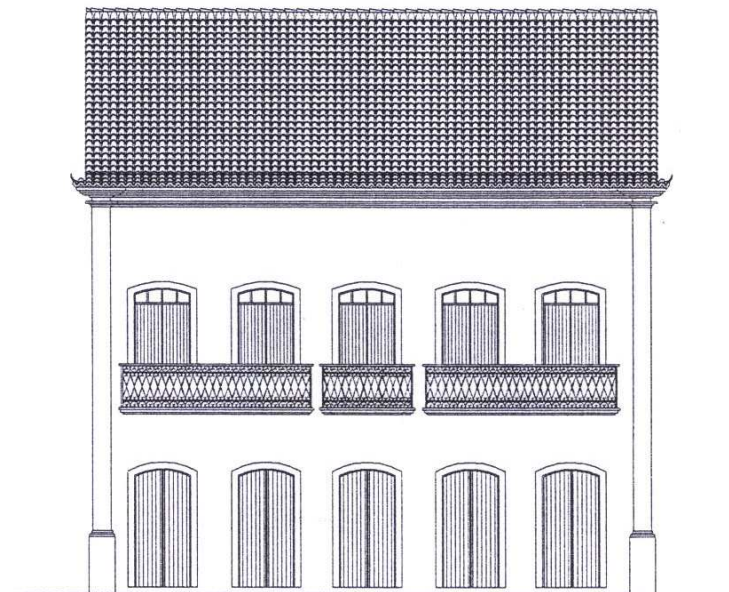


FACHADA LESTE
ESCALA 1:200

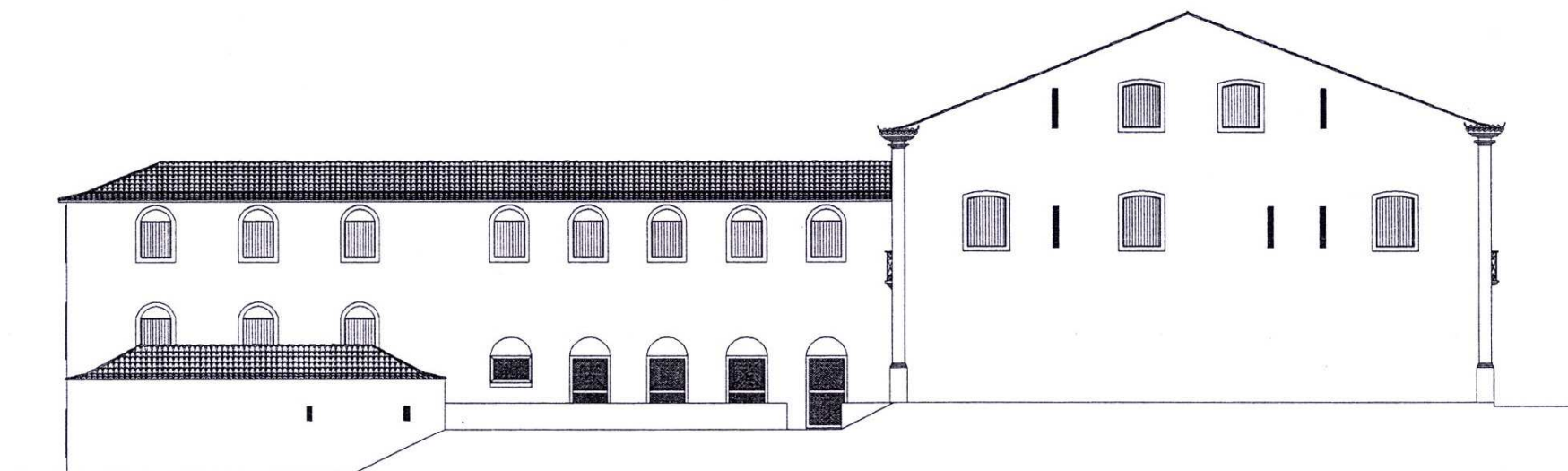




FACHADA NOROESTE
ESCALA 1/150
0 1 2 3 4



FACHADA SUDESTE
ESCALA 1/150
0 1 2 3 4

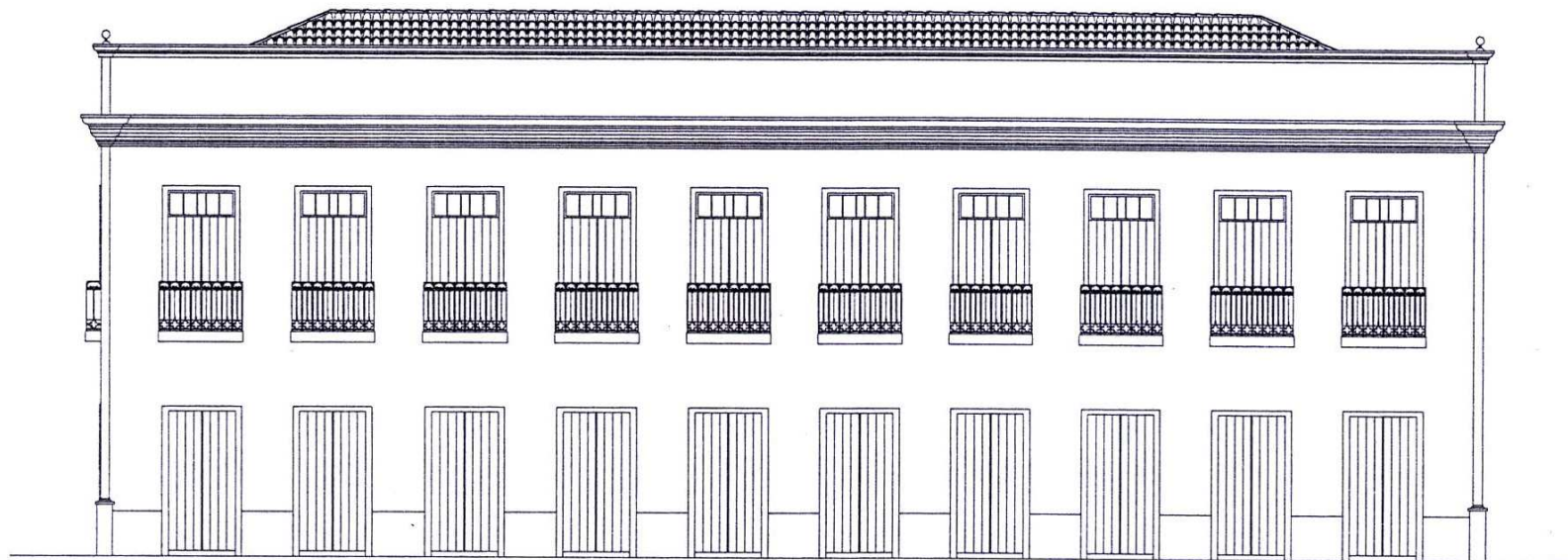


FACHADA SUDOESTE
ESCALA 1/200
0 2 4 6

52B

PRANCHA 4 – CASARÃO – FACHADA LATERAL

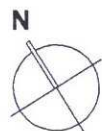
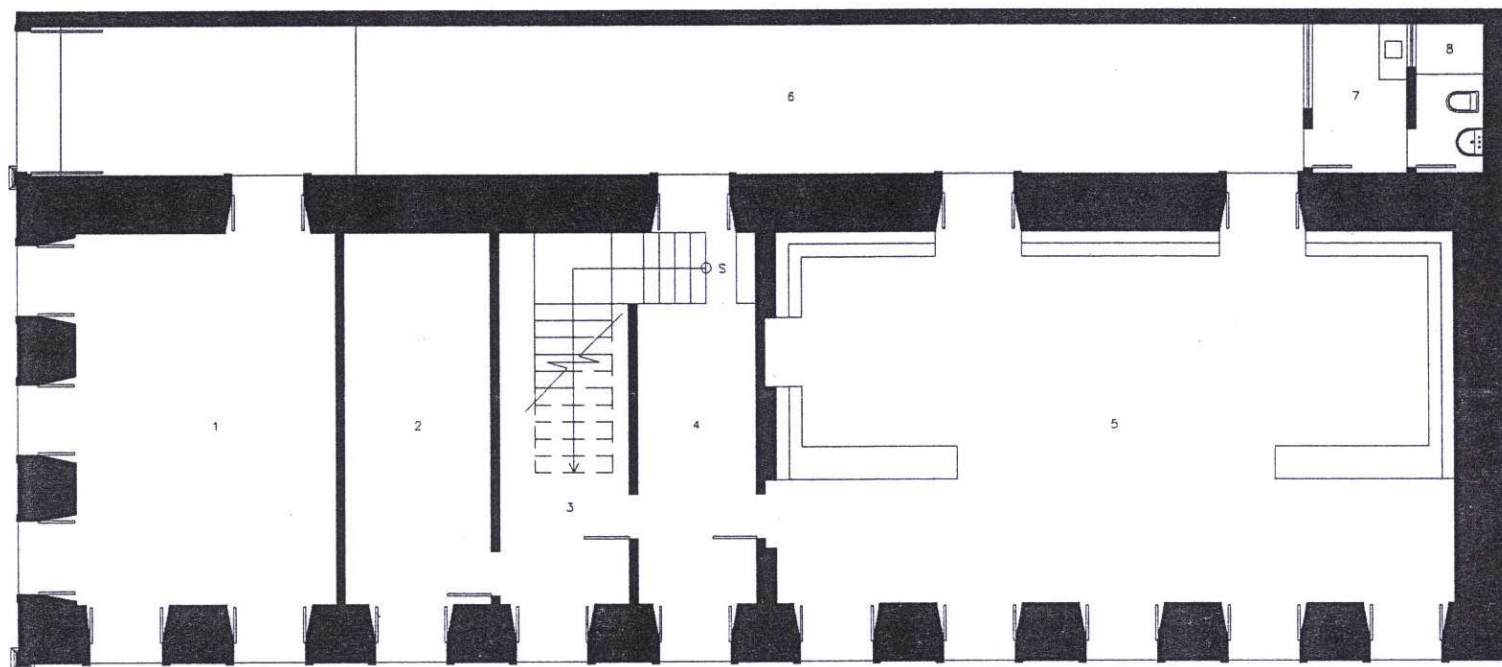
Fonte: Cadastro IPHAN



FACHADA SUDOESTE
ESCALA 1/125
0 1 2 3

PRANCHA 5 – CASA SAMPAIO – FACHADA PRINCIPAL – PÇA. DO COMÉRCIO

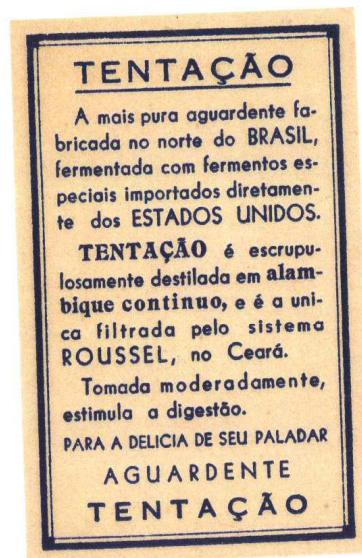
Fonte: Cadastro IPHAN



PLANTA PAV. TÉRREO
ESCALA 1/125
0 1 2 3

PRANCHA 6- CASA SAMPAIO - PLANTA PAVIMENTO TÉRREO

Fonte: Cadastro IPHAN



PRANCHA 7 – RÓTULOS CRIADOS POR ELONY SAMPAIO PARA GARRAFA DA CACHAÇA “TENTAÇÃO”